

O FAZER HISTORIOGRÁFICO NA CONTEMPORANEIDADE

ANDRÉ LESCOVITZ CUNHA
ANNE CAROLINE DA ROCHA DE MORAES
CARLOS EDUARDO ZLATIC
EVANDER RUTHIERI DA SILVA
FELIPE VIEIRA FILIPPETTO
FLORA MORENA MARIA MARTINI DE ARAÚJO
GILVANI ALVES DE ARAUJO
RHUAN TARGINO ZALESKI TRINDADE
WILLIAN FUNKE

(ORGANIZADORES)



O fazer historiográfico na contemporaneidade

André Gustavo Lescovitz Cunha; Anne Caroline da Rocha de Moraes;
Carlos Eduardo Zlatic; Felipe Vieira Filippetto; Flora Morena Maria
Martini de Araújo; Evander Ruthieri da Silva; Gilvani Alves de Araújo;
Rhuan Targino Zaleski Trindade; Willian Funke.

(Organizadores)

O fazer historiográfico na contemporaneidade

1a. Edição

Setor de Ciências Humanas
Universidade Federal do Paraná
Curitiba – Paraná
2019

Reitor da UFPR

Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca

Vice-Reitora da UFPR

Profa. Dra. Graciela Bolsón de Muniz

Diretora do Setor de Ciências Humanas da UFPR

Profa. Dra. Lígia Negri

Vice-Diretor do Setor de Ciências Humanas da UFPR

Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

Chefe do Departamento de História

Prof. Dr. Rafael Faraco Benthien

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães

Vice-Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Prof. Dr. Renan Frighetto

Secretária do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR

Maria Cristina Parzowski

O fazer historiográfico na contemporaneidade

1ª. Edição

Editores: Carlos Eduardo Zlatic, Evander Ruthieri da Silva

Diagramação, Capa e Projeto Gráfico: Evander Ruthieri da Silva

Elementos Gráficos: canvas.com

Comissão: André Gustavo Lescovitz Cunha; Anne Caroline da Rocha de Moraes; Carlos Eduardo Zlatic; Felipe Vieira Filippetto; Flora Morena Maria Martini de Araújo; Evander Ruthieri da Silva; Gilvani Alves de Araújo; Rhuan Targino Zaleski Trindade; Willian Funke.

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira Dias – CRB 9ª/1607
Biblioteca de Ciências Humanas - UFPR

O fazer histórico na contemporaneidade [recurso eletrônico]. /
organizadores : André Gustavo Lescovitz Cunha; Anne Caroline da
Rocha de Moraes; Carlos Eduardo Zlatic ... et. al. – 1.ed. – Curitiba :
Setor de Ciências Humanas, UFPR, 2019.

459 p.

ISBN : 978-85-99229-50-7

1. História - Congressos. 2. Historiografia. I. Cunha, André Gustavo
Lescovitz Cunha. II. Moraes, Anne Caroline da Rocha de. III. Zlatic,
Carlos Eduardo.

CDD 907

Comissão Científica:

Profa. Dra. Adriana Mocelim (PUC-PR)

Profa. Dra. Amanda Cieslak Kapp
(Unibrasil)

Prof. Dr. André Carlos Furtado (UFF)

Prof. Dr. Clóvis Gruner (UFPR)

Prof. Dr. Dominique Vieira Coelho dos
Santos (FURB)

Prof. Dr. Everton de Oliveira Moraes
(UFPR)

Prof. Dr. Francisco Chagas Oliveira
Atanásio (UESPI)

Prof. Dr. Hilton Costa (UEM)

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (UEM)

Prof. Dr. José Carlos Gimenez (UEM)

Profa. Dra. Liz Andrea Dalfré (UTP)

Profa. Dra. Nadia Gaiofatto Gonçalves
(UFPR)

Profa. Dra. Renata Siuda-Ambroziak
(Universidade de Varsóvia)

Prof. Dr. Thiago David Stadler
(UNESPAR)

Prof. Dr. Tiago Bonato (UNIOESTE)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	8
PARTE 1: CULTURA E RELAÇÕES DE PODER	10
A REPÚBLICA, O PODER E O SENADO: A REPRESSÃO DAS BACANÁLIAS E A BUSCA PELA HEGEMINIA SENATORIAL.....	11
Natália de Medeiros Costa.....	11
AS POLÍTICAS MATRIMONIAIS E OS JOGOS DE PODER NA COROA DE ARAGÃO DURANTE O REINADO DE JAIME II, O JUSTO (REINADO 1291-1327)	31
Renato Toledo Silva AmatuZZi.....	31
CONTROVÉRSIA SOBRE A ATRIBUIÇÃO DO CÁLCULO DA PÁSCOA AO CONCÍLIO DE NICEIA DE 325 D.C.....	46
Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia.....	46
EM BUSCA DA RELEVÂNCIA INTERNACIONAL: AS PARTICIPAÇÕES PORTUGUESA E BRASILEIRA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	65
Guilherme Nercolini Miranda.....	65
IL GRANRIFIUTO: CELESTINO V, O PAPA ANGELICUS E O DEBATE MEDIEVAL SOBRE A LEGITIMIDADE DA ABDICAÇÃO PAPAL	81
Eliane Veríssimo de Santana	81
O CONCEITO DE POVO NAS CANTIGAS DE SANTA MARIA DE AFONSO X DE LEÃO E CASTELA (1252-1284).....	99
Mateus Sokolowski	99
RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS: A FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945).....	115
Heitor Esperança Henrique.....	115
PARTE 2: HISTÓRIA, LINGUAGENS, CONCEITOS.....	133
AFONSO HENRIQUES, DE INFANTE A REI: CONCEITO E LEGITIMAÇÃO NA FUNDAÇÃO DA DINASTIA DE BORGONHA.....	134
Carlos Eduardo Zlatic	134

A MPB E A REIVINDICAÇÃO ANTIRRACISTA NO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL	151
Bruno Vinicius Leite de Moraes	151
ARQUIVO HISTORIOGRÁFICO E A ESCRITA DA HISTÓRIA: UMA LEITURA DE HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL.....	171
Cesar Leonardo Van Kan Saad.....	171
BREVE RETRATO DO PROCESSO DE LEGITIMAÇÃO DOS ESTUDOS DE FICÇÃO CIENTÍFICA NOS ESTADOS UNIDOS.....	193
Willian Perpétuo Busch.....	193
DE EDITOR DOMINICANO A EDITOR LEIGO: FREI BENEVENUTO DE SANTA CRUZ E A LIVRARIA E EDITORA DUAS CIDADES	210
Hugo Quinta.....	210
DOS PREFÁCIOS E DEDICATÓRIAS DE H. RIDER HAGGARD (1856-1925): ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO E AUTO-REPRESENTAÇÃO.....	230
Evander Ruthieri da Silva	230
FORMA LITERÁRIA E PROCESSO SOCIAL: UMA LEITURA DO CONTO PIÁ DE GUIDO WILMAR SASSI	246
Fabiano Garcia	246
O CONCEITO DE <i>ECCLESIA</i> EM JERÔNIMO DE STRIDON – SÉCULOS IV-V: APONTAMENTOS INICIAIS	264
Andréia Rosin Caprino.....	264
PARTE 3: HISTÓRIA, SEXUALIDADE E ESTUDOS DE GÊNERO.....	282
A ANÁLISE SOBRE MULHERES NO EGITO ROMANO: POSSIBILIDADES DE DESLOCAMENTOS.....	283
Ingrid Cristini Kroich Frandji.....	283
A MEMÓRIA COMO CONTRIÇÃO PARA A PORTUGUESA CONDESSA DE ATOUGUIA (1722- ?) E COMO JUSTIFICATIVA PARA A BRASILEIRA JOSEFINA DE NEUVILLE (1826-1889)	301
Elen Biguelini.....	301
LATINIDADE, GÊNERO E SEXUALIDADE NOS ARQUIVOS DA BIENAL DE SÃO PAULO (2006-2014)	317
Milena Costa de Souza	317

MASCULINIDADES, EMBRIAGUEZ E VIOLÊNCIA EM CASAS COMERCIAIS: NOTAS DE PESQUISA EM PROCESSOS CRIMINAIS (COMARCA DE MALLET-PR; 1950-1978).....	337
Leonardo Henrique Lopes Soczek	337
Lucas Kosinski	337
 O PRAZER FEMININO NA PRIAPEIA: DEBATE SOBRE O PAPEL SEXUAL DAS MULHERES NA ANTIGA ROMA	357
Alexandre Cozer.....	357
 PARTE 4: SOCIABILIDADES NA HISTÓRIA.....	375
 A CHEFIA INDÍGENA NOS ALDEAMENTOS PAULISTAS (SÉCULO XVIII E INÍCIO DO SÉCULO XIX)	376
Marcio Marchioro	376
 AS RELAÇÕES DO HOMEM COM A MORTE NO MEDIEVO: UMA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA	393
Hugo Rincon Azevedo.....	393
 OS PROFESSORES COMO INTELECTUAIS TRANSFORMADORES.....	410
Ruhama Ariella Sabião Batista.....	410
Maria Julieta Weber Cordova	
 TROPAS DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA BAHIA (SÉCULOS XVII E XVIII).....	424
Francielly Giachini Barbosa Menim	424
 VIOLÊNCIA E CRIME EM MALLET – PR.....	438
Lucas Kosinski	438
Leonardo Henrique Lopes Soczek	438
 ÍNDICE DE AUTORES.....	458

Apresentação

Antes dessas palavras percorrerm cabos e ondas que as levaram desde um servidor virtual, localizado em uma parte qualquer do globo, à tela do equipamento – computador, celular, tablet ou, talvez, uma folha de papel impressa – de quem as lê, uma longa cadeia de demandas e atividades foram postas em prática de modo a tornar possível a reunião das informações que preenchem as páginas seguintes. Ora, assim como os objetos estudados nos capítulos desse *e-book*, a própria publicação tem sua história.

O fazer historiográfico na contemporaneidade representa o registro de parte da memória e dos debates apresentados ao longo do **I Seminário de Estudos Históricos da Universidade Federal do Paraná**, que foi realizado em outubro de 2018 e nasceu por iniciativa do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História dessa mesma universidade. Impulsionados pela expectativa de criar um evento capaz de congregiar as mais diversas linhas de pesquisa do campo da História, cada um daqueles que integraram a comissão organizadora dedicou parte de seu tempo e muito de seu empenho para tornar possível esse objetivo. Não se pode, contudo, reconhecer essa pretensão como sentimento partilhado somente pelas pessoas que integraram o grupo de trabalho à frente desse seminário.

Portanto, é preciso agradecer ao imprescindível apoio e auxílio da Profa. Dra. Marcella Lopes Guimarães e ao Prof. Dr. Renan Frighetto, coordenadora e vice-coordenador do PPGHIS na ocasião do evento, e de Maria Cristina Parzowski, secretária do PPGHIS. Não menos importante, cumpre saldar o entusiasmo de todos os professores que se dispuseram a integrar as mesas redondas, conferência de abertura e de encerramento, dos monitores, ouvintes e dos tantos pesquisadores que propuseram simpósios temáticos, minicursos e apresentaram os resultados de suas pesquisas. Todos tornaram possível que esse espaço de troca de saberes pudesse se concretizar a partir da ideia inicial de organizar esse evento.

Esses profissionais do serviço público e da História, e tantos outros que passaram pela feitura o I Seminário de Estudos Históricos, integram a instituição da universidade, fazendo com que ela possa exercer sua função de proporcionar espaço para desenvolvimento e livre troca de conhecimentos e saberes sobre os mais diversos temas, todos eles caros ao desenvolvimento humano e à superação dos problemas sociais. Para tanto, mostra-se ser de suma relevância a investigação sobre a relação dos homens e mulheres com o seu passado e os desafiadores modos

como tornamos possível apreender as experiências do ontem, colocadas diante das expectativas do presente e observadas pela lente dos historiadores.

Entendida, portanto, como resultado de um esforço conjunto de muitas pessoas, congregadas em torno das propostas de uma universidade pública, a presente publicação traz os resultados de algumas das pesquisas acadêmicas apresentadas nos simpósios temáticos do I SEH-UFPR. A fim de salvaguardar a qualidade historiográfica dos textos, cada uma das contribuições passou pela avaliação dos membros da comissão científica, trabalho feito por historiadores e historiadoras das mais diversas instituições de ensino superior e especialistas em problemáticas diversas dentro da História, que generosamente dedicaram seu tempo e trabalho em prol do rigor historiográfico carregado pelos textos que compõem os capítulos dessa obra. À comissão científica, o nosso agradecimento.

Vencidas todas essas etapas e processos, o que se pode vislumbrar é um conjunto de qualificadas contribuições historiográficas dividido em quatro partes, cada qual contemplando pesquisas sob as perspectivas destes eixos temáticos: 1) Cultura e relações de Poder; 2) História, linguagens, conceitos; 3) História, sexualidade e estudos de gênero; e 4) Sociabilidades na História. As diversas possibilidades de entendimento apresentadas às múltiplas problemáticas trazidas pelos autores demonstram a abrangência e o vigor experimentado pelos estudos históricos no Brasil, campo para o qual pretende contribuir o Seminário de Estudos Históricos da UFPR ao organizar a obra que se encontra gratuitamente disponível aos olhos do público leitor interessado.

Comissão Organizadora
I Seminário de Estudos Históricos
Universidade Federal do Paraná

Parte 1: Cultura e Relações de Poder

A REPÚBLICA, O PODER E O SENADO: A REPRESSÃO DAS BACANÁLIAS E A BUSCA PELA HEGEMINIA SENATORIAL

Natália de Medeiros Costa

natalia.medeiросcosta@gmail.com

Doutoranda em História

Universidade Federal do Paraná

<http://lattes.cnpq.br/2646122527269279>

RESUMO: No livro 39 do texto de Tito Lívio intitulado *Ab Urbe Condita Libri*, o autor trata, em poucos parágrafos, de um evento ocorrido após a Segunda Guerra Púnica, no ano de 186 a.C., onde o Senado Romano, em conjunto com os cônsules, restringiu o culto religioso ao deus Baco (grego Dionísio). Ainda segundo Lívio, a restrição foi seguida de uma repressão violenta a todos aqueles que participavam do culto a Baco, sendo que muitos foram condenados à pena capital. Aliado ao texto de Tito Lívio, contamos também com acarta consular conhecida como *Senatus Consultum de Bacchanalibus*, encontrada no século XVII na região da Calábria e que confirma boa parte das informações contidas no texto de Lívio. A presente investigação se iniciou com a questão de por que o Senado proibiu o culto a Baco nesse momento da História Romana e reprimiu com tamanha violência a prática, focando, portanto, no papel do Senado nesse processo de restrição e repressão. A hipótese que levanto é a de que, além de representar um movimento contrário à absorção de elementos da cultura Helenística, a restrição e repressão representavam uma tentativa do Senado Romano de garantir hegemonia também sobre a religião romana. Para tanto, a metodologia empregada consiste em aliar os dois documentos que temos a respeito da questão, buscando elementos que evidenciem essa busca por supremacia e controle da religião. Separamos, portanto, o artigo em dois momentos, sendo o primeiro deles focado nos documentos que temos a respeito do assunto e o segundo na resposta a questão proposta no artigo.

PALAVRAS CHAVE: República Romana; Religião; Bacanalias; Dionísio; Baco.

ABSTRACT: In the book 39 of Livy's work entitled *Ab Urbe Condita Libri*, the author dedicates few paragraphs to an event occurred after the Second Punic War, in the age of 186 B.C., when the roman senate, along with the consuls, restricted the religious cult to the god Bacchus (greek Dionysius). According to Livy, the restriction was followed by a violent repression to those members of the cult and several individuals were convicted of capital punishment. Along with Livy's work there is still another document that help us to understand the period, which is the *Senatus Consultum de Bacchanalibus*, found in Calabria in the sixteenth century and which confirms most parts of Livy's reports. The present investigation began with the question of why the senate had forbidden the cult of Bacchus in this exact moment of the history of the Republic and repressed this religious practice with tremendous violence. The focus is therefore the role of the senate in the process of restriction and repression of the religious cult. The hypothesis is that, beyond representing a movement of rejection of the absorption of elements from the Hellenistic culture, the restriction represents an attempt to guarantee the senate's hegemony on the roman religion aswell. For that, the methodoly used consists in analyze both texts, seeking for elements that shows the senatorial search for supremacy. The division of the present article is made in two moments, the first dedicated to both documents that deals with the Bacchanal question and the second to answer the question that motivates the present article.

KEY WORDS: Roman Republic; Religion; Bacchanal; Dionysius, Bacchus.

Os Documentos: *Ab Urbe Conducta Libri* de Tito Lívio e o *Senatus Consultum de Bacchanalibus*

Iniciaremos essa breve análise com o texto de Lívio¹, contido no livro 39 do *Ab Urbe Conducta Libri*, entre os parágrafos 8 e 20. O relato começa expondo que, durante o consulado de Espúrio Postumio Albino e Quinto Márcio Filipo, uma conspiração interna foi revelada, fazendo com que os cônsules abrissem uma investigação para apurar os fatos. Essa conspiração, continua Lívio, teria chegado a Itália quando um grego sem nome migrou à Etrúria e trouxe consigo um culto cujos ritos eram secretos e performados durante a noite. Em um primeiro momento, eram iniciados nesse rito apenas uns poucos, mas rapidamente a participação de homens e mulheres nesse movimento cresceu; Lívio faz questão de frisar que a participação no rito era aberta tanto para homens quanto para mulheres, o que em si era uma desvirtuação da tradição religiosa romana: essa livre associação de homens e mulheres - e posteriormente Lívio revela que escravos e libertos também participavam do rito, o que complicava ainda mais a situação do culto perante o Senado – não era comum, ainda mais quando se trata de um rito não oficial e oculto². O rito a Baco, como foi revelado aos cônsules, era performado da seguinte maneira

[...] Haviam ritos de iniciação que, em um primeiro momento, participavam apenas uns poucos, mas que começou a se tornar popular entre homens e mulheres. Aos elementos religiosos foram incorporados os prazeres do vinho e dos banquetes, para que um número cada vez maior de participantes fossem atraídos. Quando o vinho inflamara as mentes e a mistura de homens e mulheres, jovens e velhos havia destruído todo sentimento de pudor, todo tipo de corrupção começou a ser praticada, uma vez que cada um tinha a seu alcance a satisfação do desejo a que era mais propenso por natureza. E não se tratava somente de maldade, mas também da violação indiscriminada de homens livres e mulheres, e daí saíram falsos testemunhos, forja de testamentos falsificados, delações mentirosas e mortes tão ocultas que muitas vezes não se encontravam o corpo para sepultar. Muitos se arriscavam pelas ciladas e muitos mais pela violência. A violência era ocultada por causa no meio dos gritos e dos tambores e nenhum grito de socorro podia ser ouvido enquanto a devassidão e os assassinatos continuavam a ocorrer (T.A.)³.

¹LÍVIO, Tito. **Ab Urbe Conducta Libri XXXVIII e XXXIX**. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, 1936.

²JUNQUEIRA, Nathalia Monseff; AMES, Cecília, 2010, p.342-343.

³As fontes serão seguidas, em nota de rodapé, pela versão original em latim. As traduções presentes no artigo são de minha autoria com base no texto latino presente nas edições Loeb. LÍVIO, *Ab Urbe Conducta Libri*, Liber XXXIX, §8: "Initia erant quae primo paucis tradita sunt deinde vulgari coepta sunt per viros mulieresque. Additae voluptates religioni vini et epularum, quo plurium animi illicerentur. Cum vinum animos incendisset, et nox et mixti feminis mares, aetatis tenerae maioribus, discrimen omne pudoris exstinxissent, corruptelae primum ominis generis fieri coeptae, cum ad idi quisque. quo natura pronioris libidinis esset, paratam voluptatem haberet. Nec unum genus noxae, stupra promiscua ingenuorum feminarumque erant. sed falsi testes. falsa signa testamentaque et indicia ex eadem officina exibant: venena indidem intestinaeque caedes, ita ut ne corpora quidem interdum ad supulturam exstarent. Multo dolo, prae ululatus tympanorumque et cymbalorum strepitu nulla vox quiritantium inter stupra et caedes exaudiri poterat (LÍVIO, Livro XXXIX, §8, 1936, p.240-242).

O relato de Lívio se dedica, em um primeiro momento, portanto, em explicar o que era o culto a Baco na Itália, quais ritos eram performados, por quem e quando. Nesses momentos iniciais o autor frisa a questão da livre associação de homens, mulheres, jovens e velhos, todos ocupando lugares quase que semelhantes no rito, muito embora o próprio Lívio esclareça, parágrafos depois, que os mais velhos eram os responsáveis por iniciar os mais novos no culto a Baco por meio do estupro⁴. Mas até o ano de 186 a.C., quando a investigação e a posterior restrição ao culto foram estabelecidas, o autor comenta que somente aqueles que eram iniciados sabiam da existência do culto, muito embora a população suspeitasse que algum tipo de evento ocorria à noite⁵. Portanto, como parte desse primeiro trecho da narrativa sobre as Bacanalias, Lívio relata como os cônsules ficaram sabendo do culto e de todos os ritos envolvidos nesse movimento religioso.

Lívio conta a história do jovem aristocrata romano de nome Públio Aebutio cuja mãe e padrasto prometeram iniciá-lo no culto a Baco depois que ele ficou gravemente doente. Uma vez recuperado, Aebutio começou os preparativos para sua iniciação: teria de ficar dez dias em castidade como maneira de purificação e preparação para a posterior iniciação. Ao comentar o fato da necessidade de castidade para sua amante, a liberta Hispala Faecenia, esta se opôs veementemente, contando a Aebutio como era performado o rito Báquico

“Que os deuses proíbam!”... Ela contou que, quando era escrava, participou de um rito com sua senhora, mas uma vez liberta nunca mais voltou ao rito. Ela sabia que aquele era um lugar que fabricava todo tipo de corrupção e que nos últimos dois anos ninguém com mais de vinte anos havia sido iniciado. A medida que eram introduzidos, os jovens se tornavam vítimas do sacerdote. Eles – ela continua – o levavam a um lugar cheio de gritaria e com a canção de

⁴Lívio é explícito quanto à questão do estupro de menores, deixando a questão nas entrelinhas do texto: “... aquele era o lugar de depravações eu que, a dois anos não haviam sido iniciados nenhum jovem maior de 20 anos. E quando alguém era introduzido, era entregue como vítima aos sacerdotes. Estes o acompanhavam a um lugar onde ecoavam gritos, cânticos de coros e percussão com tambores, para que não se pudesse ouvir a voz daqueles que suplicava por auxílio quando era submetido a violências sexuais/*stuprum* (LÍVIO, Livro XXXIX, §10, 1936, p.244-246).

⁵Há uma séria discussão sobre um possível conhecimento de boa parte da população em relação ao culto a Baco (Dionísio), performado em Roma e na Itália; Lívio revela que parte da população tinha conhecimento que alguma espécie de rito ocorria na cidade, mas que não sabia do que se tratava. Ademais, o próprio autor argumenta que a população acreditava que os sons produzidos pelo rito a Baco era na verdade, os sons de outro movimento religioso, esse sim oficial e aceito pelo Senado, o festival a Liber (*Liberalia*). Liber e Baco tinham elementos muito similares, ambos eram considerados deuses do vinho e da fertilidade, sendo plausível portanto a teoria de que os cidadãos acreditavam que a Bacanália era na verdade a Liberalia. Mas haviam, precisamos mencionar, diferenças cruciais entre a Liberalia e a Bacanália: a Liberalia ocorria apenas no dia 17 de março enquanto que a Bacanália ocorria cinco dias por mês. Entretanto, se tomarmos como base as peças cômicas de Plauto, como argumenta Walsh, percebemos que boa parte do povo romano tinha a noção de que o que se passava durante a noite e que promovia aqueles sons de tambores e gritarias era o culto báquico: em diversas peças, não somente nas *Báquides* mas também na *Aulularia*, na *Mercatore Miles Gloriosus*, peças essas escritas antes do ano de 186 a.C., Plauto faz comentários jocosos acerca das orgias que ocorriam nos ritos báquicos. Havia, portanto, um conhecimento mais ou menos geral acerca do culto a Baco, o que nos faz crer que a argumentação de Lívio sobre um desconhecimento geral seja feita para criar drama na narrativa (LÍVIO, Livro XXXIX, §15, 1936, p.260; WALSH, 1996, p.191; WISEMAN, 1995, p.133).

um coro e tambores, tão alto que a voz daquele que sofria, quando sua virtude era violentamente atacada, não pudesse ser ouvida (T.A.)⁶.

Dado o grau de violência envolvido no rito Báquico e a agressão à virtude desses jovens, fato muito preocupante para a sociedade romana, Hispala recomenda a Aebutio que não participe da iniciação ao rito; ao declarar sua decisão de não ser iniciado no culto Báquico a sua mãe e padrasto, Aebutio foi expulso de casa, partindo então para casa de sua tia, Aebutia. A tia de Aebutio, ao saber do motivo pelo qual o sobrinho havia sido expulso de casa, imediatamente entra em contato com Sulpicia, quem tinha contato direto com o cônsul Postumio, para lhe informar dos ritos secretos degradantes que estavam ocorrendo. Sulpicia era esposa do ex-cônsul Fúlvio Flaco (cônsul nos anos de 237 e 209 a.C.) e era uma mulher muito proeminente na sociedade romana da época. Nesse momento da narrativa, onde Lívio se dedica a comentar sobre Sulpicia, temos a construção de uma singela contraposição das figuras femininas na sociedade romana: Sulpicia é tratada como o ideal de mulher romana, sendo descrita como “uma mulher virtuosa nos moldes antigos”⁷, enquanto que as mulheres que participam dos ritos Báquicos são descritas como possuidoras de condutas desviadas, que optavam por participar de rituais onde todo tipo de mau comportamento e corrupção ocorriam⁸. É precisamente essa mulher virtuosa que leva Aebutio e Hispala a revelar ao cônsul os meandros desse rito que até então, segundo Lívio, permanecia oculto.

Ao saber das graves acusações feitas pela tia de Aebutio a Sulpicia, o cônsul Postumio convocou Aebutio e Hispala para prestar esclarecimento sobre os fatos por eles relatados. Como Hispala era a pessoa que tinha maior número de informações em relação à questão do culto a Baco, Lívio descreve em maiores detalhes o conteúdo da conversa entre a liberta, o cônsul Postumio e Sulpicia. Hispala revela ao cônsul uma série de informações sobre o funcionamento, as mudanças pelas quais o rito passou e quem do culto participava

No princípio, ela disse, o rito era realizado somente por mulheres e era de costume que nenhum homem participasse. Havia três dias escolhidos no ano nos quais eram realizados o ritual de iniciação nos ritos Báquicos; era regra escolher sacerdotisas e não sacerdotes. É tido que Paculla Annia, uma mulher de Campânia, foi a primeira a iniciar homens no rito, seus próprios filhos, Minius e Herenius Cerinius; foi ela também quem transferiu o rito da manhã para a noite e, ao invés de realizar o culto apenas três vezes por ano, passou a realizá-lo cinco dias por mês. No tempo em que os ritos eram performados em conjunto, homens se misturando a mulheres na liberdade da escuridão, toda forma de crime, toda sorte de corrupção, foi executada. Havia mais práticas luxuriosas entre homens do que entre homens e mulheres. Se alguém decidisse não participar dos crimes ou não aceitar os abusos, eram sacrificados como vítimas...

⁶ LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §10: “Dii meliora!” Scire corruptelarum omnis generis eam officinam esse; et iam biennio constare neminem initiatum ibi maiorem annis viginti. Ut quisque introductus sit, velut victimam tradi sacerdotibus. Eos deducere in locum, qui circumsonet ululatus cantuque symphoniae et cymbalorum et tympanorum pulsu, ne vox quiritantis, cum per vim stuprum inferatur, exaudiri possit.

⁷ LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §11, p.246-248.

⁸ LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §8, p.240-242.

Os números dos participantes, ela disse, eram grandes, quase constituindo um segundo povo. Entre eles haviam homens e mulheres da nobreza (T.A.).⁹

Esse parágrafo nos é muito interessante e fundamental para que compreendamos tanto a tônica do texto de Lívio quando a dimensão que tomou o culto nesse início de século II a.C. Começando por uma análise da tônica do texto acerca das Bacanalias, presente no Livro 39, concordamos com a leitura de P. G. Walsh¹⁰, exposta no artigo intitulado *Making a Drama out of a Crisis*. Para o autor, Lívio aumenta a dramaticidade em certos momentos da narrativa, principalmente nesses primeiros parágrafos, a fim de criar uma história mais emocionante e estarrecedora. Para tanto, prossegue Walsh, Lívio aumenta a tônica do texto em momentos chave da narrativa, criando uma ilusão de crise maior do que de fato ocorreu; nesse parágrafo treze temos um vislumbre dessa técnica por Lívio usada: ao relatar a exposição feita pela liberta Hispala ao cônsul Postumio, Lívio credita a ela a revelação de uma série de informações que dificilmente Hispala teria ido apenas uma vez no culto a Baco. A informação das mudanças estruturais feitas por Paculla Annia no culto Báquico possivelmente foram adquiridas em documentos a que Lívio teve acesso, mas, para aumentar a dramaticidade da história que estava a contar, Lívio credita essa revelação à liberta. Essa é uma forma de construção de texto, de uma narrativa, que privilegia o drama à história, isto é, que privilegia a forma de contar a história frente à própria história.

Para além da dramatização, exposta nesse parágrafo treze, Lívio também nos indica quem passou a integrar o culto a Baco quando das reformas estabelecidas por Paculla Annia: mulheres, que são descritas por Lívio no parágrafo seguinte como “a fonte de toda injúria”; homens que são similares às mulheres, todos eles fanáticos, amantes do vinho e de mente fraca. Ademais, como comentado no relato de Hispala, membros do mais alto escalão da política romana faziam parte desse culto religioso: alguns *nobiles*, membros mais proeminentes do senado romano, incorporavam a parcela da população que participava do culto Báquico. Ora, frisar a participação de membros tão importantes da política na República Romana confirma, de certa forma, a grande adesão popular ao culto; a lógica é mais ou menos a seguinte: se até membros da elite política aderiram ao culto, então não há nenhum freio para uma massiva participação popular.

⁹LÍVIO, *Ab Urbe Conducta Libri*, Liber XXXIX, §13: “Primo sacrarium id feminarum fuisse, nec quemquam eo virum admitti solitum. Tres in anno statos dies habuisse, quibus interdum Bacchis initiarentur; sacerdotes in vecem matronas creari solitas. Pacullam Anniam Campanam sacerdotem omnia, tamquam deum monitu, immutasse: nam et viros eam primam filios suos initiasse, Minium et Herennium Cerrinios; et nocturnum sacrum ex diurno, et pro tribus in anno diebus quinos singulis mensibus dies initiorum fecisse. Ex quo in promiscuo sacra sint et permixti viri feminis, et noctis licentia accesserit, nihil ibi facinoris, nihil flagitii praetermissum. Plura virorum inter sese quam feminarum esse stupra. Si qui minus patientes dedecoris sint et pigriores adfacinus, pro victimis immolari... Multitudinem ingentem, alterum iam prope populum esse; in his nobiles quosdam viros feminasque” (LÍVIO, *Ab Urbe Conducta Libri*, Liber XXXIX, §13, p.250-254).

¹⁰ WALSH, 1996, p.188-203.

Para Lívio, dado o grau de participação do *populus* romano, que chegava, segundo o relato, a quase um “segundo povo”¹¹ e dada a livre associação entre homens e mulheres, escravos e libertos, o cônsul Postumio, apoiado pelo senado romano, passou a tratar o que até então era um culto religioso secreto como uma conjuração, uma *coniuratio*. As conjurações em Roma eram frequentes, segundo Pagan¹², tendo a República sofrido vários processos de conjuração aristocrática com ou sem adesão do povo pelos mais variados motivos. A *coniuratio*, nas palavras de Pagan “é uma crise de legitimidade particularmente perigosa porque as ações clandestinas dos conjuradores vão contra tudo aquilo que é fundamental aos princípios da *res publica*: todas as ações concernentes a Roma devem ser tratadas em público”¹³. Lívio comenta algo semelhante em seu relato sobre as Bacanálías; para o autor, ao construir o *contio*¹⁴ do cônsul Postumio ao povo romano, *contio* esse ocorrido depois da reunião com o senado, os *maiores*¹⁵ não desejavam que o povo romano se associasse de maneira livre sem a convocação prévia de um magistrado¹⁶, ou seja, os romanos não aceitavam nenhum tipo de associação religiosa ou política que não houvesse sido convocada por um magistrado ou pelos tribunos. Por esse motivo o culto Báquico passou a ser tratado como *coniuratio*, dada a livre associação entre o *populus* romano, sem que houvesse uma organização oficial, feita pelo senado.

Uma vez considerado uma *coniuratio*, a participação no culto a Baco passou a ser restrita e foi lançada uma investigação a fim de identificar os participantes do culto: qualquer pessoa que concedesse informações sobre participantes ganharia recompensas; os indicados como possíveis participantes seriam julgados e, caso fosse necessário, condenados. Segundo Lívio, a quantidade de pessoas ou denunciadas pelas outras ou pegas em plena fuga passava das sete mil¹⁷. Aqueles com pouca participação no culto foram condenados ao cárcere; já aqueles que participaram dos atos corruptos inerentes ao culto foram condenados à pena capital. Para deixar claras as restrições impostas ao culto Báquico, os cônsules enviaram cartas aos aliados italianos contendo o decreto senatorial. Uma dessas cartas encontra-se preservada no monumento que hoje conhecemos por *Senatus Consultum de Bacchanalibus*¹⁸.

¹¹ LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §13, p.250-254.

¹² PAGAN, 2004, p.4.

¹³ Texto Original: “is a particularly dangerous crisis of legitimacy, because the conspirator’s clandestine actions run counter to the most fundamental principle of *res publica*: that all actions concerning Rome be conducted in public” (PAGAN, 2004, p.4).

¹⁴ *Contio*: “Assembleia do povo, reunião pública, convenção. Assembleia de soldados. Discurso proferido em assembleia, discurso político” (Rezende; Biachet, 2016, p.83).

¹⁵ *Maiores*: “Os maiores, os antepassados” (Rezende; Biachet, 2016, p.221).

¹⁶ LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §15, p.258-262.

¹⁷ Lívio ainda comenta nesse parágrafo 18 que os reais líderes da conjuração das Bacanálías eram Marcus e Gaius Atinius, plebeus romanos, o falisco Lucius Opicernius e Minius Cerrinius, da Campânia. Esses foram levados ao cônsul e confessaram serem os sacerdotes do culto (LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §18, p.268-272).

¹⁸ Anexo 1.

O *Senatus Consultum de Bacchanalibus*, desde sua descoberta em Tíriolo em 1640, foi tratado como o próprio decreto senatorial enviado para os aliados italianos e que continha as restrições impostas pelo senado romano à prática do culto. Mommsen¹⁹, entretanto, foi o primeiro a fazer uma leitura distinta do monumento, indicando que se tratava em realidade de um édito consular: para tanto, intitulou o documento de *Epistula Consulium ad Teuranos de Bacchanalibus*. Perri argumenta que o *Senatus Consultum de Bacchanalibus* consiste na carta consular enviada aos aliados italianos e que continha as deliberações senatoriais, amplamente aceitas pelos cônsules²⁰. Pode-se ver isso, ainda segundo Perri, na frase de *Bacchanalibus quei foederatei esent ita exdeicendum censuere* (2-3), “foi recomendado (*censuere*) à aqueles que haviam feitos os arranjos (*quei foederatei esent*) acerca da Bacanália (*de Bacchanalibus*) era necessário promulgar essas provisões (literalmente *ita*) através de um decreto (*exdeicendum*)”²¹. Concordo com o argumento de Mommsen e Perri sobre a natureza do *Senatus Consultum de Bacchanalibus* pois esse é confirmado por Lívio no livro XXXIX

Quando a assembleia foi dispensada houve um grande pânico por toda a cidade, mas o pânico não ficou confinado às fronteiras da cidade de Roma; gradualmente por toda Itália, assim que cartas foram sendo recebidas a respeito dos decretos do senado, da assembleia e do édito consular, o terror se espalhou (T.A.)²².

Creditando as deliberações ao senado romano, os cônsules, na visão de Perri, afastavam de si a ideia de iniciativa pessoal na repressão do rito religioso; a urgência e violência desempenhada nesse processo era decisão senatorial. Sendo, portanto, uma carta dos cônsules destinada aos aliados Italianos, o *Senatus Consultum de Bacchanalibus* impunha ao povo romano e aos *foederati* uma série de restrições aos ritos Báquicos. A estrutura da epístola é bastante peculiar, sendo a primeira frase utilizada para proibir certo aspecto do culto e a frase subsequente utilizada para descrever as exceções a essa regra bem como as maneiras pelas quais o povo poderia seguir performando o culto. A primeira proibição, por exemplo, atesta que “Ninguém pode consentir em conduzir o ritual Báquico” e, logo em seguida, descrevem-se as possibilidades para aqueles que queiram continuar o rito: “Se alguém julgar necessário conduzir tal rito, este deve vir à Roma e deliberar com um pretor urbano e, quando sua sentença for ouvida, nosso senado deve julgar a questão”²³. Dessa forma o senado, apoiado pelos cônsules, desmantelou esse

¹⁹MOMMSEN apud PERRI, 2014, p.2.

²⁰Tradução semelhante é encontrada em Pagan: “concerning the Bacchanalia, they decreed that this edict be issued to confederate members”; o uso do “they” aqui é feito para atribuir as restrições impostas ao culto Báquico aos senadores romanos bem como à aceitação por parte dos cônsules a essas restrições (PAGAN, 2004, p.51).

²¹ Texto original: “had recommended (*censuere*) that to those who had made arrangements (*quei foederatei esent*) about the Bacchanalia (*de Bacchanalibus*) it was necessary to enact these provisions (literally *ita*) through an edict (*exdeicendum*)”(PERRI, 2014, p. 2-4).

²²LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §17: “Contione dimissa terror magnus urbe tota fuit, nec moenibus se tantum urbis aut finibus Romanis continuit, sed passim per totam Italiam, litteris hospitum de senatus consulto et contione et edicto consulium acceptis, trepidari coeptum est” (LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §17, p.266-268).

²³*Senatus Consultum de Bacchanalibus*, 3-4.

popular culto religioso performado em Roma e na Itália e que, nas palavras de Lívio, constituíam quase “um segundo povo”²⁴.

O Senado e a Busca por Hegemonia: a Proibição das Bacanalias

A fim de compreender as possíveis razões pelas quais o senado romano restringiu o culto a Baco em Roma e na Itália, torna-se necessário entender o contexto histórico desse início do século II a.C., a posição do senado nesse momento bem como o papel da religião nesse contexto. Começaremos pelo contexto histórico.

A organização política de Roma passou por uma profunda reforma: no século VI a.C., mais precisamente no ano de 509 a.C., Roma deixou de ser uma Monarquia e passou a ser uma República. Na prática, essa mudança implicava uma transformação política de um sistema centralizado na figura do rei/*rex* para um sistema onde havia divisão de poder; em um primeiro momento, essa divisão era feita entre o consulado e o senado, mas a partir do século III a.C., o tribunato da plebe se tornou uma terceira fonte de poder na República²⁵. Nesse contexto de mudança de cenário político, a jovem República começou a expandir seus territórios em um processo de forte conquista territorial primeiramente na Península Itálica e depois através do Mediterrâneo. Os séculos IV, III e II a.C. são marcados por sucessivas guerras de conquista e que levaram a República Romana a ser potência hegemônica no Mediterrâneo. Outrossim, esse processo de expansão de fronteiras, como nota Cornell²⁶, transformou profundamente as relações sociais na República: a partir do século IV a.C., Roma se tornou uma sociedade baseada na mão de obra escrava, o que agravava a situação dos pequenos e médios proprietários de terra; o problema das dívidas bem como a má distribuição de terras passa a ser, nesse período, uma questão recorrente e fonte de distúrbios na República²⁷.

As Guerras Púnicas, série de guerras lutadas pela República Romana contra Cartago, consistem em um momento chave para a história de Roma. Muitos são os autores romanos que veem no evento um “momento-estopim”, ou seja, o momento no qual a República Romana foi modificada profundamente. Lazenby definiu de maneira interessante as mudanças pelas quais passou a República depois das Guerras Púnicas

As guerras entre Roma e Cartago, conhecidas como Guerras Púnicas, foram indubitavelmente as mais críticas que Roma já lutou. Antes da primeira, Roma era puramente uma potência na Península Itálica e nunca havia operado fora da

²⁴ LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §13, p.250-254.

²⁵ CORNELL, 1997, p.277.

²⁶ CORNELL, 2008, p. 334.

²⁷ Problema que persistirá até o final da República Romana.

região; quando do final da guerra, os exércitos romanos haviam lutado na Sicília, na África, na Albânia, na França (Gália), na Espanha (Hispania) e Turquia e havia conquistado as províncias da Sicília, da Sardenha, da Espanha (Hispania) e da África e agora dominava o Mundo Mediterrâneo. Depois da breve aparição de Aníbal nos portões de Roma em 211 a.C., demorariam outros 600 anos até que um inimigo chegasse aos portões de Roma (T.A.)²⁸.

A Primeira Guerra Púnica ocorreu durante os anos de 264 a 241 a.C. e foi lutada em sua maior parte nas proximidades da Sicília, mas com uma incursão romana frustrada ao território cartaginês na África entre os anos de 256 e 255 a.C. O interessante da Primeira Guerra Púnica são as mudanças que essa causou para a República Romana: a primeira é a criação de uma frota naval forte e bem equipada que foi capaz de derrotar a frota cartaginesa, muito experiente em batalhas navais. A segunda foi o fato de ter a República Romana criado uma província na região da Sicília e da Sardenha, onde ela mesma controlava politicamente a região, elegendo um magistrado para governar anualmente; a experiência na Sardenha e na Sicília ditou os parâmetros para a criação de outras províncias e deu acesso ao Mar Mediterrâneo²⁹.

Já a Segunda Guerra Púnica, mais curta em duração mas não menos violenta, ocorreu durante os anos de 218 e 201 a.C. e foi marcada pela investida de Aníbal Barca, filho de Amílcar Barca, contra a República Romana. Aníbal provou ser um general exemplar e um desafio ímpar para a República Romana: sob seu comando, partindo da Hispania, Cartago organizou uma incursão ao território romano, tomando-o de surpresa. Roma perdeu sucessivas batalhas, em um processo de extremo perigo para a República; quem conseguiu reorganizar as legiões romanas e garantir a vitória final na Batalha de Zama, na África, foi Cipião, o Africano, quem garantiu a vitória definitiva de Roma sobre Cartago. Ainda houve uma terceira tentativa de derrotar a República Romana por parte dos cartagineses, mas a revolta rapidamente foi controlada e o solo cartaginês foi salgado, para que nada ali pudesse nascer³⁰.

Uma vez derrotado Cartago nas Guerras Púnicas, a República Romana se tornou a potência hegemônica no Mediterrâneo, passando a interferir cada vez mais nas questões de seus agora aliados. Scullard sintetiza de maneira muito interessante as mudanças pelas quais passou tanto a República Romana quanto os povos mediterrânicos quando da vitória romana sobre Cartago

²⁸Texto original: The wars between Rome and Carthage, the Punic Wars, were arguably the most critical Rome ever fought. Before the first, Rome was a purely Italian power and its forces had never operated outside peninsular Italy; by the end of the last, its armies had fought in Sicily, Africa, Albania, France, Spain, Greece and Turkey, and it had acquired its first provinces in Sicily, Sardinia, Spain and Africa and now dominated the Mediterranean world. After Hannibal's brief appearance before Rome in 211, it was to be over 600 years before a foreign enemy next appeared at Rome's gates (LAZENBY, 2006, p.225).

²⁹ SCULLARD, 2010, p.3.

³⁰LINTOTT, 2008, p.17.

Agora, através de praticamente toda extensão do Mundo Mediterrânico não haviam mais povos que pudessem, com algum sucesso, dominar o poder de Roma, que comandava uma posição central na Itália e no Mediterrâneo: sul e norte haviam sido conquistados e o futuro pertencia a Roma. A *urbe* havia introduzido uma unidade política no mundo conhecido, unidade essa tão extensa que faria jus aos sonhos mais utópicos de Alexandre, o Grande. Essa foi a maior conquista romana. Um pensador grego deveras perspicaz, de nome Políbio, percebendo essa grande preponderância, escreveu sua História Universal, cobrindo os anos de 220-145 a.C. porquê ele não conseguia compreender como uma pessoa não se interessaria por saber “como os Romanos, em menos de cinquenta e três anos, subjugarão quase todo o mundo habitado a seu próprio poder” (T.A.)³¹.

De fato, a partir da vitória na Segunda Guerra Púnica, a República Romana assumiu um papel de destaque nas relações entre os povos Mediterrânicos. Mas essa nova posição, como dito anteriormente, teve consequências nas relações internas da República: tanto econômica quanto socialmente, a República assumiu novos contornos. Muito embora a República Romana experimentasse um período de ganhos econômicos e culturais, com o maior contato com os povos do Mediterrâneo Helenístico, a situação interna da República apresentava graves problemas estruturais depois das Guerras Púnicas. A situação agrária se deteriorou devido ao extenso uso de mão de obra escrava, fato que criava um problema por competição entre pequenos e grandes proprietários de terras bem como tornava uma grande parcela dos *capite censi* (aqueles que todavia não possuíam terras) desempregada. Outrossim, as guerras contra Cartago, lutadas também em território romano, foram responsáveis pela destruição de grandes partes de terras cultiváveis e os políticos romanos pouco fizeram para reparar os danos causados; além disso, a permanência desses pequenos produtores nas legiões romanas durante a guerra forçou estes a permanecer longe do cultivo de suas terras e, ao chegar em suas pequenas propriedades já arrasadas, poucas alternativas tinham³².

Outro sério problema e que nos revela como, a partir das Guerras Púnicas, houve um agravamento do desequilíbrio social na República, é o *ager publicus*. A distribuição dessas que eram as terras de propriedade do povo romano, conquistadas durante as numerosas guerras em que os romanos fizeram parte, foi feita como forma de resolver as pressões a que os pequenos e médios proprietários foram submetidos, principalmente depois da Segunda Guerra Púnica. A divisão do

³¹Texto original: “Now throughout the length and breadth of the Mediterranean world there was no state that could hope successfully to challenge the dominant power of Rome, who owed not a little to the central position of Italy in the Mediterranean: East and West had been beaten, and the future lay with Rome. She had in fact introduced a political unity into world history such as Alexander the Great and others had dreamed about. This was Rome’s great achievement. An acute contemporary Greek statesman, Polybius, realizing this challenging fact, wrote a Universal History covering the years 220-145 B.C. because he could not believe that anyone could be so dull as not to want to know how ‘the Romans in less than fifty-three years succeeded in subjugating nearly the whole inhabited world to their sole government – an achievement unexampled in history’” (SCULLARD, 2010, p.4).

³²SCULLARD, 2010 p.16.

ager publicus, em um primeiro momento, foi feita sem uma organização formal, utilizando-as quem desejasse (contanto que fosse paga uma pequena parcela da produção para a República). Na prática, entretanto, os mais abastados e com maior influência política em Roma ocuparam as terras mais férteis, criando um monopólio do *ager publicus* pela elite³³. Tentativas de reforma agrária foram propostas, as mais famosas dentre elas as de Tibério e Caio Graco, mas com pouco sucesso. O forte processo de expansão havia deixado profundos problemas estruturais e que precisavam ser resolvidos para a sobrevivência da República.

Na teoria, a divisão de poderes na República era feita entre três esferas – consulado, senado e tribunato da plebe – mas, na prática, o senado romano assumiu o controle das principais decisões em Roma. Por volta do ano de 318 a.C. a instituição do senado garantiu sua emancipação das magistraturas (principalmente da censura), emancipação essa garantida a partir da *Lex Ovinia*. Essa lei teve uma consequência fundamental para compreender o papel hegemônico que assumiu o senado a partir do final do século IV a.C.: as decisões acerca das guerras deixaram de ser deliberadas e estabelecidas pelas assembleias populares encabeçadas pelos magistrados e passaram a ser decisões senatoriais. Se pensarmos que a guerra é, como nos demonstra Matyszak³⁴, o centro da vida romana, uma vez que Roma esteve envolvida em numerosas guerras desde o início da República e que a foi a guerra que a moldou tanto social quanto economicamente, compreendemos que a instituição que dominasse a guerra assumiria um papel destacado na República. Outrossim, parte das funções do senado foi atribuída não por uma lei, mas sim através dos costumes: de acordo com Scullard³⁵, as boas decisões tomadas pelo senado durante as Guerras Púnicas fizeram com que essa instituição absorvesse as principais tarefas na República Romana, como o controle das finanças e dos impostos.

Não podemos, entretanto, pensar no senado romano como um bloco homogêneo, sem nenhum tipo de distinção interna. Havia, aí sim, um grupo destacado dos demais e que se ocupava das decisões mais importantes competentes ao senado: a *nobilitas* romana era de fato quem controlava o senado, quem tinha direito a falar por primeiro nas reuniões senatoriais e quem, portanto, tinham mais peso no que toca às medidas a serem tomadas. Não há uma definição precisa do termo nos textos antigos e ainda há um intenso debate sobre quem de fato faria parte da *nobilitas*. Mommsen³⁶ pontua que todos os patrícios fariam parte da *nobilitas*, inclusive aqueles patrícios que ganharam o *status* de plebeus quando adotados por plebeus (*transitio ad plebem*); ademais, ainda segundo Mommsen, comporiam ainda a *nobilitas* aqueles

³³LINTOTT, 2008, p.54.

³⁴MATYSZAK, 2013, p.12.

³⁵SCULLARD, 2010, p.5.

³⁶MOMMSEN *apud* BRUNT, 1982, pp.1-17.

plebeus cujos antepassados haviam ocupado os cargos de ditador, mestre de cavalaria (*magister equitum*), censor, cônsul, pretor e edil da plebe. Tendo a não concordar com Mommsen no que diz respeito a quem participava da *nobilitas* romana, muito por perceber maior coesão na proposição de Gelzer. Para o autor³⁷, em seu trabalho intitulado *Die Nobilität der Römischen Republik*, o grupo da *nobilitas* era muito mais enxuto: apenas faziam parte desse grupo aqueles cujos antepassados haviam ocupado o cargo de cônsul. Sua teoria se baseia nos textos ciceronianos, onde Cícero atribui a nobreza a alguns cidadãos romanos muito específicos; ao observar os nomes citados por Cícero, Gelzer percebeu que todos possuíam antepassados cônsules. Nesse sentido, a quantidade de participantes da *nobilitas* era bastante restrita, o que implicava que o poder estava nas mãos de uns poucos membros do senado.

Interessante notar, como demonstra Rüpke, que a centralização política na República baseada na *nobilitas* tem consequências também na forma de organização da religião romana: “there is a strong emphasis on control, of both centralization and presence”³⁸. Essa centralização e controle a que Rüpke comenta se dá pois era a religião a responsável por legitimar as decisões políticas, podendo ser considerada, como comenta Simmel, uma “terceira autoridade”³⁹; banquetes, reuniões senatoriais, decisões de guerra, festas, enfim, muitos eram os eventos em Roma que se iniciavam com um sacrifício e uma oração às divindades. Outrossim, a religião romana tinha uma característica fundamental: ela não era expansionista, ou seja, não era um produto levado pelos romanos a ser absorvido por outros povos; a religião tinha por característica a absorção de elementos e deidades de outras culturas⁴⁰. Essa absorção era precisamente o elemento que levava a uma descentralização na religião romana: as deidades eram importadas publicamente, ou seja, a decisão de importar uma deidade era feita pelos magistrados e pelo senado, mas o culto e os ritos dedicados a essas eram particulares. Entretanto, principalmente a partir da segunda metade do século III a.C., houve um movimento em busca de centralização dos rituais.

Nesse contexto de franca expansão e de modificações profundas no tecido social da República é que temos a proibição das Bacanalias. Há um intenso debate acerca da chegada do culto Báquico à Itália e à Roma, mas algumas pistas nos são fornecidas por Lívio

Um grego sem nome veio primeiro à Etrúria e não possuía nenhuma das muitas artes que os gregos, supremos em seus conhecimentos, trouxeram para

³⁷Os textos analisados por Gelzer são o *Pro Murena*, *Verrinas*, *Pro Milone*, *Pro Pisone*, entre outros. A lista completa de membros da *nobilitas* citados por Cícero está presente nas páginas 28 a 31 da edição em língua inglesa de Matthias Gelzer (GELZER, M. **The Roman Nobility**. Translated with an Introduction by Robin Seager. Oxford: Basil Blackwell, 1969).

³⁸RÜPKE, 2007, p.3.

³⁹SIMMEL apud RÜPKE, 2007, p.4.

⁴⁰RÜPKE, 2007, p.4-5.

o cultivo da mente e do corpo. Era uma mescla de praticante de ritos e adivinho; também não era um daqueles que, ao demonstrar abertamente sua fé e publicamente proclamando sua doutrina, enxia as mentes com terror, mas sim era um sacerdote nos ritos secretos performados a noite (T.A.)⁴¹.

No parágrafo do *Ab Urbe Condita* temos algumas indicações interessantes sobre o processo de chegada das Bacanalias a Roma. Primeiramente, vale completar o mosaico de informações acerca das Bacanalias com a origem do culto e dos ritos. O deus Dionísio, também conhecido na Grécia por *Bakkos*, *Bakchos* ou *Bakkheus*, não compõe o grupo original de doze deuses adorados pelos gregos, mas sim foi adicionado posteriormente, mas no período clássico, Dionísio já era adorado e podia ser encontrado em todo o mundo Grego. Como argumenta Cole⁴², Dionísio tem por característica a fluidez no que toca ao gênero, podendo ser representado tanto na figura masculina quanto na feminina (principalmente no papel de uma moça solteira). As representações literárias de Dionísio também são bastante ambíguas, sendo por vezes descrito como vingativo, como visto no livro 11 da Odisseia⁴³, ou como um deus medroso, como visto no livro 6 da Ilíada⁴⁴. Quanto ao culto a Dionísio, há um grande paradoxo no que toca ao culto especificamente dionístico: o deus era adorado por toda Grécia, mas não existiam grandes templos dedicados a ele, sendo encontrados pequenos templos ao deus⁴⁵. Outrossim, havia uma divisão de gêneros nos cultos dionísticos: mulheres performavam os ritos particulares, onde homens não eram admitidos e homens participavam da adoração a Dionísio geralmente no teatro e mulheres não podiam participar.

Mas a principal fonte que temos sobre os ritos dionísticos na Grécia é o texto de Eurípides intitulado *As Bacantes* (*Bacchae*). No texto, Eurípides constrói uma história sobre mulheres loucas (*mainades*) que sobem as montanhas para dançar para Dionísio e, durante a dança, sacrificam animais selvagens e comem suas carnes cruas. Além disso, como pontua Eurípides, o primeiro movimento feito pelas Bacantes é aceitar a participação nos ritos solenes (*teletai*) e nas orgias (*orgia*) e, uma vez na montanha Kithairon, gritam para se unir ao deus Dionísio, que decide com quem se conectará. O segundo movimento gira em torno da ordem divina de participação das Bacantes nos rituais, celebrados a cada dois anos, e a punição de Dionísio, onde a loucura (*mania*) se torna uma consequência do controle divino. O vinho e o pão

⁴¹LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §8: "Graecus ignobilis in Etruriam primum venit nulla cum arte earum, quas multas ad animorum corporumque cultum nobis eruditissima omnium gens inexit, sacrificulus et vates; nec is qui aperta religione, propalam et quaestum et disciplinam profitendo, animos errore imbueret, sed occultorum et nocturnorum antistes sacrorum".

⁴²COLE, 2007, p.327.

⁴³Odisseia, 11, 321-325.

⁴⁴Ilíada, 6, 128-142.

⁴⁵Mesmo com pequenos templos na Grécia, o culto a Dionísio estava presente no calendário oficial das festividades locais (COLE, 2007, p.328).

(mas principalmente o vinho), são elementos já associados aos ritos dionísicos e, justamente por esse elemento, aliado à loucura feminina, que houveram manifestações contrárias às práticas dionísicas na Gécia⁴⁶.

Uma versão desse rito chega à Roma através da Etrúria, como nos conta Lívio. Como dito anteriormente, há um intenso debate acerca da chegada dos ritos dionísicos, conhecidos em Roma como ritos Báquicos. Takács⁴⁷ argumenta que muito possivelmente o culto a Baco tenha sim chegado à Roma através da Etrúria e há evidências arqueológicas que confirmam o argumento de Lívio: um sarcófago da Tarquínia datado de aproximadamente 200 a.C. contém o nome de cinco homens, contém também a palavra *paxana*, que era um adjetivo utilizado para Baco e contém a indicação, na nona linha, de que o bizavô (*prumpt pules larisal creices - Γραῖνος*) possivelmente era um advinho e profeta que trouxe o rito Báquico à Etrúria⁴⁸. Há também uma outra teoria, defendida por Frank, que argumenta que a culto a Baco foi trazido a Itália por escravos das colônias gregas do sul da Itália, provavelmente de Tarentum ou Locri e, uma vez em Roma, “the rites were carried on in the quarters of the poor near the docks behind the Aventine”⁴⁹. Junqueira⁵⁰ acrescenta que a possível data de chegada do culto Báquico a Roma foi o século III a.C., através da Etrúria. Há uma séria probabilidade do culto já ser realizado em Roma nesse período, uma vez que Plauto já satirizava elementos do rito Báquico em suas peças, datadas do final do século III e início do II a.C.⁵¹

De toda forma, quando o culto chega à Roma, este sofre algumas alterações, mas mantém elementos similares ao culto performado na Grécia. Em um primeiro momento há a exclusividade da participação feminina, fato modificado por Paculla Annia, bem como havia a saída da cidade e a execução do rito fora do perímetro urbano⁵² (no caso grego, na montanha Kithairon, e no caso romano, uma gruta situada entre o monte Aventino e a rio Tíbre). A execução do culto baseado no consumo de vinho e banquetes bem como na orgia também são elementos que se apresentam similares. Mas havia, de acordo com o relato de Lívio, uma distinção profunda entre os dois ritos e que talvez tornasse o rito romano mais perigoso que o grego: a questão dos assassinatos, falsos testemunhos, da participação indiscriminada de homens e mulheres, escravos e libertos, bem como a questão das iniciações da juventude por meio do

⁴⁶COLE, 2007, p.329-331.

⁴⁷TAKÁCS, 2000, pp.301-310.

⁴⁸HEURGON *apud* TAKÁCS, 2000, 304.

⁴⁹FRANK *apud* TAKÁCS, 2000, p.304.

⁵⁰JUNQUEIRA; AMES, 2010, p.343.

⁵¹Há referências aos ritos Báquicos nas peças Mercator, Miles Gloriosus, Aulularia, Amphitryo, Casina e Báquides (WALSH, 1996, p.191-192).

⁵²WALSH, 1996, p.188

estupro são elementos que, quando revelados às autoridades romanas, causaram alarde e justificaram a necessidade da aplicação de medidas violentas.

Mas, seria o relato de Lívio fiel ao evento ocorrido no ano de 186 a.C. ou estaria o autor mascarando as reais intenções do senado, aliado aos cônsules, na proibição das Bacanalias? Walsh aponta para a questão, argumentando que Lívio aumentou a dramaticidade do evento ocorrido, talvez para criar uma narrativa mais interessante ao leitor. Nesse sentido, e percebendo que Lívio de fato possa ter aumentado a proporção tanto do tamanho do culto quanto da repressão a este, proponho duas formas de ler o texto contido no livro 39 do *Ab Urbe Condita Libri*: a proibição das Bacanalias foi um movimento orquestrado pelo senado romano em conjunto com os cônsules a fim de frear elementos da cultura Helenística que eram cada vez mais absorvidos após a Segunda Guerra Púnica. Essa tese, bastante defendida, é uma das maneiras de analisar o evento do ano de 186 a.C. e pode ser defendido a partir do texto de Lívio aliado ao *Senatus Consultum de Bacchanalibus*.

Antes de conceder alguns parágrafos a trabalhar a questão das Bacanalias, Lívio se dedica a detalhar como a República passava por um processo de mudança no período: esse início de século II a.C., de acordo com o autor, marca a chegada do luxo à Roma, luxo esse considerado uma benesse em um primeiro momento, mas que depois se mostrou um verdadeiro problema

O germe do luxo foi introduzido na cidade pelo exército vindo da Ásia. Eles, pela primeira vez, importaram à Roma sofás de bronze, colchas preciosas, tapeçarias e outros tecidos finos, mesas de um só pé e aparadores, artigos que então consideravam suntuosos. Foi então que introduziram nos banquetes as tocadoras de cítara e alaúde e outros elementos para entreter os participantes... Entretanto, essas coisas consideradas excelentes se tornaram o germe do luxo porvir (T.A.)⁵³.

Logo a seguir, Lívio se põe a analisar a questão da revelação e restrição das Bacanalias. Não é mera coincidência que o autor estabeleça essa relação de causa e efeito, de um processo de absorção de maus elementos da cultura Helênica e de perturbação política causada por uma conjuração religiosa. O que o autor faz é indicar que o problema religioso e social criado por um culto estrangeiro não está deslocado do processo profundo de mudanças sociais causadas pelo contato com povos cada vez mais diversos. Ademais, noto que a própria redição do *Senatus Consultum de Bacchanalibus* contém elementos que podem corroborar a hipótese de ser o movimento senatorial de proibição das Bacanalias um movimento anti-helenismo: a grafia de

⁵³LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §6: "Luxuriae enim peregrinae origo ab exercitu Asiatico invecta in urbem est. Ii primum lectos aeratos, vestem stragulam pretiosam, plagulas et alia textilia, et quae tum magnificae suppellectilis habebantur, manopodia et ábacos Romam advexerunt. Tunc psalteriae sambucistriaeque et convivalia alia ludorum oblectamenta addita epulis: epulae quoque ipsae et cura et sumptu maiore apparari coeptae... Vix tamen illa, quae tum conspiciebantur, semina erant futurae luxuriae"(LÍVIO, *Ab Urbe Condita Libri*, Liber XXXIX, §6, p.232-236).

certos verbos latinos é feita de maneira, a primeira vista, pouco usual, mas que nos indicam coisas muito interessantes. Alguns verbos como *habeo esum*, por exemplo, são conjugados com apenas um “s”, quando a forma mais comum nos textos latinos é com dois “s”; *esent, ese, necesus, habuise, fecise, dedise*, por exemplo, todos recebem apenas um “s”. Durham⁵⁴ argumenta que o latim passou por uma série de reformas para se adequar a métrica da poesia grega. Dessa forma, há a inclusão da duplicação de consoantes, para implicar a amplitude destas; o *Senatus Consultum de Bacchanalibus* não aplica esse tipo de reforma, mantendo a versão arcaica das conjugações verbais. Há a possibilidade de essa recusa em aderir à reforma do latim seja um processo deliberado do senado romano, insatisfeito com a proporção das absorções de elementos da cultura Helenística.

Outrossim, levanto uma segunda forma de se analisar o texto de Lívio: ao restringir as Bacanálías, o senado romano objetivava garantir sua própria hegemonia também no campo religioso. Vimos como o senado romano se colocava cada vez mais como a grande fonte de poder em Roma e como potência hegemônica, principalmente depois da Segunda Guerra Púnica. Mas a hegemonia, em qualquer contexto, é volátil e precisa ser cuidada e garantida em todas as esferas. Se um aspecto escapa desse fino balanço, poderá haver problemas.

Novamente aqui Lívio nos é valioso. Ao comentar sobre as proporções que haviam tomado o culto Báquico em Roma, o autor menciona que o número de participantes era tão grande que consistia em um “segundo estado”. Em um processo de expansão, mudança e princípio de crise social, ter um culto religioso tão vasto e distinto dos moldes religiosos da República, era potencialmente desastroso. Concordo com Junqueira⁵⁵ que a participação maciça da população romana e italiana nesse culto se tratava de um “movimento escapista, baseado em expectativas diferentes das mundanas e sustentado por oprimidos, camponeses desarraigados, pobres e escravos” e é exatamente por isso que precisava, na visão da elite romana, ser restrito. A sociedade romana era baseada na relação entre governados e governadores e era necessário que cada qual ocupasse seu próprio espaço e, nesse sentido, a proibição do culto Báquico pode representar uma tentativa do senado romano em manter seu próprio *status quo* e seu poder. O *Senatus Consultum* evidencia essa busca por hegemonia senatorial, na medida em que vincula as permissões a suas próprias deliberações. A fórmula é a seguinte: há a restrição de um aspecto do culto mas, caso alguém acredite ser necessário performar tal aspecto, que venha a um pretor urbano e que aguarde a decisão do senado. Há uma forte ênfase no poder que o senado adquiriu sobre esse culto ao restringi-lo.

⁵⁴DURHAM, 1913, p.97.

⁵⁵JUNQUEIRA; AMES, 2010, p.344.

Considerações Finais

Por fim, elaboro aqui algumas considerações de encerramento deste artigo acerca da religião romana. Vimos, por meio da ótica de Tito Lívio, o processo de revelação, restrição e perseguição do culto Báquico em Roma e na Itália, perseguição essa que só não foi maior que a perseguição aos cristãos, anos mais tarde. Lívio elabora um relato dramático sobre a revelação do culto ao cônsul Postumio, ao senado e ao povo romano. O autor relata também as medidas tomadas para restringir o culto e punir os envolvidos e as iniciativas senatoriais para tornar públicas suas deliberações conhecidas. Outrossim, além do texto de Lívio, temos um segundo documento que nos fornece detalhes valiosos sobre as decisões do senado em conjunto com os cônsules: o *Senatus Consultum de Bacchanalibus* é um documento que corrobora as afirmações de Lívio e que indica como seria o culto a partir de então.

A partir das questões elaboradas ao analisar pela primeira vez o texto de Lívio e o *Senatus Consultum de Bacchanalibus*, elaborei duas hipóteses que poderiam responder o porquê de o senado ter restringido e reprimido de maneira tão violenta o culto Báquico. A primeira delas diz respeito ao fato de esse ser um movimento anti-helenismo arquitetado pela elite romana. Vimos que a própria construção do texto de Lívio, aliando as mudanças a que a sociedade romana passava no período (mudanças que se tornaram ruins) à propagação do culto Báquico nos é indicativo de um processo anti-helenismo. Ademais, os indícios linguísticos contidos no *Senatus Consultum de Bacchanalibus* também confirmam a hipótese de uma tentativa de bloquear os elementos da cultura grega.

Outrossim, a segunda hipótese que elaborei era de que a restrição e violenta repressão representavam um processo de tentativa de garantia de hegemonia por parte do senado romano também na religião. O processo de forte expansão, de mudanças sociais profundas e de início de crises econômicas e sociais, tornaram tanto o senado romano a potência hegemônica em Roma como tornaram maior a adesão ao culto Báquico. Como esse culto feria o que os romanos compreendiam por religião bem como ameaçavam a hegemonia senatorial nessa área, houve a necessidade de frear a expansão, mediante a restrição do culto, bem como de punir de maneira exemplar todos aqueles que do culto participavam. Desse modo, percebemos que o evento do ano de 186 a.C. representava também um movimento deliberado por parte do senado para garantir sua hegemonia.

Referências

Documentação

LÍVIO, Tito. **Ab Urbe Conducta Libri**, Books XXXVIII and XXXIX. Cambridge, MA: Loeb Classical Library, 1936.

TIERNEY, J.J. The Senatus Consultum de Bacchanalibus. **Proceedings of the Royal Irish Academy. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature**, Vol. 51 (1945-1948), pp.89-117.

Referencial teórico

BRUNT, P.A. Nobilitas and Novitas. **The Journal of Roman Studies** (London), vol.72, 1982.

COLE, Susan Guettel. Finding Dionysus. In. OGDEN, Daniel. **The Blackwell Companion to the Greek Religion**. New Jersey: Blackwell Publishing Ltd, 2007, pp.327-343.

DURHAM, Charles L. Formal and Informal Latin. **The Classical Weekly**, vol.6, n.13, 1913, pp.97-101.

GELZER, M. **The Roman Nobility**. Translated with an Introduction by Robin Seager. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

JUNQUEIRA, Nathalia Monseff; AMES, Cecília. Religião e Controle Social no Mundo Romano. A Proibição das Bacanais em 186 a.C. **Conferência Internacional e III Colóquio Nacional do LEIR (Laboratório de Estudos sobre o Império Romano) da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP), Campus Franca**. Setembro de 2010.

LAZENBY, J.I. Rome and Carthage. In: Flowers, H. **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. London: Cambridge University Press, 2006, pp.225- 267.

Lintott, A. Political History, 146-95 B.C. In: Cook, J.A. **The Cambridge Ancient History: The Last Age of the Roman Republic, 146-43 B.C.** London: Cambridge University Press, 2008, pp.40-103.

MATYSZAK, Philip. **Os Inimigos de Roma: De Aníbal a Átila, o Huno**. São Paulo: Manole, 2013.

PAGAN, Victoria Emma. **Conspiracy Narratives in Roman History**. Texas: University of Texas Press.

PERRI, Basilio. **The So Called Senatus Consultum de Bacchanalibus: Detailed Analysis of the Language**. Itália: Simplicissimus Book Farm srl, 2014.

Rezende, A.M.; Biachet, S.B. **Dicionário do Latim Essencial**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

- RÜPKE, Jörg. Roman Religion – Religions of Rome. In: RÜPKE, Jörg. **A Companion to Roman Religion**. New Jersey: Blackwell Publishing Ltd, 2007, pp.1-10.
- SCULLARD, H.H. **From Gracchi to Nero: a History of Rome from 133 B.C. to A.D. 68**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2010.
- TAKÁCS, Sarolta A. Politics and Religion in the Bacchanalian Affair of 186 B.C.E. **Harvard Studies in Classical Philology**, vol.100, 2000, pp.301-310.
- WALSH, P.G. Making a Drama out of a Crisis: Livy on the Bacchanalia. **Greece & Rome, Second Series**, vol.43, n.2, 1996, pp.188-203.
- WISEMAN, T.P. Remus: **A Roman Myth**. London: Cambridge University Press, 1995.

ANEXO 1 – *SENATUS CONSULTUM DE BACCHANALIBUS*

[Q.] Marcius L. f., S(p). Postumius L.f. cos. senatum consoluerunt n(onis)

Octob. apu aedem

Duelonai. Sc(ribendo) arf (uerunt) M. Claudi(us) M. f., L. Valeri(us) P.f., Q.

Minuci(us) C.f. De Bacanalibus, quei foideratei

esent, ita exdeicendum censuere: `Neiquis eorum [B]acanal habuisse velet

sei ques

esent, quei sibi deicerent necesus eses Bacanal habere, eeis utei ad pr. urbanum

5 Roman venirent, deque eeis rebus, ubi eorum v[e]r[b]a audita esent, utei senatus

noster decerneret, dum ne minus senatoribus C adesent [quom e] a res cosoleretur.

Bacas vir nequis velet ceivis Romanus neve nominus Latini neve socium

quisquam, nisei pr. urbanum adiesent, isque [d]e senatuos sententiad, dum ne

minus senatoribus C adesent quom ea res cosoleretur, iousiset. Ce[n]sure.

10 Sacerdos nequis vir eset; magister neque vir neque mulier quisquam eset;

neve pecuniam quisquam eorum comoine [m h]abuisse ve[l]et; neve magistratum,

neve pro magistratu [d], neque virum [neque mul]ierem quiquam fecise velet;

neve post gac inter sed conioura[se nev]e comvovise neve conspondise

neve compromises velet, neve quisquam fidem inter sed dedise velet.

15 Sacra in [o]quoltod ne quisquam fecise velet; neve in poplicod neve in

preivatod neve extrad urbem sacra quisquam fecise velet, nisei

pr. urbanum adieset, isque de senatuos sententiad, dum ne minus

senatoribus C adesent quom eam res cosoleretur, iousiset. Censuere.

Homines plous V oinvorsei virei arque mulieres sacra ne quisquam

20 fecise velet, neve inter ibei virei plous doubus mulieribus plous tribos
arfuise velent, nisei de pr. urbani senatusque sententiad, utei suprad
scriptum est'. Haice utei in conventionid exdeicatis ne minus trinum
noundinum, senatuosque sententiam utei scientes esetis, - eorum
sententia ita fuit: `sei ques esent, quei arvorsum ead fecisent, quam suprad
25 scriptum est, eeis rem caputalem faciendam censuere – atque utei
hoce in tabolam ahenam inceideretis, ita senatus aiquum censuit,
uteique eam figier ioubeatis, ita sentus aiquom censuit,
utei ea Bacanalia, sei qua sunt extrad quam sei quid ibei sacri est,
ita utei suprad scriptum est, in diebus X, quibus vobeis tabelai datai
30 erunt faciatis utei dsmota sient. In agro Teurano.

Fonte: TIERNEY, J.J. The Senatus Consultum de Bacchanalibus. **Proceedings of the Royal Irish Academy**. Section C: Archaeology, Celtic Studies, History, Linguistics, Literature, Vol. 51 (1945-1948), pp.89-117.

AS POLÍTICAS MATRIMONIAIS E OS JOGOS DE PODER NA COROA DE ARAGÃO DURANTE O REINADO DE JAIME II, O JUSTO (REINADO 1291-1327)

Renato Toledo Silva Amatuizzi

renatoledo17@hotmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

<http://lattes.cnpq.br/0524257595977209>

Resumo: Os casamentos firmados na Casa real de Aragão e condal de Barcelona durante o reinado de Jaime II são capazes de nos mostrar as dinâmicas sociais, econômicas e diplomáticas aragonesas motivadas por um ambicioso projeto marítimo mediterrânico revelando a profícua habilidade política ao negociar acordos e casamentos com diferentes linhagens, dinastias e reinos na tentativa de manter os interesses expansionistas do reino. Para isso, o próprio rei e seus filhos foram usados como peças valiosas nesses jogos de interesses, ora com resultados positivos, ora na iminência da bancarrota comercial ou ameaça de guerra, arranjando estratégias, saídas e soluções para manter a saúde do reino acima da saúde pessoal sua e dos infantes.

Palavras-chave: Coroa de Aragão; casamento; Jaime II.

Abstract: The marriages signed in the Royal House of Aragon and in the County of Barcelona during the reign of James II are able to demonstrate us the social, economic and diplomatic dynamics of Aragon that were motivated by an ambitious Mediterranean maritime project, thus revealing the profitable political ability of negotiating treaties and marriages with different lineages, dynasties and kingdoms in an attempt to maintain the expansionist interests of the kingdom. To enable this, the king himself and his offspring had been used as valuable pieces in these states of affairs, sometimes with positive results or resulting in an imminent commercial bankruptcy or in a war threat, by providing strategies and solutions to keep the welfare of the kingdom above his own and his children's.

Keywords: Crown of Aragon; marriage; Jaime II.

Introdução:

Os casamentos reais habitam o imaginário popular há séculos. Recentemente, na Inglaterra, o mundo presenciou ao vivo a cerimônia que uniu os herdeiros da coroa britânica, William e Harry, com duas plebeias, Kate Middleton e Meghan Markle. Mais emblemático ainda foi o enlace entre o príncipe Charles e a jovem Diana Spencer, *lady Di* (1961-1997), cuja beleza e carisma encantou populações e foi alvo constante de especulações e ataques pela imprensa até mesmo após a sua trágica morte, em 1997. Se hoje, por trás da pompa e requinte televisionados, encontramos uniões baseadas no amor genuíno, rompendo as barreiras sociais, por muito tempo o sentimento era um termo diminuto nos casamentos e matrimônios contraídos pelas diversas casas reais do Ocidente Latino. No lugar de um jovem casal apaixonado, tínhamos acordos e tratados firmados entre reinos que ditavam a posição ocupada naquele complexo e pragmático jogo político. O que prevaleceu na Idade Média Tardia eram os interesses de Estado frente ao sentimento conjugal, o que não excluía o afeto entre pares, como veremos a diante.

Na Coroa de Aragão, durante o reinado de Jaime II, o Justo (1267-1327, rei desde 1291), os casamentos do rei e sua prole foram importantes estratégias políticas utilizadas para manter assuntos de primeira ordem. No século XIV, o monarca comandava uma grande extensão territorial e marítima, com domínios compostos pelos núcleos originais (Reino de Aragão e Principado da Catalunha), a porção peninsular (Valência, Múrcia e Alicante), a região pirenaica (Andorra, Arlés, Bearn, Carcassone, Nimes e Provença), a região insular (Ilhas Baleares) e os territórios estrangeiros, compostos pelas as ilhas italianas da Córsega, Sardenha e Sicília, o reino de Nápoles e os Ducados Neopátrias gregos (Atenas e Trácia).

O antigo projeto de se tornar um império marítimo, encabeçado pelo avô de Jaime II, o rei Jaime I, o Conquistador (1208-1276, rei desde 1213) exigiam do seu neto diversos sacrifícios para manter a saúde⁵⁶ do reino. Na esfera íntima, a escolha de uma esposa ultrapassava o gosto pessoal do monarca, considerando a manutenção de um extenso patrimônio familiar, a garantia de herdeiros varões e o contexto político do momento, direcionando a nobreza e a família real a decidirem o melhor caminho tomado.

Jaime II teve quatro esposas desde 1291, ao assumir o trono. Todas elas escolhidas conforme as necessidades da Coroa de Aragão sejam elas locais/ peninsulares ou estrangeiras. O que difere este reino dos demais é a inclinação dada pelos reis aragoneses ao firmarem alianças matrimoniais com casas reais mediterrânicas, como foi o caso da Sicília, Chipre eo Despotado de Épiro (território compreendido pela atual Grécia). Isso não significa que as relações com os reinos da França, Castela e Leão e até mesmo Portugal fossem assuntos de segunda ordem, porém, a economia e o abastecimento do reino por meio das possessões mediterrânicas tornavam os casamentos com herdeiras estrangeiras algo emergencial vital (CLARAMUNT, 2013: 205).

Para melhor compreensão do texto, o dividimos em dois momentos e os topicalizamos da seguinte forma: primeiro o casamento anulado com Isabel de Castela, depois a união com Branca de Anjou, onde apresentarei o papel da rainha como auxiliadora matrimonial dos casamentos de seus filhos, em seguida a união com a rainha cipriota Maria e o último casamento do monarca com uma representante da alta nobreza aragonesa, Elisenda de Montcada. Não será feito uma análise profunda de cada matrimônio, pois eles envolvem questões políticas, sociais, econômicas e culturais mais complexas, fugindo do objetivo norteador deste capítulo que é identificar os casamentos conforme os interesses do império aragonês.

Isabel de Castela (1283-1328): um casamento dissolvido.

⁵⁶O conceito de saúde refere-se à harmonia, equilíbrio e prática da boa governança, quando o monarca consegue atender as demandas de seus pares e súditos, estando muito mais associado ao sentido político do que biológico.

Em 1291, Jaime II assumiu o trono após a morte de seu irmão, Afonso III, o Liberal (1265-1291, rei desde 1285). No mesmo ano, o rei Sancho IV de Castela (1258-1295, rei desde 1284) e sua esposa Maria de Molina (1265-1321)⁵⁷ propuseram o casamento de sua filha Isabel de Castela (1283-1328), com oito anos de idade na época, ao novo rei de Aragão como cláusula do Tratado de Monteagudo (1291), cujos acordos buscavam garantir proteção mútua frente à ameaça francesa de Filipe IV (1268-1314, rei desde 1285) e uma futura união para a tomada do Reino de Granada.

É necessário entender o contexto histórico do Reino de Castela para elucidar as motivações desse casamento entre dois poderosos reinos ibéricos. Após a morte de Afonso X (1221-1284, rei desde 1252), o testamento do falecido monarca passava o trono ao seu neto Afonso de Lacerda (1270-1344), deserdando seu segundo filho Sancho, instaurando uma forte disputa régio-nobiliárquica frente às tentativas de monopolização do poder real em Castela. A facção a favor de Lacerda alegava a dupla ilegitimidade do casamento de Sancho IV com Maria de Molina – primos casados sem a dispensa papal – e o fato de Afonso X ter deserdado seu secundogênito. Um matrimônio entre Jaime II e Isabel, seria ideal para os monarcas castelhanos que perdiam forças, recebendo o apoio bélico necessário num futuro conflito além de proibir o exílio em Aragão dos nobres contrários a Sancho IV (GIMENEZ, ZLATIC, 2016: 86-87). A proximidade de parentesco era uma preocupação constante nas famílias reais, não apenas pelas questões cristãs circundantes, mas pelo alto risco do fim dessas linhagens, onde a esterilidade, os filhos natimortos, doenças ou anomalias resultantes da endogamia entre as casas reais do Ocidente medieval punham em xeque a manutenção e sucessão do poder (MOXÓ, 1969: 24). A união entre primos de primeiro grau, no caso de Sancho IV e Maria de Molina, era um prelúdio para a própria coroa castelhana do fim de uma antiga linhagem e a ascensão, às vezes por vias violentas, de uma nova família ao poder. Esses assuntos não se limitavam a Castela, mas a todos os reinos da cristandade latina. O grande número de filhos desses monarcas e nobres casando entre si causaram, a médio e longo prazo, uma debilidade genética com grande potencial de extinção biológica. (Seria interessante explicar em nota de rodapé como era o grau de parentesco entre Sancho IV e Maria de Molina, i. e., qual o antepassado com que os uniam).

O casamento de Jaime II não se consolidou, uma vez que o papa Nicolau IV (1227-1292, papa desde 1288) anulou o pedido alegando consanguinidade. Além disso, Isabel ainda tinha 10 anos de idade, faltando dois anos para atingir a idade mínima para casar. Em 1295 Sancho IV morreu e um conflito com a Casa de Anjou trouxe uma reviravolta nas questões políticas

⁵⁷ Maria de Molina nunca foi proclamada rainha. Quando Sancho IV morre, em 1295, ela se torna tutora do filho e, após a morte de Fernando IV (1312), disputa a notória do neto, o futuro rei Afonso XI.

aragonesas, deslocando as atenções de Castela para a ilha da Sicília. É fato que as relações ficaram abaladas entre Aragão e Castela quando Jaime II rompeu com o Tratado de Monteagudo (1291) e firmou o Tratado de Anagni (1295), alinhando Aragão as causas francesas. À França, interessava muito a subida de Afonso de Lacerda ao trono, pois seu pai, D. Fernando (1255-1275) era casado com Branca, filha de Luís IX (São Luís, reinado 1226-1270) e ter Aragão como aliado era um passo a frente do domínio francês em terras castelhanas. (GIMENEZ; ZLATIĆ, 2016: 90).

A jovem Isabel foi uma valiosa moeda de troca frente aos interesses da coroa. Com a morte de Sancho IV, Maria de Molina cogitou um casamento da sua filha com Afonso de Lacerda, seu sobrinho e reclamante do trono, para findar o conflito entre a nobreza e a monarquia, porém, os nobres a favor de Afonso negaram a proposta acusando uma futura tentativa da rainha-consorte de aumentar seu poder. Em 1310, Isabel se casou com João III, duque da Bretanha (CLARAMUNT, 2003: 205).

Branca de Anjou: a progenitora (1280-1310).

As relações com a Sicília sempre foram muito conturbadas com Aragão. O conflito com a Casa de Anjou corria desde Pedro III. É importante fazermos um pequeno recuo temporal para compreender a mudança de interesses de Jaime II para o Mediterrâneo. Em 1262, Pedro III, pai de Jaime II, se casou com Constança de Hohenstaufen (1249-1302), rainha consorte da Sicília e neta de Frederico II, imperador do Sacro Império Germânico. Esse casamento foi uma política de alianças bélicas contra os interesses franco-papais. Em 1268, Carlos de Anjou (conde da Provença entre 1266-1285) aliou-se ao papado enfrentando os exércitos aragoneses em diversas batalhas. Aragão venceu com apoio dos sicilianos, expulsando os angevinos da ilha que apoiavam a Casa de Anjou coroando Pedro III como novo rei da ilha (PICAVEA MATILLA, 2006: 39-41).

A Sicília foi incorporada à Coroa de Aragão e, como consequência, o papa Martinho IV (1210-1285, papa desde 1281) excomungou Pedro III e autorizou Felipe IV a tomar Mallorca, anexando a ilha à França. Após anos de conflitos, bastante dispendiosos aos cofres aragoneses, foi estabelecido o Tratado de Anagni (1295), cuja cláusula principal era o casamento de Jaime II com a filha de Carlos II de Anjou, a princesa Branca (1280-1310 rainha desde 1285). Dessa forma, Jaime concentrou seus esforços em pacificar a Sicília, atendendo as necessidades do reino, onde, nesse contexto, as alianças com Castela e Portugal estavam em segundo plano para a Casa de Aragão (FERRANDO MARTÍNEZ, 1948: v.1, 4-5).

Jaime II e Branca de Anjou tiveram dez filhos, sendo cinco homens e cinco mulheres. A constituição de uma numerosa família impulsionou as ambições mediterrânicas e a esperança de proventos políticos e econômicos, estendendo os interesses reais via casamento dos herdeiros, primeiro frente à Península Ibérica, depois ao Mediterrâneo. Branca foi peça fundamental nos casamentos firmados de sua prole. No período tardo-medieval, as rainhas tomaram para si a função de *auxilia maritandi* ao negociar dotes, espiar herdeiros – preferencialmente os membros de importantes famílias nobiliárquicas locais e estrangeiras – para seus filhos e também membros de seu séquito, gestando junto ao marido e a família os casos de difícil solução. Nas cartas trocadas entre Aragão e outros reinos, entre 1300 e 1310, há alguns acordos estabelecidos diretamente entre Isabel de Portugal, Maria de Molina, a condessa Matilde de Artois e Branca de Anjou para unirem suas linhagens principais e laterais aos aragoneses, embora as decisões sempre fossem amparadas ou estimuladas pelos maridos, à condição materna trazia consigo a função de mediadora e negociadora de casamentos (FERRANDO MARTÍNEZ, 1948: v.1, 8).

O casamento gerou um rico dote para Jaime II. Além do ganho das ilhas da Córsega e Sardenha com o Tratado de Anagni (1295), os nascimentos de cinco varões garantiram a sucessão monárquica e o mantimento da família no poder. Em contrapartida, Jaime II concedeu a rainha abundantes rendas, um castelo em Tortosa (região estratégica para o monarca visita-la durante o deslocamento entre as cortes de Valência, Barcelona, Lérida e Zaragoza), proventos em forma de roupas, empregados e grandes quantias de alimentos, além de outros luxos, como permitir a esposa caçar⁵⁸ com instrumentos luxuosos, confeccionados a ouro e roupas feitas de seda vermelha (FERRANDO MARTÍNEZ, 1948: v.2, 31).

As sucessivas gravidezes de Branca debilitaram rapidamente seu estado de saúde. Nas correspondências trocadas com o confessor e físico Arnaldo de Vilanova (1238-1311), recomendava-se a rainha se deslocar para lugares com ares mais agradáveis e evitar sair para peregrinação ou junto com o marido para resolver assuntos políticos. A medicina medieval atribuía ao ar a causa de muitas doenças e enfermidades, além disso, a gestação e, principalmente o parto, eram assuntos de urgência e de altíssima periculosidade, necessitando ajuda de diversas pessoas para seus cuidados pessoais, com cirurgiões, boticários, físicos, cuidadoras (*nodrizas*) e

⁵⁸ Em sete de setembro de 1307, Jaime II pede que Dom Artal de Horta, comendador de Montalbán, presenteasse a esposa Branca com um açor e um falcão para ajudá-la na caça de lebres, um passatempo da rainha. A carta está disponível no segundo volume do livro “*Jaime II y su vida familiar*”, de J. Ernesto Martínez Ferrando, 1948, pág. 31, carta nº 52.

outros incumbidos de proteger sua extensa prole, já dispersada pelo território aragonês, como aias⁵⁹, amas de leite e as *nutricerii*.⁶⁰

A primeira gravidez de Brancafoi aos 16 anos, dando a luz a Jaime (1296-1334). Três anos depois deu a luz a Afonso, futuro Afonso IV de Aragão (1299-1336), e Maria (1299-1347). Em menos de um ano nascia Constança (1300-1327) e Isabel (1300-1330). Em 1301 nascia Juan (1301-1334) e após quatro anos sem nenhuma gravidez, nasceram com intervalos de um e dois anos Pedro (1305-1381), Branca (1307-1348), Raimundo (1308-1364) e Violante (1310-1353). Em 1308, alguns meses após o nascimento de Raimundo, o estado de saúde de Branca se agravou. Certa de sua morte redigiu seu testamento, porém só faleceu em 1310, durante o parto⁶¹ da sua última filha Violante.

Devido aos poucos registros escritos pela rainha levantamos algumas hipóteses sobre seu papel na escolha dos casamentos de sua prole. Sua morte precoce legou ao marido a decisão do futuro matrimonial dos infantes, peças fundamentais nos jogos políticos paternos. Antes de dar continuidade aos dois casamentos de Jaime II, analisaremos brevemente os caminhos tomados por parte de sua prole. Ao todo foram dez filhos, destes, três seguiram vida religiosa e outros dois se casaram com os mais altos extratos da nobreza catalã. Esses matrimônios são importantes para entendermos as questões locais e as estratégias eclesiásticas de poder. Foi também excluído da análise os três filhos bastardos de Jaime, cujas trajetórias pessoais e políticas per si merecem um estudo a parte. Aqui o objetivo é dar uma breve noção em escala internacional dos interesses reais com outros reinos e impérios medievais.

Afonso (futuro Afonso IV de Aragão: 1299-1336).

Afonso foi coroado rei em 1327. Como secundogênito, a sucessão se efetivou depois de seu irmão, o primogênito Jaime, ter renunciado a coroa, dissolvido o casamento com Leonor de Castela (1307-1359), e se retirado para a carreira monástica. Em 1314, Afonso casou com Tereza de Entença (1300-1327), condessa de Urgel, herdeira de uma região estratégica para manter a

⁵⁹ Mais detalhes sobre a função política das aias, consultar: FERNANDES, Fátima. “*As potencialidades da função de aia na Baixa Idade Média*”. In: Estudios de História de España VII: Buenos Aires, Universidad Católica da Argentina, 2005, p.77-96.

⁶⁰ Geralmente eram mulheres de confiança da rainha responsáveis por garantir proventos alimentares aos infantes. Elas atuavam como canal direto entre os *sobrecoqs* (cozinheiros) e os mordomos (responsáveis pelas finanças) ao pedir rendas para comprar comidas e outros serviços ligados à saúde e alimentação dos herdeiros.

⁶¹ Em 2010, o Museu de História da Catalunha desenterrou no Mosteiro de Santa Creus (Tarragona) a ossada da rainha Branca de Anjou († 1310). Na análise média *post mortem*, concluíram que a rainha tinha fraturas pélvicas e uma grande desmineralização óssea, ambas resultantes dos partos contínuos e diminuição considerável dos níveis de cálcio no corpo, comum durante a gestação. Além disso, a baixa estatura e pequeno porte físico (1,50 m) debilitaram rapidamente a saúde da rainha que viveu até os 30 anos.

soberania aragonesa nos Alpes Pirenaicos, sempre ameaçada pelo avanço dos condes da Provença e/ou dos reis da França. O casamento gerou sete herdeiros, Tereza morreu após dar a luz a Sancho e cinco dias antes da sua proclamação como rei de Aragão (MONTALVO HINOJOSA, 2006: 81-81).

A morte de Tereza levou Afonso a casar com Leonor de Castela (1307-1359), a prometida do irmão Jaime, tornando-a rainha de Aragão em 1329. A situação, porém, não se acalmou. Os biógrafos de Jaime II, Ferrando (1949) e Montalvo (2013) indicam que a mágoa de Leonor motivou-a constantemente a conspirar contra os enteados, e a favorecer os filhos⁶² num projeto de unir ambas as Casas sob a égide de Castela.

D. Maria de Aragão (1299-1327).

Maria é um exemplo claro de como os filhos, diante das necessidades urgentes da Coroa, eram utilizados pelo rei para traçar estratégias políticas e diplomáticas. Aos cinco anos de idade, Maria foi prometida ao rei Felipe IV da França, no entanto, a espera para completar a maioridade era grande e os interesses franceses mais urgentes, anulando o matrimônio antes de iniciar. Devido às complicações diplomáticas nos acordos entre Aragão e Castela, primeiro com Jaime II, ao romper o Tratado de Monteagudo, e depois com seu filho, D. Jaime ao dissolver a união com Leonor de Castela, Jaime II buscou amenizar as rixas, cada vez maiores, oferecendo sua filha Maria ao infante Pedro (1290-1319), filho de Fernando IV de Leão e Castela, que se casaram em 1312.

Dessa união nasceu apenas um herdeiro, Branca (1319-1375). Em 1319, Pedro morreu na batalha de Monte Serra Elvira. Viúva, Maria decide, com ajuda do pai, deixar Castela, porém, sem o consentimento do sogro Fernando IV e de Maria de Molina. Essa atitude rompeu novamente com a paz entre os reinos, pois a pequena Branca era herdeira de grandes porções de terras castelhanas na fronteira com Aragão (recebidas de seu pai Pedro), abrindo a possibilidade dos monarcas aragoneses reivindicarem sua posse e aumentarem os limites continentais horizontais do reino (MONTALVO HINOJOSA, 2006: 80).

Constança de Aragão (1300-1327).

⁶² O casamento arranjado para Leonor, após a anulação do casamento com Jaime, deu a ela dois filhos, Fernando e João. Do casamento com Tereza de Urgel, Afonso teve sete filhos, sendo Pedro (futuro Pedro IV, o cerimonioso) o futuro rei de Aragão por descendência paterna direta. Leonor era filha de Fernando IV de Leão e Castela.

O ressentimento de Castela não se limitou somente a Jaime II. Seus filhos também foram alvos de ataques diretos e indiretos dos monarcas castelhanos (MONTALVO, 2006: 83-84). Em 1306, Jaime II se reuniu com Fernando IV em Murcia para decidirem a divisão de terras do reino recém-conquistado. Como cláusula do novo acordo, Jaime concedeu a mão de Constança, com seis anos de idade, para João Manuel (1292-1348), outro filho de Fernando IV, com 15 anos na época.

Conforme as cartas trocadas entre a aia de Constança, Dona Saurina de Beziers, e o monarca, o tratamento pessoal concedido à infanta era bastante rude, omissivo e negligente. Ao ser trasladado para o castelo de Villena, distante de Zaragoza ou Barcelona, a jovem infanta adoeceu, preocupando o pai. Em junho de 1307, Jaime II, estabelecido em Huesca, pede que o físico Guilherme Barberá seja levado com urgência de Valência pra Villena, região da Múrcia, para atender Constança que estava gravemente enferma. O estado de saúde piorava e D. Saurina pediu ao monarca imediatamente que o físico permanecesse vigiando a infanta: “*significamos quod scribimus nos et domina Regina magistroGuillelmo, físico Valencie, ut apud castrum de Billena, pro conservacione salutis inclite filie nostre dompne Constancie*” (FERRANDO MARTÍNEZ, 1948: v.2, 30).

O deslocamento dos infantes em tenra idade era uma característica das cortes régias tardo-medievais. Chamamos esse costume de *patrilocalidade*, o qual garantiria aos homens disponíveis para o casamento um ambiente social similar ao de casa. Para as mulheres, eram enviadas cedo para a esfera de influência da família do futuro marido. Uma vez prometido o matrimônio, era arranjada a transferência da noiva, geralmente ainda criança, para um convento ou para a corte do futuro cônjuge. Essas vivências nem sempre eram positivas, como foi o caso de Constança. Podemos levantar algumas hipóteses: uma vez casada, a saúde de Constança era uma obrigação marital (ou da família do cônjuge), no entanto os apelos e súplicas da aia Saurina de Beziers para Jaime II mostram uma possível negligência em relação à Constança, a ponto de pedir a intervenção paterna. A situação não muda com o passar dos anos. Em 1315, a infanta ficou novamente doente, precisando dos cuidados do físico aragonês Guilherme de Barbará. As ordens médicas são claras: “*que viniesse a la terra de la marina (Valência) por que em aquela buen aire*” além de poder desfrutar da presença dos irmãos e do pai, ajudando a reestabelecer a saúde da infanta. Novamente o pedido foi negado (FERRANDO MARTÍNEZ, 1948: v. 2, 114; MONTALVO HINOJOSA, 2006: 83).

O estado de saúde piorou ano após ano. As sucessivas cartas trocadas entre ela e o pai mostram uma jovem adoentada, com constantes problemas respiratórios, suplicando para rever os irmãos e reclamando da “*soletud*” do castelo de Villena. Em 1326, Jaime II já estava bastante doente. Constança pediu para ver o pai e novamente foi negado. A distância dos irmãos, o clima

frio da região onde morava, a morte do pai e dos dois filhos pequenos (Beatriz e Manuel, sem dados) num curto intervalo de tempo, deixou-a gravemente doente, morrendo em 1327 de febre tifoide.⁶³ Hoje, com os avanços da medicina contemporânea, compreendemos melhor a íntima associação entre a saúde mental, espiritual e biológica. As sucessivas perdas familiares, a possível omissão de socorro por parte do marido e as constantes enfermidades, tornaram os dias de Constança cheios de súplicas e lamentos, tornando-a vulnerável a muitas doenças e a um profundo estado melancólico.

Isabel de Aragão (1300-1330)

A fim de manter as boas relações com o poderoso Sacro Império Romano Germânico, Jaime II ofereceu em casamento sua filha Isabel para o filho do imperador Alberto I da Germânia (reinado 1298-1308). Na primeira década do século XIV havia no reino aragonês uma forte intenção de manter a paz com o papado, e assegurar a paz entre os reinos da França, o Sacro Império, e o papado de Roma. Uma nova disputa entre eles, como acontecera em 1291 na Sicília, seria bastante desgastante e dispendiosa.

Em 1313, Isabel se casou com Frederico (1289-1330), seguindo uma longa viagem até Viena (Ducado da Áustria). No dia 11 de maio de 1315, ela foi coroada rainha da Baviera. Os anos seguintes foram de relativa tranquilidade, as correspondências indicam algumas reclamações de doenças e da distância dos irmãos. Porém, um conflito sangrento se instaurou entre Frederico e Luís da Baviera (reinado 1328-1347) na disputa pelo trono do Sacro Império, que estava em vacância. Frederico perdeu a disputa na batalha de Mühldorf (1321), sendo preso em seguida. A prisão do marido trouxe grandes cortes financeiros para Isabel e os três filhos do casal, Frederico, Isabel e Ana. Com rendas e séquito bastante reduzidos, sua saúde ficou frágil (MONTALVO HINOJOSA, 2006: 85). Morreu aos 30 anos, na Basileia (atual Suíça), durante o exílio imposto por Luís.

Violante de Aragão (1310-1353)

Violante era a última filha de Branca de Anjou. Após a morte da mãe, coube ao pai decidir a futura aliança matrimonial da mesma. O destino não pareceu generoso como o de suas

⁶³A febre tifoide é causada pela bactéria *Salmonella Type*, adquirida através da ingestão de água e alimentos contaminados presentes em ambientes com má higienização ou com a presença de animais e roedores. As cartas trocadas entre Guilherme de Barba e Jaime II mostram Constança com convulsões, delírio e fraqueza muscular, sintomas do estágio avançado da doença que a matou com 27 anos de idade. No entanto, não procede a especulação da morte decorrente da peste negra, pois a mesma chegou na segunda metade do século XIV, já no reinado de Pedro IV, o Cerimonioso.

irmãs. Violante foi casada como condição de quatro acordos políticos reais: o primeiro casamento foi negociado com o rei da França, Carlos IV de Capeto (1294-1328, rei desde 1322), porém, as associações dos franceses com a família do Reino de Navarra, os Évreux, estimularam a recusa do rei francês, cujo novo matrimônio foi anunciado com Branca da Borgonha (1296-1326)⁶⁴.

Uma saída para conseguir um importante aliado frente às tensões crescentes com Castela e o Sacro Império Romano Germânico, levaram Jaime a oferecer Violante a Eduardo de Plantageneta (1312-1377), primogênito do rei Eduardo II da Inglaterra (reinado 1308-1327). Mais uma recusa, o jovem estava prometido a Filipa de Hainault, futura rainha da Zelândia e Batávia (atual Holanda). Como terceira opção, Jaime II recorreu novamente à Castela e, em 1325, tentou casar Violante com Afonso XI (1311-1350, rei desde 1312), mas Fernando IV rechaçou o pedido, e casou Afonso com Maria de Portugal. É perceptível que as relações com Castela eram de tensões e tentativas malfadadas de matrimônios apressados, ou como última opção por parte de Aragão. Esse comportamento real não passava despercebido.

Uma quarta e última saída foi recorrer ao Mediterrâneo, tentativa consumada com Filipe I de Tarento (1297-1330), déspota da România, do Epiro e rei da Albânia. No entanto, o casamento só foi consumado em 1328, após a morte de Jaime II. Uma disputa pelo poder levou Filipe a ser assassinato por facções políticas gregas contrárias ao domínio cristão na região. Essas mesmas facções fizeram de Violante prisioneira. Após extensas negociações, o seu regresso a Barcelona, fugindo do cenário violento na região, a jovem pediu ao irmão para se tornar priora em um convento, mas o pedido foi negado. Seu último casamento foi com o conde Lope de Luna (sem dados), descendente de uma família aristocrática influente na região do Languedoc. Ao que tudo indica, Violante morreu de complicações pós-parto, aos trinta e três anos de idade.

Maria do Chipre (1279-1319)

As relações entre Aragão e o Mediterrâneo Oriental sempre foram bastante profícuas. O estado cruzado do Reino do Chipre representava um importante entreposto comercial. Com a queda do Reino do Acre, o porto de Famagusta preencheu uma importante lacuna comercial. O Chipre, na época, era dominado pela família francesa de Luisignan, embora a maioria de sua população fosse de origem grega bizantina. Apesar dos conflitos violentos travados entre os reis e facções orientais, a família se manteve por mais de dois séculos no poder graças aos diversos acordos firmados com reinos cristãos do Ocidente (ABULAFIA, 2014: 381).

⁶⁴ Branca da Borgonha é uma das princesas acusadas de adultério e presa na famosa Torre de Nesle por sete anos.

O Chipre era uma porta de entrada para outros reinos do Oriente, principalmente a Armênia ciliciana, o Sultanato mameluco do Egito, a Anatólia e também o Mar Negro, cuja ascensão do império mongol no século XIII reconfigurou as rotas comerciais asiáticas possibilitando um novo leque de mercados em locais distantes. Para Jaime II, estabelecer uma aliança nessa região era de vital importância para o enriquecimento da Coroa de Aragão e manutenção de seus objetivos principais: a) buscar novos mercados no Oriente Próximo, e manter aqueles já consolidados; b) garantir a presença cristã na região frente ao avanço muçulmano e c) buscar novas terras para enfeudação, pois havia uma grande parte da nobreza insatisfeita com os benefícios e proteções fiscais cedidos aos mercadores e burgueses por parte de Jaime II (MONTALVO HINOJOSA, 2006: 147).

Alguns meses após a morte de Branca de Anjou, as razões de estado e a recusa de se casar com membros da alta nobreza aragonesa, motivaram Jaime II a enviar até o Chipre pessoas de sua confiança para escolher sua próxima esposa. Em 1313, em “*secreta deliberacio*” uma comitiva formada por Juan de Leodicia, Sancho, Simão de Lor e Pedro de Soler vão à Nicósia (FERRANDO, 1948: v.2. 90-94). A escolhida, mesmo não agradando aos gostos pessoais do monarca, foi Maria, irmã de Henrique II do Chipre (1285-1324). O casamento ocorreu em Barcelona, no ano de 1315, após amplas negociações acerca do dote da princesa cipriota e espionagem de emissários do rei acerca da estabilidade política e econômica do reinado de Henrique, especialmente do pujante porto de Farmagusta,

Conforme a análise de cartas trocadas entre o Chipre e Aragão, as relações diplomáticas foram tensas. O dote acertado entre Henrique II e Jaime II pelo casamento de Maria não foi pago pelo rei cipriota. Diversas cobranças e pessoas de confiança do rei foram enviadas para a ilha, porém as respostas foram sempre negativas. O valor acordado de 300 mil *bisantes* de prata (um valor muito alto para os padrões comerciais da época) foi pago em parcelas pequenas, com grandes espaços de tempo e cujo valor devedor ultrapassava ainda os 200 mil. Jaime II estava irritado, não somente com Henrique II, mas com seus conselheiros pessoais que garantiram “o *granbastament*” da ilha, iludidos, talvez, pela grande recepção e falsa propaganda promovida pelos Lusignan (FERRANDO MARTÍNEZ, 1948: v.1. 234).

Após ter as contas da casa de Tortosa reduzidas drasticamente, a ira de Jaime refletiu na esposa. Ferrando (1948: 250-254) afirma que o rei retirou mais de dez funcionários privados da rainha e cortou os exageros alimentares da mesma. Em 1317, após vários pedidos de tratar uma doença, Maria foi trasladada a Caldas de Estarach para banhos curativos. Um provável quadro infectocontagioso pulmonar agravou sua situação que faleceu aos 40 anos, em 1319, no castelo de Tortosa (FERRANDO MARTÍNEZ, 1948, v.2, 277).

Elisenda de Moncada: (1292-1364)

O último casamento de Jaime II foi com Elisenda de Moncada, membro da mais alta nobreza catalã. Essa escolha, assim como as demais, foi impulsionada pelas necessidades urgentes de um conturbado cenário político. Para entendermos o último matrimônio contraído por Jaime é necessário esclarecermos alguns pontos do contexto histórico naquele momento, pois houve uma ruptura com as alianças mediterrânicas e um retorno ao apoio interno. Temos aqui algumas hipóteses: a idade avançada do rei e sua saúde fragilizada impediram o mesmo de contrair matrimônios com princesas de terras distantes, diminuindo não somente o número de viagens marítimas como as peregrinações pelo reino. A segunda hipótese diz respeito ao tumultuado cenário político interno, de uma relação fragilizada e quase violenta entre o rei e a alta nobreza, forçando o monarca a abdicar de seus projetos ambiciosos além-mar e estabelecer uma reconciliação entre seus pares. Essa reação da nobreza, assim como a atitude do rei, não eram temas recentes na Coroa de Aragão, e faziam parte de uma série de mudanças em muitos reinos da cristandade latina no medievo tardio.

Entre os séculos XIII e XIV, perceberam-se tentativas nos reinos ibéricos de centralização do poder pelo monarca, buscadas através da redução das esferas de atuação dos conselhos reais, municípios ou associações influentes junto à corte. Diante dessas mudanças, surgiu um novo tipo de rei, um líder que acumulasse as funções da justiça (*rexjustus*), manutenção da paz (*rexpacificus*), garantia de proventos (*rexagricola*) e receptáculo de todas as virtudes (*rexfacetus*), além de exercer a autoridade máxima como servo fiel de Deus (*rex imago Dei*). Nesse modelo, as esferas de atuação das cortes e conselhos de nobres e eclesiásticos tiveram sua parcela de atuação limitada e sem tanta liberdade (LE GOFF, 2017: 447-450).

Na Coroa de Aragão, a partir de 1300, Jaime II liderou uma série de medidas cerceadoras dos poderes e influências da nobreza. O primeiro passo foi a proibição dos senhores e nobres de taxarem os seus vassallos, servos, camponeses e/ou peões sem autorização régia; em seguida, impôs penas mais duras aos juízes municipais e cavaleiros que abusavam de seus poderes, estabelecendo penas como a interdição dos cargos e o confisco dos bens desses infratores; a própria Igreja teve seus privilégios de imunidade jurídica negados pelo rei que propôs o julgamento dos religiosos pelas cortes laicas dentro de território aragonês. Outro fator importante foi a conquista de Valência, e de outros territórios marítimos, pois favoreceu a baixa nobreza no projeto de povoação dessas regiões para conter o avanço muçulmano; permitiu explorar novas terras, trazendo consigo novas oportunidades de ascensão social, riqueza e prestígio, ameaçando

o status da alta nobreza, já estabelecida ao norte da Catalunha e vivenciando as decisões pouco populares do rei. Nesse mesmo cenário, a burguesia e as ordens mendicantes foram bastante beneficiadas: aos burgueses e mercadores, o rei concedeu a isenção de impostos e confiou cargos diplomáticos e de negociação em protetorados comerciais estrangeiros; aos mendicantes, a doação dos bens da extinta Ordem dos Cavaleiros Templários para a construção de hospitais, hospedagens e mosteiros pelo território, incomodando diversos membros do alto clero aragonês (GERBET, 1997: 42-43; SARASA- SANCHÉZ, 1997: 305-309).

Diante desse cenário percebemos as razões de um grande descontentamento da alta nobreza. O círculo mais próximo do monarca tinha rendas altas, grandes quantias de terra (sobretudo ao norte), privilégios jurídicos e fiscais além do exercício da privança. Medidas como as tomadas por Jaime afastavam paulatinamente um *established* cuja função no mundo medieval era exercer parcelas de poder junto ao rei (GERBET, 1997: 47). Nessa altura, já endividado com a empreitada mediterrânica, e a beira de uma guerra civil entre seus pares, a morte de Maria do Chipre enterrou junto com a terceira rainha às vãs ilusões de um império rico e próspero no Mediterrâneo Oriental. Era o momento certo de se reconciliar com a nobreza e a Igreja.

Após negociações secretas com os arcebispos locais e o papa João XXII (1244-1334, papa desde 1316), a escolhida para casar com o rei, já doente e debilitado, foi Elisenda de Moncada (1292-1364, rainha desde 1322 até 1327), com 30 anos de idade na época. Sua família possuía uma antiga tradição na Catalunha, originadas no século X, cuja genealogia atribuiu ao senescal Guilherme Ramón de Moncada o feito de negociar, articular e unificar as casas de Aragão com o condado de Barcelona dando origem a Coroa de Aragão. Além disso, os Moncada pertenciam às famílias chamadas de os “Nove cavaleiros da Terra”, uma nobreza velha de tradições que remontam a Reconquista, dotados de privilégios, terras e, principalmente, o poder de privança régia adquirida ao longo dos séculos⁶⁵.

Conclusão:

A Coroa de Aragão foi uma entidade política medieval original desde sua criação, em 1137, até sua extinção no começo do século XVIII. Não foi uma confederação, nem mesmo uma federação, mas um conjunto de território aglutinado patrimonialmente ao longo dos séculos em torno da Casa Real de Aragão e do Condado de Barcelona. Sua ampliação foi uma obra lenta, sobretudo a partir do reinado de Jaime I, fruto das mais variadas circunstâncias: algumas vezes

⁶⁵Para mais informações sobre os Moncada consultar a genealogia online da mesma família. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20110124223332/http://www.grupoenciclo.com/granenciclopedia/genealog/montca-da.htm> Acesso em: 15/10/2018.

por herança, outras por conquistas, algumas pelos vínculos vassálicos e também pelos matrimônios, conforme explicados ao longo deste texto.

Essas peculiaridades linguísticas e culturais resultantes da união de diferentes povos, leis, costumes e religiões sob um mesmo rei-conde tornaram os jogos políticos peninsulares e mediterrânicos cheios de artimanhas, acordos e rompimentos constantes trazendo uma característica peculiar às alianças matrimoniais firmadas entre os monarcas aragoneses e sua prole foram os casamentos estimulados e promovidos com reinos mediterrânicos e com a vizinha França, visando à manutenção dos lucrativos acordos econômicos estabelecidos entre sultanatos, estados cruzados no Levante, entrepostos comerciais no Oriente Próximo e também as disputas entre mercadores no lucrativo Mar Mediterrâneo, deixando as alianças peninsulares, sobretudo com Castela e Portugal num segundo plano.

Esses casamentos negociados desde a tenra idade dos infantes extrapolavam as questões de gosto pessoal, sentimentos ou vontade das partes, mantendo assuntos políticos, diplomáticos e econômicos em primeiro plano. As associações e vínculos humanos nas cortes medievais eram feitos pelo sangue e quando esse não era suficiente, criavam-se associações artificiais pelos laços de vassalagem e pelos casamentos, responsáveis estes por estabelecer novos vínculos sanguíneos entre linhagens e casas reais conforme os projetos mútuos de poder, expansão e soberania.

Referências bibliográficas:

- ABULAFIA, David. **O grande mar: uma história humana do Mediterrâneo**. São Paulo: Editora Objetiva, 2014.
- CLARAMUNT, Salvador. La política matrimonial de la Casa condal de Barcelona y Aragón desde 1213 hasta Fernando el Católico. In: **Acta histórica et archaeologicamedievalia**, nº 23-24, 2003.
- GERBET, Marie-Claude. **Las noblezas españolas em la Edad Media: siglos XI-XV**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- LE GOFF, Jacques. “Rei”. In: LE GOFF, Jacques e SCHIMITT, Jean-Claude (org.): **Dicionário Temático do Ocidente Medieval** (2. vols.). São Paulo: UNESP, 2017.
- MARTINEZ FERRANDO, J. Ernesto. **Jaime II de Aragon. Su vida familiar**. Sección de Barcelona, Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Barcelona, 1948, 2 vol.
- MONTALVO HINOJOSA, José. **Jaime II e el esplendor de la Corona de Aragón**. San Sebastián: Nerea, 2006.
- MOXÓ, Salvador. De lanoblezavieja a lanoblezanueva. **Cuadernos de Historia**, Madrid, n. 3, 1969.
- PICAVEA MATILLA, Enrique Rodríguez. **La Corona de Aragón em la Edad Media**. Madrid: AKAL, 2006.
- SARASA SÁNCHEZ, Esteban. El Reino de Aragón em la época de Jaime II (1291-1327). In: **Anales de la Universidad de Alicante**, nº 11, 1997.

ZLATIC, C.E; GIMENEZ, J.C. Entre os ataques nobiliários e a coesão do reino: a atuação de Maria de Molina nas minoridades régias de Fernando IV e Alfonso XI. In: **Diálogos**, v.20, n.2, 2016, p.82-98.

CONTROVÉRSIA SOBRE A ATRIBUIÇÃO DO CÁLCULO DA PÁSCOA AO CONCÍLIO DE NICEIA DE 325 D.C.

Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia

nathy_bel@yahoo.com.br

Doutoranda em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9703813510714908>

RESUMO: No quarto século, a Igreja estava presente em toda a extensão do Império Romano. Apesar da significativa expressividade, sobretudo na porção oriental, a religião cristã ainda estava em processo de estruturação; algumas crenças, práticas e representações estavam difusas e pouco normatizadas. A partir de fontes que relatam o período, como História Eclesiástica de Eusébio de Cesareia, é possível perceber que, entre a comunidade cristã, a Páscoa era celebrada em datas diferentes até o século IV. Os concílios se tornaram o espaço institucional de debate teológico e deliberativo de onde advinham normas para homogeneização doutrinária. Logo, alguns autores atribuem a parametrização do cálculo da data da celebração da Páscoa ao Concílio de Niceia de 325 d.C. Este evento eclesiástico buscou auxiliar a construção da unidade de vários aspectos da cristandade. Entretanto, esse concílio teria sido o responsável por regulamentar e instituir um cálculo específico para a data da Páscoa? Por meio de discussões que remontam ao confronto entre os quartodecimanos (clérigos que defendiam a permanência da celebração no 14 de Nissan, que ocorria a Páscoa judaica, independente do dia da semana que a festividade ocorresse) contra aqueles que afirmavam que a Páscoa deveria ser realizada apenas no domingo (dia da ressurreição do Messias, portanto, consagrado ao Senhor pela Igreja), esse trabalho tem como intuito problematizar a normatização do cálculo da data da Páscoa ao Concílio de Niceia e a possibilidade desta ser uma atribuição posterior.

Palavras-chave: Páscoa; Concílio de Niceia; Cômputos.

ABSTRACT: In the fourth century, the Church was present throughout the Roman Empire. Despite the significant expressiveness, especially in the eastern portion, the Christian religion was still in the process of structuring; some beliefs, practices, and representations were diffuse and poorly normatized. From sources reporting the period, such as Eusebius' Ecclesiastical History of Caesarea, it is possible to see that, among the Christian community, Easter was celebrated on different dates until the fourth century. The councils became the institutional space of theological and deliberative debate from which norms for doctrinal homogenization ensued. Therefore, some authors attribute the parameterization of the calculation of the date of the celebration of Easter to the Council of Nicaea in AD 325. This ecclesiastical event sought to help the construction of the unity of various aspects of Christendom. In the meantime, would this council have been responsible for regulating and instituting a specific calculation for the date of Easter? By means of discussions that go back to the confrontation between the fourteenth-century clerics (clerics who defended the permanence of the celebration on the 14th of Nissan, which was the Jewish Passover, regardless of the day of the week that the festival took place) against those who claimed that Easter should be performed only on Sunday (the day of the resurrection of the Messiah, therefore, consecrated to the Lord by the Church), this work is intended to problematize the normalization of the calculation of the date of Easter to the Council of Nicaea and the possibility of this being a later assignment.

Keywords: Easter; Council of Nicaea; *Computus*

Introdução

A Páscoa, fundamentada nas narrativas bíblicas sobre a ressurreição de Jesus, é uma das celebrações mais importantes do calendário litúrgico cristão. Outros períodos do ciclo pascal são marcados a partir da definição da data dessa festividade, como a Quaresma, que ocorre após o Carnaval, quarenta dias antes da Páscoa, o Domingo de Ramos, na semana que antecede a Páscoa, a Ascensão, quarenta dias após, e Pentecostes, cinquenta dias depois da Páscoa.

De forma geral, o ciclo dessa festividade compreende três tempos na Igreja: preparação, celebração e prolongamento. A Quaresma, que vem da palavra latina *quadragesimus*, faz parte do período da preparação. É um tempo de jejum e abstinência observado pelos cristãos durante quarenta dias, em memória dos quarenta dias que Jesus Cristo passou pelo deserto tentado pelo demônio, sem beber ou comer conforme narrado pelos evangelhos Marcos 1:12-13; Lucas 4:1-13 e Mateus 4:1-11. Esse período se inicia na quarta-feira de cinzas do Carnaval e termina no Domingo de Páscoa (BOUILLET, 1878: 339, MARTIGNY, 1865: 503).

O Domingo de Ramos é a celebração litúrgica em memória da entrada de Jesus na cidade de Jerusalém, onde, segundo os relatos bíblicos, ele celebraria a Páscoa judaica com os seus discípulos. De acordo com os evangelhos canônicos (Marcos 11:1, Mateus 21:1-11, Lucas 19:28-44 e João 12:12-19), chegando em cima de um jumento, Cristo foi recebido com ramos de oliveira e mantos estendidos por onde passava, “honrarias” análogas à recepção de um verdadeiro rei.

Após a celebração da Páscoa, faz parte do tempo do prolongamento do ciclo pascal a celebração da Ascensão e de Pentecostes. A Ascensão de Jesus é relatada por Lucas 24:50-53, Marcos 16:19 e mais detalhada em Atos 1:9-11. Os evangelhos afirmam que, no quadragésimo dia após a ressurreição, o corpo físico do Jesus ressuscitado foi elevado ao céu diante de seus apóstolos (cf. Wynne, 1907). A Festa da Ascensão, quarenta dias após o domingo da Páscoa, é celebrada sempre em uma quinta-feira. Baseado nos relatos de Atos dos Apóstolos 2, Pentecostes é uma festa cristã que celebra a descida do Espírito Santo aos Apóstolos (e outros presentes), concedendo-lhes o dom das línguas (que é a glossolalia religiosa, diverso de poliglotismo). Para Rust (2008: 15), isso simbolizava um desígnio divino ao apostolado determinando a expansão do Evangelho, o que marcava o início da Igreja.

Pelas menções acima, é possível ver a importância do conhecimento da data da Páscoa (que não é fixa, mas sim móvel no calendário), pois a marcação de outras celebrações do calendário litúrgico dependem de qual será o dia da Páscoa, inclusive o próprio Carnaval. Historicamente, a definição das festividades, datas e ritos eclesiais ocorreu concomitante à estruturação da Igreja. Até o século IV, crenças e práticas ainda eram diversas e estavam pouco

normatizadas. Mesmo após a morte do imperador Constantino, quando o cristianismo passou a ser sistematicamente favorecido pelo Império Romano, a religião ainda era praticada por um grupo minoritário, composto por pessoas oriundas de diversos os estratos sociais (CARVALHO JR, 2013: 4-5, CAMERON, 1993: 67-68)

Espalhadas por todas as províncias do Império, sobretudo na porção Oriental, foram criadas redes de igrejas locais razoavelmente semelhantes que se articulavam em uma rede maior de igrejas. As comunidades cristãs trocavam informação por Epístolas, do grego ἐπιστολή (gênero de escrita bastante comum no Egito Antigo e nas escolas de escribas) que eram um tipo de carta formal, endereçada para uma pessoa ou grupos de pessoas. Essa forma de comunicação favorecia a rápida circulação de informações, o que auxiliava fortemente na coesão grupos, ainda que estes estivessem física e geograficamente distantes⁶⁶. Os cânones conciliares possivelmente circularam nesse sistema (CARVALHO JR., 2013: 5, WENTE, 1990).

Buscando uma definição geral de alguns conceitos, por Concílio⁶⁷, do latim *concilium* (assembleia), entende-se espaço institucional da Igreja que tinha por finalidade regular e homogeneizar normas, doutrinas, crenças e práticas cristãs em todo o Império Romano (CAMERON, 1993, p.67-68, MELO, 2013, p.19). Considerando que política e religião caminhavam de mãos dadas durante a institucionalização da Igreja, essas reuniões poderiam ser convocadas por bispos ou por autoridades políticas locais (como imperadores ou governadores provinciais).

Os concílios discutiam assuntos de ordem teológica ou disciplinar, que resultavam na promulgação de uma norma, sentença ou um esclarecimento doutrinal na forma de cânone, conjunto de regras ou normas sobre determinado assunto (CARVALHO JR, 2013, p.2). Os sínodos, por sua vez, foram concebidos no século III para solucionar conflitos advindos de cismas e heresias locais. Em suma, enquanto o sínodo inseria-se em uma instância local, o concílio pertencia a uma esfera superior, que abrangia clérigos de diversas regiões, cujas deliberações normatizavam e conferiam identidade ao cristianismo. O termo identidade indica uma espécie de sentimento de pertencimento (OLIVEIRA, 2004, p.139). Em linhas gerais, uma identidade é constituída no contraponto com as diferenças. O cristianismo começa a se construir como religião com base nas aproximações e distanciamentos para com o mundo judeu. Identidade, assim, é relacional e se desenvolve em um processo dinâmico na relação com o outro, que produz identidade e diferença por meio de sistemas de atribuições de significação social e

⁶⁶Carvalho Jr (2013: 5) afirma que, para os imperadores, este seria um apoio político muito bem-vindo, pois poderia permitir acesso a muitas comunidades urbanas mais longínquas, sem ter necessariamente que passar pela negociação com as elites provinciais.

⁶⁷A *Catholic Encyclopedia* define os concílios como assembleias e reuniões de que poderiam participar clérigos, presbíteros, diáconos e leigos, mas apenas os bispos teriam direito a voto (cf. BESSON, 1914).

cultural (cf. Hall 1997, Woodward, 2000, Silva, 2000, Giorges, 1993). Dessa forma, a construção da identidade está, em muitos casos, imbricada com as formas de representação da realidade.

Segundo Chartier (2002, p.93), as representações (sociais e culturais) são compreendidas como formas que auxiliam na construção da identidade em determinada cultura, na medida em que se constituem em obras e gestos que fundamentam uma apreensão estética, um princípio de classificação e demarcação intelectual do mundo, ou “práticas comuns”, que expressam a forma que uma comunidade produz sentido, vive e pensa sua relação com o mundo. Segundo Hunt, “todas as práticas, sejam econômicas ou culturais, dependem das representações utilizadas pelos indivíduos para darem sentido a seu mundo” (HUNT, 1992, p.25). O cristianismo utilizava as representações do universo judaico, mas, foi apenas a partir da demarcação de suas diferenças, que construiu a sua própria identidade. Conforme mencionado acima, os concílios se tornaram o espaço privilegiado pela Igreja para debater questões, seja para institucionalizá-las ou declará-las heréticas. O concílio de Niceia de 325 d.C. é conhecido como o primeiro grande concílio ecumênico da cristandade. Muitos autores atribuem a esse concílio a parametrização da celebração da Páscoa segundo a regra do equinócio, como Hilário Franco Junior: “Festa móvel, a Páscoa, de acordo com a determinação do primeiro concílio ecumênico, de Niceia, em 325, cai no primeiro domingo depois da lua cheia do equinócio de inverno” (FRANCO JR, 1992, p.30). No entanto, é preciso rever com acuidade essa informação, primeiramente, porque não existe nenhuma menção à definição de uma regra específica relacionada à Páscoa nos cânones desse concílio. Assim, pode-se questionar: teria sido o concílio de Niceia realmente o responsável pela atribuição de uma regra relacionada à data da Páscoa, ou existe a possibilidade de ser esta uma atribuição posterior?

Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade da adoção do cálculo da data da Páscoa pelo Concílio de Niceia, a partir de cartas, atas conciliares e dos relatos de Eusebio de Cesareia em *Historia Eclesiástica* e *Vita Constantini*⁶⁸ (A vida do Imperador Constantino).

Isto posto, primeiramente, serão abordadas as discussões sobre a formação da Igreja primitiva, a apropriação das representações judaicas e os primeiros debates acerca da mudança da data da Páscoa, que se iniciaram no século II, com a disputa entre aqueles que defendiam a comemoração da Páscoa no 14 de Nissan - mesma data judaica, de onde a religião cristã buscava se deslocar, contra aqueles que visavam que a comemoração fosse realizada no domingo, sacramentando o dia da “ressurreição” de Cristo.

⁶⁸Depreende-se que a escrita de *História Eclesiástica* foi terminada antes da morte de Flávio Cesar Crispo, um César do Império Romano, filho de Constantino, entre 324 ou 325 d.C., motivo esse que o Concílio de Niceia de 325 d.C. é apenas mencionado em *Vita Constantini*.

Após, será abordada a questão do *computus* da data da Páscoa, que é a forma de se calcular e prever anteriormente essas datas, os debates sobre as decisões do concílio de Niceia, e as hipóteses do porquê pode não ser correto atribuir a este concílio a adoção de um cálculo específico para a Páscoa.

Os primórdios da Igreja e o Quartodecimanismo

Nos primeiros séculos de existência o cristianismo utilizava padrões de pensamento, estruturas e representações do universo judaico: “[...] a herança judaica tornou-se uma parte essencial da identidade cristã, tanto no reino da fé quanto da prática cultural” (LEVIEILS, 2007: 15-16). Paulatinamente o repertório judaico era substituído por ritos e celebrações em torno da figura de Jesus. Durante sua ação missionária Paulo não impôs a Lei de Moisés⁶⁹ aos convertidos não-judeus. No entanto, muitos deles passaram a frequentar sinagogas, guardar o sábado, cumprir as restrições alimentares, circuncidar seus filhos e realizar outras práticas judaicas. O que distinguia os judeus dos neófitos seguidores de Paulo era a fé em Jesus Cristo, não havia nenhum outro aspecto visível (LEVIEILS, 2007: 19). Mas, a atmosfera de aparente reciprocidade entre as duas crenças foi breve, se é que, de fato, existiu.

O cristianismo primitivo se colocou como continuidade da doutrina judaica baseado na crença de que Jesus cumpriu a profecia da Bíblia hebraica que consta no livro de Jeremias (31:31-33), segundo a qual Deus faria uma nova aliança com seu povo, diferente daquela que libertou o povo de Israel do Egito. Todos os relatos dos evangelistas sobre a Última Ceia com os discípulos relacionam as palavras eucarísticas e os termos “nova aliança” e “novo testamento” com o “sangue de Cristo”, ou seja, com a sua morte na cruz. Nessa perspectiva, o sangue de Jesus se tornou a aliança que substituiu aquelas anteriormente feitas pelos hebreus (BROWN, 2004: 55, JOSSA, 1997: 140).

A “boa nova” sobre o cumprimento da promessa gradativamente deu origem ao nascimento da religião cristã, pois a pregação de que Jesus de Nazaré era o Messias anunciado pelas Escrituras não foi bem acolhida pelas comunidades judaicas e sinagogas, os locais que Paulo primeiramente procurava em cada nova cidade que entrava. Logo, as ações missionárias resultaram em resistências e poucas conversões, o que fez com que Paulo se voltasse para os

⁶⁹A Bíblia hebraica, até o século I e início do II, conhecida como a Lei, Lei de Moisés ou Torá, são os cinco rolos, compostos pelos cinco primeiros livros da Bíblia: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio (sendo a inclusão deste último ainda objeto de discussão).

gentios⁷⁰. Por conseguinte, o Evangelho de salvação, segundo o qual Cristo morreu e ressuscitou, conseguiu mais convertidos entre os gentios (LEVEILS, 2007: 20, JOSSA, 1997: 49).

A despeito disso, os primeiros cristãos tinham respeito pela tradição judaica e frequentavam sinagogas a fim de “manterem-se puros”. Ademais, discípulos e alguns recém-convertidos também participavam de reuniões para comungar a “Ceia do Senhor”, realizada em memória da Última Ceia, na qual, segundo os Evangelhos, Jesus identificou o pão com seu corpo, e o vinho com seu sangue. Essas ocasiões delinearão os contornos do rito da Eucaristia, que ganharia linhas identitárias próprias e se tornariam um elemento-chave nas solenidades da Igreja.

Desde o início das pregações, os seguidores de Cristo se colocaram como os verdadeiros herdeiros de Israel. Dito de outra forma, a Igreja se convertera na “nova Israel”. “A Lei foi admirável até que o Evangelho começou a brilhar (...) o povo judeu foi o esboço de um projeto no qual a Igreja era a sua realização” afirmou o bispo Melito de Sardes⁷¹ em *Peri Pascha*, 40-43 (escrito *ca.* 160 - 170 d.C.). Para os cristãos, Israel transfigurou-se na Igreja, a nova responsável pelas diretrizes religiosas. Uma das implicações dessa posição foi o abandono de algumas observâncias judaicas⁷². Por essa e outras mudanças, os judeus passaram a considerar Paulo um “opponente da Lei”. A partir de então, o conflito estava posto e as rugas de ambos os lados só aumentaram.

Os discípulos de Jesus viajaram por todo o Império Romano. Rapidamente, o entusiasmo pela fé abriu espaço para o surgimento de uma organização na qual profetas e pregadores itinerantes gradativamente se tornaram presbíteros (palavra que, etimologicamente, deriva do grego πρεσβύτερος, *presbyteros*, correlata de πρεσβυς, ou *presbys*, “homem velho” ou “ancião” cf. Liddell, 2018) e bispos (do grego antigo ἐπίσκοπος ou do latim *episcopus*, que designa “inspetor”, “diretor”, “supervisor” cf. Liddell, 2018). Se tornando sedentários, passaram a atuar como autoridades locais da religião. As cartas pastorais de Timóteo e Tito atribuídas a Paulo (datadas do final do século I e início do século II⁷³), evidenciam o desenvolvimento de uma organização eclesiástica, com referência a bispos e anciãos (ainda não claramente distintos), que

⁷⁰No sentido que os tradutores da Bíblia cristã o utilizaram, é uma menção aos povos e nações distintos do povo Israelita. Derivado do termo latino *gens* (que significa “clã” ou um “grupo de famílias”), a palavra gentio designa um “não israelita”.

⁷¹Melito de Sardes ou Melitão, o Eunuco (m. *ca.* 180 d.C.) foi o bispo de Sardes, uma cidade perto de Esmirna, na Anatólia ocidental. Seu trabalho mais conhecido é o *Peri Pascha*, do qual sobreviveram apenas fragmentos, registrados no Papiro de Bodmer.

⁷²Devido ao contato entre as populações, Leveils (2007: 24) ressalta que era possível que os novos convertidos gentios acabassem adotando práticas da Torá.

⁷³Segundo Jossa (1997: 58-59), essas cartas pastorais datam do final do primeiro século. Mas, autores mais céticos como Bart D. Ehrman (2003) as situam já no início ou até em meados do século II d.C. com o propósito de combater o uso pelos gnósticos de outras cartas de Paulo.

se ocupavam de comunidades específicas. Isto significa que, em um curto espaço de tempo, já se configurava a Igreja primitiva (JOSSA, 1997: 58, LEVEILS, 2007: 20).

Para Jossa (1997: 138-139), o rompimento com a religião judaica ocorreu já no final do século I e início do século II devido a algumas interpretações particulares dos Evangelhos feitas por autoridades cristãs, nas quais, mitigando a ação de Pilatos pelo episódio da lavagem de mãos, transferiam a responsabilidade da morte de Cristo para as autoridades judaicas e para o povo judeu. Em sua Homília sobre a Páscoa, o bispo Melito de Sardes escreveu: “o Senhor sofreu e morreu na cruz, enquanto o povo de Israel regozijava-se e dançava em suas casas” (MELITO DE SARDES, *Peri Pascha*: 80). Essa controvérsia, conhecida como polêmica anti-judaica, ecoou por vários séculos – desde *De Adversus Iudeos* de Tertuliano (155 d.C. - 240 d.C.), passando pela obra de Lactâncio (250 d.C. - 325 d.C.) até os textos de Efrém, o Sírio (ca. 306 d.C. – 373 d.C.) e de Jacó de Serug (451 d.C. – 521 d.C.). O assassinato de Cristo foi considerado apenas o ato final de uma série de “infidelidades de Israel”. A primeira Revolta Judaica⁷⁴, por exemplo, era entendida pelos cristãos como uma punição aos judeus. Em suma, até o final do segundo século, judeus e cristãos, a sinagoga e a Igreja, eram não apenas duas comunidades separadas, mas, de fato, inimigas (JOSSA, 1997: 143).

Os livros da “antiga aliança” (designados posteriormente “Velho” Testamento em contraponto com o “Novo” Testamento em torno de Cristo) foram interpretados como uma grande profecia, ou, uma grande parábola que se refere a Jesus. Portanto, apenas os cristãos acreditavam ter a “chave” para o correto entendimento (JOSSA, 1997: 143). Mas, se por um lado houve uma apropriação da doutrina judaica, por outro, existiu uma rejeição de diferentes elementos dessa tradição. Chartier (1995: 189) define apropriação como “a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionados às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem”. Para esse autor, não é possível pensar ideias ou categorias fenomenológicas em termos de descontinuidade. As práticas culturais não são um sistema neutro, mas objeto de lutas sociais “onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação)”. Os enfrentamentos da cultura popular são compreendidos por Chartier como uma luta que opõe de um lado os detentores dos mecanismos da dominação simbólica (que tem por objetivo tornar suas representações aceitáveis), e a cultura que qualifica como ilegítima ou inferior as práticas do outro (dominados), sendo esta a lógica dos usos e nos modos de apropriação. O cristianismo, assim, se apropria de práticas e símbolos judaicos, os incorpora em seu repertório a fim de inverter a lógica

⁷⁴A primeira Revolta Judaica, ocorrida em ca. 66 d.C.-73 d.C., foi a primeira de três rebeliões da população da província da Judeia contra a dominação romana.

dominante e dominado, e se tornam, dentro de sua doutrina, os dominantes, ou seja, os detentores do discurso e das práticas legítimas.

Assim, vários ritos e práticas foram gradualmente apropriados pelo repertório cristão e adquiriram outras feições, ainda que mantendo, estruturalmente, o mesmo núcleo simbólico do universo judaico: o batismo ocupou o lugar da circuncisão, ou o domingo, consagrado como o dia “do Senhor”, foi instituído por Constantino, em 321 d.C., como o dia de descanso semanal em detrimento do sábado judaico (VEYNE, 2007: 163, TAYLOR, 1995: 127). Dentre as celebrações litúrgicas, pode-se citar a ressignificação da memória da Páscoa e o acréscimo de Pentecostes.

O termo Pentecostes (no calendário litúrgico, cinquenta dias após o domingo de Páscoa em celebração da Ascensão de Cristo) é mencionado na Bíblia hebraica como “a festa da colheita e as primícias” (Exôdo 23:16), “festa das semanas” (Exôdo 34:22, Deuteronômio 16:10; 2 Crônicas 8:13), “dia das primícias” (Números 28:26). Esses festivais associados à colheita, são conhecidos como Shavuôt judaico, que celebra a entrega dos Dez Mandamentos no Monte Sinai cinquenta dias depois do *Pessach*, a Páscoa judaica. Para os cristãos, ainda no quinquagésimo dia após a Páscoa, Pentecostes é a memória descida do Espírito Santo sobre os apóstolos e a concessão do dom de línguas.

Já a Páscoa judaica era realizada em memória da libertação dos judeus do Egito, enquanto a Páscoa cristã passou a celebrar a morte e ressurreição de Jesus, aquele que, tornando-se o próprio cordeiro pascal, substituiu e revogou o sacrifício material dos cordeiros prescritos na Bíblia hebraica (BELMAIA, 2017: 558, JOSSA, 1997: 55-57).

Considerando que a crença na ressurreição era o suporte no qual os cristãos construíram os alicerces da nova religião, pode-se argumentar que a institucionalização da ressignificação da Páscoa judaica pela memória de uma Páscoa cristã (a celebração da memória da ressurreição) constitui-se em um dos primeiros atos da Igreja para selar o rompimento com a religião judaica. Esse era o dado que conferia a condição de deidade a Cristo, a atestação de que Jesus era o Messias enviado para o cumprimento da nova aliança com seu povo.

Até meados do século II diversas províncias romanas celebravam a Páscoa de acordo com os preceitos judaicos: seguiam a mesma data, jejum e o rito da retirada do fermento das casas. Na Bíblia hebraica, a celebração do *Pessach* é prescrita no 14 de Nissan⁷⁵, primeiro mês do calendário religioso judaico, seguido de sete dias da festa dos pães ázimos (Êxodo 12 dá indicações precisas da refeição, como assar o cordeiro, o que fazer com o sangue, as sobras e

⁷⁵O mês é conhecido como Nissan ou Abib, antigo nome cananeu do primeiro mês sagrado dos hebreus, tendo mudado para o nome Nissan após o exílio Babilônico no século VI a.C.

como ingerir esses alimentos e a não ingestão de fermento). A questão que se impunha nesse período era saber se, entre os fiéis, a Páscoa estava celebrando a libertação do povo do cativeiro do Egito, ou se o rito realmente havia sido substituído pelo sacrifício de Cristo, “o verdadeiro e único cordeiro pascal”. Segundo os relatos bíblicos, a Última Ceia ocorreu em virtude da celebração da Páscoa judaica de Jesus com os discípulos. De modo que, a princípio, o dia da celebração se manteve igual para cristãos e judeus. Logo, havia uma preocupação na mudança da data da celebração a fim de marcar um espaço de identidade para a Páscoa cristã, pautada na ressurreição de Jesus, desatrelando-se de todas as representações judaicas (JOSSA, 1997: 142, BELMAIA, 2017: 109 - 113).

O bispo Melito de Sardes, que atacava ferrenhamente os judeus no século II, em *Peri Pascha*, por exemplo, afirmava não ter dúvidas sobre a substituição do sentido Páscoa judaica pelo da “Páscoa do Senhor”. Por isso, defendia a permanência da solenidade no tradicional 14 de Nissan, conforme o calendário judaico. Por outro lado, diversos eclesiásticos argumentavam que a celebração deveria ocorrer apenas no domingo, dia da ressurreição, diferente da data hebraica (que poderia ocorrer em qualquer dia da semana). Assim, de um lado, há tentativas de mudança da celebração da Páscoa para o domingo, e de outro, cristãos que insistiam que a celebração se mantivesse no 14 de Nissan. Estes últimos ficaram conhecidos como quartodecimanos (BELMAIA, 2016: 543, LEVIEILS, 2007: 29).

Posto isso, dentro da comunidade cristã a Páscoa estava ocorrendo em datas diferentes. Essa divergência foi considerada suficientemente grave para envolver uma ampla discussão da qual participaram igrejas do Oriente e do Ocidente⁷⁶. No segundo século, a liturgia e a data da Páscoa foram debatidas por importantes bispos do período, como Melito de Sardes, Apolinário de Hierápolis, e após, Clemente de Alexandria e Hipólito de Roma (JOSSA, 1997: 142).

A correspondência do Bispo Dionísio de Corinto (m. ca 171 d.C.) com as igrejas da Ásia e de Roma são evidências de um anseio por reuniões periódicas de bispos (ou igrejas vizinhas) para tratar do impasse da Páscoa. De acordo com Eusébio de Cesareia (*História Eclesiástica*, V, XXIV), quando Aniceto, que se tornou bispo de Roma em 155 d.C., fez uma visita na Ásia ao bispo Policarpo (69 d.C.- 155 d.C), quartodecimano, e não conseguiu persuadi-lo a abandonar essa observância. Policarpo, por sua vez, defendia-se afirmando que João, discípulo de Jesus,

⁷⁶Concomitantemente, diversas questões eram debatidas pela Igreja, como o *montanismo*, um movimento dissidente cristão fundado por Montano em ca. 156 d.C., que mantinha muitas práticas judaicas e influenciava as Igrejas da Ásia (JOSSA, 1997: 143), ou o *marcionismo*. Marcião foi declarado herético em 144 d.C. pela Igreja de Roma, fato este que culminou na criação de uma igreja marcionista, que existiu durante três séculos. O motivo da excomunhão foi sua rejeição da tradição judaica, pois Marcião defendia que o cristianismo estava fundado sobre uma revelação nova, advinda de um Deus de amor que não tinha nada em comum com o deus vingativo do Antigo Testamento (MARGUERAT, 2012: 578).

assim como outros apóstolos, realizavam a Páscoa no 14 de Nissan. Esse argumento também não convenceu o bispo Aniceto. Cada um dos bispos manteve sua própria prática após a visita.

Também foram convocadas reuniões para tratar do assunto da data da Páscoa, e a maior parte dos clérigos defendiam que a celebração e o fim do jejum pascal deveria ocorrer no domingo. Um dos sínodos dirigido pelo bispo Narciso, de Jerusalém, e o bispo Teófilo, de Cesareia, em 195 d.C., pedia que a igreja de Alexandria, que também era a favor do domingo, enviasse cópia das deliberações por epístolas, para que a Páscoa fosse celebrada simultaneamente por todos os cristãos. No entanto, essas ações não tiveram grande alcance. Conforme registrado por Eusébio de Cesareia, as igrejas da Ásia, continuavam guardando o 14 de Nissan

[...] apoiando-se em uma tradição muito antiga, pensavam que era preciso guardar o décimo quarto dia da lua para a festa da Páscoa do Salvador, dia em que os judeus deviam sacrificar o cordeiro e no qual era necessário a todo custo, caindo no dia que fosse na semana. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*: V, XXIV).

Em 189 d.C., quando Vítor I se tornou bispo de Roma, fez tentativas para excomungar todos os quartodecimanos, declarando a prática herética. Isso causou a revolta de vários eclesiásticos, inclusive de Irineu de Lyon (130 – 202 d.C.). Em nome da “paz dentro da Igreja”, devido às intervenções das cartas de Irineu e outros bispos, Vítor revogou a decisão de excomunhão dos asiáticos (EUSÉBIO DE CESAREIA, *História Eclesiástica*, V, XXIII a XXV).

Para Jossa (1997: 145-147), as ações de Irineu e Vítor foram a “fase final da catolicização do cristianismo”, fundamental para o desenvolvimento da religião cristã como uma instituição eclesiástica. A partir da luta contra os judeus, gnósticos, montanistas e marcionistas⁷⁷, surge a Igreja Católica, como um grande corpo religioso equipado com uma doutrina que se visava universal e unitária, por isso, era importante que a Páscoa tivesse as mesmas representações, práticas⁷⁸ e fosse realizada na mesma data.

Em suma, as principais preocupações desse período giravam em torno de uma diferenciação das tradições judaicas e criação de uma identidade cristã para celebração da Páscoa, o que implicou nas tentativas de que a comemoração ocorresse apenas no domingo, dia do Senhor (e não em nenhum outro dia da semana como o 14 de Nissan). Essas discussões ocorriam concomitantemente à institucionalização da Igreja, e também auxiliou nesse processo, na medida em que a questão da Páscoa suscitou a necessidade de várias reuniões e sínodos para debate entre

⁷⁷Consultar a nota de rodapé .

⁷⁸Embora houvessem diferenças entre as igrejas, já era possível reconhecer uma liturgia pascal comum até o final do século II. A celebração era iniciada com um jejum obrigatório, de dois ou mais dias, a ser finalizado na noite de véspera entre sábado e domingo de Páscoa. Isso demarcou os traços daquilo que, mais tarde, se tornaria a “Semana Santa”. As leituras do Antigo e do Novo Testamento na sexta-feira tinham especial importância para a memória da morte de Jesus. A noite entre sábado e domingo era dedicada à memória da ressurreição. Diferentemente da Páscoa judaica, realizada principalmente em âmbito familiar, a Páscoa cristã buscava reunir uma comunidade mais alargada (JOSSA, 1997, p.146-147).

as autoridades. Até o século IV a questão foi debatida e fez parte de um dos pontos a serem tratados no Concílio de Niceia, conforme se verá na próxima seção.

O Cômputo Pascal e a Controvérsia do Concílio de Niceia no Século IV

Com os debates sobre o quartodecimanismo, pode-se ver que os principais intentos da mudança da data da Páscoa visavam desvencilhá-la das representações judaicas. Definir uma nova data e a maneira de como calculá-la foi um problema advindo das mudanças que marcaram a formação de uma identidade cristã para a celebração. Restava a questão: se a celebração ocorresse no domingo, qual seria esse domingo?

Mesmo que a Páscoa cristã acontecesse no primeiro domingo após o *Pessach*, havia uma dificuldade em calcular essa data com antecedência, pois o 14 de Nissan hebraico fazia parte de um calendário lunar, e a astronomia romana, no geral, não detinha os conhecimentos necessários para efetuar tais cálculos. Desde antes de Cristo já existiam tabelas (conhecidas como *computus* ou *computus paschali*) que traçavam sequências periódicas que objetivavam determinar previamente as datas das luas cheias e da Páscoa judaica (MACHADO, 2014: p.3).

Computus é um termo que se reporta a uma ideia de cálculo alargada, que integra a aprendizagem dos numerais, a prática aritmética, o uso de quadros de datas, o domínio de técnicas para cálculo dessas mesmas datas, o conhecimento sobre alguns fenômenos astronômicos, a explicação e fundamentação teológica de toda a informação e uma ideia de ordem do cosmos que é, simultaneamente, matemática e teológica. (COUTINHO, 2014:3-4)

Considerando que o *computus* não possui uma teoria própria, tampouco visa estabelecer qualquer princípio universal, não pode ser classificado como uma ciência. Wallis (1999: XIX) afirma que o *computus paschali* nada mais é que um problema matemático versado na forma de calcular a data da Páscoa conjugando a aplicação de outras ciências, como a astronomia, a matemática e a teologia. Baschet acrescenta que a datação da Páscoa se caracteriza

[...] pela conjunção dos ciclos solar e lunar, em uma escolha cuja complexidade proposital tem por efeito impor o recurso ao saber clerical em matéria de cômputo (previsão de calendário) e reforçar a importância dos centros de autoridade dotados de sólidas competências astronômicas (de início, Alexandria e, depois, Roma para o Ocidente). (BASCHET *apud* SILVA, 2009: 13)

No âmbito cristão, até o século IV circulavam várias tabelas e formas diferentes de cálculos que datavam a Páscoa em dias diversos uns dos outros. Atas conciliares, cartas e tratados

de cômputo pascal atestariam a importância da fixação de uma data única da Páscoa para normatização da Igreja (SILVA, 2009: 14).

Em 314 d.C., em Arles, um concílio provisional decidiu que a “Páscoa do Senhor” deveria ser observada no mesmo dia entre todos os cristãos e que, a cada ano, o bispo de Roma deveria enviar cartas informando qual seria a data, conforme a ata: “Isso é o que nós em um concílio comum decretamos, [...] a propósito da celebração do Domingo de Páscoa: Que seja observado por nós em um dia e de uma só vez em toda a terra, e que você [Roma] envie cartas a todos, como é o costume” (Concílio de Arles *apud* MUNIER, 1963: p.9).

O concílio de Arles atribuiu à Roma a tarefa de distribuir cartas informando a data da Páscoa. Entretanto, Eusébio não menciona em nenhuma de suas obras (História Eclesiástica ou *Vita Constantini*), que o cânon do Concílio de Arles de 314 tratou da questão da data da Páscoa, concílio este que o próprio Eusébio de Cesareia teria estado presente. Quando Eusébio de Cesareia apontou a controvérsia da Páscoa em História Eclesiástica (V, XXIV), estava escrevendo do ponto de vista das igrejas asiáticas, as quais estavam em disputa com Roma pela proeminência em matérias teológicas (CAMERON, 1999: p.269), o que poderia explicar a omissão de informações que atribuisse algum destaque à Roma.

A partir da noção de calendário proposta por Le Goff (2013: 442), depreende-se que “numa sociedade a intervenção dos detentores do poder na medida do tempo é um elemento essencial de seu poder: o calendário é um dos grandes emblemas e instrumentos de poder”. Aquele que detinha o “saber” relacionado ao cálculo, também detinha o “poder” de ditar quando as celebrações ocorreriam. No entanto, os registros de Eusébio de Cesaréia não são claros quanto à definição de quais regras e qual *computus* seria utilizado para determinar o domingo da Páscoa.

Conforme já mencionado, alguns autores vinculam ao Concílio de Niceia a determinação de que a Páscoa deveria ocorrer no primeiro domingo de lua cheia após o equinócio de primavera no hemisfério norte. Teria sido Niceia diretamente responsável pela implementação desse cálculo?

O primeiro concílio de Niceia, convocado por Constantino em 325 d.C., ocorreu na cidade de Niceia da Bitínia (atual İzmit, na Turquia), localizada a cerca de 70 km de Constantinopla – local escolhido por ter sido considerado o ponto de mais fácil acesso aos quase trezentos bispos que compareceram⁷⁹ (tanto para os das igrejas orientais, quanto ocidentais). Esse concílio tinha por objetivo obter um consenso sobre questões basilares da Igreja, como a

⁷⁹De acordo com Mosshamer (2008: 50), em uma carta preservada por Teodoreto, Eustáquio estima cerca de duzentos e setenta bispos presentes. Na História dos Arianos, escrita em 357 d.C., Atanásio, que também esteve presente, estima o número trezentos e dezoito, número este que mais tarde a tradição cristã teria aceito como canônico devido à associação com o livro bíblico de Gênesis, 14:14, o qual diz que Abraão teve trezentos e dezoito homens nascidos em sua casa.

trindade (*Deus pai, Deus filho e Espírito Santo*), a construção do Credo Niceno, a promulgação da lei canônica e a questão da Páscoa (AYRES, 2006, p.19). No entanto, há que se ressaltar que, mesmo antes de Niceia, todas essas questões já estavam sendo exaustivamente debatidas pelas igrejas, em cartas e sínodos e concílios, como o de Roma em 313, ou o de Arles, de 314, citado acima.

Em *Vita Constantini*, III, XIV, Eusébio afirma que no Concílio de Niceia todos estavam “de acordo” sobre a Páscoa, sem, no entanto, explicitar os termos em que todos concordaram, conforme se segue:

Capítulo XIV. Unânime Declaração do Conselho relativo à Fé, e à celebração da Páscoa. O resultado foi que eles não só estavam unidos acerca da crença, mas que o tempo para a celebração da festa da Páscoa foi acordado por todos. Esses pontos, que também foram sancionados pela resolução de todo o corpo, foram acometidos à escrita, e receberam a assinatura de cada um dos membros. (EUSÉBIO DE CESAREIA, *Vita Constantini*, III, XIV)

Eusébio não explicita o que fora “acordado por todos”, que poderia ser apenas a passagem da celebração para o domingo anterior ou seguinte ao 14 de Nissan, ou a definição a favor de algum cálculo, dentre os vários adotados por diferentes igrejas daquele período. Não há mais nenhuma informação sobre esse assunto nos cânones do concílio. Devido aos debates que precederam o concílio, depreende-se que a maior preocupação do período era a passagem da celebração para o domingo, e não a adoção de algum cálculo específico para a Páscoa. Por isso, defende-se a hipótese de que a menção de Eusébio possivelmente se trata apenas da passagem da celebração para o domingo, dia da semana que, segundo os cristãos, ocorreu a ressurreição de Cristo. Segundo Cameron (1999: 221), Eusébio frequentemente usa generalizações como “alguns estavam em desacordo”, se referindo às Igrejas da Ásia, “vários lugares” ou “concílios”, que tanto podem se referir a um sínodo em Roma como ao concílio de Arles, sem nomeá-los explicitamente.

A falta de referência a nomes específicos leva a um encobrimento da importância dos debates anteriores ao Concílio de Niceia. Isso significa que as decisões mais importantes são atribuídas à Niceia, o que enaltecia a imagem do Imperador Constantino como o grande precursor da institucionalização da Igreja, já que ele foi o responsável pela convocação do concílio. Essa era a imagem que Eusébio de Cesareia estava construindo do imperador na obra *Vita Constantini* (cf. Vam Dam, 2013: 132).

A importância desse concílio é inegável para a institucionalização da Igreja. Todavia, é preciso frisar que ele funcionou mais como catalizador de tomada de posição dentre os debates que já existiam (como a questão ariana, já bem difundida entre as igrejas orientais) do que inovador em termos de regras. Em outras palavras, Niceia sacramentou algumas normas em

detrimento de outras que já existiam e eram praticadas. Mas, os cânones do concílio não mencionam a questão da Páscoa, conforme já mencionado anteriormente.

Vita Constantini (liber III, XVIII – XX) inclui uma carta que Constantino teria escrito para Eusébio de Cesareia (texto este também enviado para outras igrejas). Lá consta que, por unanimidade, foi determinado que a festa sagrada da Páscoa deveria ser celebrada em um único dia. Apesar de não constar a data da carta reproduzida por Eusébio, pelas palavras “em unanimidade”, depreende-se que ela possa ter sido escrita após o concílio de Niceia.

A carta de Constantino marca uma preocupação do Imperador para que não houvesse mais de uma celebração no ano, pois, da discrepância nas datas da celebração decorria que, enquanto alguns ainda estariam em jejum, outros já teriam celebrado a Páscoa.

A carta relata a prática divergente da Páscoa, mas o destaque é a distinção da festividade cristã da Páscoa judaica, e não para a divisão dentro das próprias igrejas, pois algumas delas ainda guardavam preceitos do *Pessach* judaico. Pode-se notar nesses escritos um tom bastante duro nas referências aos judeus, que os associa a pecado, perjúrio, ou ainda, os designa doentes. Constantino diz que, devido a eles terem maculado a festividade com um crime hediondo, que foi o assassinato de Cristo, todos deveriam se afastar das observâncias judaicas. Além disso, menciona que essa é a razão pela qual a “divina providência” pretende que esta questão tenha uma solução adequada e seja submetida a um regulamento “como se presume que todos estejam cientes” (de acordo com as próprias palavras do documento). Desta última frase infere-se que já tenha havido debate anteriormente, o que reforça a ideia de que a carta tenha sido escrita após o Concílio de Niceia. O texto finda-se com o pedido de que seu conteúdo fosse explicado aos demais e a estrita observância do dia santíssimo, o domingo, e instituído o método “declarado” de cálculos, sem, contudo, mencionar em nenhum momento em que consistiria tal cálculo, que poderia, nesse momento, possivelmente referir-se apenas para que a celebração ocorresse no domingo.

Há que se notar que, devido à disputa teológica de Alexandria e Roma, dois importantes centros eclesiásticos da Igreja nos primeiros séculos, Roma também tinha seus próprios cálculos para a Páscoa, como o de Hipólito de Roma, que escreveu *ca.* 222-35 d.C. um tratado sobre a Páscoa. Essa obra, segundo Eusébio de Cesareia (*História Eclesiástica* VI, XX), expõe uma relação de tempos e propõe uma regra de um ciclo de dezesseis anos para a Páscoa, que fixa como limite dos tempos o primeiro ano do imperador Alexandre Severo, que era o imperador no tempo em que ele escrevia.

Conforme mencionado acima, na documentação do século IV, sobretudo em *Vita Constantini*, escrito posteriormente à conclusão de *História Eclesiástica*, há alusões a cálculos ou

regras relacionadas à Páscoa, sem especificá-los. De acordo com Mosshammer (2008, p.51), o que teria induzido vários estudiosos ao erro de atribuir a regra do equinócio a uma decisão do Concílio de Niceia foi a promulgação do ecumênico Dionísio Exíguo (470 d.C. – 544 d.C.), que reformulou o cálculo alexandrino com um ciclo de 19 anos e o atribuiu ao concílio de Niceia (que não tinha explicitamente enunciado a regra do equinócio da primavera ou qualquer detalhe quanto ao método de calcular a Páscoa). Segundo Mosshammer, L. Duchesne (1880) e F. Daunoy (1925) também acharam necessário negar a participação de Niceia nessa definição. Max Lejbowicz, em um texto do ano de 2006, reviu a evidência de Eusébio de Cesareia e tentou explicar o surgimento do “mito” de uma regra do cômputo pascal advinda do concílio de Niceia. De acordo com Lejbowicz (*apud* MOSSHAMMER, 2008: 52) pode-se depreender que a formação das regras que regeriam o cômputo da data da Páscoa se formaram paulatinamente. Primeiramente, houve a inclusão do parâmetro do equinócio ao cálculo de Dionísio de Alexandria, com a adição posterior da lua cheia de Anatólio da Laodiceia⁸⁰ (ca. 280 d.C.). O excerto também aponta fragmentos do *Chronicon Paschale* onde, de 300 a 311 d.C., o bispo Pedro de Alexandria também defende a regra do equinócio.

Dentre os bispos citados, Anatólio, Dionísio de Alexandria (ca. 250 d.C.) e Pedro de Alexandria (ca. 311 d.C.), pode-se notar que as igrejas orientais tiveram proeminência nas obras de Eusébio de Cesareia quanto aos cálculos Pascais, pois já utilizavam alguns parâmetros que fariam parte da composição das regras para o cálculo da datação da Páscoa, que foram seguidos posteriormente por Roma. Mas, isso não significa que o cálculo que tinha por base a regra do equinócio tenha sido, necessariamente, a escolha do concílio naquele momento específico, cujas preocupações, a partir dos registros de Eusébio de Cesareia, parecem estar mais versadas sobre o distanciamento para com a data da Páscoa judaica do que a adoção de um cálculo específico.

Assim, um outro fator que pode ter gerado o entendimento de que a decisão sobre o cômputo pascal teria advindo do concílio de Niceia foi a incumbência de Roma e Alexandria resolverem qualquer divergência sobre o cálculo da Páscoa. Isso “implicitamente”, endossaria as práticas que essas igrejas adotavam, e a documentação indica que Alexandria já utilizava o cálculo baseado na lua e no equinócio.

Mesmo em datas subsequentes ao Concílio de Niceia, pode-se notar que as discussões que ocorriam eram mais ligadas ao afastamento da data e das representações judaicas, que ainda persistiam sobre essa celebração, que à adoção de um cômputo da Páscoa. O sínodo de Laodiceia, que ocorreu na Frígia (ca. 343 – 381, d.C., data não confirmada), estabeleceu, no

⁸⁰Esse bispo natural de Alexandria, que sucedeu o bispo Eusébio de Laodiceia, tinha conhecimentos de aritmética, geometria e astronomia. Seus trabalhos, inclusive, incluem um tratado sobre o cálculo da celebração da Páscoa, utilizando o ciclo de 19 anos, já utilizado anteriormente em Alexandria.

cânone XXXVIII, que “Não é lícito receber o pão ázimo dos judeus [da festa da Páscoa], nem participar da sua impiedade” (Cânones do sínodo de Laodiceia *apud* SCHAFF, 2007: 151).

Ademais, isso se deve também a uma preocupação de que a composição do calendário litúrgico da Igreja não coincidissem com o calendário judeu, conforme relembra Markus (1997: 106): “O dia do Senhor [domingo] substituiu o Sabbath e a festa cristã da ressurreição a Páscoa judaica. A data da Páscoa tinha que se calcular eventualmente de tal maneira que impossibilitasse sua coincidência”.

É importante lembrar que houve etapas antecedentes para a formação dos parâmetros que regem o cálculo da Páscoa, mas, segundo Mosshamer (2008: 227-228), todos os cálculos posteriormente deram lugar ao cômputo de Alexandria (que foi reformulado por Dionísio Exíguo no século VI) no qual a data da Páscoa é determinada no primeiro domingo de lua cheia após o equinócio da primavera no hemisfério norte, que se mantém até os dias de hoje.

Considerações finais

Desde a formação da Igreja primitiva, a separação das representações do universo judaico se tornou matéria de suma importância. Isso influenciou diretamente a Páscoa, que era a festividade cuja memória passou a ser atrelada à morte e ressurreição de Cristo, elemento que foi o norte para a formação de uma nova religião distinta da matriz judaica, aquela que o cristianismo paulatinamente buscava se distanciar a fim de criar uma identidade própria.

No século II houve intensos debates entre aqueles que defendiam que a celebração deveria ocorrer em uma data diferente da praticada pelos judeus (o 14 de Nissan) e apenas no domingo, contra clérigos como Melito de Sardes, que afirmavam que a Páscoa deveria continuar sendo celebrada no 14 de Nissan (estes últimos conhecidos como quartodecimanos), pois acreditavam que os cristãos já estavam celebrando a Páscoa com significações associadas à ressurreição de Jesus. Os eclesiásticos defensores do domingo se preocupavam que, mantendo a mesma data, manteriam-se também as mesmas práticas e jejuns feitos durante o *Pessach*. Para eles, isso poderia sugerir que as representações continuariam ligadas ao êxodo do Egito e não à memória de Cristo. Assim, a fim de que a Páscoa cristã não coincidissem com a judaica, começaram a serem desenvolvidos vários cálculos entre as igrejas cristãs para prever a data da Páscoa. Decorria que, a partir de parâmetros diversos, o resultado era diferente e as datas não coincidiam entre as igrejas.

Versando-se em cartas, atas de concílios e na documentação de Eusébio de Cesareia, pode-se concluir que, ainda no século IV, era forte a necessidade do estabelecimento de práticas

distintas das representações judaicas e a marcação de uma identidade cristã para a celebração da Páscoa. Além disso, depreende-se que a gênese da decisão sobre a uniformização da data da Páscoa não pode ser atribuída somente a Niceia, tendo em vista não apenas que a questão já estava sendo debatida pelas igrejas em momentos anteriores, mas, principalmente, porque deliberações sobre a questão da Páscoa não constam nas atas do Concílio, do que decorre que Niceia não deu o aval para nenhum cômputo específico. Do que se pode inferir, as atenções até o século IV centravam-se na aquisição de anuência para com o distanciamento das representações do *Pessach*, o que justificava a mudança para que a Páscoa cristã acontecesse apenas no domingo (diverso do 14 de Nissan da Páscoa judaica, que poderia ocorrer em qualquer dia da semana), e não a definição por um método específico de cálculo.

A documentação de Eusébio de Cesareia aponta que havia uma forte preocupação da passagem da celebração para o domingo, dito diretamente na carta de Constantino e em outros documentos, como também posteriormente no Concílio de Laodiceia. Sem nenhuma informação sobre a questão da Páscoa nas atas do Concílio de Niceia, e nenhuma outra especificação por nenhuma outra fonte, conclui-se que a atribuição da adoção de qualquer *computus* para a previsão da data da Páscoa pelo Concílio de Niceia carece de respaldo na documentação.

Há indícios da formação paulatina do cômputos que levava em conta primeiramente o domingo (e esse fator sim, segundo a documentação, parece ter ampla aceitação no século IV), após, a inserção do equinócio da primavera do hemisfério norte, seguido depois a inclusão da lua cheia como parâmetro para o cálculo (sobretudo nas igrejas orientais). Mas isso não significa necessariamente que esses três critérios já eram aplicados juntos nos cálculos da data da Páscoa pelas igrejas do século IV, e tampouco que eram bastante difundidos e utilizados nesse período. A probabilidade maior é que essa difusão tenha tido maior ressonância no apenas no século VI, quando Dionísio o Exíguo reformulou o cálculo de Alexandria (que levava em conta os elementos citados) e o atribuiu ao Concílio de Niceia.

Outra hipótese levantada aqui para que, historicamente, essa atribuição ocorresse, foi a incumbência às igrejas de Roma e Alexandria para que se encarregassem de auxiliar as demais quanto a questão da Páscoa, conforme consta, por exemplo, na ata do concílio de Arles, onde Roma seria a responsável por enviar cartas informando as demais igrejas da data da celebração. Isso poderia significar que os concílios endossavam as práticas que essas igrejas adotavam, além da própria proeminência que elas adquiriam detendo o controle sobre o calendário litúrgico, o tempo da Igreja. Mas, há que se salientar que a documentação não é explícita sobre qual era o cômputos dessas igrejas, embora se possa depreender que as igrejas orientais caminhassem no sentido da construção do cômputus que levava em consideração o domingo, equinócio e a lua

cheia. Vale ressaltar que no século VI, o cálculo de Dionísio (que se tornou o cálculo da Páscoa “oficial” da Igreja) reformulou um cálculo utilizado pela Igreja de Alexandria. No entanto, até então não foi encontrado indícios concretos de que todas as igrejas no século IV congregavam todos os parâmetros que comporiam o cálculo posteriormente adotado (que são a lua cheia, equinócio da primavera e o domingo). O que se pode notar pela documentação até o século IV é uma variedade de cálculos e indícios da formação dos elementos que posteriormente comporiam juntos o cálculo da data da Páscoa.

Embora se possa encontrar ecos de uma aclamação para que a celebração da Páscoa ocorra em um único dia por toda a comunidade cristã no século IV (e que este fosse um domingo), considera-se bastante fraco e desprovido de respaldo o argumento de que o Concílio de Niceia de 325 d.C. tenha adotado um cômputos específico, visto que a maior preocupação do período era a distinção da data judaica e não a adoção de um parâmetro em detrimento a um outro. Dentro dessa perspectiva, por ora, conclui-se que não é possível preencher os “vazios” dos comentários deixados por Eusébio vinculando-os a qualquer cálculo específico adotado pelo Concílio de Niceia, que nada indicou a esse respeito. Defende-se portanto, que esta teria sido uma atribuição posterior, repetida ao longo dos séculos (principalmente após a vinculação que Dionísio o Exíguo fez no século VI), mas sem sustento pela documentação.

Fontes

CESAREIA, Eusébio de. **História Eclesiástica**. Tradução de Wolfgang Fisher. São Paulo: Novo Século, 2002. EUSEBIUS, C. **Life of Constantine**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Referências bibliográficas

- BELMAIA, N. A. W. De Eostre a Easter: ressignificação de um culto pagão na Inglaterra medieval? **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, vol. 20, n.2, 2016. p. 89-116
- BELMAIA, N. A. W. Do Pessach à Pascha: ressignificação dos significantes da Páscoa judaica pela Páscoa cristã. **Antíteses**. Londrina, v. 10, n. 19, 2017, p. 543-564.
- CAMERON, A., HALL, S. T. Comentary. In: EUSEBIUS, **Life of Constantine**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, dez. 1995.
- GIORGES, Liliana. **EI "hombre" en las fronteras de la "identidad"**. Córdoba: Mimeo, 1993.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: D P& A, 1997.
- LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2013.
- LIDDELL, Henry George. **A Greek-English Lexicon**. Disponível em <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3D%2386306&redirect=true>> Acesso mai. 2017.
- MARTIGNY, Abbé. **Dictionnaire des antiquités chrétiennes**. Hachette: Paris, 1865.
- BOUILLET, M. N. **Dictionnaire universel d'histoire et de géographie**. Hachette: Paris, 1878.
- OLIVEIRA, Pêrsio Santos. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.
- SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- TAYLOR, Miriam S. **Anti-Judaism and Early Christian Identity: A Critique of the Scholarly Consensus**. New York: Brill Academic Publishers. 1995.
- TOMICHE, Anne. **Glossolalies: du sacré au poétique**. Revue de littérature comparée, Klincksieck, n.305, 1, p.61-72.
- VAN DAM, Raymond. The many conversions of the Constantine. In: MILLS, K. GRAFTON, A. **Conversion in Late Antiquity and the Early Middle Ages: Seeing and Believing**. 2003.
- WENTE, Edward F. **Letters from Ancient Egypt**: Society of Biblical Literature Writing from the Ancient World. Atlanta, GA: Scholars Press, 1990.
- WOODWARD, Kethryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. **A produção social da identidade e da diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- WYNNE, J. Ascension. In: **The Catholic Encyclopedia**. New York: Robert Appleton Company. Retrieved March 8, 2018. Disponível em <<http://www.newadvent.org/cathen/01767a.htm>>. Acesso: mai. 2018.

EM BUSCA DA RELEVÂNCIA INTERNACIONAL: AS PARTICIPAÇÕES PORTUGUESA E BRASILEIRA NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Guilherme Nercolini Miranda

guilhermemiranda89@gmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de Fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3538046862691078>

RESUMO: A Primeira Guerra Mundial foi um evento de magnitude até então nunca vista em um sentido mundial. Englobando uma grande quantidade de países de todos os continentes, o conflito foi fundamental para demonstrar e encaminhar no começo do século XX os enquadramentos regionais e mundiais tanto das potências globais quanto de países periféricos. É neste contexto de transição e aproximações que os frágeis e dependentes Portugal e Brasil se viram inseridos durante os meados da década de 1910. Tanto Portugal quanto o Brasil estavam passando por momentos de efervescências políticas, econômicas e sociais interna. A Grande Guerra, no entanto, mostrava-se como uma possibilidade desses dois países de conquistar novas possibilidades tanto no sentido de mobilização interna quanto de ascensão internacional através de suas participações no conflito. No presente trabalho proponho, portanto, pesquisar como ocorreram as participações dos dois países no cenário da Grande Guerra, analisando desde as relações entre eles com as potências das quais eram dependentes até como foi a participação efetiva das duas nações na beligerância. Pretendo também perceber quais intenções dos governos luso-brasileiro evocaram a participação dos países na guerra e se elas efetivamente foram alcançadas. Para isso proponho a utilização da metodologia de análise da História das Relações Internacionais e da História Comparada.

Palavras-Chave: Portugal; Brasil; Primeira Guerra Mundial; História Comparada; Relações Internacionais

SUMMARY: The First World War was an event of magnitude hitherto never seen in a world-wide sense. Encompassing a large number of countries on all continents, conflict was fundamental to demonstrate and to direct, at the beginning of the twentieth century, the regional and global frameworks of both global and peripheral powers. It is in this context of transition and approaches that the fragile and dependent Portugal and Brazil were inserted during the mid-1910s. Both Portugal and Brazil were going through moments of internal political, economic and social effervescences. The Great War, however, was seen as a possibility of these two countries to gain new possibilities both in the sense of internal mobilization and of international rise through their participation in the conflict. In the present work I propose to investigate how the participation of the two countries took place in the scenario of the Great War, analyzing from the relations between them with the powers of which they were dependent until what was the effective participation of the two nations in the belligerence. I also want to understand what intentions the Luso-Brazilian governments have evoked from the participation of the countries in the war and whether they have actually been achieved. For this I propose the use of the analysis methodology of the History of International Relations and Comparative History.

Keywords: Portugal; Brazil; First World War; Comparative History; International relations

Introdução

As duas Grandes Guerras ocorridas na primeira metade do século XX foram das experiências mais marcantes na história das relações internacionais e diplomáticas do período contemporâneo. Fundamentais na revelação dos enquadramentos regionais, continentais e

globais, ambas são eventos reveladores na confirmação das dependências de países periféricos e na hegemonia de superpotências. Por este motivo, tanto a Primeira quanto a Segunda Grande Guerra mundial são eventos até hoje estudados em diversos âmbitos, e entre eles o das Relações Internacionais, para o entendimento das dinâmicas globais da atualidade.

Vendo por este viés é natural a ênfase dos historiadores em entender e denunciar as dependências econômicas e políticas das regiões periféricas em relação às grandes potências bélicas e econômicas. Neste sentido, destacam-se diferentes estudos como os de Gerson Moura, Dennison de Oliveira, Frank McCann, Nelson Costa Ribeiro⁸¹ e outros como exemplos concretos da existência de uma dependência exercida entre Estados Nacionais periféricos com superpotências globais.

Os casos de Portugal e do Brasil são, portanto, exemplos históricos dos meandros diplomáticos e políticos de um modelo que se reproduzia por diversas regiões e países do globo. Esses dois países, um de tamanho continental, e outro de pequena dimensão e população, são exemplos que evidenciam a dependência e fragilidade dos países periféricos durante o contexto bélico da primeira metade do século XX.

Neste contexto, exponho nas páginas a seguir: como as participações brasileira e portuguesa na Primeira Guerra Mundial são exemplos do que os teóricos das Relações Internacionais anglo-saxãs exprimem por *Agency* (DUARTE, 2016, p.15).

Este conceito, que propõe uma análise horizontal dos estudos das Relações Internacionais, refere-se ao questionamento da ideia de que países menores são incapazes de terem papéis decisivos dentro do quadro internacional, confrontando, assim, a imagem de que países periféricos são o que podemos chamar de *powerless*, ou seja, Estados sem poder ou capacidade de ação em cenários regionais ou globais adversos.

Neste sentido, países periféricos possuem a capacidade (*Agency*) de, mesmo quando vinculados a um estado de desorganização interna, fragilidade externa ou submetidos às vontades de seus aliados mais poderosos, se utilizarem de mecanismos e possibilidades para manipular ou usufruir de relações desiguais em prol da vontade ou necessidade de seus governantes (IBIDEM, p.15).

Para isso tenho por objeto as relações do Brasil e Portugal em relação aos Estados Unidos da América, Inglaterra e França durante o período da 1ª Grande Guerra Mundial. A escolha por este contexto se exprime não apenas pelas relações de dependência que os dois países possuíam em relação a estas potências, mas também porque em ambos os casos podemos

⁸¹ Dos autores citados destaco os trabalhos *Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42* de Gerson Moura; *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial* de Dennison de Oliveira; *A Aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945* de Frank McCann; *Salazar e a BBC na Segunda Guerra Mundial informações e propaganda* de Nelson Ribeiro.

averiguar exemplos de como os governantes dos dois países, através do uso da diplomacia e das relações internacionais, se utilizaram do contexto em que estavam inseridos para construir novas possibilidades, seja no cenário interno quanto no espaço externo.

Para além disso, procuro na História Comparada um norte para esta análise. Esta metodologia possibilita perceber as influências mútuas, as inter-relações, as motivações internas e influências externas. É através dela que busco perceber as diferenças e semelhanças dos elementos apresentados entre os dois países. Por isso, ponho em prática a metodologia da "iluminação recíproca" já que conforme Barros (2007, p.12) aponta, quando confrontamos dois objetos ou realidades para que uma ponha-se em relevo com a outra, podemos perceber elementos em comum ou em discordância.

De potência regional ao espaço global: o caso brasileiro

O Brasil dos anos 1910 vivia um panorama político, econômico e social complexo e de grande convulsão. As estruturas sociais implementadas com a proclamação da República, consolidadas após uma série de governos militares e civis, começaram a balançar vertiginosamente com as mudanças ocorridas durante a década.

Governado por elites políticas atreladas aos grandes produtores de café do sudeste brasileiro, as duas primeiras décadas da República haviam fortalecido a predominância de governos civis. No âmbito econômico, o domínio da elite agrário exportadora marcava a continuidade do país como um parceiro comercial voltado para a venda de produtos primários, como o Café e a Borracha, artigos que juntos dominavam as exportações brasileiras como visto na tabela abaixo:

Exportações dos principais produtos primários brasileiros (%)⁸²

Ano	Café	Borracha	Outros produtos agrícolas ⁸³	Outros produtos
1901	59,0	21,2	16,1	3,7
1904	50,6	28,4	15,8	5,2
1908	52,0	26,7	15,8	5,3
1912	62,4	21,6	11,9	4,1
1913	62,3	15,9	17,3	4,5

⁸² Dados retirados do livro de DARÓZ, C. *O Brasil na Primeira Guerra Mundial: a Longa Travessia*. São Paulo: Contexto, 2016. p.26.

⁸³ Estes artigos referem-se ao algodão bruto, cacau, tabaco, mate, couros e peles.

Conforme percebido na tabela acima, além do café dominar em todos os anos mais de 50% das exportações do país, ele conjuntamente com os outros produtos agrícolas e a borracha rotineiramente chegavam a 95% de todas as exportações brasileiras.

Uma outra característica do Brasil dos anos 1910 foi a urbanização e a industrialização. Ainda que pequeno, o desenvolvimento industrial brasileiro vinha em crescimento desde os finais do século XIX, tendo na área têxtil o seu principal impulso nas regiões do Distrito Federal (atual Rio de Janeiro), São Paulo e Rio Grande do Sul. A importância desta tríade era a tal ponto que juntos esses estados detinham mais de 50% da produção industrial brasileira (FAUSTO, 1995, p.288).

Deste modo, o Brasil dos anos 1910 ainda era um país predominantemente agrícola, de cunho exportador e que passava lentamente por um pequeno surto industrial de enfoque estritamente para suprir o mercado interno.

O Brasil do período anterior ao início da guerra era, por isso, um exemplo crasso de um país essencialmente vinculado ao capitalismo internacional com base na exportação de produtos primários e importação de artigos industrializados. Por este motivo o ano de 1914 foi decisivo, já que em um tempo de conflito global, estar plenamente associado e depender do mercado internacional de exportação e importação acarretava em um risco imenso.

Já em 1914 os reflexos da guerra começaram a afetar o país. A dependência econômica na exportação do café para os Estados Unidos da América, o Reino Unido e a França logo demonstrou a fragilidade do país em se adaptar ao cenário que se estabelecia. Os efeitos da guerra faziam com que dois dos três grandes parceiros comerciais estivessem diretamente associados à Grande Guerra. Este acontecimento afetou gravemente a economia brasileira, já que não apenas os principais produtos brasileiros passaram a ser menos consumidos nos países belicosos, como o próprio bloqueio marítimo que a Alemanha executou interferiu no transporte das mercadorias.

Os efeitos da guerra rapidamente passaram a prejudicar a economia brasileira, que era extremamente dependente de suas exportações de café. Mas foi principalmente em 1917 que os prejuízos econômicos começaram a crescer dentro do cenário brasileiro, ocasionado pela negativa da Inglaterra de comprar o principal produto do país, considerado supérfluo em um cenário de continuidade da guerra.

O resultado foi que os dois últimos anos do conflito levaram o Brasil a uma grave crise econômica e social, ampliada ainda mais pela total falta de políticas sociais do governo brasileiro para a inserção dos antigos escravos afro-brasileiros e imigrantes europeus que se deslocaram para trabalhar nas lavouras de café ou na colonização do sul do país.

Agravado pela carência de bens de consumo, regularmente fornecidos pela Europa, e também pelo êxodo rural, que com a redução dos empregos nas lavouras de café levaram um grande número de famílias para os centros urbanos, o resultado de toda esta crise foi a demonstração da incapacidade do governo brasileiro de administrar a absorção dos ex-escravos e imigrantes europeus.

Através deste encaminhamento, houve no país principalmente nos principais centros urbanos, uma grave crise acarretada pelo desemprego e crescimento da violência. O Brasil evidenciava, com isso, que como país agrário exportador, o comércio marítimo era uma espécie de “aparelho respiratório” da nação, sendo este o único meio que permitia a fluidez da comercialização dos produtos brasileiros e o consequente giro da economia do país.

Embora a quantidade de problemas agravasse o desenvolvimento do Brasil, ainda sim este destacava-se dentro do cenário latino-americano. Seja por conta de seu amplo espaço territorial, pela grande população local ou por sua forte presença no sistema do comércio internacional, o Brasil detinha um importante espaço dentro das políticas regionais e continentais desde o período da monarquia.

Já desde os fins do século XIX projetou-se por políticos e intelectuais brasileiros os Estados Unidos da América como um valioso parceiro não apenas mercantil, mas também político. Ainda no final deste século, a aproximação com os norte-americanos ajudou no combate à Revolta da Armada, e também na constituição republicana. O início efetivo desta política pelo Itamaraty só se decorreu, contudo, a partir de 1902, com a posse de José Maria da Silva Paranhos Júnior (também conhecido como Barão do Rio Branco) no Ministério das Relações Exteriores. O Barão do Rio Branco ficou neste cargo de 1902 a 1912 e teve como política central a aproximação com o gigante norte-americano.

O Barão politicamente concebia que uma vinculação do Brasil com os norte-americanos possibilitaria diminuir possíveis ameaças de potências europeias no continente americano, ainda que não aderisse de forma tão concreta à Doutrina Monroe de maneira irracional e automática.

Tendo em suas políticas de aproximação perpetrado um atrelamento da política externa brasileira de forma pragmática e realista às vontades dos EUA, com intenções de obter ganhos ao país (SILVA, 2016, p.11), durante sua gestão no Ministério das Relações Exteriores o Brasil não teve como primeiro plano uma política externa de natureza econômica, ainda que elas perpassassem de alguma forma pelas ações do ministério.

A morte de Rio Branco em fevereiro de 1912, todavia, impossibilitou a continuidade de sua política. Para seu lugar foi colocado na pasta o General Lauro Müller, tendo o ministro ocupado o cargo de 14 de fevereiro de 1912 a 7 de maio de 1917. Foi durante sua gestão que a

guerra estourou e que o Brasil assumiu um posicionamento de amizade entre os governos brasileiros e estadunidense, tendo sido, inclusive, criticado por isso⁸⁴.

Com o início da guerra em 28 de julho de 1914, os países do continente americano logo adotaram a neutralidade durante os primeiros anos do conflito. O Brasil seguiu esta mesma linha ao formalizar sua neutralidade em 4 de agosto do mesmo ano através do Decreto nº 11.037. No entanto, embora buscasse um afastamento em relação à beligerância, e estivessem distantes das batalhas, os resultados da guerra ainda chegaram no Brasil pelo mar em diversos momentos.

Atacados pela estratégia alemã de interromper o comércio marítimo através do uso de submarinos, o Brasil passou a sentir os primeiros problemas da guerra. O bloqueio mercantil efetuado pela Alemanha foi um verdadeiro tormento econômico para o país. Logo percebeu-se que a nação não tinha o preparo necessário para enfrentar a paralização repentina de seu comércio marítimo, de investimentos, financiamentos e créditos advindos do exterior (DENHIN; MENDONÇA, 2015, p.74). Todavia, ainda que estivessem sentindo os desgastes do conflito, o Brasil apenas tomaria posição em relação ao contexto internacional após o dia 6 de abril de 1917, data marcada pela declaração de guerra dos Estados Unidos da América em relação às potências centrais.

Foi durante este período que o Ministério das Relações Exteriores efetivamente buscou, através da diplomacia, atuar fortemente na conservação da neutralidade, mesmo em face as pressões francesas e inglesas que submetiam tentativas de envolver o Brasil para as causas da guerra.

Internamente havia um debate a respeito da entrada da nação na guerra. Enquanto parte do governo preferia o afastamento do país em relação à beligerância, uma outra ala via na participação brasileira uma oportunidade de aproximação com os EUA para uma possível ascensão internacional do Brasil no cenário da política externa.

A pressão sofrida pelo chanceler brasileiro encabeçada por Rui Barbosa, que apoiava um posicionamento mais participativo do país no conflito e denunciava Lauro Müller como um germanófilo, tinha como finalidade o encerramento da posição de neutralidade do Brasil. A divisão nacional era evidente, tendo o grupo de Rui Barbosa orientação de colocar Nilo Peçanha na pasta do Ministério das Relações Exteriores, o que aconteceu em 7 de maio de 1917 após a repentina renúncia de Müller do Itamaraty.

⁸⁴ Domício da Gama, na época embaixador brasileiro em Washington, criticava abertamente a postura de amizade sem reservas em relação aos Estados Unidos da América pela gestão de Lauro Muller. Para Gama, o problema brasileiro perpassava pelo risco de “(...) colocar o Brasil relativamente aos Estados Unidos na relação de Portugal para com a Inglaterra” e completava afirmando que “imagino e desejo ambições menos modestas” (BUENO, 1998, p.13).

Em concomitante a este evento, o incremento do comércio brasileiro com seus principais parceiros, com destaque aos EUA, França e Reino Unido durante o terceiro ano da guerra levou aos primeiros afundamentos de navios nacionais que faziam o envio de produtos rumo a esses mercados. Casos como os do afundamento do navio Paraná e dos cargueiros Tijuca e Lapa acarretaram na dissolução da neutralidade brasileira e alinhamento efetivo do país com o esforço de guerra da Entente.

Com a declaração de guerra à Alemanha, o governo brasileiro asseverou seu posicionamento em relação ao esforço de guerra, através do confisco e venda para os franceses dos navios alemães retidos nos portos brasileiros. Esta atitude tinha duas intenções: uma que era efetivar seu posicionamento como aliado da Tríplice Entente e outra que servia para aliviar o Tesouro Nacional, que vinha com problemas sérios ocasionados pela crise do comércio marítimo. Com isto, o país assegurou a venda de 100 milhões de francos em produtos nacionais e a quantidade de dois milhões de sacas de café para as potências beligerantes (IBIDEM, p.75).

O incremento do comércio brasileiro assim que assumiu o lado com os EUA, França e Grã-Bretanha tinha relação com a própria utilidade do país no conflito. Para as nações beligerantes a melhor contribuição dos brasileiros na guerra era principalmente no comércio, com destaque ao envio de produtos de primeira necessidade aos países aliados e na exclusão da compra de produtos alemães pelo Brasil. Ao entrar na guerra, as medidas iniciais do país foram a de evitar o uso de carvão e outros produtos, como arroz, feijão, açúcar, batata, milho, carnes e banha, além da substituição do trigo do mercado nacional, afim de potencializar o comércio com os países da Entente.

Um outro ponto tocado quanto a entrada brasileira na guerra foi na ideia do envio de tropas do país para combater na França, fruto de especulações na imprensa inglesa e norte-americana que alardeavam a possibilidade do despacho de uma força expedicionária brasileira de mais de 120 mil homens. O mal-entendido logo foi desmentido através da afirmação do General Tasso Fragoso de que “(...) não irá a França um único soldado do Brasil” (IBIDEM, p.75).

As atuações diplomáticas posteriores à entrada brasileira na guerra, no entanto, destacaram-se pela busca na afirmação da aliança brasileira com as potências beligerantes e pela agressiva política de conquista da simpatia dos norte-americanos. Em carta datada de 16 de junho de 1917 de Graça Aranha para Tasso Fragoso, então chefe da Casa Militar do presidente Venceslau Brás, Aranha expôs saber a “intervenção decisiva” de Fragoso para “nos livrar de Lauro” (Müller) e que “maior serviço não podia ter prestado à nossa causa” (IBIDEM, p.83).

A carta de Graça Aranha comprova a grande influência da Doutrina Monroe no Brasil, em um sentido de embasamento para a “solidariedade hemisférica”. A entrada norte-americano

no conflito em abril de 1917 foi decisiva para a participação brasileira na guerra, tendo a saída de Müller acontecido um mês depois da entrada dos EUA na beligerância. A entrada brasileira, ocorrida pouco tempo depois, já em 1 de junho do mesmo ano, menos de 2 meses depois da entrada estadunidense na Grande Guerra, demonstra que o Brasil seguia os passos dos norte-americanos afim de alimentar as relações hemisféricas.

Neste jogo de intrigas e poder dentro do governo brasileiro, com forte interferência externa, atuava a diplomacia brasileira, sem uma evidente política norteadora e exposta a ações de grupos específicos. Uma dessas ações foi a visita do Marechal Hermes da Fonseca com uma comitiva de três meses na França onde visitaram o front de batalha como Calais, Dunquerque e Houthem.

A mais direta e eficaz ação, no entanto, foi a abordagem do ministro Antonio Vicente da Fontoura Xavier após obter audiência com o Rei Jorge V da Grã-Bretanha em 27 de novembro de 1917. Após o encontro, o ministro retornou ao Brasil afirmando que a Sua Majestade havia convidado o envio de pilotos brasileiros para treinamento na Europa. Rapidamente o governo inglês buscou desfazer o mal-entendido, mas Nilo Peçanha, em atitude estudada, solicitou que Fontoura Xavier demonstrasse ao governo britânico o mal-estar que causaria no Brasil um cancelamento da proposta. Como resultado, após mais de 2 meses de conversas, o Ministro britânico no Brasil, Arthur Peel, fez um comunicado em 12 de janeiro de 1918 a Nilo Peçanha confirmando o convite para o envio de 10 aviadores brasileiros (IBIDEM, p.87).

Para além desta forçosa abordagem, que demonstrava a vontade brasileira de participar no conflito, quando presente na Conferência Interaliada que ocorreu em Paris entre os dias 20 de novembro e 3 de dezembro de 1917, o Brasil propôs o envio de uma divisão naval contendo dois cruzadores e quatro contratorpedeiros para patrulhar e combater os submarinos alemães na área belicosa do Atlântico Sul. Para além deste, foi concordado o envio de uma missão médica brasileira para a França, onde teriam a função de administrar um hospital para tratamentos de combatentes e civis.

Acuada pela necessidade do envio de toda a ajuda possível, os países da Entente logo aceitaram a proposta, que resultou no envio de uma divisão naval brasileira para a região do Atlântico Sul e de uma missão médica para a França. Vale ressaltar que, embora o sucesso da missão médica e do grupo de aviadores tenha acontecido, a principal colaboração que era o envio da divisão naval acabou resultando em um grande vexame internacional.

A investida, que sofreu com atrasos e surtos de gripe espanhola, praticamente demonstrou a incapacidade das forças armadas brasileiras de atuar em um cenário de guerra

internacional, muito por conta da atrasada tecnologia e estrutura militar do país comparada a outras nações, como o Japão, por exemplo.

Como resultado a participação brasileira se desencadeou com o propósito de participar da teia de relações que se estabeleceram a partir do fim da guerra. A projeção obtida pelo país na Sociedade das Nações por conta do incentivo e aproximação com os EUA deu ao Brasil um lugar de destaque dentro do cenário internacional do início dos anos 1920, com o estabelecimento do país na cadeira eletiva dentro da Sociedade das Nações (CARVALHO; MARTINS, 2011, p.189).

Este espaço almejado e conferido ao Brasil decorreu-se efetivamente graças ao viés pan-americanista da diplomacia brasileira e norte-americana, dando, assim, uma projeção transatlântica à nação. A participação e direcionamento do país na guerra levaram, com isso, a uma oportunidade ímpar do Itamaraty e do Brasil de projetar-se como uma força não somente regional, mas também mundial.

O decorrer da Sociedade das Nações e as sucessivas exclusões do Brasil dos espaços de poder dentro deste organismo levaram o Itamaraty, em 10 de Junho de 1926, a retirar-se da organização como forma de protesto. No fim, a luta brasileira pela projeção internacional frustrou-se na sua fragilidade interna e incapacidade do país de efetivamente promover-se como uma potência.

Legitimando a República: o caso português

Enquanto o Brasil da década de 1910 passava por convulsões sociais e mudanças forçadas nas áreas da economia e sociedade, o contexto da década de 1910 em Portugal pode ser descrito como um período de extremo caos político e social. De 1908 até o ano de 1927 o país viveu um período de indecisões e fragilidades.

É certo que a implementação da república portuguesa, instaurada em outubro de 1910, ocorreu através de uma ruptura política que desencadeou uma série de problemas internos futuros. Para Telo(2014), desde a implementação da república em 1910 até o ano de encerramento desse sistema em 1927 ocorreram ao menos nove revoluções ou quebras dentro do governo português, o que demonstra a permanência de uma guerra civil intermitente durante pelo menos 19 anos dentro de Portugal (TELO, 2014, p.10).

Já desde os anos de 1910 a 1914 a recém proclamada república ainda vivia tempos de instabilidade, ocasionada principalmente pelos conflitos entre os grupos monarquistas e republicanos. Com o início da guerra, no entanto, o panorama político português alterou-se de tal

modo que a antiga rivalidade entre esses dois grupos se transformou em outra: a dos guerristas e anti-guerristas.

A ala guerrista, representada principalmente pelo Partido Democrático, foi formada pela união dos dois principais partidos republicanos (os Evolucionistas e o Unionistas) e tinham como principais interesses a união do país. Para atingir este fim, viam na guerra um instrumento de reconciliação da república e do governo com os portugueses.

Para além disto, este grupo também enxergava na beligerância uma oportunidade de demonstrar a capacidade de mobilização do país para a Espanha e a Grã-Bretanha, em um sentido de propagandear o governo republicano como um regime estruturado. Esta preocupação advinha principalmente porque o cenário internacional estava cada vez mais acirrado e contrário ao republicanismo em Portugal.

O outro grupo, chamado de anti-guerristas, representava uma outra grande parcela da população portuguesa, alcançando desde a ala conservadora até a extrema esquerda. Este grupo não via a participação portuguesa na guerra como um problema, já que defendiam a luta armada no continente africano. Todavia, a principal preocupação para os anti-guerristas era em uma possível intromissão portuguesa no conflito dentro da Europa, da qual consideravam inadequada e desnecessária.

Para dar suporte a este posicionamento, este grupo tinha como aliado a Grã-Bretanha. Os ingleses desde o primeiro momento da guerra solicitaram aos portugueses que evitassem a entrada do país no conflito. Os motivos britânicos eram principalmente: impedir a oportunidade de dar ao inimigo a chance de uso das possessões portuguesas no Atlântico e também o fato de que os ingleses sabiam que Portugal não tinha capacidade militar para uma guerra desta magnitude. Para os ingleses era evidente, portanto, que eles mesmos teriam que financiar e dar todos os suportes para defender Portugal e enviar as tropas portuguesas ao front.

Estes dois motivos para a negativa em relação a beligerância lusa contornaram a diplomacia inglesa em relação à Portugal desde 1914. Com o passar do primeiro ano do conflito, no entanto, a situação passou a ser difícil de ser administrada pelo governo de Londres, já que não somente Portugal era governada pela ala guerrista como também porque o a Grã-Bretanha viu em sua principal aliada, a França, o interesse da recepção de reforços portugueses no front.

Logo desde o princípio o governo republicano tentou mandar tropas para a França através de um acordo de envio de peças de artilharia. A estratégia franco-lusa era a da venda de 36 peças de artilharias antigas de Portugal, e em conjunto seriam enviados 20 mil soldados portugueses para “utilizar as peças” no front em França (IBIDEM, p.16). A ideia demonstrava uma vontade de franceses e portugueses na participação lusa no conflito. A tentativa, todavia,

acabou sendo frustrada pela negativa inglesa de apoiar o envio de tropas portuguesas, tendo o governo londrino solicitado a Lisboa cautela afim de evitar ao máximo o corte de relações com a Alemanha.

Ficava, com isso, evidente duas questões: uma era a dependência portuguesa para com o governo britânico, e outra era que na indecisão a respeito da entrada ou não de Portugal na guerra haviam dois países interessados: um a Inglaterra, que não queria a presença portuguesa na beligerância, e outro a França, que gostava da possibilidade do envio de tropas lusas para o preenchimento de quadros em regiões menos ativas do front.

Enquanto as discussões da entrada ou não de Portugal na guerra criavam raízes no cenário internacional, o país em 1914 vivenciava o conflito diário entre guerristas e anti-guerristas. A disputa pelo poder interno passou já nos finais deste ano a tomar proporções maiores com a entrega da Presidência da República com suporte das Forças Armadas para o General Pimenta de Castro, forte nome conhecido por sua posição anti-guerrista.

As movimentações políticas do cenário interno português e de seus partidos elevaram os ânimos dentro do país. O resultado desta instabilidade interna logo teve resultados, como visto em maio de 1915 através de um confronto entre guerristas e anti-guerristas dentro de Lisboa, com a decorrência de mais de 200 mortos e 600 feridos em um período de 24 horas (IBIDEM, p.19) O evento, para além da violência, teve também como consequência a demissão e fuga de Pimenta de Castro e a retomada do poder por alas mais radicais do Partido Republicano Português (PRP) voltados para a entrada lusa no conflito.

Foi a partir de maio de 1915, portanto, que o grupo guerrista, em conjunto com o governo de Paris, decidiram praticar atitudes diplomáticas agressivas para a entrada de Portugal no conflito europeu. Já no final deste mesmo ano, os governantes de Portugal procuraram utilizar do primeiro artifício para a entrada do país na guerra: os navios alemães em portos portugueses.

Haviam mais de 80 barcos germânicos aportados em Portugal ao final de 1915, e sabendo da cobiça inglesa por essa frota o governo francês decidiu solicitar a Portugal a entrega destes navios para o esforço de guerra (IBIDEM, p.20). Pressionada pelo acontecido, e vendo a necessidade de ampliar sua marinha mercante, o governo britânico sem possibilidade de contornar a vontade francesa finalmente cedeu e pediu o aprisionamento dos navios ao governo luso.

A pressão efetuada pelos franceses, em conjunto com o comprometimento do governo com a causa “guerrista”, teve como resultado a apreensão portuguesa dos navios germânicos aportados em seu território. Como resultado desta ação, rapidamente a Alemanha declarou guerra

aos portugueses que em seguida responderam com a entrada no conflito ao lado da Tríplice Entente.

A entrada portuguesa na guerra ocorreu, portanto, através de uma confluência de motivações entre o governo guerrista de Portugal, que tinha interesse em sua participação na guerra para legitimar o regime republicano e mobilizar o país em prol de uma causa, e a França, que ao final de 1915 estava percebendo a extensão da guerra e aceitava o envio de duas divisões portuguesas para dar suporte em setores mais calmos, afim de libertar divisões francesas estacionadas (IBIDEM, p.23).

A entrada de Portugal no conflito, no entanto, não significava o envio de tropas para a França, o que prejudicava as pretensões franco-lusas. O que se sucedeu a partir do final de 1915 até junho de 1916 foi uma série de negociações entre Afonso Costa e Augusto Soares com representantes do governo inglês.

Nessas negociações o governo Português tinha uma solicitação: que a Inglaterra fizesse um pedido formal de participação lusa na guerra. A ideia, que ia contra a vontade inglesa, era um artifício que a ala guerrista desejava para fortalecer a mobilização em seu país. Os governantes portugueses sabiam que uma boa ideia para contornar uma situação impopular sobre a participação do país na beligerância seria reagir a um pedido formal da histórica aliada, Inglaterra, em prol da velha aliança fincada desde 1373. Esta estratégia ia de encontro com o receio de que, se não houvesse uma união entre todas as alas do país, poderiam existir reações de dentro das forças armadas portuguesas contrárias a participação do país na guerra.

Como moeda de troca, o governo de Lisboa ofereceu a entrega dos navios alemães apreendidos aos ingleses. O real motivo da afirmativa britânica, no entanto, perpassava mais por questões diplomáticas do que pela vontade de apoiar Portugal em sua empreitada bélica. Havia um receio inglês de que, caso negado o suporte britânico para a participação lusa, houvesse uma aproximação portuguesa com a França após a conclusão da guerra, o que resultaria na perda de influência inglesa sobre Portugal e consequentemente um grave prejuízo geopolítico.

Por este motivo a Inglaterra concordou com os termos portugueses e fez a solicitação formal, que encaminhou o envio do Corpo Expedicionário Português (CEP). A discussão entre franceses e ingleses pela participação portuguesa, no entanto, teve continuidade. A França queria o corpo de soldados portugueses inseridos dentro de seu exército, que seriam enviados para regiões menos importantes do front. Os ingleses, com medo da perda de influência sobre Portugal, deram a negativa e procuraram alternativas para o envio das forças portuguesas.

É importante salientar que o governo português apoiou os ingleses neste caso, já que queriam que suas forças fossem encaminhadas para regiões mais importantes do front. Em sua

posição como líder das Forças Armadas Portuguesas, o General Norton de Matos buscou inserir Portugal em um espaço mais importante dentro do cenário da guerra.

Esta política definiu-se por diversos motivos: primeiro que uma posição secundária dentro do conflito invariavelmente não traria vantagens à Portugal. Segundo porque o envio de tropas portuguesas para a França não fortaleceria o discurso governista de ajuda ao pedido da Grã-Bretanha. Como resultado, durante as últimas semanas de 1916 o governo de Londres optou por aceitar a incorporação das divisões portuguesas dentro do exército britânico na região de Flandres.

No fim, portanto, é possível perceber como o governo guerrista buscou utilizar-se das relações internacionais e dos conflitos de interesses entre as duas potências aliadas da Tríplice Entente na Grande Guerra para conseguir cumprir uma política de integração nacional, que era a sua participação na guerra para a encaminhar a legitimação do regime republicano.

Embora o ano de 1917 registre uma tentativa do PRP de união política e de fortalecimento do país no cenário externo, a participação portuguesa na beligerância resultou em mais problemas do que soluções. Para além do desastre acometido ao CEP, derrotado rapidamente em uma ofensiva germânica, a pouca representatividade do país na Sociedade das Nações no pós-guerra e novos golpes de Estado e crises econômicas fragilizaram ainda mais o regime republicano em Portugal. Ao final, conforme exposto por Fernando Rosas, a suicida participação na Grande Guerra apenas agravou os problemas do regime republicano, e criou ainda mais inimigos dentro do país (ROSAS, 2018, p.156).

Conclusão

Expus no presente texto uma contextualização comparativa entre dois países que durante a Primeira Grande Guerra Mundial viveram internamente contextos diferentes, mas que buscaram estratégias e metas semelhantes no campo da política externa. Neste sentido, o método da História Comparada nos possibilita perceber as semelhanças e diferenças entre esses dois exemplos de atuações diplomáticas.

A justaposição e comparação dos casos brasileiro e português na Grande Guerra é elucidativo na demonstração de como países periféricos, através de ações políticas internacionais ou aproximações com potências globais, conseguem forçar possibilidades para si ou para os grupos estabelecidos no governo local, como no caso lusitano.

É, portanto, falso afirmar que potências médias ou que pequenos Estados não possuem certa autonomia ou capacidade de atuar no cenário internacional de forma a influenciar decisões

ou estabelecer vontades. Pelo contrário, os exemplos citados demonstram que Estados periféricos possuem *Agency*, ou seja, a capacidade de intervir de forma autônoma ou em prol de suas próprias vontades em quadros internacionais tanto pacíficos quanto adversos.

Por este motivo, podemos concluir que a participação portuguesa e brasileira no conflito, ainda que efêmeras e pouco decisivas, foram propostas nacionais em cenários pouco favoráveis para as suas entradas na guerra. Isto ocorreu principalmente por conta dos trabalhos de aproximações com potências partidárias as suas entradas na guerra, seja por necessidade de suporte do discurso regionalista e imperialista, como no caso norte-americano, ou pela necessidade de mais contingente nas linhas de defesa do front como na Entente.

As participações luso-brasileiras na guerra, que tinham motivações principalmente para causas nacionais, no entanto, foram lapidadas através de diversas ações diplomáticas, o que demonstra que mesmo em crise e fragilidade interna os Estados periféricos também possuem capacidade de interferência dentro de quadros mais amplos.

Dentro desses dois casos apontados, o mais evidente em relação a esta afirmativa é o português. A participação lusa no conflito nos demonstra que, mesmo tendo que lidar com a guerra em suas colônias africanas, Portugal deu muito mais importância para o conflito em solo europeu, evidenciado pelo envio de 60 mil combatentes do CEP para solo francês, enquanto o esforço de guerra nas colônias foi de apenas 5 mil homens (PIRES, 2016, p.51).

Esta motivação de participar no principal espaço da beligerância evidencia-nos que, apesar da entrada do país na guerra tivesse motivações de mobilização interna, o principal sentido para a formação e envio do CEP foi a ampliação da importância portuguesa no cenário internacional, conforme exposto pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal em 1916. Augusto Soares, em entrevista redigida por Paulo Barreto, afirmou que “estou persuadido de que, durante um século, pelo menos, garantimos a nossa situação internacional. Firmemente creio. Seriamente afirmo” (ATLÂNTIDA, 1916, p.505).

A fala de Soares expõe, com isso, que embora a manutenção do território colonial estivesse em xeque, o principal direcionamento do governo português foi para os holofotes da Grande Guerra e os possíveis ganhos ao tornar-se parte de uma aliança vitoriosa no conflito.

Isto comprova que, acima de tudo, o CEP tinha como grande importância não somente uma coesão nacional, mas principalmente a elevação da capacidade portuguesa perante a Espanha e a Inglaterra, e salienta que a guerra, acima de tudo, é vista pelo lado governista como uma oportunidade de projeção dentro do cenário internacional do período.

O caso brasileiro também é elucidativo, pois, demonstra através dos conflitos entre Lauro Müller e grupos a favor da entrada brasileira no conflito a ênfase de alas importantes do governo

para uma aproximação com potências globais, em especial os Estados Unidos da América, e como a guerra era um caminho possível para a efetivação desta orientação.

Os problemas internos que acarretaram na saída de Müller do Ministério das Relações Exteriores, a efetiva participação brasileira na guerra através do envio de suporte médico e os consequentes ganhos de apoio do país pelos EUA na ascendência dentro da Sociedade das Nações demonstram que o Brasil também é um exemplo de país periférico que conseguiu intervir em um cenário turbulento de forma a se beneficiar.

Com estes dois exemplos podemos perceber, portanto, que acima de imperialismos, projeções de potências globais ou domínios regionais por países específicos, a capacidade de países periféricos de intervir e, acima de tudo, de projetar suas vontades dentro de cenários externos é existente e deve ser continuamente estudado.

Referências Bibliográficas

BARROS, José. História Comparada: um Novo Modo de Ver a História. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, jun. 2007.

BUENO, C. Relações Brasil-EUA na Primeira República: Uma Referência para a Atual Tensão Mercosul-Nafta. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. São Paulo. Mar. 1998.

DARÓZ, C. **O Brasil na Primeira Guerra Mundial**: a Longa Travessia. São Paulo: Contexto, 2016.

DHENIN, M.; MENDONÇA, V..O Brasil na Grande Guerra: uma Contribuição para o Esforço Aliado. **Idn Cadernos**. Lisboa, nº 18, p.73-90. Ago. 2015.

DUARTE, A. P. Pensar Estrategicamente Portugal: a Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial. **Idn Nação e Defesa**. Lisboa, nº 145, p.8-23, 2016.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

SILVA, L. E. G.. Política Externa da Primeira República através de seus chanceleres. In: 3º Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação. ABRI, 2016, Florianópolis. Anais Eletrônicos, 2016.

PIRES, N. L.. Sobre Portugal e a guerra na frente africana da Grande Guerra de 1914-18. **Idn Nação e Defesa**. Lisboa, nº 145, p.44-55, 2016.

TELO, A. J. Um enquadramento Global para uma Guerra Global. **Idn Nação e Defesa**. Lisboa, nº 139, p.8-33, 2014.

MOURA, G. Neutralidade Dependente: o caso do Brasil, 1939-42. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.6, n.12, p. 177-190. 1980.

MCCANN, Frank D. **A Aliança Brasil-Estados Unidos**, 1937-1945. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

RIBEIRO, Nelson Costa. **Salazar e a BBC: Na Segunda Guerra Mundial: Informação e propaganda**. Coimbra: Almedina, 2014.

ROSAS, Fernando. **A Primeira República 1910-1926: como venceu e porque se perdeu**. Lisboa: Bertrand Editora, 2018.

Atlântida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil, vº2, nº 6, Lisboa, maio,1916.

IL GRANRIFIUTO: CELESTINO V, O PAPA ANGELICUS E O DEBATE MEDIEVAL SOBRE A LEGITIMIDADE DA ABDICAÇÃO PAPAL

Eliane Veríssimo de Santana

eliane.verissimo@gmail.com

Doutora em História (UFPR)

Pós-Doutoranda em História (UFRGS)

Agência de fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/4642027631405774>

RESUMO: O presente texto pretende analisar aspectos referentes ao episódio conhecido no Ocidente Cristão como a primeira abdicação por livre arbítrio de um representante de São Pedro. Celestino V, eleito após a morte de Nicolau IV, ascende ao trono pontifício e permanece como a máxima autoridade da Instituição Eclesiástica pelo período de aproximadamente cinco meses. Após sua abdicação, é eleito Bonifácio VIII. A renúncia de Celestino V e consequentemente a legitimidade de Bonifácio passam a ser contestadas, sendo necessária a elaboração de uma argumentação teórica para afirmar a possibilidade de abdicação da Sede de Pedro por vontade própria e a legítima eleição e pontificado de Bonifácio VIII. Um desses argumentos é realizado por Egídio Romano, no tratado *De renuntiatione papae*.

Palavras chave: Abdicação, Celestino V, Egídio Romano.

RIASSUNTO: Il presente testo intende analizzare aspetti riferiti all'episodio conosciuto nell'Occidente cristiano come la prima abdicazione per libero arbitrio di un rappresentante di Pietro. Celestino V, eletto dopo la morte di Nicola IV, sale al trono pontificio e rimane la massima autorità dell'istituzione ecclesiastica per un periodo di circa cinque mesi. Dopo la sua abdicazione, viene eletto Bonifacio VIII. Le dimissioni di Celestino e di conseguenza la legittimità di Bonifacio sono ora messe in discussione, ed è necessario elaborare un argomento teorico per affermare la possibilità di abdicazione della Sede di Pietro per libero arbitrio e la legittima elezione e pontificato di Bonifacio VIII. Uno di questi argomenti è prodotto da Egídio Romano, nel trattato *De renuntiatione papae*.

Parole chiave: Abdicazione, Celestino V, Egídio Romano.

Introdução

Em 11 de fevereiro de 2013, Joseph Aloisius Ratzinger, que adotou o nome de Papa Bento XVI, (19 de abril de 2005) abdicou de sua cadeira no Trono de Pedro. A abdicação, mesmo tomada como choque pela comunidade católica, não foi contestada de forma intensa. Para a comunidade católica do século XXI, a História já havia concedido um episódio parecido, e junto deste, a construção de uma série de teorias envolvendo a filosofia, o direito canônico e a doutrina católica sobre a possibilidade e legitimidade da abdicação papal.

Após a morte do Papa Nicolau IV (15 de fevereiro de 1288), em 4 de abril de 1292, passada as cerimônias fúnebres, reuniu-se o conclave para a eleição do novo pontífice. O desenvolvimento deste conclave, porém, demonstrou-se diferenciado dos demais, uma vez que a Sede de São Pedro permaneceu vaga por um período de aproximadamente dois anos.

O presente texto, procura analisar algumas características referente a eleição e abdicação de Celestino V (5 de julho de 1294), assim como aspectos de argumentos teóricos do agostiniano Egídio Romano que auxiliaram na tentativa de legitimação da abdicação papal.

O Conclave

No início do conclave, o Colégio Cardinalício contava com o total de doze cardeais, sendo eles: Latino Malabranca (decano do Colégio Cardinalício), Giacomo Colonna, Pietro Colonna, Napoleone Orsini, Matteo Rosso Orsini, Gerardo Bianchi, Pietro Peregrusso (protodiácono), Ugo Aycelin de Billom, Benedetto Caetani, Giovanni Boccamazza, Matteo d'Acquasparta e Jean Cholet, que vem a falecer em 2 de agosto de 1293.

Latino Malabranca, seguindo a disposição de Gregório X, que afirmava que o conclave deveria iniciar-se no local de morte do sucessor de Pedro, solicita a reunião dos membros do conclave no palácio vizinho a Santa Maria Maggiore, sendo depois transferido para Aventino, próximo a Santa Sabina. Nesse momento, a votação para a eleição de um novo papa encontrava-se indefinida. Os dois principais nomes para ascender ao trono de São Pedro eram o de Matteo Rosso Orsini e Giacomo Colonna. Encontramos no *Opus metricum* de Jacopo Stefaneschi⁸⁵ um testemunho sobre a primeira votação do conclave em questão. Tanto Matteo Orsini como Giacomo Colonna possuíam quatro votos. Essa situação impossibilitava que algum candidato obtivesse os 2/3 de votos necessários para a eleição do novo pontífice, como determinava a legislação canônica⁸⁶. Naquele contexto, as famílias romanas rivais Colonna e Orsini, que pretendiam ocupar o papado, contavam com seus respectivos partidários e possuíam diferentes objetivos – dentre os cardeais, porém, cinco deles eram apartidários, incluindo Benedetto Caetani, oriundo de uma pequena nobilidade, o que formava um relativo equilíbrio numérico. Os Orsini contavam com dois cardeais, e tinham como objetivo o fortalecimento de uma política

85 Jacopo Stefaneschi (ca. 1270-1343) foi uma das testemunhas do Conclave que elegeu Celestino V. Sobrinho-neto de Nicolau III (1277-1286), escreveu a obra *Opus metricum*, poema em métrico (hexâmetro dactílico), que contém uma biografia de Celestino V. É dividido em três partes que foram escritas em períodos diferentes, compiladas apenas em 1319. O primeiro livro, também dividido em três livros, é um relato da eleição, papado, e abdicação de Celestino V.

86 No III concílio de Latrão, em 1179, Alexandre III estabeleceu várias normas disciplinares, dentre elas concedeu uma maior importância para às questões que haviam favorecido o cisma ocorrido em 1159, estabelecendo novas normas para a eleição papal, afirmando que na falta da unanimidade dos votos dos participantes do conclave, devia-se considerar aquele que obtivesse 2/3 dos votos como legítimo eleito – norma que ainda hoje está em vigor. SCHATZ, K. Storia dei concili. La Chiesa nei suoi punti focali. EDB, Bologna: 1999, p. 100; BARBOSA, João Morais; SOUZA, José Antônio de C. R. de. O Reino de Deus e o Reino dos Homens. As relações entre os poderes espiritual e temporal na Baixa Idade Média (da Reforma Gregoriana a João Quidort). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997. p. 35.

para o favorecimento do reino de França, no sul da Itália. Os Colonna, por sua vez, que também contava com dois membros no Colégio Cardinalício, defendiam a campanha aragonesa na Sicília.

Após nova mudança no local onde ocorria o conclave, para Santa Maria Sopra Minerva, em 2 de agosto de 1292, e com a morte do cardeal Jean Cholet, provavelmente de peste, decidiu-se de forma unânime pela interrupção do conclave. O cronista Ferreto Vicentino⁸⁷ relatou que o motivo da interrupção do conclave, além da redução do colégio para 11 cardeais, do calor e da epidemia de febre, foi a irredutível decisão dos eleitores (FERRETO VICENTINO, 1908, p.87).

Dos 11 cardeais, Ugo di Alvernia, Matteo di Acquasparta, Pietro Peregrino e Gerard Bianchi escolheram a cidade de Rieti, na sede cardinalícia de Sabina, da qual Gerard Bianchi era titular. Benedetto Caetani, com a saúde debilitada, retorna a seu castelo em Anagni. Enquanto Matteo e Napoleone Orsini, Latino Malabranca, Pietro e Giacomo Colonna e Giovanni Bocamazza permanecem em Roma. Apenas no inverno de 1292-93 os cardeais que estavam em Roma, exceto Giacomo e Pietro Colonna e Bocamazza, vão para Rieti. Benedetto Caetani permanece em seu castelo (HERDE, 2004, p. 59). É importante ressaltar que os cardeais não estavam seguindo as regras do Conclave, continuando a exercer sua rotina enquanto o papado estava vago (SANTANA, 2013, p. 56).

Em Rieti, a nova tentativa de eleição papal, mesmo com o número de cardeais reduzido, não se concretiza, transcorrendo o primeiro ano de vacância papal. No verão de 1293 o conclave é novamente suspenso e o local para realização do concílio é transferido para Perugia, onde após a morte de Urbano IV, em outubro de 1264, havia sido eleito Clemente IV, em fevereiro de 1265. Ressaltamos que, em Roma, os habitantes expressavam de forma aberta o desapontamento pela longa vagância e pelo distanciamento dos cardeais (GATTO, 2006, p. 26).

Em Perugia, os cardeais negaram a proposta de Gerardo Bianchi e Matteo d'Acquasparta, continuando o apoio aos Orsini e Colonna (quatro cardeais apoiavam cada um dos nomes).

Entre 21 e 29 de março de 1294, surge um novo elemento no conclave. O rei de Nápoles, Carlos II de Anjou (1285-1309), acompanhado a seu filho Carlo Martello, viajam a Perugia. Carlo II reuniu-se com dois dos cardeais mais antigos do Colégio, afirmando a necessidade e urgência na eleição de um novo papa. O rei de Nápoles possuía interesses pessoais no fim da vacância papal. Em 7 de dezembro de 1293, Carlos II de Anjou assinou um tratado de paz com Jaime II de Aragão (1285-1327, rei desde 1291), que deveria por fim a Guerra do Vespro. Esse tratado afirmava o reconhecimento aragonês sobre a ilha da Sicília, recebendo em

87 Ferreto de Ferreti (1294/97-1337), cronista vicentino, em sua *Historia Rerum in Italia Gestarum*, narra a dissidência existente entre os membros do conclave.

troca o controle da Itália Meridional. Porém, o suserano daquela Ilha era o papa. Para concluir o pacto, era necessário a assinatura dos cardeais e a aprovação do sumo pontífice, sendo, portanto, impossível a firmação do tratado enquanto o trono estivesse vago (SOUZA, 1994, p. 483). Carlos II, porém, não revelou aos cardeais os particulares sobre este acordo, e esses negaram-se a auxiliar o rei de Nápoles em seus objetivos. Não satisfeito com a resposta, Carlo II de Anjou passou a argumentar sobre o perigo que a vacância do Trono de Pedro poderia gerar para a cristandade, sugerindo quatro nomes de candidatos que poderiam ocupar o cargo, exortando o cardeal Latino Malabranca, que poderia ser o mais favorável aos objetivos do rei de Nápoles (MORGHEN 1979, p. 109).

É importante salientar que a intervenção de Carlos II de Anjou no conclave violava as regras estabelecidas no II Concílio de Lyon de 1274, que proibia qualquer intromissão na reunião secreta do Colégio Cardinalício, que deveria eleger o novo papa. Esse aspecto jurídico é contestado principalmente pelo cardeal Benedetto Caetani, profundo conhecedor de direito canônico. Ptolomeu de Lucca, cronista contemporâneo, refere-se as duras palavras trocadas entre Caetani, forte defensor da autonomia da Igreja que estava sendo violada, e Carlos II de Anjou (CORAZZINI, 1858, p. IX).

Carlo II regressou a Nápoles, mas antes realizou uma visita a Sulmona, onde encontrou, em Morrone, o eremita Pedro de Angelerio⁸⁸, também conhecido como Pedro Morrone, em 6 de abril de 1294. Podemos pensar que, durante o encontro, Carlo II tenha alarmado Pedro Angelerio quanto a situação da vacância do Trono de Pedro, além da indecisão do Colégio Cardinalício. O eremita, preocupado com os relatos que o rei de Nápoles e seu filho o haviam feito, resolveu escrever uma carta ao Colégio de Cardeais, solicitando-os que elessem de forma mais breve possível um novo papa (SOUZA, 1994, p. 484).

De acordo com Jacopo Stefaneschi (1261-1341):

O Sumo Padre, que vivia nas grotas dos topos das montanhas, escreveu a Malabranca, que certa noite, ajoelhado em contemplação, viu o Senhor e, de dentro do peito, desceu o Espírito Santo irradiando as mentes, ordenando não temer pela elevação do grau, e expor aos padres, como se fossem irmãos, a Sua vontade, revelando que um terrível infortúnio atigiria, se não se apressassem em escolher um papa, para governar

88 Nascido em 1220, em Insernia, entrou ainda jovem na abadia beneditina de Faifoli, diocese de Benevento, no qual foi abade durante os anos de 1276-79. Passou um período no monte Palleno e depois, após três anos em Roma foi ordenado sacerdote. Influenciado pelo estilo de vida evangélico dos Espirituais Franciscanos, retirou-se para o monte Morrone e Maiella, nos arredores de Sulmona. No monte Maiella deu origem a 36 mosteiros, espalhados por 12 dioceses, fundando uma nova congregação, da qual o estatuto foi aprovado por Gregório X: Os Eremitas de Santo Espírito, mais tarde conhecido como Celestinos. Era reconhecido por seu estilo de vida piedoso, ascético e caridoso. Faleceu em 19 de maio de 1296 no Castelo de Fumone em Frosinone. Seu corpo foi sepultado em Ferentino, depois em 1327 foi transportado para Collemaggio, Aquila. Foi canonizado por Clemente V em 5 de maio de 1313.

Roma e o mundo, e a ira divina conduzida pela justiça se alastraria em um curto período de tempo. (STEFANESCHI, 1921, p. 64)⁸⁹.

A partir desse relato, podemos pressupor que após o encontro com o rei de Nápoles, Pedro Morrone decidiu intervir de forma ativa no conclave, enviando uma carta entom profético, afirmando os males que poderiam ocorrer na Igreja, que encontrava-se sem pontífice há mais de dois anos.

O processo se arrastou para o terceiro verão consecutivo, e alguns dos cardeais resolveram deixar Perugia, restando apenas seis deles. Em uma reunião final, antes de se dispersarem, o cardeal Malabranca, membro mais antigo do Colégio Cardinalício, lê a carta acima citada enviada por Morrone aos demais cardeais. A partir dessa leitura, os cardeais encontram a solução para a vagância papal na escolha de Morrone – mesmo que o eremita não pertencesse ao Colégio Cardinalício. Ainda de acordo com Stefaneschi, o conteúdo profético da carta, concomitante com a fama do eremita e a morte do irmão do cardeal Napoleão Orsini, devido a peste, influenciou de forma decisiva na escolha do Sacro Colégio (PELLEGRINI, 2005, p. 91). Os cardeais mais antigos conheciam Morrone por algumas histórias de milagres que este realizou, e concordaram em nomeá-lo como papa, obtendo o consentimento dos demais integrantes do conclave (KNOWLES, 1974, p. 360).

Indicado por Carlos II e aceito pelos cardeais, podemos pensar que a escolha de Pedro Angelerio foi realizada devido ao medo escatológico que a carta de conteúdo profético causou ao Colégio Cardinalício, tendo como consequência a eleição de uma figura acética e com fama de santidade. Outra forma que podemos observar a eleição de Pedro Angelerio como futuro papa, relaciona-se com o instrumento político ideal para o momento. Morrone era beneditino, e portanto distante das disputas entre franciscanos e dominicanos presente no conclave. Além disso, Pedro Angelerio era bem visto pelo rei de França.

Outro fator relevante era a idade do futuro papa. Aos 84 anos, seu pontificado não poderia ter uma longa duração. Talvez por perceber todas essas características, Benedetto Caetani foi o primeiro a concordar com a opção de Morrone, sendo seguido pelos demais cardeais.

Em 05 de julho de 1294, após dois anos e três meses da morte de Nicolau IV, ocorreu a eleição de Pedro Morrone ao Trono de Pedro, uma eleição por compromisso, prática na qual os

89 Il Sommo Padre, che abitava le grotte sulle cime dei monti, avea scritto a Malabranca, che una notte, in ginocchio in contemplazione, avea visto il Signore, e all'interno del petto gli era sceso lo Spirito Santo che irraggia le menti, ordinando non temer per l'atezza del grado, ed ai padri esporre, comme fosser fratelli, la Sua volontà, rivelando quale immane sventura si sarebbe abbattuta, se non s'affrettavano a scegliere un papa, che Roma ed il mondo reggesse, e l'ira divina sospinta dalla giustizia avrebbe infuriato di lì a poco tempo. Jacopo STEFANESCHI CAETANI. *Opus metricum*. Ed. SEPPELT. F. X., Monumenta Coelestiniana Quellen zur Geschichte des Papes Coelestin V. In: Paderborn, 1921. p. 64-75. A tradução para o italiano encontra-se em: GONIELLI, P. Il papa contadino. Celestino V e il suo tempo. Firenze, 1996. p. 111.

cardeais delegam o seu poder de eleger o papa ao decano do Colégio, que então era Malabranca (MERCATI, 1932, p. 1). Em 11 de julho, o documento de nomeação foi redigido e enviado através de cinco prelados e notários papais ao novo papa, junto a uma carta de acompanhamento.

Podemos conjecturar três possibilidades que teriam levado o cardeal Malabranca a ser o primeiro a indicar o nome do ancião Pedro Morrone para o Trono de Pedro: 1) as próprias palavras de Pedro Morrone na carta que endereçou ao Concílio; 2) o desejo de responder de forma positiva a espera existente, tanto pela parte da Igreja quanto pelos fiéis, de um papa evangélico; ou 3) a ideia de que uma santidade de Pedro Angelerio possa ter justificado sua eleição. Segundo José Antônio de Souza, vários podem ter sido o motivo para essa indicação:

O que levou os cardeais a tal decisão é um problema que ainda permanece em aberto. Várias hipóteses podem ser aventadas, sem que haja uma resposta conclusiva a seu respeito: a) Uma solução de compromisso acertada entre eles para por fim nos conflitos políticos que perturbavam a ordem pública no Patrimônio Petrino e a paz na cúpula da Igreja? b) A pressão política exercida pelos reis de Aragão, da França e de Nápoles? c) Anseios por uma reforma da Igreja desejada pelo Alto Clero e preconizada pelo Segundo Concílio de Lião (1274), mas não levadas a termo, por causa de breves pontificados, dado que desde a morte de Gregório X (1271-76), tinham ocupado o Sólido Pontifício, até aquele momento sete papas? d) Expectativas entre os Franciscanos Espirituais e Terciários e pressão sobre os fiéis da parte dos mesmos, quanto à ascensão ao trono de Pedro, de um Papa Angélico, cuja vida se pautasse na pobreza evangélica, na humildade e na santidade, influenciados que estavam pelos escritos de Joaquim de Fiore, Ugo de Digne e Pedro João Olivi? (SOUZA, 1994, p. 155).

Já o historiador italiano Paolo Golinelli afirma que:

Para sucessão dos eventos, ao quais eu diferente de outros, pretendo dar um sentido histórico, não deixa dúvida sobre o fato de que ele e o filho [Carlos II de Anjou e seu filho] foram os promotores daquela escolha, que encontrou nos cardeais o apoio convicto do decano, o dominicano Latino Malabranca, certamente impulsionado por razões ideais, mas também ansioso de terminar uma eleição da qual ele tinha a maior responsabilidade, enquanto decano, e talvez porque, já velho e doente, sentia se aproximar a morte (...)GOLINELLI, 2005, p. 92)⁹⁰.

Mesmo a História não podendo afirmar de forma certa quais foram os motivos para a eleição do eremita, sabemos que Pedro Morrone, foi eleito em 5 de julho de 1294, e escolheu o nome de Celestino V, em alusão ao Papa Celestino III (1191-1198), que havia aprovado a Ordem dos Joaquimitas (FRUGONI, 1954, p. 84). Seu pontificado, porém, foi bem curto, durando apenas cinco meses e nove dias. Após esse período, decide abdicar ao Trono de Pedro.

O pontificado de Celestino V

⁹⁰ La successione degli eventi, alla quale io a differenza di altri intendo dare un senso storico, non lascia dubbi sul un fatto che egli e il figlio furono il promotori di quella scelta, che trovò nei cardinali il sostegno convinto del decano, il domenicano Latino Malabranca, certo spinto da ragioni ideali, ma anche desideroso di portare a termine un'elezione di cui portava più di tutti la responsabilità, quale decano, e forse perché, ormai vecchio e malato, sentiva approssimarsi la morte (...)

O breve pontificado de Celestino V foi caracterizado por intensa aproximação a Carlos II. Essa aproximação, constantemente afirmada pela historiografia, pode ser analisada por medidas que foram tomadas pelo papa, como, por exemplo, a transferência da Cúria papal para o Castelo Novo de Nápoles, a nomeação, no dia 18 de setembro de 1294, de 12 cardeais – sendo sete deles franceses, cinco italianos, três dos quais pertenciam a sua ordem – e o fato de Bartolomeu da Capua, um jurista laico e protonotário de Carlo II, ter sido escolhido como secretário do papa, responsável pela redação da maioria dos documentos pontifícios (PELLEGRINI, 2005, p. 100-01).

Podemos afirmar que Celestino V representa uma antítese, uma vez que interrompeu uma série de papas que tinham formação universitária jurídica ou teológica – característica predominante dos papas do século XIII, – e objetivos políticos, simbolizando, assim, o que poderíamos considerar como uma reação monástica a um papado, que no último século, havia se tornado uma instituição com forte presença do caráter jurídico e monárquico. Contrário a esses papas do século XIII, Pedro Morrone possuía apenas a educação necessária para desempenhar as funções de sacerdote, sendo o primeiro monge a ser eleito papa. O significado de seu pontificado será mais expressivo pelo o que ele representou, do que pelos atos tomados como pontífice: um papa eremita, ascético e operador de milagres, que foi eleito para satisfazer as expectativas dos fiéis sobre como um papa deveria ser.

O que pretendemos salientar é a proximidade de Celestino com Carlos II, rei de Nápoles. Sabemos da influência que este teve no conclave que resultou na eleição de Celestino ao Solo Pontifício, e sua ligação com este rei durante o breve pontificado. A escolha de um eremita, que dedicou a sua vida ao isolamento e a criação de ordens, auxilia, de certa forma, na separação do poder eclesiástico em relação ao poder temporal. Pensamos que a escolha de um papa que tinha como prioridade questões espirituais acabou influenciando o abandono de questões que não estavam relacionadas com o âmbito eclesiástico.

Analisando os cinco meses e nove dias de pontificado de Celestino, podemos observar que apenas em poucas questões este seguiu uma linha coerente, principalmente em relação ao apoio e expansão dos mosteiros e do número de congregações monásticas da ordem dos Celestinos, fundada desde sua época de eremita e guiada por ele próprio. Outro ponto importante refere-se a generosidade que este prestou aos Espirituais Franciscanos, principalmente os da região da Toscana, colocando-os sob a proteção de uma comunidade independente, nomeada de Pobres Eremitas e Irmãos do Papa Celestino, que viviam de acordo com a vida de São Francisco (BURR, 2001, 357).

Em 17 de outubro, Celestino V deferiu uma concessão que trouxe mudanças no pensamento do Colégio Cardinalício: Influenciado por Carlo II, rompeu a obrigação que afirmava que, em caso de morte do papa, os membros do Colégio de Cardeais deveriam permanecer na Sede Papal – que no momento era em Nápoles. Excluindo a obrigação do Sacro Colégio em respeito ao cuidado na eleição do próximo papa, Carlos II não apenas se apoderou do papa vivente, mas também do seu sucessor. Essa atitude de Celestino, e a excessiva participação de Carlos II em questões pontificais, acabou por gerar uma mudança no pensamento do Colégio Cardinalício, que justificou-se na eleição do próximo papa (CLEMENTE, 1987, p. 25).

Para Russo, o conflito vivido por Celestino pode ser analisado através de duas linhas de pensamento: Uma diz respeito a tomada de consciência do sumo pontífice de não conseguir desenvolver um papel importante a Igreja, sendo apenas um instrumento do rei de Nápoles; a outra refere-se a decisiva vontade do papa em continuar a sua vida ascética, mesmo durante seu pontificado, da mesma forma rigorosa como vivia antes de ser eleito papa (RUSSO 1994, p. 38).

De acordo com Herde, mais do que a falta de experiência administrativa, a impossibilidade de continuar com sua antiga forma de vida foi o que levou Celestino V a cogitar a ideia de abdicação (HERDE, 1981, 126). Em nossa opinião, esse elemento existiu, porém, houve também a conscientização quase tardia da parte de Celestino do domínio que Carlos II de Anjou tinha sobre ele. Além disso, a influência dos conselheiros do papa, dentre os quais constava Benedetto Caetani, auxiliou na construção da ideia de abdicação por parte do papa angélico.

Na Sede da Cúria Papal em Nápoles, em Castel Nuovo, Celestino V solicitou a construção de uma cela em madeira na parte subterrânea do castelo, onde se refugiava com Bartolomeu de Trasacco e Angelo de Caramanico – como relatado na *Vita C* – se dedicando a orações e meditações. Próximo a cerimônia do Advento, Celestino V anunciou a vontade de intensificar seus períodos em seu eremitério para preparar-se para o Natal. Assim manifestou a vontade de confiar o governo da cristandade para três cardeais durante o período em que estivesse em sua cela, tendo seu pedido negado, pois não poderia conceder as suas prerrogativas de nenhuma forma, mesmo que por um curto período de tempo (GATTO, 2006, p. 83).

Após esse episódio, Celestino consultou vários especialistas em direito canônico do Colégio Cardinalício, entre eles Benedetto Caetani. Em relação as teorias contemporâneas, os cardeais eram considerados como zeladores do Sumo Pontífice, porém na constituição do *Liber Sextus 1.7.1*, problematiza a questão sobre a livre vontade do papa de tomar decisões, mesmo que esteja em desacordo com o Colégio de Cardeais (EASTMAN, 2005, p. 91).

Entre os dias 9 e 10 de dezembro de 1274, Celestino V realizou uma assembleia com os membros do Colégio onde anunciou sua intenção de abdicação, afirmando que o ato era devido a falta de saúde, mas principalmente o pouco conhecimento e da falta que sentia de sua vida como eremita (GATTO, 2006, p. 85).

Utilizando da *plenitudo potestate*, promulgou, com o consenso do Colégio de Cardeais, uma constituição afirmando a legitimidade da abdicação papal. No dia 13 do mesmo mês, leu perante todo o Colégio o ato de abdicação que, por sua vez, foi redigido por Benedetto Caetani (BAUMGARTNER 2003, p. 45), renunciando formalmente ao cargo: “Eu Celestino V papa, movido por razões legítimas, espontânea e livremente deixo o Papado e renuncio o cargo, a dignidade, o ônus e a honra” (SOUZA, 1994, p. 48). Celestino solicitou aos cardeais que imediatamente preparassem o conclave. O último ato de Celestino como papa, foi de restabelecer as regras do conclave de 1274. O pontificado de Celestino foi um dos poucos que não ocorreram na cidade sagrada de Roma, antecipando assim o Cativo de Avignon, que ocorrerá dez anos após esse papa.

Após a renúncia de Celestino V, o conclave para a eleição do novo papa ocorreu no dia 23 de dezembro de 1294 – respeita-se o período de 10 dias de espera, tal qual era realizado quando um papa falecia. Benedetto Caetani, já idoso, e após vários anos em serviço a cúria romana, foi eleito papa por unanimidade. Tomou por nome Bonifácio VIII, e em termos de formação política e administrativa, é considerado como o oposto do papa precedente. Do ponto de vista formal, uma vez que todos os membros do Sacro Colégio haviam concordado com a eleição de Bonifácio, a escolha ocorreu de forma clara e autêntica, não surgindo, nesse momento, dúvidas sobre a legitimidade tanto da abdicação de Celestino quanto da eleição de Bonifácio, nos âmbitos eclesiástico, jurídico e teológico (MAIER, 2001, p.14).

Analisando a forma como a eleição de Celestino V se desenvolveu, assim como seu breve pontificado, podemos pensar a eleição de Celestino como resultado de diversos aspectos, tais quais: um conclave disperso e fora das regras estabelecidas, uma vez que além de várias sedes em que foi realizado, houve a participação de personagens não eclesiásticos; realizado em uma Igreja em crise e insegura, após 27 meses de interregno; e em dificuldade de manter o domínio do Solo Pontifício. Após a eleição de Celestino V, seja por vontade subjetiva do mesmo de manter-se o mais próximo possível do local onde realizava seu eremitério, seja por razões políticas, o papa acaba por submeter-se de forma quase completa às vontades do rei de Nápoles. Dessa situação, o rei aproveita-se para obter todos os benefícios que pretendia e poderia conseguir, inclusive dispersando o Colégio Cardinalício em caso de morte do papa. Consideramos essa interferência do poder temporal na eleição papal, assim como a dispersão do colégio cardinalício

– ou ao menos a tomada de consciência por parte daqueles que formavam o Santo Colégio da fragilidade do mesmo – irá refletir-se na eleição do sucessor de Celestino, Bonifácio VIII, que tentará impor a *potesta* papal tanto sobre o poder temporal quanto ao próprio Colégio de Cardeais.

Pouco tempo após a abdicação e a eleição de Bonifácio VIII (1294-1303), como consequência de um anseio utópico criado em torno de seu pontificado, Celestino V é identificado como *papa angelicus*. Essa ideia se propagou e foi reformulada após sua renúncia, contrapondo-se com a de seu sucessor (MIETHKE, 2005. p. 53). Assim, durante seu pontificado, Bonifácio VIII travou uma árdua batalha contra opositores, que afirmavam a ilegitimidade de sua eleição e, portanto, de seu pontificado.

Egídio Romano, durante a discussão que sucede a renúncia de Celestino, afirma em seu tratado *De renuntiatione papae*, escrito em 1297, a legitimidade da eleição e do pontificado bonifaciano, realizando uma crítica a Colégio Cardinalício.

De Renuntiatione papae

Dentre os privilégios concedidos por Celestino, um deles dizia respeito a grupos de Espirituais Franciscanos Italianos que pretendiam abandonar a ordem dos frades menores e formar uma organização não idêntica a sua congregação monástica. Dentro desse círculo, portanto, as ações de Bonifácio VIII, que revogou várias decisões tomadas por Celestino, são consideradas frias, iniciando várias críticas em relação ao seu pontificado. Esse fato irá aproximar os Espirituais Franciscanos da família Colonna, em tentativas de provar a ilegitimidade da eleição de Bonifácio.

Os opositores de Bonifácio, desde o início de seu pontificado, levantaram a questão da invalidade da sua eleição. A tentativa de formulação de uma resposta afirmativa a essa objeção foi inevitável, principalmente considerando o direito de seu predecessor em abdicar o cargo. Sobre essa base, poder-se-ia não apenas afirmar a ilegalidade da sua eleição como contestar todos os atos de seu pontificado. Esse debate, porém, implicaria em duas inevitáveis consequências para a história da eclesiologia: uma resposta afirmativa sobre a legitimidade da eleição de Bonifácio abriria precedentes que poderiam ser utilizados em possíveis conflitos futuros; de outro lado, o argumento por si só diz respeito a todo o ordenamento eclesiástico e estrutural da Instituição Eclesiástica (MIETHKE, 2005. p. 64.). As argumentações, porém, não possuíam ainda nenhuma base sólida desenvolvida, sendo, portanto, levadas para serem discutidas nos ambientes de

formação de saber. No ambiente das Universidades, estas ideias poderiam ser elaboradas e discutidas por meio do método escolástico.

O primeiro a elaborar questões relacionadas a renúncia do papa foi Pedro Olivi⁹¹, que em vários aspectos, pode ser considerado como um dos mestres dos Espirituais Franciscanos. O tema apareceu em forma de *quaestiones* em 1297. Olivi defendeu de forma vigorosa a abdicação de Celestino V, e consequentemente a validade do pontificado de Bonifácio VIII. Essa defesa foi realizada em forma de tratado *Quaestiones de perfectione papae*, intitulada *De renuntiantione papae*.

Nesta questão, Pedro Olivi, em resposta ao argumento de que o poder conferido por Deus só pode ser extraído pelo Mesmo, responde afirmando a distinção entre o cargo e o indivíduo que exerce esse cargo. Olivi afirma que mesmo que o poder inerente do ofício papal provenha de Deus e apenas Dele, o papa, como ser individual, é designado através de agentes humanos, sendo, portanto possível a remoção através dos mesmos. Para Pedro Olivi, a decisão do papa deve sempre ser obedecida, exceto quando estas são contrárias às leis de Cristo, ou quando o papa cai em heresia (TIERNEY, 1988. p. 102). De acordo com Souza, Pedro Olivi defende nesse tratado que:

Ademais, todos os precedentes decretos pontifícios atestam claramente que os papas podem legislar sobre qualquer assunto de interesse eclesiástico, desde que não decretem nada que se oponha à doutrina cristã, e esclarecer os cânones que suscitem dúvidas. Ora, foi baseando-se nisso que Celestino V, impelido por um motivo razoável, pôde introduzir uma lei sobre a renúncia papal, e em seguida, aplico-a a si próprio (SOUZA, 2000. p. 325).

Seguindo a linha de Pedro Olivi, também dois mestres da Universidade de Paris, seguem o mesmo argumento: Godofredo de Fontaines e Pedro de Alvernia.

Godofredo de Fontaines discutiu em 1295 em suas *Quodlibet* a questão *utrum praelati statui et dignitati libere renuntiare possint*. Nesta questão, Godofredo desenvolve os argumentos sugeridos anteriormente por Pedro Olivi, adaptando-os ao sumo pontífice. Fontaines compara a abdicação do papa com renúncias de prelados inferiores. Sendo, portanto, legítima. O argumento continua na afirmação de que o objetivo do pontificado é a utilidade que este tem para com a Igreja. Nesse sentido, quando um papa é incapaz de garantir essa utilidade ele é obrigado, em consciência, a abandonar o Solo Pontifício (MCGRADY, 2001. p. 216).

91 O franciscano Pedro Olivi (1248-1298) estudou filosofia e teologia na Universidade de Paris. Em 1282 durante o Capítulo Geral dos Menores, realizado em Estrasburgo, sua doutrina filosófica e teológica foi acusada de não seguir as determinações da ordem franciscana. O processo envolvia o debate de contraposições doutrinárias entre os franciscanos conventuais e os espirituais. SOUZA. C.R. de. A Renúncia do Papa na visão de um Pensador Medieval: Pedro de João Olivi o. Min. (1248-98). Teocomunicação. Revista Quadrimestral de Teologia da PUCRS, n. 128. 2000. p. 303.

Já Pedro de Alvernia busca argumentos em analogias emprestadas do Antigo Testamento para afirmar a possibilidade de abdicação papal. Em seu texto, as objeções a abdicação papal são resolvidas com maior precisão. Ele constrói seus argumentos por meio de silogismo ao afirmar que tudo que a Igreja Universal permite, pode ser feito, e esta, por sua vez, não permite nada que seja injusto. Como a Igreja permite a dispensa, como ocorreu no caso de Celestino, a abdicação, portanto é legítima (LECLERCQ, 1939. p. 182).

Ambos respondem, portanto, de forma afirmativa, mesmo por meio da utilização de argumentos distintos, a questão da possibilidade da abdicação papal, conseguindo assim uma resposta positiva para Bonifácio. Porém o debate teórico estava apenas em seu início.

Além desses teóricos, a argumentação em defesa da legitimidade de renunciar ao pontificado recebe apoio de pensadores ligados ao pontificado de Bonifácio, como o cardeal Nicolas de Nomancourt (MAIER, 2005, p. 13), dos canonista Giovanni d'Andrea (bolonhês) e Giovanni Burgundi (ibérico). O principal tratado lançado em defesa de Bonifácio foi redigido por Egídio Romano.

***O De renuntiatione papae* de Egídio Romano**

Egídio Romano, nasceu em Roma em data desconhecida. Ingressou na ordem dos Eremitas de Santo Agostinho ainda jovem na Igreja de *Santa Maria del Popollo*, na mesma cidade, iniciou 1260 seus estudos primeiro na Faculdade de Artes, e mais tarde na Faculdade de Teologia, onde se tornou discípulo de Tomás de Aquino, grande influenciador no pensamento egidiano. Escreveu inúmeros tratados, vários deles relacionados com sua instrução universitária e comentários sobre as obras de Aristóteles, sendo reconhecido não apenas em meio a ordem agostiniana, mas também no meio laico, foi solicitado pelo rei Felipe III de França, em 1277/78 - 1281 para elaborar um tratado do gênero *Espelbo de Príncipe* para seu primogênito, futuro Felipe IV, o Belo. Tornou-se Prior Geral de sua ordem em 1291 e arcebispo da província de Bourges em 1295. Após a abdicação de Celestino V redigiu o tratado *De renuntiatione papae*, e no momento da disputa entre o papa Bonifácio VIII e Felipe IV da França, Egídio redigiu dois tratados: o sermão *De potentia domini pape*, e o *De ecclesiastica potestate*, reafirmando sua posição a favor da Instituição Eclesiástica e, em especial do Papa, oferecendo argumentos teóricos que legitimam a eleição e o pontificado de Bonifácio.

Em agosto de 1296 Egídio nomeou um substituto para a diocese de Bourges e transferiu-se para a Cúria Romana a pedido de Bonifácio VIII, período em que redigiu o tratado. Lançado em 10 de maio de 1297, o tratado divide-se em duas partes. A primeira contém 10

capítulos e a segunda 20 capítulos. Além dessas partes, o tratado possui três *Quaestio* no final. A edição moderna foi realizada por John Eastman em 1992, pela editora *Edwin Mellen Press*.

O tratado egidiano é considerado original em seus argumentos, uma vez que para além de utilizar as ideias anteriormente já citadas pelos defensores do papado bonifaciano, desdobra-se utilizando tanto as ciências naturais e a antropologia escolástica aristotélica, além dos textos do Pseudo Dionísio Areopagita, reforçando assim a noção de uma hierarquia na Instituição Católica (EASTMAN, 1990, p. 200). Observaremos as partes nas quais o autor faz referência aos opositores da legitimidade de Bonifácio, assim como as poucas citações que Egídio realiza sobre Celestino V e seu pontificado.

Egídio inicia o tratado afirmando que Bonifácio é legitimamente papa, e que aqueles que argumentam de forma contrária baseiam-se em métodos sofistas. Sem especificar nomes, na leitura do texto, fica claro que Egídio está se referindo tanto aos mestres de teologia que, observando o debate dentro da Universidade de Paris redigem coletivamente um documento negando a legitimidade de Bonifácio⁹², mas principalmente aos membros da família Colonna, citando inclusive os doze argumentos utilizados por estes em oposição ao direito de abdicação papal (AEGIDIUS ROMANUS, 1992, p. 393).

Egídio cita o nome de Celestino V apenas sete vezes em seu tratado. A primeira delas está no capítulo V. Para o agostiniano, tanto a aceitação por parte de Celestino V ao Trono Pontifício quanto a sua renúncia fazem partes de ações divinas. A explicação, para Egídio é a de que o julgamento de Deus não pode ser compreendido, e Ele permite que o mal aconteça com o objetivo de separar as coisas boas (AEGIDIUS ROMANUS, 1992, p. 346). Esse argumento está baseado no Enquirídio de Santo Agostinho:

“De resto, Deus, na sua onipotência, “Ele, a quem cabe o sumo poder sobre as coisas”, como, aliás, também os infiéis reconhecem por ser sumamente bom, não permitiria de modo algum a subsistência de qualquer mal em suas obras, se não fosse onipotente e bom a ponto de extrair o bem até do mal (AGOSTINHO DE HIPONA, 2017, p. 269)

Na tentativa de conformar os fiéis com a resignação de Celestino, Egídio escreve que Cristo, misericordioso com seu povo e sua Igreja, deixou que Morrone assumisse o Trono de São Pedro, mesmo sendo inexperiente para as funções pontificais, para depois fazê-lo perceber que ele deveria abdicar e resignar ao cargo (AEGIDIUS ROMANUS, 1992, p. 463)

92 Alguns mestres da Faculdade de Teologia da Universidade de Paris se uniram para realizar uma *determinatio* coletiva, ou seja, uma declaração dos mestres, que haviam discutido o tema e estabelecido que segundo eles, a eleição de Bonifácio havia sido realizada por uma via errônea.

Citando os argumentos utilizados pelos Colonnas⁹³, que afirmavam que a abdicação de Celestino havia sido realizada através de meios misteriosos e persuasivos, e recebido com decepção por parte do Colégio Cardinalício, Egídio afirma que Caetani, ainda como cardeal, havia tentado convencer Celestino a desistir da ideia de resignar, porém sem obter sucesso. Além disso, como a abdicação foi realizada perante a todos os cardeais, e igualmente aceita por todos, não houve a decepção, que mais tarde os Colonnas tentariam pregar (*AEGIDIUS ROMANUS*, 1992, p. 791). Ademais, Egídio afirma que Celestino, ao tomar a decisão sobre a resignação, o faz com a paz em sua alma. Para o autor, Celestino age para o bem de sua alma, e especialmente pelo bem da Igreja, e que nenhum arrependimento sobre o ato de abdicar o atingiu. Principalmente porque não estava agindo de forma contrária as leis (*AEGIDIUS ROMANUS*, 1992, p. 350).

Podemos perceber que Egídio realiza uma análise escolástica e não hagiográfica do breve pontificado de Celestino V e sobretudo sobre seu ato de abdicação. Ele considera que Celestino V não era adequado ao cargo pontifício, mas que a falta de conhecimento e experiência do mesmo não teria sido o motivo para uma abdicação involuntária. A abdicação de Celestino, explica Egídio, parte de sua autoridade como papa, concomitante a um processo de penitência, que pode ser reconhecido apenas pelo indivíduo e a relação deste com seu pecado. Essa relação, porém é particular, não oficial a figura de um papa, que deveria agir segundo os critérios administrativos, jurídicos e canônicos, conduta adequada a um Vigário de Cristo (EASTMAN, 1990, p. 202).

Sem nomear Celestino, Egídio explica que um homem sábio, experiente e que possuísse o conhecimento de como governar a Igreja não deveria abdicar ao cargo. Porém, se o eleito para o cargo pontifício possuísse qualificação e experiência para tal, não havendo realizado nenhum ato herético, a abdicação implicaria em pecado (*AEGIDIUS ROMANUS*, 1992, p. 57). Pensamos que Egídio exclui Celestino V deste último exemplo, relacionado a Bonifácio em resposta àqueles que contestam seu pontificado.

Outro fato que observamos é que, mesmo que Egídio cite Celestino sete vezes durante todo o tratado, sua personalidade como indivíduo não é mencionada. Ele enfatiza que, como papa, Celestino tinha total possibilidade de renúncia, uma vez que, de acordo com Santo Agostinho, não existe nenhum estatuto divino que proíba a resignação do papa, pelo contrário, a

93 Desde o princípio do pontificado já existiam grupos que contestavam a legalidade da eleição de Bonifácio. Após a morte do papa anônimo (19 de maio de 1296), reforçou-se não apenas a ideia de que Bonifácio teria persuadido Celestino a renunciar, mas iniciou-se a cogitar a possibilidade do assassinato do ex papa a mando de Bonifácio. Partindo dessa ideia, além dos Colonna e dos Espirituais Franciscanos, dois cardeais, Ugo Ayscelin e Simone di Beaulieu, também passam a contestar a validade e as intenções do papa, sendo Simone de Beaulieu responsável por ir à França e informar ao rei Felipe IV sobre o encarceramento e suposto assassinato de Morrone. A família Colonna, um dos principais opositores do pontificado bonifaciano, é responsável por dois manifestos contra o papa. GATTO, Ludovico. *Celestino V, pontefice e santo*. Cur. Eleonora Plebani. Roma: Bulzoni 2006. p. 93.

possibilidade de uma abdicação é, por Egídio, considerada necessária para a ordem natural para a cristandade. Por meio da interpretação de Santo Agostinho, Egídio considera o papado como uma instituição regida pela lei dos homens naquilo que concerne a jurisdição. Porém, Egídio afirma existir duas leis distintas presentes no mundo: a lei comum, governada pelo poder temporal, e a lei espiritual, que é guiada pela autoridade espiritual. A partir dessa perspectiva, o papa não pode interferir em assuntos que dizem respeito a lei comum, exceto em casos em que ameacem a Igreja ou o Bem Comum. Esses argumentos já haviam sido desenvolvidos em seu tratado especular, e serão permeados no *De ecclesiastica Potestate*. O que pretendemos com essa afirmação, é que a ineficiência de um papa pode levá-lo a abdicar do Trono de Pedro, mas apenas pela sua própria vontade, e não pela lei comum, ou deposição forçada. Nesse sentido, a lei espiritual é que irá agir, uma vez que o papa presta contas somente a Deus, pois somente Ele pode conceder seu poder. Esse argumento será ampliado nos anos seguintes, durante a disputa entre Bonifácio VIII e o rei de França. Por ora, essa afirmação está contida nesse tratado como mais uma argumentação para a legitimação de Bonifácio como legítimo papa.

Como afirmamos no início do parágrafo, a personalidade individual de Celestino V, considerado Santo e papa, mesmo após ter abdicado – ficando conhecido como papa angélico – não é assunto no tratado, justamente para não contrapor a ideia de um “santo” a um papa, mesmo que legítimo. Em contrapartida, suas fragilidades como papa em exercer o cargo, seja pela falta de experiência ou de preparo canônico, é constantemente afirmada por Egídio, realizando assim uma contraposição favorável a Bonifácio.

Por fim, salientamos o fato de Egídio utilizar a questão do livre arbítrio na figura do papa para justificar sua abdicação. Não é apenas esse conceito que Egídio utiliza para legitimar a resignação de Celestino e, consequentemente a validade da eleição e pontificado de Bonifácio VIII, porém o uso do conceito de livre arbítrio aplicada ao papa, como indivíduo, e não como Instituição, parece-nos algo bastante singular e inovador para o pensamento do Ocidente Medieval.

Podemos afirmar o mérito que este tratado escrito por um dos principais pensadores ligados a Cúria – e também ao reino de França – obteve, pode ser considerado uma importante testemunha da relevância do papado de Bonifácio VIII para a história da teoria política medieval.

Por fim, os exemplos citados acima, e principalmente o tratado egidiano, demonstram que a validade da eleição bonifaciana recebeu reforços junto a teóricos que, ligados ou não a Cúria Romana, reforçam os argumentos de legitimidade da eleição e do pontificado de Bonifácio. Em contrapartida, dos partidários que contestavam o papa, percebemos que, mesmo com os esforços conjuntos dos Colonnas e dos Espirituais Franciscanos, além de alguns mestres em

teologia da Universidade de Paris, a argumentação acaba por demonstrar pouca força, principalmente se comparada com os textos pró-bonifacianos e o fato de que o próprio Bonifácio continuava a exercer sua função junto ao Solo Pontifício. Percebemos que ambos possuíam forte argumentação, porém, os defensores de Bonifácio, além dos argumentos teóricos, contavam com o apoio de uma autoridade prática, o papa em si, que continuava em exercício. A argumentação teórica dos opositores, nesse sentido acaba por ter características especulatórias, não possuindo a força necessária para contestar de forma prática a legitimidade papal, muito menos para uma deposição, apenas de forma teórica. Esse aspecto passará por mudanças a partir principalmente de 1296, quando o reino de França, que não intencionava, inicialmente, uma deposição papal, mas possuía uma política centralizadora que acaba de ir de encontro com a política de Bonifácio, passa a colaborar e financiar os opositores de Bonifácio, assim como aqueles que apoiavam a ideia conciliar como solução para a Instituição Eclesiástica.

Conclusão

Os estudos Celestinianos tiveram nos últimos vinte anos uma grande expansão, graças a convênio celestiniano que ocorre praticamente todo o ano na cidade de Aquila, na ocasião da Festa da *Perdonanza*, organizada pela seção histórica do Centro Celestiniano. Esse desenvolvimento das pesquisas relativas a Celestino, priorizam uma análise sistemática dos problemas históricos relativos ao santo, suas ações, e fontes de contemporâneos que enriquece os estudiosos do tema a compreender de uma forma diferente a história da vida e pontificado do Santo.

Com a análise do tratado egidiano, percebemos que a priorização em tratar a personalidade de Celestino V, antes da ideia construída de papa santo, já era utilizada por Egídio para analisar a situação de abdicação e de eleição de Bonifácio VIII. No momento de escrita do tratado egidiano, a ideia de se louvar a figura de um santo não implicaria em elementos positivos para o pontificado bonifaciano, uma vez que se realizava uma contraposição entre os dois papas.

Além disso, percebemos uma crítica realizada por Egídio ao Concílio Cardinalício. O agostiniano afirma que a eleição de Celestino V para o Trono de Pedro não foi resultado de uma inspiração, mas sim de uma incapacidade do Colégio Cardinalício em lidar com a situação emergencial. Nas entrelinhas dessa afirmação, também podemos pensar numa crítica sobre a função do Sacro Colégio, que mais tarde será comentada pelo autor em seu tratado *De ecclesiastica potestate*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AEGIDIUS ROMANUS. **De renuntiatione papae**. Lewiston-Queenston-Lampeter, Edwin Mellen Press, 1992.
- AGOSTINHO. **O Sermão da Montanha e escritos vários sobre a fé**. São Paulo, Paulus, 2017.
- BORGESSE, Giuseppe Antonio; THESEIDER. Eugenio Dupré. Bonifacio VIII. In: **Dizionario Biografico degli Italiani**. Volume 12, 1971.
- BURR, David. **The Spiritual Franciscans: From Protest to Persecution in the Century after Saint Francis**. University Park, Pennsylvania:State University. Press, 2001.
- CAROCCI, Sandro. Baroni di Roma.Dominazioni signorili e lignaggi aristocratici nel Duecento e nel primo Trecento. **Istituto Storico Italiano per il Medioevo** Ecole frammise de Rome, 1993.
- CELIDONIO, G. S. **Pietro di Morrone Celestino V**. L'Aquila, 1954.
- CLEMENTE, A. Carlo II d'Angiò e Celestino V all'Aquila. In: **Indulgenza nem Medioevo e perdonanza di papa Celestino**. L'Aquila 1987.
- DE BONI. Luís Alberto. A aventura de um pobre cristão. In: **De Abelardo a Lutero- Estudos sobre Filosofia Prática na Idade Média**.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- EASTMAN, John. Holy Man of Abruzzi and Limitations of Papal Power. **The Catholic Historical Review**.Volume 91, Number 4, 2005.
- FALCO, G. Sulla formazione e la costituzione della signoria dei Caetani (1283-1303). In: **Rivista storica italiana**, XLV. 1928.
- GARFAGNINI, Gian Carlo. Il dovere della libertà ed i limiti dell'obbedienza Pietro di Giovanni Olivi e la universalissima potestas pontificia. **Studi di filosofia e di storia della cultura**.Fabrizio Meroi, praef.Simonetta Bassi. Firenze: L.S. Olschki 2005.
- GATTO, Ludovico. **Celestino V, pontefice e santo**. Cur. Eleonora Plebani. Roma: Bulzoni 2006.
- GATTO, Ludovico.I percorsi di Celestino V: relazione in occasione del **7. convegno della Sezione Storica del Centro Celestiniano**: L'Aquila, 30-31 agosto 1992.
- GOLINELLI, Paolo.A proposito del pontificado di Celestino V. Problemi storici e storiografici. In: FUOCO, Maria Grazia del; PELLEGRINI, Luigi.**Da Celestino V All'Ordo Coelestinorum**. Colacchi. L'Aquila, 2006.
- GONIELLI, P. **Il papa contadino. Celestino V e il suo tempo**. Firenze, 1996.
- HERDE, Peter.**Celestino V (Pietro del Morrone), 1294: il papa angelico**.Cur. Quirino Salomone, trad. Anna Maria Voci, L'Aquila, Ed. Celestiniane. 2004.
- HERDE, Peter. Celestino V, santo. In: **Storia dei papi II**. Istituto per l'Enciclopedia Italiana. Roma. 2000.
- KNOWLES, David; OBOLENSKY, Dimitri. **Nova história da Igreja**.Vol. 2. A Idade Media. Petrópolis, Vozes: 1974. v. 2.

- LECLERCQ, J. La renonciation de Célestin V et l'opinion theologique em France du vivant de Boniface VIII. In: **Revue d'histoire de l'Église de France**. XXV, 1939.
- MAIER, A. Due documenti nuovi relativi alla lotta dei cardinali Colonna contro Bonifacio VIII. In: **Rivista di Storia della Chiesa in Italia**. v. 3, Roma. 2001
- MARINI, A. L'abdicazione di Celestino V nella mentalità religiosa francescana contemporanea. In: **Celestino V e i suoi tempi: realtà spirituale e realtà politica**. Atti del 4° Convegno storico internazionale. Ed. W. CAPEZZALI, L'Aquila, 1990.
- MERCATI, A. Il decreto e la lettera dei Cardinali per l'elezione di Celestino V. In: **Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo**. 48. 1932.
- MIETHKE, Jünger. **Ai confini del potere. Il dibattito sulla potestà papale da Tommaso d'Aquino a Guglielmo d'Ockham**. Padova: Editrici Franciscane, 2005.
- MORGHEN, R. Il cardinale Matteo Rosso Orsini e la crisi del pontificato romano alla fine del secolo XIII. In: **Tradizione religiosa nella civiltà dell'Occidente cristiano**. Saggi di storia e di storiografia. Roma, 1979.
- MOSCATTI, A. I monasteri di Pietro Celestino. In: **Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo**. 68. 1956.
- PELLEGRINI, Luigi. Introdução ao: **Da Celestino V all'Ordo Coelestinorum**. Edição de Maria Grazia del Fuoco e Luigi Pellegrini. Ed. L'Aquila. Libreria Colachi. 2005.
- RUSSO, R. **Il secolo di Celestino V. Il papa sequestrato**. Sulmona. 1994.
- ^SANTANA, Eliane Veríssimo de. **Ca insegna quali virtù ei príncipi debbiano avere : a contenção régia por meio das virtudes no tratado De Regimine Principum de Egídio Romano**. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- SOUZA, José Antônio de C. R. de. A Eleição de Celestino V e crise da Igreja no final do Século XIII. In: **Veritas**, 155, 1994
- TIERNEY, Brian. **The crisis of church and state: 1050-1300**. New Ed. University Of Toronto Press: Canada, 1988.
- TOLOMEU DA LUCA. Historia ecclesiastica a nativitate Christi usque ad annum circiter MCCXII. In: **Rerum Italicarum Scriptores**, 11. Mediolani 1727.

O CONCEITO DE POVO NAS CANTIGAS DE SANTA MARIA DE AFONSO X DE LEÃO E CASTELA (1252-1284)⁹⁴

Mateus Sokolowski

mateusbandolim@gmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de Fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/1138002116614347>

Resumo: Neste capítulo temos como objetivo expor nossa análise das expectativas que as Cantigas de Santa Maria de autoria de Afonso X de Leão e Castela (1252-1284) revelam quanto ao conceito de “povo” no contexto Ibérico Medieval. Dado que o termo *camponês* inexistia nas fontes - o que denuncia imprecisão do termo enquanto categoria de análise para sociedade medieval - realizamos o levantamento de termos correlacionados, entre estes: lavrador, servo, criado, artesão, vilão, aldeão e pastor para examinar a imagem que as cantigas divulgavam destes trabalhadores, para em seguida contrapor a bibliografia especializada, incluindo aqui a análise das *Siete Partidas* obra jurídica também concebida por Afonso X. Nossa proposta teórico-metodológica não parte do princípio de adaptar as fontes a uma teoria pré-definida, mas sim da investigação do perfil dos trabalhadores medievais presente nas fontes, para em seguida contextualizar estas informações, dado que na segunda metade do século XIII os serviços passaram a sofrer um processo de especialização e o “povo” estava longe de se apresentar enquanto um bloco homogêneo e indiviso, constituído somente pelos trabalhadores da terra, mas incluía a variedade de prestadores de serviços que pouco ou nada tinham em comum exceto o trabalho como forma de sobrevivência.

Palavras-chave: *Povo, Cantigas de Santa Maria, Idade Média, Afonso X.*

Abstract: In this chapter we present our analysis of the expectations that the Cantigas de Santa Maria by Alfonso X de León and Castela (1252-1284) reveal regarding the concept of people in the Medieval Iberian context. Since the term peasant does not exist in the sources - which denounces imprecision of the term as a category of analysis for medieval society - we carry out the correlated terms, among them: farmer, servant, craftsman, villain, pawn, villager and shepherd to examine the image that the cantigas divulged of these workers, and then to counter the specialized bibliography, including here the analysis of the *SietePartidas* legal work also conceived by Afonso X. Our theoretical-methodological proposal does not assume the principle of adapting the sources to a predefined theory, but rather from the investigation of the profile of the medieval workers present in the sources, to then contextualize this information, given that in the second half of the thirteenth century services began to undergo a process of specialization and the people were far from presenting themselves as a homogeneous and undivided block, constituted only by the workers of the land, but included the variety of service providers who had little or nothing in common except work as a means of survival.

Keywords: People, Cantigas de Santa Maria, Middle Ages, Afonso X.

Introdução

Este capítulo foi desenvolvido após escrevermos trabalhos sobre as expectativas que as Cantigas de Santa Maria de Afonso X divulgavam sobre a nobreza dos reinos de Leão e Castela

⁹⁴O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

no século XIII⁹⁵. Aqui, no entanto, queremos descobrir as expectativas que as cantigas trazem em relação ao “povo” e não mais sobre a nobreza. Nossa pesquisa parte de um levantamento das fontes, onde buscamos os termos correlacionados ao labor e ao povo como: artesão, lavrador, vilão, pastor, etc, que permitem o debate sobre o conceito de “povo”, dado que o termo *camponês* inexistia nas Cantigas de Santa Maria⁹⁶ (o que denuncia imprecisão deste termo enquanto categoria de análise para sociedade medieval). Inicialmente selecionamos as CSM⁹⁷ 22, 31, 53, 74, 98, 102, 128, 178, 289, 292, 334, 362, 366, 377, 392, das quais escolhemos oito: 22, 31, 53, 128, 178, 289, 334, 366. Dessa forma concordamos com Alain Guerreau quando ele diz que a maioria trabalhos sobre feudalismo aborda a nobreza, justificando-se pelo falacioso pretexto de falta de documentação (GUERREAU, 1980, p. 218).

Esclarecemos que não buscamos encaixar nosso objeto de estudo a uma teoria pré-definida, mas almejamos descobrir de que forma as Cantigas se referem aos trabalhadores medievais, dado que na segunda metade do século XIII as funções começaram a se especializar (o ferreiro que tudo fabricava, deu lugar ao ferrador, armeiros, cuteleiros, etc.). Segundo Marques o “povo” estava longe de se apresentar como bloco homogêneo e indiviso, constituído somente pelos trabalhadores da terra, mas incluía a variedade de letrados, físicos, boticários que e articulava-se em vários subgrupos que pouco ou nada tinham em comum exceto o trabalho como forma de sobrevivência. Só o “povo” tinha o dever e o direito de trabalhar na divisão tripartida da sociedade entre *oreatore*, *belatore* e *laboratore* o “povo” permanecia ocupando último lugar (MARQUES, 1987, p. 261 - 262). Esta análise vai ao encontro dos estudos de Coelho que define os *laboratore* como os que “lavravam a terra, rasgando-o com a força de seu corpo e adubando-a com o suor de seu rosto” (COELHO, 1996, p. 252).

Neste mesmo sentido, em sua recente obra “O Trabalho na Idade Média” Fossier propõe alternativas ao quadro evolutivo da historiografia do trabalho⁹⁸ e oferece outro caminho visando:

circunscrever as noções e as palavras, revelar as semelhanças e as contingências [compreendendo que] a evolução cronológica [...] mascara nuances e até discordâncias que tecem toda Idade Média [pois] a necessidade síntese aniquila casos regionais (FOSSIER, 2018. P.16)

⁹⁵ SOKOLOWSKI, M. Aspectos da cavalaria nas cantigas de Santa Maria de Afonso X (1252-1284). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43798>. Acessado em 10/09/2017.

⁹⁶ Guerreau destaca a ausência, na Europa feudal, da noção de camponês, no sentido em que habitualmente se entende. Existiam palavras como *laborator*, mas designavam pessoas empregadas em trabalhos particulares e não tinham qualquer valor genérico. Entre as numerosas palavras que serviam para designar aqueles que temos a tendência para considerar em bloco como camponeses, há que distinguir dois grupos: as que designam um estatuto, como *sevi*, *liberti*; e as que designam uma residência, como *agriolae*, *rustici*, *villani*, ou uma nova residência, como *coloni*. Vê-se assim começar, no século XIII, uma luta plurissecular contra tudo o que escapava ainda ao controle eclesiástico, aquilo que a historiografia hoje chama a cultura popular. (GUERREAU. 1980 p. 251)

⁹⁷ Abreviatura corrente para Cantiga de Santa Maria.

⁹⁸ Geralmente de abordagem Marxista dividindo grosso modo a História do Trabalho pelos meios de produção que obedeceriam as etapas da escravidão, feudalismo e depois o capitalismo.

Tal abordagem incita-nos a investigar vestígios da vida cotidiana dos trabalhadores e suas contradições⁹⁹ que transparecem nas cantigas medievais. Apesar de o autor afirmar que no domínio das fontes literárias os trabalhadores:

Interveem como atores de passagem, como silhuetas fugidias; nada é dito sobre seu ambiente ou sua consciência de trabalhador, e é muito difícil desvendar a estrutura e finalidade do trabalho (FOSSIER, 2018. P.16)

Verificamos justamente o contrário em algumas das Cantigas de Santa Maria: lemos poemas onde o lavrador é um dos principais personagens ao ser cuidado e guardado pela Virgem a quem oferece toda sua fidelidade, conforme apontaremos a seguir.

As fontes

As *Cantigas de Santa Maria* são o maior conjunto de poemas medievais redigidos em galego-português e somam 427 poemas acompanhados de iluminuras e notação musical. A escolha do galego-português pelos trovadores de Portugal e Castela superava as barreiras locais e permitia que os jograis e trovadores circulassem entre as cortes régias, tornando-as destacados centros de cultura no século XIII (BARROS, 2005, p. 3) ampliando a função difusora e propagandística das *Cantigas de Santa Maria* (SILVEIRA, 2009, p. 58) que chegaram até nós através de quatro manuscritos, todos datados da segunda metade do século XIII, atestando a magnitude da produção cultural em galego-português.

Cognominado “o sábio”, Afonso X foi um rei que adotou como oficial o castelhano em detrimento do latim, mandou traduzir e compor obras além de elaborar um sofisticado sistema de leis com as *Siete Partidas*, obra jurídica aqui utilizada enquanto contraponto ao nosso estudo das cantigas. Apesar de esta obra jurídica ter sido colocada em prática após o reinado de Afonso X, a ideologia do monarca perpassa toda a sua obra, ainda que o sentido da palavra “autor” na Idade Média seja diferente do que temos hoje, pois está ligada ao fato do rei ter sido o mentor do projeto:

A autoria é aventada aqui não porque se possa afirmar que o Rei compôs essa ou aquela cantiga, mas porque ele foi o mentor do cancionero e, como já apontamos anteriormente, esse é um conceito mais importante no mundo medieval do que aquele de um autor individual. (CANEDO, 2005, p.196)

⁹⁹Na Idade Média a ociosidade é santa, a palavra “trabalho” se quer existe, mas é esta palavra que se aplica ao cotidiano dos *laboratores*, que serviam a sua comunidade. (FOSSIER, 2018)

Afonso X é o autor principal no sentido de que idealizou e financiou a escrita tanto das Cantigas de Santa Maria como das *Siete Partidas* (JIMENEZ, 2004, p.436), estas últimas estudadas por Silveira e Senko, cujos textos permitiram-nos integrar ao nosso estudo parte da obra jurídica do rei autor.

O conceito de povo

O conceito de “povo” nas *Cantigas de Santa Maria* é antes de tudo um conceito plural cujo denominador comum é o trabalho. Além disso, ainda que de forma mais formal e direta, as *Siete Partidas* estabelecem a fé em Deus e amor ao rei enquanto prioridade, afinal, as realizações culturais e jurídicas de Afonso X visavam fornecer uma base teórica ao seu projeto político (KLEINE, 2005, p. 232).

Mas estudar o conceito do “povo” no reino de Afonso X, com profundidade, requer inevitavelmente um estudo sobre o feudalismo Ibérico. Mattoso defende a tese de que o feudalismo existiu na região, de uma forma distinta do restante do continente europeu. O autor aborda busca no léxico das leis e dos poemas o significado de termos como: *dom, dona e senhor* concluindo que o sistema de organização econômico-social do medievo ibérico é feudal na medida em que as instituições, mentalidade e as relações humanas são igualmente imbuídas de uma lógica feudal. Nesse sentido Mattoso percebe o protagonismo da nobreza que buscou estruturar o regime senhorial¹⁰⁰ (seu domínio sobre as terras e “camponeses”) amparada por uma linguagem que a privilegiava ao reproduzir o seu sistema de valores, que por este viés impregnou a vida cotidiana. (MATTOSO, 1993, p. 117)

Nas cantigas de caráter lúdico¹⁰¹ temos a polissemia do termo “*servir*” que exprimia, por exemplo, da função do servo até a prestação de um serviço a Deus pela Igreja. Só o contexto pode ajudar a decifrar se o termo designa o trabalho do servo ou a obrigação do vassalo, pois os trovadores utilizavam o termo *servir* para apresentarem-se enquanto vassalos fieis da senhora amada¹⁰². Nesse sentido Mattoso critica as análises que ocultam a riqueza deste contexto:

¹⁰⁰ É necessário diferenciar o regime senhorial do feudal. O primeiro regula as relações entre classes sociais diferentes, enquanto o segundo une membros da mesma classe. Para Mattoso, no entanto, o modelo de relações próprio da aristocracia guerreira se propagou a todo o corpo social, embora eventualmente com alterações de significado e de conteúdo ideológico (MATTOSO, 1993. p. 149). Mattoso percebe uma dinâmica de poder sobre a terra e não um modo de produção, e é nesse sentido que a natureza feudal é distinta da senhorial. Os Laços feudais são constituídos por relações contratuais entre homens livres, para distribuir o poder de maneira hierárquica entre eles.

¹⁰¹ Nesse sentido, concordamos com Mongelli quando a autora afirma que os trovadores ajudaram como poucos a pensar a polissemia da palavra no romance galego-português (MONGELLI, 2009 P. 31).

¹⁰² Não podemos nos deixar enganar pela poesia medieval que utiliza expressões que hoje têm apenas uma ressonância sentimental, mas na época estavam inseridos em uma lógica feudal.

As análises jurídicas feitas pela historiografia positivista mostraram, sem dúvida, a raridade de compromissos feudais estritos. Mas ocultaram uma realidade extremamente fluida, rica e pluriforme, que se exprime a partir do modelo do compromisso pessoal que neles está presente. (MATTOSO, 1993, p. 162)

A obra de Mattoso comprova que através do léxico medieval é possível compreender a solidariedade feudal que se desenvolveu na Península Ibérica, longe de desprezar as fontes jurídicas o autor ressalta a importância de estudá-las de maneira crítica e devidamente contextualizada. É nesse sentido que trazemos aqui os estudos de Silveira e Senko sobre as *Siete Partidas*. Em sua recente tese, Senko demonstra que Afonso X estabeleceu que o “povo” englobasse o conjunto da população ligada a terra seja dos grandes (nobres), aos médios, até os pequenos lavradores (SENKO, 2016, p.111)¹⁰³ Senko percebe uma inclinação do monarca em aprovar as tradições dos mais humildes, apesar de na Partida I, Título II. Ley V estabelecer que o costume não pudesse contrariar a Lei de Deus e a sua justiça (SENKO, 2016, p.86).¹⁰⁴ Nesse mesmo sentido, Silveira aponta que “No desenvolvimento de um sentimento de identidade regional, o “povo” seriam gente da terra, “filhos’ do rei””(SILVEIRA, 2014, p. 76) devendo obediência e amor a Deus e ao Rei.

Além disso, o contexto da Reconquista na Península Ibérica permitiu a ascensão social de uma cavalaria vilã cujo código de vida era mimético, ou seja, pautado pelos valores sociais da nobreza. Ainda que tivessem que pagar impostos ao rei possuíam alguma terra onde trabalhavam os mais humildes e tinham nos concelhos suas células básicas de enquadramento socioeconômico (COELHO, 1996, p. 253). Resta a pergunta: como estes últimos eram retratados nas Cantigas medievais? Para Dobb:

não há uma só palavra de piedade para os camponeses cujas casas e colheitas são queimadas, e que são massacrados às centenas, ou levados com pés e pulsos agrilhoados. O vilão, que por toda parte encontramos desprezado como criatura inferior, não é tomado absolutamente como um fim da política, mas apenas como instrumento e meio de enriquecimento de seus senhores. (DOBB, 1973, p. 61)

Discordamos completamente desta colocação de Dobb, na medida em que os camponeses e cavaleiros vilões marcavam presença em muitas das cantigas que analisamos aqui. Neste contexto a relação senhores/camponeses era complexa e aqui nos alinhamos à interpretação de Guerreau:

Contrariamente muitos, que pensam esta relação como simples e fácil de conceptualizar, parece-me que se trata de uma relação muito complexa e,

¹⁰³ “E porq las nrasgetes son leales, e de grãdescorações: por esso a menester q la lealtad se matengaco verdad, e la fortaleza de las voluntades con derecho, e con iustitia”.

¹⁰⁴ “Pueblo tanto quiere decir como ayuntamiento de gentes de todas maneras de aquella tierra do se allegan. E desto no sale ome ni mujer, ni clérigo, ni leigo. E tal pueblo como este, o la mayor partida del, si usaren diez o veinte años à fazer alguna cosa, como en manera de costumbre sabiendolo el señor de la tierra, e no lo contradiciendo, e teniendolo por bien, pueden la fazer, e debe ser tenida, e guardada por costumbre, si en este tiempo mismo fueren dados, concegeramente dos juicios, por ella, de omes sabidores, e endendidos de juzgar”.

sobretudo, muito mal conhecida, sobre a qual uma breve pesquisa lexical pode trazer surpresas. (GUERREAU, 1980, p.2015)

As relações de Afonso X com a nobreza não foram fáceis e sua ideia de primazia do poder real foi uma das principais causas dos conflitos, o que o levou a recorrer à cavalaria vilã em diversos momentos. Além disso, o monarca elaborou o *Fuero Real* destinado a substituir as cartas municipais e reservar ao rei o poder judicial nas principais cidades do reino (JIMENEZ, 2004, p. 178) e este foi apenas um dos diversos projetos que provocaram a ira de sua nobreza culminando com a revolta nobiliárquica em 1272. Sem contar que Afonso X não conseguiu cooptar apoio de sua nobreza para “*El fecho del Império*” um dos aspectos mais marcantes de sua atuação política.¹⁰⁵ O estudo dos conflitos do rei com sua nobreza é importante para entendermos o apelo do rei a cavalaria vilã. Com o estudo detalhado das fontes deparamo-nos com as disputas internas nos concelhos entre os próprios vilões, o que evidencia que não se tratava de grupo heterogêneo. (MATTOSO, 1993, p. 123).

No entanto, iremos nos deter aqui ao estudo daqueles que laboravam diariamente, tratavam o gado, criavam animais, cuidavam da terra e que acima de tudo temiam as razias e saques de suas colheitas. O grosso do campesinato buscava viver pacificamente e pagar uma fração de sua colheita ao senhor, bem como prestar serviços, desfrutando do restante para alimento (cereal, vinho, legumes, alho, cebolas, aves e ovos) e sementes. Estes mesmos camponeses viveram a revitalização do culto mariano no século XIII (MATTOSO, 1993, p. 305). Sozinhos ou em grupos, rumavam até as capelas dos santos e da Virgem imbuídos pela crença nos milagres. Nestes locais, além orarem buscando purificação interior, procuravam remédio para os males terrenos e doenças. Em algumas situações acreditavam que só o milagre os podia salvar:

Nestes casos levam-se muitas vezes os cegos, os surdos, os paralíticos, os raivosos, até junto da sepultura dos santos ou no altar da Virgem para beneficiarem da proximidade do sagrado [...] Visões noturnas e sonhos anunciavam os caminhos da intercessão, enquanto vigílias e sonos envolviam tantas vezes a cura. E se o milagre ocorria, então havia que gratificar, com renovadas orações e missas, [...] esmolas, entregas de dinheiro [...] entrega de ex-votos que representavam a parte do corpo curado (braço, perna, cabeça) ou o animal protegido. (MATTOSO, 1993, p. 306).

Na CSM 31, por exemplo, canta-se sobre um aldeão que sai de Segóvia rumo a Vila Sirga para orar a Virgem para que esta o ajude a recuperar sua vaca predileta:

¹⁰⁵A eleição do monarca para Imperador do Sacro Império Romano, conhecido com o *El Fecho Del Império* marcou o reinado de Afonso X. ocupando sua atividade política entre 1259 e 1264.. Em seu empenho de adquirir o título Afonso X enviou 500 cavaleiros e balesteiros em auxílio de Pisa em seu enfrentamento com a cidade Guelfa de Florença. Essa interferência “internacional” exigia o desembolso constante de grandes quantias de dinheiro o que traria drásticas consequências ao reino, empobrecendo seus habitantes e produzindo descontentamento geral. Em suma, a pretensão afonsina ao império tratou-se de uma meta absurda que tinha pouco a ver com a realidade política do momento. (DIEZ, 1989. p. 207)

*Desto mostrou unmiragre | a que é chamada Virga
deJésse na saeigreja | que ésteen Vila-Sirga,
[...]
E porend' un aldeão | de Segóvia, que morava
naaldeia, ña vaca | perdera que mui' amava*¹⁰⁶

As primeiras estrofes desta cantiga expressam a universalidade da fé cristã: “Pessoas grandes e pequenas, doentes ou saudáveis” todos visitam a igreja para rezar, receber saúde ou fazer doações. Enquanto na CSM 289 percebemos dois pontos importantes do sistema feudal: a submissão à Igreja e a natureza:

*Outrossí a mão déstra | cona fouce apertada
foi, assí como se fosse | confort' engrud' engrudada;*¹⁰⁷

Temos aqui o relato sobre um fazendeiro que residia próximo a Madrid e quis fazer sua colheita em dia de festa. Com seu chapéu para proteger-se do sol, trabalhava ao meio-dia quando teve sua mão direita grudada a sua foice e a mão esquerda colada a um maço de trigos como se um adesivo divino o prendesse: A Virgem Maria pune o lavrador que quis trabalhar em dia santo. A cantiga demonstra que o tempo pertence a Deus e que todos devem se submeter a ele: Para análise desta cantiga evocamos o esquema explicativo do feudalismo de Guerreau para quem a Igreja Medieval era a senhora do tempo:

O esquema temporal:

1. tempo do ciclo litúrgico anual
2. tempo eclesiológico: sacerdote que fala;
3. tempo das gerações: fiéis que ouvem;
4. tempo eclesiológico (eternidade). (GUERREAU, 1980, p. 251).

Tal esquema (apesar de diferir da proposta de Mattoso que atribui especial destaque a nobreza) evidencia os fatores que influenciavam o uso que os lavradores podiam fazer de seu tempo e atribui especial destaque a Igreja, que está, assim, ancorada simultaneamente no tempo e na eternidade, detentora do sagrado ela é intermediária entre Deus e os homens. Segundo a cantiga, resta aos *laboratores* obedecerem ao calendário litúrgico. No entanto, a natureza e o calendário agrícola tinha o seu próprio ciclo:

¹⁰⁶CSM 31

¹⁰⁷CSM 289

No campo, o trabalho irmanava os homens e ritmava a vida. O nascer e pôr-do-sol marcavam o dia de labor e a noite de descanso. O calendário agrícola ditava os tempos fortes e fracos [...] Terminando o ciclo do grão, com o seu armazenamento nos celeiros, anunciava-se já o do vinho, com a preparação, no mês de Agosto, do vasilhame. Para setembro, á volta da festa de S. Cipriano, ter lugar essa árdua, mas também lúdica tarefa das vindimas, em que se cortavam os cachos, se acarretavam os cestos para o lagar, se pisavam as uvas, para que finalmente jorrasse o vinho, esse néctar que agigantava os copos e embriagava os corações. (COELHO, 1996, p. 296)

Para Fossier independente do zelo e das ferramentas os procedimentos de plantio e colheita dos grãos eram suficientes para ocupar o dia todo do lavrador. Tal alimento imperava na Idade Média: Centeio, cevada, trigo, aveia, tudo para fazer o pão ou mingau símbolo da alimentação humana em todas as civilizações mediterrânicas, por vezes acompanhada dos feijões, azeitona ou a noz que também dependiam do trabalho colheita (FOSSIER, 2018, p.146). Ainda segundo o autor:

a ideia simples do lavrador nos campos dissimula, na realidade, uma grande variedade de imposições e um amplo leque de obrigações [...] as fontes ocultam o trabalho familiar, costumes, preocupações cotidianas e mostram a fazenda senhorial, o sistema dominal, taxas. Ocultam tudo aquilo que sustenta ou limita o esforço do "lavrador", agindo, exclusivamente, pelos seus (FOSSIER, 2018, p. 151)

Estes detalhes do cotidiano dos lavradores podem ser revelados pelas cantigas. Na CSM 334, por exemplo, vemos a história de um lavrador cuja esposa tentou prejudicá-lo ao envenenar o seu vinho, e instruir o seu criado, Bartolomeu, para que entregasse a seu marido. Suspeitando que o vinho estivesse contaminado Bartolomeu prova-o, quase morre, mas ao fim é salvo pela Virgem:

E deisto fez en Terena, | ond' averedes sabor,
unmiragr' a Virgen santa, | Madre de NóstroSennor,
queouv' ãa vez guarido | un **mancebo lavrador**
dun mui gran mal que avía, | que llefezérãfazer.¹⁰⁸

Além da linha mestra da narrativa a cantiga expõe aspectos curiosos da vida dos lavradores: Conta, por exemplo, que o próprio lavrador conduz o arado puxado por seus dois bois, porque seu criado Bartolomeu ficou incapacitado. Mostra também a intimidade que as mulheres tinham com as ervas, sendo que era função delas executar sua colheita. Aqui existe espaço também para investigarmos toda desconfiança que se tinha sobre as mulheres no período medieval e comprova que as cantigas são fontes privilegiadas para descoberta de um perfil mais humano destes trabalhadores, pois expõe a visão do rei dos medos e contradições dos lavradores de seu reino.

¹⁰⁸CSM 334

Mas o próprio termo lavrador é ambíguo e pode se referir a um cavaleiro vilão ou aos trabalhadores temporários do campo: a realidade apresentava situações que os próprios contemporâneos não sabiam, por vezes, resolver. A maioria dos lavradores procuraria assim, satisfazer os seus compromissos contratuais e assegurar a sua subsistência, seja trabalhando nas terras de vilões, nobres, eclesiásticos ou do próprio rei. E também, eram estes os obreiros que exerciam o trabalho braçal na construção de muralhas e fortificações, sendo igualmente obrigados a pagar uma série de tributos (MARQUES, 1987. p. 261 - 277).

Mas abaixo dos lavradores (o peão do meio rural) na hierarquia social estava somente a grande massa dos jornaleiros, mancebos e criados. Pairava também uma ideologia negativa sobre os cortadores, carneiros, barbeiros e boticários (COELHO, 1996, p. 284). Por outro lado, a preparação do solo com estrume, palhas sujas e excrementos dos pombos era feito por homens que tinham orgulho de sua função e sabiam da importância de carregar o esterco escorrendo em sacos, conforme aponta Fossier:

O descontentamento desses trabalhos fétidos não parece ter indisposto os homens destes tempos. Eles tinham até orgulho em ser os maiores especialistas nestes trabalhos (FOSSIER, 2018, p. 152).

A segunda etapa dos trabalhos na terra era feitos pelas famílias, que enfrentavam a difícil tarefa de revirar toda a terra com o enxadão para misturar o húmus com o restolho (FOSSIER, 2018):

trabalho duro, trabalho familiar, cada um substituindo o outro, mesmo as crianças que apanhavam a palha abandonada depois da batedura. O ar estava carregado de poeira, o calor era insuportável (batia-se em agosto). (FOSSIER, 2018, p. 155)

Percebemos que o trabalho no campo não era só feito pelos homens, a participação das mulheres e das crianças que arrancavam as ervas daninhas que cresciam perto das espigas eram fundamentais na rotina “O vigor físico reserva alguns trabalhos aos homens (semeadura e colheita), mas outros as mulheres que colhiam e cortavam as ervas, além de fazer a ceifa” (FOSSIER, 2018, p. 155).

O trabalho era, portanto, “familiar” e seria necessário envolver os criados e jornaleiros para cumpri-lo. Os idosos também tinham sua função: o gesto majestoso do semeador demandava experiência e era geralmente feito por um homem mais velho. Em suma, a jornada do plantio a colheita consistia de um trabalho duro que mobilizava todas as idades. A etapa seguinte consistia sempre na entrega dos grãos ao oficial do senhor que retirava sua parte antes dos grãos restantes irem ao celeiro e em seguida aos moinhos. Os animais, obviamente eram fundamentais nesse processo: A força de tração dos bois, ou até mesmo das mulas faziam grande diferença.

Entre os relatos das Cantigas de Santa Maria que confere cor aos trabalhos dos lavradores temos a CSM 178 que conta a história de um homem que presenteou seu filho com uma mula e quando o animal morre a mãe do menino, desconsiderando o afeto que seu filho tinha, ordena que um criado esfole a mula para obter couro. O filho, inconformado, clama a Virgem pela sua ressurreição do animal:

*Destomoustrou, unmiragre | a Madre do Salvador,
mui grande, por unmeninno | que fillodun lavrador
éra; e poi-looírdes, | averedesên sabor
eloaredes a Virgen | que sempre por nós traballa.
[...]*

*Ao lavrador nacera | muleta, com' aprixéu,
ensa casa, fremsinna, | que lóg' a sénfillodén,
efaagando-o muito, | dizendo: "Este don téu
sejadaquesta muleta, | e dar-te-ll-eiorj' e palla."¹⁰⁹*

Neste breve análise das cantigas reparamos que há fatores que se repetem: uma referência geralmente negativa as mulheres e a prática dos *lavradores* em tentar obter ganho material: aqui na CSM 178 uma mãe busca vender o couro, enquanto na CSM 31 um aldeão avarento arrisca-se a vender um bezerro que fora prometido a Virgem.

Junto aos lavradores a criação e pastoreio dos animais constituem em um dos pilares da economia medieval. Fossier ressalta que na Idade Média existiam mais tratados sobre cuidado aos cavalos do que de pediatria (FOSSIER, 2018, p. 140) o que revela a importância dos cavalos e do gado para o homem medieval. A *mesta castelhana* ou ibérica, por exemplo, consistia em:

grandes caminhos de transumância de Andaluzia em direção das Astúrias, foram, desde o século XIII, cobertos por imensos rebanhos da Associação Geral dos Pastores [...] Devido ao apoio da realeza, os extravagantes privilégios concedidos aos alcaides e aos entregadores encarregados de escoltar os animais, suscitaram, às vezes, inúmeras convulsões sociais e a ruína dos trabalhadores da terra (FOSSIER, 2018, p. 155)

Muito provavelmente esta rivalidade entre os produtores de gado e os lavradores foi um dos traços mais característicos da economia medieval no sentido de que existia uma “atitude de hostilidade entre sedentários e pastores, este último pisando sementeiras, esvaziando os bebedouros, incendiando os bosques” (FOSSIER, 2018, p. 155). Tais fatores levavam frequentemente a conflitos que eram motivos de preocupação ao rei que visava cada vez mais regulamentar as práticas econômicas de seus lavradores e pastores, inclusive nas coletas de recursos dos bosques ou florestas. Esta preocupação é divulgada na CSM 128:

¹⁰⁹CSM 178

*a un vilão que éra | d' abellascobiüçoso,
poraverénmél e cera | que lle non custasse nada.
[...]
e foi pedir a consello | a ñavéllasorteira¹¹⁰*

O personagem desta cantiga é um Vilão (morador da vila) que decide consultar uma cartomante¹¹¹ para descobrir como obter abelhas, cera e mel, sem ter que pagar os tributos devidos. Ela lhe o instruí para obter uma hóstia consagrada e a inserir numa colmeia, o que resulta num milagre inesperado quando a hóstia torna-se uma imagem da Virgem. O padre sabendo da situação convocou o conselho para decidir o que fazer, e em seguida convoca uma procissão que leva a colmeia para dentro da Igreja. Ao analisar esta mesma cantiga, Mendes descobre um aspecto fundamental:

Evidente que produtos tão apreciáveis poderiam render algum lucro para as pessoas que os vendessem. De fato, na legislação do reino visigodo, lei que foi traduzida para o castelhano a mando do pai de Dom Afonso X, Dom Fernando III, encontramos uma secção exclusiva para os delitos envolvendo abelhas. Nela podemos ver que as penas e os valores que deveriam ser pagos pelos que roubassem ou tentasse roubar abelhas não era pequeno. (*FUERO JUZGO*, 1815, p. 151 Apud. MENDES, 2016. P. 37-96) É essa importância econômica das abelhas que podemos ver na Cantiga que conta o primeiro milagre relacionado a elas (MENDES, 2016. P.136)

É fato que quando os homens não estavam na lavoura se dedicavam a atividades coletoras: pescavam peixes do rio, faziam armadilhas nos tempos de proliferação de coelhos e cobiçavam as abelhas que em suas colmeias ofereciam o adoçante por excelência da Idade Média, além da cera, fundamental para iluminação (COELHO, 1996, p. 262). Os senhores feudais, enquanto donos da terra faziam questão de taxar o que esta oferecia. A desconfiança existente nas Cantigas de Santa Maria (de autoria do rei e seus trovadores) em relação aos lavradores e vilões e sua cobiça com o uso indevido do mel fornecem pistas importantes sobre a relação entre economia e poder no contexto medieval. A CSM 366, por exemplo, descreve um milagre que beneficiou Dom Manuel¹¹² que estava muito aflito por ter perdido seu falcão de caça. A ave após sobrevoar o Rio Guadalquivir¹¹³ caiu sobre um campo que estava sendo arado por um lavrador com seus bois. O poema expressa a fé do rei na Virgem e a desconfiança injusta que pairava sobre lavradores acusados de capturar e tentar vender a ave de rapina, que possui um valor exorbitante:

¹¹⁰CSM 128

¹¹¹A Igreja condenava os adivinhos, e encantadores e todos que praticassem artes mágicas, inclusive as cartomantes.

¹¹² Manuel de Castela (1234 - 1283); infante de Castela e Leão, filho de Fernando III de e Beatriz de Suabia. Foi alferes do rei (1258-1277), mordomo maior (1279-1282) durante o reinado de Afonso X (1252-1284).

¹¹³O rio Guadalquivir está situado no sul da Península Ibérica. É o maior da Andaluzia e banha grandes cidades de Córdova e Sevilha.

cuidando que o achara | algún desses lavradores
[...]
Que os acham a vegadas | e os tẽenascondudos
*e os van vender a furto | por non seerenconosçudos.*¹¹⁴

Além dos lavradores que trabalhavam na terra, os pastores também marcam presença nos relatos das cantigas. Coelho lembra que a peonagem dos concelhos podia ser constituída essencialmente por criadores de gado:

Eles eram imprescindíveis como força de tracção, fonte de entrumagem e não menos complemento económico, no leite, carne e pele ou lã [...] Só os mais ricos, como vimos, dispunham de dois ou mais bois para puxar o arado e um rebanho que tivesse 40 ovelhas era já considerado de monta. Os demais homens poderiam ter apenas um bovino, pedindo outro emprestado se quisessem lavar, e algumas cabeças de gado miúdo, entre porcos, cabras e ovelhas. (COELHO, 1996, p. 264)

Não podemos deixar de perceber que as cantigas exaltam, acima de tudo, a figura do rei enquanto um intermediário entre a virgem e seus súditos através de narrativas que divulgam a materialização do poder divino e seus milagres. Descobrimos também que a presença dos lavradores e/ou pastores nestes relatos contribuía para a construção de uma narrativa que visava definir papel a ser desempenhado pelo “povo” e seu rei. Ao lado disso, as *Siete Partidas* estabeleceram que todo homem livre poderia pedir misericórdia do rei, seja ele servo ou senhor. Na teoria o “povo” podia solicitar a mercê ou intervenção do rei. (AFONSO X, Tercera Partida, XVIII (XXIV) Ley II 1555, *Apud* SENKO, 2016, p. 151).¹¹⁵ Mas sabemos que dificilmente o “povo” iletrado poderia ter livre acesso as *Siete Partidas* (que, além disso, só depois do reinado de Afonso X seriam de certa forma, colocadas em prática), mas muito provavelmente ouviam as *Cantigas de Santa Maria* nas feiras e outras situações se identificando ou não com os relatos que ouviam.

Dessa forma a análise de Silveira¹¹⁶ também é fundamental a nosso estudo, no sentido de que a autora percebe as *Siete Partidas* enquanto uma manifestação dos entrelaçamentos de diversas correntes do pensamento, frutos da transladação dos estudos medievais, por via sobretudo da escola de tradutores de Toledo (SILVEIRA, 2014, p. 67). Escritas em castelhano as *Siete*

¹¹⁴ CSM 366

¹¹⁵ "Pedir puede merced todo ome que fuere libre. Ca los siervos, non son omes para parecer ante los Reyes para pedirla. Fuera ende para vengar muerte de su señor. Otrosi los del pueblo pueden pedir merced al Rey q les juega los agravamientos que oviesen recebido por sus oficiales e q los fa que de aquellos officios e los escarmiente e ponga y otros en sus lugares"

¹¹⁶ A autora utiliza a transcrição das *Siete Partidas* feita e glosada por Gregorio Lopez em 1555 e reeditada em 2004.

Partidas apresentam o termo *pátria* que evoca a naturalidade do direito e do dever de “*loar a Dios, e obdescer a sus padres, e a sus madres, e a su tierra*”. Para Silveira:

obedecer à terra significa, simbioticamente, na obra de Afonso, obedecer ao rei. Essa simbiose passa pelo próprio conceito de natureza nas *Siete Partidas* que poderia ser interpretado como a forma de ligação entre o rei, a terra e o povo. Nesse sentido, o amor entre ambos é um dever natural: “*Natureza e vassallageson los mayores debdos que om puede auer con su Señor. Ca la naturaleza le tiene siempre atado para amar lo e non yr contra El.*” (*partida* II, título XVIII, *ley* XXXII *Apud* SILVEIRA, 2014, p. 75)

A terra assume o sentido de elemento de conexão entre os viventes sobre ela (o rei e seu “povo”) de maneira que esses formam a unidade do reino. Segundo Silveira a *partida* II, título XIX, *ley* III que trata do dever do “povo” em defender sua terra, permite notar que a função de defesa transcende as ordens do feudalismo, pois ninguém deveria ser excluído de defender sua terra e até mesmo as mulheres são exortadas a combater (AFONSO X, 1555 *Apud* SILVEIRA, 2014, p. 75). Teoricamente não é mais necessária autorização real para que os *laboratores* ocupem uma função que sempre foi dever e exclusividade dos *belatores*, uma ideia que naturalmente provocaria a oposição da nobreza frente ao poder real e seus cavaleiros vilões. Nesse sentido, durante o desenvolvimento de um sentimento de identidade regional, ou de fronteira, o “povo” seria gente da terra e “filhos” do rei:

Crydã algunos, que el pueblo es llamado la gente menuda, assi como menestrales, e labradores.[...] de todos los omes comunalmēte, e de los mayores, e de los medianos, e de los menores. Ca todos son menester: e nõ se puedē escusar, porque se hã de ayudar, vnos a otros, por que puedã bien biuir e ser guardados, e mantenidos. (AFONSO X, *partida* II, título X, *ley* I, 1555: *Apud*. Silveira. 2014. p. 78).

Vemos acima que “povo” não seria apenas a “gente miúda”, mas todos os que chegaram àquela terra e convivem em uma comunidade, sejam eles grandes, médios ou pequenos, cada qual tinha a sua importância. Através da análise destes fragmentos das *Siete Partidas*, percebemos que identidade do “povo” construída aqui, apoia-se na interdependência de seus membros com a terra e seu rei independente da origem das “gentes”. (Silveira. 2014. p. 83).

Senko corrobora com a análise de Silveira, entendendo que *Las Siete Partidas* estabelecem o dever do “povo” em amar, temer, honrar e proteger o Rei: o papel social do “povo” é primeiramente de obediência a Deus e ao seu rei visando um ideal de ordem social que fortalecia o poder monárquico. Assim sendo, esta definição jurídica do comportamento subserviente do “povo”, seria uma forma teórica de organizar uma sociedade múltipla composta por cristãos, judeus e muçulmanos que viviam sob a égide cristã (SENKO, 2016).

Esta mesma fé cristã que prevalecia na Idade Média pode ser notada em cada cantiga, como na CSM 53 que relata um milagre e traz um novo nuance para nossa análise: aqui o milagre

beneficia um menino pegureiro (um pequeno pastor) que sofre de uma grave inflamação dos pés, não podendo mais trabalhar:

*dunmeninno pegureiro, | a que os pées arder
começarondaquelfôgo | que salvaj' ouço cham*¹¹⁷

Esta Cantiga descreve a aflição da mãe que carrega seu filho nos braços até a Igreja em busca de um milagre que possa curar o menino. É este o retrato do “povo” que encontramos nas *Cantigas de Santa Maria*, pessoas que podem sofrer das mais diversas enfermidades, ou cujos pés ardem tanto que as levam a acreditar que só um milagre é capaz de curar. Homens que sofrem com a morte de seu animal de estimação ou que viajam longas distâncias em prol de sua fé. Vemos lavradores supersticiosos que consultam cartomantes e que sofrem com a desconfiança da nobreza, inclusive sendo atacados de surpresa por um cavaleiro descontente como bem podemos ver na CSM 22: aqui um lavrador chamado Mateus é beneficiado pelo milagre da Virgem, após ser vítima de agressão injusta por parte de um cavaleiro:

*En Armenteira foi un lavrador,
que un cavaleiro, por desamor
mui grande que aví' a séu sennor,
foi polo matar, per nome Matéus.*¹¹⁸

O motivo do ataque seria o desamor que este cavaleiro tinha pelo senhor do lavrador que teve como única alternativa pedir socorro a Santa Maria para que pudesse suportar os golpes de lança que sofria. Sabemos que estas cantigas não são um espelho da realidade vivida, mas consistem em uma fonte que podem expressar os sentimentos e expectativas do monarca que as concebeu. A Cantiga em questão (CSM 22) nos traz um episódio que fora baseado numa situação real ou imaginada e que ao mesmo tempo refletia o contexto de saques e violência perpetradas pela própria cavalaria castelhana contra mosteiros e camponeses do reino e que teriam, naturalmente, repercussão nas Cantigas de Afonso X (SOKOLOWSKI, 2016, p. 94), um rei que não hesitou em utilizar esta ferramenta poética como uma forma de divulgação dos deveres que seus nobres tinham para com o Rei e seu reino, e acima de tudo com a “senhor dos senhores” (Virgem Maria).

Estas cantigas, através de seus relatos lúdicos nos aproximam de uma viva representação do “povo” que trabalhava duro na lavoura, mas buscava vender mel ou couro para sobreviver da melhor maneira possível em seu contexto feudal. Como bem destacou Coelho, estas mesmas

¹¹⁷CSM 53

¹¹⁸ CSM 22

cantigas eram cantadas em feirasonde se negociava e ouvia música, e ainda nas romarias, onde além de se orar colocava-se a melhor roupa para cantar e até mesmo namorar (COELHO. 1996. p.305). As *Cantigas de Santa Maria* não traduzem o mundo tal como era, mas revelam modelos e símbolos importantes para compreensão do exercício do poder e da vida na Idade Média. Tal como afirma Guimarães “A Literatura pode sintetizar interesses de diferentes tempos e pode fazer falar o passado quando resgata contextos históricos” (GUIMARÃES, 2012). E é isto que as cantigas nos trazem ao divulgaras relações sociais castelhanas através de um sofisticado jogo de palavras, nos oferece a possibilidade de descobrir a percepção do mundo, conceitos e modelos propostos por Afonso X, o rei autor.

Referências

Fontes

Afonso X el Sabio. Cueto, L.A.d,Ribera, J., & Real Academia Española (1889). *Cantigas de Santa Maria*, Madrid, 1990.

AFONSO X. Las Siete Partidas. Glosadas por el Licenciado Gregorio Lopez. Salamanca: Boletín Oficial del Estado, versão de 1555. (edição renovada, Madrid, 2004).

FUERO JUZGO: en latín y castellano, cotejado con los más antiguos y preciosos códices, Madrid, Ibarra, 1815.

Bibliografia

BARROS, José d' Assunção. Diálogo entre dois cancioneros. O trovadorismo galego-português nos séculos XIII e XIV. In: *REVISTA LETRA MAGNA*. Revista eletrônica de divulgação científica em língua portuguesa, Linguística e literatura – ano 02 – n. 03, 2º semestre de 2005.

CANEDO, S. A. *Formas e fórmulas de composição nas Cantigas de Santa Maria*. 2005. Tese (Doutorado em Literatura) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – Belo Horizonte, 2005.

COELHO. Maria Helena da Cruz. POVO. In_MARQUES, A. H. de Oliveira (coord. de). Nova História de Portugal. Vol. III: Portugal em definição de fronteiras, coord. de Maria Helena da Cruz Coelho e de Armando Luis de Carvalho Homem, Lisboa, Editio rial Presença, 1996.

DIEZ, Carlos Estepa. La política imperial de Alfonso X: Esbozo de una posible ideologiaalfonsina. LA HISTORIA EM EL CONTEXTO DE LAS CIENCIAS HUMANAS Y SOCIALES. Salamanca, 1989.

DOBB, Maurice. A EVOLUÇÃO DO CAPITALISMO Tradução de AFFONSO BLACHEYRE. 3ª edição. ZAHAR. RIO DE JANEIRO. 1973.

FOSSIER, Robert. O Trabalho na Idade Média; tradução de Marcelo Berriel. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

GUERREAU, Alain. O feudalismo: Um Horizonte Teórico. Tradução de António José Pinto Ribeiro. Capa de Alceu Saldanha Coutinho. Edições 70. LISBOA. 1980

GUIMARÃES, Marcella Lopes. *Capítulos de História: o trabalho com fontes* – Curitiba: Aymará Educação, 2012.

JIMENEZ, Manuel Gonzalez. *Afonso X, O Sábio*. Editorial Ariel, S.A., Barcelona., 2004.

KLEINE, Marina. El rey que es formosura de Espanna : imagens do poder real na obra de Afonso X, o sábio (1221-1284) Porto Alegre. 2005. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas. Porto Alegre 2005.

MARQUES, Antonio Henrique de Oliveira. Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV. Lisboa: Editora Presença, 1987.

MATTOSO, José. Fragmentos de uma composição medieval. Lisboa: Editora Estampa, 1993.

MENDES, Augusto. C. Os Animais nas Cantigas de Santa Maria (II). *Eikón Imago*, v. 5, p. 37-96, 2016.

MONGELLI, Lênia Márcia. *Fremosos Cantares: (antologia da lírica medieval galego-portuguesa)* – São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009.

SENKO, Elaine Cristina. O conceito de justiça no trabalho jurídico do Rei Afonso X, o Sábio (1221-1284): Las Siete Partidas. Tese (doutorado em História) - Setor de ciências humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

SILVEIRA, Aline dias da. Política e convivência entre cristãos e muçulmanos nas Cantigas de Santa Maria. In: PEREIRA, Nilton M., CROSSETTI, Cybele de A., TEIXEIRA, Igor S. Reflexões sobre o medievo. *GT Estudos Medievais/ ANPUH-RS. São Leopoldo (RS): Oikos*, 2009.

SILVEIRA, Aline Dias da. A Trama da História na concepção de povo nas Siete Partidas. *Revista Diálogos Mediterrânicos*. Curitiba, n.7, p. 71, (pp.66-83), 2014.

SOKOLOWSKI, Mateus. Aspectos da cavalaria nas cantigas de Santa Maria de Afonso X (1252-1284) /Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS: A FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1942-1945)

Heitor Esperança Henrique

heitorhenriquehistoria@hotmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de Fomento: Capes

<http://lattes.cnpq.br/5887736830619087>

RESUMO: A Segunda Guerra Mundial foi o maior conflito bélico da história da humanidade com um número de mortes que chegava aos cinquenta e cinco milhões. Tal fato modificou todo o mundo e influenciou a sociedade dos países envolvidos nos conflitos. Pretende-se demonstrar com este trabalho as relações entre Brasil e Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial com destaque para as ações e decisões em relação à Força Aérea Brasileira. O recorte cronológico compreende o intervalo entre os anos de 1942 e 1945, ano de entrada do Brasil na guerra e ano de encerramento de sua participação. A entrada do Brasil é precipitada por uma série de fatos anteriores aos torpedeamentos das embarcações brasileiras pelo Eixo durante o ano de 1942. Os objetivos deste trabalho são justamente a análise da ação dessa relação entre Brasil e Estados Unidos no que diz respeito às ações ligadas à FAB dentro do recorte histórico de 1942 a 1945, desde instrução, treinamento e concessão de material à unidade até sua atuação em guerra como unidade subordinada aos esquadrões da USAAF (United States Army Air Forces) e suas implicações. Para a execução do trabalho foi selecionada uma quantidade de obras dos principais autores sobre o tema para uma contextualização histórica do período, sendo eles: o norte-americano brasileiro Frank D. McCann, Francisco César Ferraz, Dennison de Oliveira, dentre outros, aliada a uma análise de obras de ex-aviadores que participaram da guerra compondo a unidade aérea brasileira e uma visão das fontes que abordavam temas da relação Brasil-Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Segunda Guerra Mundial; Brasil; Estados Unidos; Aliança.

ABSTRACT: World War II was the largest war conflict in the history of humanity with a death toll of fifty-five million. This has changed the whole world and influenced the society of the countries involved in the conflict. It is intended to demonstrate with this work the relations between Brazil and the United States in World War II, highlighting the actions and decisions in relation to the Brazilian Air Force. The chronological cut comprises the interval between the years 1942 and 1945, Brazil's year of entry into the war and year of closure of its participation. The entry of Brazil is precipitated by a series of facts previous to the torpedoing of the Brazilian vessels by the Axis during the year of 1942. The objectives of this work are precisely the analysis of the action of this relation between Brazil and the United States with respect to the actions related to FAB within the historical cut from 1942 to 1945, from instruction, training, and material granting to unit to war acting as a unit subordinate to the United States Army Air Forces squadrons and their implications. For the execution of the work was selected a number of works of the main authors on the theme for a historical contextualization of the period, being: the Brazilian North American Frank D. McCann, Francisco César Ferraz, Dennison de Oliveira, among others; allied to an analysis of works of ex-aviators who participated in the war composing the Brazilian air unit and a vision of the sources that approached subjects of the relation Brazil-United States in World War II.

KEY WORDS: World War II; Brazil; United States; Alliance.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi o maior conflito bélico da história. Entre militares e civis a quantidade de mortos ultrapassou os cinquenta milhões. Os principais protagonistas estavam organizados em dois blocos antagônicos: o Eixo formado por Alemanha,

Itália e Japão; e o bloco aliado com Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos. Outros países também enviaram tropas para a guerra apoiando o esforço aliado.

Embora estivesse sendo comandado por um regime ditatorial simpático ao modelo fascista, o Estado novo getulista, o Brasil acabou participando da guerra junto aos Aliados. A declaração de guerra à Alemanha nazista e à Itália fascista ocorreu após meses de torpedeamento de navios mercantes brasileiros.

Antes da entrada do Brasil na guerra, o presidente Getúlio Vargas mantinha uma posição neutra e nutria certa simpatia aos governos ditatoriais do Eixo e tentava barganhar a favor do país mantendo negociações com ambos os lados que viriam a se enfrentar na guerra: Estados Unidos e Alemanha. Com isso tentava trazer desenvolvimento industrial para o Brasil.

Mesmo com relações comerciais e uma certa proximidade com ambos os lados que se oporiam no conflito, as bases de uma aliança militar entre Brasil e Estados Unidos já haviam sido lançadas desde o começo da década de 1930. Desde então já havia sido iniciado o envio de uma Missão Naval por parte dos Estados Unidos ao Brasil em 1934 e uma visita da delegação militar estadunidense composta por altos cargos oficiais ao Brasil em 1939. A preocupação com a área estratégica que o Nordeste brasileiro representava havia entrado na pauta de interesses dos Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2015, p. 38-40)

Com a entrada definitiva dos Estados Unidos na guerra em 1941, após o ataque japonês a Pearl Harbor no Oceano Pacífico, o Brasil foi ficando mais próximo do bloco aliado. No início de 1942 Vargas cortou relações com a Alemanha, aproximando-se cada vez mais do esforço aliado, que em resposta começou a atacar e afundar navios mercantes brasileiros no Oceano Atlântico causando centenas de mortes. Após os ataques o Brasil declarou guerra à Alemanha em 31 de agosto de 1942. Porém, tais ataques foram o último capítulo de uma trama que já contava com vários elementos que levaram o país à guerra.

Mesmo com relações comerciais e uma certa proximidade com ambos os lados que se oporiam no conflito, as bases de uma aliança militar entre Brasil e Estados Unidos já haviam sido lançadas desde o início da década de 1930. Desde então já havia sido iniciado o envio de uma Missão Naval por parte dos Estados Unidos ao Brasil em 1934 e uma visita da delegação militar estadunidense composta por altos cargos oficiais ao Brasil em 1939. A preocupação com a área estratégica que o Nordeste brasileiro representava havia entrado na pauta de interesses dos Estados Unidos. (OLIVEIRA, 2015, p. 38-40)

Os dois primeiros anos do Brasil no conflito (1942-1943) foram marcados por discussões acerca do local a ser escolhido para o envio das tropas e treinamentos de combate e os dois últimos por mais treinamentos e pela participação no conflito. O Brasil enviou duas

unidades para os campos de batalha na Itália: a FEB (Força Expedicionária Brasileira) com aproximadamente 25 mil homens e a FAB (Força Aérea Brasileira), representada pelo 1º Grupo de Aviação de Caça com 50 pilotos e aproximadamente 350 homens de suporte.

Foi a maior atuação do Brasil em um cenário de guerra. O fim da participação do Brasil no conflito em maio de 1945 e o cessar fogo definitivo em agosto do mesmo ano no Oriente influenciou profundamente a política brasileira e significou a erosão e o fim do Estado Novo (1937-1945), período ditatorial do governo de Getúlio Vargas.

Historiografia da participação do Brasil na guerra

A Segunda Guerra Mundial é um assunto exaustivamente estudado por pesquisadores em todo o mundo. Em relação a participação brasileira no conflito, com ênfase nas relações internacionais que norteiam a aliança Brasil-EUA e na participação da FEB na guerra destacam-se vários trabalhos, dentre eles: MOURA (2012), SEITENFUS (2000, 2013), McCANN (1995), CONN; FAIRCHILD (2000), FERRAZ (2005), OLIVEIRA (2015), ALVES (2002), entre outros.

Um pesquisador de renome no Brasil e nos Estados Unidos sobre o tema da aliança entre Brasil e Estados Unidos na primeira metade do século XX é o norte americano Frank D. McCann, professor da Universidade de New Hampshire. Fez trabalhos (1968, 1979, 1995) que versam, principalmente, sobre a aliança Brasil-EUA, cultura e exército brasileiro. A obra de maior destaque do pesquisador brasilianista sobre o assunto é “Aliança Brasil Estados Unidos-1937-1945” publicada no Brasil em 1995.

Francisco César Ferraz, professor da Universidade Estadual de Londrina, pesquisador com obra sólida sobre o Brasil e a Segunda Guerra Mundial, disposta através de livros, artigos científicos e comunicações, destaca que o estudo sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tem crescido bastante nas duas últimas décadas. (FERRAZ, 2016) Suas obras (2005, 2016) discorrem desde o período anterior à guerra ao posterior. Versa sobre o alinhamento do Brasil com os Estados Unidos desde a década de 1930, clima de guerra em todo território nacional, motivações que levaram o Brasil a guerra de fato, atuação da FEB em combate, reintegração e reinserção social dos pracinhas no pós-guerra, dentre outros.

Em 2015 Dennison de Oliveira, professor da Universidade Federal do Paraná e também pesquisador deste assunto em vias de discussão, publica um livro intitulado “Aliança Brasil-EUA – Nova História Militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial”. Mostra neste livro que a aliança militar entre EUA e Brasil durante a Segunda Guerra Mundial foi controlada por duas instituições

entre 1942 e 1945, criadas justamente para este fim, que são negligenciadas pela maioria dos historiadores que trabalham este tema, muitos sequer citam suas atuações e sua importância em seus textos. São chamadas de Joint Brazil-United States Defense Commission - JBUSDC (Comissão Conjunta de Defesa Brasil Estados Unidos) com sede em Washington e Joint Brazil-United States Military Commission - JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil Estados Unidos) com sede no Rio de Janeiro. (OLIVEIRA, 2015, p. 7-28)

As comissões conjuntas foram responsáveis por toda a organização militar da aliança, exemplos: entrega de armamentos americanos às forças brasileiras; instalação de bases militares nas cidades litorâneas do norte e nordeste brasileiro; proteção do nordeste; criação da FEB; entrega de aviões à FAB; local de participação das forças brasileiras; treinamento da FEB e da FAB. A aliança também funcionou bem no sentido político de buscar uma posição privilegiada para o Brasil no cenário pós-guerra, mesmo não tendo se concretizado tal objetivo. (OLIVEIRA, 2015, p. 7-28)

Oliveira traz uma discussão historiográfica com as mais importantes obras publicadas sobre o tema do Brasil na guerra. Aponta que os autores já citados anteriormente chegaram a um consenso da criação da FEB como atitude política diante do contexto da época e a tentativa de barganha junto aos Estados Unidos. Ambos os governos agiram juntos para a criação da FEB sendo a concordância dos EUA a mais importante, os únicos com recursos para formar e treinar uma unidade militar. Coloca a aceitação dos seguintes autores sobre uma atitude indiferente e hostil por parte dos Estados Unidos com as demandas do exército brasileiro e, também, latino-americanos.

Como já discutido, a relação entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial e a formação, atuação e desmonte da Força Expedicionária Brasileira vem contando com um número crescente de estudantes e trabalhos a seu respeito. No que diz respeito a Força Aérea Brasileira, desde sua formação e treinamentos, a atuação no cenário de guerra e no pós-guerra, corresponde a um tema ainda pouco contemplado na historiografia brasileira, beirando a quase não existência. Sua história é conhecida através de artigos, opúsculos, livros ou sites personalizados ligados ao Incaer (Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica) ou por livros de memória e sites dos aviadores que participaram do grupo que foi à guerra, seus filhos ou netos. Dos motivos que explicam o vasto campo ainda a ser estudado em relação a FEB e todo o espaço ainda a ser devidamente compreendido sobre a FAB destaca-se a dificuldade em se obter fontes, ou acesso a elas.

Outro importante motivo para a ausência de trabalhos neste campo e sua grande possibilidade de novos horizontes é o fato do impacto com custos sociais, materiais e humanos

das duas guerras mundiais ter sido bem maior na Europa e nos Estados Unidos do que no Brasil, isso reflete a diferença na quantidade de trabalhos realizados sobre as suas respectivas participações nos conflitos e a sua presença em livros didáticos. No caso brasileiro a Segunda Guerra Mundial sempre aparece mencionada dentro do período maior da era Vargas. Naqueles países as duas guerras tornaram-se balizas históricas e moldaram os novos rumos da sociedade, seus vestígios estão sempre presentes em paisagens, ruínas, cemitérios, monumentos, cultura e no imaginário das pessoas que tiveram alguma ligação com tais eventos. No Brasil o seu impacto foi esporádico em comparação a esses países, a quantidade de pessoas que participaram e tiveram contatos ou perdas com a guerra é muito menor, fazendo com que o legado da guerra fosse pequeno e as vezes nem sentido em grande parte da sociedade. Onde a guerra causou mais impacto, a seu estudo foi mais quantitativo. Onde causou impacto menor, como nosso caso, o sacrifício de sangue dos seus soldados foi simplesmente esquecido por muito tempo. (FERRAZ, 2012, p. 21-27)

Participação brasileira na guerra: FEB e FAB

O Brasil, quando entrou na Segunda Guerra Mundial, era um país periférico e pobre, longe de ter a capacidade bélica dos protagonistas da guerra. A população brasileira era majoritariamente rural e nunca havia estado numa guerra dessa magnitude. No entanto, dessa população se formou uma força expedicionária (FEB) e uma unidade aérea (FAB) composta pelo 1º Grupo de Aviação de Caça, que representaram o Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Depois de tomada a decisão de participar ativamente da guerra começaram os preparativos. É importante apontar que a formação da Força Expedicionária Brasileira foi uma ideia desenvolvida pelo governo brasileiro e não pelo norte-americano. (FERRAZ, MCCANN, 2011, p. 134) Já estávamos no terceiro ano da guerra quando desta decisão, mas o Brasil ainda não possuía unidades preparadas o suficiente para a batalha. Se fazia necessário treinar, vestir, alimentar, armar e municiar as tropas, que ainda seriam formadas.

Diante da dificuldade de concluir estas atividades, algumas autoridades dos Estados Unidos tentaram desestimular a participação brasileira, pois seria uma unidade a mais que necessitava de treinamento militar. Mas o Brasil insistiu no envio, porque queria a reparação aos ataques alemães no litoral e desejava melhorar sua posição internacional através da mesa de negociações do pós-guerra. Em janeiro de 1943, ficou concordada a participação brasileira durante a conferência dos chefes aliados em Casablanca, Marrocos. Roosevelt e Vargas confirmaram a participação em local ainda a ser definido.

Nos planos iniciais pretendia-se enviar um corpo de exército composto por três divisões totalizando 60 mil homens. Em todo o país, o Exército possuía um efetivo de aproximadamente 90 mil homens. Porém, a força terrestre brasileira em 1942 refletia a pobreza de toda a sociedade brasileira. O Brasil não possuía modernos carros de combate, equipamentos de comunicação, engenharia, logística e peças de artilharia e os equipamentos que estavam sendo utilizados na guerra eram desconhecidos por oficiais e praças. Para a participação na guerra seria necessário construir um novo exército desde o começo. (FERRAZ, 2005, p. 43-44)

Das três divisões brasileiras que se pretendia enviar à guerra, o General Mascarenhas de Moraes foi escolhido para ser comandante da primeira. Um grupo de oficiais sobre o seu comando foi enviado para o Norte da África e Itália no fim de 1943 para observarem a situação da guerra e informar ao Exército brasileiro. Esta simples observação acerca da guerra no Mediterrâneo mostrou o quanto estavam despreparados para aquele tipo de conflito.

Segundo Ferraz:

“Após as observações realizadas no Norte da África e Itália teve início o recrutamento. A ideia inicial era selecionar expedicionários de apenas algumas unidades militares que já contassem com treinamento e equipamento de combate satisfatórios, mas o Ministério da Guerra preferiu o recrutamento e seleção intensiva em todo o país. Para tanto, os convocados deveriam submeter-se a exames físicos e psicológicos. Nos primeiros, os critérios eram possuir altura igual ou superior a 1,60 metro, peso mínimo de 60 quilos e pelo menos 26 dentes naturais. Embora parecesse prosaica, a exigência de dentição mínima foi uma das responsáveis pelo elevado número de dispensas. Imaginava-se selecionar uma elite de 60 mil aptos, em um contingente de 200 mil. Porém, os resultados dos exames físicos e psicológicos desnudaram um quadro alarmante da situação brasileira. Desnutrição, doenças crônicas, parasitárias, patologias circulatórias, pulmonares e dermatológicas caracterizavam expressiva parcela da população examinada, inclusive praças e oficiais do Exército regular, aprovados nos exames físicos ordinários para ingresso na profissão militar, mas com enfermidades incompatíveis para aproveitamento em combate, tais como daltonismo, pés chatos, doenças respiratórias e circulatórias e até mesmo icterícia, epilepsia e hanseníase, além de psicoses variadas. O número de aprovados ficou aquém do esperado. A solução encontrada foi diminuir as exigências e qualificar não somente os considerados na classe especial, mas também aqueles da classe normal”. (FERRAZ, 2005, p. 46-47).

Grande parte dos convocados para a guerra não atendeu as exigências mínimas de recrutamento. Dessa forma, foram enviados para a Itália soldados sem a preparação ideal para os combates. Mesmo com a diminuição dos padrões de recrutamento e as distorções do planejamento inicial, foram realizadas 107.609 inspeções de saúde, e reprovados 23.236 convocados. (FERRAZ, 2005, Pag. 47-48).

Muitos selecionados das classes médias e altas, além de alguns militares regulares, usavam alguns expedientes para escaparem da guerra. Enquanto estes eram dispensados, os menos afortunados eram levados aos quartéis e recebiam treinamento de combate; desta forma

foram se formando grupos de homens que constituiriam a divisão expedicionária que lutaria na Itália. No início desejava-se recrutar uma elite, por fim o resultado foi o retrato mais fiel do Brasil: jovens trabalhadores rurais e urbanos, vindos das classes populares, misturados com alguns membros da classe média e poucos oriundos da elite. Possuíam pouca educação e a compreensão dos motivos de estarem na guerra eram mínimos. Por todo o Brasil, estudantes universitários lideravam comícios a favor da participação na guerra. Segundo Ferraz (2005, p. 48-49) entre jovens trabalhadores das cidades e do campo, das classes populares, e poucos membros de classe média e elite, o número de voluntários, que se mostraram dispostos a lutar, foi de aproximadamente mil homens, em um contingente de 25 mil selecionados.

O Primeiro escalão da FEB (aproximadamente 5 mil homens) partiu do porto do Rio de Janeiro em 2 de julho de 1944 a bordo do navio USS General Mann e chegaram em Nápoles, litoral sul da Itália, em 16 de julho. Com exceção de algumas poucas e reduzidas tropas fascistas italianas, o inimigo enfrentado pelas tropas brasileiras era o soldado alemão. No confronto com os brasileiros, entre setembro de 1944 e abril de 1945, os alemães já tinham consciência de que a derrota era eminente, mas seu moral e energia para o combate ainda eram bons, pois sabiam que a melhor forma de manter-se vivos e voltarem para casa continuava sendo combater da melhor maneira possível. A FEB foi incorporada ao 4º Corpo do V Exército dos Estados Unidos, comandado pelo general Mark Clark. Os demais escalões da FEB foram chegando e sendo incorporados aos poucos. O montante final foi de 25 mil homens, dos quais 10 a 15 mil diretamente envolvidos em combate. Ao contrário do Primeiro Escalão, as tropas seguintes foram encaminhadas à luta praticamente sem treinamento, adaptação ao armamento e reconhecimento do terreno. (FERRAZ, 2005, p. 51-62)

O papel da FEB foi tático, a maior parte de sua experiência em combate foi em nível regimental. Os brasileiros reconhecem isto, não afirmando que o seu papel tenha sido estratégico. A FEB partiu do Brasil com a maioria das tropas inexperientes. Desta forma, os oficiais se espantavam com o rígido programa de treinamento que os americanos aplicaram. O objetivo do V Exército, do qual os brasileiros faziam parte era romper a denominada Linha Gótica Alemã e descer para o Vale do Pó e tomar Bolonha.

Uma das ocasiões mais custosas para a FEB foi a investida sobre Monte Castelo, defendida pelos alemães em quatro assaltos (24, 25 e 29 de novembro, 12 de dezembro) antes de cair em 21 de fevereiro. Após a quarta tentativa de assalto na região, no dia 12 de dezembro, o custo em vida para os brasileiros foi de 145 baixas, enquanto os alemães sofreram apenas cinco mortos e treze feridos. (FERRAZ, MCCANN, 2011, p. 142-143)

O forte simbolismo colocado em torno das batalhas de Monte Castelo diminuiu outras atuações e vitórias da FEB durante a guerra e em outras regiões, como em Montese no dia 16 de abril, quando a cidade foi tomada depois de quatro dias de uma difícil batalha, com a perda de 426 homens. Nos dias seguinte, 29 e 30 de abril, a FEB impediu o avanço da 148ª Divisão alemã, única divisão intacta a render-se nesta frente de combate, e as Divisões italianas fascistas Monte Rosa e San Marco. Nesta ocasião, os brasileiros prenderam e renderam dois generais, 800 oficiais e 14.700 soldados. (FERRAZ, MCCANN, 2011, p. 145)

A formação do 1º Grupo de aviação de Caça

Na campanha europeia, a Força Aérea Brasileira esteve representada pelo 1º Grupo de Aviação de Caça. O grupo foi instituído pelo decreto nº 6.123 de 18 de dezembro de 1943 assinado pelo presidente Getúlio Vargas e em 27 de dezembro, o Major Nero Moura foi nomeado o seu comandante. (LIMA, 1989, p.17) Além de comandar, foi responsável por toda sua organização. Escolheu seus auxiliares diretos até o nível de Comandante de Esquadrilha, delegando a eles a escolha de seu respectivo pessoal, dentre aqueles que se apresentaram como voluntários.

Semanas antes da criação oficial do 1º Grupo de Caça, foi feita a solicitação a todas as unidades da FAB por voluntários para formarem o grupo. As vagas para oficiais aviadores logo foram preenchidas, a maioria deles era oriunda do Rio de Janeiro e praticamente todos se encontravam na Escola da Aeronáutica. Do Nordeste, foram chamados diversos voluntários que serviam nas unidades aéreas sediadas em Fortaleza, Natal, Recife e Salvador. Dentre os muitos aviadores que se ofereceram como voluntários para integrar o grupo, havia alguns que já contavam com uma grande bagagem de experiência aviatória. Inclusive, muitos já vinham participado regularmente de algumas missões ao longo do litoral brasileiro. (LIMA, VASCONCELOS, p. 23-31, 2003) Dos voluntários que formariam o 1º Grupo de Aviação de Caça, pilotos e homens responsáveis pela manutenção dos aviões, 116 eram oriundos do Exército, 33 da Marinha, e a sua grande maioria, 226, eram integrantes da recém criada Aeronáutica. (BUYERS, 2004, p.44-50)

O grupo era formado por aviadores que seriam os responsáveis por executar as missões de guerra na Itália e pelo pessoal de terra, que compunha a maioria absoluta de todo o grupo. Era formado por pessoas que seriam responsáveis pela manutenção e reparo das aeronaves após serem atingidos pela artilharia alemã; pelo reabastecimento das munições das aeronaves;

operadores de rádio; controladores de radares; responsáveis por operações em terra; meteorologistas; médicos, etc. (LIMA, 1989, p. 347-394)

Pode-se observar que os padrões usados para a formação das unidades aérea da FAB e terrestre da FEB foram bastante distintos. No caso da FAB, a maioria dos convocados já possuía certa experiência de voo nas antigas Aviações do Exército e da Marinha e no Correio Nacional e já se encontravam dentro da Aeronáutica possuindo um nível educacional e instrucional consideravelmente elevado, sendo que alguns dos pilotos que formaram o grupo possuíam inclusive conhecimentos de outras línguas. A necessidade da FAB era de um pessoal mais especializado, com habilidades e competências profissionais mais definidas para desempenhar as atividades que lhe seriam impostas, e desta forma recrutou-se pessoal mais instruído para o envio para a Europa.

Treinamento do 1º Grupo de Aviação de Caça

Dos homens recrutados por Nero Moura, trinta e dois com ele embarcaram, em três de Janeiro de 1944, no aeroporto Santos Dumont, para a Escola Tática Aérea em Orlando, Flórida, enquanto a maioria do pessoal, aproximadamente 350 homens, seguia por via aérea, para Albrook Field, Panamá, onde aguardaria o comandante e seus homens-chave. O grupo passou pelo curso de caça em Aguadulce, Panamá e depois partiu para o último treinamento em LongIsland, Estado de Nova York, antes de embarcarem para a Itália. (LIMA, 1989, p.17). Outros voluntários chegaram a fazer o treinamento para piloto no Panamá, mas não chegaram a lutar na guerra porque o conflito terminou antes do seu treinamento ser completado. O aperfeiçoamento dos pilotos tinha por objetivo prepará-los para utilizarem as novas técnicas de guerra que estavam sendo desenvolvidas e utilizadas no campo de batalha na Europa.

Durante o treinamento dos homens-chave nos Estados Unidos, antes de prosseguirem para o Panamá, os aviadores tiveram contato com o que havia de mais moderno em termos de sistemas e técnicas de instrução. Aprenderam a composição de unidades de caça, ataque e bombardeio. Tanto na parte acadêmica quanto na prática, os instrutores eram invariavelmente veteranos de algum teatro de operações no qual se encontrava a Força Aérea Norte-Americana, que transmitiam aos seus alunos, as suas experiências duramente colhidas e facilitando a adaptação das novas tripulações para o combate real. (LIMA, VASCONCELOS, 2003, p. 48) O grupo de Caça da FAB, em seu treinamento de combate, enfrentou todos os tipos de missões, ensinadas a partir das experiências anteriores que já haviam sido presenciadas na guerra.

Ainda no treinamento nos Estados Unidos, a rotina diária obrigava os homens a passarem uma parcela do dia dentro de salas de aula. Aprendiam o organograma de um esquadrão da USAAF e as tarefas que desempenhavam cada elemento de sua organização, até táticas de combate aéreo. Apesar da diferença de organização entre a unidade brasileira e as americanas, os brasileiros tinham a necessidade de obter pleno conhecimento do funcionamento administrativo e operacional de um esquadrão americano, visto que seriam incorporados dentro daquela arma. (LIMA, VASCONCELOS, 2003, p. 50)

Neste treinamento, os pilotos realizaram surtidas de tiro terrestre, tiro aéreo, navegação a baixa altura, técnicas de interceptação, combate aéreo e distintos tipos de voo de formação táctica. As técnicas utilizadas neste treinamento eram resultado direto da experiência colhida pelos aviadores norte-americanos em outros teatros de operações diversos como a Europa, norte da África e Oceano Pacífico. Muito dessas técnicas ensinadas aos pilotos durante o treinamento eram praticamente desconhecidas no Brasil. (LIMA, VASCONCELOS, 2003, p. 52)

Após o final da primeira etapa de treinamento nos Estados Unidos, no dia 10 de março de 1944 foi, então, iniciado no Panamá, um treinamento em conjunto com toda a unidade aérea, com um programa de 110 horas de voo em aviões de caça P-40 para os demais oficiais pilotos vindos do Brasil e com programas correspondentes para o pessoal encarregado da manutenção dos aviões, do armamento, das comunicações e de todos os demais serviços administrativos. Sob tutela de seus instrutores, os oficiais brasileiros executaram tiro terrestre, bombardeio picado e rasante. (LIMA, VASCONCELOS, 2003, p. 53)

Na última metade do curso, no dia 18 de maio, durante uma missão de instrução de combate aéreo, o grupo brasileiro sofreu a sua primeira baixa. O 2º Tenente Aviador Dante Isidoro Gastaldoni perdeu o controle do seu avião e caiu. Foi encontrado mais tarde a um quilometro de distância e com o avião completamente destruído. Ocorreram outras perdas, mas por falta de aproveitamento operacional, provocadas pelos rígidos padrões de avaliação e qualificação usados pelos instrutores norte-americanos. Dessa forma, alguns pilotos regressaram ao Brasil enquanto outros permaneceram no Panamá e foram reaproveitados como controladores de radar. (BUYERS, 2004, p. 52 -61)

O Grupo de Caça Brasileiro durante as últimas semanas do seu treinamento em Águadulce, participou ativamente da defesa aérea do Canal do Panamá como uma unidade táctica completa, mantendo de prontidão todos os dias uma das suas esquadrilhas. Mais de uma centena de voos de interceptação foram realizadas até o fim da permanência da equipe no Panamá.

Neste momento, a situação dos Aliados na Europa estava melhorando consideravelmente, e isso alegrava os integrantes do grupo, mas também os faziam ficar ansiosos

diante da possibilidade de a guerra terminar antes do seu treinamento e, efetivamente antes do combate real. (BUYERS, 2004, p.55)

Terminado o treinamento no Panamá, os pilotos receberam a visita de Salgado Filho e de outros comandantes responsáveis pelo treinamento para receberem os diplomas por terem concluído com aproveitamento o curso de caça.

Em fins de junho de 1944, o grupo se deslocou para a Base Aérea de Suffolk, em LongIsland, ao norte de Nova York, enfrentando uma viagem de sete dias e chegando em 4 de julho de 1944, onde passou mais de dois meses realizando um novo programa de treinamento, agora nos aviões de caça mais modernos da Força Aérea Norte-Americana: os P-47 Thunderbolt. (LIMA, VASCONCELOS, 2003, p. 82)

O principal objetivo desta última etapa de treinamento era o aperfeiçoamento no modelo de avião que seria usado na guerra, tanto para os pilotos como para os mecânicos e demais integrantes do grupo. O treinamento foi semelhante ao recebido no Panamá, distinguindo-se principalmente pelo uso do P-47 Thunderbolt e pela grande ênfase concedida às missões de escolta. Em 31 de agosto, foi dado como concluído o ciclo de instrução do 1º Grupo de Aviação de Caça Brasileiro, e os seus integrantes se preparavam para o embarque definitivo à Itália. (LIMA, VASCONCELOS, 2003, p. 92)

O grupo brasileiro era a primeira unidade de uma Força Aérea Sul-Americana que participava de uma guerra em solo europeu. O treinamento recebido por eles, até então, era privilégio das forças aéreas das grandes potências mundiais. Na ocasião, foram se defrontar com inimigos experimentados com vários anos de combate na bagagem.

Atuação da FAB no Cenário de Guerra

O grupo embarcou para a Itália em Suffolk, Virgínia, em 18 de setembro de 1944 às 18 horas e 30 minutos. O deslocamento foi feito no navio UST Colombie, que fez parte de um comboio formado por dezessete navios de transporte e dez de escolta. Foi nesta viagem que nasceu o “avestruz” como símbolo do grupo, relacionado à diferente dieta alimentar que os pilotos brasileiros tiveram de se adaptar durante os treinamentos. O deslocamento durou dezessete dias, e desembarcaram em Livorno, Itália, no dia 6 de outubro de 1944, chegando no dia seguinte à Base Aérea de Tarquínia. (LIMA, 1989)

Em 31 de outubro do mesmo ano, os pilotos brasileiros começaram a executar suas próprias missões de guerra, voando seus próprios aviões, mas integrando esquadrilhas norte-americanas, a fim de se familiarizarem com as realidades da guerra. E, em 11 de novembro, o

Grupo de Caça começou a operar com esquadrilhas completamente constituídas por oficiais brasileiros e recebendo seus próprios objetivos a serem realizados. (INCAER, p.16-17)

Um mês depois, a 4 de dezembro de 1944, sem interromper as ações aéreas de combate, o grupo foi transferido para uma nova base: o aeródromo de Pisa, que ficava duzentos quilômetros ao norte e bem próximo das linhas inimigas. Ao norte da cidade de Pisa se encontram as cadeias de montanhas dos Apeninos, naquela época já coberta de neve devido ao rigoroso inverno da região. (LIMA, 1989)

O lema do 1º Grupo de Caça era o “Senta a Pua!”, muito usado durante as missões de guerra. Os pilotos brasileiros passaram a ser chamados pelo nome “Jambock”, código que o grupo recebeu ao chegarem a Tarquínia e que usaria até o final da guerra. (LIMA, 1989, p.40)

Na simbologia do emblema do grupo brasileiro, encontrava-se uma faixa externa verde e amarela que representava o Brasil; um avestruz que significava a velocidade e manabilidade do avião de caça e os estômagos dos pilotos, que aguentavam qualquer comida; o quepe do avestruz simbolizando ser piloto da Força Aérea; um escudo que representava a robustez do P-47 e proteção ao piloto; o fundo azul e estrelas representando o céu do Brasil com o Cruzeiro do Sul; a pistola significava o poder de fogo do Thunderbolt; a nuvem em alusão ao espaço aéreo; fumaça e estilhaços representando a antiaérea inimiga; o fundo vermelho em homenagem ao sangue derramado pelos pilotos na guerra e a frase “Senta a Pua!” como o grito de guerra do 1º Grupo de Aviação de Caça. (LIMA, 1989, p.40) Como demonstra a figura a seguir.



Fonte: LIMA, 1989. Emblema do 1º Grupo de Aviação de Caça

Na Itália o grupo brasileiro estava subordinado à unidade americana denominada de 350º FighterGroup. O 1º Grupo de Caça atuou como um esquadrão do 350º FighterGroup, que estava sob o comando do XXII Comando Aéreo Tático, que apoiava o V Exército norte-americano, do qual fazia parte a FEB. (LIMA, 1989, p. 19-24)

O 350º Group, comandado pelo Coronel Ariel W. Nielsen, possuiu quatro esquadrões na campanha do Mediterrâneo. 345º FighterSquadron, Comandante: Major Lee C. Wells; 346º FighterSquadron, Comandante: Major Charles E. Gilbert II; 347º FighterSquadron, Comandante: de 22 de setembro a 22 de janeiro de 1945, Major Hugh D. Dow, abatido, prisioneiro, último comandante: Major Alvin H. Ballard; 1º BrazilianFighterSquadron, Comandante: Tenente-Coronel Nero Moura. (LIMA, 1989, p. 19-24)

O 1º Grupo de Caça não foi utilizado na caça propriamente dita porque, quando chegou à Itália, praticamente não havia mais atividade aérea inimiga naquele teatro. Dessa forma o grupo atuou como unidade de caça bombardeiro, isto é, no bombardeio picado sobre objetivos táticos, tais como pontes de estradas de ferro e de rodagem, trechos e instalações de estrada de ferro, campos de aviação, posições de artilharia de campanha e antiaérea de todos os calibres, edifícios utilizados pelas tropas inimigas, concentração de material e de tropa, depósitos de munições e de combustíveis, comboios, fábricas, organizações de terreno, etc. (INCAER, p.16)

Em todas as missões, após o ataque, aos objetivos, os pilotos voavam baixo buscando metralhar quaisquer veículos em circulação pelas estradas, aviões no solo, tropas em movimento, etc. (INCAER, p.16)

Esse ataque era de grande eficácia, desde que consideremos que cada P-47 era armado com oito metralhadoras de meia polegada, cuja ação simultânea concentrava grande poder de fogo, não raro provocando grandes incêndios e explosões fazendo voar pelos ares os depósitos de munições. (LIMA, 1989, p. 25-28)

Para o bombardeio de mergulho eram utilizadas bombas de 250 kg, das quais cada avião conduzia duas, colocadas externamente, sob as asas. Houve também o emprego de bombas de gasolina gelatinosa. Excepcionalmente os P-47 chegaram a conduzir duas bombas de 500 kg cada. (LIMA, 1989, p. 25-28)

O grupo de caça:

“Devido às más condições do tempo, não puderam auxiliar a infantaria brasileira em algumas missões difíceis, como a tomada de Monte Castelo. Quando puderam, finalmente, lutar em articulação com os homens do Exército brasileiro, na quinta tentativa de conquistar a elevação, o objetivo foi alcançado. Ao final da guerra, a avaliação do desempenho do Grupo de Caça brasileiro foi excelente, segundo os comandantes da unidade norte-americana aos quais estavam subordinados.” (FERRAZ, 2005, p.61)

Um dos problemas que o grupo brasileiro enfrentou durante a guerra foi a questão da reposição das tropas. Após os pilotos passarem por um grande número de missões, o Coronel Nero Moura requisitava o envio de novos pilotos ao grupo, o que não aconteceu. Isso fez com que o grupo operasse em déficit a partir do segundo mês de operações na Itália. Os pilotos

brasileiros por vezes voaram de duas a três missões por dia e alguns completaram aproximadamente cem missões no final da guerra, enquanto um piloto de caça americano voava em média trinta e cinco missões de guerra, e, após isso, a substituição era automática. (LIMA, 1989)

Durante a campanha na Itália o 1º Grupo de Caça sofreu um número grande de baixas: vinte e duas para quarenta e oito pilotos. Os principais motivos para as baixas foram acidentes, contatos diretos com a artilharia antiaérea alemã e a falta de reposição de tropas.

“Três oficiais faleceram em acidentes de avião, no período inicial ainda em Tarquinia. A 23 de dezembro o 1º Tenente-Aviador Ismael da Motta Paes, com seu avião atingido pela artilharia antiaérea, ao norte de Ostiglia, saltou de paraquedas e foi aprisionado pelos alemães. A 2 de janeiro de 1941, o 1º Tenente-Aviador João Maurício de Medeiros teve de saltar de paraquedas sobre território inimigo e faleceu ao cair sobre fios de alta tensão. Em 22 de janeiro, o 1º Tenente-Aviador Aurélio Vieira Sampaio faleceu atacando locomotivas ao norte de Milão. A 29 de janeiro, o 1º Tenente-Aviador Josino Maia de Assis, obrigado a saltar de paraquedas, devido a um incêndio em seu avião, foi aprisionado pelos alemães.” (INCAER, p.18)

A 4 de fevereiro de 1945 um dos Comandantes de Esquadrilha, o Capitão-Aviador Joel Miranda e o 2º Tenente-Aviador Danilo Moura foram atingidos pelo fogo inimigo ao mesmo tempo, quando juntos atacavam locomotivas a sudoeste de Treviso: ambos saltaram de paraquedas, abandonando seus aviões em fogo, o Capitão Joel, apesar de braço e pé machucados, andou muitas horas até ser recolhido por um grupo de partizanos que o alojaram na vizinhança de Pádua, até o fim da guerra. O Tenente Danilo caminhou a pé durante quase um mês, percorrendo centenas de quilômetros e atravessando todo o território inimigo. Depois de se juntar aos partizanos nos Montes Apeninos, o Tenente Danilo conseguiu atravessar as linhas da fronteira e se juntou aos demais integrantes do grupo de brasileiros em Pisa. (INCAER, p.18)

“Em 10 de fevereiro, o 1º Tenente-Aviador Roberto Brandini, gravemente ferido na cabeça por um estilhaço de artilharia antiaérea, saltou de paraquedas e foi aprisionado pelos alemães. Em 7 de março, o Capitão-Aviador Theobaldo Kopp, tendo o seu avião sido danificado quando atacava depósitos de munição, a nordeste de Parma, saltou de paraquedas e refugiou-se no meio dos partizanos. Em 26 de março, o 1º Tenente-Aviador Othon Correa Netto ao atacar, com foguetes, posições de artilharia antiaérea que defendiam a ponte de Cassara, a oeste de Udine, teve o seu avião atingido e saltou de paraquedas e ficou prisioneiro até o término da guerra.” (INCAER, p.19)

Em 13 de abril, morreu o Aspirante-Aviador Frederico Gustavo dos Santos ao atacar um depósito de munições alemão que explodiu, nas proximidades de Udine. No dia 22 de abril o 2º Tenente-Aviador Marcos Coelho de Magalhães foi feito prisioneiro após saltar de paraquedas sobre território inimigo, quebrando os dois tornozelos na queda. (INCAER, p. 20)

“No dia 26 de abril faleceu o 1º Tenente-Aviador Luís Dornelles, comandando a Esquadrilha que fora do Capitão Kopp, abatido a 7 de março. Dornelles foi atingido pela artilharia antiaérea quando atacava uma locomotiva na cidade de Alessandra, não teve chance de saltar de paraquedas. A 30 de abril, o 2º Tenente-Aviador Renato Goulart Pereira foi atingido pela artilharia antiaérea e saltou de paraquedas, sendo recolhido por uma patrulha de soldados ingleses.” (INCAER, p.20)

Os pilotos dos aviões atingidos que ejetaram sobre o território inimigo conseguiram regressar às linhas aliadas com muita dificuldade. Na maioria das vezes eram auxiliados pela população italiana local e pelos guerrilheiros partigiani. O trajeto de volta era realizado durante a noite para não levantar suspeitas e os pilotos não serem detectados pelos alemães. Depois de dias de caminhada conseguiam retornar a base muito debilitados e com uma grande perda de peso. Outros pilotos não tiveram a oportunidade de regressarem às linhas aliadas após o salto de paraquedas. Depois de abatidos pela artilharia antiaérea alemã, caíram prisioneiros de guerra.

Entre os quarenta e oito pilotos do Grupo de Caça Brasileiro que realizaram missões durante a guerra houve um total de vinte e duas baixas: cinco foram mortos abatidos pela artilharia antiaérea, oito tiveram seus aviões atingidos e pularam de paraquedas sobre território inimigo, seis foram afastados do voo por orientação médica devido ao esgotamento físico e três morreram em acidentes de aviação, um deles ainda no treinamento realizado no Panamá. (INCAER, p.21)

O comandante brasileiro Nero Moura sempre noticiava as famílias dos pilotos brasileiros que foram abatidos na guerra através de cartas.¹¹⁹ A forma como Nero escreveu essas correspondências demonstrava seu grande domínio da escrita e confessava aos familiares dos falecidos, a localização das sepulturas provisórias dos pilotos mortos no cemitério das Forças Expedicionárias Brasileiras vizinho a cidade de Vada na província de Livorno, Itália. Todos os pertences desses pilotos eram devidamente documentados e inventariados e depois enviados ao Brasil pelo Ministério da Aeronáutica até serem repassados as suas respectivas famílias. Os restos mortais eram trazidos ao Brasil para Mausoléu da Aeronáutica no cemitério de São João Batista no Rio de Janeiro. Todo o procedimento de envio dos corpos dos brasileiros de volta ao país de origem ocorreu depois do fim das hostilidades, quando foram devidamente sepultados no cemitério Militar brasileiro de Pistóia.

A partir de 20 de abril, a retirada alemã da região italiana se generalizou, devido a Ofensiva da Primavera, e os objetivos de oportunidade para a aviação se multiplicaram ao longo das estradas e por toda parte. Uma vez iniciado o avanço vitorioso dos Aliados impunha-se,

¹¹⁹ FGV/CP-DOC. Fundo Nero Moura. nº 441207. Cartas trocadas entre Nero Moura e as famílias dos pilotos abatidos em combate. Ministério da Aeronáutica/Gabinete do Ministro. 7 de dezembro de 1944 a 6 de dezembro de 1945.

como golpe final, impedir que os alemães se organizassem na margem do Rio Pó, que poderia ser utilizado como obstáculo para deter os Aliados.

Durante o período de 6 a 29 de abril de 1945, quando foi intensificado o ataque aos alemães com o objetivo de derrota-los definitivamente o Grupo de Caça Brasileiro fez 5% das saídas executadas pelo XXII Comando Aéreo Tático e segundo o relatório oficial do 350º Regimento de Caça os brasileiros foram responsáveis por 15% dos veículos destruídos, 28% das pontes destruídas, 36% dos depósitos de combustíveis danificados e 85% dos depósitos de munições danificados. (LIMA, 1989)

Em 30 de abril de 1945 cessou a resistência alemã no Vale do Pó e a 2 de maio ocorria o fim da guerra na Itália. O 1º Grupo de Caça colaborou assim,

no plano de bombardeios que o Comando da Força Aérea Tática do Mediterrâneo levou a efeito, objetivando: primeiro, apoio às forças terrestres por meio de ataques às posições de baterias, organizações do terreno e concentração na retaguarda do campo de batalha; segundo, isolamento do campo de batalha pela interrupção sistemática das vias de comunicação ferroviárias e rodoviárias que ligavam a linha de frente alemã na Itália ao vale do Pó e este ao território alemão; e terceiro, destruição de indústrias e de instalações militares do norte da Itália. (INCAER, p.17)

Devido ao ótimo desempenho do grupo brasileiro na guerra o Coronel Ariel W. Nielsen, comandante da USAF, indicou o 1º Grupo de Caça em 17 de maio de 1945 para receber a medalha de guerra do governo americano, condecoração concedida apenas às tropas norte-americanas, por atos de extremo heroísmo contra um inimigo armado. (LIMA, 1989, p.434) Tal condecoração foi entregue só no governo de Ronald Reagan no ano de 1986. A única unidade que não pertence aos Estados Unidos a receber esta condecoração, além do grupo de caça brasileiro, foi uma unidade de caças da RAF.

Depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o grupo brasileiro permaneceu na Itália por mais dois meses, aguardando transporte marítimo para voltar ao Brasil. Saiu de Pisa em 26 de junho de 1945, embarcou em Nápoles em seis de julho e atracou no cais da Praça de Mauá em 18 de julho. Comandados pelo Coronel Nero Moura uma formação de dezenove P-47 Thunderbolt deslocou-se pelo ar desde Kelly Field, Texas, pousando no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro, em 16 de julho. (LIMA, 1989, p.18)

O reconhecimento do ato heroico dos pilotos brasileiros chegou quarenta e um anos após o final da Segunda Grande Guerra. Foi no dia 22 de abril de 1986 (Dia da Aviação de Caça (FAB)) que o 1º Grupo de Caça recebeu a Presidencial Unit Citation (USAF) em solenidade presidida pelo então presidente da república José Sarney na Base Aérea de Santa Cruz (LIMA, 1989, p.441).

Em 10 de junho de 1988, às 10 horas, no Museu da Força Aérea dos Estados Unidos, na cidade Dayton, Estado de Ohio foi inaugurado um monumento em homenagem ao 350º FighterGroup (seus esquadrões de caça subordinados: 345º FighterSquadron, 346º, 347º, e o 1º BrazilianSquadron – o 1º Grupo de Caça). A solenidade foi realizada na presença de duzentos e dez veteranos do 350º sob o comando de Ariel W. Nielsen e trinta veteranos do 1º Grupo de Aviação de Caça sob o comando, do então Patrono da Aviação de Caça na FAB, Nero Moura. (LIMA, 1989, p.449)

O grupo brasileiro, na sua atuação na Itália, executou 445 missões, com um total de 2546 saídas de aviões e 5465 horas de voo em operações de guerra. Destruiu 1304 viaturas motorizadas, 250 vagões de estrada de ferro, 8 carros blindados, 25 pontes de estrada de ferro e de rodagem e 31 depósitos de combustível e munição. (LIMA, 1989)

Segundo LIMA (1989) e BUYERS (2004) o desempenho brasileiro foi além do esperado. Esperava-se que o grupo brasileiro cumprisse suas missões e tarefas no mesmo padrão que os demais esquadrões americanos que compunham o 350º FighterGroup. O destaque brasileiro aconteceu ao final da campanha na Itália quando seus pilotos não eram substituídos assim como ocorria nos esquadrões americanos, desta forma, adquiriam uma experiência maior em combate e eficiência ao cumprir as missões que lhes eram destinadas.

Referências bibliográficas:

- ALVES, V. C. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. História de um envolvimento forçado. 1ª edição, São Paulo, Edições Loyola, 2002.
- BUYERS, J. W. **A História do 1º Grupo de Caça 1943-1945**. Maceió: J. W. Buyers, 2004.
- CONN, S.; FAIRCHILD, B. **A estrutura de defesa do hemisfério ocidental**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- FERRAZ, F. C. A. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira, 1945-2000**. 380 f. Tese (Doutorado)- História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2012.
- FERRAZ, F. C. A. **Considerações historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências**. Esboços Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 207-232, jul. 2016.
- FERRAZ, F. C. A. **Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FERRAZ, F. C. A & McCANN, F. **A participação conjunta de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial.** In: MUNHOZ, S. J. e SILVA, F. C. T. da. *Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI.* Maringá: Eduem, 2011.

Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. **A Participação da Força Aérea Brasileira na Segunda Guerra Mundial.** Opúsculo.

LIMA, R. M. **“Senta a Pua!”** 2ª edição. Editora Itatiaia, Belo Horizonte: 1989.

LIMA, R. M. e VASCONCELOS, J. R. M. de. **Heróis dos Céus:** a iconografia do 1º grupo de aviação de caça na campanha da Itália: 1944-1945. Rio de Janeiro: Action, 2003.

McCANN, F. **Airlines and Bases: Aviation Diplomacy;** *The United States and Brazil, 1939-1941.* *Inter-American Economic Affairs*, v.21, no. 4, p. 35-50, Spring 1968.

McCANN, F. **Aliança Brasil - Estados Unidos, 1937-1945.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

McCANN, F. **Brazil, the United States and the II World War:** A Commentary, *Diplomatic History*, v.3, no. 1, p, 59-76, Winter 1979.

MOURA, G. **Relações Exteriores do Brasil, 1939-50:** mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

OLIVEIRA, D. **Aliança Brasil-E.U.A.:** nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Curitiba: Juruá, 2015.

SEITENFUS, R. A. S. **A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.** Porto Alegre: EdipucRS, 2000.

SEITENFUS, R. A. S. **O Brasil vai à guerra.** O processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. São Paulo: 3ª Ed. Editora Manole, 2003.

Parte 2: História, Linguagens, Conceitos

AFONSO HENRIQUES, DE INFANTE A REI: CONCEITO E LEGITIMAÇÃO NA FUNDAÇÃO DA DINASTIA DE BORGONHA

Carlos Eduardo Zlatic

carloszlatic@gmail.com

Doutor em História

Bolsista do Programa Nacional de

Pós-Doutorado/CAPES

Universidade Federal do Paraná

<http://lattes.cnpq.br/1425698271905050>

RESUMO: O processo de formação do reino de Portugal foi marcado pelo conflito entre aquele que seria o seu primeiro rei, Afonso Henriques, contra a mãe D. Teresa, o primo Alfonso VII de Leão e Castela, e o inimigo religioso muçulmano. A habilidade política do jovem governante e as vitórias nas diversas frentes de batalha possibilitaram que ele sustentasse seu posicionamento rebelde ante o poder régio leonês, ao mesmo tempo em que lograva ampliar o território português por sobre o espaço controlado pelo Islã, fatores que corroboraram a busca pela autonomia do Condado Portucalense. Embora importantes, essas conquistas não bastavam para sustentar o poder de Afonso Henriques, que recorreu a outras estratégias legitimatórias, dentre elas, o uso e alteração no emprego dos títulos de infante e de rei. A mudança na utilização desses conceitos experimentou uma ruptura em 1140, quando, após vencer os muçulmanos na Batalha de Ourique no ano anterior, o até então infans Alfonsus passou a se denominar Alfonsus rex Portugalensium. Tomando como referencial metodológico a História dos Conceitos, conforme teorizada por Reinhart Koselleck, considera-se que os episódios de modificação no emprego das palavras são capazes de oferecer chaves de leitura para a dinâmica sócio-política, entendimento que toma como base o pressuposto de que todo conceito é ao mesmo tempo fato e indicador das mudanças históricas de um determinado contexto, revelando fenômenos que se encontram para além do campo linguístico. Tomando essa premissa como ponto de partida, o presente artigo recorrerá às fontes medievais, com destaque para os registros régios e documentos chancelares, com o objetivo de demonstrar como os conceitos empregados por Afonso Henriques constituíram parte de suas estratégias para se firmar como rei, fortalecendo e legitimando seus poderes e transmitindo-os aos seus herdeiros, assim inaugurando a dinastia de Borgonha no reino de Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Afonso Henriques; dinastia de Borgonha; História dos Conceitos; infante; rei.

ABSTRACT: The process of formation of the kingdom of Portugal was delineated by the conflict between the first king, Afonso Henriques, against his mother Teresa, his cousin Alfonso VII of Leon and Castile, and the Muslim religious enemy. The political ability of the young ruler and the victories on the various fronts allowed him to support his rebel position against the royal power of Leon, while at the same time achieving to expand Portuguese territory over the space controlled by Islam, factors that corroborated the pursuit for the autonomy of the Condado Portucalense. Although important, these conquests were not enough to sustain the power of Afonso Henriques, who appeal to other strategies of legitimation, among them, the use and alteration in the usage of titles of infant and king. The change in the application of these concepts experienced a rupture in 1140, when, after defeat the Muslims at the Battle of Ourique in the previous year, the hitherto infans Alfonsus was renamed Alfonsus rex Portugalensium. Taking the History of Concepts as a methodological reference, as theorized by Reinhart Koselleck, it is considered that the episodes of change in the use of words are able to offering keys of reading to the socio-political dynamics, understanding that takes as base the premise that every concept is at once a fact and indicator of the historical changes of a determined context, revealing phenomena encountered beyond the linguistic field. Taking this premise as a starting point, the present article will refer to medieval sources, with emphasis on royal registries and Chancery records, with the aim of demonstrating how the concepts employed by Afonso Henriques were part of his strategies to become king, and legitimizing his powers and transmitting them to his heirs, thus inaugurating the dynasty of Burgundy in the kingdom of Portugal.

KEYWORDS: Afonso Henriques; dynasty of Burgundy; History of Concepts; infant; king.

Se observada em conjunto, a linguagem empregada na elaboração dos documentos que compõem as chancelarias dos reis de Portugal experimentou transformações ao longo da Idade Média. O estudo dessas coleções documentais demonstra que paulatinamente o uso de uma variedade de termos e conceitos foi preterida em favor de outros vocábulos, mais adequados às modificações da dinâmica sócio-política. Longe de serem escolhas meramente formais ou estilísticas, as opções pelo emprego de determinada palavra demonstram um aspecto caro às linhas do estudo que se segue: léxico e poder mantêm uma relação imbricada, e negligenciar essa condição implica em comprometer a complexidade inerente aos vínculos mantidos entre essas duas dimensões da realidade humana.

Um conjunto de palavras diretamente relacionadas ao poder e que experimentam variações no decorrer da elaboração dos registros régios diz respeito ao próprio título empregado para designar os governantes do reino de Portugal e sua prole: reis, príncipes e infantes. Tratando da forma como eram denominados os filhos e filhas dos reis portugueses, Henrique da Gama Barros afirma:

Até primeiros anos do século XIII o título de rei dava-se também a todos os filhos legítimos do imperante, e no mesmo caso dava-se às filhas o título de rainhas [...] Desde 1207 chamam-se infantes os segundos genitos, continuando, porém a denominar-se rei o primogenito, e rainhas todas as filhas. Mas em 1211 aparece já o título de infante, *infans*, aplicado também ao sucessor da coroa e às filhas do rei; e esta prática torna-se constante desde o reinado de Afonso II. Foi, segundo parece, o primogenito do rei D. Duarte o primeiro herdeiro da coroa que se chamou *príncipe* (BARROS, 1946, p. 2009-210).

Embora a constatação do historiador português seja condizente com os dados apresentados pelos registros chancelares, é preciso uma ressalva. Ao considerar Afonso Henriques como o primeiro rei de Portugal, a afirmação de Gama Barros pode induzir ao erro de fazer crer que, assim como seus filhos, aquele suserano fora designado pela titulação de rei desde o seu nascimento. Ora, analisada a compilação documental elaborada por Rui Pinto de Azevedo para os anos de 1095 a 1185, intitulada *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, pode ser observado que o filho de D. Henrique e D. Teresa aparece sendo designado por infante entre os anos de 1121 e 1139 e, a partir do ano seguinte, passou a sustentar o título de rei (*Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*, docs. 56; 174-175¹²⁰).

¹²⁰ Seguindo a forma como os medievalistas portugueses e brasileiros têm se referido a determinadas compilações documentais, com destaque para aquelas que representam transcrições de registros chancelares, será adotada a referência ao número dos documentos, ao invés do das páginas onde se encontram. Desse ponto em diante, os *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios* serão designados pela abreviação DR.

Diante dessa constatação, o presente estudo pretende analisar quais as vinculações estabelecidas entre os títulos empregados por Afonso Henriques para denominar sua condição sócio-política e as pretensões de poder sustentadas por ele em seu caminho pela autonomia do território portugalense e o seu estabelecimento no trono do nascente reino de Portugal. Para tanto, a exposição seguiu um movimento do contexto ao conceito, portanto, do macro ao micro, para em seguida retornar ao período histórico e compreender essas duas instâncias em relação.

De condado a reino: Portugal no cenário político ibérico do século XII

Nascido em 1109, Afonso Henriques foi o primogênito do casamento entre Henrique de Borgonha e Teresa de Castela, filha ilegítima de Alfonso VI, imperador da Hispânia. Igualmente por via materna, era sobrinho de Urraca e primo de Alfonso VII, que sucederam, um após o outro, no trono de Leão e Castela. Observado pelos laços de consanguinidade, trata-se de um grupo de indivíduos que não partilhavam apenas o sangue, mas o poder sobre uma ampla dimensão do espaço peninsular no contexto do ano mil. Essas relações são centrais para o entendimento de Afonso Henriques e o conceito de infante, como se poderá compreender no desenvolvimento desse estudo.

Com a morte de Fernando I, Leão, Castela e Galiza foram divididos entre seus três filhos. Depois de conflitos e mortes, os três reinos acabaram concentrados sob o mando de Alfonso VI que, se valendo do vácuo de poder deixado pela morte de Sancho IV de Pamplona, avançou por sobre as terras pamplonesas e anexou a região de La Rioja em 1076, ampliando ainda mais seus domínios.

Como corolário dessas consecutivas vitórias, que colocaram Alfonso VI como governante da mais vasta área dentre os reinos cristãos da Península Ibérica, ele passou a fazer uso do título imperial sob a fórmula *Imperator totius Hispaniae*¹²¹. Considerando a relação entre linguagem e poder, a adoção dessa expressão sinalizou uma alteração no projeto político do então imperador. Após breve balanço dos debates historiográficos acerca dessa problemática, Emilio Cabrera Muñoz entende a ideia mais aceita propõe que o título imperial foi um recurso empregado pelo soberano leonês para reivindicar a proeminência sobre todos os reis cristãos com base em uma pretensa herança do poder antes possuído pela monarquia visigoda (CABRERA MUÑOZ, 2014, p. 287).

¹²¹ Conforme apontado por Emilio Cabrera Muñoz, a adoção desse título se deu no ano seguinte a conquista de parte do reino de Pamplona, portanto, em 1077 (CABRERA MUÑOZ, 2014, p. 286). Divergindo dessa informação, Adeline Rucquoi afirma que a chancelaria régia de Alfonso VI passou a incorporar a expressão *imperator totius Hispaniae* somente após a tomada de Toledo, em 1085 (RUCQUOI, 1995, p. 172).

Sem divergir desse entendimento, Adeline Rucquoi afirma que, ao reivindicar o *imperium*, Alfonso VI buscava se afirmar como detentor de uma autoridade superior e, por consequência, de delegar parte de suas prerrogativas a seus representantes, responsáveis por atuar em seu nome sob o enquadramento em uma hierarquia de poder (RUCQUOI, 1995, p. 173). Fora justamente a prática desse projeto político que possibilitou a entrada e fixação de cavaleiros franceses em postos de poder na Península Ibérica, movimento também impulsionado pela guerra contra os muçulmanos.

Alfonso VI obteve uma importante vitória sobre o inimigo religioso em 1085, quando conquistou Toledo. Dez anos depois, o papa Urbano II lançava aquele que pode ser considerado um dos atos mais emblemáticos da Idade Média: o chamado ao movimento que ficaria conhecido como Cruzadas. No âmbito da Península Ibérica, o enfrentamento contra o inimigo religioso era já uma realidade constante: a Reconquista, como viria a ser nomeada a guerra contra o Islã. Nesse cenário, o limite peninsular marcado pelo enfrentamento entre cristãos e muçulmanos representava um espaço de oportunidades para os filhos segundos da nobreza francesa, ávidos pelas oportunidades de obtenção de prestígio e terras.

No bojo dos movimentos de fortalecimento do poder de Alfonso VI e da Reconquista que Raimundo de Borgonha foi à Península Ibérica, onde se estabeleceu e, em 1091, casou-se com Urraca, filha legítima e herdeira do *imperator totius Hispaniae*, e recebeu o governo da Galícia na forma de tenência, em 1093. Seguindo trajetória similar, Henrique de Borgonha, primo de Raimundo, contraiu enlace com Teresa, filha ilegítima do imperador, e recebeu os poderes sobre o Condado Portucalense, em 1096¹²².

No que toca as condições da concessão de Alfonso VI a Henrique de Borgonha, cabe destacar que ela se deu sob a condição de *iure hereditario*¹²³, ou seja, com a expressa autorização da transferência da autoridade sobre Condado Portucalense do pai aos seus herdeiros (MARQUES, 1977, p. 62; MATTOSO, 1993, p. 33). No que diz respeito aos objetivos do presente estudo, importa salientar que, mesmo antes de seu nascimento, o pai de Afonso Henriques tinha a

¹²² De acordo com José Mattoso, as derrotas sofridas pelo conde D. Raimundo ante os muçulmanos motivou sua substituição por um guerreiro mais habilidoso, Henrique de Borgonha, que teria recebido os condados de Coimbra e de Portucale em condição autônoma em relação ao seu primo, o que implicava também uma separação dessas terras em relação ao território da Galiza, ao qual estavam anteriormente integradas (MATTOSO, 1993, p. 32-34). Considerando que essa interpretação não é assente entre todos os medievalistas, cabe salvaguardar que parcela dos historiadores, a exemplo de António de Oliveira Marques, defende a subordinação de Henrique a Raimundo durante certo período após o recebimento daquelas terras (MARQUES, 1995, p. 16). Para maiores detalhes a respeito dessa problemática, vide os referidos autores e obras.

¹²³ Seguindo a argumentação tanto de António de Oliveira Marques, quanto de José Mattoso, essa modalidade de benefício se enquadrava dentro uma perspectiva feudal da organização dos poderes – portanto devendo o beneficiário prestar fidelidade ao seu senhor – e, embora sua característica hereditária tenha sido excepcional, encontrava respaldo em outros casos registrados na Península Ibérica (MARQUES, 1977, p. 62; MATTOSO, 1993, p. 33).

transmissão de seus domínios aos seus descendentes como uma possibilidade no horizonte sócio-político daquele contexto.

Vinculado a Alfonso VI por sua vassalagem, D. Henrique prestou conselho e auxílio ao seu senhor ao se fazer presente tanto na corte leonesa, quanto nas frentes de batalha contra os muçulmanos. Essas mostras de fidelidade não inibiam a busca do conde portugalense pelos interesses que potencialmente poderiam lhe favorecer. Assim o foi quando, em 1105, firmou acordo com Raimundo de Borgonha, que esperava assumir o trono após a morte do sogro juntamente com Urraca, para defender os interesses do primo ante as pretensões do imperador de fazer com que seu filho ilegítimo, Sancho, fosse seu sucessor. É relevante apontar que, naquele mesmo ano, nasceu Alfonso Raimundes, neto do imperador da Hispânia, fator que reforçava ainda mais as pretensões do casal em garantir para si a posição de sucessores da autoridade imperial.

Caso o pacto entre os primos atingisse êxito, D. Henrique receberia o “[...] governo hereditário de Toledo e do seu antigo reino de taifa, com um terço de todos os tesouros da cidade. Se Raimundo lhe não pudesse entregar Toledo, então a Galiza faria o mesmo efeito” (MARQUES, 1977, p. 63). Esse episódio demonstra, uma vez mais, as pretensões do governante do Condado Portucalense em ampliar não apenas sua autoridade, mas a extensão de terras sobre as quais ela se assentava. Contudo, os objetivos sustentados por ele malograram ante a morte de Raimundo, em 1107, e a de Sancho, em 1108. O ano de 1109 ficou marcado pelo nascimento de Afonso Henriques, o falecimento de Alfonso VI, que antes de partir, determinou o casamento de Alfonso I de Aragão com sua filha, Urraca, então rainha¹²⁴ de Leão e Castela.

O enlace entre Urraca e Afonso I, realizado somente após hesitações, rapidamente descambou para uma guerra entre os cônjuges que, por suas posições de poder à frente dos de Leão, Castela, Aragão e Galiza, atingiu os demais governantes de terras ibéricas. Buscando se posicionar de modo a obter os maiores benefícios daquele conflito, D. Henrique agiu de maneira autônoma e prestou apoio militar ao rei de Aragão para, em seguida, se colocar ao lado da rainha de Leão e Castela, o que possibilitou a barganha pela ampliação dos poderes do conde, mas não teve muito tempo para exercê-los, pois morreu em 1112.

Ao suceder o marido na condição de governante do Condado Portucalense, afirma António de Oliveira Marques, D. Teresa sustentou o ímpeto autonomista do falecido esposo (MARQUES, 1995, p. 21), atitude que provocou conflitos entre ela e sua irmã e contribuiu para aprofundar ainda mais as convulsões sócio-políticas da Península Ibérica como foram as que

¹²⁴ Segundo António de Oliveira Marques, a condição feminina impedia Urraca de herdar o título imperial (MARQUES, 1977, p. 63).

marcaram os governos da rainha Urraca e seu filho e sucessor, Alfonso VII, transpassados pelo embate com os demais poderes políticos que integravam a ordem feudal: o clero e a nobreza.

De acordo com as interpretações de Manuel Recuero Astray, os poderes eclesiástico e nobiliárquico experimentaram uma consolidação paulatina, própria da formação sócio-política ibérica ao longo da Idade Média, inclusive ao longo do governo do imperador Alfonso VI. Contudo, a partir do reinado de Urraca, as forças sócio-políticas emergentes chegaram a rivalizar com o poder da realeza, fazendo crescer seus domínios por sobre as terras e seus habitantes, em detrimento da autoridade régia. É justamente a partir dessa dinâmica que se faz possível compreender as revoltas protagonizadas pelos nobres no espaço leonês-castelhano, dentre elas, as levadas a cabo pelo conde de Trava, Pedro Froilaz, na Galícia, e as de D. Teresa no Condado Portucalense (RECUERO ASTRAY, p. 343-354).

Na condição de viúva e de mãe de uma criança com cerca de três anos de idade, D. Teresa foi alvo de pressões para um segundo casamento feitas por grupos políticos distintos, como sugere António de Oliveira Marques:

Agrupados em torno de Afonso Raimundes, os partidários da reunificação da Galiza com o Condado Portucalense exigiam naturalmente o matrimónio com um fidalgo galego. Já os nobres portucalenses e coimbrões, habituados à autonomia prática do condado e cada vez mais interessados nela, preferiam um casamento «português» ou, simplesmente, uma manutenção da viuvez, que lhes entregaria na prática o poder (MARQUES, 1995, p. 21).

A princípio D. Teresa manteve relativa proximidade da irmã, tendo inclusive comparecido à cúria em Oviedo, realizada em 1115 (MARQUES, 1995, p. 21). No ano seguinte, contudo, essa relação foi alterada quando Urraca, ciosa de sua autoridade sobre a Galícia, atacou Pedro Froilaz que, depois de ter seu pedido de auxílio atendido pela governante portucalense, pode revidar aquela agressão com um contingente formado por nobres portucalenses e galegos. Os anos de 1120 e 1121 foram marcados por novas agressões entre as duas filhas de Alfonso VI e pela entrada de Fernão Peres, filho do conde de Trava, no espaço de decisões políticas da corte portucalense, onde passou a desempenhar funções de autoridade depois do matrimônio não oficializado com a viúva de Henrique de Borgonha.

A entrada de Fernão Peres de Trava no espaço de autoridade do Condado Portucalense foi prontamente respondida com a revolta dos nobres portucalenses, que deixaram de figurar nos diplomas portucalenses a partir de 1122, com nova debandada em 1125. Esses representantes da alta nobreza, os mais poderosos dos territórios de Entre Douro e Minho, haviam construído seu prestígio e poder social por meio de seu valor guerreiro contra o inimigo religioso, mas também

pelo exercício da autoridade e participação na corte de D. Henrique e na de sua sucessora. Embora não se tenha clareza dos motivos que impulsionaram a ruptura entre aquele grupo nobiliárquico e D. Teresa, o certo é que essa atitude escancarava a oposição existente entre os senhores e a governante do Condado Portucalense (MATTOSO, 2007, p. 51-53). A aglutinação dos descontentes em torno de Afonso Henriques rebentaria como revolta, contudo, somente após os primeiros atos do rei Afonso VII.

Com o falecimento de Urraca em 1126, Afonso VII ascendeu ao trono de Leão e Castela em meio ao agitado contexto de revoltas da nobreza em pontos dos reinos herdados por ele. Diante dessa situação, era urgente que o novo rei chegasse a acordos com as diversas autoridades locais que dominavam territórios régios de elevada importância militar, política e social, reestabelecendo os vínculos vassálicos com os nobres e fazendo cessar os episódios de violência que assolavam os domínios régios, principalmente no reino de Castela que, para além do ímpeto de autonomia por parte de poderosos membros da nobreza, sofria com a presença ofensiva do rei de Aragão (RECUERO ASTRAY, 2014, p. 348-351).

Logo após sua coroação, Afonso VII teve de lidar com a revolta dos nobres galegos que, preocupados com possíveis perdas de seus privilégios e direitos sobre suas terras, revoltaram-se contra o sucessor de Urraca. Diante disso, o rei de Leão e Castela firmou um pacto de não agressão por tempo indeterminado com D. Teresa e Fernão Peres de Trava, em 1126, manobra que o liberava para concentrar suas forças contra as insurgências em Castela e os conflitos com Afonso I de Aragão, mas não oferecia solução para as pretensões autonomistas de sua tia, que buscava se firmar como legítima sucessora de Afonso VI nas terras portucalenses e não prestou homenagem a ele (MATTOSO, 2007, p. 56).

Depois de firmar pazes com o governante aragonês, Afonso VII voltou sua atenção para as questões pendentes com D. Teresa e, reunindo tropas em 1127, percorreu a região norte do Condado Portucalense a fim de impor sua autoridade sobre os senhores galegos e portucalenses, assim como dissuadir as pretensões de sua tia. Foi nesse contexto que se deu o cerco ao castelo de Guimarães, quando Afonso Henriques resistiu às forças de seu primo, mas acabou por se submeter a ele, aceitando a autoridade do rei de Leão e Castela, reconhecida por meio da prestação de homenagem. Conforme interpretação de José Mattoso, o episódio alçou o jovem infante ao primeiro plano das decisões políticas portucalenses, ao passo que também representou uma demonstração concreta da oposição dos nobres de Entre Douro e Minho contra o fortalecimento da autoridade do suserano leonês-castelhano (MATTOSO, 2007, p. 57-60).

O cerco a Guimarães aprofundou os vínculos de Afonso Henriques com a nobreza de Entre Douro e Minho, que o viam como uma alternativa ao governo de D. Teresa e alguém que

potencialmente poderia favorecer as pretensões de poder do grupo nobiliárquico. Embora não se possa afirmar de qual dos lados partiu a iniciativa para a união, se dos nobres ou do infante, os indícios demonstram que os mais prestigiados senhores que abandonaram a corte portugalense em 1122 e 1125 estiveram ao lado do jovem governante quando, em 1128, o neto do imperador Alfonso VI venceu as tropas de sua mãe e das de Fernão Peres da Trava no episódio conhecido como Batalha de São Mamede, que marcou o afastamento da influência galega sobre o Condado Portugalense e a passagem da autoridade desse território ao infante Afonso Henriques (MARQUES, 1995, p. 22; MATTOSO, 2007, p. 61-65).

No entendimento de Maria Alegria Fernandes Marques, São Mamede representou afirmação de um grupo humano – a aristocracia senhorial – consciente de sua coesão em torno de interesses e objetivos e que logrou levar a cabo um processo de afirmação sócio-política no espaço territorial por eles ocupado, de modo similar a outros movimentos que ocorreram em Leão, Castela e Galiza. Esse entendimento que os nobres tinham de si e do seu espaço ficou expresso pelo afastamento de Afonso Henriques em relação ao norte senhorial e seu deslocamento para o sul. A vitória sobre a mãe, ainda que com o apoio da nobreza, não culminou na emergência da realeza do então infante (MARQUES, 1995, p. 25). Para tanto, seria preciso aguardar alguns anos e travar as devidas batalhas.

Antes de avançarmos com a abordagem das lutas travadas por Afonso Henriques, é preciso elucidar que seu afastamento do norte senhorial não significou um apartar em relação à nobreza. Importantes elementos do grupo nobiliárquico partilhavam da autoridade do governante do Condado Portugalense por meio de funções e cargos em sua corte, assim como pela outorga de domínios territoriais, principalmente entre 1128 e 1135, concessões que experimentaram uma diminuição nos anos seguintes conforme o infante ia se desvencilhando dos nobres (MATTOSO, 2007, p. 71-73). Nas palavras de José Mattoso,

A relação de Afonso Henriques com a nobreza evolui, assim, de uma situação tipicamente feudal, em que a sua autoridade se podia definir como a de um *primus inter pares*, para um efectivo exercício do poder político. Fá-lo, como os restantes reis da Hispânia, por intermédio das suas funções guerreiras (MATTOSO, 2007, p. 71-73).

Os primeiros conflitos com Alfonso VII depois de São Mamede se deram no espaço da linha fronteira com a Galícia, haja vista que, almejando ampliar seus domínios, Afonso Henriques buscou atrair para si o apoio dos condes de Límia e Toronho, anteriormente apoiadores de D. Teresa – morta em 1130 –, e a construção do castelo de Celmes. Nesse mesmo ano, Alfonso VII interveio sobre essas manobras, exigindo a prestação de vassalagem dos

senhores daquelas duas localidades e destruindo a fortificação erigida pelo infante (MATTOSO, 1993, p. 59).

Em nova tentativa de avançar por sobre o espaço da Galícia, Afonso Henriques aproveitou os conflitos do rei de Leão e Castela com o de Navarra para ocupar os condados de Límia e Toronho, não sem enfrentar a resistência da nobreza galega. Resolvido o conflito com os navarros, Alfonso VII submeteu a revolta de seu primo e obrigou-o a jurar-lhe fidelidade, acordo que ficou conhecido como Tratado de Tui (MATTOSO, 1993, p. 60).

Se havia o interesse nos limites do condado ao norte, não se podia desatentar do espaço ao sul, onde a Reconquista seguia rendendo a ampliação do território do reino. Foi nessa dinâmica de enfrentamento contra o inimigo religioso que se deu a Batalha de Ourique, em 1139, marco para a afirmação dos poderes de Afonso Henrique que, a partir de então, abandonou o título de infante e passou a adotar o de rei (DR, docs. 174-175). De acordo com Maria Alegria Fernandes Marques, o exercício das armas e a vitória sobre os muçulmanos implicaram na sanção de sua autoridade, corroborando para os poderes do agora rei, título igualmente adotado por outros governantes peninsulares (MARQUES, 1995, p. 28).

Em 1143, Afonso Henriques se declarou vassalo da Santa Sé, se obrigando a recolher os devidos tributos à Igreja. Também nesse ano, o rei de Portugal se encontrou com Alfonso VII em Zamora, localidade que deu nome ao tratado pelo qual foram reafirmados os laços vassálicos entre as partes, tendo o rei de Leão e Castela aceitado o título de seu primo, o que não implicava na autonomia do território português (MARQUES, 1995, p. 28; MATTOSO, 1993, p. 60-31). Essa independência em relação ao poder régio leonês foi conquistada com a resistência militar ao longo do tempo, enquanto que, junto ao papado, a condição de rei foi reconhecida apenas em 1179 por meio da bula *Manifestis Probatum*, concedida pelo papa Alexandre III. A essa altura, Sancho experimentava a coparticipação no poder régio e sucederia o pai na condição de Sancho I, segundo suserano português.

Ao longo das páginas anteriores, foram abordados os principais fatos históricos e a dinâmica política dos poderes peninsulares que, entre os séculos XI e XII, oferecerem elementos para a compreensão da emergência do Condado Portucalense a reino de Portugal, assim como da autonomia daquele que foi seu primeiro rei e, antes disso, infante. Esse título, apresentado de maneira dada, sem maiores problematizações, exige uma compreensão mais rigorosa a fim de que seja possível lançar algumas hipóteses a respeito das relações entre as designações adotadas pelos governantes portucalenses e suas pretensões sócio-políticas, ou seja, entre o léxico e o poder.

O conceito de infante: legitimação e expectativa de poder

Antes de avançar precisamente no sentido de estabelecer um possível significado para o termo infante, enquadrado em sua aplicação sócio-política, importa compreender qual a dimensão de significados que os conceitos carregam no contexto em que são empregados e como, a partir de determinados pressupostos, são capazes que oferecer pistas para o estudo da realidade histórica e suas modificações.

Em 1974¹²⁵, Paul Veyne lançou algumas de suas ideias sobre a História Conceitual na tão conhecida obra *História: novos problemas*, organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora (VEYNE, 1979, p.64-88). Segundo aquele historiador francês, a elaboração de conceitos é o principal meio para gerar a compreensão do encadeamento de fatos que chamamos história para além da mera descrição dos fatos que envolvem os homens. Cabe ao historiador, portanto, conceituar uma dada realidade histórica de modo que ela possa ser interpretada e, embora a sociedade objeto não seja a nossa, não se pode lançar mão apenas das categorias próprias registradas pelos homens do passado, sob o risco de proceder a uma “[...] evocação um pouco literária do espírito de uma época [...]” (VEYNE, 1979, p.71). Ainda de acordo com o autor,

“[...] a dificuldade, seja da história não factual, seja de qualquer história, é que não devemos acomodar-nos aos conceitos que encontramos inteiramente prontos nas fontes de cada período, não devemos pensar o primeiro século apenas por meio de noções fornecidas por Suetônio, e pensar o século XIX através de Marx e Tocqueville” (VEYNE, 1979, p. 81).

Não parece haver objeção quanto à pertinência que o recurso aos conceitos contemporâneos desempenha para o entendimento das sociedades e seus agentes históricos. Ora, se aceitarmos que o historiador inquiri o passado com os olhos do presente, influenciado por um sem número de elementos que o cercam, dentre eles as próprias concepções acerca do campo da História e os métodos que orientam o fazer historiográfico, admitir-se-á que o interesse pelo complexo sistema de trocas a que atualmente agrupamos sob o conceito de Economia pode ser retroagido para a compreensão dos contextos que nos precederam, mas esse esforço investigativo não poderá jamais perder de vista que não compartilhamos tal e qual as acepções daquele conceito com os homens do passado.

Como faz notar Michel de Certeau na mesma *História: novos problemas*, a operação histórica se dá entre interditos e autorizações advindas tanto do meio social próprio do historiador, quanto daquilo que ele e seus pares definem como técnicas e práticas reconhecidas e aceitas para a disciplina da História, formando assim o arcabouço teórico que orienta a prática historiográfica e

¹²⁵ Data do lançamento da obra na versão original francesa.

enseja que a suspeita seja abordada por meio de técnicas de análise que possibilitem a obtenção resultados, apresentados em formato de síntese para a problemática inicialmente posta. Como efeito, essa operação historiciza o hoje, trazendo uma situação vivida anteriormente para o presente, assim como gera o imperativo da necessidade de explicar o passado. Em conjunto, esses dois movimentos fazem emergir as distinções entre as dimensões do tempo histórico (CERTEAU, 1979, p. 17-48).

Assim sendo, os conceitos apontados por Paul Veyne no primeiro trecho supracitado, aos quais poderíamos acrescentar ainda os de poder, centralização política, práticas culturais, mercado financeiro, dentre tantos outros mais, cumprem uma função operacional na História, atuando no âmbito teórico da disciplina e orientando as sínteses que elaboram as aproximações e entendimentos entre passado e presente. Essa centralidade atribuída aos conceitos advém de sua característica central: congregar e dar coerência a uma ampla gama de significados sociais, políticos, econômicos e sociais constituídos por determinada realidade histórica.

Pela definição de Reinhart Koselleck, historiador alemão e teórico da História dos Conceitos, os conceitos são palavras que demandam um determinado nível de teorização, haja vista que concentram uma variedade de significados e totalidades de sentidos distintas, polissemia que advém do conjunto de experiências históricas congregadas em torno de um único vocábulo e que, somente por meio dele, os indivíduos ou grupos podem não apenas expressar um determinado conjunto de acepções, mas também compreender os eventos ocorridos e se posicionar em relação aos vindouros (KOSSELLECK, 1992, *passim*; 2004, p. 28; 2006, p. 109). Portanto, os conceitos são palavras que dão sentido à experiência humana no tempo, vinculando passado, presente e futuro.

Entendida por Koselleck como essencial para a comunicação humana, a semântica atua como meio possibilitar do entendimento entre os indivíduos que, se privados do entendimento prévio das palavras, ficam impossibilitados de compreender qualquer formulação conceitual. Ocorre que o léxico e a significados dos vocábulos nos são dados de maneira prévia, preexistem aos sujeitos, pois são impostos pelos passados, pelas experiências formuladas por aqueles que antecederam os atores de um determinado tempo histórico (KOSSELLECK, 1992, p. 140-141).

Os conceitos carregam, portanto, uma força diacrônica, representada pelo estabelecimento de seus significados no passado, que se revela na dimensão sincrônica de seu emprego pelos sujeitos do presente, corroborando os entendimentos dos termos, mas também propiciando potenciais alterações de suas acepções de acordo com a configuração das estruturas sócio-políticas, econômicas e culturais do contexto próprios em que são empregados (KOSSELLECK, 2004, p. 29). Isso posto, a História dos Conceitos busca compreender as

relações entre os conceitos, seus significados e modificações de acordo com o contexto histórico em que são empregados, considerando que, como defende Reinhart Koselleck,

“[...] todo conceito é sempre concomitantemente Fato (Faktor) e Indicador (Indikator). Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua [...] Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível” (KOSELLECK, 1992: 136).

Tomando como premissa os procedimentos teóricos expostos, pretende-se buscar um entendimento para a relação estabelecida entre o conceito de infante e os aspectos sócio-políticos e culturais que estruturaram o ordenamento da sociedade medieval e legitimavam a transmissão dos poderes. Para tanto, será preciso buscar um significado para aquele termo fora dos documentos régios, pois, extrapolando a intenção daqueles que os produziram, não nos apresentam qualquer teorização acerca dos títulos empregados no tratamento dos reis. Será necessário, portanto, recorrer à outra tipologia de fontes a nós relegadas pelos homens da Idade Média, as crônicas, mais precisamente o Livro de los Estados, escrito por D. Juan Manuel.

Nascido em 1283, D. Juan Manuel foi filho do infante D. Manuel e sobrinho de Alfonso X de Castela. Nobre dos mais altos estratos da nobreza castelhano e figura de primeira ordem no jogo político que marcou a Península Ibérica entre finais do século XIII e meados do XIV, ele também foi um cronista, autor de obras que relegaram a posteridade o entendimento de sistemas de organização daquela sociedade e seus valores culturais. Em um de seus escritos, o Libro de los Estados – produzido naquela última centúria –, se encontra uma definição chave para a compreensão do conceito de infante:

E infante quer dizer em latim «menino pequeno», e esse nome tem todos os meninos pequenos, e esse nome lhes dão quando estão em idade de inocência, que quer dizer que são sem pecado [...] e *infans* quer dizer «infante». E porque os filhos dos reis são os mais honrados e os mais nobres que nenhum que são no mundo, tiveram por bem os antigos de Espanha que, como quer a cada menino pequeno chamam em latim *infans*, quanto ao nome de romance que chamam « infante » não tiveram por bem que chamassem a outro senão aos filhos dos reis; e tiveram por bem que nunca perdessem esse nome, mas que sempre os chamassem infantes, o que pela nobreza que tem mais que as outras gentes [...]¹²⁶

¹²⁶ “Et *infante* quiere decir en latin «niño pequeño», et este nombre han todos los niños pequeños, et este nombre les dan en cuanto están en edad de inocencia, que quiere decir que son sin pecado [...] et *infans* quiere decir «infante». Et porque los fijos de los reys son los mas honrados et los mas nobles que ningunos que son en el mundo, tovieron por bien los antiguos de Spaña que, como quier á cada niño pequeño llaman en latin *infans*, quanto el nombre de romance que llaman « infante » non tovieron por bien que lo llamasen á otro sinon á los fijos de los reys; et tovieron por bien que nunca perdiesen este nombre, mas que siempre los llamasen infantes, lo uno por la nobleza que han mas que las otras gentes [...]” (LE, p. 334).

Essas palavras atuam como referência de primeira importância para os objetivos de definir um entendimento para o conceito de infante, considerando o fato de que D. Juan Manuel nos oferece um entendimento que surge no âmbito da própria Idade Média, ou seja, imbuído da visão de mundo daqueles homens e, ademais, temporalmente próximo ao recorte temporal desse estudo – o século XII.

Ainda que sem oferecer um elevado grau de teorização, D. Juan Manuel registra a delimitação do título de infante a um fino estrato social, altamente restrito, pois composto unicamente pelos filhos dos reis. Essa opção, adotada pelos *antigos*, estruturava-se sobre o entendimento de que a prole régia era detentora de uma condição de prestígio superior a qualquer outro grupo social. Assim sendo, o cronista estabelece que:

[...] a titulação de *infante* estava condicionada àqueles que, pelo seu estatuto inerente à nascença, eram mais nobres e honrados que todos os outros filhos de todos os demais viventes, assim sendo pelo fato de que o sangue do rei lhes enchia o corpo e, sem se limitar à fisicidade da carne, transbordava para a dimensão metafísica da cultura daquela sociedade, a qual reconhecia no nascimento um de seus elementos ordenadores (ZLATIC, 2017, p. 33-34).

Conforme faz notar a reflexão de José Mattoso, a sociedade que se estruturou pós Revolução Francesa, com a criação do Liberalismo e do Estado Moderno, eliminou a relação entre o nascimento e a legitimação ou o exercício da autoridade pública. Contudo, não era sobre esses pressupostos que se estruturava o ordenamento sócio-jurídico ao longo da Idade Média, quando parentesco e ordem jurídica mantinham uma relação inseparável e legitimadora do exercício da autoridade sobre as terras e os homens, o que implica em reconhecer que o uso da força era reconhecido ao grupo que poderia exercer o mando, ou seja, a nobreza, transmitida por via do nascimento (MATTOSO, 2014, p. 17-18).

Colocadas em conjunto, a definição apresentada por D. Juan Manuel e a compreensão da ordem sócio-jurídica medieval apresentada por José Mattoso apontam para o entendimento do conceito de *infante* como uma designação atribuída somente aqueles que, por dotação de seu nascimento, portanto dotados do sangue régio, detinham uma nobreza superior a todos os demais grupos sociais e que, por consequência, os legitimava ao exercício das mais altas esferas do mando sobre o espaço territorial e tudo aquilo que nele estivesse contido. Dito de outra forma, o estatuto de nascimento representado pelo título de infante legitimava a sucessão a mais elevada autoridade no espaço do reino: o poder régio.

Esse entendimento atuará como um prisma para a análise das posturas e ações políticas de D. Teresa e de Afonso Henriques. A começar pela viúva de Henrique de Borgonha, a

documentação atesta sua designação de infante(a), acompanhada do registro de sua filiação ao imperador Alfonso VI, até o ano de 1117, a partir de quando passou a figurar com o título de rainha, sem com isso abandonar o registro do nome de seu pai (DR, doc. 46). Ora, fora justamente nesse contexto que ela passou a dar mostras claras de seu ímpeto pela autonomia do Condado Portucalense, ao se unir aos Travas e atacar a irmã, rainha Urraca, chamando para si a possibilidade de suceder a autoridade de seu pai nas terras portucalenses.

Dessa forma, ao atrelar sua condição de nascimento ao pai, D. Teresa buscava os mecanismos de legitimação que poderiam oferecer sustentação para suas pretensões de exercer poderes de maneira desvinculada à irmã, igualando-se a ela na condição de detentora do mesmo prestígio de sangue que atribuía poderes à rainha Urraca. O fato de ela não ter abandonado as menções ao imperador Alfonso VI mesmo após sustentar o título de rainha na documentação régia aponta talvez para a condição delicada de sua autoridade perante as demais forças políticas da Península Ibérica, marcadamente a da autoridade régia leonesa-castelhana.

Sustentando a condição de rainha, D. Teresa buscou registrar o caminho que pretendia que sua autoridade seguisse, ou seja, ao infante Afonso Henriques, como passou a ser registrado na lista de confirmante dos documentos régios a partir de 1121 (DR, doc. 56). Ao ser designado com aquele título, o jovem pode ter passado a construir uma autoconsciência, inclusive fomentada pelo ambiente da corte portucalense, de que caberia a ele herdar a autoridade que a mãe buscava sustentar, também como sucessora de seu pai no Condado Portucalense. Se assim o foi, não seria descabido pensar que essa imagem construída de si favoreceu a afirmação de Afonso Henriques, apoiado pela nobreza do Entre Douro e Minho, e, ciente das possibilidades de assumir o poder, foi vitorioso em São Mamede e tomou sua posição de primeiro plano nas decisões políticas do futuro reino de Portugal.

Decerto sabedor de sua condição delicada, Afonso Henriques não adotou o título de rei logo depois de vencer D. Teresa, mas manteve o de infante, seguido da fórmula que, com alguma variação, atestava sua origem: *Ego egregius infans Anfonsus gloriosissimi Hispaniae imperatoris nepos et consulis domini Henrici et reginae Tharasiae filius* (DR, doc. 93). Buscava legitimar, portanto, por esse meio a legitimidade da autoridade que ele almejava exercer, fortalecer e passar aos seus filhos, demonstrando o caminho percorrido até que chegasse a ele: detida por seu avô na condição de imperador da Hispânica, que outorgou parte dela ao seu pai, o conde D. Henrique e que foi sustentada por sua mãe, a rainha D. Teresa.

Para além de oferecer elementos de fortalecimento e justificação da autoridade de Afonso Henriques como governante do Condado Portucalense, a condição de infante justificava o emprego da força para fazer frente às pretensões de seu primo, Alfonso VII, em se impor como

mandatário superior no território portugalense, haja vista que o caminho do poder que justificava a condição de um e de outro tinha a mesma origem e grau em comum: o imperador Alfonso VI. Nesse sentido, a realeza não era uma possibilidade distante no horizonte político vislumbrado pelo primeiro rei de Portugal.

Considerações finais

Lançando um olhar sobre o conjunto das ideias desenvolvidas ao longo do presente estudo, constata-se que, se a viabilização do reino de Portugal se deu por meio das armas e dos acordos políticos, o léxico mostrou também ser uma importante via de afirmação e consolidação do poder régio português, considerando que o conceito de infante contribuiu para a autonomia do Condado Portucalense ao atuar como expressão legitimadora do caminho percorrido pela autoridade que, concedida pelo imperador Alfonso VI, afluíu até Afonso Henriques.

O entendimento de que, enquanto infante, Afonso Henriques detinha uma nobreza superior aos demais estratos sociais do reino era compartilhada igualmente pelos nobres, pois também reconheciam o princípio do nascimento como elemento ordenador da sociedade. Dessa forma, ao compartilharem um mesmo ideário acerca dos pressupostos de poder conferidos pelo sangue, aquele título atuava como um aspecto aglutinar do grupo nobiliárquico em torno daquele que foi escolhido como figura de liderança e autoridade, o rei.

No que toca a dimensão dos poderes externos às terras governadas por Afonso Henriques, a fórmula composta pelo título de infante acompanhado dos nomes de Alfonso VI, D. Henrique e D. Teresa expunha o caminho consanguíneo percorrido pelo poder, a princípio outorgado de maneira legítima e depois disputado, mas por conflitos movidos entre iguais, descendentes de um mesmo antepassado. Essa mensagem conferia legitimidade à resistência das forças portucalenses contra as pretensões da autoridade régia leonesa-castelhanas em se impor sobre o Condado Portucalense. A vitória em resistir às investidas de Alfonso VII, ao que se somam as vitórias na frente de batalha representada pela Reconquista, corroborou para a afirmação e reconhecimento dos poderes do rei de Portugal pelo monarca de Leão e Castelo e pela autoridade máxima da Cristandade, o Sumo Pontífice. O infante logrou tornar-se rei e transferir seus poderes ao seu primogênito, fazendo emergir mais um ramo da dinastia de Borgonha à condição de realeza no extremo ocidente da Península Ibérica.

Referências bibliográficas

- BARROS, Henrique da Gama. **História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV**. Tomo III. Lisboa: Livraria Sá Costa, 1946.
- CABRERA MUÑOZ, Emilio. La explotación de los reinos de taifas. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (Coord.). **Historia de España de la Edad Media**. Barcelona: Editorial Ariel, 2014. p. 277-295.
- CERTEAU, Michel de. Operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. p. 17-48.
- Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios**. vol. I. Edição de Rui Pinto de Azevedo. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1958.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. Historia de los conceptos y conceptos de historia. **Ayer**, Madrid, vol. 1, n. 53, 2004, p. 27-45.
- KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146.
- MANUEL, J. Libro de los Estados. In: GAYANGOS, Don Pascual. **Biblioteca de Autores Españoles**: desde la formacion del lenguaje hasta nuestros dias. Madrid: Ediciones Atlas, 1952, p. 278-364
- MARQUES, António Rodrigo de Oliveira. A constituição de um condado. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Coord.). **Portugal em definição de fronteiras**: do Condado Portucalense à crise do século XIV. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 13-23.
- MARQUES, António Rodrigo de Oliveira. **História de Portugal**. vol. I. Lisboa: Palas Editores, 1977.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes. A viabilização de um reino. In: COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (Coord.). **Portugal em definição de fronteiras**: do Condado Portucalense à crise do século XIV. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 23-37.
- MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Temas e Debates. 2007.
- MATTOSO, José. **História de Portugal**: a monarquia feudal (1096-1480). Lisboa: Editora Estampa, 1993.
- MATTOSO, José. Legitimação e linhagem. In: DACOSTA, Arsenio. **La conciencia de los antepasados**. Madrid: Marcial Pons, 2014, p. 17-25.

OLIVERA SERRANO, César. La reacción almorávide. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (Coord.). **Historia de España de la Edad Media**. Barcelona: Editorial Ariel, 2014. p. 298-316.

RECUERO ASTRAY, Manuel. El imperio Hispánico. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (Coord.). **Historia de España de la Edad Media**. Barcelona: Editorial Ariel, 2014. p. 343-363.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

VEYNE, Paul. A história conceitual. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos problemas**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979. p. p.64-88.

ZLATIC, Carlos Eduardo. **A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312)**. 2017. 320f. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

A MPB E A REIVINDICAÇÃO ANTIRRACISTA NO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR: UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL

Bruno Vinicius Leite de Moraes

bruno_viniciusdemoraes@hotmail.com

Doutorando em História.

Universidade Federal de Minas Gerais

Agência de fomento: CNPq.

<http://lattes.cnpq.br/7366926207303855>

RESUMO: A proposta deste texto perpassa três preocupações: a questão racial durante a ditadura militar; a ampliação da compreensão de política, a fim de incluir a luta antirracista; e o uso do objeto canção como um documento nos estudos da História Política. Para este fim, parto de algumas hipóteses levantadas em minha dissertação, “Sim, sou um negro de cor”: Wilson Simonal e a afirmação do Orgulho Negro no Brasil dos anos 1960 e que prosseguem na atual pesquisa de doutorado (estudando a Black Music produzida no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980), em diálogo com produções historiográficas recentes que abordam a questão racial na canção durante a ditadura militar brasileira. O ponto de análise é pensar a denúncia do racismo no Brasil e a afirmação de uma identidade negra, tomando a canção popular como um suporte e veículo para mensagens políticas a partir de contribuições teóricas da nova História Política, agora atenta ao imaginário, elementos do cultural e do simbólico. Partindo da produção historiográfica sobre alguns artistas negros de destaque midiático entre as décadas de 1960 e 70, como Jorge Ben, Toni Tornado e o politicamente conservador Wilson Simonal, estudo a reivindicação antirracista, ecoando uma mobilização internacional contra o preconceito às pessoas negras. Um tipo de atuação política que aparentemente foi eclipsada pelas leituras hegemônicas quanto à produção cultural do período – leituras concentradas na resistência à ditadura militar e/ou defesa dos projetos socialistas. Pretende-se, então, abordar manifestações culturais relacionadas à afirmação da identidade negra e reivindicação da igualdade racial, combatendo o preconceito, ideias de inferioridade e a exclusão sócioeconômica de pessoas negras, pensando o contexto específico do combate ao racismo no Brasil, na ditadura militar, relacionado às manifestações internacionais da causa racial e interpretando a canção como um veículo privilegiado para a circulação de tais mensagens.

PALAVRAS-CHAVE: Música popular; Orgulho negro; Ditadura Militar Brasileira; racismo.

ABSTRACT: This paper's aim thre issues: the racial question during brazilian militar dictatorship, the broadening of political comprehension in order to include antiracial strgle, and the use of songs as subject of political history. To this end I take from my disserration ("yes, i'm a niger": wilson simonal and the black pride affirmation in Brazil 160's) hypothesis continued in my actual doctoral reasearch about black music made in Brazil 1960's and 1980's, in dialogue with recent historiographycal productions on racial question in songs during the militar dictatorship. The question is to think the denunciation of racism in brazil and the enforcement of a black identity, taking the popular music as both suport and vehicle of political messages using theorical contributions from the "new political history" considering now to the imaginary, cultural elements and the symbolic. Taking off historiography productiins about some midiatic successful black artists during 1960-1970 as Jorge Ben, Toni Tornado and thenpolitical conservative Wilson Simonal, I analyze the antiracist claim echoing an international demand against black people racism. One kind of political appearance perhaps obfuscated by hegemonics studies on the period cultural production - readigns focusing on resistance against the sictadorship or the defence of socialist projects. So, intend to treat cultural manifestations related to black identity enforcement*, opposing the prejudice, ideas of inferiority and socioeconomical exclusions of black people regarding the especific context of brazilian struggle agains racism in the militar dictatorship, related to the international manifestations of the racial question and interpreting the song as a privileged vehicle to circulat such messages.

KEY WORDS: pop music; Black pride; Brazilian Military Dictatorship; racism.

Introdução.

No decorrer do século XX, no contexto do Brasil republicano, argumentos veiculados por pessoas negras quanto à pauta da questão racial circularam de diversas formas na sociedade brasileira, promovendo a valorização de elementos do universo cultural das comunidades negras e a denúncia do racismo. Tais argumentos, partindo da experiência vivida do racismo, foram difundidos particularmente no campo da cultura, onde podemos destacar a atuação de artistas negros no universo da canção. Os artistas mobilizaram elementos e temas que pautavam a herança cultural afro-brasileira, a experiência de marginalizaçãosócio-econômica e por vezes articulavam essa leitura a referências advindas de comunidades negras estrangeiras.

A proposta do presente texto é, a partir de uma abordagem introdutória do cancioneiro popular com a temática antirracista produzido no Brasil durante a ditadura militar, entre as décadas de 1960 e 1980, sugerir uma metodologia de análise amparada na Nova História Política e na História Cultural do político.

Compreendemos, para os fins deste texto, por "cancioneiro popular com temática antirracista" a produção musical tanto de denúncia do racismo no Brasil quanto de afirmação de uma identidade negra positiva e de uma cultura negra, produzida e veiculada no contexto ditatorial por artistas reconhecidos socialmente como negros para os padrões de classificação racial brasileiros. A escolha pela veiculação restrita aos artistas negros, porém, não se deve a um pressuposto de que pessoas brancas não possam ser antirracistas; mas sim por considerarmos que a fala pública de uma pessoa negra quanto a tal temática adquire e transmite particular densidade política por se tratar da fala de um grupo historicamente invisibilizado.

O objeto "cancioneiro popular com temática antirracista" exige maior delimitação do recorte. No período abordado é possível identificar ao menos três gêneros – etiquetas comerciais e estéticas – na música popular brasileira nos quais artistas negros fizeram circular canções que expressavam seja uma valorização de elementos culturais das comunidades negras, seja referências ao racismo no Brasil ou sobre a marginalização econômica de seu grupo social. Um deles seria o samba do morro, com artistas como Martinho da Vila, Candeia e grupo Fundo de Quintal, entre outros que, conforme a comunicóloga Iris Oliveira, basearam-se "nos fazeres africanos ressignificados no Brasil" (OLIVEIRA, 2014, 08) em sua expressão da identidade negra. Com algumas similaridades quanto ao norte cultural, mas fugindo do tradicional eixo RJ-SP – e, talvez por isso, demorando mais para conquistar impacto no mercado fonográfico nacional –, os Blocos Afro surgidos na Bahia na década de 1970 (PEREIRA, 2013, 171-171), como o Ilê Aiyê e

os Filhos de Gandhi, também assumiram a influência da ascendência cultural africana em suas manifestações e teriam forte destaque no *boom* da música baiana a partir da década de 1980. Um terceiro gênero que podemos destacar é a *Black Music* brasileira, ou *Soul* brasileiro, que articula referências da *black music* estadunidense ao idioma português, ambientando os temas ao contexto brasileiro e hibridando a gêneros musicais nacionais.

No prosseguimento deste texto focaremos na *Black Music* feita no Brasil e em português. Escolha justificada pelo sucesso comercial angariado pelo gênero no mercado fonográfico brasileiro, sobretudo na década de 1970; mas principalmente por sua característica de reelaboração de gêneros musicais e temas raciais que compunham a "trilha sonora" da campanha pelos Direitos Cívicos de negros nos EUA, como o *Soul*, o *Funk*, o *Blues* e subgêneros do *Jazz* (o *Hard Bop*). Essa articulação de referenciais estéticos e políticos estadunidenses na leitura e compreensão da situação racial brasileira aproxima a forma de circulação de influências dos artistas *Black* à circulação de referenciais nas propostas políticas que irão informar a organização social Movimento Negro Unificado (MNU), surgida em 1978. Contudo, cabe salientar que os referenciais externos do MNU integram os Direitos Cívicos e também as experiências africanas das lutas de libertação anticolonialista e que integrantes dos Blocos Afro e do Samba também tenham relações com o Movimento.

A articulação e reelaboração de elementos de uma política antirracista estrangeira – notadamente dos EUA – para pensar a realidade do Brasil compõe o que chamaremos aqui de *Linguagem política do Orgulho Negro*. Esta Linguagem política compreende a identificação de problemas comuns a uma experiência global do racismo e sua manifestação diaspórica, a partir da experiência de séculos de escravidão e de exclusão das comunidades negras no continente americano. Desta herança comum, advém a formulação de respostas a particularidades locais, mas passíveis de diálogo e influência em outras realidades geográficas. Tal identificação permite a auto compreensão de artistas e militantes não só como *brasileiros negros*, mas como *negros brasileiros*, revelando e forjando uma identidade social e política de teor extranacional.

A cena *Soul* como música popular brasileira: o impacto da *Black Music*.

O marco inaugural da chamada *Black Music* Brasileira geralmente é considerado pela estreia em LP solo do cantor e compositor Tim Maia, no ano de 1970. Tim Maia é o cantor associado ao movimento *soul* – gênero destacado como o “carro chefe” da categoria *black music* – cujo repertório melhor se consolidou e fixou no cânone da MPB, a Música Popular Brasileira. Seu álbum de estreia, homônimo, anuncia uma característica marcante de sua produção: a

articulação da sonoridade *soul* e *funk* com os nacionais, samba, xote e baião, em músicas como “Coroné Antônio Bento” e “Padre Cícero”. Com o grande sucesso das canções “Primavera” (1970), “Não quero dinheiro” (1971) e “Gostava tanto de você” (1972), entre muitas outras, a produção de Tim contribuiu para a consolidação e difusão da *black music* no mercado brasileiro.

Embora reconhecendo a importância do sucesso de Tim para difundir e consolidar uma cena *Soul* no mercado musical brasileiro, a pesquisa fonográfica permite localizar artistas negros a dialogarem com a etiqueta comercial *black music* ainda na década de 1960. Assim, discos de Elza Soares, Jorge Ben e Wilson Simonal promovem diálogos com a *Black Music* estadunidense. Esses diálogos eram feitos a partir de um criativo processo de hibridação de gêneros musicais reconhecidos e consolidados à identidade cultural brasileira com gêneros associados à comunidade negra estadunidense, particularmente o *hard bop* e o *souljazz/funkey*, subgêneros do *Jazz* estadunidense. O *hard bop* e o *souljazz* foram formas de execução jazzística representativas das comunidades negras dos EUA e, portanto, parte da categoria *black music*. Em uma sociedade como a dos EUA, marcada pela segregação racial em grande parte do território desde o século XIX, o mercado fonográfico refletiu a separação racial. As empresas de disco que começaram a investir em produtos musicais para o mercado das comunidades negras, por volta de 1920 estabeleceram para este mercado o selo de *race-records* (HOBBSAWM, 2009, 82), que na década de 1940 passou a ser denominado *rhythm and blues* (MAZZOLENI, 2012, 57) e até a década de 1960 daria origem ao termo *black music*.

O *hardbop* representava uma influência contraposta à vertente jazzística *cool Jazz*, que influenciara a Bossa Nova no Brasil: formato executado predominantemente por músicos brancos, acrescentando influências da música erudita ao *jazz*, o *cool* era uma vertente considerada como “jazz de brancos” nos EUA. Paralelo ao sucesso comercial e repercussão do *Cool*, músicos negros produziram uma contraposição ao que consideravam como frieza do gênero. Reafirmando o sentimento do *Blues* e da vertente religiosa *gospel* enquanto matrizes da música negra estadunidense, surgiram o *Hard Bop* e o *Souljazz* (também chamado de *Funkey*) que chegam aos fonogramas ainda na década de 1950 (CALADO, 2007). A escolha dos artistas negros brasileiros dos anos 1960 por mobilizarem o *hard bop* em seus discos, na estética *samba-jazz* (GOMES, 2010, 56-60), promove a chamada “Bossa Negra” –alusão ao título do segundo álbum de Elza Soares, lançado em 1961. E promove também a introdução de uma *black music* brasileira, que seria melhor desenvolvida no decorrer da década, como no cancionário *Soul* e *Funk* gravado por Wilson Simonal, artista de notório sucesso comercial no período.

Identificado os primeiros passos de uma *black music* brasileira na década de 1960, os anos 1970 marcam a eclosão do gênero como uma etiqueta estética de sucesso comercial. Os dois

primeiros grandes nomes do gênero aparecem ainda no ano de 1970: Tim Maia e Toni Tornado. A partir deles, Cassiano, Hyldon, Carlos Dafé, Banda Black Rio e Gerson King Combo destacam-se e artistas lançados na década anterior, como Jorge Ben e Elza Soares, aprofundam a referência nesta proposta estética. Surgem ainda artistas que não se apresentavam como cantores *black* ou *soul*, mas dialogavam muito com a *Black Music*, como Luiz Melodia e Zezé Motta. Assim, músicas como “Réu Confesso” e “Sossego” (Tim Maia); “BR-3” e “Podes crer, amizade” (Toni Tornado); “A lua e eu” e “Coleções” (Cassiano); “Na rua, na chuva, na fazenda” e “As dores do mundo” (Hyldon), “Pra que vou recordar” e “Venha matar saudades” (Carlos Dafé); “Maria Fumaça” e “Mr. Funky samba” (Banda Black Rio); “Mandamentos Black” e “Funk Brother Soul” (Gerson King Combo); “Taj Mahal” e “Ive Brussel” (Jorge Ben); “Maria vai com as outras” e “Xamego de crioula” (Elza Soares); “Paz e arroz” e “Noves fora” (Wilson Simonal); “Congênito” e “Presente cotidiano” (Luiz Melodia); “Dores de amores” e “Rita Baiana” (Zezé Motta), marcaram a cena *black* da década.

A chegada dos anos 1980 representa uma queda no sucesso comercial da etiqueta *black* ou *soul*. Muitos artistas, como Elza Soares, Gerson King Combo, Cassiano, Toni Tornado e Banda Black Rio paralisaram suas atividades. Hyldon e Simonal desaparecem da grande mídia e do público e a produção de Jorge Ben gradativamente perdeu sucesso. Tim Maia foi uma exceção, mantendo-se como um artista em evidência ao lançar canções de sucesso como “Você e eu, eu e você (juntinhos)”, “Do leme ao pontal”, “Descobridor dos sete mares”, “Me dê motivos”, “Um dia de domingo” e “Telefone”. A única artista a despontar, com impacto, na cena *soul* brasileira, porém, conquistou um sucesso de público capaz de deixar o gênero ainda em evidência: Sandra Sá. Lançando o primeiro álbum no ano de 1980, com o sucesso de sua composição “Demônio colorido”, Sandra cruzou a década com inúmeros sucessos populares, como “Olhos coloridos”, “Vale tudo” (em dueto com Tim Maia), “Bye, bye tristeza”, “Retratos e canções”, “Joga fora” e “Solidão”, conquistando o epíteto de “rainha do soul”.

A expressão de uma *Black Music* brasileira foi desaprovada por muitos setores da crítica artística. Conforme pontuou a historiadora Miriam Hermeto, “a *soul music* no Brasil foi considerada alienante, por críticos que viam ali apenas a importação de aspectos da cultura musical estadunidense, que roubavam a ‘autenticidade’ da canção brasileira” (HERMETO, 2012, 130). A sedimentação do gênero, contudo, não significou a mera importação de uma sonoridade estadunidense para o mercado brasileiro. Os artistas brasileiros, em geral, reapropriaram e reelaboraram a influência estrangeira resultando em um produto original.

Junto à roupagem estética *Hard Bop*, *Soul* e *Funk*, nas canções da *black music* brasileira ocorreu também a circulação de um conjunto de representações sobre a população negra. As

canções informaram da situação de marginalização social e econômica, da identificação do racismo, retratando episódios de preconceito e discriminações e, de forma mais recorrente, enfatizaram e difundiram uma afirmação racial positiva, uma leitura orgulhosa sobre elementos da cultura negra. Esse conjunto de representações seguiu na contramão da imagem oficial difundida pelo Estado brasileiro como "o país da miscigenação", uma "democracia racial", na qual inexistiria o preconceito e a discriminação às comunidades negras.

Na década de 1960 um destaque na temática racial foi a produção de Wilson Simonal, cantor de grande sucesso comercial no período. Particularmente sua regravação de "Opinião", em 1965, e sua composição (parceria com Ronaldo Bôscoli) "Tributo a Martin Luther King", lançada em 1967. A primeira, "Opinião" – consolidada na memória social como um clássico do repertório da resistência à ditadura militar –, na releitura de Simonal teve resgatado o seu sentido original: o compositor, Zé Ket, denunciava o processo de remoção forçada das populações faveladas rumo aos blocos residenciais criados pelo Banco Nacional de Habitações (BNH). Remoções iniciadas no governo estadual do conservador Carlos Lacerda, em 1962, e que permaneceram até meados da década de 1970, com particular violência após o golpe de 1964, com a atuação das forças policiais (PESTANA, 2015, 118-126). Simonal, crescido em uma favela que passaria pelo processo de remoção, reforçava a mensagem da letra através da seleção de versos tirados de outras canções, como *o morro não tem vez* (Tom Jobim) e *batucada surgiu num branco ficou* (Marcos e Paulo S. Valle) reafirmando que o "morro" tratado não é metáfora à resistência ao exílio político. A segunda canção, o *gospel* "Tributo a Martin Luther King", um sucesso na carreira do cantor, é indicativa da circulação de referenciais entre a experiência estadunidense e a situação racial brasileira. Dos versos iniciais, *Sim, sou um negro de cor, meu irmão de minha cor o que te peço é luta sim, lutar mais, que a luta está no fim*, aos finais *Luta negra demais é lutar pela paz. Para sermos iguais*, a canção articula as duas experiências de racismo, indicando uma identidade negra comum e conexão das lutas.

Na década de 1970 diversas canções retrataram a temática racial. Toni Tornado, no ano de 1970 lançou um disco compacto, contendo quatro canções, entre as quais o *funk* "Sou negro" (Getúlio Cortês/Ed Wilson) dos versos *O meu caráter não está na minha cor e Você sempre me despreza. Sei que sou negro mas ninguém vai rir de mim*. Canção que o cantor interpretava em programas de TV erguendo o punho, aludindo a um gesto característico e ícone na simbologia política do Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (ALVES, 2010, 98), um grupo mais radical na luta contra a violência policial e discriminação nos Estados Unidos. No ano seguinte, 1971, Tornado lançava seu primeiro álbum, homônimo, com a canção "Juízo final" (Renato Corrêa/Pedrinho), do verso *Bebedouro mata sede, não escolhe cor*, relacionada à segregação racial oficial dos EUA, que dividia até o

acesso a bebedouros pela cor da pele (ALVES, 2010, 114-117). E, em 1972, o segundo e último álbum, contendo a canção "Uma Idéia" (Marcos Valle/Paulo S. Valle), que diz *Eu aprendi minha lição, eu sei que a sombra das mãos joga no chão a mesma cor*. Tornado deixaria a carreira de cantor em seguida, dedicando-se à bem sucedida atuação em filmes, novelas e etc. Sua despedida fonográfica, porém, manteve o teor político: o compacto "Deus Negro", de 1976, no gênero estadunidense *gospel*, questionava no refrão *Você teria por ele esse mesmo amor se Jesus fosse um homem de cor?*

O cantor e compositor Tim Maia, que geralmente não abordava a questão racial em sua produção, lançou uma notável exceção em 1976 com a funkeada canção "Rodésia", posicionada quanto às tensões raciais em três países africanos, Rodésia, África do Sul e Guinéu-Bissau, assinalando uma identidade negra transnacional. Rodésia, atual Zimbábue, fora o país de inicial implementação de uma política estatal de segregação racial que na África do Sul ficaria conhecida por *apartheid*. No contexto, o país enfrentava uma sangrenta guerra por igualdade das populações negras, que conquistariam a democracia birracial em 1978.

Jorge Ben, que mobilizava o tema racial em ao menos uma canção em cada um de seus sete discos lançados entre 1963 e 1970, em 1971 enfatiza a temática desde o título de seu álbum, "Negro é lindo" – tradução literal do emblemático lema de um dos movimentos negros dos EUA, *Black is Beautiful*. O compositor tinha em figuras e elementos da cultura negra do Brasil, EUA ou continente africano temas de muitas canções, sendo o nome mais constante, entre os artistas aqui citados, a difundir uma imagem positiva da cultura negra. Em duas ocasiões Jorge regravou uma mesma letra em arranjos musicais e títulos distintos. É a canção que no disco "A tábua esmeralda" (1974) aparece com o nome de "Zumbi", e em 1976, no marco de inauguração da fase elétrica do artista, o álbum "África Brasil", é homônima ao disco (REIS, 2014, 140-143). O tema da escravidão conduz a canção, que culmina na esperançosa evocação do retorno de Zumbi, apresentado como *senhor das guerras e das demandas*: o último líder da mais longa e renomada experiência quilombola no Brasil escravista, o Quilombo dos Palmares. A evocação da figura de Zumbi como um ícone político, símbolo da orientação e luta antirracista, conectava tematicamente a canção de Ben a uma organização cultural porto-alegrense, no Rio Grande do Sul, o Grupo Palmares. Este grupo lançou em 1971 uma campanha nacional em prol de tornar o 20 de novembro, data atribuída ao assassinato de Zumbi, a data de celebração do "Dia da Consciência Negra" em contraponto ao 13 de maio, dia da abolição da escravidão, data central nas comemorações oficiais quanto à questão racial (PEREIRA, 2013, 28).

Gilberto Gil, um artista negro surgido na cena musical brasileira em meados da década de 1960 na impactante proposta estética da Tropicália, se aproximou da orientação estética *Blacke*

temática textual da questão racial no Brasil dos anos 1970. O tema racial não compunha as pautas políticas presentes na produção engajada de Gil, porém, em 1977, lançou álbum "Refavela" que simbolizou um manifesto do artista em relação a diversas formas de performar a identidade negra nos anos 1970, acenando ao *reggae*, aos blocos afro baianos e à *Black Music*. O artista regravou a canção "Mundo Negro" (Paulinho Camafeu) –rebatizada como "Ilê Ayê", nome do bloco afro baiano que a lançou em 1975 –, dos versos *Que bloco é esse? Eu quero saber. É o mundo negro que viemos mostrar pra você. Somo crioulo doido, somo bem legal. Temo cabelo duro, somo bleque pau*. O termo *blequepau*, mencionado na canção, alude ao penteado *black power*, o uso volumoso dos cabelos crespos, parte da *moda soul* difundida a partir dos EUA que, a essa altura, influenciava os consumidores e artistas *black* no Brasil.

A temática racial aparecia em diversas canções do disco de Gil, entre as quais podemos destacar a que batiza o álbum, a música "Refavela", dos versos *A refavela revela o salto que o preto pobre tenta dar quando se arranca do seu barraco prum bloco do BNH e A refavela revela o passo com que caminha a geração do black jovem, do black Rio, da nova dança no salão*. A letra da canção "Refavela" menciona a movimentação da juventude negra no *Black Rio*, nome dado a bailes que agregavam milhares de jovens negros nos subúrbios do RJ, e depois em várias cidades do país, para ouvirem e dançarem *black music*. Este fenômeno é associado na canção à realocação dos "pretos pobres" saídos dos barracos, das favelas, para os conjuntos habitacionais construídos com os fundos do BNH. Sintonizava, assim, ao tema da versão da canção "Opinião" lançada por Simonal em 1965. Gilberto Gil retoma a temática habitacional em 1977 designando de "Refavela" ao novo contexto urbano dos conjuntos habitacionais.

A realocação de comunidades faveladas para os conjuntos habitacionais fora tema do livro *Cidade Alta*, do historiador Mario Brum, um estudo do estabelecimento dos habitantes e sobre as condições de vida em um conjuntocriado em 1969 na Zona Norte do Rio de Janeiro, que abrigou removidos de favelas, como a Praia do Pinto em que o cantor Simonal crescera. Segundo a tese do historiador, foram removidas quase 200 mil pessoas das favelas cariocas apenas entre 1968 e 1973, através de estratégias de convencimento e expulsão violenta operada pelas forças policiais do Estado em iniciativa promovida pelos governos estadual e federal. Conforme a pesquisa, mesmo realocados para apartamentos, as habitações planejadas de um conjunto residencial, o estigma de "favela" e "favelados", no olhar das elites e classes médias cariocas, acompanhou a habitação e os moradores, demonstrando que o conceito de favela é uma representação social mais do que uma definição para um tipo de habitação precária (BRUM, 2012). Sofrendo com o descaso de políticas públicas de saneamento e com o estigma e

preconceito social, os moradores de blocos do BNH encontravam-se em uma situação de refavelização, tornando certa a definição de Gil ao abordar a temática.

O diálogo realizado em canções entre a situação racial brasileira e a estadunidense, como os exemplificados nas canções de Simonal, Toni Tornado e Jorge Ben, assim como ocorre com a orientação estética dos gêneros da *black music*, não representa uma importação irrefletida de uma realidade alheia à situação brasileira, mas sim a compreensão de experiências de racismo em comum. A identificação e denúncia do racismo nos EUA ajudava a compreender e assinalar o racismo à brasileira, em suas similaridades e especificidades, a partir de nuances que separam estas diferentes realidades regionais. A essa forma de compreensão e expressão do problema racial brasileiro dotada de fortes diálogos com uma realidade estrangeira, chamamos de Linguagem Política do Orgulho Negro: um modo de circulação e reelaboração de referenciais diaspóricos, notadamente estadunidenses, a enriquecer uma forma das formas de performar a identidade negra no Brasil do período, que foi difundida na canção pelos artistas *soul*.

A circulação de tais representações sobre as comunidades negras, rejeitando o lugar social marginal a elas destinado, indicia o potencial de intervenção social da canção enquanto um suporte e veículo para abordagens políticas. Uma intervenção que não trata de uma proposta quanto ao modelo de Estado, mas que situa a sua politização a partir do modo como concebe os lugares sociais a serem ocupados e as representações da vida em comum.

A dimensão racial no contexto: a esfera da política

Para enfatizar as possibilidades e limites da expressão do discurso antirracista enquanto uma forma de intervenção social, precisamos situar o "lugar" ocupado pelo tema racial no período. O problema do racismo no Brasil antecede o golpe civil-militar de 1964, assim como sobrevive à ditadura militar consequente ao golpe e vigente até o ano de 1985. No entanto, existem especificidades em sua elaboração no período. A ditadura brasileira herdou de governos anteriores um discurso oficial que interpretava o país como uma “democracia racial”, na qual inexistia tanto práticas legais discriminatórias quanto o preconceito racial cotidiano às comunidades negras. Este argumento conquistou maior importância política para o governo em uma dupla interpretação. Na política interna, as forças da repressão, atentas à eclosão de abrangentes e por vezes violentas manifestações urbanas dos movimentos negros nos EUA, entendiam a denúncia do preconceito no Brasil como “importação de um problema estrangeiro” e uma estratégia subversiva de comunistas para desagregar a coesão social brasileira (KOSSLING, 2007, 9-157). E, em uma segunda importância, com o “pragmatismo responsável”

da política externa brasileira da década de 1970, mobilizado como estratégia nas relações diplomáticas com as novas nações surgidas com a descolonização africana, estimulando acordos comerciais através de uma suposta afinidade racial (DÁVILA, 2011).

Embora fosse criminalizado desde a Lei Afonso Arinos, de 1951, as forças do Estado compreendiam por "racismo" a afirmação de superioridade de alguma raça, possibilitando atribuírem aos movimentos negros o epíteto de "propagadores do racismo negro", uma incitação à discriminação racial (PEREIRA, SANTOS NETO, 2017, 9-28). Articulando a importância do discurso da democracia racial e as leituras das forças do Estado sobre as lutas antirracistas, compreende-se a interpretação que orientava a Lei de Segurança Nacional, de 11/03/1967, ao assinalar como crime a "incitação pública ao ódio e à discriminação racial", por vezes enquadrar a denúncia do racismo como "subversão" e "guerra psicológica adversa" (KOSSLING, 2007, 41-43). Esta situação nos permite entender a constatação do historiador Petrônio Domingues, em balanço da atuação dos movimentos negros brasileiros de 1889 a 2010, que no período entre 1964 e 78, com o maior autoritarismo, os movimentos estariam em "refluxo" e a discussão pública de suas pautas, "praticamente banida" (DOMINGUES, 2007, 100-122).

No período identificado por Petrônio Domingues como de "refluxo" na fala pública dos movimentos negros brasileiros, entre 1964 e 1978, foram veiculadas a maior parte das canções acima descritas, que trazem referências à situação racial brasileira. A partir de 1978 ocorre a emergência do Movimento Negro Unificado (MNU), uma organização surgida em São Paulo, com pretensão de unificar as diversas organizações culturais negras existentes no país, marcando uma nova etapa na afirmação racial e denúncia do racismo no Brasil. Surgido em meio aos "novos movimentos sociais" a terem destaque no longo processo de redemocratização brasileira, no final da década de 1970, o MNU apresentaria participação marcante na defesa de pautas raciais, inclusive nos debates para a criação da nova Constituição brasileira, que seria promulgada em 1988 (SANTOS, 2015, 03-22).

Os legados da atuação do movimento negro podem ser identificados em diversos trechos da "Constituição Cidadã" –como ficou conhecido o texto surgido em 1988. Podemos destacar a criminalização do racismo (explicitado, então, como discriminação e preconceito às pessoas negras), a valorização de expressões culturais afrobrasileiras, o reconhecimento oficial de territórios quilombolas e a instituição do 20 de novembro como feriado da Consciência Negra (SANTOS, 2015, 19-23). Atuando através da Comissão da Ordem Social, considerada o pilar dentre as nove comissões da constituinte, a ação dos movimentos negros atesta que as diversas garantias sociais conquistadas no texto da Constituição, longe de serem concessões, foram fruto e trabalho de intensa luta e pressões efetuadas pelos movimentos sociais.

As ações dos movimentos negros revelaram a mobilização de um repertório sobre a situação de marginalização social, econômica e cultural vivida pelas comunidades negras brasileiras - um *Texto negro*, objetivando intervir na realidade social, através da reivindicação por igualdade. E um repertório do *texto negro*, conforme temos brevemente exposto neste texto, também circulou na cena pública brasileira através do veículo da canção desde os anos 1960. O conceito de *texto negro* é tributário da análise do historiador Alexandre Reis, em estudo da produção musical do cantor e compositor Jorge Ben:

O texto negro pode ser definido como um discurso que defende a igualdade racial, evoca com orgulho a imagem grandiosa do continente africano, como terra de seus ancestrais, valoriza as tradições afro-brasileiras, incluindo a religiosidade popular e o culto aos orixás, e chama atenção para a beleza dos sujeitos negros, questionando os padrões estéticos vigentes. (REIS, 2014, 41).

Ampliamos, porém, o conceito de Reis para também considerar como defesa da "igualdade racial" referências diretas à situação de marginalização social e econômica vividas pela maioria da população negra no Brasil. Sendo a música popular um importante espaço para expressão de representações sociais e políticas no século XX (NAPOLITANO, 2002, 08), um período que coincide com a República no Brasil; abordamos neste texto a canção enquanto um veículo para circulação de ideias e discursos igualitários e antirracistas dos compositores aos ouvintes. E, por isso, o suporte dos fonogramas torna-se um estimulante documento histórico.

Uma proposta de aporte teórico-metodológico.

A proposta de estudo da *Black Music* brasileira realizada neste texto é amparada por três eixos conceituais, mobilizados para abordar o potencial da música para a expressão social e política: um alargado entendimento de atuação **política**, para além das lutas pelo poder de Estado; uma definição do conceito de **identidade**, para pensar a identidade negra; e a identificação da expressão do Orgulho Negro como uma **linguagem política**.

Buscamos nas inovações no campo da História Política, agora atenta aos elementos do cotidiano, do cultural e do simbólico, uma compreensão mais abrangente dos objetos e abordagens da política, e também um rico terreno de investigação: a esfera do político. Ao trazer para a cena pública a denúncia sistemática do racismo brasileiro, a lógica da contestação efetuada pelos artistas e militantes negros opera em um esforço contínuo para tornar pública, politizar, uma situação que o discurso hegemônico insiste em relegar para o silencioso espaço do privado – a manutenção da desigualdade social sob uma falsa impressão de igualdade, garantida pela

legislação republicana mas que vale primordialmente para um grupo limitado: as pessoas brancas, ou ao menos as identificadas como não-negras.

Francisco Falcon, em balanço sobre a relação entre história e poder, identifica na tradição da historiografia política o predomínio de uma concepção de “poder” vinculada ao “poder de Estado” (FALCON, 1997, 97-138). Também no dicionário organizado por Norberto Bobbio e outros, o verbete “Política”, escrito pelo próprio Bobbio, apresenta definição associada a tudo que se refira à cidade, *pólis*, ao que é público e à ideia de governo para a conquista e manutenção do “poder” – o poder de Estado, sobretudo na forma de Estado-nação (BOBBIO, 1998, 954-962). Assim, falar de “política” retrataria a gestão do poder de Estado e “disputas políticas” seriam aquelas entre os que reivindicariam sua conquista e manutenção.

O predomínio de tal concepção política permitiu que alguns temas permanecessem eclipsados nos estudos de História Política, entre os quais os que se referem aos chamados argumentos de identidade, comuns aos Novos Movimentos Sociais, de maior impacto no Brasil a partir do final da década de 1970, como o movimento negro. A noção de “movimentos sociais”, segundo os cientistas sociais Duarte e Meksenas, surgira como referência às formas de participação do proletariado na luta por sua emancipação social, porém, a partir desta concepção inicial, ocorre um sucessivo alargamento do conceito na produção acadêmica no decorrer do século XX (DUARTE, MEKSENAS, 2008, 119-139). Nos anos 1960 e 70, com o impacto da Contracultura, uma nova ampliação dos sujeitos identificados aos movimentos sociais surgiria devido à repercussão de demandas como as do Feminismo e dos movimentos negros e gay, exigindo nova compreensão de “atuação política”. Conforme a historiadora Maria Helena Capelato: “Nos anos 1960-1970 o deslocamento da revolução para as rebeliões políticas e culturais produziu um tipo de revisão historiográfica que acabou privilegiando os estudos sobre os movimentos sociais, grupos minoritários e cultura” (CAPELATO, 1996, 162). Por consequência, como apontado por Luiz C. Barcelos, o “conceito de identidade passa a substituir o de ideologia como referencial para a atuação e análise dos movimentos sociais” (BARCELOS, 1996, 189), justificando a diferença quanto aos “antigos” movimentos.

As ações dos movimentos negros, ao expor os efeitos do racismo e reivindicar uma mudança no perfil da sociedade, de modo a criar um ambiente mais igualitário, expressariam um tipo de atuação política que não se pauta, necessariamente, na busca pela reestruturação de um modelo econômico nacional ou na conquista do Estado, como pode ser identificado em um modelo mais tradicional de identificação da luta na esfera política – a partidária ou revolucionária. Seu amplo campo de atuação denuncia um desejo de modificação no próprio terreno de configuração do social, do modo como as relações humanas operam no cotidiano e que, por isso,

influencia na gestão do Estado, criador e aplicador de leis. Para compreender essa expansão do objeto político a fim de abarcar a luta contra práticas de discriminação e preconceitos cotidianos, operada nas ruas e veiculada em canções, como as da *black music*, ganha valia em nossa proposta a conceituação sugerida pelo historiador Pierre Rosanvallon (2010, 65-101). Este autor ressalta uma *esfera do político* como o espaço onde são gerados ideais e representações que conformam a vida social, a vida em comum. Diferenciando-se, assim, embora em diálogo constante, do lugar de gestão do social através do Estado, a *esfera da política*. Não buscando a tomada do poder de Estado, o campo de atuação política primordial das lutas antirracistas, nos movimentos organizados, nas ruas e canções é a *esfera do político*.

Compreendida a perspectiva de atuação política com a qual operamos, prosseguiremos identificando os sujeitos coletivos de tal atuação: as pessoas negras. Buscando desnaturalizar a compreensão de uma identidade racial biológica, optamos por usar suportes teóricos oferecidos pelo sociólogo Stuart Hall e o antropólogo Kabengele Munanga. Para Hall, em *Que “negro” é esse na cultura negra?*, o *significante “negro”* seria um conceito condensador a agregar indivíduos distintos, orientados também por diversas outras identidades (HALL, 2003, 317-330), por exemplo, nacionalidade, gênero, posição social, classe e identificação político-ideológica, que o mesmo autor identificou como *identidade cultural fragmentada*, característica do séc. XX (HALL, 2005, 86). Entre os indivíduos compreendidos pelo *significante “negro”*, vislumbramos o que Munanga pontuou como uma *identidade cultural subjetiva*, “que seria a maneira pela qual o próprio grupo define-se e é definido por outros” (MUNANGA, 2012, 88). Articulando uma identidade negra global com a sua manifestação brasileira, Munanga define que “poder-se-ia reter como traço fundamental próprio a todos os negros (pouco importa a classe social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se inscreve no real sob a forma de ‘exclusão’” (MUNANGA, 2012, 16). Sendo assim, conclui o autor, “a identidade negra mais abrangente seria a identidade política de um segmento importante da população brasileira excluída de sua participação política e econômica e do pleno exercício da cidadania” (MUNANGA, 2012, 16). A consciência desta exclusão ressoa na linguagem das ruas e também em produções culturais a contrapor e/ou denunciar a realidade de exclusão e a opressão de natureza racial.

A percepção de que ações de exclusão operadas a partir da identificação social de determinados aspectos fenotípicos – destacadamente a cor da pele – não ocorrem apenas em cenário local ou nacional permite ampliar a conexão identitária a indivíduos de diversas regiões do planeta. Possibilita, assim, uma “afinidade extranacional”, como pontuou o antropólogo Paul Gilroy (2012, 33-100), para a qual um secular histórico de exclusão configuraria uma espécie de

“memória da pele”. De tal modo, essa forma de conceber a identidade negra, de expressão global, seria capaz de representar o compartilhamento de uma sensação de pertencimento a um tipo de comunidade imaginada e afetiva, que justificaria a circulação internacional de experiências e formas de luta. Uma comunidade que é “imaginada”, posto que promove a imagem de uma comunhão entre indivíduos que estão a enormes distâncias geográficas e não se conhecem e nem se conhecerão como um todo (ANDERSON, 2008, 26-34), e “afetiva”, ao mobilizar, entre os pertencentes, certa “memória coletiva” comum (HALBWACHS, 1990, 33-35), um histórico de opressões, mas também um repertório político, de resistência, oposição e luta. Amparados nesta bagagem conceitual, podemos sugerir entre os artistas e militantes uma autocompreensão identitária como *brasileiros negros*, mas também como *negros brasileiros*, a conectar suas interpretações específicas da vivência do racismo no Brasil com a enfrentada por pessoas negras de outros países.

Explicitada nossa leitura do conceito de identidade, compreendemos que a diversidade de formas de expressão (literárias, sonoras, estéticas, gestuais, etc.) através das quais essa identidade cultural negra se exprime ecoa na cena pública como um esforço de combate à exclusão e opressão e define a politização dessas linguagens vislumbradas. Sugere, de tal modo, a compreensão dos polivalentes ecos de sua repercussão como parte de um “esforço de falar”: ato de romper um silenciamento com o intuito de modificar a realidade social. Assim, a eclosão dos movimentos de identidade negra, confrontando a exclusão, possibilita identificar a circulação de vocábulos que delineiam uma linguagem política. Ou seja, conforme Cícero Araújo, a identificação de certas “‘questões paradigmáticas’ ou modos de enfrentar essas questões, comuns a vários autores mais ou menos contemporâneos – uma comunidade de ‘falantes’ de uma linguagem política, que a atualiza através de suas intervenções particulares” (ARAÚJO, 2013, 11), destinadas a contextos também particulares. Pensadas como *atos de fala*, ancorando em aportes teóricos sugeridos pela História das Ideias de John Pocock e Quentin Skinner, o sentido das expressões das canções do *Orgulho Negro* – que compreendemos como uma linguagem política – encontra-se no mundo dos acontecimentos a que pretende modificar, ao universo político no qual se manifesta (POCOCK, 2013, 23-62; SKINNER, 1999, 83-95). E a amplitude e diversidade de suas formas de expressão evidenciam uma dimensão simbólica, sugere a composição de um imaginário político, um “conjunto de representações mentais de um determinado grupo, representações viabilizadas através de imagens” (MOTTA, 1996, 86) que integram o repertório de identificação social que tal grupo articula sobre si, dotado de um “papel de explicação [que] se desdobra em um papel de mobilização” (GIRARDET, 1987, 13).

Proponho chamar de “Linguagem Política do Orgulho Negro”, portanto, a diversidade de formas de expressão através das quais leituras de experiências do racismo e da luta antirracistaafrodiaspórica são expressas, ecoando na cena pública como um esforço de combate à exclusão e à opressão. Ou seja, uma maneira de compreender, formular e comunicar um conjunto de experiências vividas e herdadas por pessoas negras, a partir da realidade de exclusão social e política. Experiências demarcadas pela herança da escravidão e seus efeitos, reformuladasa partir do diálogo com experiências comuns de comunidades negras estrangeiras, particularmente estadunidenses. Orientam um modo como as pessoas negras, que sofrem o racismo, dão sentido, compreendem e conformam o preconceito e a discriminação das quais são alvo e expressam suasmaneiras de lutar, articulando uma identidade extranacional e esculpindo uma forma específica de leitura no amplo espectro da reivindicação antirracista.

Prosseguindo na abordagem acima referenciada, interpretandoa politização dos discursos em uma Linguagem Política como *atos de fala*, recordamos o ensinamento do linguista Luiz Tatitde que “o canto sempre foi uma dimensão potencializada da fala” (TATIT, 2004, 40). Buscamos, portanto, identificar os *atos de fala* desta *Linguagem Política doOrgulho Negro* difundidos através da *Black Music* brasileira. Interpretamos a música popular comercial, mercantilizada através do formato fonograma, na dupla chave de veículo e suporte para a circulação de mensagens políticas.Nos inspiramos em uma contribuição do historiador Robert Darnton aos estudos da circulação da informação, na qual, estudando a cidade de Paris setecentista, o autor encontrou na música popular um veículo privilegiado para a circulação de ideias, notícias e mensagens. Passível de ser amplamente difundida inclusive entre a população iletrada, a música teria contribuído para a formação de uma poderosa rede de informações no período, veiculando ideias políticas em meio a diversos grupos sociais (DARNTON, 2005, 40-90). Com consciência e atenção para as diferenças de concepção e suporte na música popular oitocentista, estudada pelo autor, e a música popular contemporânea, fixada e comercializada a partir dos fonogramas, tomamos de Darnton uma estimulante inspiração teórico-metodológica.

Acreditamos que a discussão da veiculação da linguagem do *Orgulho Negro* através do suporte das canções gravadas em fonogramas pode enriquecer o estudo das relações políticas brasileiras. Recordamos a consideração da historiadora Maria Alice Rezende de Carvalho que identificou na “música brasileira um eficiente mecanismo de formação de consenso e de ampliação da esfera pública até o limite do indivíduo ordinário” (CARVALHO, 2004, 66). O tema da luta antirracista e, particularmente, das canções da *black music* que estamos associando ao conceito de *Orgulho Negro*, porém, ainda são pouco estudados na produção acadêmica brasileira. A socióloga Santuza Cambraia Naves reconheceu, ainda que brevemente, a *black music*, sobretudo de

gênero *soul*, como um tipo de canção politizada, sendo introduzida no Brasil, segundo a autora, nos anos 1970, por Tim Maia. Conforme Naves, a *black music* insere-se na tradição brasileira das canções críticas não por um posicionamento explícito nas letras, mas através da ‘atitude’ assumida, utilizando, além da melodia associada à cultura negra, signos como o penteado *Black Power*, um estilo específico de vestimenta (camisas estampadas, calças bocas de sino, etc.) e uma coreografia característica (NAVES, 2010, 129). Leitura referendada pela historiadora Miriam Hermeto (2012, 129-30), que também identifica na música *soul* a partir da obra do precursor Tim Maia, uma forma de engajamento, relacionada à “sua intrínseca relação com a conformação de identidades” ligadas às comunidades negras.

Mais recentemente, historiadores ressaltaram que a temática da questão racial estaria presente no período dos anos 1960 e 1970, para além da “atitude” assumida, em letras denunciatórias da discriminação racial cotidiana (refutando a leitura oficial do Brasil como uma democracia racial) ou de afirmação de um orgulho negro. A dissertação de Amanda Palomo Alves (2010) demonstrou a inspiração manifesta por Toni Tornado, nos primórdios dos anos 1970, em movimentos estadunidenses como o de ênfase da beleza e valores negros, *Black is Beautiful*, e o de posicionamento mais radical e enfrentamento, do Partido dos Panteras Negras para Autodefesa. Prosseguindo no tema, a dissertação de Alexandre Reis dos Santos (2014) analisou a abordagem racial em canções compostas e gravadas por Jorge Ben entre 1963 e 1976, ou seja, abarcando um período anterior à emergência de Tim Maia na música brasileira. Reis defende que, além da supracitada imagem de combate contra o regime ditatorial, outra demanda política passível de ser encontrada na MPB nas décadas de 1960 e 1970 é a da luta pela igualdade racial e a afirmação de uma identidade negra positiva no Brasil.

O presente texto assume a influência e o débito para com os últimos autores citados e sugere um caminho de continuidade e ampliação, a partir do desenvolvimento teórico e alargamento do objeto expressos no desenvolvimento da proposta.

Conclusão

Entre os diversos veículos mobilizados por atores sociais brasileiros no decorrer do século XX para professar expressões políticas, podemos destacar a música popular. A canção, entre a fruição estética e a reivindicação social, ocupou e ainda ocupa um lugar de destaque no cotidiano de muitas parcelas da população brasileira, veiculando mensagens românticas, comentários cômicos, denúncias de mazelas sociais e expectativas políticas. Tomada como objeto

ou documentação para a pesquisa histórica, pode indicar um conjunto de representações e temas políticos, entre os quais destacamos da luta antirracista.

Ablack music brasileira, como parte das canções da temática antirracista negra, contribuiu para a circulação e sedimentação de importantes pautas desta reivindicação política, veiculadas pela voz de pessoas negras e consumidas e entoadas por pessoas negras e brancas. Nossa hipótese é que a circulação destas pautas pelo veículo canção pode ter sua importância social ampliada em um contexto no qual a fala pública denuncia do preconceito e discriminação às pessoas negras encontrava-se em refluxo no Brasil. Buscamos, neste breve texto, chamar a atenção para a importância da incorporação de tais pautas pela história política e para a possibilidade da canção para o desenvolvimento de estudos da circulação destes temas.

Bibliografia:

ALVES, Amanda Palomo. *O Poder Negro na Pátria Verde e Amarela: Musicalidade, Política e Identidade em Tony Tornado (1970)*. Mestrado em História - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Trad.: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das letras, 2008, p. 26-34.

ARAÚJO, Cícero. Apresentação. Um “giro linguístico” na história das idéias políticas. In: POCKOCK, John. G. A. *Linguagens do ideário político*. Sergio Miceli (org.); trad. Fábio Fernandez. 1.ed., 1.reimpr. São Paulo: Editora da USP., 2013. P. 9-21.

BARCELOS, Luiz Claudio. Mobilização racial no Brasil: uma revisão crítica. In: *Afro-Ásia*. Salvador, Bahia. No. 17, 1996. P. 187-210.

BOBBIO, Norberto. Política. In: BOBBIO, MATEUCCI, PASQUINO. *Dicionário de Política*. Coord. Trad. João Ferreira. Brasília. Ed. Univ. de Brasília. 1998, p. 954-962.

BRUM, Mário. *Cidade Alta*. Histórias, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

CALADO, Carlos. *Coleção Folha: Clássicos do Jazz*. 2007. Volumes 04, 05, 08, 10 e 16.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. In: *Estudos Históricos*. Núm. 17. 1996.

CARDOSO, Marcos. *O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998*, Belo Horizonte, Mazza edições, 2002.

CARVALHO, Maria Alice R. O samba, a opinião e outras bossas. In: CAVALCANTE, STARLING, EISENBERG (Org.) *Decantando a República*, v.1: inventário histórico e político da canção moderna brasileira. 2004

- CHAVES, Wanderson da Silva. O Partido dos Panteras Negras. Resenha do livro de BLOOM, Joshua; MARTIN, Jr.; WALDO, E. *Black Against Empire: The history na politics of the Black Panther Party*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2013, 540 p. In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v.16, n. 30, p. 359-364, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v16n30/2237-101X-topoi-16-30-00359.pdf>
- DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico*. O Brasil e o desafio da descolonização africana. 1959-1850. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- DARNTON, Robert. “As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação.” In: *Os Dentes Falsos de George Washington: Um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo. Companhia das Letras. 2005, p.40-90.
- DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. IN: *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122.
- DUARTE, Adriano Luiz, MEKSENAS, Paulo. História e Movimentos Sociais: possibilidades e impasses na constituição do campo do conhecimento. In: *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 1, p. 119-139, 2008.
- DURAND, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem*. Trad. Renée Eve Levié. 3 ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004. 128 p.
- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 5ed, p. 97-138.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. In: *A interpretação das culturas*. 1.ed., 13 reimpr. – Rio de Janeiro. LTC. 2008.
- GILROY, Paul. O Atlântico negro como contracultura da modernidade. In: *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. Trad. Cid K. Moreira. São Paulo: Ed. 34. 2012, p. 33-100.
- GIRADERT, Raoul. Para uma introdução ao imaginário político. In: *Mitos e mitologias políticas*. Tradução Maria Lúcia Machado. SP: Companhia das Letras, 1987. P. 9-24.
- GOMES, Marcelo Silva. *Samba-jazz: Aquém e Além da Bossa Nova: Três arranjos para Céu e Mar de Johnny Alf*. Tese de doutorado. Pós-graduação em Música. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP Instituto de Artes. 2010
- GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 373 p.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Edições Vértice. 1990

- HALL, Stuart. Que “negro” é esse na cultura negra? In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, p. 317-330.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro : DP&A, 2005, p. 86.
- HERMETO, Miriam. *Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HOBBSBAWM, Eric. *História social do jazz*. Trad.: Ângela Noronha. 6 ed. rev. e ilustr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009, p. 82.
- KOSSLING, Karin. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. Dissertação de Mestrado (História). Universidade de São Paulo. 2007.
- MAZZOLENI, Florent. *As raízes do rock*. Rio de Janeiro. Cia Editora Nacional. 2012.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. In: *Anais do X Encontro Regional de História*. ANPUH – MG. Julho de 1996. P. 83-91.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. 2 ed. São Paulo, Ática, 2012.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e Música: história cultural da música popular*. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- NAVES, Santuza. *Canção popular no Brasil: a canção crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- OLIVEIRA, Iris A. *Black soul e "samba de raiz": convergências e divergências do Movimento Negro no Rio de Janeiro. 1975-1985*. Dissertação (Memória Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2014.
- PEREIRA, Amílcar Araújo. *O mundo negro. Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas: FAPERJ, 2013, p. 171-172.
- PEREIRA, Amílcar A.; SANTOS NETO, A. B. Legítimos propagadores do racismo negro? O movimento negro contemporâneo e a luta contra o racismo durante a ditadura civil-militar no Brasil. In: DELLAMORE, Carolina, AMATO, Gabriel e BATISTA, Natália (Org.). *A ditadura aconteceu aqui: A história oral e as memórias do regime militar brasileiro*. 1ed. Belo Horizonte: Letra e Voz, 2017, v. 1, p. 9-28.
- PESTANA, Marco e OAKIM, Juliana. A ditadura nas favelas cariocas. In: Rio de Janeiro (estado). *Comissão da Verdade do Rio*. Relatório. Rio de Janeiro: CEV-Rio, 2015.
- POCOCK, J. Introdução. O estado da arte. In: *Linguagens do ideário político*. S. Miceli (org.); trad. Fábio Fernandez. 1.ed., 1.reimpr. SP: Editora da USP, 2013. P. 23-62.

REIS, Alexandre. *“Eu quero ver quando Zumbi chegar”*: política, negritude e relações raciais na obra de Jorge Ben (1963-1976). Dissertação de Mestrado (História). Universidade Federal Fluminense. 2014.

SANTOS, Natália Neris da Silva. Vozes negras no Congresso Nacional: o Movimento Negro e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. 2015. In: *39º Encontro anual da ANPOCS*. Disponível em: < <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt32/9750-vozes-negras-no-congresso-nacional-o-movimento-negro-e-a-assembleia-nacional-constituente-de-1987-1988/file>> Acesso 06/01/19.

SKINNER, Quentin. A liberdade e o historiador. In: *Liberdade antes do Liberalismo*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP. 1999. P. 83-95.

TATIT, Luiz. *O século da canção*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2004

Sites:

Lei de Segurança Nacional: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso 06/01/2019.

ARQUIVO HISTORIOGRÁFICO E A ESCRITA DA HISTÓRIA: UMA LEITURA DE HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

Cesar Leonardo Van Kan Saad

cesar_van_kansaad@hotmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal de Minas Gerais

Agência de Fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/4948712567940536>

RESUMO: No presente trabalho procuro desenvolver alguns pressupostos que dão consistência ao meu argumento de tese de doutoramento, em andamento. Assim, apresento em termos gerais uma problemática, seguida de um programa de pesquisa, em torno de uma noção, ainda em construção: a de *arquivo historiográfico*. Essa noção, compreende em termos gerais, a relação virtual que a historiográfica produz, em sentidos escriturários, políticos, éticos e estéticos na produção do arquivo na escrita da história. E como a noção de arquivo depende em sua produção de uma leitura historiográfica sobre o passado. A esse duplo desnaturalizado do arquivo, eu denomino de *arquivo historiográfico*. Na intenção de teorizar o arquivo na produção da escrita historiográfica, a noção de *arquivo historiográfico* permite compreender o texto histórico como um arquivo de historiografias, em seu sentido figuracional, bem como prático da operação da produção do conhecimento histórico. Na sequência, apresento uma operação de interpretação, a partir dessa chave de leitura, em torno da produção historiográfica de José Honório Rodrigues. Deste modo, tomo enquanto *corpus* de análise a escritura de *História da história do Brasil*, publicada entre os anos de 1978-1988. Assim sendo, o presente ensaio encerra-se em três movimentos: em primeiro, a apresentação do problema/programa de pesquisa, em segundo, a interpretação a partir de um caso prático, e por fim, a abertura para questões outras, enquanto horizonte de inteligência.

Palavras-chaves: história da historiografia brasileira; José Honório Rodrigues; arquivo historiográfico.

RESUMEN: En el presente trabajo, trato de desarrollar algunas suposiciones que dan consistencia a mi argumento de tesis doctoral, en progreso. Así, presento en términos generales una problemática, seguida de un programa de investigación, en torno a una noción, aún en construcción: la del archivo historiográfico. Esta noción comprende, en términos generales, la relación virtual que produce la historiografía, en un sentido de la escritura, bien como, en un sentido político, ético y estético en la producción de archivos en la escritura de la historia. Y cómo la noción de archivo depende en su producción de una lectura historiográfica del pasado. Yo llamo a este doble desnaturalizado del archivo historiográfico. Con la intención de teorizar el archivo en la producción de escritura historiográfica, la noción de archivo historiográfico permite entender el texto histórico como un archivo de historiografías, en su sentido figurativo, así como práctico de la operación de la producción del conocimiento histórico. En Continuidad, presento una operación de interpretación, basada en esta clave de lectura, en torno a la producción historiográfica de José Honório Rodrigues. Así, tomo como corpus de análisis la escritura de *História da história do Brasil*, publicada entre los años 1978-1988. Así, el presente ensayo se basa en tres movimientos: primero, la presentación de problema / programa de investigación,

segundo, la interpretación de un caso práctico y, finalmente, la apertura a otras preguntas, como horizonte de la intelección.

Palabras clave: historia de la historiografía brasileña; José Honório Rodrigues; archivo historiográfico.

Aberturas

Peter Sloterdijk em *Derrida, um egípcio*, intui que há pelo menos dois procedimentos capazes de fazer justiça a um pensador. O primeiro deles, incidiria em um olhar intratextual. Nas palavras do autor: “(...) consiste em abrir suas obras para encontrá-lo no movimento de suas frases, no curso de seus argumentos, na arquitetura de seus capítulos – pode-se dizer que se trata de uma leitura singularizadora, na qual se considera que a justiça é a assimilação ao único” (SLOTERDIJK, 2009, p.11). O outro procedimento, tão mais usual na comunidade historiográfica, “vai do texto ao contexto, integrando o pensador a horizontes suprapessoais, em que se destaca algo relativo à sua verdadeira significação – com o risco de dar menos peso a seu próprio texto do que ao contexto mais amplo no qual suas palavras ecoam” (SLOTERDIJK, 2009, p.12). Esse segundo procedimento, afirma, ainda, o filósofo alemão: “(...) desemboca numa leitura dessingularizadora, em que se compreende a justifica como o sentido das conexões” (SLOTERDIJK, 2009, p.12).

Iniciar esse texto através palavras de Sloterdijk, implica aqui um efeito metodológico. No entanto, esse efeito não se processará na escolha de uma tendência em detrimento de outra. Mas na tensão entre ambas. Tensão essa que perpassa a maneira como um determinado tipo de história intelectual, ou no meu caso, a história da historiografia se estrutura. Essa tensão, diz respeito a uma perspectiva de textualidade, que muito me convém, por afinidade prática com a trajetória que venho desenvolvendo desde o mestrado¹²⁷, de um lado, e de outro, uma perspectiva contextualista, que vem sendo cada vez mais criticada por autores como Hayden White¹²⁸, Martin Jay¹²⁹, François Dosse¹³⁰, Dominick Lacapra¹³¹, entre outros, onde muitas vezes, o “contexto” é entendido, ou motivado a funcionar como mecanismo “guarda-chuva explicativo”, que seria, nas palavras de Sloterdijk, “(...) [muito] atraente sobretudo para pessoas que dela querem se servir a fim de facilitar a própria tarefa” (SLOTERDIJK, 2009, p.12). Nesse sentido, advogar pela tensão entre ambas as posições se torna, aqui, um exercício frutífero, como uma introdução ao procedimento historiográfico que me ocuparei nas páginas seguintes. Essa tensão é ilustrada por

¹²⁷Ver: SAAD, Cesar L. V.K. Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949). [Dissertação de mestrado] Porto Alegre: UFRGS, 2016.

¹²⁸ WHITE, Hayden. El concepto del texto: método e ideología en la historia intelectual. In: *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica*. Ediciones Paidós: México, Buenos Aires, Barcelona, 1992.

¹²⁹JAY, Martin. *Campos de fuerza*. Entre la historia intelectual y la crítica cultural. Buenos Aires: Paidós, 2003.

¹³⁰Dosse, François. *La marche des idées: histoire des intellectuels, histoire intellectuelle*. Paris: La Découverte, 2003.

¹³¹LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTI, Elías José. *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

Martin Jay, em um ensaio intitulado “El enfoque textual de la historia intelectual”. Em suas palavras:

(...) la reputación pantextualista de la desconstrucción, ésta contiene el imperativo no sólo de transformar los contextos en texto, sino también de ver en los textos las sombras de los contextos, entendidos éstos en su sentido más amplio. Y al hacerlo nos lleva a tomar conciencia de la imposibilidad de que la significación resida por entero en una u otra esfera, obligándonos a prestar atención a las múltiples tensiones que se dan entre el interior y el exterior, entre el fenómeno lingüístico y su “otro” expresivo o referencial (JAY, 2003, p.307).

Assim sendo, tenho a intenção nas páginas que se seguem de apresentar uma possibilidade argumentativa, junto de uma hipótese de trabalho que venho desenvolvendo em meu doutorado, que ainda se encontra, em fase inicial. Portanto, o que vou apresentar nas páginas que seguem, consiste muito mais em um programa de pesquisa, do que na apresentação de resultados. Como dito acima, parto do exercício historiográfico da história da historiografia. Minha intenção é a investigação da produção historiográfica de um historiador brasileiro que viveu no Brasil, entre os anos de 1913, dada do seu nascimento, e 1987, data de sua morte. Esse historiador em questão assinou inúmeros textos de história brasileira, história da história, crítica historiográfica, teoria da história, metodologia da história, dentre outros. O seu nome, José Honório Rodrigues, pouco importa, aqui, enquanto figura de significação, no sentido de que minha intenção não perpassa uma análise de sua trajetória ou uma determinação por aspectos biográficos, apesar de sua *função autoral* ter sido decisiva nos estudos de teoria, metodologia e história da história (ou história da historiografia) no Brasil, como foi apontado, em diferentes épocas, por diferentes interpretes¹³². Portanto, o exercício historiográfico aqui consistirá muito mais em analisar os domínios textuais produzidos por essa figura autoral, que já desaparecida do mundo, vive em nós, como um arquivo escriturário, ou nesse caso, como um arquivo historiográfico. No entanto, reconheço que a amplitude de seu arquivo historiográfico excede a intenção de minha investigação. Portanto, o objeto do presente texto tem por pressuposto um recorte em torno dos textos de história da história, ou para ser mais específico, tem como ponto de partida, uma publicação de 1979, intitulada *História da História do Brasil*. Nesse ponto, vale a pena lembrar o gesto de singularidade, do qual fala Stoterdijk, e igualmente, a desingularidade, e compreender, ao menos inicialmente, um possível lugar no arquivo honoriano, de tal publicação.

História da História do Brasil (HHB) não é um dado isolado na trajetória dos textos assinados por José Honório Rodrigues (1913 – 1987). Uma interpretação possível é a de que, ao

¹³²De modo esquemático, elenco um conjunto representativo para as décadas 1950-1960, Américo Jacobina Lacombe, Francisco Iglésias e Eduardo de Oliveira França. Entre as décadas de 1970 e 1980, João Roberto do Amaral Lapa e Carlos Guilherme Mota. A partir dos anos 1990 e até o presente, os esforços de Manoel Salgado Guimarães. Para estes intelectuais, apesar das diferenças presentes entre si, a imagem que constituem de Rodrigues, como pioneiro na constituição da história da historiografia como um campo de pesquisa no Brasil, é um dado recorrente.

lado de *Teoria da história do Brasil* (1949) e *Pesquisa histórica no Brasil* (1952), HHB constitui um possível “desfecho” de uma interpretação sugerida por Rodrigues de um projeto de renovação dos estudos históricos para o Brasil¹³³. No entanto, não tenho por intençãoem ler o “projeto de renovação”¹³⁴, ou *História da história do Brasil*, como o produto de um *telos* da trajetória de Rodrigues, pois isso culminaria em uma teleologia enganosa, e ao mesmo tempo, traiçoeira, pois já predicaria um sentido a “obra”, sem ao menos, compreendê-la em sua historicidade. Ao lado dessa ressalva, é preciso pontuar que a relação autor/obra, vincula-se com uma das prerrogativas apontadas ao início, isto é, com um trato contextualista de objeto, onde o *telos*, ou a intuição de um sentido prefigurado ao dualismo fica ensejado na perspectiva da duração. Isso leva a crer que caminhar pelos polos autor/obra, justificado por uma leitura contextualiza é já aceitar uma pré-figuração canônica onde a trajetória explicaria os textos e vice-versa. Nesse caso, vale a pena considerar a *economia discursiva* ou *textual*¹³⁵ de *História da história do Brasil*, sem desrespeitar as

¹³³ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. 1ª Edição. São Paulo: Editora Nacional, 1949.

¹³⁴ Esse “projeto de renovação” foi objeto de minha dissertação no mestrado, defendido em 2016, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e intitulada “Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da história do Brasil de José Honório Rodrigues (1939-1949)”. Na ocasião, tomei como problema de pesquisa o conceito de “teoria da história” em Rodrigues e ambicionei compreender os usos e sentidos atribuídos a este conceito a partir da narrativa de *Teoria da História do Brasil* (THB). Na pesquisa, trabalhei com uma das problemáticas de Rodrigues, a qual compreendia a tessitura de um projeto de renovação dos estudos históricos brasileiros, que na leitura de André de Lemos Freixo, sintetiza-se em “uma versão científica da história do Brasil” (FREIXO, 2012, p.35). O conceito de “teoria da história” em THB possibilitou-me compreender as reflexões epistemológicas do fazer historiográfico em Rodrigues, ficando em aberto a outra face desse projeto, que se inscreve sobre a construção do passado disciplinar brasileiro por meio de textos que pretendiam narrar a história da produção histórica brasileira do século XVI à contemporaneidade do autor.

¹³⁵ O emprego do termo “economia textual” cumpre tanto na narrativa de minha dissertação, quando agora, uma certa “atitude” metodológica. Atribuo à “economia”, que acompanha o adjetivo “textual”, dois sentidos: ao primeiro, o de propriedade; seguido do de quantidade. Segundo Derrida, “por um lado, aquilo que concerne à lei da propriedade (*oikonomia*, a lei, *nomos*, daquilo que é próprio, apropriado a si, em casa [...]) e, por outro, à lei de quantidade: quando se fala em economia fala-se sempre em quantidade calculável” (DERRIDA, 2000, p.19). Inicialmente, essa questão da “economia”, construída por Derrida, está inscrita em sua reflexão a respeito da tradução. A lei da propriedade é a lei da transposição originária para um sentido outro, propriedade daquilo que lhe é próprio, e passa a ser transposto em outro, ou seja, transportado o sentido do próprio para o próprio de outro. Nesse caso, o “próprio de outro” é a síntese interpretativa que meu próprio texto oferecerá, interrogando e tomando como escopo analítico o conjunto textual de José Honório Rodrigues. Nesses termos, a aproximação desse esforço interpretativo, sintetizado pela compressão da “economia textual”, aproxima-se da operação de tradução referida por Derrida, uma vez que tradução, nessa chave de leitura, se apresenta como o modo relevante do sentido mais próximo ao original, ou pressupõe manter uma relação possível com o mesmo, “mesmo se for o sentido mais próximo de uma figura, de uma metáfora, de uma metonímia, de uma catacrese ou de uma indecível impropriedade” Idem, p.19. Assim, acredito que “economia textual” integra uma relação possível com o texto e ajuda com isso, colocar em suspenso o mesmo, a fim de manter com ele uma sintonia, sem cair em determinação de sentido/significado/intenção, ou mesmo assumir uma lógica determinante pela biografia da autoridade autorial. Com isso, “economia textual” pressupõe ainda, a relação, sempre difícil, mas necessária, por que integrante e imanente a textualidade do texto, entre leitura/escrita, tornando-se ela mesma, aqui, um imperativo heurístico. No entanto, é preciso esclarecer que essa relação possível pela analítica de uma economia textual, é ela mesma parte de um projeto de compreensão da leitura/escrita, pois segundo Derrida em *A Farmácia de Platão*: “Se há uma unidade da leitura e da escrita, como hoje se pensa facilmente, se a leitura é a escrita, esta unidade não designa nem a confusão indiferenciada nem a identidade de todo repouso; o é que une a leitura à escrita deve descosê-las. Seria preciso, pois, num só gesto, mas desdobrando, *ler e escrever*” (DERRIDA, 2005, p.8) [grifos meus e no original]. Esses traços da *escrita/leitura* possibilitam entrever uma “textura do texto”, ou “textualidade”, e sinalizam o próprio texto

tramas extra e intradiscursivas que corroboram a compreensão da historicidade da escritura em questão.

A investigação sobre *História da história do Brasil*, acompanha uma intenção de compreender a prática historiográfica de José Honório sobre a historicização do campo historiográfico brasileiro. Essa preocupação sempre esteve no horizonte de suas investigações, desde, pelo menos, os anos de 1930 e 1940, pode-se visualizar na trajetória de seus textos, reflexões de cunho historiográfico que serviam ora a uma justificativa da operação historiográfica que ele realizava, ora a uma legitimação da disciplina da história de modo geral, ou mesmo à realização de um balanço dos estudos históricos na contingência de escrita da qual o historiador partia. Nesse sentido, pode-se levantar uma série de textos que sinalizam um arquivo historiográfico que apresenta as seguintes características: reflexões teóricas de cunho geral, filosofia da história, relatório de viagem de pesquisa, textos de crítica e divulgação historiográfica¹³⁶.

No entanto, há diferenças fundamentais entre esses textos e *História da história do Brasil*. Em primeiro lugar, as narrativas que compõem o “projeto” de HHB apareceram num momento de maturidade profissional de Rodrigues, pois foram publicadas no fim da década de 1970. Em segundo lugar, HHB pode ser entendido como uma obra de fôlego e ambiciosa: narrar a história da História, antes e depois da cultura histórica que possibilitou o surgimento da disciplina da história¹³⁷, ou seja, do século XVI ao século XX. Em terceiro lugar, pela singularidade de HHB no que diz respeito à própria trajetória de José Honório, uma vez que os textos precedentes não apresentavam a mesma sistematicidade e abrangência e não mobilizavam o amplo *corpus* documental que se fez presente em HHB¹³⁸. Em quarto lugar, o caráter “projetual” de HHB, isto

enquanto abertura ao seu jogo de complexidades, condições de possibilidades e regras de funcionamento (DERRIDA, 2005, p.8).

¹³⁶A esse respeito, ver: SAAD, Cesar Leonardo V.K. Caminhos que levam a 1949; Entre o método e a teoria. In: Um teorista nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949). [Dissertação de mestrado] Porto Alegre: UFRGS, 2016.

¹³⁷A emergência da disciplina da história, enquanto “ciência da história” brasileira, pressupõe a reflexão sobre uma série de questões que envolvem a possibilidade de uma moderna escrita da história (GUIMARÃES, 2006, p.69;73). Assim, a construção de uma ciência da história brasileira, pode ser compreendida através de uma série de transformações entre o século XVIII e XIX, e que levariam a criação do IHGB (GUIMARÃES, 1988). Segundo Franzini: “Com tantas outras instituições semelhantes surgidas na Europa e na América na primeira metade do século XIX, o IHGB florescera sob o estímulo da crucial mudança que então ocorria na natureza da produção do conhecimento histórico. Fosse pelo declínio do Antigo Regime, fosse pela crise do Antigo Sistema Colonial, o processo de formação dos Estados nacionais promovia a crescente valorização do passado como elemento construtor das novas identidades forjadas nas lutas políticas; concomitantemente, a afirmação da sociedade liberal-burguesa e, nela, do saber científico levaram a história a emancipar-se dos discursos literários e filosófico e a procurar converter-se ela mesma em ciência”. (FRANZINI, 2009, p.18-19). A esse respeito, ver ainda: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011; TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* historiador oitocentista. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*, n.º.2, março, p.12-28, 2009.

¹³⁸ Porém, há que se considerar que entre os anos de 1957 e 1963, Rodrigues publica dois livros significativos para o estudo da historiografia brasileira no México, traduzidos pelo filólogo e escritor mexicano Antonio Alatorre, e publicados pelo Instituto Panamericano de Geografia e História, numa coleção intitulada *Historiografias*. São eles:

é, um projeto que consistia não só em compor uma história da história, mas juntamente com tal exercício, corroborava a uma leitura ampla da história brasileira, da história da historiografia e juntamente compunha um amplo *corpus* de definição do que era considerado e do que era descartado como sendo obra histórica ou historiográfica. Esse quarto ponto será depois retomado no escopo do presente argumento e dará densidade ao conceito por mim apresentado de *arquivo historiográfico*.

Em 1987, o “projeto” de HHB ficara, por conta da morte de Rodrigues, inacabado. Entretanto, HHB foi publicado entre os anos de 1978 e 1988 pela Editora Companhia Nacional, Série Grande Formato, volume 21, dirigida por Américo Jacobina Lacombe. Carlos Guilherme Mota, num pequeno texto intitulado “A Inacabada História da História do Brasil” escrito um ano depois da morte de Rodrigues (1987), apresenta o que, de modo geral, seriam as expectativas de José Honório em relação à HHB. Em suas palavras:

A História da História do Brasil está planejada em seis volumes, dos quais já se publicara em 1979 o primeiro, *Historiografia colonial*, seguindo agora do volume II, dois tomos, sobre a *Historiografia conservadora* e sobre a *A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana* (...). Os demais volumes versariam sobre a *A historiografia liberal*, *A historiografia católica, republicana e positivista*, *Do socialismo* e o último sobre a *Historiografia estrangeira sobre o Brasil*. (MOTA, 2010, p.186-187) [Grifos no original].

O volume 1 dedica-se a definição proposta por Rodrigues do que, para ele, pode ser compreendida a historiografia colonial. O volume é construído em 10 partes, denominadas de “livros”, sendo eles: “Historiografia da Conquista”; “Historiografia das Invasões”; “Historiografia do Maranhão”; “Historiografia do bandeirismo seiscentista”; “Historiografia regional”; “Historiografia religiosa”; “Historiografia das rebeliões”; “Historiografia militar”; “Historiografia econômica e social”; e, por fim, uma discussão geral acerca do volume chamada “Crônica geral colonial”. Assim, as 10 partes apresentam uma divisão que leva em conta critérios cronológicos, regionais e temáticos (RODRIGUES, 1978, p. IX-XIV).

O segundo volume, póstumo, foi organizado por LêdaBoechart Rodrigues, esposa de José Honório, e publicado também pela Companhia Editora Nacional, em 1988, na Série Grande

Historiografia del Brasil: Siglo XVI e Historiografia del Brasil: Siglo XVII. Optei para este trabalho não vincular as narrativas mexicanas a HHB para não incorrer numa leitura teleológica, uma vez que as publicações mexicanas e brasileiras respondem à conjunturas historiográficas diferentes, bem como a momentos distintos na trajetória do autor. De todo modo, tais narrativas serão parte do *corpus* documental do presente projeto. Importante, ainda, mencionar que as publicações mexicanas de Rodrigues, aparecem em uma coleção intitulada *Historiografia*, parte da Comissão de História do Instituto Pan Americano de História e Geografia, do México. *Historiografia del Brasil: Siglo XVI*, figura como volume IV, da coleção, e *Historiografia del Brasil: Siglo XVII*, como o volume VI. O volume I, escrito por Ernest Trouillot e M. M. CattsPressoir, intitula-se *Historiographie D'Haiti*, publicado em 1953. O segundo volume, escrito por Elsa V. Goveia, e publicado em 1956, intitula-se *A Studyon The Historiographyof The British West Indies totheEndof The NineteenthCentury*. O volume três, por Isaac J. Barrera, também de 1956, intitula-se *Historiografia dell'Ecuador*, e o quinto intitulado *Historiografia delParaguay*, escrito por Efraim J. Cardoso, e publicado em 1957. Assim, temos o seguinte quadro, ao lado de dois volumes sobre a produção histórica do século XVI e XVII brasileiro, percebe-se outras regionalidades latino-americanas com suas respectivas historiografias representadas, tais como Haiti, Colônias Andinas Britânicas, Equador e Paraguai.

Formato, dirigida por Américo J. Lacombe, e com apoio técnico e financeiro do Instituto Nacional do Livro. Este é constituído por dois tomos apenas: *A Historiografia Conservadora* e *A Metafísica do Latifúndio: o Ultra-reacionário Oliveira Viana* (RODRIGUES, 1979 ;1988).

Dado o exposto, apresentarei na sequência os pressupostos do argumento que me fizeram voltar a esses textos um tanto esquecidos pela historiografia brasileira. Eles dizem respeito sobre um modo de investigação que priorizará os modelos de leitura, e igualmente, de escrituração desenvolvidos pela *função autoral* de José Honório, em relação a história da historiografia brasileira. Esses modelos de leitura/escritura, uma vez que estão no cerne da atividade historiográfica – dão consistência, por lógica, a operação historiográfica nos textos levantados como objetos de investigação – operacionalizam o sentido ou sentidos possíveis à noção de “história da história”. Investigar esses sentidos por meio da leitura/escritura é o horizonte máximo da pesquisa como um todo. Assim, vale a pena intuir: que tipo de operação historiográfica emerge no espaço historiográfico da escritura de Rodrigues? O que dá possibilidade e densidade para a escritura de história da história, e ao mesmo tempo, da história da história enquanto escritura? Que passado é mobilizado, que presente é demarcado e que futuro é almejado na constituição dos agenciamentos temporais da escritura da história da história em José Honório? E, por fim, quais seriam as consequências de uma “política da interpretação histórica”¹³⁹, para usar o termo de Hayden White, na delimitação de um sentido do fazer historiográfico brasileiro dessa construção elementar de uma história da sua história? São questões que impõem minha problemática de pesquisa em torno de HHB, mas ao mesmo tempo, são questões que definem um programa de pesquisa, juntamente com a definição de um horizonte reflexivo para a história da historiografia. Não tenho por ora intenção de respondê-las linearmente, uma vez que um breve trabalho como esse seria pouco. No entanto, elas dão os contornos, por mais que dispersos do problema que estruturará o meu argumento, na seção seguinte. Essa problemática, portanto, parte do pressuposto da realização da escrita e da leitura de uma história da história pela escritura assinada por Rodrigues, e toma, enquanto problema de pesquisa a definição do *corpus* documental que dá sustentação a escritura de HHB, juntamente com o trabalho de arquivo realizado na mesma, cuja possibilidade originária é a emergência escritural de HHB.

Desse modo, o questionamento do *corpus* que sustenta uma história da história, ou o questionamento do *corpus* em geral, sustentado por um dado regime discursivo, e que motiva uma certa análise do arquivo, é uma forma de posicionar-se perante um certo limite do campo de conhecimento que se toma enquanto horizonte de investigação. E o limite se torna aqui o

¹³⁹ A esse respeito, ver: WHITE, Hayde. La política de la interpretación teórica: disciplina y desublimación. In: In: *El contenido de la forma. Narrativa, discurso y representación histórica*. Ediciones Paidós: México, Buenos Aires, Barcelona, 1992.

próprio pressuposto guiador. Limite como a forma discursiva ou enunciação do possível, ou ainda, como emergência discursiva em seu cerne de aparecimento, remetendo, no caso, ao limite enquanto condição de possibilidade de si, do discurso, e do objeto desse discurso, isto é, a historicização mesma do discurso enquanto discurso de si próprio¹⁴⁰. Se a ponderação for correta, principalmente em relação a transversalidade de um *modus* discursivo que inflexiona o campo do conhecimento histórico e o torna objeto de si, e faz do seu discurso o operativo de análise, vale dizer que a interrogação sobre esse tipo de exercício é uma reflexão situada na interrogação mesma de seu *grau zero*. Aqui entendido, não como uma origem mítica, ou tábula rasa de um começo extra temporal, mas como sustenta Roland Barthes, no texto de sua *Aula* inaugural, no College de France, em 1977, onde compreende por “grau zero” a “linguagem-limite” (BARTHES, 2013, p.20). Logo, o grau zero nada mais é do que uma certa dobra da linguagem, uma descontinuidade que se coloca no limite de uma determinada operabilidade regular. Isso leva ao posicionamento de um determinado liame que dá condição a um dentro e um fora¹⁴¹ dos espaços escriturários da historiografia, mas mais do que isso, permite o questionamento do limite que o próprio campo arroga para si, na instrumentalização de uma certa linguagem, de uma prática, de códigos, princípios, de um certo *corpus*, isto é, de uma certa relação de legitimidade. Legitimidade essa que inscreve um mesmo programa conforme aponta Derrida, em uma entrevista em 1990, a respeito das artes espaciais, para Peter Brunette e David Wills. Em suas palavras:

(...) uma certa matriz da competência em termos gerais – quer dizer, investigar como a competência se formou, o processo de legitimação, de institucionalização (...) em todos os domínios, e então avançar em diferentes domínios (...) me perguntando sobre (...) o que define os limites de meu domínio, os limites do *corpus*, a legitimidade das questões, e assim por diante” (DERRIDA, 2012, p.20).

Assim, surgem duas questões fundamentais: de que modo Rodrigues arquiva o passado da história da história brasileira em HHB, e qual seria o “arquivo” construído na e para a escrita de HHB?

Argumentando o arquivo

A investigação do arquivo em HHB leva em conta o trabalho de *escrita/leitura* desenvolvido por Rodrigues, o qual permite compreender a noção de “história da história”. Sigo, no que diz respeito a intersecção entre escritura/leitura as orientações de Jacques Derrida, para quem escrever é já ler, e vice-versa:

¹⁴⁰ Nesse caso, mantenho no horizonte da afirmação dois trabalhos de Michel Foucault. A saber: FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971. _____. A genealogia e a história. In: *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

¹⁴¹ A esse respeito, ver: BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

Se há uma unidade da leitura e da escritura, como hoje se pensa facilmente, se a leitura é a escritura, esta unidade não designa nem a confusão indiferenciada nem a identidade de todo repouso; o é que une a leitura à escritura deve descosê-las. Seria preciso, pois, num só gesto, mas desdobrando, ler e escrever (DERRIDA, 2005, p.8).

Esses traços da escrita/leitura possibilitam entrever uma “textura do texto”, ou “textualidade”, e sinalizam o próprio texto enquanto abertura ao seu jogo de complexidades, condições de possibilidades e regras de funcionamento (DERRIDA, 2005, p.8). Assim, é preciso esclarecer que essas relações do texto/textualidade que segundo Lacapra:

(...) sirve para hacer menos dogmático el concepto de realidade al apuntar al hecho de que uno está “siempreya” envuelto em problemas de uso del linguagem enlamedidad em que intenta obtener uma perspectiva crítica sobre ellos, y plantealacuestion tanto de las posibilidades como de loslímitesdel significado” (...) (LACAPRA, 1998, p.241).

Desse modo, a interrogação da escrita/leitura em HHB deve levar em conta outro aspecto intrínseco ao exposto acima. O que Frank Kermode em “El control institucional de lainterpretación” colocou como “coincidencia de lasfuerzas que limitam, o tratan de limitar, tanto lo que élpuenedecir como los modos em que puedadedcirlo”(KERMODE, 1998, p.91). E continua:

Estas fuerzaspuedenprovenir del pasado, mas por lo general serán consideradas como sanciones ejercidas por los próprios contemporâneos (y esto será cierto tanto se uno se opone a ellas y las padece como si no). Existe una organización de laopinión que puede tanto facilitar como inhibirel modo personal de hacerlainterpretación (...) el médio de estas pressiones e intervenciones es lainstitución (KERMODE, 1998, p.91).

Essa espécie de “repressão” institucional de que fala Kermode, funciona em sentido análogo ao que Michel de Certeau certa vez enunciou em *A escrita da História* sobre a força institucional da operação historiográfica. Cito-o: “A escrita da história se constrói em função de uma instituição cuja organização parece interver: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas” (DE CERTEAU, 2000, p.66. A escrita/leitura de HHB não seria parte de uma certa solução de Rodrigues em sua relação com a própria instituição histórica? Questão que deixo em suspenso, mas que é de importância indicá-la, principalmente ao horizonte de análise, uma vez da problematização da construção do arquivo em HHB e a definição que esse mesmo arquivo assume com a instituição historiográfica.

Assim, é necessário deixar claro o que se está sugerindo pela noção de arquivo e quais seriam as suas implicações na presente investigação. Considero arquivonum sentido metafórico/teórico que acaba por ter duas consequências diretas ao desenvolvimento de minha pesquisa, compreendendo enquanto um “sistema de armazenamento”, como bem sugere AleidaAssman: “O que condiciona a existência de um arquivo são sistemas de registro que agem

como meios de armazenamento externos, e o mais importante deles é a técnica da escrita, que removeu a memória de dentro do ser humano e a tornou fixa e independente dos portadores vivos”(ASSMAN, 2011, p.367). Assim, o primeiro sentido de arquivo diz respeito a todo o trabalho de interpretação presente na operação de construção de documentos – que perpassa a constituição dos registros, bem como entrelaça uma política de escrita como política da memória e do esquecimento¹⁴² da História (ASSMAN, 2011, p.19) –, o qual está presente em HHB. A investigação do que foi considerado fonte de história da história e a leitura realizada sobre essas fontes é ponto fundamental para entender o que Rodrigues estabeleceu como história da história. O segundo sentido impõe-se pela própria especificidade de HHB, levando-me a perguntar se o trabalho de definição documental, bem como o de *leitura/escrita* dessa documentação, não implicaria em entender o sentido de história da história como um certo *arquivo historiográfico*? Tal *arquivo historiográfico* não indicaria o modo como Rodrigues interpretou e compreendeu a produção historiográfica no Brasil? Assim, essa noção de *arquivo historiográfico* tem direta associação com o que em crítica literária se denominou de análise do cânone¹⁴³. Enric Sullà, em “El debate sobre el canon literario”, sugere um sentido que tem direta relação ao objeto de meu trabalho. Cito-o:

Una reflexión que en el estudio de los procesos de formación del canon, es decir, en su dimensión histórica, equivale a la historia de la literatura [ou nesse caso, história da história], es decir, al análisis de como se construyen las narraciones (...) como se escogen autores y obras, qué se destaca para estudiar (...) y con qué criterios, como se distribuyen en épocas y períodos, como se delimitan éstos; con más razón si se tiene en cuenta que la literatura [ou História] genera o reclama un discurso del que obtiene legitimidad (...) y que produce, a su vez, conceptos (estéticos, teóricos, críticos) y procedimientos de comentario (las numerosas doctrinas críticas de este siglo XX que finaliza) que no son otra cosa que pautas de lectura e interpretación y que, encuando que propugnan modelos, establecen criterios de valoración (SULLÀ, 1998, p.33).

¹⁴² Sobre as políticas da escrita, ver: RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.

¹⁴³ Alguns trabalhos me ajudaram a problematizar essa associação que estabeleço entre *cânone* e *arquivo historiográfico*. Alguns aparecerão citados ao longo do projeto, outros, por economia de espaço, serão apenas mencionados. SULLÀ, Enric. El debate sobre el canon literario. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literario*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. HARRIS, W. V. La canonicidad. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literario*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. KERMODE, Frank. El control institucional de la interpretación. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literario*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. MIGNOLO, Walter. Los cánones y (más allá de) las fronteras culturales (o ¿de quién es el canon del que hablamos?). In: SULLÀ, Enric. *El Canon literario*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998. JAY, Martin. ¿Citar a los grandes o prescindir de los nombres? Modos de legitimación en el campo de las humanidades. In: *Campos de fuerza*. Entre la historia intelectual y la crítica cultural. Buenos Aires: Paidós, 2003. RORTY, R.; SCHNEEWIND; SKINNER, Q. (org.) *La filosofía en la historia*. Ensayos de historiografía de la filosofía. Barcelona: Paidós, 1990. KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial*. Brasília: Ed. UNB, 1997. Uma ponderação necessária, diz respeito a distinção de cânone de um lado, e arquivo historiográfico de outro. Ainda não tenho certezas quanto a elas, pois o trabalho se encontra em andamento. Uma hipótese que venho aventado diz respeito a sedimentarização e o ultra arquivamento do cânone, isto é, sua cristalização. Diferente do arquivo historiográfico que é elemento imanente de toda historiografia. Mas são hipóteses ainda em fase embrionária.

Assim, as noções de *arquivo* e *arquivo historiográfico* (cânone) abrem um horizonte de investigação dos modos de leitura/escrita, bem como de textualização de sentidos possíveis de história da história em HHB. Chamar a todas essas mediações de “problemáticas do arquivo” em HHB não é tomar o arquivo como algo por si evidente e transparente, mas ele mesmo um “espaço polêmico das maneiras de ler”, como definiu Michel Pêcheux, em “Ler o arquivo”, que remete a “uma descrição do arquivo enquanto relação do arquivo com-ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho de memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (PÊCHEUX, 2010, p.52), incidindo na relação problemática de uma ação fundadora, e ao mesmo tempo singular. Isso recobre a consideração de que “os profissionais da leitura de arquivos (historiadores, filósofos e pessoas de letras) (...) têm o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles sua própria leitura (...) *construindo seu mundo de arquivos*” (PÊCHEUX, 2010, p.52-53). Desse modo, não seria HHB o resultado de uma construção de um mundo de arquivos?¹⁴⁴

No primeiro volume de HHB, “Historiografia Colonial”, Rodrigues inicia com a afirmação de uma necessidade teórico-prática sem precedentes aos estudos históricos brasileiros. Essa necessidade estrutura-se enquanto reivindicação de defesa de uma autonomia dos estudos históricos em relação aos estudos literários. Assim, a “autonomia” de que fala Rodrigues gira em torno da noção de crítica que, nesse caso, deveria se constituir eminentemente como crítica histórica. E no que consiste essa crítica histórica? A crítica histórica deve atrelar-se à própria noção de “obra histórica”, pois, segundo Rodrigues, “a obra histórica deve ser vista e examinada como obra histórica, pelo seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de sua disciplina” (RODRIGUES, 1979, p. XV). Assim, fica claro que Rodrigues reivindica já nas primeiras páginas de HHB uma certa prática que deve integrar o fazer historiográfico, isto é, o controle por parte dos historiadores do exame e da reflexão sobre a própria historiografia.

Dessa forma, tem-se dois horizontes abertos por Rodrigues em HHB. Em primeiro lugar, a definição da própria operação de *leitura/escritura* de HHB, em determinar uma certa prática de crítica histórica desatrelada da crítica literária, e em segundo, a investigação e definição de um certo *corpus* de análise que irá sustentar o empreendimento, bem como o sentido de história da história brasileira o qual figura aqui como o que denominei anteriormente de “problemática do arquivo”. Logo, HHB funciona por meio desse duplo, entre a proposição e a execução. Assim, os

¹⁴⁴ Há outros trabalhos, ainda que me auxiliaram a problematizar a questão do arquivo. São eles: FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p.15. DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Dumará, 2001, p. 11-16. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972, p. 157-163. DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988, p.13-31. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (homo sacer III)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 139-169. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007, p.25-134; 151-193.

enunciados teóricos de HHB aparecem como inferência ao campo dos estudos históricos brasileiros. Cito Rodrigues:

A história da história nunca teve tratamento independente no mundo da língua portuguesa. Era na história da literatura, único ramo de historiografia intelectual exercido no Brasil e em Portugal, que se buscava, e se encontrava a análise e crítica da evolução do pensamento e da forma do escrito histórico. Naturalmente não era nem poderia ser satisfatória, porque nela só entravam alguns cronistas e historiadores, examinados segundo critérios literários, estilísticos e estéticos. Quase sempre os poucos selecionados eram os melhores exemplares da historiografia, mas a crítica que se lhes fazia não bastava aos estudiosos da história, *que nela buscam mais informações históricas que literárias*. Além disso, faltavam muitos que haviam trazido não pequena contribuição ao escrito e estudo histórico. Outros, que haviam realizado obra literária e histórica, eram analisados pelo mesmo critério, sem um conhecimento histórico mais exato (RODRIGUES, 1979, p. XV).

Assim, surgem os questionamentos: não residiria nessas asserções uma certa necessidade, pelas próprias proposições, em definir/construir uma identidade aos estudos históricos brasileiros? E essa mesma definição de uma “identidade” não implica ela mesma em uma intenção fundadora da própria historiografia enquanto disciplina? E, em consequência, essas delimitações não são elas mesmas tributárias da definição de um arquivo historiográfico?

Na sequência, Rodrigues narra as dificuldades da própria definição da matéria de HHB. E afirma que os critérios para a seleção do material não foram rígidos e nem sistemáticos (RODRIGUES, 1979, p. XVI). Em suas palavras: “Adotou-se, de princípio, uma distinção entre *documento histórico* e *historiográfico*, e somente este e seu autor entraram neste estudo” (RODRIGUES, 1979, p. XVI). Em seguida, afirma que essa distinção “não é fácil de se fazer”, pois “todo documento historiográfico é histórico” (RODRIGUES, 1979, p. XVI), mas o contrário, muitas vezes, não é possível de se definir. Assim, sustenta: “Desde que se considere a historiografia como a história da história, *só aqueles escritos acabados na forma da descrição ou da interpretação podem ser considerados historiográficos*, relatem ou não fatos do passado, ou se limitem ao seu presente” (RODRIGUES, 1979, p. XVII). O que legitimaria, então, essa divisão? E como essa divisão reflete-se no *arquivo* mobilizado e construído em HHB? Ainda, como esse *arquivo* permite tais categorizações de “documentos históricos” e “documentos historiográficos”? Questões que se somam a investigação do problema que se expõe.

No entanto, o dualismo ensejado por Rodrigues apresenta certos limites de operacionalidade, principalmente quando se tem como horizonte de análise uma historiografia “escassa e rudimentar”, como as dos séculos XVI e XVII. Em suas palavras:

Então não podemos ser tão rigorosos e devemos admitir as relações, formas primitivas da crônica, as descrições, os chamados “descritivos” pelos espanhóis e algumas exposições políticas, como as de Bento Maciel Parente, porque são formas narrativas da atualidade histórica. Não se teria uma idéia da evolução da historiografia brasileira daqueles séculos, se essas narrações não fossem estudadas. Acreditamos que a partir do século XVIII elas já estarão incorporadas nas Histórias e Crônicas e assim poderão ser abandonadas, assinalando-se apenas as formas mais superiores (RODRIGUES, 1979, p. XVII).

O tom usado pelo autor no trecho acima acarreta uma certa incerteza relativa à própria complexidade do problema que o mesmo está levantando. Em *Historiografía del Brasil: Siglo XVI*, pequeno texto de 96 páginas, publicado no México, em 1957, encontram-se problemas correlacionados os quais permitem, em comparação à HHB, traçar alguns parâmetros para a discussão. Por meio de *Historiografía del Brasil: Siglo XVI* fica marcante a tênue relação entre “documentos históricos” e “documentos historiográficos”. Cito Rodrigues: “La historiografía brasileña nace con los libros de viajes y los primeros cronistas, que no hacían historiaria, sino descripción de la actualidad. Eran como “reporteros” pasmados ante las novedades de la tierra desconocida, llenos de entusiasmo y ansiosa curiosidad por la tierra y por el hombre” (RODRIGUES, 1957, p.10).

Se a historiografia brasileira do primeiro século, segundo Rodrigues, emerge com os relatos de viagem e cronistas, narrativas essas que teriam por premissa narrar a experiência portuguesa, e dos demais viajantes em sua alteridade com a terra, as gentes e todo um clima histórico de diferenças, essa mesma evidência documental se faz sentir na determinação da divisão historiográfica, isto é, a própria categorização do texto, entre divisões, periodizações e temas a serem tratados, traçando uma nítida e, quiçá, determinante relação com o arquivo selecionado.

La historiografía brasileña del primer siglo puede dividirse en las siguientes etapas: 1) de 1500 a 1549, en el cual domina el libro de viaje; 2) de 1549 en adelante, cuando se inicia, con el Gobierno central, la relación jesuítica, que estudia la tierra, el hombre e su conquista por obra de la civilización occidental; 3) a partir de 1576, con la obra de Gandavo, comienza la crónica, oficial, oficiosa y privada. Hay que señalar así mismo la crónica de la conquista o del conocimiento de la tierra, realizada por escritores no portugueses (RODRIGUES, 1957, p.10).

Em 1963, *Historiografía del Brasil Siglo: XVII*, os mesmos problemas se repetem. No entanto, a diferença para com o texto de 1957 é a presença de um prefácio introdutório que, à primeira vista, teria a função de pontuar as dificuldades do estudo da historiografia brasileira, principalmente entre os séculos XVI e XVII. Esse prefácio é importante, pois introduz pela

primeira vez a distinção que em HHB torna-se marca fundamental do argumento de Rodrigues, entre “documentos históricos” e “documentos historiográficos. Segundo Rodrigues:

(...) la historiografía de lossiglos XVI y XVII, época em que muchos documentos históricos se confunden con los historiográficos, lo cual obliga a extremar la atención para que la historiografía no acabe por transformarse en historia de la documentación histórica. Es posible, y hasta muy probable, que no hayamos sabido respetar los límites de separación, y que las aguas de ambas fuentes se hayan mezclado en este océano historiográfico. En el siglo XVIII, y especialmente en el XIX, el historiador no es un yatestigo, una *voz viva*, interesada, que quiere producir efectos inmediatos; es una voz noturna, que se manifiesta con intenciones mediatas e indirectas. El relato histórico, sea crónica “conyuntural” o historia “estructural”, es un producto final del impulso histórico de cada generación, y por ello sirve también para esclarecer las opiniones de las minorías intelectuales y para comprender los trabajos y los sacrificios de la nación brasileña (RODRIGUES, 1963, p.14).

Retomando HHB, junto com esses textos, parece existir um esforço de Jose Honório em constituir um modelo de leitura/escrita que possa enquadrar o passado da história brasileira e sustentar um certo sentido para a historiografia dos séculos XVI ao XX. Outros problemas que endossam os já apontados ressoam ainda sobre os critérios de seleção. Cito Rodrigues:

É evidente que tal dificuldade não se apresenta quando a obra é um livro de História, como a de Frei Vicente do Salvador, ou uma crônica contemporânea, como a *Jornada do Maranhão* de Diogo de Campos Moreno. De modo geral, todo documento, tenha título de Crônica, Relação, Descrição, Memorial, Narração, que descreva os acontecimentos e os episódios de uma época, história *in statumascendi*, merece figurar na historiografia, mesmo que seja primitivo, rudimentar, na forma e no conteúdo (RODRIGUES, 1979, p.XVII).

Vale perguntar, e o que não merece figurar como “documento de historiografia”? Pois a amplitude de tal definição por José Honório coloca em risco a própria definição sustentada anteriormente, de uma divisão entre “documentos históricos e historiográficos”, e em consequência, corrobora a uma dificuldade de precisão no argumento de Rodrigues, do que se está compreendendo por historiografia. No entanto, voltando a citar Frei Vicente do Salvador, Rodrigues reitera que há distinção e demarcação clara em seu empreendimento para análise histórica, de um lado, e historiográfica, de outro. “A *História* de Frei Vicente do Salvador é, por exemplo, um documento histórico, fonte principal de certos períodos, porque seu autor a escreveu enquanto os fatos se sucediam, e é documento historiográfico, com uma construção elaborada do passado e do seu presente” (RODRIGUES, 1979, p. XVIII).

Esses aspectos levantados perante os critérios de Rodrigues – os quais expressam ambiguidades conceituais e, por vezes, a falta de precisão, tanto nas publicações mexicanas entre os anos de 1957 e 1963, quanto em HHB –, conduzem à compreensão, ao menos inicial, como aponta Wendell V. Harris, de que: “(...) la selección surgieron normas y las normas

sugierenalgún tipo de autoridade. De todos modos, los critérios para la selección de textos derivan, no de la autoridad, sino de lasfuncionoes elegidas” (HARRIS, 1998, p.38). Assim, compreender as funções delimitadas e sustentadas em HHB, principalmente na relação do arquivo com a formação de um *archivo historiográfico*, leva em conta uma postura apontada por Harris, em “La canonicidad”, que indica um processo de investigação mais complexo que a mera seleção de autores e obras, pois a canonicidade expressa-se em: “(...) proveer de modelos, ideias e inspiración; transmitir una herencia intelectual; crear marcos de referencia comunes; (...) legitimar la teoria; ofrecer una perspectiva histórica y pluralizar (no limitando-se a uma tradición, es decir, practicandola política delreconocimiento)” (HARRIS, 1998, p.50-56). Assim, essas funções levantadas por Harris, que expressam a canonicidade dos cânones, ou ao que venho denominando de *archivo historiográfico*, deverá, na análise de HHB, levar em conta, ainda, três outros aspectos, atrelados às questões já colocadas: 1) a abertura diacrônica para aspectos da trajetória de pensamento de José Honório Rodrigues, isto é, as sedimentações institucionais; 2) a legitimação teórica e metodológica de HHB, juntamente com as concepções de Rodrigues frente ao fazer historiográfico: a tessitura de um arquivo historiográfico da definição do *modus operandi* da disciplina; 3) as tradições de pensamento mobilizadas por Rodrigues na construção de HHB: o arquivamento de modelos.

O primeiro ponto diz respeito à necessidade de transcender a conjuntura de publicação de HHB a fim de problematizar sua construção textual, em análise comparativa com as publicações de 1957 e 1963, respeitando a historicidade, bem como a emergência historiográfica desses textos, isto é, a relação de *Historiografía del Brasil: Siglo XVI* e *Historiografía del Brasil: Siglo XVII*, com a historiografia do Instituto Panamericano de História e Geografía do México. Outro aspecto, é ter em vista os textos anteriores de Rodrigues os quais apontavam análises historiográficas e que foram agrupados nas diferentes coletâneas publicadas pelo autor. Isso incide numa certa leitura que não compreenderá HHB como a representação final de um certo percurso de José Honório Rodrigues, mas como um entendimento de que a noção de “história da história” instrumentalizada e possibilitada em HHB é partícipe de um desenvolvimento de pensamento que não se encerra e, logicamente, não se inicia com a publicação da mesma. Mais do que isso, é compreender como a própria noção de “história da história”, que permite não só um enredamento para as respectivas publicações, mas que dá densidade a uma prática, é ela mesma tributária de uma solução por parte da escritura de Rodrigues da constituição de um sentido institucional de sua prática enquanto historiador. E, ainda, essa mesma solução determina na duração a construção de um arquivo historiográfico – o brasileiro –, entre retenções,

rememorações, esquecimentos do que deve ser significado, e, portanto, classificado como sendo História ou historiografia.

Assim, o segundo ponto leva em conta o projeto teórico de Rodrigues e sua relação com a escrita de HHB. O projeto teórico leia-se por outra posição em face do arquivamento historiográfico. Em THB, de 1949, José Honório desenhava o percurso de uma certa leitura da disciplina da história, que alicerçava em uma mesma definição de *teoria da história* reflexões de “filosofia da história”, “análise historiográfica” e “metodologia da história”, esta última disposta no maior número de capítulos do então manual de “Introdução Metodológica”, como ficaria marcado o subtítulo de THB. O método histórico, para Rodrigues, dizia respeito à maneira como o historiador teria de “provar as razões em que se baseou o seu conhecimento histórico” (RODRIGUES, 1949, p.105) à própria comunidade historiadora e a terceiros. No entanto, o autor, não se limitando a isso, avança sobre uma concepção puramente empirista, pois considerava que o trabalho do historiador ia além do mero trabalho documental e deveria estar integrado à história como ciência hermenêutica. Cito Rodrigues:

(...) a história como ciência hermenêutica, que não se limita puramente à descoberta dos fatos, mas trata de interpretá-los. O conhecimento das fontes, a colheita do material, a verificação de sua autenticidade e autoridade, exercidas sucessivamente pela heurística, pelas disciplinas auxiliares e pela crítica se completam pelo trabalho de interpretação, que é dirigido pelas teorias históricas. Concluindo, pode-se dizer que a história, como ciência hermenêutica, não limita sua certeza à transcrição de uma informação dada por quem era tido como autoridade. Nem sequer ela se esgota na reprodução de um documento, de uma fonte. Ela exige, tal como qualquer outra ciência, a prova que justifica a certeza da afirmação. A própria palavra *prova* não é passiva; é a demonstração de uma coisa duvidosa ou controvertida por meio de argumentos legítimos. Assim, o fundamento da certeza histórica é também a prova, mas a pura exibição de um documento não significa nada, como o testemunho não é prova, mas instrumento de prova. O historiador parte das fontes, dos testemunhos, que são apenas meio de prova, cujo ofício, na Casa de Clio, é essencialmente estimulador (RODRIGUES, 1949, p. 110-112).

Essa passagem consiste em minha leitura em um dos pilares da concepção teórica e historiográfica de Rodrigues. Desse modo, questiona-se: em que medida tais concepções perpassam a maneira como José Honório constrói as possibilidades de leitura e escrita em HHB? A história da história em Rodrigues seria partícipe dessa concepção da História como uma ciência hermenêutica?

O terceiro ponto diz respeito às tradições de pensamento ou às “tradições eletivas” presentes na constituição de HHB, que permitiram a Rodrigues uma legitimação historiográfica

de seu próprio empreendimento. Compreendo “tradições eletivas”, segundo a definição de Javier Fernández Sebastián. Em suas palavras:

Podemos entender pues la tradición selectiva [...] como una herencia recibida de las generaciones anteriores, como um legado histórico imaginado y elaborado por el próprio legatário. De entre todos los pasados posibles, cada actor coletivo selecciona de acuerdo con sus preferencias aquellos hechos que mejor se adaptan a sus necesidades de legitimación e a sus expectativas de futuro (SEBASTIÁN, 2014, p. 18).

Desse modo, as notas-de-rodapé tornam-se o recurso de análise possível a investigação das tradições eletivas em HHB, uma vez que por meio delas é possível visualizar o que Rodrigues elege como sendo os precursores do tipo de reflexão que propõe em sua narrativa. Nas notas iniciais de HHB, Rodrigues sustenta uma interpretação que indica o pioneirismo nos estudos de história da história brasileira para o “Necrológio de Varnhagem” por Capistrano de Abreu (1878), “Os historiadores do Brasil no século XIX” de Alcides Bezerra (1927), “Os estudos históricos no Brasil” de Astrogildo Rodrigues de Mello (1951) e “O Pensamento Histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos” de Sergio Buarque de Hollanda (RODRIGUES, 1979, (XV - XX). Segundo Pedro Santos e Mateus Pereira em “Mutações do conceito moderno de história”:

Seguindo a sugestão de José Honório Rodrigues, é possível captar demandas distintas, mas relacionadas, a respeito da escrita da história do Brasil nos quatro textos que Rodrigues identificou como pioneiros. De modo que os quatro estão inseridos em um contexto de transformações por que passou a historiografia brasileira e a própria categoria de historiografia, do momento do final do Império (anos 1870), até o início da “rotinização” da produção universitária (anos 1950). São textos que procuram atuar sobre o futuro da historiografia: *procuram indicar um programa de pesquisa e normas do que deveria ser feito a seguir* (SANTOS; PEREIRA, 2012, p.58).

Além dos pioneiros, Rodrigues também se refere a outros historiadores que, assim como ele, dedicaram-se aos estudos de história da história. A historiografia portuguesa é mencionada como possibilidade comparativa, a partir da obra de Joaquim Veríssimo Serrão e Oliveira Marques. Em relação aos brasileiros, Rodrigues faz referência à *Historiografia Mineira. Esboço* (1959), de Olíam José, que figura como o único trabalho posterior aos precursores levantados, para em seguida, citar trabalhos biográficos sobre historiadores, a contar com o de Gilberto Freyre, *Oliveira Lima, Don Quixote Gordo*, de 1968; Maria de Lourdes Manaco Jannoti, *João Francisco Lisboa: contribuição para o estudo da historiografia brasileira*, de 1977; Fernando da Cruz Gouvêa, *Oliveira Lima – uma biografia*, de 1976; fechando com a menção a José Roberto do Amaral Lapa e Carlos Guilherme Mota.

Esses três pontos – análise da trajetória de pensamento, aparatos teórico-metodológicos e tradições eletivas – impõem as complexas relações em torno da problemática do arquivo que venho desenvolvendo, a fim de compreender como essa mesma problemática do arquivo, por meio de HHB, permite intuir a figuração de um *arquivo historiográfico*. Vale notar que os três pontos levantados anteriormente são três dispositivos da composição do *arquivo historiográfico* figurado em HHB, e correspondem eles mesmos a uma prática de seleção por parte de Rodrigues – conservação e classificação de uma certa autoimagem disciplinar – que fabrica o sentido da história da história, e além disso, dá densidade a uma definição mesma dos limites do campo historiográfico de então.

Nesse sentido, compreender o texto histórico como arquivo historiográfico, é compreender que a definição de historiografia está pressuposta em uma relação imanente a dimensão de seu *corpus*, isto é, o arquivo. No entanto, o arquivo não dirá simplesmente respeito a instituição de guarda documental, mas ao arranjo ou aos domínios discursivos que dão possibilidade de aparecimento do discurso historiográfico, como tal. Nesse caso, o arquivo enquanto metaforização de si, e ao mesmo tempo constructo teórico, isto é, como *arquivo historiográfico* é uma dimensão intrínseca da historiografia, pois a mesma como tal, arquivar-se a si mesma, através de sua enunciação. Logo, o *arquivo historiográfico* pressupõe para além de um dualismo de autor/obra que compõe os respectivos cânones historiográficos, as relações sedimentares da instituição historiográfica, os pressupostos teóricos e metodológicos arquivados pela disciplina, e de um modo geral, a própria noção de disciplina histórica como um todo. Em síntese, o *arquivo historiográfico* intui e possibilita compreender os complexos fluxos e dispersões do “regime de verdade”, para usar a expressão de Foucault, de um dado passado/presente historiográfico.

Horizontes programáticos

A problemática do arquivo, e igualmente, do seu duplo como *arquivo historiográfico* sinalizam, nas tópicas de investigação apontadas anteriormente, uma preocupação, de modo geral, sugerida por Walter Mignolo, para quem: “(...) [la] formación del canon (...) no es más que um ejemplo de la necesidad de las comunidades humanas de estabilizar supasado, adaptar se al presente y proyectar su futuro” (MIGNOLO, 1998, p.251). Essa projeção temporal do passado ao futuro indica ainda, por meio da análise de HHB, uma necessidade que as comunidades epistemológicas têm – que aqui lê-se pela disciplina da história –, de “fundación histórica y la situación actual de la disciplina” (MIGNOLO, 1998, p.251).

Portanto, a investigação do que venho denominando de *arquivo historiográfico*, nada mais é do que abrir um horizonte de análise e interrogação sobre a escrita da história e seus pressupostos de legitimação. E, igualmente, da interrogação das condições de leitura que regem o exercício historiográfico em torno da história, quando a mesma é transformada em objeto de investigação. O *arquivo historiográfico* em tese sinalizaria uma teoria da leitura historiográfica, que ainda se encontra em fase gestacional.

Desse modo, a problemática apresentada tem em seu horizonte a interrogação da composição do *arquivo historiográfico* como arquivamento de diferentes arquivos de historiografia, teoria, metodologia, imagens de passado, etc., possibilitando o questionamento dos lugares-comuns sedimentados em torno da produção do conhecimento histórico e da disciplina da História, bem como do enraizamento de tradições historiográficas que determinam, em diferentes épocas, sentidos à História.

O *arquivo historiográfico*, portanto, “começaria”, em termos de sua “origem espectral”, por meio de uma *pulsão de arquivo* irresistível da conservação de *rastros*. Derrida, ao problematizar tais relações, aponta que a conservação de rastros, bem como seu processo de retenção, é já interpretação. Em suas palavras:

Logo que tenho uma experiência, tenho uma experiência de rastro. Logo que tenho uma experiência de rastro, não posso reprimir o movimento de interpretar os rastros, de selecioná-los ou não, de guardá-los ou não e, portanto, de construir os rastros em arquivos e de escolher o que quero escolher. Interpretação ativa e seletiva. É a própria interpretação. Quando interpretamos, não encontramos um sentido que está ali, dado, e que teríamos apenas que elucidar ou desvelar, mas impomos sentido, constituímos sentido. A pulsão de arquivo é uma pulsão irresistível para interpretar os rastros, para dar-lhes sentido e para preferir este rastro àquele outro. Portanto, preferir esquecer é apenas não preferir guardar (DERRIDA, 2012, p.132).

Nesse sentido, a “pulsão de arquivo” pode ser considerada a pulsão “originária” da historiografia, ao menos no ocidente¹⁴⁵, e o *arquivopode* ser entendido como um plano discursivo que possibilita emergir o discurso historiográfico. Talvez seja essa a imagem pensamento do *arquivo historiográfico*: um plano de possibilidade do discurso da historiografia como conhecimento histórico. Portanto, sua condição de consistência, ou para falar como Deleuze e Guattari, que em *O que é filosofia*, definem para filosofia um plano de imanência como condição da produção do conhecimento filosófico, em história pode-se intuir em um plano *arquivístico-historiográfico* imanente a historiografia como forma de conhecimento histórico. Nesse sentido, e tendo em vista a noção de “pulsão de arquivo” apontada acima, vale lembrar de Michel de Certeau em *A*

¹⁴⁵A esse respeito, ver: LEVI-STRAUSS, Claude. O pensamento selvagem. Capinas: Papirus, 1989.

escrita da história, no capítulo intitulado “A operação historiográfica”, onde o mesmo reconhece um gesto de arquivamento na definição da história. Em suas palavras:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em "isolar" um corpo, como se faz em física, e em "desfigurar" as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori. Ele forma a "coleção" (DE CERTEAU, 2000, p.81).

Se essa máxima de De Certeau for ainda um princípio válido para a nossa contemporaneidade, como eu creio ser, fica clara a relação estabelecida, de um lado, pela pulsão de arquivo, e de outro, do arquivo como plano de imanência da produtividade do conhecimento histórico. Um princípio que regeria a compreensão de diferentes historicidades ao longo do tempo para diferentes concepções de conhecimento histórico, isto é, diferentes construções de *arquivos historiográficos*. E mais ainda, da compreensão de que em uma mesma época pode-se perceber diferentes *arquivos historiográficos* em disputa. Disputa essa que valeria a pena compreender em diferentes domínios discursivos, para além do disciplinar.

De tal modo, a reflexão sobre a problemática do *arquivo historiográfico* permitiria, ainda, o questionamento da imagem e da autoimagem que construímos e conservamos, por meio de nossas práticas historiográficas como historiadores e historiadoras, da disciplina da História. Além disso, permitiria, através desses mesmos questionamentos, ansiar possibilidades de produção de diferenças, isto é, aberturas de futuro à produção do conhecimento histórico, pois, como afirma J. Derrida em *Mal de Arquivo*: “(...) a questão do arquivo não é, repitamos, uma questão do passado. Não se trata de um conceito do qual nós disporíamos ou não disporíamos *já* sobre o tema do passado, um conceito arquivável de arquivo. Trata-se do futuro, a própria questão do futuro, a questão de uma resposta, de uma promessa e de uma responsabilidade para amanhã” (DERRIDA, 2001, p. 50). Logo, se o arquivo, e o *arquivo historiográfico* em específico, é uma questão do futuro, assim encerro com as seguintes questões: que imagens historiográficas (escrituras, imagens de passado, metodologias, teorias da história, etc.) estamos conservando no presente e ansiando lembrar no futuro, e quais estamos esquecendo, descartando e destruindo? Que princípios classificatórios estamos elegendo para as respectivas imagens de passado que conservamos para o amanhã? Para quais escrituras estamos dando “voz”, possibilidade de enunciação e circulação, e, portanto, permitindo a palavra no *arquivo historiográfico* disciplinar, e quais estamos silenciando, excluindo e forçando não lembrar? Questões que permanecem em aberto.

Referências bibliográficas

- AGANBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (homo sacer III). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, p. 139-169.
- ASSMAN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- DE CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.
- DERRIDA, Jacques. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 2005.
- _____. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Dumará, 2001.
- _____. Pensar em não ver: escritos sobre as artes do visível (1979 – 2004). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2012.
- FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.
- FRANZINI, Fábio. À Sombra das Palmeiras: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936 – 1959). [Tese de doutorado]. São Paulo: USP, 2009.
- FREIXO, André de Lemos. *A Arquitetura do novo: ciência e história da História do Brasil em José Honório Rodrigues* [Tese de doutorado]. Rio de Janeiro, 2012.
- GUIMARÃES, Manoel S. Entre as Luzes e o Romantismo: As Tensões da Escrita da História no Brasil Oitocentista. In: *Estudos Sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.
- _____. Nação e civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista Estudos Históricos: São Paulo, p. 5-27. Jan. / jun. 1988.
- HARRIS, W. V. La canonicidad. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998.
- JAY, Martin. *Campos de fuerza*. Entre la historia intelectual y la crítica cultural. Buenos Aires: Paidós, 2003.
- KERMODE, Frank. El control institucional de la interpretación. In: SULLÀ, Enric (org.). *El Canon Literario*. Madrid. Arco/Livros S. L., 1998.
- LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textos. In: PALTÍ, Elías José. *“Giro lingüístico” e historia intelectual*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- MIGNOLO, Walter. Los cánones y (más allá de) las fronteras culturales (o ¿de quién es el canon del que hablamos?). In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998.
- MOTA, Carlos Guilherme. A Inacabada História da História do Brasil. In: *História e contra-História: perfis e contrapontos*. São Paulo: Globo, 2010.
- PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Unicamp: Editora da Unicamp, 2010.
- RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. São Paulo: Editora 34, 1995.

RORTY, R.; SCHNEEWIND; SKINNER, Q.(org.) *La filosofía en la historia*. Ensayos de historiografía de la filosofía. Barcelona: Paidós, 1990. KOTHE, Flávio R. *O cânone colonial*. Brasília: Ed. UNB, 1997.

RODRIGUES, José Honório. *Historiografía del Brasil*. Siglo XVI. México: IPGH, 1957.

_____. *Historiografía del Brasil*. Siglo XVII. México: IPGH, 1963.

_____. *História da história do Brasil*. 1º parte. Historiografia colonial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

_____. *História da história do Brasil*. Vol. II. Tomo1. A historiografia conservadora. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978-1988.

_____. *História da História do Brasil*. Vol. II. Tomo2. A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978-1988.

SAAD, Cesar L. V.K. Um teórsta nos trópicos: a escrita de Teoria da História do Brasil de José Honório Rodrigues (1939 – 1949). [Dissertação de mestrado] Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SANTOS, Pedro Afonso Cristovão dos; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Mutações do conceito moderno de história? Um estudo sobre a constituição da categoria “historiografia brasileira” a partir de quatro notas de rodapé (1878 – 1951). In: SILVA, Ana Rosa Clocllet da; NICOLAZZI, Fernando; PEREIRA, Mateus (org.). *Contribuições à História da Historiografia Luso-Brasileira*. São Paulo: Hucitec Editora, 2012.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Tradicione selectivas. Cambio, continuidade y ruptura em historia intelectual. Revista Almanack. Guarulhos. Nº07, p.5-26, 2014.

SLOTERDIJK, Peter. *Derrida um espcio*. São Paulo: Estação liberdade, 2009.

SULLÀ, Enric. El debate sobre el canon literário. In: SULLÀ, Enric. *El Canon literário*. Madrid: Arco/Livros, S.L., 1998.

TURIN, Rodrigo. História da Historiografia e memória disciplinar: reflexões sobre um gênero. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*. Nº13. Dezembro, p.75-98, 2013.

_____. Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* historiador oitocentista. Ouro Preto. *Revista de História da Historiografia*, nº.2, março, p.12-28, 2009.

Breve retrato do processo de legitimação dos estudos de Ficção Científica nos Estados Unidos

Willian Perpétuo Busch

busch.wpb@gmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

<http://lattes.cnpq.br/6504913432035461>

Resumo: A Ficção Científica experimentou um processo de transição ao longo da segunda metade do século XX. Outrora uma literatura de nicho, a partir do trabalho de diferentes críticos ela conquistou um espaço dentro das universidades norte-americanas. O objetivo deste trabalho é discutir como algumas destas aproximações foram estabelecidas e se desenvolveram. Assim, visamos compreender como a legitimação da Ficção Científica foi multifacetada e composta por diferentes pontos de vista e propostas de interpretação.

Palavras-chave: História da Ficção Científica. História dos Estados Unidos. Teoria Literária. História das Ciências nos Estados Unidos

Abstract: Science Fiction was the site of a major process of transition during almost half of the XX century. Once consider was a literature that was reclude to certain groups, after the work of the critics and scholars, Science Fiction manage to conquer a space in the United States academic scene. The aim of this text is to discuss some of these approximations and how they worked. By doing so our goal is to understand how the process of legitimization of Science Fiction has plural and structured by very different points of view and ideas of interpretation.

Keywords: History of Science Fiction. History of United States. Literary Theory. History of Sciences in the United States.

Introdução

Ofertar ao leitor um “breve retrato” do “processo de legitimação” dos estudos de Ficção Científica nos Estados Unidos é uma tarefa complexa e, por definição, parcial. Diferente duma abrangência panorâmica, que poderia contar com dezenas de participantes, humanos e não humanos, o nosso “retrato” é *menor* e habitado por alguns poucos: James O. Bailey, Willy Ley, Thomas Clareson e Darko Suvin. Alertamos que outros nomes foram fundamentais nesse processo, como James Gunn, Gary K. Wolfe e Richard Dale Mullen, e que, duma maneira desastrada, mas bem intencionada, podemos por hora apenas indicar com um breve e tímido aceno.

Na primeira parte deste capítulo iremos abordar o “processo de legitimação” e como os estudos sobre Ficção Científica que ocorriam fora das universidades operavam. Trataremos também do primeiro contato entre os críticos na década de 1940, para evidenciar qual dinâmica foi produzida, para depois ser operacionalizada nos anos seguintes e desfeita. Entre os nomes principais desta primeira etapa, indicamos James O. Bailey, Willy Ley e Thomas Clareson.

O segundo bloco do capítulo contextualiza algumas das mudanças na Ficção Científica para adentrar no pensamento de Darko Suvin como um dos marcos para a entrada destes estudos

no espaço universitário na década de 1970. Iremos expor como a sua definição conceitual foi produzida e quais as suas modalidades operacionais, para finalizar com a análise duma crítica feita por Suvin para Clareson.¹⁴⁶

1

O que caracterizamos por “processo de legitimação” dos estudos de Ficção Científica não passa duma nomenclatura rebuscada para algo que, apesar de parecer simples, não é: como a Ficção Científica, vista como uma literatura com pouco prestígio e consumida pelas massas¹⁴⁷, tornou-se um objeto de estudo nas universidades norte-americanas? A “legitimação”, como um processo, não é nada mais do que um conjunto de estratégias discursivas e debates que foram produzidos por sujeitos que tinham algum envolvimento acadêmico.

Ora, estudar a Ficção Científica não era uma novidade. As revistas de Hugo Gernsback, F. Orlin Tremaine, John W. Campbell, entre outros, eram repletas de cartas dos leitores (frequentemente também autores). A comunidade que editava, escrevia e lia tais revistas já produzia, por si, um “estudo nativo”. Alguns destes, como Robert Heinlein, Isaac Asimov, Campbell, por exemplo, tinham frequentado (ou participavam ativamente) do ambiente universitário. A legitimação da Ficção Científica para estes grupos era produzida, circulava e resolvida nas revistas.¹⁴⁸

A legitimação que queremos retratar tem relação com essa, mas uma dinâmica ligeiramente diferente. Antes de seguir, apontamos para o estudo sistemático e extenso dessa literatura produzida nas revistas, realizado por Mike Ashley com um recorte que cobriu os movimentos literários europeus e como estes ganharam uma nova dinâmica nos Estados Unidos a partir da década de 1920 e seguiram se transformando até os anos 1990. Do primeiro volume, de 2000, passando pelo segundo de 2005, bem como no terceiro de 2007 e o mais recente, de 2016, Ashley correlaciona as revistas, as estratégias editoriais, a transição para os livros e o advento da Internet como elementos situados historicamente e com impactos na literatura.

Tom Shippey (2002) apontara que o período entre 1950 e 1970, fundamental para a literatura de Ficção Científica, tanto por conta de mudanças internas quanto externas, não contava com um

146 Visando suprimir as faltas causadas pelas nossas limitações argumentativas e materiais, indicaremos outros nomes que também contribuíram para a legitimação da Ficção Científica como objeto de estudo.

147 Essa era a aceitação geral do lugar social da Ficção Científica e das HQs pelo senso-comum norte-americano.

148 O que não significava que o restante da população norte-americana consumia ou se interessava por esse material. O uso do pseudônimo poderia, ocasionalmente, ser fruto da tentativa de ocultar o consumo e escrita desta literatura para outros.

desenvolvimento da crítica acadêmica. A legitimação da Ficção Científica era a construção e o assentamento dum conhecimento literário auto-referente.

O misterioso Santo Graal da Ficção Científica – o autor ou autora responsável pela sua origem – tornou-se um dos temas quando a crítica acadêmica se aproximou. A atribuição da paternidade para Jules Verne, H.G. Wells, Edgar Allan Poe e Mary Shelley, foram compostas nesse período. Verne, Wells e Poe eram opções recorrentes, uma vez que as revistas constantemente publicavam os seus textos¹⁴⁹. O caso de Mary Shelley foi proposto e defendido por Brian Aldiss em 1973, num livro que visava ser a *primeira história* do gênero. A atribuição não era, nem de longe, feita de modo gratuito e era disposta num horizonte da tradição textual que conectava a Ficção Científica e o Romantismo. O antropólogo Leon Stover, em 1972, afirmou que a invenção era norte-americana por excelência, com Hugo Gernsback responsável pelo pontapé inicial e Campbell pelo seu desenvolvimento posterior¹⁵⁰.

A definição pela história da Ficção Científica implicava numa proposta conceitual. Nos “estudos nativos” referenciados anteriormente, a cisão entre Ficção Científica e Fantasia (ou a sua junção), era resolvida pelos editores. Campbell, para a *Astounding Stories*, publicava histórias que entendia serem de Ficção Científica, enquanto uma outra revista, *Unknown*, tinha uma abertura maior para o fantástico. O declínio das revistas no pós-guerra e a substituição por livros, ainda contava com o martelo do editor e uma consideração de público-alvo – demanda das editoras.¹⁵¹

A definição conceitual da Ficção Científica tem uma função metodológica evidente. Uma vez modulada, será a partir dela que o crítico irá definir quais obras que irá (ou não) analisar e discutir. Na década de 1940, num momento que as revistas experimentavam um crescimento regular, apesar do conflito na Europa, James Osley Bailey (1903 – 1979) protagonizou um deslocamento em direção ao ambiente universitário. No periódico *American Literature*, em 1942, Bailey argumentou que a obra *Symzonia: A Voyage of Discovery*, de 1820, havia sido escrita por John Cleves Symmes, Jr. (1780-1829) e representava o uso da literatura como instrumento de divulgação científica. O argumento foi desenvolvido por Bailey em 1947 e fez parte duma obra que ocuparia o posto de precursora nos estudos acadêmicos de Ficção Científica: *Pilgrims Through*

149 A impressão que tivemos e que poderiam resultar num aprofundamento analítico interessante é a relação entre a defesa dum autor e a sua nacionalidade com as preferências do seu defensor. Supondo um crítico imaginário que goste de literatura francesa, o seu argumento tentará traçar algum protagonismo para Verne, enquanto outro crítico, também imaginário, com preferências direcionadas a literatura norte-americana, será sensível aos trabalhos de Edgar Allan Poe, por exemplo. A defesa apaixonada de Aldiss por Mary Shelley parece ganhar uma nova camada de sentido quando lembramos a nacionalidade partilhada entre a autora e o crítico (que também era autor).

150 Stover foi o primeiro no espaço acadêmico em defender Gernsback e Campbell. Todavia, argumentos deste tipo já existiam desde a década de 1950, como era o caso de Sam Moskowitz, por exemplo.

151 Além os trabalhos de Ashley citados, indicamos a nossa dissertação de mestrado (2019), bem como a monumental *Astounding - John W. Campbell, Isaac Asimov, Robert A. Heinlein, L. Ron Hubbard and the Golden Age of Science Fiction* (2016) de Alec Nevala-Lee.

Space and Time: Trends and Patterns in Scientific and Utopian Literature. A importância deste texto seria construída ao longo dos anos, como em 1951 por James Gunn (2018) e depois em 1970 pela *Science Fiction Research Association*, que criou o prêmio *Pilgrim Award*.

O texto de Bailey era fruto de sua trajetória acadêmica, construída majoritariamente dentro da University of North Carolina. Nesta instituição obteve o seu bacharel, em 1924, e em 1927 defendeu uma dissertação de mestrado focada em H.G. Wells. Completou o doutorado na sequência, em 1934, com uma tese que estendia as questões de Wells em vista da literatura inglesa do período Vitoriano. Bailey trabalhou como professor na Wofford College, em Spartanburg, South Carolina, e posteriormente passou a integrar o Departamento de Inglês da University of North Carolina.

Em 1948, *Pilgrims* foi resenhado por Willy Otto Oskar Ley (1906 – 1969), na *Astounding Science Fiction*. Digno de nota que essa avaliação da obra de Bailey teve um teor (ou um sabor) acadêmico importante, e configurou um aspecto constitutivo do que estava envolvido na prática de legitimação do campo. A resenha foi um momento de encontro entre uma produção oriunda do cenário acadêmico e a opinião de alguém que estava envolvido nas revistas de Ficção Científica.

Ponto de tensão e conflito, a trajetória de Ley corrobora para apresentar outro caminho possível para a construção do pertencimento ao campo. Oriundo da Alemanha, Ley estudou diferentes ciências na Friedrich-Wilhelms-Universität, atualmente Humboldt-Universität zu Berlin. Seus tópicos de interesse variavam da Paleontologia e Zoologia até a Física e Astronomia. Marcado por uma postura autodidata, Ley tinha uma postura neo-Humboldtiana, que almejava a ciência como uma totalidade.(BUSS, 2017, p. 26)

O desenvolvimento dos foguetes e a proposta de exploração espacial não passaram despercebidos para o jovem Ley. Participando de associações e produzindo vários textos que almejavam a divulgação científica, o entusiasta foi contratado por Fritz Lang para ser um assessor técnico das representações científicas de um filme que estava sendo produzido pelo diretor: *Die Frau im Mond* (1929). Após a tomada de poder pelos nazistas, a situação de Ley mudou e ele optou por fugir da Alemanha. Em 1935, chegou a Londres e de lá seguiu para os EUA. Seu conhecimento científico foi empregado pelo estado norte-americano e em 1936 assumiu a supervisão de um projeto que almejava distribuir correspondências usando foguetes.

Quatro anos antes de resenhar o texto de Bailey, em 1944, Ley publicou *Rockets – The Future of Travel Beyond the Stratosphere* que tratava do funcionamento dos foguetes e de perspectivas de exploração espacial. Assim, o encontro de Ley com Bailey não foi apenas entre o cenário

acadêmico e o público especializado, mas entre duas pessoas que, apesar de ocuparem áreas distintas na sociedade, estavam de algum modo envolvidas com ciência.

Ley foi detalhista em sua análise de *Pilgrim*, atentando para demarcar a importância material e intelectual daquele trabalho, bem como sua editora de origem, a Argus Book, que fazia sua estreia. Outro ponto enfatizado é a trajetória de Bailey e como o livro era composto por um conjunto de recortes de seu mestrado, e depois do doutorado. Para Ley, que esteve desde cedo envolvido com divulgação científica, isso era altamente problemático por dois motivos.

O primeiro era que a proposta de Bailey estava restrita a poucos autores, como Wells, Poe, Stapledon e Verne e, o segundo, era a ausência de estilo na escrita, ao ponto do resenhista tecer um comentário ácido: “Dr. Bailey parece ser um exemplo categórico de um Doutor de Literatura desprovido de qualquer senso de humor¹⁵²”. Ley(também discutiu a proposta de interpretação que ganhava forma ali. Voltamos para a ideia de Bailey na qual o autor de *Symzonia* teria sido Symmes. A teoria da Terra Oca não era uma proposta original, mas algo que já havia sido discutido por Edmund Halley (1656-1742) e que, no entender do resenhista, Bailey parecia desconhecer.

Outra ausência, ao entender de Ley, materializou-se em outros autores que poderiam ser utilizados para se pensar na origem da Ficção Científica, tais como Alexey Tolstoi (1883-1945)¹⁵³, Kurd Lasswitz (1848-1910), Hans Dominick (1872-1945) e vários outros. E, conforme vimos, o resenhista tinha participado na produção de um filme de Ficção Científica, e esse tipo de mídia também foi ignorado por Bailey. As ausências em termos históricos revelam um segundo conjunto identificado por Ley. Isto é, autores contemporâneos, como Asimov, Campbell, de Camp, Heinlein, entre outros. Tal agrupamento pode ser percebido, em linhas gerais, como o núcleo de pessoas que estavam envolvidas com a Ficção Científica norte-americana do período, e no entender do resenhista, tinham óbvia importância. Ley também não ficou satisfeito com a maneira pela qual autores, como Burroughs e Otis Adalbert Klin são citados por Bailey. As histórias escolhidas destes, em nenhum dos casos, parece representar em termos individuais o que de melhor estes haviam feito.

Percebe-se, a partir da proposta de Bailey e da recepção/reação de Ley, que o contato entre o campo acadêmico e a Ficção Científica, que na época circulava nas revistas, não pode ser pensado em vista de uma posição horizontal. Não há, de um lado, o sujeito acadêmico que é dotado do saber e do outro um receptor amorfo e passivo. Pelo contrário, é o choque entre dois sujeitos que detêm trajetórias acadêmicas e que ocupam posições específicas. Bailey detinha a

152 No original: “Dr. Bailey seems to be an outstanding example of a Doctor of Literature minus any sense of humor.” (LEY, 1948, p. 154) Tradução nossa.

153 A obra de Tolstoi chegaria ao cinema soviético com *Aelita* em 1924, com direção de Yakov Protazanov.

posição de um doutor em Letras e, posteriormente, de professor universitário. Já Ley era um cientista com interesses variados, que era reconhecido como propagador das ciências, mas também como escritor de Ficção Científica. Ser o resenhista na *Astounding Science Fiction* implicava que a figura chefe, o editor Campbell, concordava (ou ao menos era favorável) às opiniões de Ley.

As críticas presentes na resenha de Ley exclamam para uma tipologia que pode ser instrutiva para a compreensão do processo de legitimação. O que ganhava contorno era uma definição da Ficção Científica. Essa não era estável e dada de antemão, mas construída a partir dos autores que o crítico utilizaria para traçar a historicidade do gênero, bem como sua circulação coetânea. Produzir uma história que valida tais autores e recusa outros, era o núcleo da legitimação e na medida em que isso era feito, também se colocava em questão como interpretar e divulgar tal material.

No que se refere à interpretação, isto aparece em Ley na medida em que as omissões de Bailey são apresentadas, como também quais autores e histórias são escolhidos e as implicações de tal prática. Já a divulgação, e esse nos parece ser um interesse que reflete principalmente na trajetória de Ley, está na produção de um estilo que fosse capaz de circular para o público geral e não apenas no setor acadêmico. As críticas presentes na resenha de Ley¹⁵⁴ exclamam uma tipologia que pode ser instrutiva para a compreensão do processo de legitimação. O que ganhava contorno era uma definição da Ficção Científica que não era estável e dada de antemão, mas construída a partir dos autores que o crítico utilizaria para traçar a historicidade do gênero, bem como sua circulação coetânea. Produzir uma história que valida tais autores e recusa outros, era o núcleo da legitimação e se colocava em questão como interpretar e divulgar tal material.

O estudo acadêmico da Ficção Científica, produzido por Bailey, foi barrado pelo estudo da Ficção Científica “nativo” de Ley. Impulsionados pelo GI Bill, os veteranos norte-americanos se inscreveram e passaram a ocupar posições de pesquisa e ensino nas universidades. Os estudos de Ficção Científica seriam impactados exponencialmente por esse novo contexto. (GRAFF, 2007; METTLER, 2005; SEED, 2010)

Em 1951, a primeira tentativa de reabilitação do trabalho de Bailey foi realizada por um veterano da guerra, James Gunn, que realizou o seu mestrado em Inglês na Northwestern University, com uma dissertação sobre Ficção Científica. Partes deste trabalho foram publicados na *Dynamic Science Fiction*, uma revista de Ficção Científica. Alguns anos antes, em 1949, Thomas D. Claeson, havia finalizado o seu mestrado na Indiana University e viria a receber o título de doutor em 1956 pela University of Pennsylvania. Claeson, que em 1970 fundaria a *Science Fiction*

Research Association, publicou em 1953 um artigo na *Science Fiction Quarterly*, outra revista de Ficção Científica, e em 1959, Clareson seria o fundador da *Extrapolation: An Annotated Checklist of American Science-Fiction 1880-1915*, tendo como sede o College of Wooster e o Departamento de Inglês, onde lecionava.

Em 1958, junto com Edward S. Lauterbach da Purdue University, Clareson organizou um painel e uma conferência sobre Ficção Científica na Modern Language Association of America. A *Extrapolation*, entre 1959 e 1970, manteria uma forma de veiculação de resenhas, junto com anúncios de eventos e publicações. Todavia, a partir de 1970, assumiu uma forma de periódico acadêmico, recebendo artigos sobre Ficção Científica e Fantasia. Quando a *SFRA* despontou sob o comando de Clareson, possuía um periódico de divulgação, o *The Newsletter*, *The Review* que posteriormente veio a ser conhecido como *SFRA Newsletter*. Ali, novos títulos de Ficção Científica, tanto de literatura, teoria ou história eram divulgados. O que Clareson fez foi integrar a *ETP*, que já existia há onze anos, dentro da *SFRA* e com isso aumentar significativamente seu público, além de fazer circular em paralelo com a *Newsletter*. Desta forma, a *SFRA*, enquanto primeira organização direcionada ao estudo de Ficção Científica tinha dois canais de comunicação e divulgação do campo.

Se, em 1948, Ley rechaçava a obra de Bailey, convém questionar como houve um movimento de transformação para que em 1970 a obra tomasse um estatuto completamente diferente, ao mesmo tempo que recebia e se transformava no prêmio de reconhecimento crítico em torno da legitimação do estudo da Ficção Científica. O artigo de Clareson anteriormente mencionado, que foi publicado em 1953 na *Science Fiction Quarterly*, parece ser um marcador das mudanças.

The Evolution of Science Fiction é um texto surpreendente em diversos aspectos. Escrito em um teor didático e refinado, a partir do uso e discussão de referências literárias e teóricas, a aposta de Clareson foi perceber que a Ficção Científica vinha sendo definida a partir de critérios subjetivos, feitos por aquilo que o autor chamou de “entusiastas”. Assim, a partir de preferências pessoais, estes valorizam certas histórias e ignoram outras. Além disso, essa relatividade desconsiderava que tal literatura fazia uso de formas epistêmicas de sua época e que estas adquiriram caráter obsoleto com o passar do tempo.

A tipologia proposta por Clareson almejava construir uma percepção sobre a história da Ficção Científica em vista de quatro grandes grupos. O primeiro seria tudo aquilo que veio antes do século XIX e serviria de base para a posterioridade. O segundo era datado do começo do XIX, principalmente com o retorno do Romantismo e a maneira como diferentes autores se apropriaram de propostas científicas em suas histórias. O terceiro abrangeria o fim do XIX e o

começo do XX, no qual o desenvolvimento das ciências da geologia, psicologia, biologia e arqueologia, bem como física e química, tornaram possível uma produção que segue até o começo da década de 1940. Por fim, o quarto grupo seria o período contemporâneo ao momento em que Clareson estava escrevendo, no qual ele reconhece que cada vez mais estava sendo feito o uso de questões de cunho sociológico e psicológico para pensar a relação entre homem, ciência e sociedade.

O argumento de Clareson vai ganhando forma a partir de referências ao conhecimento científico e como este impacta as obras de literatura que o circundam. A reação da literatura não é pensada apenas em vista de uma escolha superficial de autores e histórias – tal como Ley tinha acusado Bailey de fazer. Clareson opta por usar referências acadêmicas como James Gunn, e Dorothy Scarborough

Retomando os critérios de Ley para arguir contra Bailey, percebemos que Clareson estabelece uma estratégia retórica sólida, que combina erudição acadêmica e estilo de divulgação científica, afinal se tratava de algo que estava sendo publicado em uma revista de histórias de Ficção Científica, e não em um periódico científico. Clareson circula entre as teorias científicas e a literatura com uma fluidez tamanha, o que contribui para a construção do seu principal argumento – a Ficção Científica como uma arte original que, a partir do contato com o conhecimento sociológico e antropológico, deixou de ser uma literatura orientada apenas nas plots, mas sim nos personagens. A Ficção Científica era tanto uma forma de análise e interpretação do mundo, quanto um espaço para especular sobre seu futuro.

2

Em 1971 é lançado *SF: The Other Side Realism*, editado por Clareson, o livro tem cerca de 360 páginas, sendo publicado pela Bowling Green State Press. Clareson escreve o artigo introdutório, mas mobiliza um vasto conjunto de contribuições. Entre elas estavam Judith Merril, Brian W. Aldiss, Samuel R. Delany, James Blish, Norman Spinrad, H. Bruce Franklin, R. D. Mullen, Robert Plank, Alex Eisenstein, Mark R. Hillegas, Franz Rottensteiner, Stanislaw Lem e Alexei Panshin¹⁵⁵.

155 No ano seguinte Clareson organizou um novo volume com o título de *Science Fiction Criticism: An Annotated Checklist*, agora com o selo da editora da Kent State University. O caráter dessa segunda publicação difere da primeira e visou oferecer um guia de tudo que havia sido publicado no âmbito acadêmico sobre Ficção Científica. Essa mesma editora também publicou *Many Futures, Many Worlds: Theme and Form in Science Fiction* e que seguia o modelo de organização de 1971, mas agora contava com outros nomes como Gary K. Wolfe, Robert H. Canary, S. C. Fredericks, para citar apenas alguns.

As contribuições de artigos com o formato acadêmico em revistas de Ficção Científica que, apesar de não contarem o prestígio da *Astounding* ou da *Amazing Stories*, marcaram a superação da hegemonia interpretativa representada por Ley. Cele Goldsmith assumiu em 1958 o cargo de editora da *Amazing Stories* e da *Fantastic* e passou a apostar em histórias que fossem menos viciadas num fetichismo tecnicista, como Campbell, Asimov e Heinlein tanto apreciavam, e experimentassem – tanto na sua forma quanto no seu conteúdo.

Um ano antes da ascensão editorial de Goldsmith, o teórico Northrop Frye (1957), lançou uma proposta de interpretação da literatura que viria a abrir caminho para o estudo do Fantástico. A frutificação disto ocorreu na década de 1970 com Tzvetan Todorov (1973), em paralelo com a criação do periódico *Science-Fiction Studies* por Richard Dale Mullen e Darko Suvin.

Assim como Gunn, abordaremos os trabalhos de Mullen em outras ocasiões. Por hora, entendemos que é suficiente estabelecer alguns apontamentos. Mullen nasceu em 1915 e, antes da guerra, ingressou na universidade, mas acabou optando por uma carreira de editor do jornal que pertencia à sua família. Todavia, no pós-guerra, tornou-se viável retornar para a universidade, vindo a ocupar o posto de professor na Indiana State University.

Mullen fazia parte da geração que na infância e juventude teve contato com as revistas de Ficção Científica, de modo que Edgar Rice Burroughs foi uma das suas primeiras referências. Contribuições na forma de resenhas e artigos para a *Extrapolation* feitas por Mullen começaram a aparecer na segunda metade da década de 1960, além de ser um dos colaboradores de Claeson durante a criação do SFRA.

Darko Suvin nasceu no território croata que, em 1934, era organizado pelo estado da Iugoslávia. A ascendência judaica foi suprimida por Suvin, que mudou o sobrenome quando o período de perseguição começou a se alastrar na Europa. Na década de 1960 assumiu o cargo de professor de literatura comparada na Zagreb University e migrou para os Estados Unidos em 1967 e depois para o Canadá, lecionando na McGill University.

Em uma entrevista para Horst Pukallus (1991), Suvin situou que o contexto de sua chegada, bem como o interesse por parte dos estudantes em debater a Ficção Científica eram consonantes com o crescimento de diferentes movimentos sociais que buscavam melhores direitos na sociedade norte-americana. Suvin afirmou também que aqueles pesquisadores que estavam interessados em estudar a Ficção Científica faziam parte de uma certa intelectualidade orientada para a Esquerda, interessados em pautas sobre as minorias, feminismo, pós-colonialismo etc, em oposição aos leitores norte-americanos brancos de classe média que consumiam aquela literatura.

Suvín, a partir duma criativa conjunção teórico-metodológica – que começou a ser desenvolvida no artigo de 1972, vindo a ganhar corpo nos seus trabalhos para o Science-Fiction Studies e sintetizada no seu livro de 1979 – que mobilizava Northrop Frye, Karl Marx, Mikhail Bakhtin, Eric Auerbach, Henry Lefebvre, Émile Durkheim, Wolfgang Kaiser, Raymond Williams, entre outros. Aparato crítico que, em seu turno, era direcionado para as obras de Jack London, Yegveny Zamitan, Jules Verne, H.G. Wells, por exemplo. (SUVIN, 1972, 1979)

O artigo de 1972 que mencionamos foi publicado no periódico *College of English*, criado em 1939 e parte do *National Council of Teachers of English* e, portanto, de alto prestígio. O título escolhido por Suvín era provocativo: *On the Poetics of the Science Fiction Genre* e combinava questões teóricas textuais com inscrições sociológicas. Isto é, Suvín tinha em vista a comparação entre a representação científica que uma obra fazia e quais relações esta imagem tinha com o conhecimento científico na ocasião de sua produção. A análise da literatura era somada com a conceitualização da Ficção Científica como uma literatura de *estranhamento cognitivo*.

Pensar no estranhamento cognitivo era supor um espectro analítico que oscilava entre polaridades. Dum extremo estava a equivalência integral entre o mundo empírico do autor e aquele apresentado na sua literatura e do outro lado não era possível estabelecer qualquer equivalência. Aplicando isto na história da literatura, Suvín integrou a Ficção Científica como herdeira das utopias modernas, mas também das narrativas de viagem que proliferaram na Antiguidade.

A Ficção Científica e os mitos são situados num mundo metafísico que difere em grau daquele mundo do autor. Dito doutro modo, era impossível categorizar esse material no polo da equivalência total, todavia ainda era necessário uma diferenciação mais refinada. O *estranhamento* serve como um ato cognitivo e criativo, mas não é exclusivo da Ficção Científica e também se faz presente nos mitos, contos de fadas, bem como na fantasia. (SUVIN, 1972, p. 373–375)

Na proposta de Suvín, o mito apresentava as relações humanas como fixas e determinadas por agentes extra-humanos que ocupavam posições superiores – como deuses e espíritos. As narrativas míticas, apesar de serem dotadas de alto grau de variabilidade, mantêm as estruturas rígidas relacionais e acabam por reafirmá-las. Três autores, Claude Lévi-Strauss, Carl G. Jung e Ernst Cassirer nos auxiliaram em compreender os contornos desta visão.

Para Claude Lévi-Strauss (1958) era uma necessidade do homem para o processo de criação cultural, sendo uma ferramenta que opera com o mundo natural estabelecendo valores e codificações. Tratava-se duma operação simbólica com signos, de modo que a experiência concreta e prática conferia lógica para a cultura. O circuito de afirmação da natureza pelo mito confere para este uma imutabilidade que Carl G. Jung (2014) viria a conceituar como arquetípica,

originando no coletivo e se manifestando no indivíduo a partir de imagens. Para Cassirer (1996, 2001, 2004, 2011, 2013), a definição do homem advém da sua capacidade de expressão e produção de imagens-mundo, isto é, formas simbólicas, como a linguagem, o mito, as religiões, as artes e as ciências. As formas simbólicas integram mecanismos de cognição, com regras morais e materialidades estéticas que ganham dinâmica a partir da dialética entre a vida (Leben) – a experiência do homem no mundo – e o espírito (Geist) – a reflexão do homem sobre o mundo. O mito parte duma situação de desequilíbrio em função daquilo que se entende por mundo. Estranhamento que, ao longo da narrativa mítica, será neutralizado e resultará no equilíbrio, bem como na distribuição de atribuições morais, celebrando os heróis e punindo aqueles que atentaram contra a ordem natural (que é, em essência, natural).

No conto de fadas, Suvin pontuou que o autor cria um mundo paralelo que não tem correlação com o conhecimento científico nem com o ambiente social. Tapetes voadores e heróis pobres que se tornam governantes, exemplos dados por Suvin inclusive, não questionam as sociedades do autor, do leitor e nem a representação que esta faz doutras culturas. (SUVIN, 1972, p. 375)

O mundo da fantasia para Suvin opera com leis que, ocasionalmente, podem ter relação com o autor ou leitor, mas não se focam nestas. A categoria de fantasia utilizada por Suvin é vasta, incluindo desde os trabalhos de J.R.R. Tolkien, como as variações do gótico, bem como aquelas histórias que eram publicadas na *Weird Tales*, e que viriam a se popularizar com H.P. Lovecraft.¹⁵⁶ (SUVIN, 1972, p. 375)

Nos termos dos autores mencionados anteriormente, podemos pensar no Conto de Fadas em vista do pensamento de Lévi-Strauss enquanto uma narrativa que pode começar a partir de dados concretos (personagens), sendo informada por conteúdos do imaginário (fadas, anões, gnomos) e que se descola do concreto para oferecer algum tipo de formulação moral. Em uma perspectiva mais próxima de Cassirer, os contos de fadas não seriam uma outra forma simbólica, mas um tipo de forma simbólica mítica em que a orientação moral assume o posto de centralidade em relação ao campo do rito religioso e do sagrado. Em Jung os contos de fadas servem como outras roupagens dos arquétipos, mas seguem dependendo destes para existir na vida consciente.

156 Para Suvin, Lovecraft não poderia ser Ficção Científica, pois esse tipo de estranhamento não resultava numa crítica das suas possibilidades, aplicações, etc., mas num mero escapismo irracionalista. Discordamos deste tipo de interpretação, pois, ao trabalhar com uma categoria ampla, o resultado analítico é uma generalização que não considera as nuances que o estranhamento pode vir a ter. Exploramos noutra ocasião (BUSCH, 2019) como os protagonistas em Lovecraft eram cientistas, médicos ou detetives e, ao entrar em contato com formas de vida alienígenas, colocavam em cheque os limites da razão e do conhecimento científico.

Já no caso da Fantasia encontramos uma tensão e também um limite com o mundo empírico. Se a base para a separação entre natureza e cultura, como quer Lévi-Strauss, é constituída pelo contato material, as fantasias seriam uma negação disso. Convém pontuar que as fantasias para uma sociedade como a nossa, onde um certo tipo de pensamento científico é predominante, são diferentes das fantasias de uma outra sociedade, em que os padrões de referência são distintos. Diferentes práticas produzem diferentes ciências, algo que ganhou muito destaque nos trabalhos de Ursula K. Le Guin. A fantasia enquanto conceito geral é a negação de ambos. No viés de Jung, a fantasia não atravessa o sonho, mas também pode tomar o controle da consciência a partir de experiências que são nocivas para o coletivo¹⁵⁷.

Em uma perspectiva informada pela teoria de Cassirer, uma fantasia pode ser um momento no qual a forma simbólica passa a ter problemas para explicar um evento ou fenômeno. É o aparecimento de algo que não estava dentro daquele conjunto e que sua ressignificação e integração pode vir a fazer romper os próprios mitos¹⁵⁸.

Os modelos de extrapolação portam consigo um estranhamento científico e social, mas têm certas limitações, que se revelam pela própria realidade do autor. Um caso utilizado como exemplo por Suvin é *We* (1924) de Zamiatin.

Yevgeny Zamiatin (1884-1937) foi um engenheiro naval russo que era próximo dos bolcheviques durante a Revolução Russa. Responsável por traduzir trabalhos de London e Wells para o russo, sua crítica diante dos cerceamentos da liberdade tornaram sua posição frágil dentro da Rússia. Zamiatin escreve *We* e consegue enviar o texto para publicação nos Estados Unidos, sendo lançado em 1924. Uma cópia do texto em russo foi enviada para Marc Lvovich Slonim (1894 – 1976), que o publica em Praga. A resposta dos soviéticos foi a proibição do texto e também de quaisquer outras publicações do autor.¹⁵⁹

A história de *We* se passa mil anos no futuro. O planeta é regido pelo Estado Único e todas as necessidades dos cidadãos são providas por ele. A vida é organizada milimetricamente a partir de tempos específicos para o trabalho e o lazer (tabelas semelhantes àquelas do horário do trem). A sexualidade também está inscrita dentro da lógica do Estado que a regula a partir de um cupom rosa. O sexo é visto como uma atividade que deve ser regida por moderação. O protagonista é D-503, construtor chefe da Integral, apaixona-se por I-330. Suas experiências com ela são diferentes daquelas que ele havia tido antes. Ele começa a ter relações com ela fora do

157 Um exemplo é a fantasia da superioridade ariana, uma manifestação da sombra coletiva, que tomou conta da sociedade alemã durante a ascensão de Adolf Hitler. (JUNG, 1970) (BIALAS; RABINBACH, 2007; STAUDENMAIER, 2014)

158 Como exemplo podemos pensar na maneira como as ontologias ameríndias tiveram dificuldade em integrar a existência dos brancos e suas maneiras de sociabilidade, guerra e conquista. (CONKLIIN, 2001; LIMA, 1996; VIVEIROS DE CASTRO, 1986, 2009, 2011)

159 Sobre a relação de Zamiatin com Wells: (PARRINDER, 1973)

tempo especificado, quebrando as regras que haviam sido instituídas pelo Estado. A Integral estava sendo construída para levar a racionalidade do Estado para todo o universo e I-330 fazia parte de um grupo que almejava sabotar esse equipamento, bem como destruir um grande muro que separava o Estado de uma outra área que era habitada por humanos. A resposta do Estado foi remover completamente as emoções e a imaginação, mas os atos dos revolucionários conseguiram dar início a um processo de mudança dentro do próprio governo.

Pensando a partir do modelo de extrapolação proposto por Suvin, o que Zamiatin fez foi levar até a última consequência os modelos de pensamento que estavam circulando durante o período posterior da revolução russa. A lógica do Estado Único é uma extrapolação das possibilidades que o regime soviético poderia tomar. Mas a extrapolação também atinge o campo das ciências, na medida em que o Estado é regido por uma matemática e uma lógica minuciosa em que não há espaço para o irracional. Isso implica uma remoção da individualidade que começa com a organização da vida social, atravessando o controle do prazer e descambando na supressão das emoções e da imaginação.

Já o modelo analógico é situado por Suvin entre os trabalhos de Jorge L. Borges, Stanislaw Lem, Karel Capek, entre outros. Nestes, há um uso de analogias fornecidas pelo conhecimento filosófico que pode colocar em questão todo o conjunto de uma sociedade. Suvin reforça que não precisa ser uma mudança muito ampla, mas um mero detalhe que teria amplas consequências. Havíamos comentado, anteriormente, que os trabalhos de Lovecraft seriam inscritos por Suvin dentro do eixo fantástico. Ocorre que em 1975 Borges lançou um conto, dentro do *El libro de arena*, que fazia homenagem direta a Lovecraft (como consta na dedicatória): *There Are More Things*¹⁶⁰.

A história é focada na experiência do protagonista que, quando estava prestes a terminar sua graduação em Filosofia nos Estados Unidos, recebe a notícia de que seu tio faleceu na Argentina. A experiência de retorno é mesclada por relatos da sua infância e como seu tio era interessado por filósofos, pensadores e matemáticos que flertavam com o Idealismo.

Borges gasta muitas páginas para construir um emaranhado de referências que sustentam uma visão positiva sobre a racionalidade e a ciência. O protagonista vende a casa que seu tio morava para um forasteiro. Posteriormente ele descobre que o sujeito havia destruído grande parte da estrutura interior e essa curiosidade descamba em uma visita noturna na antiga casa, situação na qual ele encontrará uma criatura monstruosa que causa tamanho estranhamento que é impossível de ser descrita. Enquanto o modelo de extrapolação leva ao limite um tipo de

160 O livro foi escrito em espanhol e conta com uma coleção de contos. Todos os contos tinham títulos espanhóis, exceto esse que recebeu o título em inglês.

conhecimento científico e social, como o Estado Único no caso de Zamiatin, não é pautado para algo que esteja além. Os limites do Estado não são rompidos e uma forma de organização que seja pensada fora do eixo de “civilizados” vs “primitivos” não é criada. A limitação do estranhamento cognitivo nesse caso é a limitação da própria especulação sobre a sociedade. Na extrapolação, de uma perspectiva unilateral acaba sendo revelado que há um outro lado possível. Já na analogia há outra intenção. No caso de Borges, a analogia parte do idealismo filosófico e o coloca em xeque propondo uma existência que não é passível de ser pensada pelos critérios da relação entre sujeito e objeto. A analogia não está propondo uma leitura materialista do mundo que seria oposta ao idealismo. Ao contrário, o que ela faz é ir além dessa oposição e produzir um estranhamento cognitivo que coloca em questão os critérios-base que serviam para construir o idealismo.

O artigo de Suvín marcava uma posição que entendemos ser de máxima importância: a literatura ficcional não deveria contradizer a ciência do período. Por exemplo, ao analisar uma obra como a de H.G. Wells, era necessário verificar se as propostas científicas que aparecem seguem o modelo científico do período em que o texto foi produzido. Tratava-se de não julgar equívocos científicos do passado a partir de critérios do presente. A Ficção Científica não deveria ser um mero manual ilustrado da ciência e sim partir da imaginação, gerar problemas para a ciência revelando seus limites a partir da extrapolação e da analogia.

Suvín publica sua resenha sobre Clareson em 1973 no *College of English*, o mesmo periódico que havia publicado seu artigo anterior. O primeiro ponto levantado por Suvín é o de que os textos que Clareson organizou haviam sido escritos na década de 1960 e poderiam ser divididos em dois conjuntos: um grupo limitado pela crítica do século XIX e outro que não era limitado. Suvín inclusive considera que Clareson está no grupo dos limitados, pois, não mobiliza conceitos que haviam se tornado importantes para a crítica literária (principalmente após o Novo Criticismo).

O que mais incomodou Suvín foi a presença de dois artigos sobre J. G. Ballard (1930-2009) enquanto Olaf Stapledon recebia menos que meio comentário. Além disso haviam artigos que beiravam a inutilidade, como um que comentava sobre as publicações de *The Time Machine* de H.G. Wells, bem como a ausência de revisão para a publicação final, de modo que a bibliografia omite obras fundamentais e não há um index. Por fim, Suvín considera que *SF: The Other Side of Realism* é uma obra necessária para os estudantes de Ficção Científica, mas sua leitura era, no mínimo, problemática. Como a primeira antologia de criticismo de Ficção Científica e de pesquisa, ela tinha a oportunidade única de aproveitar a nata do campo e fornecer uma

introdução mais do que necessária, bem como um acompanhamento para o ensino de um curso balanceado. Essa oportunidade foi desperdiçada.¹⁶¹

Em 1972, Bailey foi republicado pela Greenwood Press. A arte da capa original de Ronald Clyne foi substituída por uma genérica de Josiah Lupton e um ensaio introdutório redigido por Clareson foi integrado e em 1977, Clareson recebeu o prêmio *Pilgrim*, indicando que o campo reconhecia seus esforços em torno do estudo da Ficção Científica. Ainda no século XX, em 1996, a SFRA criou um outro prêmio dedicado àqueles que estiveram envolvidos com a Ficção Científica como um todo, fosse nos termos de seu ensino como de sua transmissão e circulação. Assim, surgiu o *Thomas D. Clareson Award for Distinguished Service* e Frederick Pohl, o editor que havia publicado a dissertação de Gunn, foi o primeiro a receber a honraria.

3

Rascunhamos algumas respostas para as inquirições que fizemos no começo deste capítulo. Falar sobre o estudo da Ficção Científica é pensar no lugar de produção e circulação desta literatura, mas também compreender que as dinâmicas instauradas numa década são reconfiguradas na confluência de mudanças históricas, sociais, individuais e, principalmente, intelectuais. O estudo da Ficção Científica transitou para o espaço universitário por conta da soma de interesses pessoais, desdobramentos de eventos históricos e variações internas que, uma vez evidenciadas, nos ajudam a compreender um pouco mais deste processo.

A visão negativa de Bailey que foi proposta por Ley tinha uma composição teórica e ocultava uma mobilização de sociabilidades – editor-autor-leitor – que foram evidenciadas pelas demandas temporais que eram externas. Clareson, Mullen e Suvin instauram uma outra rede de sociabilidade que contava com um contexto de mudança nas revistas, seja pela popularização dos livros, como também o surgimento de posturas editoriais que se diferenciavam de Campbell, junto com autores que experimentavam novos caminhos para a Ficção Científica e, não menos importante, uma nova geração de leitores.

Estudar Ficção Científica era produzir a sua história e a sua definição e, para fazer isso no espaço universitário, colocava-se em cena propostas teóricas e metodológicas que dialogavam com a tradição literária que já era celebrada, compartilhando alguns elementos com esta, mas dum modo ou doutro, diferenciando-se.

161 No original: “As the first anthology of SF criticism and scholarship, it had a unique opportunity to skim the cream of the field, and give us a much-needed introduction to it as well as a much-needed companion to teaching a balanced course. This opportunity has been blown.” (SUVIN, 1973, p. 1150)

Referências

- ALDISS, Brian W. **Billion Year Spree - The True History of Science Fiction**. New York: Doubleday & Company, 1973.
- ALDISS, Brian; WINGROVE, David. **Trillion Year Spree: The History of Science Fiction**. London: Paladin Grafton Books, 1988.
- BAILEY, James Osler. An Early American Utopian Fiction. **Am. Lit.**, v. 14, n. 3, p. 285–293, 1942.
- BAILEY, James Osler. **Pilgrims Through Space and Time: Trends and Patterns in Scientific and Utopian Fiction**. New York: Argus Books, 1947.
- BUSCH, Willian Perpetuo. **História da Ficção Científica nos Estados Unidos: do herói cientista de John W. Campbell ao herói antropólogo de Ursula Kroeber Le Guin**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- BUSS, Jared S. **Willy Ley - Prophet of Space Age**. Gainesville: University Press of Florida, 2017.
- CLARESON, Thomas D. The Evolution of Science Fiction. **Science Fiction Quarterly**, v. 2, n. 4, p. 85–108, 1953.
- CLARESON, Thomas D. **Understanding Contemporary American Science Fiction: The Formative Period, 1926-1970**. Columbia: University of South Carolina, 1990.
- LEY, Willy. Book Review: **Astounding Science Fiction**, v. 41, n. 1, p. 153–156, 1948.
- MOSKOWITZ, Sam. **The Immortal Storm: A History of Science Fiction Fandom**. New York: Hyperion, 1974.
- NEVALA-LEE, Alec. **Astounding - John W. Campbell, Isaac Asimov, Robert A. Heinlein, L. Ron Hubbard and the Golden Age of Science Fiction**. New York: Harper Collins, 2018.
- NICHOLLS, Peter. Ley, Willy. In: CLUTE, John; LANGFORD, Jonathan; NICHOLLS, Peter; *et al* (Orgs.). **The Encyclopedia of Science Fiction**. London: Gollancz, 2018. Disponível em: <http://www.sf-encyclopedia.com/entry/ley_willy>.
- PUKALLUS, Horst. An Interview with Darko Suvin: Science Fiction and History, Cyberpunk, Russia. **Sci. Fict. Stud.**, v. 18, n. 2, p. 253–261, 1991.
- SHIPPEY, Tom. Literary Gatekeepers and the Fabril Tradition. In: WESTFAHL, Gary; SLUSSER, George (Orgs.). **Sci. Fict. Canonization, Marginalization Acad.** Westport: Greenwood Press, 2002, p. 07–24.
- STOVER, Leon E. Anthropology and Science Fiction. **Curr. Anthropol.**, v. 14, n. 4, p. 471–474, 1973.
- STOVER, Leon E. **La Science-Fiction Américaine: Essai d'anthropologie culturelle**. Paris: Aubier Montaigne, 1972.

SUVIN, Darko. SF: The Other Side of Realism by Thomas D. Claeson. **College English**, v. 34, n. 8, p. 1148–1150, 1973.

DE EDITOR DOMINICANO A EDITOR LEIGO: FREI BENEVENUTO DE SANTA CRUZ E A LIVRARIA E EDITORA DUAS CIDADES

Hugo Quinta

hugocarvalhoquinta@gmail.com

Doutorando em História (UNESP)

Agência de fomento: FAPESP

<http://lattes.cnpq.br/9880362467199842>

RESUMO: O objetivo deste texto é investigar o processo de transição de Frei Benevenuto de Santa Cruz, de editor dominicano a editor leigo da Livraria e Editora Duas Cidades, e os planos editoriais que ele criou e dirigiu nesse período. José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) é o nome civil do Frei Benevenuto, personagem central na fundação da Duas Cidades, empreendimento cultural que existiu na cidade de São Paulo desde 1954 até 2006. Desde a instituição da editora até o ano de 1969, ele publicou livros dominicanos de autoria de padres franceses e brasileiros. O Golpe de Estado de 1964 e o envolvimento da sua empresa no assassinato de Carlos Marighella foram circunstâncias que o fez se desvincular da Ordem dos Dominicanos e modificar a linha editorial da Duas Cidades. Nesse contexto, primeiro analisamos o ingresso e o itinerário de Santa Cruz no movimento dominicano brasileiro, depois abordamos tanto as circunstâncias de fundação da Duas Cidades como as características do primeiro plano editorial conduzido pelo editor dominicano; e, por fim, delineamos o panorama político, social e cultural que implicou na constituição do editor leigo, responsável por alterar a linha editorial a partir de 1970, década em que ele publicou livros de professores da USP, Mario de Andrade, Antonio Candido e uma geração de alunos do professor e crítico literário.

Palavras-chave: Trajetória de editor; Frei Benevenuto de Santa Cruz; Livraria e Editora Duas Cidades.

RESUMEN

El objetivo de este texto es investigar el proceso de transición del Fraile Benevenuto de Santa Cruz, de editor dominicano a editor lego de la Librería y Editora Duas Cidades, y los planes editoriales que él lo ha creado y dirigido en ese período. José Petronilo de Santa Cruz (1918-1997) es el nombre civil del fraile Benevenuto, personaje central en la fundación de Duas Cidades, emprendimiento cultural que existió en la ciudad de São Paulo desde 1954 hasta 2006. Desde de la institución de la editora hasta el año de 1969, él publicó libros de autoría de frailes franceses y brasileños. El Golpe de Estado de 1964 y la implicación de su empresa en el asesinato de Carlos Marighella fueron circunstancias que lo hizo desvincularse del Orden Dominica y modificar la línea editorial de Duas Cidades. En ese contexto, primero analizamos el ingreso y el itinerario de Santa Cruz en el movimiento dominicano brasileño, después abordamos tanto las circunstancias de la fundación de Duas Cidades como las características del primer plan editorial llevado a cabo por el editor dominicano; y, por fin, delineamos el panorama político, social y cultural que implicó en la constitución del editor lego, responsable por alterar la línea editorial a partir de 1970, década en la cual él publicó libros de profesores de la USP, Mario de Andrade, Antonio Candido y una generación de alumnos del profesor y crítico literario.

Palabras-clave: Trayectoria de editor; Fraile Benevenuto de Santa Cruz; Librería y Editora Duas Cidades.

Introdução

A fecunda trajetória editorial de Santa Cruz e sua relevante contribuição para história do livro no Brasil ainda carece de uma investigação mais profunda. Ele foi responsável por conceber e dirigir a Duas Cidades, livraria e editora fundada na cidade de São Paulo em 1954, uma empresa cultural que existiu durante 52 anos, colaborou para o fortalecimento de um pensamento

progressista no seio da ordem dominicana brasileira durante os anos 50 e 60 e construiu as bases para a formação de intelectuais, professores e gerações de estudantes da PUC de São Paulo, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, e de outras universidades do país entre as décadas de 70 e 80. Diante desse contexto, este artigo aborda a formação do editor dominicano na metrópole brasileira de meados do século XX, os motivos que o levaram a fundar a Duas Cidades e a orientar um plano editorial de obras religiosas desde 1954 até 1969. Além desses aspectos, o artigo aborda as circunstâncias políticas, sociais e culturais que o levaram a se desvincular da ordem dominicana e constituir, paulatinamente, a figura do editor leigo, capaz de elaborar e dirigir uma nova linha editorial que publicou inéditos de Mario de Andrade, livros de docentes da USP, de Antonio Candido e de uma plêiade de alunos orientados pelo professor e crítico literário.

Para examinar a trajetória editorial do Frei Benevenuto de Santa Cruz e da Duas Cidades é imprescindível se municiar de um instrumental teórico e metodológico que trata dos aspectos biográficos, da figura do editor, da história do livro e da edição, do mercado de produção e circulação dos livros, da história social e cultural da cidade de São Paulo e do acervo pessoal de Santa Cruz, franqueado por Maria Antonia Pavan de Santa Cruz¹⁶². Com o auxílio dessas fontes vamos investigar as condicionantes que forjaram a formação do editor dominicano e a transição para o editor leigo durante a década de 1970.

A figura do editor na metrópole dos anos 50: a formação do editor dominicano

O estudo de gênero biográfico para a história e as ciências sociais enfrenta numerosos percalços, principalmente em decorrência dos diversos instrumentos teóricos e metodológicos para investigar a vida de um indivíduo. O pesquisador de gêneros biográficos tem de refletir sobre um personagem que, de algum modo, interferiu em uma realidade micro e/ou macrosocial, num determinado contexto histórico. A relação de um investigador com o personagem a ser investigado pode tender para um certo nível de amizade ou inimizade, um processo delicado na medida em que o pesquisador deve saber dosar a distância em relação ao biografado – uma barreira difícil de transpor, sempre a depender do grau de relação estabelecido entre ambos. Assim, além da necessidade de distanciamento, existem os desafios de compreender os traços particulares do sujeito, suas realizações, e de percebê-lo inserido num contexto social,

¹⁶² Neste texto, parte das informações relativas à trajetória de Santa Cruz e às atividades da Duas Cidades tem como fonte o acervo pessoal que está sob a guarda de Maria Antonia, casada com Santa Cruz em 1993. Antes, porém, ingressou na Duas Cidades em 1971, trabalhou como livreira da empresa até o falecimento do marido em 1997 e foi proprietária e gerente da Livraria e Editora até 2006. O acervo que está sob a guarda de Maria Antonia contém cartas, fotos, recortes da imprensa, entrevistas, diários, um exemplar de cada um dos títulos publicados pela Duas Cidades, trabalhos de autoria do padre Louis-Joseph Lebreton e outros documentos.

político, econômico e cultural. “Trata-se, sobretudo, de enfrentar os impasses de um tipo de biografia que viu no indivíduo voluntarista seu objeto e questão sem cair na quimera de enxergar em tudo e em todos o resultado de seu contexto social mais imediato e, por vezes, mecânico” (SCHWARCZ, 2013, p. 58). Essa maneira de encarar o gênero biográfico tem o condão de impedir não apenas uma análise eminentemente subjetiva (e íntima) do biografado, mas também uma análise que circunscreva o indivíduo diante de uma conjuntura social, política e cultural que impele a sua vida e seus projetos.

Sob o ponto de vista histórico, Sabina Loriga (2011) apresenta algumas questões a serem enfrentadas pelos historiadores biógrafos, como o risco que significa a familiaridade da literatura com a biografia, a utilização da biografia para celebrar os heróis da nação, e os estudos biográficos que induzem demasiada importância ao sujeito, olvidando-se, assim, de abordar as ações coletivas. Para a autora, o historiador deve pesquisar não só o homem, sua trajetória, seus feitos, mas também as particularidades externas ao sujeito, o país em que ele viveu, sua época e a cultura de seu povo, com o propósito de biografar as pessoas como agentes no decurso da história. “Importa, por conseguinte, afastar toda lógica de submissão ou de dominação (da história sobre a biografia ou reciprocamente) e conservar a tensão, a ambiguidade, considerar o indivíduo, a um só tempo, como um caso particular e uma totalidade” (LORIGA, 2011, p. 225).

As pesquisas em torno da história do livro sinalizam que a edição e o nascimento da figura do editor ocorreram na Europa a partir de finais do XVIII e início do XIX, mais precisamente na França, no Reino Unido e nos territórios germânicos. Se a atividade do impressor, do livreiro e do editor não era bem delimitada no decorrer do Antigo Regime, não é possível fazer essa afirmação na transição do Setecentos para o Oitocentos. Nesse período, as máquinas a vapor alteraram o funcionamento dos prelos e a figura do editor reinventou as estratégias para além da mera comercialização de livros, inovando nas práticas editoriais e nos tipos de publicações para conquistar mais leitores (MOLLIER, 2005, p.14, tradução nossa¹⁶³): “[...] um homem duplo, tanto comerciante e intelectual capaz de conceber e gerir um fundo de propriedades literárias cujo catálogo expressou toda a originalidade”. A percepção do editor como um homem duplo foi progressivamente redimensionada para a concepção de intermediário ou mediador cultural. A figura do editor consolidou-se no universo do livro na primeira metade do século XX, e as inovações tecnológicas na produção, comercialização, distribuição e materialidade das obras provocam a contínua transformação e adaptação do editor à realidade do mercado livreiro.

¹⁶³ No original: “[...] un homme double, à la fois négociant et intellectuel capable de concevoir et de gérer un fonds de propriétés littéraires dont son catalogue exprimait toute l’originalité”.

De 1980 à atualidade cresce o número de pesquisas biográficas sobre editores, assim como a publicação de obras sobre esse tema. No panorama internacional, um caso paradigmático é o livro de Pierre Assouline (2006) sobre a trajetória do destacado editor francês do século XX, Gaston Gallimard, assim como no Brasil há os estudos sobre os editores Monteiro Lobato (KOSHIYAMA, 2006), José Olympio (SORÁ, 2010), Ênio Silveira (VIEIRA, 1996), entre outros. A estratégia editorial de cada um desses editores tem relação com sua origem socioeconômica, com as experiências adquiridas no decorrer de suas trajetórias, com as possibilidades de intervir e inovar no mercado livreiro e editorial e, consequentemente, na ordem política, social e cultural local, regional e, muitas vezes, nacional, como é o caso dos editores anteriormente mencionados.

Diante desses pressupostos, investigar a trajetória do Frei Benevenuto de Santa Cruz e do professor Santa Cruz (como ficou conhecido depois sair da ordem religiosa), envolve, mais intimamente, sua formação intelectual, a Ordem dos Dominicanos, a cidade de São Paulo e a Duas Cidades. José Petronilo de Santa Cruz é o nome civil de Frei Benevenuto, que nasceu em 1918 na cidade de São Luís do Quitunde, interior do Estado de Alagoas, e faleceu aos 79 anos de idade em São Paulo. Na infância, ele estudou o primário no Colégio Marista de Recife, onde conheceu o amigo e colega João Cabral de Mello Netto, depois iniciou a formação em Direito na capital pernambucana, embora não tenha concluído o curso. O atestado de crisma, datado de setembro de 1937, informa que Santa Cruz foi batizado na Freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres em Maceió. Os Catálogos¹⁶⁴ da Ordem indicam que ele iniciou a profissão religiosa em 25 de dezembro de 1938 e foi residente do Convento de Saint-Maximin – habitação e escola religiosa localizada no sudeste da França –, onde ele cursou Filosofia e Teologia até final do ano de 1941¹⁶⁵. O documento da ordenação de Benevenuto como padre dominicano data de 06 de janeiro de 1945 pelo Convento Santo Alberto Magno, no bairro Perdizes, em São Paulo.

Dois anos após o início da profissão religiosa, Frei Benevenuto atuou como um dos interlocutores do movimento pensado e guiado pelo padre Louis-Joseph Lebret. A Ordem dos Dominicanos somou-se às particularidades dos anos 50 e 60, período em que o frade francês propagou as ideias do movimento Economia e Humanismo no Brasil (BOSSI, 2012), interpelando a Igreja Católica a refletir sobre as questões sociais e de subdesenvolvimento. A ação de Lebret estimulou a formação de grupos e instituições alinhadas aos seus ideais, e a partir de finais dos anos 40 o padre passou a frequentar o Brasil de tempos em tempos. Em uma de suas estadias na cidade de São Paulo, o religioso francês propôs ao então governador (Lucas

¹⁶⁴ Os catálogos (de 1964, 1969 e 1972) foram consultados em maio de 2018. Podem ser consultados no arquivo da Biblioteca Lebret, pertencente aos dominicanos e localizada ao lado da emblemática Capela Cristo Operário.

¹⁶⁵ O atual estágio da pesquisa não nos permite afirmar, categoricamente, a data que Santa Cruz retornou ao Brasil. Ainda assim, sabemos que seu certificado de reservista, expedido em Maceió no dia 21 de agosto de 1942, confirma sua profissão religiosa e informa que ele vai residir no Convento Santo Alberto Magno de São Paulo.

Nogueira Garcez) a divisão política-administrativa da capital, com as subprefeituras e a expansão da mobilidade urbana. Paralelamente, as ideias de Lebreton acabaram por influenciar o surgimento de uma ala progressista na ordem dominicana brasileira, padres que pregavam reformas sociais e a luta pelas causas dos oprimidos (FEIJÓ, 2011, p. 10-78).

Em abril de 1947, o religioso francês vem ao Brasil mediante o patrocínio da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) de São Paulo para realizar o curso de *Introdução a Economia Humana* (ANGELO, 2010, p. 60-67). Essa ocasião foi oportuna para Lebreton apresentar sua teoria desenvolvimentista e humana a um público majoritariamente de intelectuais leigos e estudantes pertencentes à elite universitária e à juventude católica, a fim de formar os primeiros quadros técnicos que organizariam o movimento no Brasil. É nesse contexto que o religioso conheceu Frei Benevenuto, jovem dominicano residente em São Paulo, francófono e admirador das ideias do padre francês.

O curso e a presença de Lebreton resultaram na fundação da Sociedade de Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS) em julho de 1947. A Sociedade foi criada na capital paulista, envolveu desde egressos universitários às personalidades do mundo político e juventudes católicas, com o escopo de levar a cabo pesquisas sobre a realidade social, humana e econômica do país, estudos que fornecessem dados gráficos e mecanográficos para elaboração de uma economia humana que pudesse ser aplicada às cidades brasileiras. Num primeiro momento, Frei Benevenuto não foi sócio nem vinculado à diretoria da SAGMACS, atuou como divulgador da economia humana através de conferências e seminários que ele proferiu, além de ter cursado um estágio na França (em outubro e novembro de 1948) com a equipe liderada por Lebreton. O segundo momento foi nos anos 50, período em que ele se tornou sócio, principal diretor-técnico e coordenador dos projetos até a dissolução da SAGMACS em 1964 (PONTUAL, 2011, p. 151-169); e um dos principais interlocutores do dominicano francês ao ponto de ele ter sido presidente da comissão organizadora do I Congresso Internacional de Economia Humana, realizado no bojo das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo em 1954. Neste ano, aos 36 anos de idade, Frei Benevenuto fundou e conduziu seu empreendimento cultural ao longo de 43 anos, até seu falecimento em 1997. Assim, as múltiplas facetas de José Petronilo de Santa Cruz, do Frei Benevenuto e do professor Santa Cruz foram realçadas com o surgimento da Duas Cidades, e esse ato, consequentemente, acarreta em percorrer as hipóteses que o levou a criar a empresa, e em interligar sua trajetória, ainda que panoramicamente, à história social e cultural da metrópole brasileira.

A cidade de São Paulo pululou manifestações artísticas e intelectuais no meio do século XX. Antes da efervescência cultural paulista dos anos 50, houve a Semana de Arte Moderna de

1922, a fundação da ELSP em 1933, da Universidade de São Paulo em 1934 e a criação do Departamento de Cultura por Mario de Andrade em 1935, instituições que foram responsáveis por promover a cultura e a formação de uma geração de estudantes, autores, leitores e intelectuais nas décadas posteriores (CANDIDO, 1984). A década de 30 e o pós Segunda Guerra mundial lançou as bases para a ascensão de uma burguesia industrial que modificou a dinâmica de São Paulo. Nesses anos, a cidade foi palco de diversas expressões de uma capital moderna, a camada social emergente foi promotora da cultura paulistana com o propósito de legitimar seus negócios e prevalecer seus interesses econômicos, sociais e políticos. Além da burguesia, membros da oligarquia paulista também investiram na cultura como meio de expressar sua primazia social, de modo que as riquezas angariadas através da industrialização da cidade promoveram o surgimento e o fortalecimento de diversas manifestações culturais. “De um lado, na esfera das comunicações, os jornais, as editoras, o comércio livreiro; de outro, dois tipos de transferência da capital da indústria para os empreendimentos de caráter cultural, o empresarial ou o simples dispêndio na busca de capital simbólico” (NEVES, 2011, p. 121). A elite industrial patrocinou as atividades culturais mediante o mecenato artístico, cujo apoio financeiro resultou na ampliação de produtores de cultura, como Assis Chateaubriand e Francisco Matarazzo Sobrinho, que entre 1945 e 1950 estimularam o setor cultural e contribuíram para transformar São Paulo na cidade cultural do país nos anos 50.

Nessa década a metrópole brasileira conformou as manifestações vanguardistas, a vivência universitária e a formação política, social e intelectual das gerações de 20, 30 e 40, as quais passam a cumprir funções proeminentes nos diversos campos artísticos e intelectuais da cidade. Maria Arminda do Nascimento Arruda (2015) auxilia-nos a compreender como as vanguardas culturais criaram e difundiram múltiplas linguagens e discursos, sendo a poesia concreta uma das manifestações literárias que despontam e personificam esse período. E também houve o estabelecimento de espaços culturais relacionados ao mercado de bens simbólicos, como livrarias, teatros, bienais, cinemas, museus e editoras, organizações que estimularam o intercâmbio cultural na metrópole. As editoras, por exemplo, levaram a cabo traduções de obras e importação de títulos que supriam a crescente demanda do público leitor. A modernização da cidade não apenas abrigou a multiplicidade de pensamentos, mas também caracterizou a disputa social pelas distintas formas de expressão e comunicação. Artistas, intelectuais, dramaturgos, escritores, entre outros atores sociais dos anos 50, viviam o presente e imaginavam o futuro, construíam e experimentavam as rupturas na cidade moderna, debatiam o país e propunham a inserção das questões sociais na produção cultural.

As experiências adquiridas através da formação filosófica e teóloga de Frei Benevenuto, a nítida influência das ideias do padre Lebret em suas reflexões e ações, seu envolvimento com os trabalhos da SAGMACS, com as manifestações culturais da capital paulista, com os círculos ligados ao Museu de Arte Moderna (MAM) de São Paulo¹⁶⁶, confluíram para a formação do editor dominicano na medida em que ele percebeu a necessidade de fundar uma livraria e editora orientada não apenas para a difusão de livros relacionados à temática da Economia e Humanismo, como também para a divulgação de obras originais e traduções de orientação católica, de espiritualidade, filosofia e teologia. O primeiro trabalho do editor dominicano foi em 1951, ano em que ele editou e publicou *Princípios para Ação*, uma obra do padre Lebret que foi sucesso de vendas. O êxito inicial deu-lhe confiança para elaborar um esboço inicial de um projeto que contou com a aprovação dos dominicanos franceses e brasileiros, plano concretizado em 1954 mediante a fundação da Duas Cidades, Livraria e Editora que surgiu no *éthos* do movimento liderado por Lebret, das expressões culturais existentes em São Paulo, e a partir da compreensão de que era preciso propagar a doutrina da economia humana e o pensamento progressista dos dominicanos. A Duas Cidades foi mantida pela ordem dominicana entre 1954 e 1966. Frei Benevenuto foi o editor da casa nesses anos e publicou predominantemente revistas, obras e as traduções de religiosos franceses e brasileiros, como Michel Quoist, Lebret, José Carlos Josaphat, Mateus Rocha, entre outros.

A fundação e constituição da Duas Cidades: a editora de livros religiosos (1954-1969)

Esta parte do artigo maneja algumas teorias e metodologias da história do livro e de análise do campo editorial como forma de compreender os aspectos fundantes da Duas Cidades, a primeira estratégia editorial e a atuação do editor dominicano na difusão de obras religiosas de vanguarda entre 1954 e 1969. Além disso, consideramos as oscilações da economia, da política e do mercado editorial brasileiro nesse período.

Portanto, cabe-nos refletir sobre a complexidade do processo de publicação de livros, para então compreendermos as dinâmicas do período em análise. Assim, é necessário ponderar sobre as diversas instâncias que interferem na materialidade das obras, na seleção das áreas temáticas, nas coleções e no público leitor, variáveis que modificam a produção, circulação e comercialização dos impressos. Roger Chartier (2014) relaciona a história do livro à participação

¹⁶⁶ Frei Benevenuto convidou os artistas plásticos modernos, Alfredo Volpi, Bruno Giorgi, Yolanda Mohalyi e Moussia Pinto Alves para decorarem a Capela do Cristo Operário (CLARO, 2012, p. 22), e lecionou um curso de Arte Sacra no MAM entre 25 de outubro e 29 de novembro de 1950. Mauro Claro (2012) informa que essa capela foi construída em 1950 sob a liderança do Frei João Batista Pereira dos Santos, que também liderou a Comunidade Unilabor, empresa social que envolveu operários, intelectuais e artistas.

de leitores, editores e autores que influenciam (e modificam) as distintas formas de ler uma obra, e afirma que a historicidade da leitura não é um ato preso no tempo e no espaço. Para o autor, as revoluções mudam, intensamente, os hábitos de leitura, alterando o sentido, o suporte, a forma e a técnica, principalmente após advento da textualidade eletrônica (CHARTIER, 2014, p. 21-25). As invenções técnicas de cada época interferem na maneira como as pessoas leem um livro, como os autores publicam seus manuscritos e como o editor (BRAGANÇA, 2005, p. 219-237) desenvolve habilidades e competências que se adequam às demandas do mercado de bens culturais, do público consumidor e do contexto sociocultural em que ele está inserido. No século passado houve o crescimento vertiginoso dos modos de circulação e produção dos livros, o que diversificou a rede de leitores, aperfeiçoou os mecanismos jurídicos em torno da publicação e da autoria, e o valor simbólico do livro na sociedade. Os historiadores da cultura da escrita começaram a perceber que os “livros, sejam manuscritos ou impressos, sempre são resultados de múltiplas operações que supõem uma ampla variedade de decisões, técnicas e habilidades” (CHARTIER, 2014, p. 38).

As noções de campo intelectual e editorial propostas por Pierre Bourdieu (1968; 2018) comprovam que os estudos em torno da história do livro e da edição devem ir muito além de um recorte disciplinar. O diálogo entre as ciências sociais e a história auxilia-nos a pensar os mecanismos que agitam e perturbam a atividade de uma editora e de um projeto intelectual, os quais existem mediante um universo social e intelectual específico, um sistema que abriga coerções e disputas por capitais simbólicos e bens culturais. A autoria de um livro, a fundação de uma editora e a figura do editor estabelecem a posição do criador na estrutura de um campo composto por uma rede de sociabilidade, um campo que revela um sistema de linhas de forças num determinado momento histórico. Os agentes se posicionam e atuam “[...] no campo cultural enquanto sistema de relações entre temas e problemas [...]”, e deflagram “[...] um tipo determinado de *inconsciente cultural*, ao mesmo tempo que é, intrinsecamente, dotado daquilo que chamaremos de *peso funcional*” (BOURDIEU, 1968, p. 106). O poder ou a possível autoridade de um agente é dimensionada quando se configura as posições daqueles que operam no interior do campo cultural.

A teia de interações e relações objetivas entre os diferentes agentes do microcosmo editorial são estabelecidas por intermédio de uma visão conjuntural do campo editorial. O trabalho do editor no processo de seleção dos títulos a serem publicados somente pode ser compreendido caso estejamos atentos aos setores das editoras (pareceristas, organizadores de coleção, entre outros) que cuidam de fazer a seleção dos manuscritos entregues pelo autor, por interpostos do autor e por pessoas que sugerem a publicação de um manuscrito. O processo de

seleção das obras a serem publicadas muitas vezes encoberta a diversidade de relações e atuações dos agentes no universo editorial. Deve-se ter em mente os laços de amizade (SORÁ, 2011, p. 49-71) entre o editor e as pessoas próximas a ele, bem como as interações do editor com os funcionários da editora, tradutores, capistas, pareceristas, diretores de coleção e outros personagens alheios a uma editora, mas influentes na decisão daquilo que deve ser publicado. Em cada período histórico, as editoras são situadas no campo editorial por meio “de sua posição na distribuição dos recursos raros (econômicos, simbólicos, técnicos, etc.) e dos poderes a eles conferidos; é essa posição estrutural que orienta as tomadas de posição de seus dirigentes [...]” (BOURDIEU, 2018, p. 200), o que também implica em reconhecer “um sistema de coerções e finalidades [...] que tendem alinhar seus ocupantes conforme uma classe, menos ou mais ampla, de tomadas de posição” (BOURDIEU, 2018, p. 201). Para Bourdieu (2018, p. 200), o capital simbólico de uma editora e de seu nome, incluindo o das pessoas que trabalham e publicam pela empresa, pode ser mensurado a partir da exposição coletiva de uma editora como vinculada à “nobreza” da atividade: “a antiguidade (que, em todos os universos sociais, está associada à nobreza), a importância e a qualidade do fundo de catálogo, medido pelo número de escritores consagrados e clássicos, e, em particular, pelo número de agraciados [...]” com prêmios e distinções relacionadas ao mercado livreiro.

Essas reflexões servem como pano de fundo para ponderarmos sobre a fundação da Duas Cidades e a constituição de uma editora de livros religiosos entre 1954 e 1969: o que levou Frei Benevenuto à decisão de fundar uma editora especializada em livros religiosos? Quais eram as relações do editor com personalidades do mundo político, intelectual, social e dominicano que o auxiliaram na tarefa de constituir a Livraria e Editora? Em que medida o catálogo da Editora nos fornece um diagnóstico da área temática predominante? Seria possível definir um público leitor dos títulos publicados nesses anos? Como os aspectos políticos e socioculturais provocaram a mudança na linha editorial da Duas Cidades? O que levou o editor dominicano a modificar suas edições e a publicar obras de autores mundanos? Afirmamos, de antemão, que não temos respostas peremptórias para esses e outros questionamentos. Nosso intuito é escarafunchar a história do empreendimento cultural de Santa Cruz com vistas a circunscrever o perfil das edições, o capital simbólico acumulado e a posição da Duas Cidades e de Santa Cruz no campo editorial brasileiro durante as décadas de sessenta e setenta do século passado.

Desta forma, a fim de compreender o contexto político no qual está inserido o empreendimento, cabe mencionar que a Livraria e a Editora não ficaram imunes aos governos JK, Jânio Quadros, João Goulart e aos solavancos de uma ditadura civil-militar que perseguia tanto os “subversivos” quanto aqueles que irradiavam obras e ideias progressistas. A ala

reformista da ordem dominicana ganhava cada vez mais espaço e legitimidade na sociedade, e ao longo dos anos 60 cresceu o número de fiéis à vertente dominicana da Igreja Católica, o que também implicou no acréscimo do número de leitores de obras religiosas. A alta temperatura política produzida por meio do Golpe Militar de 1964 abalou, paulatinamente, a atuação dos dominicanos progressistas, sendo que o auge da perseguição a esses religiosos ocorreu em 1969, ano em que a empresa de Frei Benevenuto foi partícipe do episódio do assassinato de Carlos Marighella. Por esses e outros motivos, Santa Cruz abandonou a Ordem e alterou o projeto editorial da Duas Cidades a partir dos anos 70.

O editor dominicano fundou a empresa no dia 16 de dezembro de 1954, em parceria com Ana Maria Rappa Sad¹⁶⁷, Luiza Maria Bandeira de Mello e Maurílio Laterza¹⁶⁸, através da formalização de um contrato de sociedades por quotas de responsabilidade limitada, com sede e foro na capital paulista e a razão social *Livraria Duas Cidades LTDA*¹⁶⁹. O documento público de constituição da empresa prevê que sua finalidade e objeto era a comercialização de livros impressos, gravuras, estampas, jornais, revistas e outras mercadorias relacionadas ao ramo livreiro; a edição de livros impressos, jornais e revistas; a importação e exportação de livros, revistas e jornais; e o agenciamento de assinaturas de jornais e revistas nacionais e estrangeiras. Coube ao editor dominicano a administração da Sociedade, exercendo a função estatutária de gerente da Livraria e Editora, responsável por administrar e gerir as questões financeira, contábil e jurídica, o que inclui os contratos celebrados e outras atribuições.

Olívio Gomes, proprietário da Tecelagem Parahyba, emprestou¹⁷⁰ duas salas comerciais pertencentes à sua fábrica para que Frei Benevenuto pudesse instalar a primeira sede da Duas Cidades na Praça da Bandeira, n. 40, 13º andar, centro de São Paulo, local que abrigou a empresa até 1966. A primeira sede foi um espaço notadamente frequentado por leitores das obras dominicanas e das revistas e livros importados, pela juventude e intelectualidade católica e por uma elite universitária que conhecia o trabalho de Frei Benevenuto na SAGMACS. A Duas Cidades viveu um período virtuoso de crescimento entre 1954 e 1966, o que levou Santa Cruz a

¹⁶⁷ Ainda não sabemos dimensionar o papel da escultora Ana Maria Rappa Sad como sócia da Duas Cidades. Sabemos, porém, que ela participou do I Congresso Internacional de Economia Humana (ANGELO, 2010, p. 83). Maria Antonia nos assegura que a escultora não interferia nas decisões do livreiro e editor. Ela foi sócia da Duas Cidades até os anos 2000. Para mais informações sobre Ana Maria Rappa Sad, consultar: <<https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Ana%20Sad%20-%20Ana%20Maria%20Rappa%20Sad/>>.

¹⁶⁸ Ainda não encontramos informações sobre Luiza Bandeira de Mello e Maurílio Laterza, mas descobrimos – mediante consulta à ficha cadastral da empresa no arquivo da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) – que eles foram sócio da empresa até 23 de novembro de 1957. Nesta data, a Sociedade Impulsionadora da Instrução da Ordem dos Dominicanos tornou-se sócia e maior quotista da empresa.

¹⁶⁹ Informações extraídas do arquivo pessoal de José Petronilo de Santa Cruz e da JUCESP. Optamos por utilizar a nomenclatura Livraria e Editora com o fim de ressaltar os dois campos de atuação da empresa. Entretanto, advertimos que todos os títulos publicados vinham com o selo *Livraria Duas Cidades*.

¹⁷⁰ Informações fornecidas através do depoimento de Maria Antônia ao autor do projeto.

almejar a mudança da empresa para uma sala comercial mais ampla, e em 1966 a *Livraria Duas Cidades LTDA* adquiriu o imóvel localizado na rua Bento Freitas, n. 158, bairro Vila Buarque, espaço onde funcionou a Livraria e a Editora até 2006.

O empreendimento cultural em tela nasceu no do início do governo JK, período em que houve um crescimento econômico e cultural que beneficiou o mercado editorial brasileiro: a produção de livros triplicou entre 1955 e 1962 (HALLEWELL, 2012, p. 600), o número de editoras não foi mais expressivo porque a inflação crescia, continuamente, e a importação e edição de obras foi prejudicada nesses anos. Entrementes, os primeiros anos da década de sessenta conflagra uma série de problemas políticos, como a meteórica presidência de Jânio Quadros e a dificuldade de João Goulart em tomar posse e exercer o seu mandato constitucional. A instabilidade política aguçou os percalços econômicos, “que apresentou um crescimento negativo no início de 1964 – causou, por sua vez, um rápido aumento da mobilização popular e do confronto de classes” (HALLEWELL, 2012, p. 601).

Os impasses políticos durante os anos 60 são imprescindíveis para averiguar o comportamento das temáticas preferenciais dos leitores brasileiros. Assim, “o produto cultural [...] passa a ser consumido apenas por uma das partes que estavam na origem dessa equação – os intelectuais, a classe média urbana intelectualizada” (REIMÃO, 2018, p. 16). A situação política e econômica não solapou a expansão do mercado editorial, ainda que a fruição e o consumo de bens culturais estivessem mais restritos aos grupos dos produtores de cultura e seu entorno social. Nos primeiros anos, o governo militar não censurou boa parte das publicações teóricas ou artísticas das ideias de esquerda ou dos segmentos progressistas da sociedade. Muitos dos livros impressos nesses anos, tanto os de cunho teórico ou ficcional, floresceram através das manifestações políticas e culturais que confrontavam um regime de exceção. Sandra Reimão (2018, p. 18) levantou dados quantitativos do mercado editorial brasileiro da década de 1960, fornecendo um cenário conjuntural desse decênio, em que pese as considerações da autora sobre as deficiências das fontes consultadas e a dificuldade para formulação do quadro que relaciona a quantidade de livros por habitante nesses anos. A população brasileira tinha 65 milhões e 743 mil habitantes em 1960, a tiragem dos livros publicados foi de aproximadamente 36 milhões de exemplares, representando a média de 0,5 livros por habitante. Esse cenário não foi substancialmente diferente em 1969, quando o país tinha 92 milhões e 282 mil habitantes, a tiragem dos livros publicados foi de aproximadamente 68 milhões de exemplares, o que não chegou à média (ainda medíocre) de 1 livro por habitante. Segundo a pesquisa de Sandra Reimão (2018, pp. 20-25), a Duas Cidades não consta na lista das editoras e dos autores que tiveram os livros mais vendidos na década de 1960, mas seu estudo nos ajuda a compreender que o público

leitor não apenas adquiria livros de consumo de massa, mas também compravam obras editadas para um público mais especializado e politizado, o que demandou o aprimoramento técnico dos editores que atendiam aos interesses desses leitores.

O quadro cronológico de edições da Livraria e Editora¹⁷¹ contempla informações que abarcam desde os títulos e autores publicados, o ano das edições de cada livro, e a quantidade dos exemplares impressos em cada edição. Uma análise parcial dos livros editados pela empresa de Santa Cruz nos anos 50 e 60 comprovam a predominância dos títulos relativos à área religiosa, o tipo de abordagem das obras mais vendidas e merecedoras do nome Duas Cidades, “[...] uma alusão a Suma Teológica de Santo Agostinho, que descreve a existência das cidades terrena e celestial, metáforas da matéria e do espírito” (FEIJÓ, 2011, p. 20).

As três obras com maior número de exemplares impressos na segunda metade da década de 50 foram *Poemas para Rezar*, de Michel Quoist – dominicano francês que somou esforços para o avanço do ideário progressista da Igreja e um dos autores mais vendidos na história da Editora –, com 20 mil exemplares impressos em 1959 (um quantitativo elevado para os padrões da época); *JEC, o Evangelho no Colégio*, de Frei Mateus Rocha – dominicano brasileiro que era Prior do Convento de Belo Horizonte, professor da Universidade Católica de Minas Gerais, onde ministrava algumas classes à Juventude Estudantil Católica (JEC) –, com 4.870 exemplares publicados em 1958; *Saint-Exupéry e o céu sem limite*, da irmã Rosa Maria, com 4.800 exemplares impressos em 1959. Já os três títulos com o maior número de exemplares publicados nos anos 60 foram¹⁷² *Construir o Homem e o Mundo*, de Michel Quoist, com 15.266 exemplares impressos em 1967; *Evangelho e Revolução Social*, de Frei Carlos Josaphat, impresso em 1962, e *O Drama do Século XX*, de Louis Joseph-Lebret, publicado em 1963, ambos com uma tiragem de 10 mil exemplares. A abordagem dessas obras, além das outras que também foram publicadas entre 1954 e 1969, delimitam a predominância da temática religiosa da Duas Cidades nos quinze primeiros anos de sua existência; com exceção das obras *História do Brasil* e *História Geral*, com 6 mil exemplares impressos em 1967 e 1969; *Que é metafísica* e *Sobre o problema do ser*, do filósofo alemão Martin Heidegger, ambos com 5 mil exemplares publicados em 1969.

No final da década de 60, o regime militar aumentou seu poder e suas atribuições para importunar, punir e castigar as pessoas que lutavam contra um modelo de governo autoritário e repressivo. Os dominicanos estiveram entre as centenas de mulheres e homens que foram brutalmente torturados e perseguidos pelos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A ascensão numérica de religiosos vinculados à Ordem não se restringiu ao aspecto

¹⁷¹ Este documento pertence ao arquivo pessoal de Santa Cruz, que abrange o acervo da Livraria e Editora.

¹⁷² *Poemas para Rezar* foi o carro-chefe da história da Editora. Foram impressos 30 mil exemplares em 1967. Não o incluímos entre os três títulos mais vendidos para evidenciar outras obras e autores.

quantitativo porque mensagem dos dominicanos progressistas denunciava as arbitrariedades do regime e ganhava corações e mentes de um público majoritariamente urbano, e que, aos poucos, passou a contestar a ditadura militar. Nos anos posteriores a 1968, a corporação policial do Estado de São Paulo começou a vigiar as atividades dos padres do Convento de Santo Alberto Magno, habitação religiosa que atraiu estudantes, professores e intelectuais que tinham relação com os religiosos e compartilhavam a perspectiva humana e social da Igreja. Frei Benevenuto residia no convento em 1968, e tanto ele como os dominicanos e a Duas Cidades passaram a ser investigados pelo DOPS de São Paulo: “[...] outro foco de subversão onde são feitas reuniões secretas: Livraria Duas Cidades, na rua Bento Freitas, próxima à Praça da República, dirigida por frades especialmente treinados em técnicas de comunicação na França” (SOUZA, 2009, p. 296).

A Livraria e Editora foi um dos palcos onde a polícia militar realizou a caça aos “subversivos”. Frei Fernando de Brito era um dos editores da empresa, estudante da FFLCH e um dos responsáveis, em parceria com Frei Ivo e Frei Tito (BETTO, 1987, p. 71-72), por auxiliar os militantes que estavam na clandestinidade, como foi o caso dos contatos que Frei Fernando realizou com Carlos Marighella através do telefone da Duas Cidades, motivo pelo qual ele foi preso quando o delegado Sérgio Paranhos Fleury (BETTO, 1987, p. 144) executou a segunda fase da “Operação Bata Branca” (BETTO, 1987, p. 99), que desaguou na prisão dos Freis Fernando e Ivo no Rio de Janeiro:

Frei Ivo queria passar o fim de semana com sua família, no Rio. No sábado, 1º de novembro de 1969, acertou com Frei Fernando que, por volta das oito da noite, deixariam o convento das Perdizes, em São Paulo, e tomariam o ônibus na rodoviária. Editor da Livraria Duas Cidades, Fernando pretendia encontrar-se, no Rio, com Sinval, editor da Vozes, para discutirem questões de trabalho. Haviam combinado o encontro por telefone (BETTO, 1987, p. 143).

O telefone da Livraria e Editora já tinha sido grampeado pela equipe de Fleury. A polícia militar prendeu os dois padres no domingo, dia 2 de novembro, e levaram Frei Fernando à Duas Cidades na terça-feira: “[...] exatamente na terça à tarde, como se soubesse não apenas o dia, mas também o período em que Marighella telefonaria” (BETTO, 1987, p. 164-165). O delegado e seus subordinados tinham informações do paradeiro de várias pessoas que se comunicavam com Frei Fernando para lhe pedir socorro. Marighella telefonou para o padre no dia e horário habitual, marcaram um encontro na avenida Alameda Casa Branca, onde o militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) foi assassinado pelos militares.

Esse episódio ficou marcado na história da Duas Cidades, e supomos que tenha sido uma das causas para o editor dominicano solicitar a sua desvinculação da Ordem e alterar o projeto editorial da empresa no limiar da década de 1970. Ele foi *ex-claustrado* da Igreja Católica em 06 de

fevereiro de 1972¹⁷³, mas os pedidos para abandonar o claustro geralmente ocorrem de dois a três anos antes da solicitação, o que reforça a nossa hipótese de que Frei Benevenuto fez o pedido após o trágico evento. A Editora continuou a publicar os títulos do pensamento progressista dos dominicanos franceses e brasileiros por meio de reedições. Aos poucos, os novos livros cancelados pela *Livraria Duas Cidades* abordavam diversas temáticas, desde a crítica e teoria literária, passando pela história, filosofia, poesia e até títulos de pintura e música clássica. O editor não desfez a crença em Deus e tampouco nos ensinamentos cristãos que o formou para a vida, contudo ele passou a editar obras que ultrapassavam a fronteira religiosa. Em seguida, tratamos da estreia do editor leigo como condutor de uma nova etapa da história do empreendimento cultural de Santa Cruz.

O editor leigo e a editora de livros multitemáticos (1970-1980)

A transição de editor dominicano para leigo transcorreu entre finais dos anos 60 e início dos 70. Consideramos que a escolha de Santa Cruz em publicar livros não exclusivamente relacionados ao pensamento religioso foi provocado pela perseguição do regime militar à empresa dirigida por Santa Cruz, mas não somente por esse evento isolado. O declínio das atividades na SAGMACS, o falecimento do padre Lebrecht em 1966, a breve carreira como professor universitário, o afastamento da Ordem, as relações do editor com a intelectualidade paulistana e a privilegiada localização geográfica da Duas Cidades na rua Bento Freitas – estrategicamente próxima de três importantes universidades da cidade de São Paulo, cerca de um quilometro da antiga FFLCH na rua Maria Antonia, e da MACKENZIE, na rua Consolação, e a três quilômetros da PUC, na rua Monte Alegre – são alguns dos elementos que aguçaram o interesse de Santa Cruz em publicar livros multitemáticos, sem, entretanto, abandonar a edição dos livros de autores dominicanos. Além dos fatores mencionados, o crescimento econômico e educacional da década de 70 estimulou a indústria de bens culturais, e o mercado livreiro e editorial vivenciou o aumento do público consumidor de livros.

O nosso foco de análise é a figura do editor como pessoa que tem o poder e a responsabilidade de garantir a publicação de um texto, uma figura que coloca em evidência o autor e seu livro, capaz de torna-los afamados; e o inverso também é válido na medida em que o capital simbólico dos autores e de suas obras é transferido para o editor e sua empresa. O catálogo de uma editora pode sinalizar o nível de consagração simbólica da empresa através dos insígnias autores publicados durante sua história. “[...] O editor é também um personagem duplo,

¹⁷³ Informação do Catálogo de 1972 dos Frades da Ordem dos Pregadores, disponível na Biblioteca Lebrecht.

condenado a conciliar a arte e o dinheiro, o amor à literatura e a meta de lucro [...]” (BOURDIEU, 2018, p. 198), uma figura que tem de ser hábil suficiente para lidar com as questões comerciais e econômicas de um mercado sazonal, dependente de um público leitor e das estratégias editoriais da empresa que atua num campo eivado de coerções sociais e financeiras. A autonomia do campo editorial e do editor é relativa porque as tensões que ocorrem no seio de uma editora e no mercado livreiro condicionam as escolhas do dirigente de uma editora na definição dos títulos que devem ser publicados.

A despeito de nossa atenção recair sobre o editor leigo, não podemos desconsiderar o livreiro que importava livros, revistas e jornais para estudantes e professores universitários, o livreiro que atendia o público da Livraria e os autores da Editora, preocupado em manter a saúde financeira da Livraria e disponibilizar os livros de diferentes editoras como meio de atender o gosto diversificado do público que comprava jornais, revistas e livros que eram importantes para a formação intelectual da comunidade universitária no entorno da empresa.

Se o alvo deste texto objetiva o editor Santa Cruz, não desconhecemos a importância dos negócios e do espaço de sociabilidade propiciado pela Livraria, o que reforça o capital simbólico da Duas Cidades. Segundo o depoimento de Marilena Chauí para Folha de S. Paulo (REPORTAGEM LOCAL, 2000) “[...] além de possuir livros de qualidade, a livraria tornou-se um dos raros espaços de liberdades para discussão no tempo da ditadura”. O relato de Décio Zylbersztajn (2014, p. 63) reforça a consagração do empreendimento, “[...] a Duas Cidades tornou-se naturalmente uma instituição, um polo cultural, um ponto de encontro irradiador de ideias. Ao longo de décadas frequentei seus espaços [...]”. Publicado na Folha de S. Paulo (REDAÇÃO, 1997), a fala de Augusto Massi confirma o capital cultural do editor leigo, “[...] muito mais que um livreiro, Santa Cruz abasteceu três gerações de intelectuais em São Paulo [...]”. Chauí, Zylbersztajn e Massi fazem parte da geração de universitários paulistanos que passaram a frequentar a Livraria durante os anos 70.

O “boom” econômico do regime militar deu sobrevida ao governo milico porque a boa fase econômica escamoteou a perseguição e a tortura. Apesar da ditadura militar, “[...] avançou no período a constituição de uma esfera pública na sociedade brasileira que envolveu a institucionalização dos meios artísticos e intelectuais [...]” (RIDENTI, 2014, p.25). Ampliou-se o acesso à educação e o consumo de bens culturais, mas a democratização da fruição não evitou a massificação dos bens ofertados através de uma lógica da sociedade de consumo. No que tange ao mercado editorial brasileiro dos anos 70, o investimento estatal foi crucial para o crescimento do número de livros por habitante, chegando ao patamar de 1,8 livro por habitante em 1979, ano em que a população brasileira era de 119 milhões e 600 mil pessoas e houve uma tiragem de

222 milhões e 600 mil exemplares (REIMÃO, 2018, p. 28). A criação da Política Nacional de Cultura em 1975 foi uma das medidas que o presidente Geisel encontrou para amenizar as críticas ao regime; houve, também, a queda da taxa de analfabetismo e o “crescimento do número de estudantes universitário de cem mil para um milhão” (REIMÃO, 2018, p. 30) no final da década de 70, o que impulsionou o crescimento das redes privadas de ensino fundamental, médio e superior. Nesse período, portanto, explodiram manifestações culturais, em que a “[...] pluralidade foi acompanhada pelo crescimento e pela profissionalização do mercado editorial, embora a ampliação da rede de livrarias tenha sido modesta em âmbito nacional” (RIDENTI, 2014, p. 58).

Em certo sentido, o catálogo dos livros editados pela Duas Cidades nos anos 70 dialoga com o macro cenário do mercado editorial do país. A Editora aumentou o número de títulos e exemplares publicados anualmente, diversificou as temáticas e apresentou uma média de 3 a 5 mil exemplares por título impresso. As obras religiosas eram reedições dos títulos do período anterior, livros que estavam entre os mais vendidos da Editora. Obras originais e outras reedições começaram a ser publicadas em 1970, sendo que mais da metade dos 20 títulos impressos nesse ano eram de crítica e teoria literária, como *Vários Escritos*, a primeira das três obras de Antonio Candido publicadas pela Editora, com 4 mil exemplares impressos; *Convergência*, do poeta Murilo Mendes, com a magnífica tiragem de 16.616 exemplares; e *Maria Clara*, do pintor José Antonio da Silva, com 5 mil exemplares publicados.

No ano seguinte foram impressos mais originais e reedições de títulos religiosos, que continuavam como os mais vendidos da Duas Cidades. Diversificou-se, porém, as temáticas e os títulos do catálogo. Os 5 mil exemplares da tese de Antonio Candido, *Os Parveiros do Rio Bonito*, teve sua primeira edição (de muitas outras) em 1971, e foi um dos livros mais bem vendidos na história da Editora. E ao longo da década começamos a notar a crescente publicação de familiares e orientandos do crítico literário, como a tese de Telê Ancona Lopez, *Mário de Andrade: Ramais e Caminho*, impressa em 1972 com 3.100 exemplares; dois livros de seu irmão Roberto de Mello e Souza em 1973, *Desenvolvimento de Liderança na Empresa* e *Mina R.*, ambos com a tiragem de 3 mil exemplares; depois, em 75, 76 e 77, os orientandos publicaram *1930: a Crítica e o Modernismo*, de João Luiz Lafetá, com 2 mil exemplares impressos em 1975; *Saco de Gatos*, de Walnice Nogueira Galvão, com uma tiragem de 5 mil exemplares; *Caos e Cosmos*, de Suzi Frankl Sperber, com 3 mil exemplares publicados; *Ao vencedor as Batatas*, de Roberto Schwarz, impresso em 1977 com uma tiragem de 3.180 exemplares; e *O Coro dos Contrários*, de José Miguel Wisnik, com 3 mil exemplares publicados. A obra *O Tupi e o Alaúde*, de Gilda de Mello e Souza, professora e intelectual uspiana, a esposa de Candido que teve seu livro publicado pela Duas Cidades em 1979, com uma tiragem de 2.465 exemplares. Além dos familiares e orientandos do crítico literário,

destacamos que escritores famosos, professores universitários e os poetas concretos tiveram seus livros publicados pela Editora, como, por exemplo, os originais do Mario de Andrade, *Taxi e Crônicas do Diário Nacional*, de 1976, com 5 mil exemplares impressos; *O Turista e O Aprendiz* e *O Banquete*, ambos de 1977, o primeiro com tiragem de 5 mil e o segundo com tiragem de 4 mil exemplares. Décio Pignatari, autor de *Poesia Pois é Poesia*, e Augusto de Campos, autor de *Poesia 1949-1979*, o primeiro publicado em 1977 e com uma tiragem de 2.030 exemplares, e o segundo publicado em 1979, com 1.934 exemplares publicados.

Uma lista de parte dos títulos editados pela Duas Cidades durante os anos 70 é um vestígio a reforçar o nosso entendimento de que a alteração no projeto editorial liderado por Santa Cruz redimensionou a figura do editor. Os livros apresentados caracterizam um perfil universitário das edições, o qual foi possível com o inestimável apoio de Antonio Candido e diante de uma incipiente estrutura das editoras universitárias brasileiras desse período. (HALLEWELL, 2012, p. 698). Segundo o relato de Maria Antonia, a amizade do crítico literário com Santa Cruz ultrapassou a relação entre autor e editor, o que implica em sublinhar não apenas os familiares e orientandos publicados pela Editora, mas também duas circunstâncias que comprovam a proximidade: frei Benevenuto rezou a missa de sétimo dia da mãe de Antonio Candido, e Ana Luísa Escorel, filha do crítico literário, foi a capista de todos os livros da família editados pela Duas Cidades. Além disso, a mudança nos traços editoriais também decorre, de um lado, das modificações no quadro societário no início dos anos 70 – a Sociedade Impulsionadora da Ordem dos Dominicanos retirou-se da Sociedade, ficou proprietária da sala comercial e alugou o espaço para a empresa – e, de outro lado, com o início de uma breve carreira docente do editor leigo, que lecionou de 1968 a 1971 em duas nas Faculdades Municipais de Ciências Econômicas de Osasco e de Laranjal Paulista, levando-o a ser chamado de professor Santa Cruz pelas pessoas ligadas à Duas Cidades.

Considerações finais

Os anos em que Santa Cruz fez parte da Ordem dos Dominicanos, cursou Filosofia e Teologia na França, aproximou-se do padre Lebret e do movimento Economia e Humanismo, foi um período de amadurecimento intelectual, político, profissional e humano. Durante essa primeira fase, Santa Cruz desenvolveu um conjunto de habilidades para atuar na SAGMACS, proferiu cursos que tratavam de artes sacras e de temas relacionados a Economia Humana, conheceu lideranças políticas, empresariais e circulou no meio artístico paulistano. Ele soube aproveitar a rede de sociabilidade em torno de Lebret, o crescimento da cidade e das

manifestações culturais em São Paulo, bem como a ascensão do público leitor de obras dos autores dominicanos para fundar a Duas Cidades e publicar o pensamento progressista de religiosos franceses e brasileiros.

A formatação do novo projeto editorial e a transição de editor dominicano para editor leigo estava intrinsicamente vinculada às disputas no interior do campo editorial, aos embates políticos e culturais, às transformações do mercado editorial, aos relacionamentos sociais do editor com o meio universitário e à sua formação no universo dos livros. O episódio do envolvimento da Duas Cidades com a ditadura militar foi o rastilho de pólvora para Santa Cruz iniciar a segunda etapa de sua carreira como editor de livros seculares, que excediam o limite religioso, publicando obras universitárias, poesia, pintura, estudos originais de Mário de Andrade e outras vertentes. A linha editorial conduzida pelo editor leigo acolheu uma miríade de propostas que caracterizam a profícua fase do pensamento universitário do país. Acreditamos que a Editora não chegou a publicar livros contra a ditadura, como infere Flamarion Maués (2013, p. 253), e sim um pensamento universitário de ponta, poesias de vanguarda e outros títulos que poderiam questionar o regime de exceção nas entrelinhas, embora não sejam livros de oposição ao regime.

O editor leigo publicou esses intelectuais num momento de expansão do ensino superior e do mercado editorial brasileiro com a perspectiva de lançar livros originais das dissertações e das teses publicadas por universitários de São Paulo e de outras localidades. Ademais, devemos considerar que muitos dos livros publicados inauguraram uma geração de autores que se tornariam reconhecidos nas décadas seguintes, e uma geração de leitores que foram intelectualmente formados pelos livros vendidos na Livraria. A empresa fundiu-se ao *éthos* universitário da capital paulistana, e “[...] em certas ocasiões podíamos abordar com absoluta informalidade Antonio Candido, Marilena Chauí, Celso Lafer, Rogério Cerqueira Leite, José Arthur Giannotti e outros” (MASSI, 2012, p. 26), intelectuais que frequentaram a Livraria, e alguns que foram publicados pela Editora.

Os autores citados e outras personalidades intelectuais percebiam e ainda consideram a Duas Cidades como uma das principais produtoras de bens culturais durante os anos de sua existência. Portanto, as informações apresentadas neste artigo permitem, ainda que resumidamente, compreender a relevância do empreendimento e da trajetória de Santa Cruz para a história do livro no Brasil e para história social e cultural da cidade de São Paulo.

Referências

ANGELO, Michelly Ramos de. **Les Développeurs:** Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil. São Carlos, 2010. 231 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, USP.

ASSOULINE, Pierre. **Gaston Gallimard**: un demi-siècle d'édition française. Paris: Gallimard, 2006.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Metrópole e Cultura**: São Paulo no meio do Século XX. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**: Guerrilha e Morte de Carlos Marighella . 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987, p. 66-67 e 124-140.

BOURDIEU, Pierre. Uma revolução conservadora na edição. **Política & Sociedade**, V. 17, n. 39, p. 198-249, mai./ago. de 2018

_____. Campo intelectual e projeto criador. *In*: POUILLON, J. et. al. (orgs.). **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. pp. 105-145.

BOSI, Alfredo. Economia e humanismo. **Estudos Avançados**, vol. 26, n. 75, p. 249-266, 2012.

BRAGANÇA, Aníbal. Sobre o editor: notas para a sua história. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2005.

CANDIDO, Antonio. A revolução de 1930 e a cultura. **Novos Estudos Cebrap**, V.2, n. 4, p. 27-36, abril de 1984.

CATÁLOGO DAS ARTES: o maior portal da Arte Brasileira. Ana Maria Rappa Sad. **Catálogo das Artes**. Disponível em: < <https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Ana%20Sad%20-%20Ana%20Maria%20Rappa%20Sad/>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. Trad. George Schlesinger. São Paulo: EdUNESP, 2014.

CLARO, Mauro. **Dissolução da Unilabor**: crise e falência de uma autogestão operária – São Paulo, 1963-1967. São Paulo, 2012. 197 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura**: uma análise do filme Batismo de Sangue. São Paulo, 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed. Trad. de Maria da Penha Villalobos, Lólio Lourenço de Oliveira e Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EdUSP, 2012.

KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Monteiro Lobato**: intelectual, empresário, editor. São Paulo: Edusp / Com-Arte, 2006. (Coleção Memória Editorial, 4)

LORIGA, Sabina. **O pequeno x**: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MASSI, Augusto. Revisitando Duas Cidades. **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. V. 68, p. 23-37, dezembro de 2012.

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher, 2013.

MOLLIER, Jean-Yves. Naissance de la figure de l'éditeur. In: LEGENDRE, Bertrand; ROBIN, Christian (orgs). **Figures de l'éditeur**. Paris: nouveau monde, 2005. p. 13-24.

NEVES, Juliana. São Paulo no segundo pós-guerra: imprensa, mercado editorial e o campo da cultura na cidade”. **RBCS**, vol nº 75, p. 119-132, fevereiro de 2011.

PONTUAL, Virgínia. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: práticas urbanísticas, CEPUR e SAGMACS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, V.13, n. 1, p. 151-169, maio de 2011.

REDAÇÃO. **Personalidade**: missa celebra Frei Santa Cruz. Folha de São Paulo. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq100709.htm> >. Acesso em: 15 jun. 2016.

REPORTAGEM LOCAL. **Editora e livraria é marco na história cultural de São Paulo**. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2904200008.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

REIMÃO, Sandra. **Mercado Editorial Brasileiro** [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2018.

RIDENTI, Marcelo. Caleidoscópio da cultura brasileira (1964-2000). In: MICELI, Sérgio; PONTES, Heloisa. (orgs.). **Cultura e Sociedade**: Brasil e Argentina. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. pp. 21-72.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. Biografia como gênero e problema. **História Social**, n. 24, pp. 51-73, primeiro semestre de 2013.

SORÁ, Gustavo. **Brasilianas**: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp / ComArte, 2010. (Coleção Memória Editorial, 6)

_____. A arte da amizade: José Olympio, o campo de poder e a publicação de livros autenticamente brasileiros. **Antropolítica**. Niterói, n.30, p. 49-71, 1 sem. 2011.

SOUZA, Ademar Mendes de. **Estado e Igreja católica**: o movimento social do cristianismo de libertação sob vigilância do DOPS/SP (1954-1974). São Paulo, 2009. 388 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP.

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 20, n. 2, p. 139-192, jul/dez de 1996.

ZYLBERSZTAJN, Decio. O Claro Enigma da Duas Cidades. In: NOCELLI, Marcelo (org.). **Crônicas da UBE**. São Paulo: Pasavento, 2014. pp. 61-66.

Dos prefácios e dedicatórias de H. Rider Haggard (1856-1925): estratégias de legitimação e auto-representação¹⁷⁴

Evander Ruthieri da Silva

evander.ruthieri@gmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/1809837136738718>

RESUMO: O lugar ocupado pelo romancista H. Rider Haggard (1856-1925) em meio ao campo cultural e literário no *fin-de-siècle* vitoriano era marcado por forças de tensão demarcadas, de um lado, por críticas à qualidade de sua escrita e acusações de plágio, e, de outro, pelos investimentos simbólicos em redes de sociabilidade intelectual, amizades e colaborações letradas que legitimassem o letrado enquanto parte da *intelligentsia* de seu tempo. Estes esforços podem ainda ser vislumbrados nos prefácios e nas dedicatórias que integravam seus romances, e também nos textos introdutórios redigidos para publicações alheias, nas quais Haggard elaborava uma imagem de si para seus leitores, permeada por estratégias de legitimação e auto-representação, bem como por programas de escrita que norteariam a interpretação de suas obras. A análise concentra-se nestas modalidades de escrita autorreferencial, com atenção especial aos romances e textos ambientados nos territórios sul-africanos, para compreender a intersecção de ideias políticas em torno da construção da imagem pública do intelectual.

Palavras-chave: História e Literatura; Rider Haggard; escritas autorreferenciais.

ABSTRACT: The place occupied by the novelist H. Rider Haggard (1856-1925) amidst the cultural and literary field in the Victorian *fin-de-siècle* was marked by tensions marked, on one side, by criticism regarding the quality of his writing and accusations of plagiarism, and, on other side, by symbolic investments in networks of intellectual sociability, friendships and literate collaborations that legitimized the literate as part of the *intelligentsia* of his time. These efforts can also be glimpsed in prefaces and dedications that integrated his novels, as well as in the introductory texts written for other publications, in which Haggard elaborated an image of himself for his readers, permeated by strategies of legitimation and self-representation, as well as by writing programs that sought to guide the interpretation of his works. The analysis focuses on these forms of self-referential writing, with special attention to the novels and texts set in the South African territories, to understand the intersection of political ideas around the construction of the public image of the intellectual.

Keywords: History and Literature; Rider Haggard; self-referential writing.

Introdução

A trajetória intelectual do romancista H. Rider Haggard (1856-1925) sofreu uma inflexão significativa quando, em sua juventude, foi enviado para a África do Sul, com o fito de ocupar um cargo não-comissionado na equipe administrativa da Colônia de Natal, então

¹⁷⁴ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. O texto integra a pesquisa derivada da tese de doutorado do autor, intitulada “H. Rider Haggard e a questão sul-africana: narrativas literárias, cultura escrita e política no imperialismo (1875-1910)”.

governada por Henry Bulwer. Oitavo filho de uma família com vínculos à elite aristocrática no interior rural da Inglaterra, o jovem Haggard, que reprovava nos exames de admissão para o exército, era então considerado por seu pai, o jurista conservador William Haggard, como um rapaz incompetente, inapto a ocupar seu lugar em um mundo social marcado por resquícios de certo paternalismo. Ao chegar aos territórios sul-africanos em 1875, Haggard imediatamente foi catapultado para a elite branca, e, ao longo dos anos seguintes, envolveu-se fervorosamente com a anexação da república bôer do Transvaal às posses britânicas, testemunhou os conflitos entre britânicos e Zulus na guerra de 1879 e, no ano seguinte, presenciou a chamada guerra sul-africana de 1880-1881, que contrapôs bôeres e britânicos.

Amargurado e ressentido com os resultados da guerra, que levaram à devolução do Transvaal aos bôeres e, a julgar pelos seus testemunhos narrados, na impunidade frente aos crimes de guerra, Haggard retornou à Inglaterra, onde, após um breve período exercendo funções ligadas à jurisprudência, iniciou sua formação enquanto literato. A nostalgia pela África perdida de sua juventude converteu-se na intensidade de sua escrita literária, de modo que muitos dos seus romances, edulcorados por certa sensibilidade romântica e pelo peso das teorias racialistas, estavam ambientados nos territórios sul-africanos. Com a publicação de *King Solomon's Mines* (1885), *Jess* (1887) e *She* (1887), Haggard consagrou-se enquanto um paladino do “Rei Romance” e um apologista do colonialismo, embora sua produção tenha sido frequentemente acusada pelos seus contemporâneos de plágio, ou ainda categorizada como uma baixa literatura voltada para o mero deleite e entretenimento de seu público leitor.

Diante destas circunstâncias, Haggard promoveu estratégias de legitimação intelectual e auto-representação, as quais mobilizaram redes de sociabilidade literária e práticas letradas envolvendo modalidades de escrita autorreferencial. Este texto concentra-se nos prefácios e nas dedicatórias escritas pelo literato em questão, para pensar a imagem que Haggard produzia a seu respeito para os seus leitores e leitoras, bem como por programas de escrita que nortegassem a interpretação de suas obras. A problematização da construção pública de uma imagem autorreferencial, a qual se deslinda em textos díspares e fragmentados, envolve a compreensão dos prefácios e dedicatórias enquanto narrativas que visam produzir um “autorretrato literário” (BEAUJOUR, 1991) do sujeito histórico em questão. Mais do que uma expressão de si para seu público leitor, estes textos evidenciam as estratégias adotadas pelo letrado para se legitimar diante das constantes críticas e acusações de plágio ou de ausência de originalidade em sua produção literária. O foco da análise incide sobretudo em seus romances sul-africanos, pois demonstram o modo como que, ao fazer uso de narrativas ambientadas em territórios coloniais, Haggard visava

elaborar a imagem de uma autoridade intelectual em questões associadas às práticas políticas coloniais em África.

Haggard e *Monomotapa*

O lugar ocupado por H. Rider Haggard em meio ao campo cultural e literário finissecular era marcado por forças de tensão demarcadas, de um lado, por críticas à qualidade de sua escrita e acusações de plágio, e, de outro, pelos investimentos simbólicos em redes de sociabilidade intelectual, amizades e colaborações letradas que legitimassem o romancista enquanto parte da *intelligentsia* de seu tempo. Estes esforços podem ainda ser vislumbrados nos prefácios e nas dedicatórias que integravam seus romances ambientados na África, e também nos textos introdutórios redigidos para publicações alheias, nas quais Haggard elaborava uma imagem de si para seus leitores, permeada por estratégias de legitimação e auto-representação, bem como por programas de escrita que norteassem a interpretação de suas obras. Neste sentido, estes elementos da cultura letrada podem ser compreendidos enquanto modalidades de escrita autorreferencial, na medida em que almejavam enredar a “arte de uma construção pública de si” e simultaneamente traduzem “uma clara intenção de orientar a leitura de suas obras conformando a sua recepção junto ao público leitor” (VENÂNCIO, 2007, pp.51-52). Tais estratégias de legitimação visavam a constituição da representação pública da autoria e, ao mesmo tempo, objetivavam revestir a figura de Haggard com o manto de uma autoridade em assuntos políticos e coloniais.

A análise em questão, centrada nos prefácios e dedicatórias dos romances sul-africanos de Haggard, é tributária ao conceito de “auto-retrato literário”, tal qual elaborado por Michel Beaujour, ao referenciar os discursos fragmentados e dispersos que, de modo distinto da logicidade e alinhamento cronológico associado à autobiografia, visam enredar determinadas configurações identitárias aos sujeitos históricos. Segundo o autor, o “autorretrato literário” decorre de sistemas de referências cruzadas, anáforas, superposições e correspondências “entre elementos homólogos e substituíveis, de uma forma a fornecer a aparência da descontinuidade, da justaposição anacrônica, ou da montagem” (BEAUJOUR, 1991, p.3). A construção de uma autoimagem de Haggard ocorre não apenas nos prefácios escritos às próprias obras, mas também na contribuição do letrado a textos de autoria alheia. Por sua notoriedade literária, sobretudo com seus romances africanos, a presença de Haggard certamente visava conferir reconhecimento à obra; por outro lado, era muito possível que o romancista utilizasse destes espaços para se

legitimar diante do público leitor enquanto figura de referência em assuntos coloniais, notadamente no sudeste e sul da África.

Em 1896, o historiador sul-africano de origem anglófona, Alexander Wilmot, publicou *Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century*. A obra, patrocinada por e dedicada ao magnata da mineração e força motriz da expansão colonial no sul da África, Cecil J. Rhodes, versava sobre as ruínas do Grande Zimbabwe, edificadas por populações de origem Xona nas proximidades do Lago Mutirikwe por volta do século XI ao século XV. As pesquisas arqueológicas em torno das ruínas haviam se intensificado na segunda metade do século XIX na esteira da expansão colonialista na África, sobretudo por britânicos e alemães. No início da década de 1870, o explorador alemão Karl Mauch inspecionou as ruínas e especulou uma possível associação bíblica com as figuras míticas do Rei Salomão e da Rainha de Sabá. Poucas décadas mais tarde, o explorador alemão Carl Peters e o arqueólogo britânico Flinders Petrie examinaram artefatos supostamente recuperados na região e identificaram as ruínas enquanto parte dos territórios egípcios na Antiguidade. Na década de 1890, Cecil Rhodes promoveu expedições e patrocinou pesquisas arqueológicas na região do Zimbabwe, as quais resultaram em teorias, amplamente aceitas no período, de que as ruínas, supostamente erigidas na Antiguidade, haviam sido resultado da expansão fenícia ou árabe na região. A miríade de teorias elaboradas no período encontrava-se alinhavada a certo imaginário colonial, o qual visava deslegitimar a presença negra africana nos territórios almejados pelas políticas coloniais, associando seu passado com a suposta presença histórica de populações brancas na Rodésia.

Além disso, a descoberta das ruínas de um império perdido reforçava a imagem da África a partir do “mito das terras vazias” (MCCLINTOCK, 2010), de territórios abandonados ou destituídos de civilização e passíveis de ocupação. Segundo Anne McClintock, o “mito das terras vazias” era um elemento político recorrente em diversos discursos coloniais, sobretudo ao longo do século XIX: “como não se supõe que os povos indígenas estejam espacialmente lá – pois as terras estão ‘vazias’- eles são simbolicamente deslocados para o que chamo de espaço anacrônico, um tropo que alcançou (...) plena autoridade administrativa como tecnologia de vigilância na era vitoriana tardia” (MCCLINTOCK, 2010, p.58). Neste sentido, diversos tratados histórico-geográficos e narrativas de viajantes ou de colonos produzidas neste período retratavam as populações nativas como destituídas de história, além ou aquém da temporalidade, existindo “num tempo permanentemente anterior no espaço geográfico do império moderno como humanos anacrônicos, atávicos, irracionais, destituídos de atuação humana” (MCCLINTOCK, 2010, p.58). Daí as intensas elucubrações intelectuais em fins do século XIX em torno das ruínas

e vestígios encontrados na África do Sul, escrutinizados na época como supostos resquícios de civilizações brancas enquanto forma de deslegitimação da presença negra.

Afinal, a região correspondente ao Grande Zimbabwe ocupava um lugar estratégico nos interesses coloniais em África nas últimas décadas do século XIX. Após a “descoberta” das ruínas pelo explorador alemão Karl Mauch em 1871, multiplicaram-se as notícias que associavam a região à exploração de minérios, em especial ouro e diamantes, de modo que, nos decênios seguintes, inúmeros visitantes conseguiram adquirir ou roubar objetos de pedra ou metais. Em 1890, cerca de 500 militares e 200 colonos partiram da Bechuanalândia e montaram um acampamento nas proximidades das edificações, em uma localidade onde seria fundada Salisbury, a futura capital da Rodésia do Sul. Os líderes destes colonos eram empregados da *British South African Company*, criada no ano precedente por Cecil Rhodes, e deram início à ocupação colonial na região, tornada possível graças a acordos realizados com Lobengula, último monarca independente do reino Ndenbele (*matabele*, para os ingleses). Entre 1893 e 1895, Lobengula realizou diversos ataques contra os invasores, contudo, sua população foi chacinada pelas tropas coloniais britânicas. Do ponto de vista da administração colonial, as reações dos ndenbele não caracterizavam uma guerra de resistência, mas sim um gesto de insubordinação merecedora de punição exemplar. Naquele período, Rhodes patrocinou a investigação de Theodore Bent sobre o Grande Zimbabwe, o qual concluiu que as edificações haviam sido obras dos fenícios, hipótese aceita por parte dos historiadores e arqueólogos do final do século XIX até parte do século XX, embora não sem controvérsias (GONÇALVES, 2004, pp.96-100).

A historiografia recente tem proporcionado “novas interpretações das muralhas e da cultura material dos povos que viveram na região” (GONÇALVES, 2004, p.82), de modo a enfatizar a ordem simbólica e os elementos estéticos mobilizados nas ruínas enquanto parte da ritualização do poder político das elites dirigentes da África Banto. Contudo, embora as ruínas fossem conhecidas pelos europeus desde o período das grandes navegações, na segunda metade do século XIX perpetuava-se a ideia de que as populações subsaarianas seriam incapazes de executar obras de engenharia complexa, o que levava à crença, vista como inquestionável, da incapacidade civilizadora dos povos negros africanos. A pesquisa de Alexander Wilmot, patrocinada justamente por uma elite colonial que ambicionava a expansão territorial na região, compartilhava destas convicções: o historiador sul-africano reforça a associação entre o Grande Zimbabwe e a suposta passagem de rotas comerciais fenícias e árabes na região, e ao mesmo tempo articula diretamente as descobertas arqueológicas e científicas com “o mais recente desenvolvimento do Imperialismo Britânico, que trouxe à luz monumentos interessantes de alguns dos mais antigos povos do mundo, cuja história encontra-se quase perdida na distância da

antiguidade remota” (WILMOT, 1896, p.2). Em sua publicação original, o texto de Wilmot incluía um prefácio redigido por Rider Haggard, cuja tonalidade da escrita era profundamente reveladora de suas convicções e sensibilidades políticas e, de modo simultâneo, visava reforçar a notoriedade do autor de *King Solomon's Mines* por meio de um discurso permeado por entrecruzamentos de traços de História e Literatura.

O ponto de partida de Haggard concerne à representação do sudeste africano como uma região destituída de passado, afinal, em seu ângulo de observação, “até anos recentes suas regiões inexploradas haviam gerado, desde o início, nada exceto feras selvagens e homens negros quase tão selvagens, os quais, por anos incontáveis, seguiram seu caminho de destruição”. A tais cenários de extinção racial, Haggard contrapõe o aspecto civilizador gerado pela expansão colonial, capaz de engendrar não somente práticas políticas, mas também elucidar evidências do passado africano. Haggard não possui dúvidas de que “a existência de grandes ruínas nos territórios conhecido como Matabele e Mashonalândia” deriva de uma “raça de homens civilizados”. Em sua narrativa, as ruínas do Grande Zimbábwe representam um passado de civilizações perdidas de origens caucasianas, as quais teriam sido subsequentemente substituídas por “uma nova incursão de bárbaros”, “provavelmente estes selvagens eram dos setores Zulus da raça Banto”. No prefácio à obra de Wilmot, Haggard apresenta-se como um fervoroso adepto da teoria que preconizava as origens fenícias das ruínas do Grande Zimbábwe, de modo a informar aos leitores a premissa de um passado etnicamente branco em solo africano e, simultaneamente, alertá-los aos riscos representados por aquelas que eram consideradas como “raças inferiores”. Não obstante, o letrado inscreve-se como um partícipe das descobertas arqueológicas na região, na medida em que referencia o achado de lingotes de ouro “há dois anos por um amigo do presente escritor, o Sr. Burnham”, e atesta aos seus leitores que “uma dessas contas de ouro encontradas, (...) seguro em minha mão enquanto escrevo” (HAGGARD, 1896, pp. xiii-xviii).

Narrativas de civilizações perdidas, ao exemplo do Grande Zimbábwe, das fabulosas Minas do Rei Salomão ou da misteriosa cidade de Kôr em *She*, integravam os imaginários políticos da expansão colonial em fins do século XIX. De acordo com Bradley Deane, estas narrativas concatenavam elementos do colonialismo por meio de fantasias políticas que mobilizavam uma valorização da ação viril e do heroísmo a partir de uma revisão de códigos de gênero e racialidade. As representações de civilizações perdidas voltavam-se frequentemente a conceitos derivados da antropologia evolucionista, explorando ideais de primitivismo e barbarismo. Contudo, enquanto antropólogos como Edward Tylor, John Lubbock e John McLennan visavam comprovar a força inexoravelmente positiva do progresso, romancistas como Rider Haggard intencionavam demarcar as qualidades redentoras do barbarismo, e sustentavam a

coexistência de elementos atávicos sob a fina e frágil camada da civilidade, necessários para a manutenção das fronteiras coloniais (DEANE, 2008, pp.205-225). As descobertas de civilizações perdidas e tesouros esquecidos possibilitavam um retorno ao primitivo enquanto sustentáculo da expansão colonial, por meio de uma virilidade apaixonadamente agressiva e descomedidamente combativa. Estes códigos de gênero e masculinidade encontravam-se alinhavados à perspectiva de muitos imperialistas, ao exemplo de Cecil Rhodes, o qual afirmava seu apreço pelas coisas “grandes e simples, bárbaras se você preferir”, ao garantir que suas ações eram conduzidas “com a inspiração em um bárbaro” (DEANE, 2008, p.205).

A premissa política do prefácio de Haggard e do texto de Wilmot articulava-se a uma ansiedade comum a muitos homens engajados intelectualmente com a expansão colonial no interior da África: o esforço em erigir simbolicamente um passado e uma identidade branca para o continente africano, de modo a justificar e legitimar suas ambições coloniais e simultaneamente recusar a história da África negra e negar a identificação das populações negras com seus territórios (DUESTENBERG, 2015, p.152). A questão ficava demarcada na retórica de Haggard, em especial ao categorizar os fenícios como uma raça “engenhosa, impiedosa e aventureira, os quais eram os britânicos do mundo antigo sem a honra britânica”. Na visão do letrado, a saga dos fenícios na Antiguidade tornava-se paralela aos percalços do colonialismo britânico no século XIX, na medida em que a exploração de minérios na região demandava “o auxílio do trabalho nativo, que necessitava a constante presença e supervisão de um vasto número de homens armados e civilizados”. Contudo, se os fenícios eram descritos como precursores da presença britânica na região, o prefácio de Haggard embebia-se em certas preocupações políticas concernentes à manutenção do colonialismo: à imagem da opulência e da grandiosidade gerada pela exploração dos recursos naturais na região, o letrado contrapunha a sombra de impérios arruinados devido às resistências nativas, afinal, os fenícios “vieram, ocuparam e construíram, e então desapareceram, provavelmente em alguma forma violenta e repentina, possivelmente provinda de alguma insurreição de seus escravos” (HAGGARD, 1896, pp. xviii-xix).

O prefácio de Haggard imbuía-se de claras intencionalidades políticas, ao identificar Cecil Rhodes e a Companhia Britânica da África do Sul como forças motrizes da expansão colonial no sul e sudeste da África. A questão adquiria pertinência e relevância naquele momento, afinal, o tratado de Wilmot havia sido publicado poucos meses após o escândalo público causado pelo Jameson Raid, o qual implicou na renúncia de Rhodes do posto de primeiro-ministro da Colônia do Cabo em janeiro de 1896. O tom de defesa, tanto por parte de Haggard quanto por Wilmot, não poderia ser mais evidente. Além disso, o ato de prefaciар obras de autoria alheia revestia o texto de Haggard com um intento de auto-valorização, na medida em que demonstrava

suas habilidades em investir em modalidades de escrita que não fossem estritamente literárias ou ficcionais. Por sua trajetória intelectual e renome associados à publicação de *King Solomon's Mines*, o prefácio não apenas valorizava “o texto singular que ele introduzia, criava também uma ideia de conjunto, inseria o livro apresentado na ‘coleção’ de textos do autor, ressaltando os aspectos nos quais determinado texto particular se integrava à obra mais geral que se elaborava” (VENÂNCIO, 2007, p. 55). Visava, em meio aos debates públicos acerca da qualidade literária do “Rei Romance”, demarcar sua erudição e intelecto, produzindo uma auto-representação imbuída de estratégias de legitimação.

Autorretratos e defesas literárias

Em seus primeiros romances africanos ou ambientados no território sul-africano, Haggard mobiliza a estratégia do prefácio redigido a partir de um personagem ficcional. Assim, por exemplo, o heróico caçador Allan Quatermain assume a autoria do prefácio de *King Solomon's Mines*, onde critica o modelo realista de literatura em defesa de uma “linguagem direta”, afinal, “uma lança afiada, dizem os Kukuana, não precisa ser polida, e neste mesmo princípio eu me aventuro a ansiar por uma verdadeira história, por mais estranha que pareça ser” (HAGGARD, 1901, p. viii-ix). O romance de aventura tornava-se, na visão de Haggard e de seu narrador, a forma de representação literária adequada para relatar as sendas da presença colonial em África. Para revestir sua trama em graus de verossimilhança, o letrado assume a alcunha de “Editor” em *She, a history of adventure*, assegurando aos seus leitores que a publicação, a despeito de possíveis interpretações alegóricas, tratava de um caso verídico e portava “a marca da verdade sobre sua face”, apresentada ao público “com esparsas alterações” (HAGGARD, 1887, p. 5). Em *Allan Quatermain*, romance publicado em 1887, a estratégia do narrador ficcional foi retomada em um prefácio que ilustra o corolário máximo da virilidade revitalizada em territórios coloniais:

o desejo pela *wilderness* estava em mim; eu não poderia mais tolerar esse lugar [a Inglaterra]; preferiria ir morrer como vivi, entre as caçadas e os selvagens (...). Nenhum homem que, por quarenta anos levou a vida como vivi, poderia aguentar o cerimonioso interior britânico (...); ele anseia – e como ele anseia – pela brisa do ar desértico; ele sonha com a visão dos *impis* Zulus arrastando seus inimigos como as ondas contra os rochedos, e seu coração se ergue em revolta contra os limites rígidos da vida civilizada (HAGGARD, 1899, p. 4).

O lamento de Allan Quatermain associa-se às inquietações vivenciadas por muitos homens ao *fin-de-siècle* que, em meio às restrições morais e convenções sociais dos centros urbanos na metrópole, diante de certo senso de crise nos códigos de masculinidade, ansiavam

pelas possibilidades de enriquecimento e protagonismo político proporcionadas pelas colônias. É muito possível que o letrado compartilhasse desse sentimento, na medida em que constantemente revisitava sua experiência colonial a partir da literatura, ou até mesmo ambicionava um retorno ao serviço administrativo nas colônias. Neste sentido, os prefácios haggardianos tornam-se sintomáticos da historicidade das sensibilidades e dos afetos políticos, no caso em questão, da nostalgia colonial enquanto uma força motriz e estruturante de sua escrita literária e de sua autorrepresentação.

A partir de *Mainw's Revenge, or the War of the Little Hand* e de *Mr. Meeson's Will*, publicados em 1888, passa a assumir declaradamente a autoria pelos textos introdutórios aos seus romances. O caso de *Mainw's Revenge*, trama protagonizada por Allan Quatermain, demonstra o modo como o letrado utilizava dos prefácios para responder aos seus críticos e simultaneamente orientar a recepção de suas obras junto ao público-leitor. Publicado poucos meses após os debates em torno das acusações públicas de plágio em seus romances anteriores, o texto introdutório visa apresentar a perspectiva de Haggard a respeito da questão: “é preciso estabelecer que o incidente da ‘coisa que morde’ registrado neste conto não é um esforço da imaginação. Pelo contrário, é ‘plagiarizado’. Mandara, um conhecido chefe da costa oeste da África, possui tal artefato e o utiliza” (HAGGARD, 1920, s.p.). Haggard, ao ironizar seus críticos mais pontiagudos e assumir o manto de “Rei do Plágio”, constrói seu prefácio em torno da alegação de que a literatura nutre-se de elementos pré-existentes ou de narrativas supostamente atemporais, teoria elaborada pelo seu amigo e correspondente, o antropólogo Andrew Lang, em defesa contra as acusações de plágio.

A questão recrudescera em meados de 1887, logo após a publicação de *Jess* e *She*, momento em que o jornalista e editor William Thomas Stead acusara abertamente Haggard de plágio em uma série de artigos publicados no *Pall Mall Gazette*, apontando uma série de elementos presentes nas tramas e que teriam sido supostamente plagiarizados de outras obras literárias. Stead argumentava, por exemplo, que em *She* o literato plagiara a obra literária *The Epicurean* (1827), do norte-americano Thomas Moore, sob a alegação de que “continha quase todos os ingredientes da obra-prima literária do Sr. Haggard” e que “algumas das mais marcantes imagens de Haggard são apenas cópias coloridas daquelas feitas por Moore” (PALL MALL GAZETTE, 11 mar. 1887, pp.1-2). Em resposta, Haggard e diversos outros intelectuais publicaram cartas abertas e artigos discutindo o tema, tal como Andrew Lang, o qual defendia que diante da impossibilidade de formulação de ideias absolutamente originais na literatura, evocou certo senso de tradição cultural, no qual literatos de expressividade no cânone ocidental – William Shakespeare, Molière, o poeta Virgílio, Dante Alighieri, Alfred Tennyson – estariam inseridos e do qual se apropriariam de determinadas temáticas. A mobilização de “ideias antigas (e não

existem novas ideias)” para produzir uma “nova combinação” (LANG, 1887, p. 835) não constituiria, nesta visão, uma situação de plágio.

O letrado de Norfolk revisita a questão no texto introdutório a *Mr. Meeson's Will*. Ao elemento central da trama, isto é, a legitimidade jurídica do testamento do editor Meeson tatuado nas costas da jovem escritora Augusta, Haggard defende-se ao afirmar que “nunca ouvi falar de nenhum conto estrangeiro do qual sou acusado de roubar a idéia. (...) Isto não significa, contudo, uma forma de clamar originalidade em torno do incidente, mas apenas com o intento de poupar certa classe de críticos do esforço de pesquisas mais profundas”. Da mesma forma que o antropólogo Andrew Lang defendia as tramas de Haggard a partir de suas inspirações clássicas, o letrado remete seus leitores aos mitos gregos de “um personagem (...) que tatuou a cabeça de seu escravo”, e acrescenta que “é provável que a ideia tenha sido plagiarizada dos hititas. Histórias de tatuagens, como muitos outros contos, foram por séculos um patrimônio comum do mundo”. O romancista continua seu prefácio com uma longa defesa contra as acusações de plágio, em especial oriundas dos “ataques de um jornal malicioso”, em referência ao caso de Stead e do *Pall Mall Gazette*. Para Haggard, “raro é o livro que não é um plágio parcial, se por plágio entende-se lidar com aquilo que já foi tratado anteriormente. Portanto, se o código de moral anti-plágio for adotado em toda a sua severidade, provavelmente representaria o fim da produção de ficções” (HAGGARD, 1888, pp. ix-xii).

Como se vê, os prefácios de Haggard, em especial nos seus romances africanos ou sul-africanos, atuavam como espaços nos quais o letrado respondia aos seus críticos, apontavam para a circulação de ideias em suas redes de sociabilidade intelectual, e ainda visavam constituir uma imagem pública de respeitabilidade em torno da figura do autor. Nos prefácios de romances publicados nas décadas de 1880 e 1890, era recorrente a defesa em torno do romance enquanto forma literária privilegiada para a representação dos territórios coloniais, por meio dos quais Haggard rebatia e defendia-se de seus críticos mais perenes, em especial no que dizia respeito às acusações de plágio.

Dedicatários e sociabilidades letradas

Ao lado dos prefácios, sintomáticos do modo como Haggard representa-se aos leitores e, simultaneamente, responde aos seus críticos, as dedicatórias que integram seus livros apontam para a constituição de redes de sociabilidade intelectual e letrada, permeadas por práticas amistosas e demonstrações públicas de afeto e estima. Ao longo dos séculos XVIII e XIX, a prática de dedicar livros abandonou sua função mercantil, associada à proteção senhorial e ao

caráter laudatório, e transformou-se em um ritual literário, uma prática social reveladora de dimensões das sensibilidades do intelecto. Ademais, a escolha de um dedicatário notório revela os afetos nutridos pelo literato, resultante de processos de intelectualização que permitem certa valorização implícita da obra. Desta forma, “a dedicatória da obra revela sempre a demonstração, a ostentação, a exibição: ela demarca uma relação, intelectual ou privada, real ou simbólica, e esta marca encontra-se sempre ao serviço da obra, como argumento de valorização ou objeto de comentário” (GENETTE, 2002, p.138). Por extensão, o elemento paratextual pode sugerir múltiplas indicações referentes às gêneses das obras literárias, dos elementos constituintes de sua forma e de seu significado, do contexto e da natureza das relações entretecidas pela cultura escrita e literária (VIOLA; SEARA, 2016, p.792).

No caso dos romances africanos de Haggard, parte significativa de suas dedicatórias é autobiográfica, portanto, “pertencem a um registro afetivo e demonstram um *ethos* sensível” (VIOLA; SEARA, 2016, p. 803). Em seus primeiros romances as dedicatórias são breves e pontuais. Observe-se, a título de exemplos, o caso de *King Solomon's Mines*, dedicado “a todos os meninos, pequenos e grandes, que o lerem”; *She, a history of adventure*, endereçado a Andrew Lang, “em retribuição por sua atenção pessoal e em sincera admiração por sua sabedoria e suas obras” (HAGGARD, 1887, s.p.); ou mesmo *Allan Quatermain*, “um livro de aventura” dedicado a “meu filho Arthur John Rider Haggard na esperança que nos dias que se aproximam ele, e muitos outros meninos que jamais conhecerei, possam, (...) alcançar aquilo que, como Sir Henry Curtis, acredito ser o mais alto nível que possamos atingir – o estado e a dignidade de um cavalheiro britânico” (HAGGARD, 1899, s.p.). Talvez se sentindo mais confiante com seu público leitor, as dedicatórias de Haggard, a partir da década de 1890, tornam-se mais extensas e, no que se refere aos seus romances africanos, sugestivas das relações entre suas experiências coloniais e a escrita literária. Além disso, ao estabelecer paralelos entre personagens ficcionais e pessoas reais, o letrado identificava os indivíduos que, na sua visão, eram responsáveis pela manutenção das práticas políticas coloniais.

Em 1889, Haggard publicou *Allan's Wife and other tales*, uma coletânea de quatro contos concernentes à trajetória de seu personagem ficcional. Ambientado nos territórios sul-africanos em meados da década de 1840, o conto titular detalhava de forma breve a juventude de Allan Quatermain, e narrava seu casamento e a morte trágica de sua segunda esposa, Stella Carson. Em sua publicação original, *Allan's Wife and other tales* incluía uma longa carta-dedicatória a Arthur H. D. Cochrane, o qual, na década de 1870, havia sido enviado ao Transvaal em funções oficiais relacionadas à situação financeira da colônia recentemente estabelecida. Após deixar seu cargo na administração transvaalense, no mesmo período em que Theophilus Shepstone renunciou do

governo da colônia, Haggard e Cochrane estabeleceram uma fazenda de avestruzes nas proximidades de Newcastle, de onde o jovem colonialista acompanhou os conflitos entre britânicos e bôeres no final de 1880. A memória da experiência colonial, edulcorada por certo senso de nostalgia em torno da África perdida de sua juventude, permeia a dedicatória a Cochrane, redigida na expectativa de que talvez os contos compilados “tragam para você um pouco do romance dos dias passados, os quais estão perdidos para nós. (...) Onde nós caçamos e viajamos e cavalgamos, raramente encontrando a face do homem civilizado, lá os mineradores construíram suas cidades”. As cores da melancolia tingiam a imagem da África do Sul relatada na dedicatória de *Allan's Wife*, em especial do Transvaal, cuja devolução aos bôeres Haggard ainda lamentava, de modo que “as caçadas se foram; o charme da neblina das manhãs tornou-se o reluzir diurno. Tudo mudou (...). Poucos dos que conhecemos restaram. Alguns vitimados pela batalha e assassinato, seus ossos largados sobre o *veldt*” (HAGGARD, 1899, p. 7-8). O letrado lastimava a impossibilidade do retorno à aventura em África, agora viável apenas pelo deleite literário, e no mesmo golpe, alertava seus leitores sobre as consequências mais violentas derivadas das perdas de territórios coloniais.

A tendência em destacar fulcros de identificação política com a expansão colonial continuou em *Nada, the Lily* (1892), romance ambientado na Zululândia da década de 1820 e centrado em um elenco personagens Zulus nos tempos do *mfecane*. O épico Zulu de Haggard era dedicado ao seu antigo empregador, Theophilus Shepstone, identificado no texto pela alcunha atribuída durante sua trajetória profissional, Sompseu (“pai”), o qual concatenava o simbolismo do paternalismo personificado por Haggard no administrador colonial. Em tonalidade laudatória, Haggard reforça a imagem pública de Shepstone enquanto uma autoridade nos assuntos nativos e coloniais, e destaca a reverência direcionada a ele pelos regimentos Zulus. Adicionalmente, o romancista utiliza-se da dedicatória para retomar a questão da anexação do Transvaal em 1877, justificando-a como necessária: “você a fez porque, se não fosse feita, os Zulus teriam eliminado os Bôeres (...). Para evitar a carnificina, você anexou o país além do [Rio] Vaal”. Por meio da escrita, o letrado intenciona a defesa política de seu dedicatário, ao mesmo tempo em que visa demarcar para a posteridade as ações de Shepstone na manutenção dos territórios coloniais ao sul da África, de modo que “apenas seu nome não será esquecido; e assim como foi ouvido em vida, será ouvido na história, e anseio que, embora humildemente, o meu seja transmitido com ele”. O elogio de Haggard, no prefácio de *Nada, the Lily*, visa também perpetuar certa memória em torno de si, enquanto agente de colonização e alguém que “abandonou o caminho da ação que amo e me enterrei em livros” (HAGGARD, 1892, pp. v-vi).

A situação sul-africana tornava-se particularmente tensa na segunda metade da década de 1890, em especial após o escândalo público causado pelo Jameson Raid, uma tentativa malfadada de anexar o Transvaal em 1895, e o acirramento das tensões entre britânicos e bôeres que levariam à guerra sul-africana (1899-1902). Talvez motivado em buscar quadros explicativos e soluções simbólicas às animosidades interétnicas no território sul-africano, Haggard escreveu *Swallow, a tale of the Great Trek* (1899), uma narrativa ambientada na década de 1830 e que relata o romance de uma jovem bôer, Suzanne, e um expatriado anglo-escocês, Ralph Kenzie. Entrecruzando as linhas da experiência autobiográfica e da sensibilidade política, Haggard dedicou *Swallow* ao administrador colonial Marshal James Clarke, o qual havia sido recentemente nomeado comissário residente para assuntos nativos da Rodésia do Sul em um período marcado por particular tensão, em especial, pelos conflitos entre os Ndebele e as tropas coloniais. Ao longo de sua trajetória, Clarke acumulou cargos relacionados à política de tratamento dos nativos na África do Sul, e na década de 1870 havia sido assistente de Theophilus Shepstone na missão transvaalense, circunstância que certamente aproximou-o do jovem Rider Haggard. É por meio da dedicatória a Clarke, alguém que, em companhia amistosa do letrado, teve “oportunidades singulares para observar o caráter Bôer e Kaffir”, que Haggard tece comentários à situação política no Transvaal contemporâneo a partir de um olhar voltado ao passado colonial:

Empatia com os Voortrekkers de 1836 é fácil; se o mesmo permanece no caso dos seus descendentes, os senhores atuais do Transvaal, é um assunto que admite muitas opiniões. Pelo menos, compreensão deve ser sempre feita para as suscetibilidades de uma raça que testemunha sua individualidade e vida nacional lentamente naufragando, mas sem esperança de ressurreição, diante de um dilúvio invasor de Anglo-Saxões (HAGGARD, 1899, s.p.).

Remetendo o público leitor ao âmago de suas redes de sociabilidade no período que permaneceu na África do Sul, o romancista simultaneamente revestia sua obra literária com formas de interpretação de eventos recentes da história política sul-africana a partir de uma combinação de elementos de ficção e realidade. À exceção de *Jess* (1887), dedicado à esposa do romancista, Louisa, os dedicatários de seus romances africanos são todos personagens com envolvimento direto com a administração colonial ou com assuntos nativos, o que evidencia a centralidade da questão nos elementos paratextuais das obras de Haggard. Um último exemplo desta tendência encontra-se em *Marie*, publicado em 1912, romance que narra a infância e juventude de Allan Quatermain na década de 1830, seu envolvimento com o *Great Trek* e com o monarca Zulu Dingaan, bem como a morte de sua primeira esposa, a bôer Marie Marais. O letrado dedicou o romance a Henry Bulwer, ex-governador de Natal e indivíduo diretamente responsável pela ascensão de Haggard à elite colonial no final da década de 1870. Publicado

poucos meses após o estabelecimento da União Sul-Africana em 1910, Haggard sumariza, no texto introdutório, os eventos recentes associados à região: “a Anexação do Transvaal, a Guerra Zulu, a primeira Guerra Bôer, a descoberta do Rand, a tomada da Rodésia, a segunda Guerra Bôer, e muitos outros assuntos que, nestes tempos efêmeros, agora são vistos como história antiga”. Apesar das suas esperanças renovadas com o fato de que “a bandeira da Inglaterra sobrevoa do Zambezi ao Cabo”, numa possibilidade de que “sob sua sombra, todas as antigas rixas e invejas sanguinolentas sejam esquecidas”, Haggard novamente lamenta a perda da África de sua juventude, com base no fato de que “se revisitarmos aquele país, encontraremos poucos rostos conhecidos”. Finalmente, o intelectual admite que “talvez os nativos também prosperem, e sejam justamente governados, pois afinal, no início a terra era deles”. O reconhecimento da associação entre africanos e seus territórios acompanha-se da premissa paternalista, isto é, a ideia de que, por suas características raciais, os nativos necessitariam de uma força política externa, presumivelmente de etnia anglo-saxônica, para serem “justamente governados” (HAGGARD, 1912, p.v).

Os prefácios e dedicatórias que apresentavam os romances africanos de Haggard viriam a construir a auto-imagem de um intelectual politicamente engajado, um colonialista fervoroso, embora ressentido por certo tom nostálgico e melancólico. Estas formas de escrita autorreferencial ainda viriam acrescentar a representação de um homem erudito, que constrói sua literatura a partir de experiências circunstanciadas ligadas diretamente às vivências coloniais, revisitadas a partir da escolha cuidadosa dos dedicatários de seus romances. A construção da autoria era, neste sentido, estruturada por aspectos reiterados constantemente por Haggard a respeito de si mesmo, buscando delinear sua auto-imagem e individualidade, ao mesmo tempo em que caracterizando seu nome próprio como causa criadora de discursos permeados por “indícios de autenticidade e originalidade” (VENÂNCIO, 2007, p.59). Se, por um lado, a “noção de autor aparece como auto-evidente” (HANSEN, 1992, p. 11), por outro, a análise das formas de auto-representação possibilitam compreender a construção da imagem pública de Haggard aos seus leitores, por meio de um “trabalho de ordenar, rearranjar e significar o trajeto de uma vida no suporte do texto, criando-se através dele um autor e uma narrativa”¹⁷⁵ (GOMES, 2004, p. 16). Além de responder aos seus críticos, os modos de Haggard introduzir os seus textos, em especial nas dedicatórias, buscavam conformar os contextos de gênese de suas obras literárias a partir de redes de sociabilidade e de experiências políticas junto à administração colonial.

¹⁷⁵ GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004, p. 16.

Post scriptum

O romancista H. Rider Haggard, após ser acusado publicamente de plágio após a publicação de seus primeiros romances aventureiros ambientados na África, fez amplo uso da cultura escrita e de práticas letradas para legitimar seu lugar em meio à *intelligentsia* ao final do século XIX. Diversas cartas abertas e artigos laudatórios foram publicados na imprensa periódica por amigos e familiares, com o objetivo de defendê-lo das acusações que o caracterizavam como o “Rei do Plágio”. Ademais, Haggard utilizou de elementos paratextuais em seus romances no escopo de legitimar-se diante da opinião pública, fornecer certo senso de coesão e unidade às suas obras ou ainda direcionar as interpretações e leituras das mesmas.

Alguns dos prefácios escritos por Rider Haggard fornecem indícios para a compreensão de suas visões de mundo e sensibilidade políticas. Tome-se, a título de exemplo, o prefácio que redigiu para a obra *Monomotapa*, do historiador Alexander Wilmot, a qual torna-se ilustrativa do modo como Haggard reforçava a premissa imaginosa de uma civilização branca no coração da África, justamente em um momento no qual as forças coloniais britânicas, representadas sobretudo por Cecil Rhodes, avançavam sobre a região do Grande Zimbábue. Ou, como no caso de suas dedicatórias, a seleção criteriosa e cuidadosa de indivíduos diretamente relacionados à administração colonial, designando-os como fulcros de identificação coletiva da empreitada colonial em África.

Os prefácios e dedicatórias tornavam-se espaços em que, ao erigir “autorretratos literários”, Haggard revestia sua imagem pública com certa áurea de respeitabilidade, sobretudo no que dizia respeito aos assuntos coloniais. Simultaneamente, o letrado utilizava-se destas práticas letradas para adiantar-se ou responder aos seus críticos, sobretudo no que dizia respeito às acusações de plágio. Ao mesmo tempo em que recusava a originalidade absoluta de suas ideias, o letrado reforçava a autenticidade de seus romances, sobretudo por meio de dedicatórias ligados diretamente à África ou remetendo seus leitores à experiência colonial do romancista.

Referências:

- BEAUJOUR, Michel. **Poetics of the Literary Self-Portrait**. Nova York: New York University Press, 1991.
- DEANE, Bradley. Imperial Barbarians: Primitive Masculinity in Lost World Fiction. **Victorian Literature and Culture**, v.36, 2008, pp.205-225.
- DUESTERBERG, Susanne. **Popular Receptions of Archaeology**: Fictional and Factual Texts in 19th and Early 20th Century Britain. Transcript, 2015..

GENETTE, Gérard. **Seuils**. Paris: Seuil, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quem construiu o Grande Zimbábue? Em torno do mito da incapacidade civilizadora dos povos africanos. **Revista Diálogos**, v.8, n.1, 2004, pp.96-100.

HANSEN, João Adolfo. Autor. In: JOBIM, José Luis. **Palavras de crítica**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro Imperial**. Campinas: UNICAMP, 2010.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Prefácios de Vianna na coleção Brasiliana: estratégia de legitimação e construção da autoria. **Locus**, v.13, n.2, 2007.

VIOLA, Ana Isabel; SEARA, Isabel Roboredo. Da (des)construção da dedicatória: análise linguístico-textual. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, n.1, v.10, 2016.

Fontes:

HAGGARD, H. Rider. **Allan's Wife and other tales**. Londres: Spencer Blackett, 1889.

_____. **King Solomon's Mines**. Londres: Longman's, Green & Co., 1901.

_____. **Maiwa's Revenge**. Londres: Hodder & Stoughton, 1920..

_____. **Marie, an episode in the life the late Allan Quatermain**. Londres: Longman's, Green & Co., 1912.

_____. **Mr. Meeson's Will**. Londres: Spencer Blackett, 1888..

_____. **Nada, the Lily**. Londres: Longman's, Green & Co., 1892.

_____. Preface. In: WILMOT, Alexander. **Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century**. Londres: T. Fisher Unwin, 1896.

_____. **She, a history of adventure**. Londres: Longman's, Green & Co., 1887.

_____. **Swallow, a tale of the Great Trek**. Londres: Longman's, Green & Co., 1899.

_____. **Allan Quatermain**. Londres: Longman's, Green & Co., 1899.

LANG, Andrew. Literary plagiarism. **Contemporary Review**, junho de 1887, p.835.

WHO IS 'SHE', and where does 'She' come from? **Pall Mall Gazette**, 11 de março de 1887, p.1-2.

WILMOT, Alexander. **Monomotapa (Rhodesia): Its Monuments, and its History from the most Ancient Times to the Present Century**. Londres: T. Fisher Unwin, 1896.

FORMA LITERÁRIA E PROCESSO SOCIAL: UMA LEITURA DO CONTO PIÁ DE GUIDO WILMAR SASSI

Fabiano Garcia

f.garcia7@hotmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal de Santa Catarina

Agência de Fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/6436134748374321>

RESUMO: este trabalho apresenta uma hipótese de leitura crítica de um conto escrito por Guido Wilmar Sassi (1922 – 2002), publicada na década de 1950. O conto integrou obra homônima (1953), que foi editada por Salim Miguel e publicada pelas Edições Sul, em Florianópolis (SC). Como coletivo, à época, o Grupo Sul foi responsável por promover uma ampla discussão cultural, a nível regional, incorporando-se, simultaneamente, ao legado do modernismo no Brasil. Ainda que tardia, a inserção de Guido Wilmar Sassi ao Grupo Sul pode indicar parte dos anseios políticos e estéticos almejados por uma geração que se destacou no meio literário brasileiro naquele período. A principal premissa do artigo é de que produções literárias, longe serem alheias ao contexto em que estão inseridas, revelam importantes contradições do seu tempo. Além da obra, utiliza-se como fonte as críticas publicadas em jornais e revistas literárias do período.

Palavras Chave: Guido Wilmar Sassi; Regionalismo; Modernismo; História de Santa Catarina; Literatura brasileira.

ABSTRACT: This paper presents a hypothesis of critical reading of a short story by Guido Wilmar Sassi (1922 - 2002), published in the 1950's The Tale integrated homonymous work (1953), which was edited by Salim Michael and published by Editions South in Florianópolis (SC). As a collective, at the time, Grupo Sul was responsible for promoting a broad cultural discussion at the regional level, simultaneously incorporating the legacy of modernism in Brazil. Although late, the insertion of Guido Wilmar Sassi to the South Group may indicate part of the political and aesthetic longings sought by a generation that stood out in the Brazilian literary environment in that period. The main premise of the article is that literary productions, far from being foreign to the context in which they are inserted, reveal important contradictions of their time. Besides the work, the criticism published in newspapers and periodicals of the period is used as source.

Keywords: Guido Wilmar Sassi; Regionalism; Modernism; History of Santa Catarina; Brazilian Literature.

Introdução

Adotar a literatura como objeto, tema e fonte para conhecer a história e a sociedade de qual fazemos parte, é lide que, a princípio, pode resultar em excelente fatura. No caso brasileiro, conta-se mesmo com obras de excelência, que traduzem seguramente bem o potencial contido nesta relação¹⁷⁶. Mas é fato, por outro lado, que análises dessa

¹⁷⁶Basta citar o caso emblemático de Roberto Schwarz, em *Ao vencedor as batatas*; forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro; e em *Um mestre na periferia do capitalismo*. Para além destes, poderia se

monta implicam em ardis de toda ordem. O desafio é tal que, não raro, se corre o risco de concluir uma investigação dessa natureza com resultados mais estreitos, comparado ao que originalmente proposto. Como registrou Roberto Schwarz (2004):

que a literatura faça parte da sociedade, ou que se conheça a literatura através da sociedade e a sociedade através da literatura, são teses capitais do século XIX, sem as quais, aliás, a importância especificamente moderna da literatura fica incompreensível. Elas estão na origem de visões geniais e dos piores calhamaços.

Todavia, a despeito dos impasses (que na verdade são também os da análise histórica), os riscos valem a pena, pois a ficção “também permite o *confronto* e algo como uma *competição* entre as linguagens, devolvendo à literatura a dimensão de *conhecimento* que ela evidentemente tem” (SCHWARZ, 1983, p.7). Pode mesmo se dizer que “a literatura contempla de maneira crítica o movimento da sociedade” (SCHWARZ, 2010, p.22), e “oferece um campo vasto e significativo para descobrir e investigar a realidade” (LUKÁCS, 2010, p.80).¹⁷⁷ Cabe aos interessados, admitindo tal possibilidade, enfrentar este desafio sedutor e incerto, buscando alternativas com vistas a decodificar, da melhor forma possível, como o mundo social intervém na forma literária, e vice-versa.

A princípio, não existe, de saída, um método específico para tal. Para os historiadores, entretanto, toda fonte é fruto do seu tempo. E assim também é a literatura. Trata-se de investigá-la, tomando-a não como um conjunto de “descrições fiéis e neutras de determinada realidade, mas sim como produtos de um embate social do qual seus autores faziam parte mesmo quando simulavam não fazer” (CHALHOUB; PEREIRA, 1998). Geralmente, esse processo de análise, que exige rigor, sem dúvidas, tem avançado de modo substantivo na tradição de crítica dialética que, por interesse, adotamo-la como referência.

Conforme Schwartz (2004), a crítica dialética apresenta boas prerrogativas, pois “desbanaliza e tensiona essa inerência recíproca dos polos sem suprimi-la. O que for óbvio, para ela não vale a pena. Se não for preciso adivinhar, pesquisar, construir, recusar aparências, consubstanciar intuições difíceis, a crítica não é crítica”. De fato, ao menos se a intenção é discutir história a partir da literatura, é a partir dessa tradição que superamos

incluir ainda, sem prejuízo: (CANDIDO, 1959);(CHALHOUB, 2003);(SEVCENKO, 2003);(GLEDSON, 2003); (AGUIAR, CHIAPPINI, 2001).

¹⁷⁷ “A literatura pode representar os contrastes, as lutas e os conflitos da vida social tal como eles se manifestam no espírito, na vida do homem real. Portanto, a literatura oferece um campo vasto e significativo para descobrir e investigar a realidade”. (LUKÁCS, 2010, p.80)

métodos formalistas (que encerram a literatura em si mesma), que, segundo Maria Elisa Cevasco (2007, p.13): “em alguns casos deliberadamente, não nos deixam ver que a invenção formal é um instrumento de investigação do conteúdo sócio-histórico”.

Nesse sentido, segundo Antonio Candido (1991, p.111), “ver criticamente a obra é escolher um dos momentos deste processo como plataforma de observação” E é exatamente esse o ponto de partida deste trabalho, além dos pressupostos acima mencionados. Consideram-se, como “plataforma de observação”, elementos tais como o estilo, tipificação de personagens e organização de enredo com o objetivo de elaborar uma leitura crítica sobre *Piá* (1953) de Guido Wilmar Sassi: conto que integrou a obra que leva o mesmo título do conto, lançada pelas Edições Sul em Florianópolis¹⁷⁸. O objetivo principal, em suma, é promover uma discussão do ponto de vista da história e em chave dialética. E ao contrário do que comumente ocorre com o trabalho do autor, em termos de crítica, evita-se centrar a análise apenas nos temas que perpassam a sua obra, estes mais facilmente identificados a conteúdos históricos.

Destaca-se que é, sobretudo, a partir da forma literária que se identifica o processo histórico decantado - que como matéria pré-formada, internaliza-se na obra de modo particular, formando outra coisa (cf. SCHWARTZ, 2012, p.31)¹⁷⁹. Seguindo o raciocínio de Terry Eagleton (2011, p.20), defende-se que a compreensão de uma obra literária presume mais do que simbolismos, história literária ou anotações de fatos sociológicos possivelmente relacionados: significa, antes de tudo, “compreender as relações complexas e indiretas entre essas obras e os mundos ideológicos que elas habitam – relações que surgem não apenas em ‘temas’ e ‘questões’, mas no estilo, ritmo, na imagem, qualidade e *forma*”. Acepção que vem formulada, pelo menos, desde Lukács, para quem “o elemento verdadeiramente social na literatura é a forma” (LUKÁCS *apud* EAGLETON, 2011, p.43). Esse é o caminho que se pretende percorrer a seguir.

¹⁷⁸Guido Wilmar Sassi nasceu em 1922, na cidade de Lages, Santa Catarina. Foi balconista, funcionário do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, em Lages, funcionário do Banco do Brasil em Rio de Janeiro, publicando textos, desde o final dos anos 1940, na imprensa de sua cidade natal. A infância e juventude foram marcadas pelas experiências vividas entre Lages e Campos Novos, no interior do planalto catarinense. As duas cidades, segundo a crítica, foram importantes fontes, como matéria prima, para as primeiras histórias que o autor escreveria anos mais tarde. Morou por algum tempo em São Paulo e, a partir de 1962, no Rio de Janeiro, onde morreu em 2002. Outros dados biográficos surgirão no decorrer deste ensaio. (Cf. MIGUEL, 2008, p.188).

¹⁷⁹ Entende-se por “forma”, uma “unidade complexa”, que segundo Terry Eagleton (2011, p.54) possui, pelo menos, três elementos: “ela é moldada em parte por uma história literária das formas “relativamente autônomas”; ela cristaliza-se a partir de certas estruturas ideológicas dominantes, como observamos no caso do romance; ela personifica um conjunto específico de relações entre autor e público”.

Subsídios e redes de sociabilidade: do meio à matéria

A coletânea de contos *Piá*, publicada no final de 1953, foi o quarto livro das Edições SUL¹⁸⁰. Assim como os *Cadernos SUL*, essas edições faziam parte da estratégia editorial do grupo de jovens reunido em torno do Círculo de Arte Moderna (CAM) de Santa Catarina. Formado em 1948, estes tinham como principal meio de divulgação, de interesses e ideias, a revista *SUL*. Expressão antiacadêmica no campo das letras, foi bastante peculiar, mas comum a uma geração de jovens no pós-segunda guerra. Essa geração teve como referência o pioneirismo da revista *Joaquim*, periódico fundado em 1946, em Curitiba, por nomes como Dalton Trevisan, Erasmo Pilotto e Antonio Walger. O compromisso com o modernismo destes entusiasmou outros jovens, a exemplo dos catarinenses do Grupo Sul. De acordo com Ody Fraga:

No Brasil começaram a aparecer nas províncias os guerrilheiros da renovação. Não tinham contato entre si. Eram ilhotas num mar de marasmo e academicismo [...]. É claro que a ilhota de Florianópolis não teria vindo à tona se outras não tivessem vindo antes, e umas foram surgindo após outras e, sem dúvida, a paternidade destas ilhas cabe ao *Joaquim*. (FRAGA apud SANCHES NETO, 1998, 15).

SUL, à época da publicação da primeira coletânea de contos de Sassi, no entanto, já estava regionalmente consolidada, tida como referência cultural, e nacionalmente conhecida. Chegou à tiragem de mil exemplares, graças, especialmente, a persistência de seu núcleo principal (Salim Miguel, Eglê Malheiros, Aníbal Nunes Pires) e de outras bases fundamentais: o apoio logístico e financeiro dado pelo jornalista e político catarinense Jorge Lacerda¹⁸¹, presença discreta que figura nos bastidores desde o início da empreitada, além da Imprensa Oficial do Estado, que garantia os meios e cedia materiais, como papel, para a impressão e publicação da revista. Alguns medalhões da política local, ainda que conservadores, também prestavam auxílio aos “novos”, como Henrique da Silva Fontes, (que havia sido professor de Eglê), o secretário da Educação Armando Simone Pereira, o próprio governador Aderbal Ramos da Silva (ANTUNES, GOMES, 2008), e intelectuais

¹⁸⁰ Sendo precedida por *Velhice e Outros Contos* (1951), de Salim Miguel, *A ponte* (prosa e verso) de Antonio Paladino e *Alguma Gente*, histórias também de Salim Miguel (1953).

¹⁸¹ Jornalista responsável pelo suplemento literário do jornal *A manhã* (RJ), cuja circulação iniciou-se em maio de 1946. Segundo Demarchi (1992, p.237/238), Lacerda chegou à posição de orientador do suplemento, “graças a experiência acumulada na função de confiança que exerceu ao lado de Cassiano Ricardo, reforçada por extensa amizades nos meios culturais”. Era, segundo Salim Miguel, “misto de médico, advogado, jornalista, político”. Elegeu-se deputado federal pelo PRP em 1950, reeleito em 1954, chegando ao cargo de Governador de Santa Catarina (1956-1958) pela coligação UDN/PDC/PRP e PSP (CARREIRÃO, 1988, p.145).

estabelecidos que simpatizavam com o grupo como Oswaldo Rodrigues Cabral e Othon da Gama D’êça (GUERRA; BLASS, 2009, p.35).

Diferentemente das primeiras edições de *SUL*, com pouco mais de 20 páginas, em 1953 a revista chegou a ter edição com 100 páginas, com conteúdos diversos, que iam de críticas de cinema, teatro, artes plásticas e literatura, trabalhos ficcionais de autores e autoras catarinenses, de diversos gêneros (conto, poesia, capítulos de romance) e páginas exclusivas para publicidade e divulgação de novidades literárias¹⁸². *SUL*, em 1953, já contava com 18 números, passando, pouco a pouco, a dar maior ênfase para literatura (SABINO, 1985, p.22). Com as mudanças ocorridas em seu corpo editorial, nesta fase já se encontram associados à revista, como colaboradores, além de outros, nomes como Adolfo Boos Jr., Hugo Mund Jr., Silveira de Souza e Guido Wilmar Sassi. Este, lembrando seu contato com o coletivo, enfatizou que, de fato, não pertenceu aos “tempos heroicos”, “quando o pessoal era taxado de malucos, veados e comunistas, além de outras classificações e ápodos menos votados” (MIGUEL, 2008, p.200).

A relação do escritor nascido em Lages com o grupo sediado em Florianópolis teve início com a troca de correspondência travada entre ele e Salim Miguel – por iniciativa de Sassi - no início de 1950. Deve ter repercutido, ou ao menos servido de pretexto para o diálogo, a publicação do conto *Amigo Velho*, de autoria de Guido, em 1949, na *Revista do Globo* de Porto Alegre¹⁸³. Neste mesmo ano, na seção de literatura constava um rol bastante variado de autores consagrados, incluindo, entre outros, Mario de Andrade, Graciliano Ramos, Ribeiro Couto e Dinah Silveira de Queiroz, o que certamente conferiu crédito a um autor debutante como Guido Wilmar Sassi.

¹⁸² As 30 edições de *SUL* podem ser consultadas em: PORTAL CATARINA. <https://www.portalcatarina.ufsc.br/documentos/?action=midias&id=160778> Acesso em Jan. 2018.

¹⁸³ A *Revista do Globo* – “periódico de cultura e vida social”, conforme seu subtítulo - circulou no país entre 1929 e 1967, e dentre outras, foi uma das mais bem sucedidas empreitadas da Editora e Livraria do Globo, sucursal da firma Barcellos, Bertaso & Cia. Ltda. Beneficiando-se do apoio de políticos e intelectuais da época, como Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas (CORADINI, 2003, p.131; NEDEL, 2005, p.487), e sob a rigorosa direção de Mansueto Bernardi na sua primeira fase, o periódico contou com a venda de seus exemplares em todo estado do Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros¹⁸³. Em 1949, ano da publicação do conto de Sassi na seção “*Leia Isto*”, a revista já passava pela terceira geração de diretores. No campo literário, a Editora Globo foi responsável, entre outras coisas, pela tradução de clássicos da literatura estrangeira e, fundamentalmente, pela divulgação da “literatura popular e regional rio-grandense”, dentre obras de cunho mais técnico, livros científicos ou de cultura geral. Antonio Candido (1984, p.33), referindo-se à década de 1930, ressaltava a importância da Editora Globo que a partir de Porto Alegre, passou do livro didático à literatura, “divulgando os novos valores do Rio Grande do Sul e uma quantidade de autores estrangeiros contemporâneos, tudo isso com a colaboração de Érico Veríssimo como conselheiro editorial e tradutor”.

Logo, firmar-se-ia uma amizade duradoura entre Guido e aquele que viria a ser tratado como seu “descobridor” (MIGUEL, 2008, p.200) e futuro editor, Salim Miguel. A amizade, logo de início, foi responsável por várias ações conjuntas entre jovens de Florianópolis e de Lages, no interior do estado. Ainda em 1950, garantiu a concretização de uma iniciativa literária na cidade do planalto serrano (coordenado por Sassi) - a *Revista Rumos*, que contou com apenas três números publicados. A primeira menção ao nome de Guido Wilmar Sassi na revista *SUL*, é justamente a divulgação desta efêmera revista: “Rumos - editada em Lages, neste Estado, e tendo como diretor o sr. Guido Wilmar Sassi, [...] já no seu primeiro número insere boas colaborações, o que nos permite, esperar dela um promissor futuro” (*SUL*, 1950, p.20).

Conforme o texto publicado, *Rumos* não era qualquer revista, pois já no seu primeiro número, merecia destaque “o conto *Piá* de Guido Wilmar Sassi, a crônica [...], de Walmor Cardoso da Silva” (membro do Grupo Sul) além da publicação de um conto de Mario de Andrade, uma homenagem prestada “àquele que foi um grande incentivador dos jovens” (*SUL*, 1950, p.20). A edição de estreia contava com ilustrações de André Lhote (capa), Athos Bulcão, Oswaldo Goeldi e Nereu Goss. Percebe-se, portanto, a importância e a influência do Círculo de Arte Moderna, na tentativa de expandir e consolidar os valores modernistas em outras regiões de Santa Catarina.

Evidentemente que sua reverberação também se deve ao fato de existir certa disposição de outros jovens, que também estavam interessados em alterar, de alguma maneira, a cena cultural local. Pouco se sabe a respeito de *Rumos*, mas de acordo com Guido, a iniciativa só se deu com o auxílio “de muitíssima valia” de Jorge Lacerda, a quem referiu-se, na ocasião, como “querido e saudoso amigo”: “Ele nos mandava do Rio material tipográfico, clichês, apoio moral... E conselhos”. (MIGUEL, 2008, p.183). Tal depoimento torna perceptível o grau de dependência em que se encontravam aqueles jovens, a exemplo dos membros do Grupo Sul, uma vez que ambos contavam com a mesma rede de apoio de jornalistas, políticos e intelectuais estabelecidos do período.

Quanto ao primeiro livro de Sassi, sua primeira divulgação ocorre em março de 1952 (*SUL*, 1952, p.1). No editorial da edição 15 de *SUL*, registra-se que “promessas sobejam. [...] nós prometemos os *Cadernos Sul*, lançamos [...] e *Velhice e outros contos*, de Salim Miguel foi a primeira das Edições *SUL*. Para este ano programamos [...] *Piá*, livro de contos de Guido Wilmar Sassi”. Em junho do mesmo, na edição seguinte, alerta o redator que “Prosseguindo no seu movimento editorial [...] deverão aparecer ainda no decorrer do

corrente ano, sendo que o terceiro lançamento programado “PIÁ”, contos de Guido Wilmar Sassi, possivelmente só aparecerá em começos de 1953” (SUL, 1952, p.37). Além disso, no mesmo texto, lança-se a ressalva: “De Aníbal Nunes Pires e Guido Wilmar Sassi muito ainda há que esperar, suas estreias estamos certos de que significarão bastante no movimento dos novos autores brasileiros” - antevendo, de certa forma, o que se pode considerar uma boa acolhida que o autor obteve diante da crítica da época, como veremos a seguir.

Na mesma edição, mas em outra seção da revista, enfatiza-se a promessa que está por vir com Guido Wilmar Sassi, já considerado “um dos melhores, talvez mesmo o melhor ficcionista da nova geração de escritores catarinenses”, segundo a redação (SUL, 1952, p.50). Em seguida, em outubro (edição 17), além do livro de Sassi, consta a divulgação de outra importante obra que difundiria o nome de Guido no cenário da literatura brasileira: *Contistas Novos de Santa Catarina*, organizada por Oswaldo Ferreira de Melo Filho e Salim Miguel, “coletânea contendo colaboração dos novos ficcionistas catarinenses e que contará com ilustrações de artistas plásticos de Santa Catarina”. (SUL, 1952, p.38). A expectativa sobre ambos se repete na última edição do ano, em dezembro, reforçando a divulgação (SUL, 1952, p.41).

A despeito das promessas, o livro de Sassi, é anunciado novamente em março (ed. 19, p.30), em agosto (ed. 20, p.68) - “dentro em breve”, “muito dentro em breve” - e somente veio a público em dezembro de 1953: “Já figura na lista de livros lançados nas Edições SUL, junto de I - Velhice [...]. IV. *Piá*, contos de Guido Wilmar Sassi” (SUL, 1953, p.90). Além dos anúncios, a revista também utilizou como estratégia, a divulgação de um dos contos da coletânea, *Calor*, (SUL, 1953, p.51-60) publicando-o na íntegra. Essa é a primeira ocasião em que Guido, na mesma edição, participa como colaborador da revista, assinando texto na seção de comentários, discutindo *Ulisses – entre o amor e a morte*, de O. G. Rego de Carvalho”. A escolha de seu nome para o comentário, provavelmente, deveu-se ao fato do livro comentado – tal qual o seu – tratar de “tema difícil, qual seja o tratamento dos problemas da infância e adolescência”. Assim, estava selado a parceria entre Guido Wilmar Sassi e o Grupo Sul. Um ano após a publicação de *Piá*, Sassi é definitivamente integrado ao conjunto de contistas de Santa Catarina, quando em 1954 é finalmente publicado *Contistas Novos de Santa Catarina*, também pela “Edições Sul”. Não demorou para que um crítico de relativa estatura, como Wilson Martins, declarasse que dentre os catarinenses da referida obra, “o mais ‘maduro’ de todos é o sr. Guido Wilmar Sassi, que, além da sua colaboração

nessa coletânea, publica à parte dezesseis contos em que a criança é o personagem único” (Estado de S Paulo, 1955, p.6). Em poucas linhas, essas as informações que nos auxiliam a identificar, grosso modo, o caminho percorrido por Sassi, no princípio de sua carreira, para a publicação da primeira coletânea que agora vamos analisar.

***Piá*: Um conto em duas versões**

O conto que deu título à primeira coletânea de Guido Wilmar Sassi, *Piá*, além de estreitar em *Rumos*, em 1950, como mencionado anteriormente, antes de integrar o livro homônimo, também foi publicado em 1951 na *Revista da Semana*¹⁸⁴, no Rio de Janeiro: “publicação de Arte, Literatura e Modas”, propriedade da Companhia Editora Americana. Com diferenças substanciais, o conto inaugurou o livro publicado em 1953. Entre a versão da *Revista da Semana*, a qual tivemos acesso, e a versão publicada no livro, nota-se o que provavelmente veio a ser o trabalho do editor, Salim Miguel, além do refinamento adquirido pelo autor, em termos de organização do enredo. As diferenças entre as duas versões, vale dizer, não passaram despercebidas num dos primeiros trabalhos acadêmicos dedicados à obra do autor. Lionete Melo, em sua dissertação de mestrado intitulada *O regionalismo na literatura de Guido Wilmar Sassi*, assinalou o “amadurecimento do escritor” neste aspecto, comparando a primeira e a segunda versão do conto *Piá*. Pela sua importância para o conjunto dos outros contos, vale a pena analisar o argumento em pormenores.

A autora atribuiu esse processo de revisão como algo especificamente relacionado ao “campo da literatura regional”, que supostamente, “fê-lo proceder a diversos cortes e acréscimos no referido conto, da primeira para a segunda publicação” (MELO, 1978, p.66). De acordo com a autora, as eliminações realizadas tiveram como objetivo adequar o texto a um tipo de ambiente regional catarinense – o que seria impossível na primeira versão do conto, pois o autor utilizara antes, a fim de descrever a condição do meio, elementos como “sol parado, mormaço”, “paisagem morta”, “estrada erma e ensolarada”, os quais veio substituir, num segundo momento, por geadas, crostas de gelo, ou seja, referências do inverno. Segundo a autora, isso auxiliou a “particularizar o meio”. Entretanto, é possível divergir dessa interpretação, pelos seguintes motivos: não há nenhum elemento que

¹⁸⁴ Guido W. Sassi. *Piá*. Ilustração de M. Queiroz. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, 21 de Abril de 1951, p.24.

permita, a partir da leitura do conto, afirmar que se trata de uma determinada região, seja ela catarinense ou não, além do fato de que neste lugar fazia muito frio e que as condições ambientes, associadas às fortes chuvas, tornavam o caminho de “piá”, personagem principal, para a cidade, algo muito mais penoso - uma vez que este carregava, em lombo de égua, a ganância dos patrões, simbolizada pela excessiva quantidade de garrafas de leite que era obrigado levar para venda.

Na verdade, segundo leitura que fazemos, as alterações realizadas, auxiliaram o autor a resolver muito melhor o que antes se perdia no enredo. Ainda que tenha adicionado legendas para as novas expressões regionais que antes não eram empregadas, como “meco” e “bichará”¹⁸⁵ – vestimentas que somente no frio fariam sentido - são outras as modificações realmente centrais do conto. Com as supressões, em 1953, surge um conto mais enxuto. Antes, com 33 parágrafos, em nova versão com 20, com praticamente todo o final anterior extinto. Dessa forma, o conto, que tem como foco central a perda de uma nota de cinquenta mil réis, e não necessariamente – ou tão somente – a exploração violenta do trabalho infantil, apresenta nova solução e ganha em termos solução formal. Vejamos.

Na primeira versão, “piá”, personagem que “não tem nome, não tem personalidade, não tem nada vida própria, não tem nada de seu. [...] pegado por caridade, para ser criado sob o jugo dos favores”, e que vive sob os maus tratos dos patrões, explorado na grande fazenda, sob “desaforos, as impertinências, os tabefes, os relhaços, os estrepes, os coices das mulas xucras, as patadas das vacas bravas”, enfim, que suporta um sem número de violências, recebe a incumbência de levar leite para vender na cidade. A principal ordem recebida do patrão, no entanto, é para que não perca a nota de cinquenta mil réis, destinada a comprar “cinco metros de brim, duas dúzias de botões de ceroula e mais um carretel de linha branca”. Sabendo que a perda daquela quantia, a qual nunca havia passado por suas mãos, implicava em mais punições, este se torna o centro de tensão da história. Como leitores, sabemos, ele não pode perder o dinheiro.

Por ventura, “piá”, distraído, acaba permitindo que o pior acontecesse: “De repente. Sim, foi num repente – quando se lembrou da nota, ela já não estava mais apertadinha na sua mão. Não estava? Não estava mesmo. O coração deu um pinote louco”, diz o narrador. Após retornar o caminho percorrido, e de intensa busca da nota perdida - o

¹⁸⁵Emulando, na verdade o que aprendera com Aurélio Buarque de Holanda, como indicou o próprio autor a partir da leitura que fez da introdução, notas e glossários publicados na edição de *Contos Gauchescos* de Simões Lopes Neto. Foi esse o texto o qual se baseou para “reescrever os contos de *Piá* e *Amigo Velho*”. (SASSI in MIGUEL, 2008, p.190)

que na primeira versão é dificultado pelo calor intenso do “Sol malvado, carrasco, a cair da chapa, inexorável, sobre a nuca dos viajantes” - Piá acaba se deparando com dinheiro perdido. Mas não a nota de cinquenta mil réis, e sim, moedas, “moedas raras, de cunhagem antiga, de prata boa, de ouro velho: moedas de duzentos réis, de quinhentos, de mil réis, patações novecentos e sessenta, onças”. Algo de surreal, como nos contos de fada, moedas e moedas, aqui e ali, por acaso.

Mas logose depara com “dois homens que vinham da vila”, e estes, como que notando a estupefação de “piá”, recolhem o dinheiro e o deixam. “Com um ar de tolo no rostinho triste, o piazote ficou a ver os dois se afastarem, apressados, sem uma palavra de gratidão”... O sol continua castigando, no mesmo lugar. Resta-lhe então voltar afazenda, “onde o esperam a reprimenda, o puxão de orelha, o pontapé e o relho”. Este, o desfecho da primeira versão publicada na *Revista da Semana*, que, ao que parece, tinha mais ou menos dois objetivos: enfatizar a desgraça do menino, que sofre duplamente com o azar (perde a nota de cinquenta mil réis e, depois, tem as moedas encontradas roubadas), e, por fim, a ênfase para o sofrimento infligido pelo sol que, tal qual a situação do menino, continuava idêntico, do começo ao fim da história.

No entanto, toda essa parte final é alterada na segunda versão do conto. De fato, o frio como elemento condicionante dá um aspecto novo para a história, mas como se disse, não é o fundamental. As inúmeras supressões e modificações realizadas indicam outras coisas. A personagem principal continua cumprindo ordens, mandada por todos, e a perda do dinheiro continua sendo seu maior tormento. A paisagem continua desolada. O que antes era cansaço imposto pelo calor, pelo sol arrebatador, agora é simplesmente “Cansaço. Sono. Frio”.

No retorno para a fazenda, após dar-se por conta do desatino, o menino não encontra o valor perdido, mas desenvolve um raciocínio novo e que está ausente da primeira versão da história. Um tino de consciência, de repente, dá pé da sua situação, ao menos segundo a perspectiva do narrador: “Todos podiam dormir quanto quisessem; ele não. Era sempre aquilo: levantar de madrugada, para a ordenha, ensilhar a égua, levar o leite para a vila, servir os fregueses. E daí, por todo dia, continuar a trabalhar, sem folga, o dia inteiro, o dia inteiro”. Passa a sugerir, portanto, uma espécie de indignação. Não encontrando o dinheiro, volta para a cidade, distribuiu o leite conforme a rotina ordenava, “sempre com aquela lembrança malvada a judiar-lhe dos pensamentos”, ou seja, do dinheiro perdido. Após cumprir as tarefas, retorna novamente a fazenda. A reprimenda, diz

o narrador, continua lhe esperando. E então, encerra-se o conto, onde “piá” continua sem dono... “de quem todo o mundo é dono”.

Portanto, longe das modificações serem norteadas unicamente para explorar “característica tipicamente regional do frio” (MELO, 1978, 67), revelam-se muito mais dedicadas a deslindar e estabelecer os nexos realmente importantes do conto, que são estabelecidos pela relação “dinheiro/violência”, esta representada pelas inúmeras situações descritas, além dos símbolos elencados no final, a exemplo do relho da fazenda. Solução estética que remonta muito mais do que simples traços de literatura regionalista, a uma tradição de romance social, especialmente desenvolvida a partir de 1930 (Cf. BUENO, 2006), mas que tem como linhagem uma tradição e posição intelectual que Antonio Candido (1959, 2 v., p.112) classificou como “nacionalismo literário”, afeita a tratar dos temas locais, com estímulo de pesquisa para descobrir “as coisas brasileiras”.

De acordo com o crítico paulista “o desenvolvimento do romance brasileiro, de Macedo a Jorge Amado, mostra quanto a nossa literatura tem sido consciente da sua aplicação social e responsabilidade na construção de uma cultura” (1959, 2 v., p.115). Gêneros diferentes, por certo, um conto e outro romance, contextos diferentes, verdade, século XIX e meados do XX, mas algo enraizado socialmente, como são as nossas relações sociais de classe, e que mantém, historicamente vivas, a possibilidade de se verter em matéria literária. Com um importante diferencial, conforme entendemos: a consciência do subdesenvolvimento que é posterior a Segunda Guerra Mundial e se manifestou claramente a partir dos anos 1950 (CANDIDO, 1989, p.141), associado a um período crítico da política brasileira em que o governo estava “afinado com o que se convencionou denominar de Nacional-Desenvolvimentismo” (FONSECA, 2010, p.19). Essas, talvez, as chaves para explicar as modificações formais do conto de Guido Wilmar Sassi, em que a centralidade do dinheiro plasma-se com o seu contrário, a brutalidade do Outro num processo que é de modernização excludente.

Notar as diferenças apresentadas nos permite assimilar também, a importância dedicada a um tipo específico de literatura produzida naquele período, especialmente por parte de um grupo de jovens que estavam reunidos em torno do Círculo de Arte Moderna (CAM) de Florianópolis e que, principalmente na figura de Salim Miguel, soube entender a importância de um autor como Guido Wilmar Sassi para uma discussão política que extrapolava as fronteiras locais e regionais.

Enfim, composta por 16 contos distribuídos em 97 páginas e capa de Nereu Goss, a coletânea de contos publicada em 1953 tem como mote principal, em diferentes aspectos, as violências sofridas por um conjunto de personagens infantis. Sassi, em entrevista concedida a Salim Miguel, em 1983, no jornal *O Estado*, definiu o livro como uma tentativa de “retratar a alma e o corpo das crianças, bem assim, o comportamento infantil ante a batalha da vida, em todas as classes sociais”. E conforme Lauro Junkes (2016, p.228) descreveu:

São crianças sem alimentação e roupa suficientes, sem afeto ou compreensão dos pais, crianças exploradas pelos adultos, crianças que se sentem desajustadas em suas famílias, crianças que não receberam e não têm esperanças de receber educação e por isso suas vidas continuarão a mesma aflição da dos pais.

O livro abre uma dedicatória que não tardou para ser comentada pela crítica. Wilson Martins, por exemplo, a classificou como um “pecado estético”¹⁸⁶. Apesar disso, localmente passou a ser considerado “o acontecimento de relevo dos círculos culturais do Estado”, conforme texto publicado no jornal *Correio Lageano*, em janeiro de 1954. Com “interessantes contos de profundo conteúdo humano e social, vasados todos em técnica e estilo singulares, o que releva qualidades excepcionais para um valor da nova geração brasileira”, diz o redator.

Em São Paulo, o livro foi comentado por Alcântara Silveira, no *Diário de São Paulo* (21.02.1954). Diz o crítico não ter lido todos os contos, e do que leu, o fez entre leituras de Maurice Merleau-Ponty e Henri Lubac. Mas, apesar disso, diz ter simpatizado com o livro de Guido Wilmar Sassi. É um dos primeiros comentadores a aludir ao estilo que o autor desenvolvia: histórias comoventes, muito bem retratadas, capacidade de gerar indignação, pois lendo o livro, o crítico alega ter ficado “pesaroso, por não se poder fazer algo por esses infelizes, cujas cabeças nunca sentiam um afago”. O livro, segundo Silveira, “vale como um grito de alerta em prol da criança abandonada”.

Silveira indicou que Guido estava bastante próximo, na literatura nacional, de Enéas Ferraz, pois o que identifica a ambos “é a ternura, o amor e o carinho que sentem pela infância, embora tanto um como outro prefira localizar a tristeza e não a alegria que a

¹⁸⁶“Para Marlene, Wilson e Hélio/ Meus filhos/ Para todas as crianças do Brasil e do mundo, com o desejo – um tanto ingênuo, mas nem por isso menos profundo e sincero – de que, um dia, por mais distante que esteja esse dia, todas sejam felizes” (SASSI, 1953).

rodeia”. Termina por classificar Sassi como um escritor “superior a muitos ficcionistas que quiseram colocar na boca dos personagens o linguajar do povo”, pois seus personagens não usavam termos regionais, nem colocavam os pronomes corretamente. Dessa forma, Guido podia ser comparado ao grupo dos bons contistas brasileiros, que incluía: Antônio Alcantara Machado, Luis Jardim, Mário Neme, Rodrigo M. F. de Andrade.

Já na *Folha da Manhã*, em março de 1954, Maria de Lourdes Teixeira, indicou elementos diferentes em sua análise. Afirmou que Guido não se serviu do conto como síntese direta, de um fato comentado, para “emocionar literariamente”, pois “apenas dirige cada conto dentro do clima próprio, com expressões idiomáticas insubstituíveis, apresentando talhadas da vida e da terra da época e do meio”. Desse modo, pode ser considerado “sem dúvida já agora um dos grandes contistas brasileiros”. Diz Teixeira que “PIÁ é um livro que – se aparece no título sob o signo de Mário de Andrade – por seu conteúdo humano lembra a maneira de Graciliano e se serve, como Enéas Ferraz, da ascense poética transfigurando pão e vinho em carne e sangue”. Nada mal para um livro de estreia.

No nordeste do país também não faltou crítica ao novo livro das Edições SUL. Valdemar Cavalcanti, no *Diário de Pernambuco* (30 de Maio de 1954), enfatizou que Wilmar Sassi entende “de alma de criança”. E que por isso a leitura do livro deveria ser feita, não só por escritores e poetas, mas por “psicólogos e educadores”. Além disso, trata-se de obra comovente. Acusa, no entanto, que Sassi precisa alcançar ainda o melhor de sua forma, no que diz respeito ao “domínio do estilo e da técnica”, apesar de que neste gênero específico, “não são muitos os que conseguem dar plena expansão ao seu talento e a sua força criadora”.

Julgado pela crítica do norte ao sul do país, o livro terminou indicado ao prêmio Fábio Prado, em 1954. Parte da comissão julgadora de contos, o considerou “digno de atenção”, ao lado de Hildeu Brandão, José Ribeiro Machado e Altino Bodesan. (Letras da Província, Limeira, Jun.1954, p.2). Logo, alcançou o estatuto de “um autêntico escritor”, um “real valor da nova literatura catarinense” (Correio Lageano, 12 de Junho de 1954). No entanto, não vence o prêmio que teve por comissão julgadora Paulo Cesar da Silva, Ligia Fagundes Teles e João de Souza Ferraz, recebendo apenas um voto discordante. Em pouco tempo, críticos se insurgiam contra a derrota de Sassi. No suplemento *Letras e Artes* do Rio, na seção de *Panorama Literário*, acusava-se: “vitória moral de Guido Wilmar Sassi”. (Suplemento – Panorama literário.8.6.1954, p.11). O livro, diz o crítico, “foi lançado sem estardalhaço”, e por isso mesmo participava do certame por seu “próprio mérito”.

Finalmente, os elementos que davam destaque ao livro – chegando à indicação do Prêmio Fábio Prado, um importante concurso literário da época – resumiam-se a capacidade do autor em comover os leitores por suas histórias, afinal, eram crianças maltratadas pela vida. Mesmo com as limitações formais, reconhecidas por boa parte da crítica, autor e obra mereciam atenção, pois se tratava de uma jovem promessa. Parte de seu bom desempenho se deveu a fatores como inovação temática, desvio de caracterizações preconceituosas, especialmente das populações carentes ou do meio rural. Em suma: trata-se de uma obra de caráter humanista, num período que, não muito antes, o mundo havia sido marcado por morte, terror e destruição.

Considerações

Escritores atuam, a seu modo e no campo estético, não só em nível de elaboração e desenvolvimento da linguagem ficcional, mas para registro e resolução de problemas políticos e conflitos sociais do seu tempo. E mesmo que “inconscientemente”, queiram ou não, participam de debates que apenas na aparência são de ordem local. Pois, na verdade, estes – que geralmente aparecem acionados em temas e problemas de enredos, diálogos, personagens – são resultantes, ainda que cifrados, do processo histórico que é, eminentemente, de escala global. Ou em outras palavras, são correspondentes *sui generis* da história mundial auferidos localmente. Para a realização plena desse processo, no entanto (e isso não quer dizer impossibilidade de outras formas de realização mais ou menos elaboradas), a obra necessita certo grau de realização interna. O que, por sua vez, exige, da parte dos autores e autoras, consciência arguta e certo processo formativo, associado a um exame crítico retrospectivo, que, geralmente se dá em correspondência a tradições literárias, do ideário e do processo histórico em voga.

É importante frisar, no entanto, que escritores de países periféricos e dependentes, como no caso do Brasil, diferem um tanto dos de países centrais, já que suas contradições históricas, apesar de inseridas na ordem global, como se disse, são singulares, com características que lhe são próprias. E isto influi, segundo entendemos, decisivamente no modo de elaboração artística, já que a singularidade se torna matéria prima transposta para ficção. É o que, salvo engano, Roberto Schwarz identificou, ao estudar Machado de

Assis¹⁸⁷. Segundo o autor: “em países periféricos, a invenção formal não nasce da recusa dos modelos metropolitanos, mas de sua verificação crítica pela experiência local, a qual se transcende e universaliza através desse confronto”¹⁸⁸.

O conjunto da crítica dedicada a Guido Wilmar Sassi ao longo dos anos 1950 e anos subsequentes pode ser classificado sem prejuízo, em dois grupos: um que deu enfoque a questão do regionalismo, na linguagem regional supostamente empregada, incluindo o autor e sua obra no painel da literatura regional brasileira, especialmente a do sul, ligando a certa tradição do gênero; e outra, que visou sublinhar com mais ênfase o humanismo presente na sua obra, dado a sensibilidade de trabalhar com temas de relevo social, como as mazelas da infância, tema até então praticamente inédito no país.

O que se pretendeu neste artigo foi, a partir da fortuna crítica e da obra de Guido Wilmar Sassi, demonstrar, em primeiro lugar, que seu enquadramento como regionalista é bastante improdutivo, já que dentro de uma mesma coletânea (como a de *Piá*), nos deparamos com uma diversidade de estilo, técnica e personagens que são suficientes para impedir definições apressadas do tipo. Trata-se de demonstrar que a chave para ler as obras do autor, ao contrário do que geralmente se destacou ao longo dos últimos sessenta anos, está profundamente ligada às experiências de tipo urbano daquele período, ainda que experiências provincianas, e são essas que nos ajudam a compreender a importância de seu projeto ficcional. Sua obra, portanto, mais do que marcada por traços regionais, onde prevalecem algum tipo rural catarinense, como foi o caso de Tito de Carvalho, está, na verdade, mais vinculada às conquistas realizadas, na década anterior, por autores como Graciliano Ramos, Dyonelio Machado e Cyro dos Anjos, que entre os anos 1920 e 1930, de acordo com Fernando Gil, traduziram, em termos estéticos, certo tipo de modernização capitalista de tipo brasileiro¹⁸⁹, além de caracterizarem o romance social brasileiro a partir de um determinado estilo, enfoque temático e utilização de personagens até então desconsiderados por parte da produção ficcional.

Além desses dois motes da crítica – o regionalismo e o humanismo – poucos foram os trabalhos que se dedicaram a analisar, comparativamente, as diferentes fases de Guido Wilmar Sassi, ao longo de sua carreira. São questões e diferenças que, devidamente

¹⁸⁷ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6 ed. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2012, p.30

¹⁸⁸ LIMA, Bruna Della Torre de Carvalho. GARCIA, Monica Gonzales. Roberto Schwarz reflete sobre quatro tentativas de modernização do Brasil. Ilustríssima. Entrevista com Roberto Schwarz. Folha de S. Paulo, 21 de Julho de 2018.

¹⁸⁹ Cf. GIL, Fernando Cerisara. *O romance da urbanização*. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2014

analisadas, revelam-se de maior importância já que é possível acompanhar certo desenvolvimento estético, sendo notável o impacto de determinadas críticas (principalmente na questão formal), o que faz com que um livro como *Testemunhas do Tempo*, de 1963, uma obra de ficção científica, seja profundamente diferente de *Piá* ou *Amigo Velho*, escritas na década anterior. Mesmo estas últimas apresentam diferenças entre si que precisam ser avaliadas.

Não é de todo mal lembrar que o fato de se tratar de uma análise que privilegia um escritor periférico (em relação ao eixo Rio – São Paulo), e também leva em conta um tipo específico gênero literário (o conto brasileiro), ainda, marginal em termos de análise histórica, em relação ao romance e a crônica, permite notar há contrapontos a serem considerados diante dos entendimentos já bastante difundidos entre nós não só de “literatura brasileira”, mas também dos modos de se compreender e explicar a história do país. Aqui reside a importância de autores como Guido Wilmar Sassi, um autor profundamente vinculado aos problemas do seu tempo.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Flávio, CHIAPPINI, Lígia (org.). *Civilização e exclusão: visões do Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro*. São Paulo: Boitempo editorial, 2001.

ANTUNES, E. GOMES, Simone Caputo. Eglê Malheiros, Salim Miguel e o intercâmbio entre as duas margens do Atlântico. *Revista Crioula*, n.4, nov. 2008.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CAMPOS, Alice Therezinha. *Da livreria aos acervos digitais - A consagração da literatura sul-rio-grandense do século XX*. Palestra. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa 2011.

CANDIDO, Antonio. A revolução de 30 e a cultura. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, 4, p. 27-36, abril 1984.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira (momentos decisivos)*. 2 Volumes. São Paulo, Livreria Martins Editora, 1959.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162

CARREIRÃO, Y. de S. *Eleições e sistemas partidários em Santa Catarina (1945-1979)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “Uma leitora diante do espelho” In: *Correio Brasiliense*. 20 de setembro de 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo Companhia das Letras, 2003.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da “cultura” e da “política”: confrontos e reconversões de elites políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, no. 32, 2003.

DEMARCHI, Ademir. Letras & Artes, suplemento do jornal a Manhã. *Travessia*, n.25. 1992

DUTRA, Waltensir. Letras e Artes. Seção Gazeta de crítica. P.4. 22.06.1954

EAGLETON, Terry. *Marxismo e crítica literária*. Trad. Matheus Corrêa. São Paulo: editora Unesp, 2011.

GINZBURG, Carlo in: PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. Descobertas de um espectador. *Folha de S. Paulo*, 13 de Jun. 1999. Entrevista

GLEDSON, John. *Machado de Assis: ficção e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GUERRA, Rogerio F. BLASS, Arno. Grupo Sul e a Revolução Modernista em Santa Catarina. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, Vol. 43, Num. I, p. 9-95, Abril de 2009.

JUNKES, Terezinha Kuhn (org.). *O conto catarinense na perspectiva de Lauro Junkes*. Vol. 2. Florianópolis, 2016.

MARTINS, Wilson. Os contos – I. O Estado de S. Paulo. SP, 03.03.1955, p.6

MELO, Lionete Neto Garcia. *O regionalismo na literatura de Guido Wilmar Sassi – Um estudo dos contos “Piá”, “Escola”, “Amigo Velho”, “Cerração” e “Serragem” e do romance São Miguel*. Dissertação de Mestrado em Literatura Brasileira, Universidade Federal de Santa Catarina, 1978.

MIGUEL, Salim. Salim Miguel: minhas memórias de escritores. Palhoça: Ed. UNISUL, 2008

NEDEL, Letícia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Tese (Doutorado em História) - PPGH/UNB, Brasília, 2005.

Revista SUL: Revista do Círculo de Arte Moderna (SC). Ed. 12, Out. 1950.

SANCHES NETO, Miguel. A reinvenção da província: a revista Joaquim e o espaço de estreia de Dalton Trevisan. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1998.

SANTOS, Luis H. L. MOURA, Mariluce. Roberto Schwarz: um crítico na periferia do capitalismo. *Pesquisa Fapesp*, Ed.98, abr.2004. Entrevista

SCHWARCZ, Lília. Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil república: In: BARRETO, Lima. *Contos completos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARZ, Roberto (org.). *Os pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes. Movimento literário: os contos de Guido Wilmar Sassi. *Folha da Manhã*, 19 de Março de 1954.

O CONCEITO DE *ECCLÉSIA* EM JERÔNIMO DE STRIDON – SÉCULOS IV-V: APONTAMENTOS INICIAIS

Andréia Rosin Caprino

andreiarosincaprino@gmail.com

Doutoranda em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de Fomento: CNPq

<http://lattes.cnpq.br/0835051975933983>

RESUMO: No texto faremos considerações e análises conceituais iniciais a respeito da ideia de *ecclesia* para o erudito cristão Jerônimo de Stridon (347-420). Para tanto, realizaremos alguns apontamentos sobre a trajetória deste conceito desde o seu nascimento em contexto grego pagão até o momento em que o cristianismo se apropria do termo para designar o corpo de fiéis ao longo dos primeiros séculos da Era Cristã, alcançando a Antiguidade Tardia. Uma vez praticamente estabelecido o cristianismo no âmbito político no final do século IV romano com o imperador Teodósio (347-395), as diferenças doutrinárias se fizeram mais presentes, pois cada uma delas almejava ser reconhecida como a crença verdadeira. Esse enfrentamento irrompeu a partir do século IV e continuou ao longo dos séculos seguintes, conquanto com mudanças. Pensamos que a preocupação em se estabelecer o cristianismo niceno como o correto no panorama tardo-antigo tenha sido parte das iniciativas de Jerônimo.

Palavras-chave: *ecclesia*; Jerônimo de Stridon; Crônica; Antiguidade Tardia.

ABSTRACT: In this text we will make initial considerations and conceptual analysis about the idea of *ecclesia* for the Christian erudite Jerome of Stridon (347-420). Therefore, we will make some appointments about the trajectory of this concept since its birth in a greek pagan context until the moment of the Christian appropriation of the term to designate the body of faithful along the first centuries of the Christian Era, reaching the Late Antiquity. Once Christianity was practically established with the emperor Theodosius (347-495), the doctrinal differences became more present, because each one of them wanted to be recognized as the true belief. This confrontation erupted since the IV century and continued over the following centuries, although with changes. We think that the concern to establish Nicene Christianity as the correct in the late-antique panorama has been part of Jerome initiatives.

Key-words: *ecclesia*; Jerome of Stridon; Chronicle; Late Antiquity.

Introdução

Quando olhamos para os sinônimos da palavra conceito no Dicionário Online de Português, deparamo-nos com as seguintes terminações: “concepção, noção, pensamento, fama, ponto de vista, opinião, máxima, moral, nota, apreciação, convicção, crítica, ideia, juízo, parecer, significado”¹⁹⁰. Várias delas nada ou pouco tem a ver com a ideia de conceito com a qual os historiadores trabalham; outras, como concepção, noção, ideia, apresentam coerência significativa com a denominação conceito, conquanto não expressam a real dimensão do que conceito vem a ser.

¹⁹⁰ <https://www.dicio.com.br/conceito/> Último acesso em 07/01/2019.

Não é à toa que o historiador brasileiro José D'Assunção Barros dedicou um livro exclusivamente a essa discussão ^(BARROS, 2016), voltando-se aos usos dos conceitos nas ciências humanas, e, na quarta e última parte, aos usos na História, especificamente. O trabalho de Barros não encerra o debate, contudo é uma referência tanto para os iniciantes no campo historiográfico, quanto aos maduros nessa ciência. Simplicidade e profundidade são duas caracterizações básicas que podemos fornecer ao livro após uma leitura cuidadosa e atenta. No excerto a seguir, Barros expõe o que ele entende por conceito no campo científico:

O conceito pode ser entendido, de modo mais geral, como a bem-delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas. Desse modo, a operacionalidade no interior de um certo campo de estudos é característica de um conceito, qualquer que ele seja. Embora o conceito possa se valer de uma palavra comum, empregada na vida cotidiana para fins corriqueiros e cotidianos, é preciso compreender que há uma diferença muito grande entre o conceito e as palavras comuns, empregadas nas conversas diárias e sem pretensões científicas ou filosóficas. Os conceitos que circulam nos diversos campos de saber sempre implicam discussões entre os seus praticantes, comportando escolhas derivadas de demandas específicas. Eles movimentam ou possibilitam perspectivas teóricas, e reaparecem com frequência nos trabalhos produzidos pelos pesquisadores e pensadores do campo passando a integrar certo repertório conceitual. Os conceitos são pontos de apoio sistemáticos para um tipo de conhecimento a ser produzido, no interior de um campo específico de reflexões. (BARROS, 2016, p.26-27)

Barros salienta a especificidade das áreas do saber quanto à elaboração e ao uso de conceitos, e também sublinha a diferença entre palavras e conceitos. Estes últimos vão além de meras denominações, eles buscam, de certa forma, compreender a realidade¹⁹¹, mesmo que haja enormes riscos. O historiador francês Antoine Prost pensa em um sentido similar:

Como se vê, os conceitos não são coisas; em certos aspectos, são armas. De qualquer modo, são instrumentos com os quais os contemporâneos, assim como os historiadores, procuram consolidar a organização da realidade, além de levar o passado a exprimir sua especificidade e suas significações. Nem exteriores, nem grudados ao real, como se fossem sinais perfeitamente adequados às coisas, eles mantêm – com as realidades a que atribuem um nome – uma distância e uma tensão mediante as quais se faz a história. Eles refletem a realidade e, ao mesmo tempo, dão-lhe forma ao nomeá-la. (PROST, 2015, p.131)

A relação mútua entre a realidade histórica e os conceitos é, portanto, essencial para a construção da história. Sabemos que há grandes chances de cairmos em equívocos ao longo do caminho de pesquisa, entretanto, o importante é assumirmos o risco e

¹⁹¹ “Não obstante, acrescento que a vontade de conceito, ao menos na ciência, parece sempre visar à realidade, mesmo que sem assegurar a possibilidade de apreendê-la total ou parcialmente; ou, em uma metade lógica dos casos, mesmo que sem ter sequer a pretensão efetiva de apreender a realidade tal como ela é (o que não impede de visá-la)”. Barros, José D'Assunção. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016, p. 19.

tentarmos realizar o trabalho mais fidedigno possível. A ciência, em qualquer área do conhecimento, não é caracterizada pela infalibilidade, mas por sua capacidade de admissão do erro e renovação de ideias e resultados. É nesse intuito que faremos considerações e análises conceituais iniciais ao redor do nosso objeto de pesquisa, a saber, a legitimidade da *ecclesia* nicena na Crônica de Jerônimo de Stridon, século IV.

Vários conceitos são importantes na pesquisa que realizamos, como os de legitimidade, ortodoxia, heresia e o próprio conceito de crônica. É também possível que ao longo dos próximos meses e anos, descubramos outros conceitos igualmente relevantes, ou, até mesmo, alguns venham a perder a urgência em serem analisados. Isso dependerá da constante leitura e releitura das fontes, em primeiro lugar, e depois, do suporte da historiografia. No momento, parece-nos apropriado determo-nos um pouco no conceito de *ecclesia* na Crônica jeronimiana. Para tanto, faremos alguns apontamentos sobre a trajetória deste conceito desde o seu nascimento em contexto “pagão” (utilizando a linguagem dos autores tardo-antigos cristãos), até o momento em que o cristianismo se apropria do termo para designar o corpo de fieis.

***Ecclesia*: um conceito diacrônico**

A *ecclesia* é uma variação latina do termo grego *ἐκκλησία* (transliteração *ekklēsia*), o qual surgiu na Grécia Antiga do final do século VI a.C. em um contexto político. Ele significava “reunião de pessoas, assembleia, comunidade”, sendo utilizado para designar a principal assembleia da democracia ateniense, da qual faziam parte os cidadãos. A estudiosa Marilde Loiola de Menezes¹⁹² afirma em um artigo que a *ekklēsia* era a assembleia do povo, em que o cidadão ateniense homem e adulto tinha direito à palavra e ao voto (MENEZES, 2010, p. 25), e que “constituindo-se na principal instância de participação política, a *ekklēsia* ocupava lugar e excelência como principal base política das instituições democráticas atenienses” (MENEZES, 2010, p. 27). Menezes declara ainda:

[a *ekklēsia*] Reunia-se com um mínimo de seis mil cidadãos, numa colina chamada Pnyx, nas proximidades da ágora. Dela estavam excluídos escravos, estrangeiros, mulheres, crianças e cidadãos privados de seus direitos políticos (*atimoi*). Caso algum representante desses segmentos fosse encontrado durante a realização de uma Assembleia, poderia ser condenado a sérias punições. Aristóteles descreve a *ekklēsia* como o fórum credenciado para decidir a paz e a guerra; para construção e/ou rompimentos de alianças; para a promoção de leis,

¹⁹² Professora do Instituto de Ciência Política Universidade de Brasília. Doutora em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris. Pós Doutorado em Teoria e Filosofia da História - Centre Louis-Gernet de Recherches Comparées sur les Sociétés Anciennes - EHESS, Paris.

bem como para aplicá-las em caso de banimentos, de confiscações ou de pena de morte. Era também através da Assembleia que os magistrados prestavam contas de suas decisões durante (ou ao término de) seus respectivos mandatos (ARISTÓTELES, 1964, Cap. X, p. 115). (MENEZES, 2010, p. 25)

A partir do século primeiro (d.C.), em contexto cristão, tal sentido permanece, significando “um grupo de cidadãos reunidos para atividades sociopolíticas – assembleia, reunião”, segundo o “Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos” (LOUW, 2013). O Léxico apresenta dois exemplos contidos no livro de Atos dos Apóstolos, os quais apontam para o sentido em questão; o primeiro utiliza a terminologia ἐκκλησία: “ἐν τῇ ἐννομῳ ἐκκλησίᾳ ἐπιλυτῆσεται, isso será decidido na assembleia regular” (At 19:39)”, e o segundo usa o sinônimo σημος: “ὁ σὲ Ἀλεξανδρὸς... ἤτελεν ἀπολογεῖσθαι τῷ σημῷ, mas Alexandre... queria se defender diante da assembleia dos cidadãos (At 19:33)” (LOUW, 2013, p. 121). A respeito das duas palavras, o Léxico comenta: “É possível que, em ἐκκλησία, exista certa ênfase no fato de o povo estar reunido numa assembleia convocada de acordo com a lei, ao passo que, com σημος, se quer designar apenas uma reunião de cidadãos. No entanto, no NT não se pode fazer clara distinção entre os significados dessas duas palavras” (LOUW, 2013, p. 121).

Não obstante, outra acepção do término *ecclesia* aparece na ambiência cristã na mesma época, a de ser uma reunião de pessoas exclusivamente cristãs. Vejamos abaixo:

ἐκκλησία, as f: uma congregação de cristãos, ficando implícita a interação entre os membros - “congregação, igreja”. τῇ ἐκκλησίᾳ τοῦ θεοῦ τῇ οὐσῃ ἐν Κορίνθῳ, “à igreja de Deus que está em Corinto (1 Co 1.2); ἀσπάζονται ὑμᾶς αἱ ἐκκλησίαι πασαι τοῦ Χριστοῦ, “todas as igrejas de Cristo vos saúdam” (Rm 16.16). Embora algumas pessoas tenham procurado encontrar no termo ἐκκλησία um significado mais ou menos literal de “aqueles que foram chamados para fora”, esse tipo de apelo à etimologia não é autorizado pelo significado que ἐκκλησία tinha no tempo do NT, tampouco encontra respaldo no uso do termo em épocas anteriores. O termo ἐκκλησία já circulava livremente durante vários séculos antes da era cristã e era usado em referência a uma assembleia de pessoas constituída por participação baseada em critérios bem definidos. Normalmente, em seu uso comum, designava uma entidade sociopolítica baseada no fato de todos os seus membros serem cidadãos de uma cidade-estado [...] Para o NT, no entanto, é importante entender o significado de ἐκκλησία como uma “assembleia do povo de Deus”. Na tradução de ἐκκλησία, é preciso evitar um termo que se refere primeiramente a uma construção, e não a uma congregação de cristãos. Em muitos contextos, ἐκκλησία pode ser prontamente traduzido como “assembleia dos cristãos” ou “grupo daqueles que confiam em Cristo”. Às vezes, como em 1 Co 1.2, pode-se traduzir assim: “Paulo escreve às pessoas que creem em Cristo e que moram em Corinto”. No entanto, esta tradução omite um elemento significativo do termo ἐκκλησία, ou seja, o sentido de unidade corporativa não é especificado. (LOUW, 2013, p. 115)

Indo em direção a uma explicação mais ampla para o termo ἐκκλησία, há também a ideia, no século primeiro, da totalidade das congregações de cristãos - igreja, conforme o

Léxico, no qual é feita a exemplificação deste sentido em um texto do Novo Testamento: “ὁ εἰ Πέτρος καὶ ἐπὶ ταύτῃ τῇ πέτρᾳ οἰκοδομήσω μου τὴν ἐκκλησίαν, ‘tu és Pedro, e sobre esta pedra construirei a minha igreja’ (Mt 16.18)” (LOUW, 2013, p. 115).

Não abarcaremos aqui o lapso entre os séculos II e IV d.C. quanto ao conceito proposto, entretanto pensamos que a denotação essencial de *ecclesia* permanece, ao menos até a contemporaneidade de Jerônimo de Stridon. Na sua Crônica, *ecclesia* aparece em vários momentos. O documento possui 264 páginas digitalizadas e apenas as seis últimas foram escritas unicamente por Jerônimo; até então, o texto contém a obra original do bispo Eusébio de Cesareia (265-339) em grego com a versão jeronimiana em latim. São nessas seis páginas que nos concentraremos no estágio atual de pesquisa, para depois ampliarmos o *corpus* documental, buscando no pensamento de Jerônimo o que ele entendia por *ecclesia*. Começamos pela Crônica pois, além de estarmos trabalhando com ela há algum tempo, a sua própria função apologética tem muito a nos dizer quanto à percepção e afirmação do autor no que diz respeito à *ecclesia* cristã.

Jerônimo e a Crônica

Jerônimo nasceu em 347 d.C. e seu nome original é *Eusebius Sophronius Hieronymus*, provavelmente *Eusebius* seja uma referência ao nome do pai, conforme ele atesta a seu respeito em *De Viris Illustribus*: “Eu, Jerônimo, filho de Eusébio...” (tradução nossa)¹⁹³. No entanto, o personagem ficou mais conhecido como Jerônimo de Stridon devido ao seu local de nascimento; essa cidade ficava na região da Dalmácia, onde hoje é a Bósnia e Herzegovina. Ele viveu de fato neste espaço por pouco tempo, pois desde cedo começou a estudar em Roma: quando bem jovem fora mandado pelos pais à “cidade eterna” para que recebesse aulas de Retórica, Gramática e Filosofia do sábio Donato. A partir deste ponto, apaixonou-se pelos clássicos latinos, preferência que causou-lhe incômodo mais tarde, por ter ele entendido que tratava-se de ensinamentos pagãos de certa forma contrários às crenças cristãs que possuía. Os seus pais eram cristãos, porém ele aceitou abraçar tal fé quando tinha aproximadamente 19 anos. Ainda morando em Roma, foi batizado pelo bispo Libério.

Após várias viagens durante anos pela parte oriental do mundo romano, e de ter despertado o seu interesse pelo monasticismo, Jerônimo retornou à Roma a pedido do

193

“*Hieronymus patre Eusebio natus...*”.

bispo desta localidade, Dâmaso. Ali, o autor da Crônica foi nomeado secretário do bispo e iniciou uma tradução sua dos livros do Novo Testamento do original ao latim, trabalho feito com base em outras versões latinas disponíveis, além das línguas originais. O pedido feito a ele por Dâmaso para que fizesse uma nova tradução latina do NT foi absorvido como um projeto pessoal na vida de Jerônimo, pois ao longo de muitos anos seguintes, o erudito traduziu também o Antigo Testamento ao latim. A versão jeronimiana de ambos, VT e AT, foi denominada *Vulgata* séculos mais tarde.

A sua atividade literária, entretanto, fora iniciada antes desse período que atuou junto ao bispo de Roma (382-385). Por volta de 379, 380, quando estava em Constantinopla, local em que ouviu sermões de Gregório Nazianzeno e tornou-se amigo de Gregório de Nissa, Jerônimo traduziu obras de Orígenes após ter-se interessado muito pelo autor cristão do século II-III. Também foi ali que começou a escrita da Crônica. A maior efervescência enquanto escritor foi no período que morou em Belém, na Palestina, o que aconteceu desde o ano 386 até a sua morte em 420. Belém foi o ambiente no qual Jerônimo afluou em obra monástica, gerenciando monastérios e vivendo como monge, porém junto a mulheres que outrora discipulou e com as quais tinha grande amizade, além de atuar como mestre em um espaço educativo junto ao mosteiro, ensinando aos peregrinos e viajantes os clássicos latinos. Neste ponto, parece que o escritor cristão conseguiu conciliar o seu amor pela literatura e filosofia latinas à sua devoção pelo cristianismo e a Bíblia. Jerônimo nos legou uma imensa gama de obras, incluindo trabalhos de dogmática, exegese, homilia, história, biografia e comentários bíblicos.

Quanto à Crônica, trata-se de uma obra escrita originalmente na língua grega pelo bispo Eusébio de Cesareia (265-339), contemporâneo ao imperador Constantino I (272-337). Este governante e o imperador Licínio, com o qual governava em regime de Diarquia no espaço romano, foram os responsáveis pela liberalização do cristianismo como uma religião lícita no ano de 313, pois até então, tal crença não era aceita legalmente e muitos dos seus adeptos sofreram perseguições por parte das autoridades imperiais romanas. A última grande perseguição deu-se com o *imperator* Diocleciano em 305. Apesar de terem sido ambos, Constantino e Licínio, os elaboradores do Edito de Milão – o decreto que equiparou o cristianismo com as demais religiões em termos de tolerância (H.E., 10, 5, 1-14) –, foi o primeiro que tornou-se conhecido em grande parte da historiografia como o protetor e amigo dos cristãos (VEYNE, 2009).

Eusébio de Cesareia teve participação eficaz na imagem que fora construída ao redor da figura constantiniana, através de duas importantes obras: a *História Eclesiástica* e a *Vida de Constantino*. Esta última trata-se de um panegírico, ou seja, uma laudação/exaltação à pessoa de Constantino, tendo sido divulgada após a morte do governante. Os argumentos que justificam o engrandecimento dele são no sentido de associar os seus atos à vontade do Deus judaico-cristão. Elaboração semelhante é feita na *História Eclesiástica*, anterior à *Vida de Constantino*. Nela, Constantino não é um personagem presente ao longo dos dez livros, mas aparece apenas no livro oitavo em diante; isso porque ele não é o centro da obra, e sim, a própria comunidade dos cristãos, já que o autor versa a respeito da formação da *ecclesia* desde o nascimento de Jesus Cristo até o momento em que Eusébio vive, no século IV. Nesse meio tempo, o bispo relata as perseguições e sofrimentos pelos quais a igreja passara até ter sido livrada das aflições pela “benevolência” de Constantino, homem que agiu, segundo Eusébio, como instrumento nas mãos de Deus.

Na *Crônica*, escrita mais ou menos simultaneamente à *História Eclesiástica*, o decurso narrativo é muito maior: a obra inicia-se com o personagem do Antigo Testamento Abraão (vinte séculos a.C.) e termina no ano de 330 d.C., no governo de Constantino. A intenção de Eusébio era demonstrar a antiguidade do cristianismo, conectando-o ao seu passado hebraico, frente às acusações pagãs de que a religião cristã era nova. Para tanto, o bispo relata não apenas a história do povo hebreu, como também a trajetória de outros povos importantes, paralela ao desenvolvimento dos acontecimentos do povo de Deus ao longo dos séculos. A partir da era cristã, Eusébio descreve os eventos ocorridos em torno do cristianismo, e Roma aparece como um povo notável contemporâneo.

O filólogo Eustaquio Sanchez Salor comenta que a *crônica cristã* não relata somente as datas dos fatos históricos cristãos, como também apresenta os acontecimentos pagãos, já que se pretende universal; para tanto há um retrocesso no tempo, que abarca eventos antigos ao do presente da escrita (SÁNCHEZ SALOR, 2006, p. 33). A respeito da intenção em se produzir uma *crônica*, o autor afirma:

La Crónica tiene sobre todo una finalidad apologética. Una de las acusaciones que se hacía contra la doctrina cristiana por parte de la filosofía pagana en el siglo IV era la de que se trataba de una doctrina nueva sin la tradición y antigüedad que tenían otras religiones de pueblos antiguos. Por ello, el cristiano tiene que demostrar que los hechos del pueblo de Dios tienen la misma antigüedad y entidad cronológica, y consiguientemente histórica, que los de otros pueblos importantes de la antigüedad. Y en este sentido juegan un papel importante las Crónicas. En efecto, en las Crónicas cristianas se recogen hechos tanto del pueblo de Israel, primero, y luego del cristiano, como de otros pueblos [...]; y se recuerda que los hechos del pueblo escogido por Dios

sucedieron en los mismos momentos en que sucedieron hechos conocidos de otros pueblos de la antigüedad; se recurre, en efecto, con frecuencia a isocronismos; de manera que si se concede credibilidad a los hechos de los otros pueblos, no hay razón para negársela a los del pueblo de Israel, que ocurrieron al mismo tiempo [...]. (SÁNCHEZ SALOR, 2006, p. 34).

Algumas décadas mais tarde, Jerônimo retoma esse esforço apologético e literário, traduzindo a Crônica eusebiana para o latim e estendendo-a ao seu tempo. No intervalo da escrita de Eusébio à escrita de Jerônimo, aproximadamente 50 anos, a religião cristã ganhou reconhecimento e conquistou posição favorável junto ao governo imperial. Na época que Jerônimo inicia a redação da Crônica, por volta de 379-380, o imperador Teodósio (346-395) já manifestava a sua preferência pelo cristianismo frente ao paganismo, tendo oficializado tal religião como a única verdadeira e correta, através do Editto de Tessalônica em 380 (Cód. Teod., 16.1.2). Por que o erudito de Stridon entendia como algo relevante continuar e inovar um projeto de escrita cronística, o qual tinha como finalidade a defesa do cristianismo, sendo que este estava em processo de forte consolidação no âmbito político-religioso à sua época?

A princípio, pensamos que Jerônimo não visava afirmar o cristianismo, mas o cristianismo niceno. A religião cristã não era uníssona em suas doutrinas, existiam diversas vertentes, as quais chegaram a confrontar-se entre si. No período tratado (século IV), havia duas principais: a crença nicena e a ariana. As duas divergiam a respeito da essência e natureza de Cristo em relação ao Deus Pai, e o confronto ganhou tanta proporção a nível político-religioso que o primeiro grande concílio ecumênico cristão foi convocado em Niceia no ano de 325, por Constantino, para tentar resolver o problema.

Teoricamente o impasse foi resolvido: Ário, o salvaguarda do arianismo perdeu de Atanásio, defensor do niceísmo, em número de votos dentro dos 318 bispos presentes. Contudo, na prática os conflitos permaneceram e as crenças continuaram múltiplas. O Credo de Niceia¹⁹⁴ foi estabelecido, mas não havia uma só fé, um só corpo e um só Espírito. Sinal disso foi a inclinação que cada um dos imperadores teve após Constantino, ou para a fé ariana ou para a nicena, com exceção de Juliano, governante que não defendia o cristianismo. A título de esclarecimento, Constantino não tomou partido de nenhum dos dois lados. Ele conviveu e foi apoiado por pessoas de ambas as crenças.

¹⁹⁴ O Credo de Niceia atesta a total igualdade de essência entre o Deus Pai e o Deus Filho e da existência da Trindade, contrastando com a crença ariana de que o Filho, Jesus Cristo, seria diferente do Deus Pai.

Uma vez praticamente estabelecido o cristianismo no âmbito político no final do século IV com Teodósio, as diferenças doutrinárias se fizeram mais presentes, pois cada uma delas almejava ser reconhecida como a crença verdadeira. Esse enfrentamento irrompeu a partir do século IV e continuou ao longo dos séculos seguintes, conquanto com mudanças. O fato é que, a preocupação em se estabelecer o cristianismo niceno como o correto parece ter feito parte das iniciativas de Jerônimo – esta é uma hipótese que começamos a investigar.

Ele envolveu-se em querelas religiosas durante a fase em que viveu em Belém; duas importantes foram a origenista¹⁹⁵ e a pelagiana¹⁹⁶, entre outras polêmicas. Não era bem visto por muitos de seus pares, por ser muito crítico com o sistema “mundano”, assim como discordava de aspectos e posturas dos líderes dentro do próprio cristianismo. Além disso, defendia um ideal monástico, ao qual efetivamente dedicou-se nas últimas três décadas de vida, ainda que ele não tenha isolado-se completamente - ao contrário, convivia com muitas pessoas e trocava correspondências com tantas outras.

Pensamos que Jerônimo de Stridon fosse devoto ao cristianismo niceno, o mesmo defendido pelo imperador Teodósio. É possível que ele quisesse, com a Crônica, apontar um cristianismo correto, o católico/niceno. Nesse ínterim, a *ecclesia* recebe atenção especial, pois ela seria a detentora da vivência da verdadeira doutrina, ou seja, a manifestação do cristianismo ocorreria por meio da *ecclesia*, da comunidade dos cristãos. A *ecclesia* ganha

¹⁹⁵ “No Concílio de Constantinopla [381] foi condenada também a doutrina de Orígenes (185-255), chefe da escola catequética de Jerusalém, um dos grandes filósofos cristãos. [...] O origenismo, considerado por Epifânio [bispo de Salamina] como heresia, baseava-se nas seguintes teorias: a.a criação eterna e o número infinito de mundos sucessivos; b.a preexistência platônica das almas e sua queda nos corpos, a modo de castigo por faltas anteriores (reencarnação); c.a corporeidade dos anjos; d.a negação da eternidade do inferno; restauração universal, com a redenção do Diabo [...]; e.a negação da ressurreição da carne; f.a subordinação do Filho ao Pai; g.a subordinação do Espírito Santo ao Filho; h.o Filho só age nos seres racionais, e o Espírito Santo, nos santos; i.a interpretação alegórica da Bíblia, ou seja, transposição simbólica do conteúdo verbal, para se descobrir um sentido bíblico diferente”. (RIBEIRO JR., João. **Pequena história das heresias**. São Paulo: Papirus, 1989, p.54-55).

¹⁹⁶ “Essa controvérsia, que irrompeu no início do século 5º, trouxe a lume uma série de questões sobre a natureza humana, o pecado e a graça. Até então, a igreja havia testemunhado um número relativamente pequeno de discussões acerca da natureza humana. A controvérsia pelagiana mudou isso e garantiu às questões associadas à natureza humana um lugar próprio entre os temas discutidos na igreja ocidental. A controvérsia girou em torno de dois indivíduos: Agostinho de Hipona e Pelágio [...] pontos principais da controvérsia: (1) o conceito de “livre-arbítrio”; (2) o conceito de pecado; (3) o conceito de graça; (4) o conceito das bases para a justificação”. (McGRATH, Alister E. **Teologia Histórica. Uma introdução à História do Pensamento Cristão**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p.94). “[...] Pelágio ensinava que não se precisa da graça para se salvar, basta a vontade individual [...]. Assim, para ele, não existia o “pecado original” – julgava impossível que a alma criada por Deus trouxesse consigo um pecado que não cometera. Daí ser contra o batismo e, consequentemente, a remissão dos pecados. [...] Santo Agostinho, para refutar esta heresia, dizia que “todos os homens pecaram em Adão, nascem com o pecado original e estão enfraquecidos por ele, mas conservam o livre-arbítrio. Portanto, é necessário o batismo para reaver a graça”. (RIBEIRO JR., João, op. cit., p.33).

paulatinamente relevância no âmbito político-religioso a partir de Constantino, ao passo que, no final do século IV, ela está estruturada e amalgamada ao poder político imperial. Rossana Pinheiro comenta sobre esse processo de consolidação da *ecclesia* ao longo do século IV:

Portanto, o período que vai da vitória de Constantino em 312 até a ascensão de Teodósio foi determinante para a consolidação da Igreja, uma vez que modificou os referenciais até então adotados para a construção da identidade cristã (MARKUS, 1997). De religião perseguida e produtora de mártires, esses “verdadeiros filósofos e amigos de Deus” que preferiam dar suas vidas a renegarem o verdadeiro Deus, o cristianismo passou a religião tolerada e incentivada porque abraçada pelos Imperadores e, em 381, pelo Império. Se tomarmos por base as afirmações de Eusébio de Cesareia (História Eclesiástica) e Paulo Orósio (História Apologética), poderíamos considerar que a história da Ecclesia teria nascido providencialmente com Roma e com Cristo, à medida que Roma e o Império desempenhariam uma função central na proliferação do cristianismo ao lhe fornecer um terreno, uma estrutura material, administrativa e espacial sem precedentes e que nem mesmo a morte de Cristo ou a derrocada do Império Romano colocariam fim. (PINHEIRO, 2013, p.306)

De modo semelhante, tratando da dimensão que a *ecclesia* ou Igreja adquiriu dentro do panorama imperial no período tratado, o historiador Marcus Cruz afirma:

Este estreitamento da ligação da Igreja com o poder secular beneficia de modo bastante acentuado o processo de triunfo da Igreja e cristianização da sociedade [...] Quanto ao estado romano, ele busca na religião cristã um elemento de unidade para o Império e de sustentação de seu sistema político. [...] A progressiva interação da Igreja com o Império a partir do IV século, por um lado e o desenvolvimento institucional eclesiástico por outro faz com que a Igreja assuma a estrutura administrativa tardo imperial como modelo para a construção de sua organização, chegando mesmo a constituir-se como um dos ramos da burocracia estatal. A principal influência da estrutura imperial no processo de desenvolvimento da organização eclesiástica é o princípio que norteia e caracteriza, não somente este fenômeno, mas toda a sociedade tardo antiga romana, isto é a concentração e a centralização de poder que se manifesta através do crescimento da hierarquização no seio da Igreja e no aumento de prestígio do sacerdócio [...] (CRUZ, 2007, p.4-5).

Conforme atesta o autor, a vinculação da Igreja cristã com o poder político imperial beneficia a ambos: por um lado, a sociedade é (gradativamente) cristianizada, e por outro, o poder imperial pauta-se no cristianismo para buscar nele aspectos de unidade, necessária para o bom funcionamento administrativo do Império. Contudo, esse almejado fator de unidade que a política romana buscava na religião cristã não encontrava correspondência com a realidade, já que o próprio cristianismo era fragmentado, e a divisão não era algo bom nem para a religião nem para a política.

Sabemos que as obras escritas dos autores cristãos tardo-antigos ressoavam as suas preocupações individuais e/ou de grupos a quem representavam quanto ao andamento da política imperial. A religião cristã de caráter filosófico pensava sobre as questões temporais, principalmente neste período em que religião e política se mesclaram a

nível da dirigência administrativa do espaço romano. Jerônimo sentia toda essa efervescência e secessão tanto do poder político quanto do religioso. Quando ele começou a redação da Crônica, estava situado na cidade de Constantinopla, e a parte oriental do Império possuía enorme influência do arianismo, ao contrário da parte ocidental, em que a fé nicena fazia-se sentir de maneira notável. As ideias difundidas por Ário ganharam desde o seu início mais adeptos no oriente, provavelmente por terem surgido ali. Além disso, o imperador Valente, o qual governou de 364 a 378 na parte oriental, deixou marcas da sua administração político-religiosa pautada manifestadamente na fé ariana. Portanto, o fim da sua governação era ainda muito recente ao tempo que Jerônimo habitava em Constantinopla, sem contar que o autor cristão vivia na parte oriental desde meados da década de 370 e sentia, portanto, os rumores religiosos, estando no seio da prática ariana.

Preocupado com a fragmentação da gerência governamental e das diversas crenças existentes dentro do cristianismo, pensamos que Jerônimo buscava a unicidade político-religiosa pautada na fé nicena. A sua Crônica é uma obra orgânica, bem fundamentada e defensora de determinado ideal. Com uma narrativa bem elaborada, a qual buscou no defensor da igreja triunfalista, Eusébio de Cesareia, um respaldo legitimatório para a sua escrita, a Crônica jeronimiana terminará o seu relato com o imperador Teodósio, o grande defensor do niceísmo.

Jerônimo e a *ecclesia*: apontamentos iniciais

Na versão jeronimiana da Crônica de Eusébio, o conceito de *ecclesia* é encontrado várias vezes. Todavia, neste primeiro momento, traremos à luz apenas as ocasiões em que o termo aparece na parte da obra exclusiva a Jerônimo; é nessa parte, inclusive, que há a maior ocorrência numérica de tal conceito. O nosso trabalho se revelará ainda mais complexo do que inicialmente temos proposto em relação a buscar no erudito cristão a sua visão do que é a *ecclesia*. Será uma pesquisa de fôlego, e sabemos que não é apenas quando o termo aparece nitidamente descrito que o autor demonstra e define qual o seu entendimento a respeito dele. Dessa maneira, leremos com calma e atenção outros momentos da Crônica, assim como das suas cartas¹⁹⁷ e demais obras oportunas, em busca

¹⁹⁷ O historiador brasileiro Marcus Silva da Cruz (UFMT) possui um vasto conjunto de textos que se embasam nas cartas de Jerônimo, incluindo a sua dissertação de mestrado (1992) e a tese de doutorado (1997). A historiadora argentina Graciela Gómez Aso (UCA) também debruçou-se em alguns trabalhos sobre as cartas de Jerônimo. “Seu Corpus Epistolar inclui cartas escritas entre os anos 374 e 420, e que se reconhece como um dinâmico retrato do caráter vigoroso e controverso do autor. Afronta variados temas de

de expandir e aprofundar o nosso conhecimento do que a *ecclesia* significava e representava nos escritos e na vida jeronimiana. Isso será feito com o suporte historiográfico pertinente.

Apontaremos, por agora, as passagens da Crônica (na fração unicamente de Jerônimo) nas quais manifestam-se a terminologia *ecclesia*. No instante em que o escrito torna-se totalmente latino, ou seja, quando há a narrativa somente de Jerônimo, a fonte indica claramente tal mudança – possivelmente o próprio autor assim o fizera, com a seguinte sentença: “Até aqui Eusébio Pânfilo, companheiro dos mártires, escreveu esta história, a qual seguimos abaixo” (tradução nossa)¹⁹⁸. Isso decorre na narrativa imediatamente após o ano de 330 d.C. descrito por Eusébio, e a seguir, Jerônimo continua o relato a partir do ano 331 d.C. Trata-se do contexto político no qual reinava o imperador Constantino.

No quadro abaixo, apresentamos extratos da Crônica em que aparecem o termo *ecclesia* no original latino, uma tradução portuguesa feita por nós, o ano da era cristã e o ano de governação romana (não nesta ordem). Todos esses dados são explicitados na própria fonte, exceto a tradução, claramente. Além disso, apontamos a localização das passagens, conforme consta na paginação da digitalização do manuscrito ao qual temos acesso¹⁹⁹.

O quadro que agora expomos se inicia na última década do governo de Constantino, passa por Juliano o apóstata e termina com Valentiniano e seu irmão Valente, no começo de seu reinado. Das quatorze passagens apresentadas em que constam o conceito de *ecclesia*, doze se referem à governação da dinastia constantiniana, uma ao reinado juliano e uma à dinastia valentiniana:

Localização	Ano d.C.	Ano de governo romano	Em latim	Tradução ao português
p.497-98	332	22 de Const	<i>Antiochiae post Tyrannum vicesimus ordinatur episcopus Vitalis. Post quem vicesimus primus</i>	Após uma tirania em Antioquia, é ordenado o 20º bispo, Vitalis. Depois dele, o 21º,

diversos âmbitos e com diferentes registros, desde a teologia e o debate religioso à sátira, à biografia, ao elogio e à crítica literária, entre outros [...] Seu epistolário está formado por 154 cartas, das quais 124 são de sua autoria. Todo tema tratado por ele une erudição e simplicidade”. (Gómez Aso, Graciela. A Epístola 123 como exemplo de retórica discursiva de Jerônimo de Estridão no ambiente de mulheres aristocráticas de Roma. Barbárie e castidade como tópicos da Antiguidade Tardia. In: **Religiões e Religiosidades na Antiguidade Tardia**. Carvalho, Margarida maria de; Funari, Pedro Paulo Abreu; Carlan, Cláudio Umpierre; Para, Helena Amália (orgs.). Curitiba: Prismas, 2017.

¹⁹⁸ HUC USQUE HISTORIAM SCRIBIT EUSEBIUS PAMPHILI MARTYRIS CONTUBERNALIS, CUI NOS ISTA SUBJECIMUS, p.497-498.

¹⁹⁹ Hieronymus. **Chronicun**. Disponível em http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0347-0420_Hieronymus_Chronicun_MLT.pdf Último acesso em 07/01/2019.

		antino	<i>Philogonus. Cui successit vicesimus secundus Paulinus. Post quem vicesimus tertius Eustachius. Quo in exsilium ob fidem truso, usque in praesentem diem, Ariani <u>Ecclesiam</u> occupaverunt, id est Eulalius, Eusebius, Euphronius, Placillus, Stephanus, Leontius, Eudoxius, Meletius, Euzoius, Dorotheus, rursus Meletius. Quorum idcirco tempora non digessi, quod eos hostes potius Christi, quam episcopos, judicem.</i>	Philogonus, a quem sucede o 22º, Paulino. Depois, o 23º é Eustáquio, que foi exilado por causa da fé e de quem os arianos tomaram a Igreja, até os presentes dias, isto é, Eulálio, Eusébio, Eufrônio, Placilo, Stéfano, Leoncio, Eudócio, Melécio, Euzóio, Doroteu e novamente Melécio. Mas eu não tenho resolvido essas datas, porque, antes, julgo eles inimigos de Cristo do que os bispos.
p.497-98	334	24 de Const antino	<i>Alexandrinae <u>Ecclesiae</u> decimus nonus ordinatur episcopus Athanasius.</i>	Atanásio é ordenado o 19º bispo da Igreja de Alexandria.
p.497-98	335	25 de Const antino	<i>Romae tricesimus secundus <u>Ecclesiam</u> tenuit Marcus Mensibus octo. Post quem tricesimus tertius ordinatus est Julius annis sedecim, mensibus quatuor.</i>	Marcos mantém por 8 meses o 32º bispado da Igreja de Roma, depois dele é ordenado o 33º, Júlio, que permanece por 16 anos e 4 meses.
p.499-500	341	31 de Const antino	<i>Constantinus extremo vitae suae tempore ab Eusebio Nicomediensi episcopo baptizatus, in Arianum dogma declinat: a quo usque in praesens tempus <u>ecclesiarum</u> rapinae, et totius orbis est secuta discordia.</i>	Constantino é batizado pelo bispo Eusébio de Nicomédia bem no final da sua vida, caindo no dogma ariano: daquele tempo até agora têm se seguido o rapto das igrejas e a discórdia no mundo inteiro.
p.499-500	349	8 de Const âncio, Const antino (filho) e Const ante	<i>Neocaesarea in Ponto subversa, excepta <u>ecclesia</u>, et episcopo, caeterisque qui ibi reperti sunt.</i>	Neocesareia é destruída no Ponto, exceto a igreja, o bispo e outras pessoas que se encontravam neste lugar.
p.501-502	353	12 de Const âncio	<i>Quadragesimus Maximus post Macarium Hierosolymorum episcopus moritur. Post quem <u>Ecclesiam</u> Ariani invadunt: id est Cyrillus, Eutychius, rursus Cyrillus, Irenaeus, tertio Cyrillus, Hilarius, quarto Cyrillus; quorum Cyrillus, um a Maximo fuisset presbyter ordinatus, et post mortem ejus ita ei ab Acacio, episcopo Caesariensi, et caeteris episcopis Arianis episcopatus promitteretur, si ordinationem Maximi repudiasset, diaconus in <u>ecclesia</u> administravit: ob quam impietatem sacerdotii mercede pensatas, Heraclium, quem moriens Maximus in suum locum substituerat, varia fraude sollicitans, de episcopo in presbyterum regradavit.</i>	Máximo, o quadragésimo bispo de Jerusalém depois de Macário, morre. Depois dele os Arianos tomam posse da Igreja: que é Cirilo, Eutíquio, Cirilo novamente, Irineu, Cirilo pela terceira vez, Hilário, Cirilo pela quarta vez. Destes, Cirilo foi ordenado bispo por Máximo e, portanto, depois da sua morte, o episcopado foi prometido a ele por Acácio, bispo de Cesareia, e (a?) outros Arianos, se ele repudiasse a ordenação de Máximo. Ele ministrou como diácono na igreja. Por causa dessa impiedade do sacerdócio, ele foi compensado por um suborno. Ele degradou Heráclio, a quem o Máximo moribundo havia designado em seu lugar, de bispo a presbítero, assediando-o por vários enganos.
p.501-	354	13 de	<i>Romanae <u>Ecclesiae</u> tricesimus quartus ordinatur</i>	Libério é ordenado o trigésimo quarto bispo

502		Constâncio	<i>episcopus Liberius. Quo in exsilium ob fidem trusus, omnes clerici juraverunt quod nullum alium susciperent. Verum cum Felix al Arianis fuisset in sacerdotium substitutus, plurimi pejeraverunt: et post annum cum Felice ejecti sunt: quia Liberius taedio victus exilii, et in haeretica pravitae subscribens, Romam quasi victor intraverat.</i>	da Igreja de Roma, para quem, quando dirigido ao exílio por causa da sua fé, todos os clérigos juraram que eles não receberiam mais ninguém. Contudo, quando Félix foi substituído pelos Arianos no sacerdócio, a maioria perjurou, e depois de um ano foram ejetados com Félix, porque Libério, tendo sido conquistado pelo tédio do exílio e subscrevendo à depravação da heresia, havia entrado em Roma como um conquistador.
p.501-502	360	19 de Constâncio	<i>Donatus, a quo supra Donatianos dici in Africa memoravimus, Carthagine pellitur. Quidam sectatores ejus etiam Montenses vocant, eo quod <u>ecclesiam</u> Romae primum in monte habere coeperunt.</i>	Donato, a quem mencionamos acima que na África os donatistas tomaram o seu nome, foi expulso de Cartago. Alguns de seus seguidores chamam também Montenses aqueles que começaram a ter uma igreja em uma colina em Roma.
p.501-502	360	19 de Constâncio	<i>Eusebius Vercellensis episcopus, et Lucifer, ac Dionysius Caralitanae, et Mediolanensis <u>Ecclesiae</u> episcopi, Pancratius quoque Romanus presbyter, et Hilarus diaconus distantibus inter se ab Arianis et a Constantio damnantur exsilii.</i>	O bispo Eusébio de Vercela, e Lúçifer e Dionísio, bispos das igrejas de Cagliari e Milão, e também um presbítero romano, Pancrácio, e o diácono Hilário, são condenados ao exílio com a distância entre eles pelos Arianos e Constâncio.
p.503-504	364	23 de Constâncio	<i>Omnes pene toto orbe <u>Ecclesiae</u> sub nomine pacis et regis Arianorum consortio polluantur.</i>	Quase toda Igreja em todo o mundo está poluída em nome da paz e pela convivência do soberano dos arianos.
p.503-504	365	24 de Constâncio	<i>Constantinopoli maxima <u>ecclesia</u> dedicatur.</i>	A maior das igrejas é dedicada em Constantinopla.
p.503-504	367	2 de Juliano	<i><u>Ecclesiae</u> Antiochiae clausa, et gravissima imminentis persecutionis procella Dei voluntate sopita est. Nam Julianus in Persas profectus nostrum post victoriam diis sanguinem voverat: ubi a quodam simulato perfuga ad desertum perductus, cum fame es sita Apostata perdidisset exercitum, et inconsultius a suorum erraret agminibus, ab obvio forte hostium equite conto ilia perfossus interiit, anno aetatis XXXI [al. XXXII]. Post quem sequenti die Jovianus ex primicerio domesticorum imperator factus est.</i>	A igreja de Antioquia estava fechada e a mais séria tempestade de perseguição iminente foi silenciada pela vontade de Deus. Pois Juliano tinha ido para a Pérsia e prometeu nosso sangue depois de uma vitória aos deuses. Lá ele foi conduzido ao deserto por um certo desertor fingido, quando ele havia perdido seu exército apóstata pela fome e sede e tinha desavisado desviado das fileiras de seus próprios homens, ele foi por acaso apunhalado na virilha com uma lança por um inimigo hostil e pereceu no 32º ano de sua vida. Depois disso, no dia seguinte, Joviano, o chefe

				das tropas domésticas, tornou-se imperador.
p.505-506	370	2 de Valentíniano e Valent	<i>Romanae Ecclesiae tricesimus quintus ordinatus episcopus Damasus. Et post non multum temporis intervallum Ursinus [al. Ursicinus] a quibusdam episcopus constitutus Sicinium cum suis invadit: quo Damasianae partis populo confluyente, crudelissimae interfectiones diversi sexus perpetratae.</i>	Dâmaso é ordenado o 35º bispo da Igreja Romana, e depois de um intervalo não muito longo, Ursino é nomeado bispo por algumas pessoas, e com seus partidários invade (a igreja de) Sicinimum, em que, vindo junto com algumas pessoas partidárias de Dâmaso, matanças muito cruéis foram cometidas por ambos os sexos.

Não nos causa surpresa observar que a designação *ecclesia* está presente majoritariamente no período que diz respeito a Constantino e a seus filhos. Constantino era o nome mais proeminente quanto à institucionalização política do cristianismo em seus primórdios. Não obstante, em um fragmento textual, Jerônimo emite forte opinião sobre uma decisão que o chamado imperador cristão teve: ser batizado pelo bispo ariano Eusébio de Nicomédia em seu leito de morte. O trecho está na página 499-500 do manuscrito e diz o seguinte: “Bem no final da sua vida, Constantino foi batizado pelo bispo Eusébio de Nicomédia, caindo no dogma ariano: a partir desse tempo até agora têm-se seguido a devastação das igrejas e a discórdia de todo o mundo”(tradução nossa).²⁰⁰

Sabemos, para além da fonte, que não apenas Constantino recebeu o batismo ariano no final da sua vida, como outros imperadores posteriores defenderam a fé ariana: Constâncio, seu filho, e mais para frente, Valente, governante das terras orientais, o qual atuava junto ao seu irmão Valentiniano, responsável pela parte ocidental. É provável que a respeito da escolha da fé ariana por parte dessas autoridades imperiais, Jerônimo também não tivesse um bom parecer. Essa questão e outras serão investigadas no prosseguimento da pesquisa. Buscaremos interpretar nas fontes os artifícios utilizados pelo intelectual tardo-antigo para a defesa da crença nicena em detrimento da fé ariana (através da percepção dele do que significava a *ecclesia* cristã), no contexto agitado de disputas políticas e doutrinárias do final do século IV romano.

Considerações finais

²⁰⁰ *Constantinus extremo vitae suae tempore ab Eusebio Nicomediensi episcopo baptizatus, in Arianum dogma declinat: a quo usque in praesens tempus **ecclesiarum** rapinae, et totius orbis est secuta discordia.*

Foi-nos proposto pensar o nosso objeto de pesquisa ou questões a ele ligadas do ponto de vista conceitual, não sob o prisma da história conceitual, para a qual seria preciso que atravessássemos temporalmente o próprio conceito e nos aprofundássemos também linguisticamente nele, mas sim, que nos detêssemos em determinado(s) conceito(s) dentro do nosso recorte de pesquisa. Refletindo sobre esta, entendemos que no momento seria crucial esboçarmos apontamentos a respeito do conceito de *ecclesia* na obra de Jerônimo de Stridon, já que se trata do cerne do trabalho que começamos a desenvolver. Jerônimo foi um homem influente em seu tempo, um erudito cristão com forte base clássica-helenística que ocupou cargos importantes, como o de presbítero e secretário do bispo de Roma. Viajou por diversas regiões do mundo antigo, entrando em contato com diferentes povos, culturas e intelectuais cristãos notáveis da época, aprendeu o grego e o hebraico, produziu um vasto conjunto de obras e tornou-se monge e administrador de monastérios.

O contexto político-religioso em que ele se inseria era o da consolidação da religião cristã junto ao poder imperial, processo que se iniciara com Constantino no início da quarta centúria. O cristianismo, visto como *religio illicita* até então, passou a ganhar prestígio por meio da gerência imperial, até tornar-se religião oficial no final do mesmo século com o imperador Teodósio, contemporâneo de Jerônimo. O século IV também foi agitado pela própria estruturação do governo imperial, a qual não possuía firmamento suficiente que impedisse ou atenuasse as constantes disputas pelo poder político. No entanto, as autoridades imperiais e os seus conselheiros buscavam maneiras de lidar com as fragilidades existentes, e uma dessas formas foi a adoção do cristianismo como base ideológica para a maioria dos *imperatores* que governaram no período.

Outrossim, ocorria que o cristianismo era múltiplo, com diferentes crenças e dogmas internos, e estes contavam também com interesses políticos. Afirmamos isso porque a política e a religião tardo-antigas eram profundamente imbricadas, tornando-se difícil separarmos as motivações religiosas das políticas e vice-versa. Cada imperador que posicionou-se a favor do cristianismo defendia uma crença ou outra, nicena ou ariana; se não o fazia claramente, é muito provável que fosse pressionado para tanto. A exceção foi Constantino, o qual não parece ter-se importado muito com essa diversidade, além de as disputas dogmáticas a nível político serem inciais quando ele governava.

Em meio a essa ebulição, a ótica e a escrita de personagens como Jerônimo faziam-se essenciais no campo religioso e político. Conforme temos conjecturado, o autor cristão advogava em favor do cristianismo niceno, e um dos seus recursos era o de explorar a ideia

de *ecclesia* nicena. Pensar sobre ela não era singularidade de Jerônimo, mas alcançava diversos intelectuais, com distintas crenças e opiniões a respeito. Isso porque a própria *ecclesia* cristã estava em formação, as suas características, amplitude e limitações estavam em nascente e constante definições. A terminologia *ecclesia*, tão cara aos seus construtores gregos clássicos, atravessou séculos e atingiu a sociedade romana tardo-antiga cristã, tornando-se um novo conceito. Ansiamos por entender um pouco mais sobre ele na obra jeronimiana, a começar pela Crônica, na qual o autor refere-se à *ecclesia* em vários momentos. Talvez descubramos que tal conceito não é tão novo assim, mas que traz semelhanças com a ideia que se tinha dele antes de o cristianismo florescer.

Referências Bibliográficas

Fontes:

CÓDIGO TEODOSIANO. Disponível em

<http://ancientrome.ru/ius/library/codex/theod/tituli.htm>

EUSÉBIO DE CESAREIA, **História Eclesiástica**. São Paulo: Novo Século, 2002.

EUSÉBIO DE CESAREA. **Vida de Constantino**. Gredos: Madrid, 1994.

HIERONYMUS. **Chronicun**. Disponível em

http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0347-0420,_Hieronymus,_Chronicun,_MLT.pdf

HIERONYMUS, **De Viris Illustribus**.

Disponível em [http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0347-](http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0347-0420,_Hieronymus,_De_Viris_Illustribus_Liber_Ad_Dextrum,_MLT.pdf)

[0420, Hieronymus, De Viris Illustribus Liber Ad Dextrum, MLT.pdf](http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0347-0420,_Hieronymus,_De_Viris_Illustribus_Liber_Ad_Dextrum,_MLT.pdf)

<http://www.tertullian.org/fathers/index.htm#JeromeChronicle>

Literatura:

ALTANER, B; STUIBER, A. **Patrologia: vida, obras e doutrina dos Padres da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1988.

BARROS, J. A. **Os conceitos: seus usos nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BRAVO, G. **Historia del mundo antiguo, Una introducción crítica**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

CRUZ, M. O ser cristão e o triunfo da Igreja. Um estudo acerca das transformações da identidade do homem ocidental. Associação Nacional de História – **ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – 2007.

DANIÉLOU, J; MARROU, H. **Nova História da Igreja**. Vol. I. Petrópolis: Vozes, 1973.

FRIGHETTO, R. **A Antiguidade Tardia – Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações, Séculos II-VIII**. Curitiba: Juruá, 2012.

GALÁN SANCHEZ, P. J. In **El género historiográfico de la chronica – las crónicas hispanas de época visigoda**. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1994.

GÓMEZ ASO, G. “A Epístola 123 como exemplo de retórica discursiva de Jerônimo de Estridão no ambiente de mulheres aristocráticas de Roma. Barbárie e castidade como tópicos da Antiguidade Tardia”. In: **Religiões e Religiosidades na Antiguidade Tardia**. Carvalho, Margarida maria de; Funari, Pedro Paulo Abreu; Carlan, Cláudio Umpierre; Para, Helena Amália (orgs.). Curitiba: Prismas, 2017.

GONZALEZ, J. L. **A era dos gigantes. Uma história ilustrada do cristianismo**. Vol. 2. Trad. de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova, 1985.

HAMMAN, A. **Os padres da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1985.

McGRATH, A. E. **Teologia Histórica. Uma introdução à História do Pensamento Cristão**. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

Introdução de São Jerônimo. **Apologia contra os livros de Rufino**. São Paulo: Paulus, 2013.

MENEZES, M. L. d. Democracia de Assembleia e Democracia de Parlamento: uma breve história das instituições democráticas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 12, no 23, jan./abr. 2010, p. 20-45.

LOUW, J. P.; Nida, EUGENE, A. (eds). **Léxico Grego-Português do Novo Testamento baseado em domínios semânticos**. Trad. Vilson Scholz. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

PINHEIRO, R. A. B. Cristianismo e *Ecclesia* na passagem da Antiguidade Tardia para a Idade Média. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v.2, n.3 (Especial), p.297-317, 2013.

PROST, A. **Doze lições sobre a história**. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. 2 ed.; 3 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. Ribeiro Jr., João. **Pequena história das heresias**. São Paulo: Papirus, 1989.

SÁNCHEZ SALOR, E. **Historiografia latino-cristiana: princípios, contenido, forma**. Roma: L’erma di Bretschneider, 2006.

VEYNE, P. **Quando o nosso mundo se tornou cristão**. Lisboa: Texto & Grafia, 2009.

Sites:

<https://www.dicio.com.br/conceito/> Último acesso em 07/01/2019.

Parte 3: História, Sexualidade e Estudos de Gênero

A ANÁLISE SOBRE MULHERES NO EGITO ROMANO: POSSIBILIDADES DE DESLOCAMENTOS²⁰¹

Ingrid Cristini Kroich Frandji

ingrid.frandji@gmail.com

Doutoranda em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3808763036080563>

RESUMO: A historiografia sobre a Antiguidade foi conhecida por sua resistência às mudanças epistemológicas trazidas pelo movimento feminista, tais como a História das Mulheres e o Estudos de Gênero. Ainda que uma vasta documentação demonstrasse a presença das mulheres na Antiguidade, a História Antiga, quando de sua institucionalização no século XIX, se configurou como o campo de análise de grandes homens e grandes feitos, salientando assim a ideia de um legado que deveria ser continuado pelos países imperialistas do XIX. A partir do que foi exposto, e buscando trazer uma análise que problematize esta visão tradicional da historiografia, este artigo se propõe a retomar de que maneira o movimento de emancipação de mulheres causou um impacto na historiografia e como o desdobramento destas questões pode auxiliar na construção de uma narrativa mais plural sobre o passado. Posteriormente, será feita uma análise de cartas escritas por mulheres e provenientes do Egito Romano, com o intuito de propor um deslocamento das narrativas tradicionais sobre o passado, enfatizando a experiência feminina neste contexto. Ao retomar esta documentação, é possível pensar as práticas das mulheres a partir do discurso como elemento fundamental na constituição da própria identidade destas e de suas experiências, ressaltando a importância de uma visão do mundo antigo que enfatize as diferenças entre os sujeitos e a desessencialização de categorias analíticas.

Palavras-chave: Egito Romano; estudos de gênero; feminismo.

ABSTRACT: Historiography about Antiquity was known for its resistance to the epistemological changes brought by the feminist movement, such as Women's History and Gender Studies. Although extensive documentation showed women's presence in Antiquity, Ancient History in the nineteenth century was the field of analysis of notorious men. From what has been stated, and seeking an analysis that challenges this traditional historiography, this paper seeks to briefly resume how the emancipation movement of women has had an impact on historiography and how these questions can help construct a plural narrative about the past. Subsequently, an analysis of letters written by women from Roman Egypt will be carried out, to propose a displacement of traditional narratives about the past, emphasizing the feminine experience in this context. In analyzing these documents, it is possible to understand the discourse as a fundamental element in the constitution of women's practices, identities and experiences, highlighting a view about the Ancient World that emphasizes differences between subjects.

Keywords: Roman Egypt; Gender Studies; Feminism.

Introdução

Os estudos sobre a Antiguidade foram marcados, por muito tempo, por ideais oriundos de sua institucionalização no século XIX: para legitimar a pilhagem dos territórios dominados por países

²⁰¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

imperialistas, como Alemanha e Inglaterra, utilizava-se a memória do Império Romano como algo grandioso que deveria ser continuado. Este ideal de imperialismo romano, surgido junto das políticas expansionistas do século XIX, enfatiza o conceito romanização como transmissão da *romanitas* e transferência unilateral da cultura. A ideia de um imperialismo praticado pelos romanos era, na verdade, uma corrente teórica fundamentada por estudiosos como Mommsen e Haverfield, que buscavam, em suas leituras da Antiguidade, construir paralelos com seus contextos de vida. Se os romanos dominaram diferentes territórios e “levaram a civilização” aos mais variados povos, seria função dos estados nacionais europeus fazer o mesmo nos territórios da África e da Ásia. Os povos subjugados, nesse sentido, seriam em alguma medida “privilegiados” pelo acesso à cultura que passaram a ter, e submeteram-se ao poder sem grande resistência. No imaginário do século XIX, as potências europeias, que identificavam a si mesmas como herdeiras legítimas deste passado, fariam novamente os passos dos antigos, levando a civilização aos bárbaros incultos ao mesmo tempo em que usufruíam de diversos recursos naturais. (FREEMAN, 1997)

Para além das conotações imperialistas, é notável como a retomada do passado clássico era pautada em ideais não apenas eurocêntricos como também reforçadores de determinados estereótipos de gênero. A releitura do mundo antigo, principalmente na Inglaterra vitoriana, baseava-se em figuras como o *paterfamilias*, ou seja, o chefe da família provedor. Especialmente nas classes mais abastadas, esta figura era comumente associada aos valores considerados comuns durante o Império Romano: o alto poder aquisitivo, o controle sobre todos os que fazem parte da família, a distância emocional e o poder sobre a vida de todos dentro do núcleo familiar. Além disso, esta leitura da Antiguidade era bastante enviesada, como pode-se perceber a partir do exemplo do divórcio, considerado uma prática comum no mundo romano, e que durante o período vitoriano era praticamente inexistente, além de muito negativo para as mulheres.

Ainda que possam ser citadas diversas transformações epistemológicas, especialmente nas últimas décadas, é importante salientar que ainda há certa resistência dentro da disciplina, marcada por suas características conservadoras e, muitas vezes, antiteóricas. (FUNARI, 1995, p. 179) Mesmo um dos maiores estudiosos sobre o mundo antigo no século XX, o historiador Moses Finley, reforça a posição do *paterfamilias*: toda a existência feminina ao longo do período romano estaria marcada pela submissão feminina à figura do *paterfamilias*. Se a família era entendida como unidade social básica pautada no poder masculino, sua manutenção assegurava determinados direitos econômicos hereditários. Nesse entendimento, as mulheres romanas estariam fadadas a uma posição subalterna diante de suas contrapartes masculinas, já que não restaram registros de suas experiências, além

estarem inseridas em um mundo masculino no qual serviam apenas como reprodutoras de um discurso paternalista inferiorizante. (FINLEY, 1990)

Esta percepção de submissão e silêncio das mulheres diante de um poder intransponível do *paterfamilias* é, pois, constante nos estudos sobre a Antiguidade. Trata-se de uma disciplina permeada pela falta de questionamentos epistemológicos sobre sua própria formação enquanto disciplina – o que legitima, por outro lado, um discurso pautado no senso comum e na leitura literal das fontes. Com efeito, este tipo de análise acaba por priorizar visões que levam em consideração uma perspectiva essencialista dos sujeitos históricos. (FUNARI, 1995, p. 180). Seria possível pensar um deslocamento deste tipo de narrativa tradicional para analisar o poder do *paterfamilias* e das relações familiares como algo mais fluido e que não necessariamente reforça estereótipos de gênero?

Para responder a essa pergunta, gostaria de pensar neste artigo possibilidades para a construção de narrativas mais plurais sobre o mundo antigo, que levem em consideração a experiência feminina como deslocamento de um discurso essencializante sobre os sujeitos históricos. Para tanto, será discutido, em um primeiro momento, de que maneira uma perspectiva feminista e de gênero contribui para a criação de uma epistemologia mais plural para o estudo da História e, em especial, do mundo antigo, salientando as diferenças entre os sujeitos como elemento fundamental no entendimento das sociedades do passado. Posteriormente, o foco será dado ao estudo sobre as mulheres no Egito Romano, trazendo como documentação um conjunto de relatos sobre a experiência feminina – ainda que mediados²⁰², os documentos aqui expostos são o que consideramos um deslocamento das narrativas tradicionais (oficiais e masculinas) sobre a Antiguidade. A análise será centrada em demonstrar como, a partir da documentação, a atividade feminina no Egito Romano pode ser considerada como algo que não apenas demonstra a experiência feminina como também enfatiza de que maneira estas mulheres entendiam a si mesmas nesse contexto.

Acredito que esta documentação possibilita um olhar sobre o passado que não apenas atina à experiência feminina, como também pensa as mulheres enquanto sujeitos históricos ativos dentro do mundo antigo. A experiência feminina, nessa perspectiva, não estaria deslocada de seu contexto por conta de uma especificidade pautada na diferenciação de gênero – não há uma essencialização do que configura o *ser mulher* –, mas sim é construída, contestada e ressignificada pelas próprias mulheres a partir de diferentes pontos de intersecção. Isso não significa diminuir a luta das mulheres por direitos, ou ainda minimizar as discriminações específicas em virtude do gênero. Salienta, na verdade,

²⁰² A mediação aqui considerada consiste no fato de que as próprias mulheres não escreveram estes relatos – estes foram redigidos por escribas.

que a experiência das mulheres, em diferentes contextos, pode ser pensada a partir de uma ótica da diversidade de práticas, deslocando a posição de submissão salientada pela historiografia tradicional e construindo um olhar mais amplo sobre o passado.

O feminismo e seus impactos na construção do conhecimento histórico

A busca pela experiência feminina nos mais variados contextos é um tema recorrente dentro dos estudos históricos, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Sua ocorrência se relaciona, pois, aos questionamentos levantados pelo movimento feminista sobre o espaço ocupado pelas mulheres dentro das narrativas historiográficas. O contexto que gerava este descontentamento por parte das mulheres se configurava pelo paradoxo entre a maior liberdade sexual e o acesso às universidades. Isto é, se contestava a lógica que colocava as mulheres longe de uma posição de igualdade em relação aos homens, especialmente nos espaços públicos e políticos.

A crítica feminista, nesse sentido, procura compreender de que maneira se dá a diferenciação social dos sexos, quais determinações culturais legitimam esta discrepância e de que maneira ela é constantemente reproduzida nos mais variados âmbitos da sociedade, inclusive no discurso acadêmico, que muitas vezes deslegitima e silencia a experiência feminina. Como sintetiza a socióloga Dominique Fougeyrollas-Schwebel,

O feminismo como movimento coletivo de luta de mulheres só se manifesta como tal na segunda metade do século XX. Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não estão inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação. A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. (...) O impacto do feminismo dos anos 70 talvez não seja tanto o de afirmar novas formas de reivindicações e demandas de direitos, mas o de interrogar os domínios do político. Prolongando o movimento da contracultura dos anos 60, uma das prioridades dos movimentos de liberação das mulheres é a afirmação de que o privado é político. (...) Ampliando as reivindicações dos movimentos negros norte-americanos, *Black Power* (Poder Negro) e depois *Black Panthers* (Panteras Negras), as feministas abrem, assim, o caminho aos movimentos multiculturais das décadas de 1980 e 1990, ao denunciarem os valores universalistas como aqueles dos grupos dominantes. (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 144-146)

Estas questões certamente alcançaram o campo da História. Segundo a historiadora Michelle Perrot, três pontos foram fundamentais para o surgimento da História das Mulheres: i) a interdisciplinaridade e a desagregação das narrativas tradicionais, o que possibilita a chama “História em migalhas” e o surgimento de novos objetos de estudo, como as mulheres e a infância; ii) a

entrada das mulheres na universidade e o questionamento do apagamento das mulheres na historiografia; iii) o movimento político de mulheres e os espaços públicos que passam a ser reivindicados por estas. (PERROT, 2009, p. 113) Estes três pontos convergem para gerar uma mudança drástica dentro dos estudos históricos: com o aumento no número de mulheres ocupando as universidades e ligadas ao movimento feminista, há um novo olhar sobre o passado, que prioriza os espaços identificados como femininos – como os cômodos da casa e a maternidade –, enquanto também se buscam os vestígios das mulheres nos espaços públicos e se questionam as razões desse apagamento.

Entretanto, outras estudiosas passaram a pensar como se dá a relação das mulheres com seus pares nos relatos históricos, visto que, mesmo nos espaços ditos femininos, as mulheres constantemente se relacionam com homens, estabelecem vínculos e reforçam a própria experiência do ser mulher como algo diretamente ligado ao contato com o masculino. Segundo Rago, é importante pensar em um modo específico a partir do qual as mulheres constroem a própria narrativa histórica, seja a partir das fontes ou da historiografia. (RAGO, 1998, p. 2) Nesse sentido, há uma crítica ao próprio conceito de identidade, entendido como algo que deixa de fora a diferença e constrói um tipo específico de sujeito que se propõe universal, porém apenas reproduz um discurso de caráter conservador, cuja utilidade é a manutenção do poder. (RAGO, 1998, p. 4)

Para que este tipo de análise seja empreendida é necessário ter especial atenção ao discurso, uma vez que ele se configura como o meio a partir do qual o historiador pode entender os significados de um contexto. Este tipo de análise proporciona a desnaturalização das categorias biológicas, que não mais são tomadas como ponto de partida, para enfatizar a questão relacional de como homens e mulheres se constituem enquanto sujeitos históricos a partir de diferenças culturais e sociais. (RAGO, 1998, p. 6)

Desta maneira, como enfatiza Joan Scott, é preciso também historicizar as próprias categorias dentro da disciplina histórica. Afinal, se a diferença entre homens e mulheres não é algo inato à biologia e, sim, construída discursivamente, entende-se também que a História, enquanto discurso detentor de poder legitimador, reafirma esta diferença a partir do silenciamento da experiência feminina. (SCOTT, 1995, p. 20-21) Para analisar como as mulheres do passado entendiam a si mesmas, seria necessário mais do que recorrer às fontes que estas deixaram. Seria preciso compreender também por qual motivo elas foram excluídas das metanarrativas. O que se propõe, assim, é uma mudança que se configura na própria epistemologia da disciplina, pois se questiona o modo de construção da narrativa sobre a História. A retomada da experiência feminina,

nessa perspectiva, é de fundamental importância para que o discurso sobre o passado seja pluralizado. Entretanto, é necessário ter cautela, não se pode tomar a experiência como categoria autoevidente e constante ao longo da História, como um domínio de realidade fora do discurso, que supostamente permitiria ao historiador um acesso objetivo à verdade da experiência.

A própria Scott salienta a necessidade de entender este conceito como algo dentro do discurso, que é formador de identidades/experiência. A partir disso, é que seria necessário analisar a experiência também como prática discursiva. A ideia de historicizar a experiência enquanto categoria discursiva enfatiza o caráter subjetivo de formação dos sujeitos e de como o agenciamento funciona. Desconstrói, assim, o essencialismo de determinadas categorias analíticas – como, por exemplo, uma noção fixa do que é ser mulher. A diferença, nesse sentido, se dá ao entender que os sujeitos não são unicamente formados pelas categorias em que estão inseridos – como as categorias de gênero –, mas constantemente reforçam, recriam e contestam seus espaços sociais e as identidades que lhes são conferidas a partir do discurso e, especialmente, da documentação que os historiadores e historiadoras se propõem a analisar. (SCOTT, 1999, p. 46-48)

Para finalizar a primeira parte deste artigo, considero importante retomar o feminismo enquanto mudança epistemológica dentro da disciplina histórica. O feminismo, entendido como movimento de emancipação das mulheres e de reafirmação das múltiplas identidades femininas, cria um discurso que produz uma crítica constante à racionalidade e à objetividade na construção do conhecimento. A contraposição feminista a este tipo de discurso se dá pela incorporação de uma dimensão subjetiva nas análises, ou seja, compreende o agente de construção do conhecimento como inserido no mundo e procura ter um embasamento radicalmente emancipatório. (RAGO, 1998, p. 10-11) A inclusão de novos sujeitos na historiografia, bem como a noção de que todo acontecimento pode ser historicizado, independente do espaço social ocupado por seus agentes, produz um novo olhar sobre o passado, ressaltando as práticas sociais e a atividade humana ao longo do tempo. Nesse sentido, qual teria sido o impacto, então, dos questionamentos feministas dentro do campo dos estudos sobre a Antiguidade? Como se reorganiza a disciplina pós-feminismo?

Os desdobramentos da crítica feminista nos estudos sobre a Antiguidade foram tardios, e isso em virtude do caráter conservador da própria disciplina. É importante salientar que a História Antiga, como já citado, era utilizada como base para o imperialismo de países como França e Inglaterra. A ideia de um “legado do homem branco” era legitimada pelo próprio estudo da Antiguidade que, junto de teorias racialistas, serviram como o discurso base para a dominação e pilhagem de diversos territórios, sob o pretexto de uma continuação do Império Romano. A partir

disso, não é inesperado que os estudos sobre a Antiguidade demonstrem certa resistência em assimilar categorias como etnia e gênero.

A historiadora Sarah Pomeroy, fortemente influenciada pelo movimento feminista, foi uma das pioneiras a pensar as mulheres como uma categoria de análise própria na Antiguidade. Pautada na História Social das Mulheres, Pomeroy procura analisar a partir dos códigos jurídicos de que maneira as mulheres eram amparadas diante de situações de violência ou de divórcio. A influência do movimento de emancipação de mulheres no trabalho de Pomeroy fica clara já no início de sua obra. Como sintetiza a própria autora:

A história das mulheres da Antiguidade deve ser contada agora, não apenas por ser um aspecto legítimo da História Social, mas porque o passado ilumina problemas contemporâneos nos relacionamentos entre homens e mulheres. Ainda que a tecnologia científica e a perspectiva religiosa claramente distingam a cultura antiga da moderna, é mais significativo notar a consistência com a qual algumas atitudes com respeito às mulheres e aos papéis que as mulheres representam na sociedade ocidental tenham resistido através dos séculos.²⁰³ (POMEROY, 1989, p. XVII)

Como citado anteriormente, a questão política exerceu grande influência nas historiadoras feministas e estas buscaram a retomada da experiência feminina em seus contextos. Pomeroy, por ser uma das pioneiras e por estar fortemente ligada à História Social, construiu uma análise sobre mulheres na Antiguidade pautada no reconhecimento social. Desta maneira, ressaltava as desigualdades que permeavam a vida destas mulheres. Isso acabou por reforçar a ideia de submissão feminina na Antiguidade, bem como a ideia de que esta submissão seria um contínuo ao longo da História, coisa que estava sendo questionada pelo movimento feminista. A perspectiva de Pomeroy abre a possibilidade para duas críticas distintas. A primeira diz respeito à posição de submissão feminina diante das práticas de violência, o que inviabiliza também a violência cometida por mulheres e o agenciamento destas pelo reconhecimento de seus direitos. Isso é claro, por exemplo, em petições endereçadas às autoridades, em que diferentes mulheres fizeram requerimentos relatando casos de violência, bem como solicitando algum tipo de reparação. O segundo ponto diz respeito às fontes utilizadas por Pomeroy, todas de natureza legislativa e oficial. Essa plataforma documental possibilita apenas uma análise sobre o que a organização administrativa romana pensava sobre as mulheres e, não, necessariamente como as relações se estabeleciam. Certamente, a legislação serve como base para a punição de práticas comuns em um contexto, mas ela reflete uma posição específica dos juristas homens em relação às mulheres. Como salienta Suzanne Dixon, há uma

²⁰³ Tradução livre da autora a partir do original em inglês.

ideologia própria na retomada dos textos legislativos, e é importante lembrar que as compilações sobre a legislação romana são construídas posteriormente e carregam por si só certos olhares específicos sobre a posição que as mulheres ocupavam. (DIXON, 2001, p. 86)

Nesse sentido, uma das críticas que Dixon, historiadora que tem um trabalho com influências pós-estruturalistas, faz aos estudos sobre a Antiguidade vai ao encontro ao que já foi citado anteriormente. Os limites teóricos da disciplina não foram questionados e as mulheres foram observadas com um viés empiricista, ou seja, a partir de uma leitura literal das fontes, que não questiona a discursividade da documentação. (DIXON, 2001, p. 3-15) A mesma autora afirma, por exemplo, que a ideia de *paterfamilias* servia muito mais como uma *mentalité* da sociedade romana, enquanto que, a partir de diferentes tipos de documentação, é possível inferir que as relações que se estabeleciam entre os sujeitos, principalmente na esfera familiar, iam além do simples domínio masculino. (DIXON, 1992, p. 31)

Esta *mentalité* seria definida, segundo a autora, a partir de uma série de retomadas a um passado mítico, considerado a base de um casamento ideal. Durante o período de Augusto, a família romana tradicional, do período monárquico, era considerada moralmente superior por ser menos ligada aos bens materiais e mais corajosa. Isso se deve especialmente ao papel exercido pelas mulheres, visto que, segundo Juvenal²⁰⁴, suas contemporâneas eram mulheres adúlteras e fúteis, enquanto as mulheres do passado mítico romano eram virtuosas. Como já citado, este tipo de discurso sobre o passado mítico reforça ideais específicos sobre o casamento romano, que se pautam em uma moral idealizada como forma de criticar o presente considerado negativo. Dixon afirma que este tipo de visão muito possivelmente não poderia ser comprovada nem mesmo pelos romanos que a reproduziam, mas acaba representando um tipo específico de aproximação ao casamento na esfera pública, que tinha implicações sobre como os romanos entendiam as próprias normas sociais e o que se esperava de um casamento harmonioso. (DIXON, 1992, p. 21-24)

Esta visão também é compartilhada por Hölkeskamp visto que, segundo o autor, ainda que a legislação enfatize a *patria potestas* e a soberania do poder patriarcal nos núcleos familiares, esta precisa ser analisada como propagandística e marcada pela ideologia daqueles que a escrevem: cidadãos romanos pertencentes à elite. Segundo o autor, o domínio patriarcal era mais retórico do que efetivo, e as relações familiares baseavam-se em resistências, obrigações e ligações sentimentais. (HÖLKESKAMP, 2007)

²⁰⁴ Satirista romano do século I da era cristã.

É possível perceber, em papiros do século III, que o conceito de *patria potestas* era conhecido em termos amplos, visto que muitas vezes a terminologia romana era utilizada, mas muito da própria tradição egípcia/helênica permanecia. Isso significa a absorção de parte da terminologia legal, especialmente pelos escribas – responsáveis pela escrita de petições –, ainda que o uso efetivo da legislação tenha conotações diferentes no Egito Romano. Segundo Arjava, a ideia de *patria potestas* no Egito Romano era similar a um ideal de tutela ao longo da vida, a partir da qual os membros da família – inclusive a esposa – teriam suas propriedades individuais, mas estariam ainda assim sujeitos a um tipo de supervisão paterna, que regulamentaria questões como a venda de terrenos. (ARJAVA, 1998, p. 157-159)

A partir destes questionamentos, considero interessante a ideia de retomar a experiência feminina especialmente dentro do âmbito familiar, por compreender que este tipo de narrativa pode deslocar a ideia do *paterfamilias* como figura central do mundo romano e dotar de nuances diversas as relações entre os sujeitos. Para além do poder, é possível observar também questões econômicas e culturais que permeiam como homens e mulheres se apresentam nestes espaços e repensam, reforçam ou questionam o que é socialmente esperado. Neste artigo, trouxe algumas traduções de minha autoria de cartas produzidas por mulheres no Egito Romano. A ideia de trabalhar com as cartas como documentação principal vem de uma possibilidade analisar mais diretamente o que se configuram como as narrativas de si, ou seja, tipos específicos de narrativas que, ainda que em alguma medida sigam uma ordenação – as cartas normalmente têm um corpo estruturado específico – deixam mais explícita a voz dos sujeitos que as constroem.

As vozes femininas no Egito Romano

Neste primeiro momento, gostaria de retomar brevemente como a historiografia tratou sobre as mulheres do Egito Romano enquanto tema de pesquisa para, posteriormente, trazer algumas perspectivas de análise sobre a experiência feminina e de que maneira a documentação aqui selecionada pode contribuir para um olhar mais amplo sobre as mulheres no mundo antigo.

No que diz respeito à presença de mulheres no Egito Romano, há uma documentação abundante: desde a primeira edição dos papiros de Oxirrínco – *P. Oxy I* – estão fragmentos da obra de Safo, poeta da Grécia arcaica, além de documentos mais cotidianos, como requerimentos às autoridades assinados por mulheres e cartas pessoais. (GRENFELL, HUNT, 1898) Mesmo com a documentação sobre a vida das mulheres no Egito pós-faraônico descoberta e traduzida, poucos

estudiosos utilizaram estas fontes no início para compreender a experiência feminina neste contexto. Entre os primeiros estudos que analisam as mulheres a partir dos papiros no período do Egito pós-faraônico, é possível citar as obras *Études sur la condition juridique et sociale de la femme grecque en Égypte gréco-romaine* (1939) e *Le statut de la femme à l'époque hellénistique, principalement en Égypte* (1959), de Izabela Bienzуска e Claire Préaux, respectivamente. Ainda que o foco destes estudos fosse no Egito Helenístico, estas pesquisas significaram um início na pesquisa sobre a vida das mulheres no contexto, além de utilizarem contribuições também da antropologia social para analisar como as mulheres eram representadas nesta documentação, para então pensar como era definido o status feminino no Egito Helenístico.²⁰⁵

A mudança de paradigmas promovida pelos movimentos feministas da década de 1960 proporciona uma transformação no olhar acerca da documentação e inspira novos questionamentos sobre a vida das mulheres na Antiguidade. A obra de Pomeroy, autora já citada anteriormente, proporcionou novas perspectivas também neste campo e a própria autora se utilizou dos papiros posteriormente para analisar a vida das mulheres no contexto. (POMEROY, 1988) Desde a década de 1990, inúmeras são as publicações que tratam de vários aspectos sociais das mulheres em território egípcio no período pós-faraônico, como análises econômicas (ROWLANDSON, 1996) e jurídicas (GRUBBS, 1995). Segundo Parca (PARCA, 2004), é possível perceber atualmente uma tendência para a pluralização do acesso aos documentos, com a compilação de *sourcebooks* sobre a vida das mulheres (ROWLANDSON, 1998; BAGNALL, CRIBIORE, 2002), possibilitando, desta maneira, a inserção de experiências femininas múltiplas dentro de uma sociedade multicultural.

Quanto ao estatuto das mulheres no Egito Romano, Wandorpe e Waebens saliente que as mulheres egípcias – antes da dinastia dos Ptolomeus, iniciada em 303 da era cristã – eram detentoras de um alto grau de autonomia: para que um casamento ocorresse era necessário o consentimento feminino, não precisavam de um guardião legal e mantinham suas propriedades mesmo no casamento. Por outro lado, as mulheres gregas, a partir do contato com a realidade egípcia, adquirem alguns direitos perante a legislação, que passa a ser bilíngue, compreendendo grego e demótico. Nesse sentido, houve uma integração nas funções administrativas que respaldava tanto os direitos anteriores das mulheres egípcias como garantia alguma autonomia para as mulheres gregas. (VANDORPE, WAEBENS, 2010, p. 416-417) Entretanto, o costume grego da necessidade de um

²⁰⁵ PARCA, Maryline G. **Papyrology, Gender, and Diversity: A natural ménage à trois.** In: *Gender and Diversity in Place: Proceedings of the Fourth Conference on Feminism and Classics*. May 27-30, 2004, University of Arizona Tucson, Arizona. Disponível em: <<http://www.stoa.org/diotima/essays/fc04/Parca.html>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

guardião para as mulheres passa a valer também no Egito, e estas passam a ser tuteladas por algum homem da família. (GRUBBS, 2002, p. 34)

Wandorpe e Waebens analisam que, com o domínio romano no Egito, o uso do demótico é descontinuado, acarretando um apagamento das tradições que garantiam direitos às mulheres. As autoras afirmam que o fim dos direitos garantidos pela tradição egípcia enraizaram uma ideia de submissão feminina que nem mesmo a tutela romana seria capaz de subverter. (VANDORPE, WAEBENS, 2010, p. 418-419) Esta visão, entretanto, não é compartilhada por Jane Rowlandson, pois a autora considera uma perspectiva de análise que leva em consideração documentos que não são de origem jurídica. Segundo Rowlandson,

Apesar das restrições à independência feminina no direito privado costumário dos gregos e nas leis civis de Roma, os papiros criam uma ideia de crescente extensão das liberdades femininas tanto na esfera privada quanto na esfera pública quando Roma passa para seu período tardio.(...) Com maior liberdade legal e responsabilidade pública veio maior proteção pessoal. Os contratos matrimoniais, anteriormente quase exclusivamente relacionados com arranjos de propriedade, incluíam agora uma especificação mais elaborada dos deveres conjugais, consagrando o direito das mulheres a um tratamento adequado no casamento, talvez porque isso já não pudesse ser dado como certo.²⁰⁶ (ROWLANDSON, 1998, p. 195-196)

A partir da perspectiva de Rowlandson, é possível analisar que as mulheres tinham certo espaço na vida cotidiana no que tange o casamento, especialmente no sentido do que se esperava em uma relação harmoniosa. Como afirma Rowlandson, os papiros demonstram um ponto de divergência em relação ao discurso jurídico porque possibilitam uma análise que contempla as práticas do contexto, como as mulheres entendiam o espaço social que ocupavam e como se utilizavam da legislação para garantir seus direitos. Este tipo de documentação constrói um contraponto em relação às análises puramente pautadas nas fontes jurídicas e possibilita um olhar mais plural sobre o passado, no qual homens e mulheres constantemente negociam seus espaços de ação e muitas vezes vão além daquilo descrito nas fontes oficiais.

De maneira próxima à adotada por Rowlandson, a carta enviada por Ammonous a seu pai e irmão, em aproximadamente 230 da era cristã, pode demonstrar um ponto de divergência em relação às fontes jurídicas e ao papel relegado às mulheres:

Ammonous para Apollonianos e Spartiates meus senhores e mais amados pai e irmão, muitas e muitas saudações. Eu escrevo abraçando-os e rezando que vocês tenham as coisas boas na vida, e insistindo que vocês escrevam frequentemente sobre o bem-estar de vocês,

²⁰⁶ Tradução livre da autora a partir do original em inglês.

sabendo que, se eu receber uma carta de vocês, eu celebro um festival. Saudações às amadas crianças e minha irmã Dioskouriana. Suas crianças saúdam vocês.²⁰⁷

A remetente, ao escrever para seu pai e irmão, trata ambos calorosamente: *Eu escrevo abraçando-os e rezando que vocês tenham as coisas boas na vida, e insistindo que vocês escrevam frequentemente sobre o bem-estar de vocês, sabendo que, se eu receber uma carta de vocês, eu celebro um festival*. Ela se compreende enquanto filha e irmã, além de demonstrar claramente sua afetividade diante da família, afetividade esta pode ser percebida não apenas nas muitas e muitas saudações que ela deseja aos destinatários²⁰⁸, mas também pela tamanha felicidade explicitada, que seria digna de um festival²⁰⁹. A carta de Ammonous, nesse sentido, apresenta como os afetos cotidianos só podem ser percebidos longe das fontes oficiais, e demonstram relações familiares e de gênero que são mais complexas e escapam aos conceitos jurídicos. Além disso, a autora da carta se situa como agente ativo, não apenas por ser a remetente, mas também por demonstrar continuamente seu afeto, deslocando uma narrativa sobre a posição das mulheres no mundo antigo e sua submissão diante dos homens.

A partir das cartas é possível observar uma experiência bastante discrepante daquela analisada na documentação jurídica e muitas vezes ressaltada pela historiografia. O espaço particular, longe das determinações legais, apresenta uma multiplicidade de práticas que não são garantidas na legislação, mas ainda assim existem. Este tipo de perspectiva também pode ser observada em Mattingly, ainda que não trate necessariamente da família ou das questões de gênero. Para compreender como se dá a experiência dos sujeitos em outros espaços do Império Romano, o autor salienta que existem divergências entre público e privado:

As relações de poder determinam a natureza do comportamento público entre indivíduos dominantes e subordinados em qualquer sociedade, mas cada grupo terá suas próprias transcrições privadas (suspeitas, ressentimentos, justificativas, entendimentos) desse relacionamento. Em uma sociedade complexa, existem muitas relações de poder, cada uma com suas próprias transcrições públicas e privadas.²¹⁰ (MATTINGLY, 1997, p. 13)

Nesse sentido, ainda que a lógica pública da relação entre homens e mulheres fosse definida pela questão jurídica, que determinava a *patria potestas* e inferia a submissão ou a tutela feminina, é possível perceber que, na esfera privada, os sujeitos reinventam a si próprios a partir de relações de

²⁰⁷ PSI 12 1247, disponível no original em <http://papyri.info/ddbdp/psi;12;1247>. Tradução livre da autora a partir do original em grego.

²⁰⁸ “πλείστα χαίρειν” no original.

²⁰⁹ “ἔορτήν ἄγω” no original.

²¹⁰ Tradução livre da autora a partir do original em inglês.

poder que são compreendidas apenas dentro do seio familiar. Entretanto, é importante salientar que as experiências são múltiplas e, muitas vezes, reproduzem as estruturas mais conhecidas, como no pedido das irmãs Kyra e Aia, da segunda metade do século IV da era cristã:

Kyra e Aia para o seu senhor e irmão Apynchios, muitas saudações. Ponha todas as coisas de lado e venha imediatamente para nós porque nossa mãe morreu e nós precisamos muito da sua presença. Portanto, por favor, não fique no seu lugar, mas venha até nós ou arruinemos a nossa casa. Você mesmo sabe que não podemos fazer nada (sem) sua presença. Por essa razão, também enviamos nosso irmão Martyrios para que você possa vir imediatamente a nós com ele. Devemos ser muito gratos a ele porque ele resolveu o problema da jornada para você, embora tenhamos pago as despesas. Saudamos a nossa irmã, a sua mulher, e os seus filhos – que o olho mau não os toque – e durante muitos anos. Não negligencie isso e sinta o arrependimento depois. Venha imediatamente para nós, para que você possa organizar tudo.

(Verso): Entregue ao nosso senhor e irmão Aphynchios de Kyra e Aia.²¹¹

Diante da própria inabilidade das mesmas em fazer algo diante da morte da mãe – *Você mesmo sabe que não podemos fazer nada (sem) sua presença*²¹² –, pode-se inferir que elas eram tuteladas por este irmão e necessitavam dele para o exercício de alguma função legal, reforçando o que é conhecido como *infirmitas sexus*, ou seja, sobre a condição a partir da qual as mulheres romanas precisavam de um tutor para resolver assuntos relacionados à herança. Nesse sentido, é interessante notar que a experiência nem sempre se constrói como contraponto às estruturas vigentes: ela também é reforçada e demarca os espaços sociais específicos destas mulheres neste contexto.

Alguns relatos também demonstram as relações entre as próprias mulheres dentro dos núcleos familiares, como é o caso de Ploutogenia que, em aproximadamente 296 da era cristã, destina uma carta à própria mãe²¹³:

Ploutogenia para minha mãe, muitas saudações. Antes de tudo eu rezo para que você esteja em boa saúde diante do Senhor Deus. Já faz 8 meses que eu cheguei em Alexandria e mesmo assim você não me escreveu uma única carta. Novamente você não me trata como sua filha (mas) como sua inimiga. Os vasos de bronze que você tem consigo, entregue-os para Atas e pegue-os de volta do mesmo Atas cheios. E escreva-me quanto dinheiro você recebeu de Koupineris e não seja negligente. Cuide da máquina de irrigação e do seu rebanho, não fique ociosa e não deseje incomodar... Se sua filha vai se casar, escreva-me e eu irei. Eu saúdo você e suas crianças. Eu também saúdo aqueles que nos amam pelos seus nomes. Rezo para que você esteja bem sempre.

(Endereço na parte de trás): Entregue para minha mãe de sua filha Ploutogenia.

²¹¹ P. *Wisc.* 2 74, disponível no original em <http://papyri.info/apis/wisconsin.apis.5434>. Tradução livre da autora a partir do original em grego.

²¹² “*γὰρ καὶ σοὶ ὅτι οὐδὲν δυνάμεθα ποιῆσαι τὴν παρουσίαν [σ]ου*” no original.

²¹³ P. *Mich.* III 221, disponível no original em <http://papyri.info/ddbdp/p.mich;3;221>. Tradução livre da autora a partir do original em grego.

Ao escrever para sua mãe, Ploutogenia reclama por esta não escrever de volta a tratá-la como uma inimiga. Este discurso demonstra que certas características importantes em uma relação familiar eram esperadas e, pelo discurso de Ploutogenia, não eram pautadas na violência, e sim no bom convívio familiar. É possível observar também o ressentimento como recurso retórico para questionar a própria mãe – tomada até mesmo como uma inimiga. No momento em que há a materialização do discurso, as categorias são definidas: é com esta carta que Ploutogenia entende a própria mãe se comportando de maneira inadequada e, da mesma maneira, provoca a separação entre o que é um comportamento adequado e o que é um comportamento inadequado.

A partir da escrita das cartas, é possível compreender o ato de autonarração como uma ferramenta de demarcação de espaços sociais e de criação da própria identidade, como sintetiza McNay (MCNAY, 2000). Isto pode significar que as mulheres, mesmo dentro de uma hierarquia social do Egito Romano, construíam uma imagem de si mesmas para o outro e, neste sentido, agiam para a manutenção de diversos de seus interesses. Quando as remetentes destas cartas salientam que tipo de relação estabelecem com a família – algo mais fraterno, amistoso ou combativo –, elas demonstram que papel ocupam dentro da hierarquia familiar e de que maneira compreendem a si mesmas nesse espaço e configuram-se como indivíduos.

Estas narrativas possibilitam compreender algumas nuances da experiência feminina na Antiguidade e, mais especificamente, no Egito Romano. Ainda que não sejam numerosas,²¹⁴ as cartas aqui apresentadas diferem da documentação comumente apresentada pela historiografia tradicional por demonstrarem aspectos da vida cotidiana e da relação entre mulheres e diferentes membros da família. Analisar este tipo de documentação, comumente ignorada por parte da historiografia, pode ensinar sobre um mundo que é muito mais plural, muito mais rico culturalmente e muito mais diverso do que certas narrativas sobre o passado concluem: ler diretamente os antigos nos possibilita abrir uma janela mais ampla para o passado, que vai muito além de certas teorias criadas pela própria historiografia.

Considerações Finais

O mundo antigo, e em especial a Antiguidade Clássica, foi utilizado de diversas maneiras ao longo da História da humanidade. Durante o Renascimento, a Antiguidade Clássica era entendida

²¹⁴ Neste artigo utilizo uma pequena amostra dos documentos que serão utilizados na escrita da minha tese de doutorado.

como o berço da razão, da cultura e das ciências, em contraposição ao medievo, visto como atrasado e temente a Deus. No século XIX, as potências imperialistas utilizavam a Antiguidade como legitimação para seus atos de dominação: se Inglaterra e França invadiam países, pilhavam os recursos naturais, submetiam nativos a regimes de semiescravidão e roubavam os artefatos mais preciosos, era porque operavam como uma continuação do grandioso Império Romano, levando a civilidade aos povos bárbaros.

No século XX, os regimes nazistas e fascistas utilizaram-se também do mundo antigo: Mussolini com a ênfase na figura do *paterfamilias* e Hitler no legado grego que seria passado aos alemães arianos. No século XXI, percebe-se uma retomada de discursos sobre a Antiguidade que demonstram uma semelhança com aqueles produzidos durante os séculos passados, já que o entendimento da Antiguidade é um passado que legitima determinadas análises racistas e misóginas, que procuram essencializar o comportamento humano, seja no passado ou no presente.²¹⁵ Seria possível, visto que os exemplos de usos da Antiguidade parecem mais negativos do que positivos, que a Antiguidade tenha nos deixado um legado que não esteja ligado às conquistas, à violência e a uma visão de passado masculina e eurocêntrica?

Acredito que seja necessário construir uma narrativa cada vez mais plural sobre o passado. Isso não significa pensar os indivíduos deslocados das suas comunidades afetivas e sociais e pensados apenas enquanto sujeito único, que não sofre pressões externas e age a partir de seus próprios desígnios. É, por outro lado, afirmar a importância de narrativas democráticas sobre o passado: inserir os sujeitos e suas experiências dentro da narrativa histórica possibilita o reconhecimento da existência e do espaço que estes indivíduos ocupam. Esta experiência, como citado anteriormente, não é fruto de um agenciamento em sentido simples – relação de causa e efeito e de decisões tomadas por um ímpeto de racionalidade –, mas sim de diversos processos sociais e culturais que culminam em uma quantidade de atitudes que podem ser tomadas. Dessa maneira, a escrita da História se enche daquilo que sempre teve o propósito de analisar: a atividade humana ao longo do tempo.

Ao pensar a Antiguidade e, mais especificamente, o Egito Romano a partir das cartas, é possível compreender os processos de construção de subjetividades no mundo antigo, especialmente a relação entre a palavra escrita e os códigos sociais nos quais os sujeitos históricos estavam

²¹⁵ O blog *Pharos: Doing Justice to the Classics*, produzido pelo professor Curtis Dozier, do *Vassar College*, faz um levantamento sobre as utilizações contemporâneas do passado clássico por grupos que incitam ódio às minorias. Este tipo de blog propõe um debate importante sobre setores que se utilizam do passado clássico para legitimar um discurso contra a manutenção de direitos humanos.

inseridos. Construir este deslocamento do olhar possibilita compreender o mundo antigo como espaço fluido e dinâmico de relações sociais, afastando visões essencialistas dos sujeitos históricos da Antiguidade e dinamizando os processos históricos. Nesse sentido, fazer uma História do deslocamento e da diferença é uma perspectiva de análise que procura pluralizar o olhar sobre o mundo antigo, observando a documentação não enquanto acesso a uma experiência específica e final, mas sim enquanto a própria constituição subjetiva dos sujeitos históricos.

A inserção dos debates sobre a vida das mulheres e a constituição destas enquanto sujeitos históricos no mundo antigo é de fundamental importância para reforçar os papéis que estas representavam e os espaços sociais que ocupavam, além de demonstrar como elas viviam e viam a si mesmas. Ainda que a categoria mulher seja uma constante ao longo dos mais diferentes contextos históricos, é importante pensar que ela não é estanque, muito em parte pelo próprio agenciamento feminino.

É preciso observar o mundo antigo e refletir sobre como estas mulheres entendiam a si mesmas e de que maneira estavam inseridas em comunidades afetivas, familiares e sociais. A categoria mulher, como tantas outras, é também historicizável, e compreender isto leva a uma análise da constante diferença em modos de existir e resistir ao longo da História. Retomar a vida das mulheres na Antiguidade, ou em qualquer outro período histórico é, acima de tudo, um compromisso com a pluralidade de narrativas sobre o passado. É reforçar as existências, experiências e resistências de todas aquelas que vieram antes de nós, admitindo, dessa maneira, um compromisso ético com a pluralidade do passado.

Referências bibliográficas

ARJAVA, A. Paternal Power in Late Antiquity. **The Journal Of Roman Studies**, v. 88, 1998. p.147-165. <http://dx.doi.org/10.2307/300809>.

BAGNALL, R. S.; CRIBIORE, R. **Women's Letters from Ancient Egypt: 300 B. C. - A. D. 800**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2006.

DIXON, Suzanne. **The Roman family**. Baltimore, London: J. Hopkins Univ., 1992.

DIXON, S. **Reading Roman Women**. London: Bristol Classical Press, 2001.

FINLEY, M. I. **Aspectos da Antiguidade**. Lisboa: Edições 70, 1990.

FREEMAN, P. W. M. Mommsen to Haverfield: the origins of studies of Romanization in the late 19th-c. Britain. In: MATTINGLY, David J. (Ed.). **Dialogues in Roman Imperialism** – Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire. Supplementary Series number 23, Journal of Roman Archaeology, 1997. p. 27-50.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-149.

FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 5, 1995. p. 179-200.

GRENFELL, B. P.; HUNT, A. S. **The Oxyrhynchus Papyri – Part I**. Oxford, 1898.

GRUBBS, J. E. **Law and Family in Late Antiquity**: The Emperor Constantine's Marriage Legislation. Oxford: Clarendon Press, 1995.

HÖLKESKAMP, K. Under Roman Roofs: Family, House, and Household. In: FLOWER, Harriet I. (Ed.). **The Cambridge Companion to the Roman Republic**. New York: Cambridge University Press, 2007. p. 322-343.

MATTINGLY, D. J. Introduction – Dialogues of power and experience in the Roman Empire. In: _____, **Dialogues in Roman Imperialism** – Power, discourse and discrepant experience in the Roman Empire. Supplementary Series number 23, Journal of Roman Archaeology, 1997. p. 7-24.

MCNAY, L. **Gender and Agency: Reconfiguring the Subject in Feminist and Social Theory**. Cambridge: Polity Press, 2000.

PARCA, M. G. **Papyrology, Gender, and Diversity: A natural ménage à trois**. In: *Gender and Diversity in Place: Proceedings of the Fourth Conference on Feminism and Classics*. May 27-30, 2004, University of Arizona Tucson, Arizona. Disponível em: <<http://www.stoa.org/diotima/essays/fc04/Parca.html>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

PERROT, M. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 111-116.

POMEROY, S. **Goddesses, Whores, Wives and Slaves** – Women in Classical Antiquity. Baltimore: John Hopkins, 1989.

RAGO, M. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 12 fev 2018.

ROWLANDSON, J. (Ed.). **Women and Society in Greek and Roman Egypt: A Sourcebook**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

SCOTT, J. W. Gênero, uma categoria útil para a análise histórica. **Educação e Realidade: gênero e educação**, v. 20. Florianópolis: Ed. Mulheres. 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%e3%aanero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016

SCOTT, J. W. “Experiência”. In SILVA, A. L. da; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (Orgs.). **Falas de gênero**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999. p. 21-55.

VANDORPE, K.; WAEBENS, S. Women and Gender in Roman Egypt: The Impact of Roman Rule. In: LEMBKE, Katja; MINAS-NERPEL, Martina; PFEIFFER, Stefan. **Tradition and Transformation: Egypt under Roman rule**. Leiden: Brill, 2010. p 415-435.

A MEMÓRIA COMO CONTRIÇÃO PARA A PORTUGUESA CONDESSA DE ATOUGUIA (1722- ?) E COMO JUSTIFICATIVA PARA A BRASILEIRA JOSEFINA DE NEUVILLE (1826-1889)

Elen Biguelini

elen.biguelini@hotmail.com

Doutora em Altos Estudos em História

Universidade de Coimbra.

<http://lattes.cnpq.br/7901831350406469>

RESUMO: Em finais do século XVIII e meados do século XIX, duas distintas mulheres escreveram suas memórias com objetivos claros. Seguindo a tendência da escrita memorial religiosa, a Condessa de Atouguia, Maria Bernarda de Távora e Ataíde (1722-depois de 1780) escreveram suas experiências de vida, medos e felicidades à pedido de seu confessor, como modo de contrição por seus pecados. Já Josefina de Neuville (1826-1889) utilizou o mesmo modo de expressão, mas de uma forma completamente diferente, como maneira de se defender daqueles que falam sobre ela na sociedade portuguesa. Nestas duas obras de autoria feminina, podemos perceber acontecimentos da história de Portugal e do Brasil, mas além disso, e mais relevante para este trabalho, as opiniões destas duas autoras sobre questões relativas a feminilidade, tais como maternidade e casamento. Pretende-se, com um trabalho interdisciplinar entre crítica literária feminista e história das mulheres, analisar estes dois textos, seus paralelos e diferenças, para melhor compreender a posição social das mulheres em Portugal entre finais do século XVIII e meados do século XIX.

PALAVRAS CHAVE: Josefina de Neuville; Condessa de Atouguia; mulheres que escrevem; história das mulheres; autoria feminina

ABSTRACT: During the ending of the XVIII century and beginning of the XIX century, two different women wrote their memories with clear objectives in mind. Following a tendency among the memorial religious writings, the Countess of Atouguia, Maria Bernarda de Távora e Ataíde (1722- after 1780) due to the request of her confessor wrote about her life experiences, her fears and happy moments. Her words are a way of atoning for her sins. Josefina de Neuville (1826-1889), however, uses the same mode of expression, the memoir, in a completely different manner, as the means to defend herself against Portuguese Society and those who gossip about her life. In both of their work, events in the history of both Portugal and Brasil can be noticed. Beyond that, and more relevant to this paper, their opinion about femininity and other questions relating to female life, such as maternity and marriage, can also be found in their words. With this paper, we intend to analyze both these texts, their differences and similarities, to better understand the social position of women in Portugal during the end of the XVIII century and early and middle XIX century.

KEY-WORDS: Josefina Neuville; Countess of Atouguia; women writers; women history; female authorship

Separadas por meio século, duas senhoras portuguesas se aproveitaram de uma educação superior aquela recebida pela grande maioria das mulheres que viveram em Portugal durante o mesmo período, e escreveram textos memorialistas que podem ser observados como forma de expressão e defesa perante a sociedade.

A fidalga portuguesa, condessa de Atouguia, utilizou uma memória autobiográfica (e manuscrita) como forma de exercício de sua religiosidade, ao mesmo tempo em que como defesa

de sua família e amigos perante ao que ela vê como uma injustiça sofrida. Já a brasileira erradicada em Portugal aproveitou-se do texto, público e publicitado, como uma forma de proteger-se daqueles que observavam suas ações como amorais e indignas de um lugar na sociedade portuguesa. Assim, ainda que com objetivos opostos, ambas utilizaram do texto e da palavra como uma forma de proteger-se da sociedade portuguesa de um período no qual a posição social é marcante em especial para as mulheres.

Condessa de Atouguia

A condessa de Atouguia, Dona Mariana Bernarda Raimunda de Távora e Ataíde (1722²¹⁶-c.1802[Cf. Santos, 2005, 404]) teve seu nome marcado na história de Portugal, por ter sido membro da família de Távora e, assim, sentenciada junto a seus familiares devido a um atentado contra o Rei D. José. Dona Mariana, filha dos 3^{os} marqueses de Távora²¹⁷. Ainda criança foi prometida ao primo, D. Jeronimo de Ataíde (1721-1759), com quem se casou em 20 de dezembro de 1747²¹⁸, quando tinha já 25 anos. Com seu marido teve 6 filhos, D. Luis Francisco de Ataíde, D. Francisco, D. Leonor, D. Rosa, D. Clara e D. António.

Em 3 de setembro de 1758 o rei D. José I (1714-1777) sofreu um atentado em sua carruagem, quando retornava da casa de sua amante²¹⁹, no qual o rei foi ferido, mas sobreviveu. Os três homens responsáveis pelo ataque confessaram o terem feito a pedido da família de Távora, que pretendia colocar o Duque de Aveiro, D. José de Mascarenhas e Lencastre (1708-1759) no poder; visto que D. José I não teve herdeiros homens. A família dos duques de Aveiro, os marqueses de Távora e Alorna, e os condes de Atouguia, bem como o confessor de D. Teresa de Távora, o padre Gabriel Malagrida(1689-1761)²²⁰, foram responsabilizados pela emboscada, embora a culpabilidade destes ainda seja discutida pela historiografia portuguesa. Devido a isto, toda a família de D. Mariana foi encarcerada ou morta. Seu pai e sua mãe, bem como seu marido,

²¹⁶Nascida em 24 de setembro de 1722 ANTT, Registo de nascimento da freguesia de São Sebastião da Pedreira. Nascimentos, Livro 3b, Fl. 24v.

²¹⁷D. Leonor Tomásia de Lorena (1700-1759) e seu marido o 3º conde de Alvor e 6º conde de São João da Pesqueira, D. Francisco de Assis de Távora (1703-1759).

²¹⁸ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Sebastião da Pedreira. Casamentos. Livro 2c. Fl. 139v.

²¹⁹D. Teresa Leonor de Távora (1723-1759), a esposa do 4º marques de Távora, Luís Bernardo de Távora (1723-1759).

²²⁰ O Padre Gabriel Malagrida foi um padre franciscano, que tendo sido confessor da amante do rei, veio a ser queimado em uma fogueira, na mesma data em que foram executados os homens da família de Távora. A presença do missionário que havia passado muitos anos em missões no Brasil, mas que fora a Portugal a pedido da viúva do antigo rei, era mal vista por figuras importantes da corte portuguesa, em especial por Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782), o futuro marques de Pombal, que via neste e em outros franciscanos uma ameaça a seu poder, que culminou na posterior expulsão destes religiosos das colônias portuguesas e, posterior a sua morte, a extinção das ordens religiosas em Portugal. A relação do padre Malagrida com a família de Távora e, logo, ao atentado ao rei, foi usada então como justificativa para sua saída da corte em Lisboa e, em janeiro de 1759, sua execução.

fizeram parte da execução pública efetuada em Belém no 3º dia do mês de janeiro de 1759. Aqueles que não foram executados foram enviados a conventos e separados de seus familiares. Assim, os dois filhos mais velhos da condessa de Atouguia ficaram fechados no Convento de Rilhafóles, enquanto a condessa, suas filhas e o bebê de 16 meses foram para o Convento de Sacavém. Sua irmã, a 3ª marquesa de Alorna, D. Leonor de Lorena e Távora, mãe da célebre poetisa portuguesa, a 4ª marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida Portugal Lorena e Lencastre (1750- 1839)²²¹, também foi encarcerada junto a suas filhas, mas no Mosteiro de Chelas, próximo a Lisboa, também tendo sido separada de seu marido e filhos homens.

Poucas foram as figuras masculinas desta grande família fidalga que sobreviveram a repreensão ao atentado real. As mulheres, no entanto, sobreviveram em maioria. O acontecimento marcou a vida de pessoas como a marquesa de Alorna, sendo frequentemente encontrado em suas poesias, seja em referência as tiranias reais, seja através da descrição da saudade do pai e do irmão, que haviam sido encarcerados em local diferente ao que a marquesa, sua mãe e sua irmã, assim como acontecera com os Atouguia.

Após o falecimento do rei, no entanto, durante o reinado de D. Maria I(1734-1816), os Távora foram inocentados do atentado, e tanto D. Leonor de Almeida Portugal, quanto a condessa de Atouguia e suas filhas puderam sair de suas respectivas prisões. No entanto, seus filhos não poderiam utilizar o nome de Ataíde, e assim o condado de Atouguia finalizou com seu filho D. Luís Francisco de Atouguia.

Nota-se o número de mulheres letradas nesta família. Não apenas a condessa de Atouguia escreveu (ainda que no convento a pedido de seu confessor), como também o fizeram suas sobrinhas a marquesa de Alorna, que tinha o nome árcade de Alcipe, e sua irmã, que figura em seus poemas como Marcia, Maria Rita de Almeida e Lorena (c.1751-c.1786), casada com o 6º conde de Ribeira Grande, Luís António José da Câmara (1754-1802). Percebe-se na família destas mulheres uma tradição de educação feminina. Enquanto muitas outras mulheres, mesmo que da fidalguia, não tivessem qualquer acesso a cultura letrada, esta família era repleta de mulheres que sabiam ler e escrever. A historiadora Raquel de Bello Vasquez percebeu, ao analisar a vida da condessa de Vimieiro, D. Teresa da Melo Breyner (1739- depois de 1794), que algumas famílias da fidalguia portuguesa tinham o costume de educar suas filhas (BELLO VASQUEZ, 2006, 10). Embora em toda a Europa possa ser observada uma tendência ao aumento gradativo de mulheres letradas durante o século XVIII, em Portugal eram poucas as famílias de elite que permitiam a educação formal de suas filhas. A família de Alorna e Vimeiro era uma das poucas

²²¹ Sobre a vida e obra da marquesa de Alorna vide Vanda Anastácio, em especial “A marquesa de Alorna” (1750-1839). Prefácio: Lisboa, 2009.

que deram a suas filhas o acesso as letras. Esta prima de Alcipe que escreveu *Ósmia*, uma interessante obra que relata a vida de uma rainha lusitana e escrita no período em que Portugal teve uma rainha portuguesa, aprendeu a ler e escrever em sua família, e aconselhou Alcipe sobre a forma como deveria manter privada a sua genialidade (ANASTÁCIO, 2007). Assim, percebe-se que para este pequeno grupo de mulheres, que pertenceram a alta fidalguia portuguesa dos séculos XVIII e XIX, a escrita não era algo tão inadmissível como para outros grupos do mesmo período. Ainda assim, o conhecimento que lhes era permitido era confinado ao privado ou (em casos específicos como o da própria Alcipe) aos salões. A própria condessa de Vimiero vê com maus olhos a publicidade alcançada pelas poesias da marquesa de Alorna²²².

Josefina de Neuville

A segunda autora aqui analisada não fez parte deste grupo distinto de senhoras letradas da fidalguia portuguesa. Josefina de Neuville foi uma brasileira, nascida no Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1826 (Cf. BIGUELINI, 2018, 297), filha de pai francês e mãe belga (J. GeantNeuville e LambertineLassence), que foi criada por uma tia, Madame ClementineLevaillant, em Portugal, depois do falecimento de sua mãe. Foi educada no *Sacré-Cœur de Confrans* de Paris, e casou-se em Lisboa com Francisco Populaire, no dia 30 de maio de 1846 (Cf. BIGUELINI, 2017, 74). Acompanhou o marido em suas viagens, mas grávida de sua primeira filha resolveu separar-se do marido (de forma amigável) e retornar a Portugal. Sua filha nasceu no trajeto, em Bruxelas²²³. Em Lisboa conheceu o amor de sua vida, Henrique Pires (presume-se Henrique José Pires Filho, ?-1854), de quem teve outra filha²²⁴. Com o falecimento do amado, D. Josefina se vê economicamente destituída, e procura inicialmente o auxílio de Manuel Pinto da Fonseca, o Monte Cristo (1804-1855), mas com o falecimento desta figura paterna, acaba se envolvendo com Jacinto Augusto Sant'Ana e Vasconcelos Moniz de Bettencourt, posterior visconde da Nogueira, (1824-1888). Após o fim deste relacionamento, D. Josefina publica suas memórias. Nestas, nomeia um terceiro (possível) amante, o advogado António Augusto Coelho de

²²²Esta é uma temática repetida constantemente nas cartas de Tirse (D. Teresa de Mello Breyner) para Lília (marquesa de Alorna) visto que a prima tinha conhecimento da fama autoral da futura marquesa de Alorna, e a fama não era considerada um atributo que deveria ser relacionado as mulheres. Cf. ANASTÁCIO, "Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)". Lisboa: Edições Colibri, 2007.

²²³Clementina de Neuville, nascida 18 de novembro de 1848. O registro civil de seu nascimento indica seu nome como JosephinePopulaire, filha de JosephineNeuville e François Populaire. Belgique, Brabant, registres d'état civil, 1582-1914.

²²⁴D. Maria Henriqueta de Neuville, nascida em Lisboa no dia 4 de fevereiro de 1851. ANTT, Registo de nascimento da freguesia de Encarnação. Nascimentos, Livro 22b, fl. 327v.

Magalhães (1815-1870), que possivelmente financiou a publicação das memórias. D. Josefina faleceu em 22 de março de 1889²²⁵, em sua casa na Rua da Rosa, nº230, 3º andar.

Assim como a família de Távora/Alorna/Atouguia permitia (e possivelmente aconselhava) a suas filhas a educação letrada, a família de Josefina de Neuville também o fez. Não conhecemos se suas irmãs, que ficaram no Brasil ao lado de seu pai GeantNeuville, tiveram alguma educação formal. Mas Josefina acompanhou suas primas (filhas de seu tio Lassance) a uma instituição de ensino francês, nomeadamente um convento em Paris, o já mencionado *Sacré-Cœur de Confrans*²²⁶. Ainda que tenha nascido cerca de 20 anos após o falecimento da condessa de Atouguia, a educação feminina ainda não havia se tornado uma comodidade. A historiadora especialista na história das mulheres portuguesas contemporâneas, Irene Vaquinhas, percebeu que o analfabetismo feminino persiste até a República portuguesa, já no século XX (VAQUINHAS, 1987, 162). É a sua acensação francesa que a leva ao colégio.

Crítica literária feminista e medo da autoria

Para poder compreender os textos destas duas figuras da sociedade portuguesa, é necessário conhecer a importância daquilo que escreveram as mulheres ao longo dos séculos. A crítica literária feminista, que as analisa, surgiu em meio aos estudos literários. Mulheres perceberam a falta de nomes femininos que as antecederam, como fez Virginia Woolf em *Um teto todo seu* (2007 [1929]). A escritora descreveu uma visita a fictícia Oxbridge (mistura de Oxford com Cambridge, exemplificando assim locais de discussão filosófica e literária vetados às mulheres), na qual percebeu a ausência não apenas de mulheres a visitarem biblioteca (que lhes era vetada), como nas prateleiras da instituição, nomeando poucos exemplos, como Jane Austen e as irmãs Brontë. Assim, percebe que a mulher, ao escrever, não se insere na tradição, que é essencialmente masculina e necessita criar uma tradição própria.

Desta forma, excluídas do cânone literário, as autoras não tinham outras mulheres a quem seguirem, ou possuíam um pequeno número de nomes femininos que as poderiam influenciar. Quando Susan Gubar e Sandra Gilbert observaram a autoria feminina, nomeadamente inglesa, então, perceberam que aquelas ‘ousaram’ escrever um sentimento de alteridade perante o cânone literário (GUBAR, GILBERT, 1984). Assim as críticas literárias perceberam nestas senhoras a *anxiety of authorship*, medo ou ansiedade da autoria, um sentimento

²²⁵ANTT, Registo de óbito da freguesia de Encarnação. Óbitos, Livro 21o, fl. 9 e 24v (corrigido).

²²⁶Não foram encontrados comprovantes de sua presença no convento, possivelmente porque como em outros momentos de suas memórias, as datas informadas por D. Josefina não correspondem as datas em que os eventos realmente aconteceram.

que não pode ser separado da mulher que escreve, visto que ao fazê-lo ela se coloca como oposta aquilo que era esperado das mulheres. Ou seja, como transgressoras que eram, visto que a autoria era vista como uma atividade pública e, devido a isto, masculina, tinham o temor de não serem aceitas e de serem criticadas não por aquilo que escreveram, mas simplesmente por serem mulheres. Segundo as feministas:

the woman writer feels herself to be literally or figuratively crippled by the debilitating alternatives her culture offers her, and the crippling effects of her conditioning sometimes seem to 'breed' like sentences of death in the blood shoes she inherits from their literary foremothers (GUBAR, GILBERT, 1984, 57)²²⁷.

Este medo, então, permeia o seu texto, ainda que inconscientemente. Como resposta a ele surgem subterfúgios de defesa, por vezes involuntários, que aparecem nas introduções ou mesmo na totalidade da obra. Em tese de doutorado, Elen Biguelini percebeu que algumas das estratégias que surgem como forma de proteção utilizada pelas autoras inglesas de Gubar e Gilbert se repetem na autoria feminina portuguesa da primeira metade do século XIX. São estas: o anonimato, a desvalorização de suas obras, as justificativas morais, pragmáticas e econômicas e o medo da fama (BIGUELINI, 2017, cap. 2). Nas memórias de Josefina de Neuville e da condessa de Atouguia encontram-se as justificativas morais e pragmáticas, que surgem de forma peculiar. Não explicam o porquê de estarem escrevendo, mas colocam seus pontos de vista sobre acontecimentos, defendendo-se perante a sociedade ou como uma forma de penitência perante seus pecados.

As memórias

Quando o Padre Valério A. Cordeiro publicou as *Memórias da última Condessa de Atouguia* em 1916, o fez por motivos religiosos. O texto descreve uma senhora penitente, ao mesmo tempo em que defende o padre Gabriel Malagrida e a família de Távora. Através do texto, a condessa parece tentar se redimir dos pecados cometidos por si própria, e por sua família; ao mesmo tempo negando a culpabilidade de seus familiares no ataque ao rei. Segundo Zulmira Santos, “[p]ara D. Mariana, de facto, a não culpabilidade de toda a sua família revela-se uma preocupação essencial que se espelha em todos os momentos da narrativa, como se as suas ‘memórias’ não fossem apenas suas mas, e talvez sobretudo, da ‘casa’ a que pertencia” (SANTOS, 2005, 409). Desta forma, foram um meio de defesa de sua autora perante sua sociedade, um “manifesto de inocência”, como o define Zulmira Santos (2005, 407), ainda que D. Mariana

²²⁷“A autora mulher se sente literalmente ou figurativamente aleijada pelas alternativas debilitantes que a cultura lhes oferece, e esse efeito deformador as vezes parece reproduzir sentenças de morte nos sapatos sangrentos que ela herdou de suas mães literárias.” (tradução livre)

nunca tivesse pretensão de publicá-las. Escritas entre 1777 e 1783, visto que Santos afirma ter sido este último o ano de falecimento de Frei Adriano, o confessor da condessa que lhe recomendou a escrita de suas memórias.

A prática de escrever memórias autobiográficas quando no convento, á pedido de um confessor, era de certa forma disseminada entre os conventos portugueses, como se percebe com a existência da *Autobiografia* de Sórora Antónia Margarida de Castelo Branco (1652-1717) (1983). A historiadora portuguesa, também especialista na história das mulheres portuguesas, Maria Antónia Lopes, percebe já no século XVIII uma frequência de aviso de publicação de textos escritos por freiras, tais como a produção de Sórora Violante do Céu (LOPES, 1985, 100). As freiras eram aquelas com maior acesso a educação letrada. Assim, não é estranho que alguns dos primeiros textos portugueses de autoria feminina sejam escritos por elas.

Logo na terceira página de suas memórias, a condessa descreve o desejo de santidade: “[a]bstinha-me de culpas ainda leves e desejava ser santa”, e por isso comungava de oito em oito dias, colocava cilício²²⁸, jejuava sextas e sábados e fazia ‘oração mental’ todos os dias (ATOUGUIA, 1916, 2). Esta aspiração inicial á santidade foi, segundo sua descrição, corrompida após o casamento, quando se distanciou do aconselhamento de um confessor fixo, e passou a permitir que seu “gênio alegre” fosse “engolfado nos divertimentos que muito gostava” (ATOUGUIA, 1916, 3). Assim, passava horas preocupada com seu vestuário e a forma que se apresentaria perante a sociedade. O pior de seus pecados neste período, para além do desejo de se enfeitar – o que era uma necessidade da sociedade fidalga oitocentista – era o do jogo. Segundo a memorialista:

Houve tempo em que o [a paixão do jogo] preferi ao gosto da musica, sendo esta o que anteriormente me agradava mais que tudo quanto havia, porem não chegou o excesso desta paixão a fazer prejuízo com ella á casa do Conde de Atouguia, porque só jogava da mezada que pelas minhas escripturas a casa tinha obrigação de me dar, e disso não cheguei a fazer jogo que me destruísse, mas algumas vezes me foi preciso pedir dez ou doze moedas porque não as tinha na bolsa para pagar. (ATOUGUIA, 1916, 13).

Assim, ainda que fosse comedida com seus gastos com o jogo, um momento frequente da sociabilidade do período, percebia nesta prática um pecado.

A vida do casal se modificou muito, no entanto, com o terremoto de 1755, que reduziu Lisboa a chamas, destruindo casas de fidalgos e do povo em geral sem distinção. A casa da família Atouguia foi uma daquelas perdidas durante o terremoto, assim como a de outros

²²⁸ Uma túnica colocada sobre a pele, com o objetivo de auto-penitência. Posteriormente, quando já tem a orientação do padre Malagrida, a jovem pede a ele para permitir o uso do cilício que ele só permite após alguns anos.

familiares. Junto a sua mãe e outros membros da família, ficou hospedada em uma tenda montada no terreno de uma tia, a condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca de Lorena e Távora (1707-após 1755). Esta tia “regia a sua casa, que parecia um convento, comungava muito a miúdo, e fazia regularmente a sua oração mental”(ATOUGUIA, 1916,16). Esta figura extremamente religiosa, o medo da perda dos familiares com o terremoto e incêndio que o seguiu, e a eventual visita do padre Malagrida a tenda converteram a condessa de Atouguia. O momento torna-se uma situação mágica (ou melhor, religiosa), no qual os pecados tornam-se horrorosos e precisam ser expurgados. Lembrando seu desejo adolescente de santidade, ela passa a seguir os ensinamentos de seu novo confessor, o padre Malagrida, que conhecera durante a estada na casa da condessa de Ribeira Grande. Ela retornou, então, a suas orações mentais, e

Comecei a ter grandes desejos de fazer penitencias que não fossem senhoris, como eram as que até ali fazia, como eu em uma grande mesa deixar de comer de um prato melhor, ou deixar de cheirar uma flor pelo amor de Deus, etc. Estas bagatelas me pareciam já nada; apetecia coisas que me doessem bem, e pedindo ao padre que me deixasse pôr cilício, elle o não quis. (ATOUGUIA, 1916, 19).

Mesmo quando o padre foi enviado para Setúbal pelos governantes (uma resposta direta a sua pregação), continuou seus ensinamentos por cartas a ela, sua mãe a marquesa de Távora, e a marquesa de Angeja (Francisca de Assis Rita de Noronha, 1728-1796). Malagrida torna-se seu confessor principal. Mas a necessidade de confessar-se e manter-se santa torna-se uma obsessão para a condessa de Atouguia, que procura a bênção de seu confessor de forma obstinada, sendo que por vezes se deslocou a Setúbal, enganando seu marido para que este permitisse a viagem, visto que seus “desejos de perfeição” cresciam(ATOUGUIA, 1916,24). Ela afirma,

Perdi o gosto dos enfeites e divertimentos sem que o padre m’os proibisse; porque a sua doutrina era tão sólida, tendo-me capacitado o entendimento de verdades eternas, e feito estudo dez annos em mortificar as paixões, isto produziu o effeito de eu aborrecer ambas as coisas e que só me dêsse a empregar-me em servir a Deus(ATOUGUIA, 1916, 24).

A religião se tornou a sua preocupação maior. Tendo observado que seus ‘enfeites e divertimentos’ haviam culminado no que muito observaram como uma resposta divina (o terremoto), as penitências e orações se tornavam sua única salvação. Assim, continuou a pedir a seu confessor que lhe permitisse as punições, chegando a “argumentar-lhe dizendo-lhe por que razão me queria elle dilatar no Purgatorio, e que sendo tão rigoroso comsigo porque o não consentia que eu o fosse comigo.”(ATOUGUIA, 1916,28). A isto, o padre respondeu que “me não queria beata de cabeça á banda, que me queria bôa por dentro e alegre por fóra”(ATOUGUIA, 1916,29). Até mesmo seu confessor percebia que D. Margarida procurava as

punições com muita frequência, sendo que ela passa a não lhe contar todas as penitências que executa, visto ele não lhe recomendar tantas.

Seu desejo de santidade chega ao ponto de ver a morte de sua filha como “sua felicidade eterna”, sendo que se recusou a pedir orações pela menina, um pedido do pai, porque “alem de me querer em tudo conformar com a vontade de Deus, também achava conveniência em que Nossa Senhora me trocasse a sorte, de ser ella antes que me morresse do que o Conde seu pae, em cuja vida eu andava com tanto susto”(ATOUGUIA, 1916, 30). Isto porque, D. Margarida havia recebido visões que lhe mostravam o mal que cairia a sua família, mas que ela interpreta como a morte do marido.

Por fim, morreu a filha Rosa e o mal que D. Margarida esperava recair sobre o conde de Atouguia chegou pouco depois para toda a sua família, que se dá com o atentado ao rei, e a morte ou prisão de todos os supostos envolvidos. O final destas memórias se dá justamente com a separação dos filhos e ida para o convento, não continuando a descrição de sua vida após estes acontecimentos até a data de sua escrita.

Zulmira Santos afirma que as *Memórias* “não apenas pelo que testemunham e explicam, mas também pelo que silenciam e ignoram, tornam-se formas de intervenção na ‘história’ essencialmente porque se reportam a um tempo passado que a memória individual voluntária ou involuntariamente filtrou” (SANTOS, 2005, 409). Isto se dá, porque a condessa escolhe muito bem os fatos revelados nas suas memórias. Ela tem o claro desejo de limpar a memória de sua família, afirmando que eram todos ignorantes do atentado ao rei, sendo que “[t]odos morreram inocentes” (ATOUGUIA, 1916, 33).

Para além disto, este texto demonstra uma necessidade de D. Margarida de manter-se “santa”, ou seja, de fugir ao pecado. Desta forma, o texto era também uma contrição por parte de sua autora, que desejava por meio deste texto expurgar suas falhas e pecados. Nota-se que até a publicação pelo padre Cordeiro em 1916 este texto se manteve em forma manuscrita e, embora possa ter sido copiado, provavelmente não teria saído das mãos de familiares da condessa de Atouguia, ao contrário da obra de sua sobrinha, a marquesa de Alorna, que mesmo dentro do convento de Chelas circulava sua poesia no círculo literário lisboeta.

Tanto a intenção de D. Margarida quanto a privacidade de seus escritos, contrapõem-se em muito com o texto de Josefina de Neuville, no qual a autora aproveitou-se da publicidade do livro para defender-se de atividades que a sociedade portuguesa do século XIX via como corruptas.

Ironicamente, em sua introdução, D. Josefina afirmou exatamente o oposto: “Quando emprehendi escrever estas minhas Memorias, asseguro que não foi com o intento de me

justificar, porque só os culpados procuram esse meio para escudarem as faltas dos seus erros e loucuras.” (NEUVILLE, 1864, Tomo 1, x). Percebe-se no texto de D. Josefina a tendência a omitir ou mascarar alguns dos fatos. Até mesmo seu nascimento vem de forma equivocada, afirmando ter nascido em 1833, quando na realidade a data é 1826. Assim, a autora constantemente se refere a sua mocidade em momentos em que não mais era moça, por exemplo quando chegaram suas “regras” (a menstruação), que levou ao casamento (ainda beirando os 15 anos, quando na verdade já tinha cerca de 26 e possivelmente já menstruava há 10 anos) e quando retornou a Portugal após a separação (cerca de 20 e poucos anos, quando já beirava os 30), etc.

Assim, mesmo as justificativas diretas de D. Josefina levam a dúvida ao leitor que conhece sua verdadeira idade. No entanto, possivelmente poucos leitores em 1864 teriam este conhecimento.

Na sua obra encontram-se diversas justificativas que a autora coloca como opiniões ou descrições de eventos que culpabilizam aqueles de quem ela utilizou as *Memórias* para se proteger. São estes: o tio Lassance, a tia Levaillant e o segundo amante Jacinto Sant’Anna. Outra justificativa surge perante seu amor por Henrique Pires e sua posição de amancebada deste. Posteriormente, justifica-se de sua situação econômica, afirmando que não dispensa mal seu dinheiro – mas provando por meio desta descrição que sim, dispensa mal seu dinheiro.

Os irmãos de sua mãe, o tio Lassance(provalmente Lourenço José Lassance) e a tia ClementineLevaillant, nascida Lassance, ficaram responsáveis pela menina após o falecimento materno. Primeiramente morando na casa da costureira em Lisboa, e depois sendo educada no mesmo colégio das filhas do tio em Paris. É a partir de sua estada em Paris que a forma com que descreve seus tios se modifica, tendo antes se referido a eles como irmãos de sua mãe – em especial a tia que lhe recebera em sua casa e a tratou como sua própria filha durante a infância. Em uma das estadas na casa parisiense, D. Josefina descreve uma situação confusa – em especial para uma criança (supomos que teria aqui cerca de 14 ou 15 anos); um ataque “fantasma”, uma tentativa de estupro, que fora claramente perpetuado pelo tio:

fui desperta por uma espécie de *phantasma*, que se chegou perto do meu leito. Sobressaltada estendi os braços, e chamei minha prima: o vulto pareceu não gostar, e quando a segunda vez gritei por *Noémi*, apertou-me com tanta força a mão, que fiquei por alguns dias sem me poder servir d’ella. A institutrice que dormia no quarto imediato, e que tinha o somno muito leve, correu logo a perguntar o que havia acontecido. Noémi não podia fallar de susto em que estava, e eu contei a apparição do phantasma, que desapareceu aos meus segundos gritos. A institutrice passou o resto da noite contando historias para nos dar animo.

Á hora do almoço, quando me cheguei ao pé de meu tio, para lhe dar os bons dias, encontrei-lhe a physionomia bastante carregada, e disse-me com voz firme: *petit s[ou]tte*, tu m’as pagarás!

Não fiz maior caso d'isto, pensando que tinha sido motivado pelo alevantamento da noite, mas o tempo me tem mostrado.... (NEUVILLE, 1864, Tomo I, 29)

Enquanto a jovem Neuville, ao contrário da preceptora de suas primas, não percebera quem havia perpetuado o ataque, a adulta Josefine que já havia passado por um casamento e duas uniões estáveis (se não conjugais) compreendia a atitude do tio a quem devia a sua educação. Já sua tia Clementina, que a havia tratado como própria filha antes deste acontecimento e antes de sua posterior estada no Brasil, recebeu a sobrinha com diversas formas de violência emocional, que culminaram em duas bofetadas. A primeira descreve a forma como não soube reagir, se não através do choro:

Pobre de mim, que ainda não tinha concluído a frase, quando senti uma bofetada retinir-me na cara. Não lhe disse nada e tive força de suportar o meu sentimento não chorando n'aquella ocasião, nem depois, que ella me podesse ver com os olhos inchados, e disse comigo, quando á entrada da barra tenho tão boas manifestações de amizade e parentesco, desembarcando terei duplicadas; principiarei a considerar MmeLevaillant não como minha tia, mas como uma severa madrastra de bom genero. ...” (NEUVILLE, 1864, Tomo I, 98)

O segundo embate com sua tia foi mais violento, tendo sido a causa de uma visita policial ao ateliê de Clementine Levaillant:

“Ainda bem não tinha acabado a ultima palavra, quando a sinto agarrar-me pelos cabelos, e como eu já tinha subido dois ou três degraus, deitou-me d'elles abaixo, principando á bofetada a mim e aos empurrões, bastante e não consegui senão dizer: -Ai! quem me acode!” (NEUVILLE, 1864, Tomo I, 101)

Dona Josefina se vê completamente abandonada pela tia, sentindo-se perdida na casa que antes lhe fora um lar. Tendo sofrido estas fortes violências por parte daqueles que lhe eram mais próximos, a autora passa a descrever seus parentes próximos como verdadeiros vilões. Sobre sua tia afirma:

Oh! eu chorei bastante diante de um ente que possuia um coração de insensibilidade; se elle fosse susceptível de se resentir de alguma compaixão, mover-se-hia na presença do soffrimento de uma jovem sem mãe, sem pae, sem mais parentes ou amigos em quem se podesse confiar; só entregue ás suas bondades, aos carinhos d'ella, irmã de minha mãe!! Oh! e aquelle coração não se saciava de prazer senão quando com os seus sardonicos risos augmentava um vivo e profundo sentimento! Meu Deus! quanto passei de amargura n'essa casa! e se n'ella eu tivesse commettido alguma falta a justiça divina me perdoaria pelo que soffri! e nunca ousei blasfemar ou lançar maldição sobre aquella casa infernal. (NEUVILLE, 1864, Tomo I, 105)

Assim, a maldosa tia se torna vilã que tudo trará de mal a D. Josefina, inclusive o casamento (que ela vê como uma máscara para a sociedade na qual o amor não é necessário), visto ter que se casar como fuga desta casa (Cf. BIGUELINI, 2017, 183-195).

A união matrimonial fora, então, uma obrigatoriedade para a jovem, que não encontrou outra forma de sobreviver sem o auxílio ou a casa de sua tia. Mas com Francisco Populaire, Neuville não descobriu a felicidade. Pelo contrário, nunca sentiu o amor conjugal que via como necessário para um casal. Assim, a separação do marido é descrita como solução para uma extrema tristeza e a impossibilidade de amar seu marido. Ela descreveu uma conversa que teria tido com Populaire, que seria uma separação amigável entre eles:

-Deve recordar-se, disse eu, como o nosso casamento foi feito; eu, pobre criança, sacrifiquei-me para me livrar das horribes pancadas com que uma barbara tia me espancava! O dia em que compreendi a diferença da amizade e do amor, disse-lhe com sinceridade que por si não teria nunca senão amizade. D'essa franqueza resultou zangar-se, e vingar-se em dizer mal de Portugal, d'essa terra que sabe que eu daria por ella a minha vida. Separemo-nos amigavelmente, disse eu, estendendo-lhe a minha mão, separemo-nos antes que os nossos corações chegem a odiar-se, e teremos nas nossas lembranças sempre amizade um pelo outro; (...) (NEUVILLE, 1864, Tomo I, 147)

Nunca amara seu marido, e não teme em contar-lhe isto. Além desta discussão, a união se desfez através de um pequeno papel, no qual Neuville pede que o marido escreva e assine, que não mais irá tentar a união conjugal. Ele logo se arrepende de assinar este papel, visto que apenas o fez seguindo recomendações médicas de lhe fazer todos os caprichos – provavelmente devido a sua gravidez (Cf. BIGUELINI, 2018). Este sentimento necessário ao matrimônio e que nunca conseguiu sentir por Francisco Populaire, só aparece ao conhecer Henrique Pires, o amor de sua vida:

Eu estava com a cabeça toda cheia das doutrinas do *Sacré-Coeur*; no meu amor via um peccado, porque não havia meio algum de poder pertencer legalmente ao homem que eu amava; vivia n'um verdadeiro martyrio, todas as noites nos meus sonhos figurava-se-me ver as chamas do inferno contra mim! (NEUVILLE, 1864, Tomo I, 239).

É desta união que surge, na opinião de Neuville, o verdadeiro amor, uma união real, que se faz através das almas, perante Deus e não seguindo os moldes da sociedade. Assim, em uma visita a uma Igreja de Lisboa, o casal teve um “verdadeiro” casamento uma união superior àquela que Neuville havia feito com Francisco Populaire:

Ali n'aquella liberdade ampla, fóra das vistas do mundo, isolados, ajoelhámos á porta da egreja, e dando a mão um ao outro, não fizemos o mais solemne dos juramentos? Não fomos ali, com as nossas consciencias verdadeiramente puras, receber a mais sagrada das bênçãos- a de Deis! A do Creador somente?!! Os nossos dois anjos da guarda, quando ali ajoelhados dirigíamos a Deus a mais fervorosa das orações, não subiram elles ao ceo, não foram curvar-se aos pés do throno do Omnipotente, e entregar-lhe a nossa petição? A de nos abençoar e proteger?!! Assim erguemo-nos juntamente, e no abraço extremoso que então demos na effervescencia do nosso amor, estávamos casados aos olhos de Deus, e por Deus! Este era um casamento indissolúvel, pois tínhamos tido por sacerdote o proprio Deus, e os anjos da guarda por únicos padrinhos. O mundo ia criticar-me, e eu achava-me mais soberba do que esses reis d'alguem pequeno canto da Italia, que se julgam tão soberbos quanto o Santo Padre lhes abençoa o matrimonio. (NEUVILLE, 1864, Tomo I, 250)

O amor entre eles era superior a qualquer outro, e sua união era um “casamento indissolúvel”, porque era fruto de um sentimento superior. É neste extrato que percebemos, então, a real justificativa de sua obra: a união extraconjugal como a verdadeira união. A autora afirma que o texto foi escrito para suas filhas, para protegê-las da sociedade. Assim, o texto tem esta dupla defesa de si própria. As memórias foram ao mesmo tempo defesa de Josefina Neuville perante aqueles que a veem como má e imoral, e proteção de suas filhas (em especial Maria Henriqueta, filha de Henrique) da posição de bastardia que a sociedade poderia lhes colocar.

Quanto a sua união com seu segundo amante, Sant’Anna, também o texto se justificou, não por ser o amor entre eles tão sublime quanto era com Henrique, mas sim a razão pela qual foi desfeito. Segundo Neuville: “Oh! o amor de um homem como o sr. Sant’Anna, leva ao tumulto uma creatura de sentimentos” (NEUVILLE, 1864, Tomo II, 88). Jacinto Sant’Anna acabou se tornando outro vilão na história de vida de D. Josefina.

Os dois anos em que passou com o futuro visconde da Nogueira foram repletos de felicidade, mas também de dores: o amante gastou o dinheiro de Neuville no jogo: “O sr. Sant’Anna jogava! Eu não queria, nem podia dar conselhos a uma pessoa que no seu peito o sentimento mais poderoso era ‘o domínio’.” (NEUVILLE, 1864, Tomo II, 90); e a pretexto de guardar de forma segura uma soma por ela recebida, gastou toda a quantia que lhe era necessária para o tratar da casa e alimentação das filhas. Ao mesmo tempo, havia dado palmadas a Maria Henriqueta (justamente a filha do homem que amara e perdera para uma febre em 1854). Ela afirmou que “[t]udo teria perdoado a este homem, menos o seu orgulho que me sufocava, a sua vaidade que me constrangia, e sobretudo, as pancadas na minha Mariquinhas!” (NEUVILLE, 1864, Tomo II, 202).

A paixão que a consumia por Sant’Anna, a cegara para os defeitos daquele senhor, mas as comparações as virtudes de Henrique, seu orgulho exagerado e a violência para com suas filhas, a fizeram perceber em menos de dois anos juntos, que o sentimento que mantinha pelo futuro visconde não era mais que um desejo físico. Henrique era o verdadeiro amor de sua alma. Neuville mantinha um retrato de seu falecido amante consigo em todos os momentos, e o conhecimento deste sentimento levavam Sant’Anna a ataques violentos (como aquele perpetuado na menina Maria Henriqueta, que não teria mais de 3 anos). Assim, o texto justifica a nova separação. Enquanto a distância do marido era fundamentada na falta de sentimento (possivelmente de ambos), a de Sant’Anna pela sua maldade para com a filha do homem que deveras amara.

O texto de Neuville, então, expressa apenas a sua opinião sobre estes acontecimentos, não demonstrando outros pontos de vista que poderia se posicionar junto ao marido ou a Jacinto Sant'Anna; ou ainda a seus familiares. Dona Josefina aparece como a heroína de uma novela, que luta contra todos os males que a sociedade lhe impõe, mas supera as adversidades e permanece moralmente superior, ainda que tenha tido atitudes que seriam reprovadas pela sociedade. Isto porque suas atitudes teriam uma justificativa moral – o amor.

Conclusão

Estas duas *Memórias*, escritas com quase um ano de separação uma da outra, e por pessoas em posições completamente diferentes da sociedade portuguesa, demonstram aquilo que a crítica literária feminina já havia percebido quanto a autoria feminina: esta surge aliada a uma justificativa. Neste caso, são uma justificativa em si só, sendo escolhidas justamente como uma espécie de contrição religiosa, para a condessa de Atouguia, ou uma explicação a partir de seu ponto de vista de fatos que seriam relativamente conhecidos pela sociedade lisboeta, para ambas autoras.

Assim, ainda que não tenham vindo a público (no caso das memórias de Atouguia), servem como explicação dos acontecimentos segundo um ponto de vista que, embora demarcado por um objetivo marcante – no caso da condessa da necessidade de defender sua família, e de Neuville o desejo de defender a legitimidade de si e de suas filhas – demonstra momentos relevantes da sociedade e sociabilidade portuguesa. Tanto Neuville quanto Atouguia descrevem suas opiniões e lembranças de datas importantes para Portugal e Brasil. Neuville presenciou casamentos reais em sua estada em seu país natal, enquanto a condessa foi uma figura importante em dois eventos muito importantes para a História portuguesa: o terremoto de 1755 e o julgamento da família Távora e Alorna pelo atentado ao rei.

Para além disso, como textos de autoria feminina, apresentam aos historiadores pontos de vista que raramente surgem ao longo da história, especialmente literária, visto que às mulheres era majoritariamente negado o conhecimento da escrita. Ao tomarem a pena, estas duas senhoras optaram pela escrita memorialista com objetivos marcados de defesa de si e de sua família, uma atitude pouco aceita, mas que, por meio desta escolha, foi-lhes permitida.

Fontes

ANTT, Registo de nascimento da freguesia de São Sebastião da Pedreira. Nascimentos, Livro 3b, Fl. 24v.

ANTT, Registo de casamento da freguesia de São Sebastião da Pedreira. Casamentos. Livro 2c. Fl. 139v.

ANTT, Registo de nascimento da freguesia de Encarnação. Nascimentos, Livro 22b, fl. 327v.

ANTT, Registo de óbito da freguesia de Encarnação. Óbitos, Livro 21o, fl. 9 e 24v (corrigido).

"Belgique, Brabant, registres d'état civil, 1582-1914," database with images, *FamilySearch* ([https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-XXJS-63B?cc=1482191&wc=ST2Y-](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-XXJS-63B?cc=1482191&wc=ST2Y-VZ9%3A966896201%2C967134401)

[VZ9%3A966896201%2C967134401](https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:S3HT-XXJS-63B?cc=1482191&wc=ST2Y-VZ9%3A966896201%2C967134401) : 22 May 2014), Brussel >Geboorten 1848 > image 469 of 568; BelgiëNationaalArchief, Brussels (Belgium National Archives, Brussels)

ATOUGUIA, C.de; CORFEIRO, V. A. (comp.). **A Última condessa de Atouguia**. Memórias Autobiográficas.Santa Teresa: Pontevedra, 1916.

BREYNER, T. de M. **Osmia**.Tragedia de Assumpto Portuguez em cinco actos. Coroada pela Academia Real das Sciencias de Lisboa.Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1790.

NEUVILLE, J. de. **Memórias da minha vida**: recordações das minhas viagens por JosephinaNeuville dedicadas a minhas filhas offerecidas a ***.2 tomos. Lisboa: Typographia do Panorama, 1864.

Bibliografia

ANASTÁCIO, V. (org.), **Cartas de Lília e Tirse (1771-1777)**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

ANASTÁCIO, V. **A marquesa de Alorna (1750-1839)**. Lisboa: Prefácio, 2009.

ANASTÁCIO, V. 'Nota de investigação sobre a Marquesa de Alorna (1750-1839). In **Navegações**.Porto Alegre, PUC-RS, Vol. 5, nº1, pp. 98-100, jan/jun 2012. Disponível em «<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/viewFile/11080/7605>». Acesso 20 de dezembro de 2018.

BELLO VÁSQUEZ, R. de. **Mulheres do século XVIII**. A Condessa de Vimeiro. Lisboa: Ed. Ela porEla, 2006.

BIGUELINI, E. **'Tenho escrevinhado muito'**. Mulheres que escreveram em Portugal (1800-1850). Tese (Doutoramento em Altos Estudos em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2017.

BIGUELINI, E. Corpo e maternidade nas memórias de Josefina de Neuville (1826-?). In. SALGADO, M. T. (et. al). **Escritas do corpo feminino**: diálogos interdisciplinares. Oficina Raquel, 2018, 295 -305. Ebook. Disponível em « <http://oficinaraquel.com.br/escritas-do-feminino-dialogos-interdisciplinares/>» Acesso 20 de dezembro de 2018

CASTELO BRANCO, A. M. de. *Autobiografia 1652-1717*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983.

CIDADE, H. **A Marquesa de Alorna. Sua vida e obras**. Reprodução de algumas cartas inéditas. Porto: Livraria Sá da Costa, 1930.

GUBAR, S; GILBERT, S. **The madwoman in the Attic**. The woman writer and the nineteenth-century literary imagination. New Haven: Yale University Press, 1984.

LOPES, M. A. **Mulheres, Espaço e Sociabilidade**: A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII). Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

MOI, T. **Sexual/Textual Politics**: Feminist Literary Theory. New York: Routledge. 1986).

SANTO, Z. C. Entre Malagrida e Pombal: as 'Memórias' da última Condessa de Atouguia. **Península: revista de estudos ibéricos**, nº2, pp. 401-416, 2005.

VAQUINHAS, I. A mulher e o poder. O poder das mulheres-Visão histórica. In **A mulher e o poder. Comunicações de um seminário**. Lisboa, Codex, nº20, 15 nov de 1987.

WOOLF, V. A Room of One's Own. In **Selected works of Virginia Woolf**. London: Wordsworth, 2007 [1929].

Latinidade, gênero e sexualidade nos arquivos da bienal de São Paulo (2006-2014)¹

Milena Costa de Souza

souza.milena82@yahoo.com.br

Professora Colaboradora da UNESPAR

Doutora em Sociologia (UFPR)

Agência de fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/3022390607614216>

RESUMO Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa de doutorado *Transpanamericana: gênero e sexualidade na produção de artistas latinx-americanxs contemporâneos*. Analiso cinco edições da Bienal de São Paulo (2006-2014) e dedico atenção especial à 31ª Bienal de São Paulo (2014) *Como... coisas que não existem*, evento conhecido como a *trans* Bienal. O objetivo é analisar a trajetória institucional e curatorial que culminou na 31ª Bienal de SP. Pergunto: De que maneira questões de gênero e sexualidade vêm habitando as edições da Bienal? Quais conhecimentos sobre arte, gênero e sexualidade vêm sendo produzidos desde a América Latina e a partir das práticas da Bienal? De que maneira o contexto sociocultural se relacionou com a curadoria e a visibilização das questões de gênero e sexualidade durante a 31ª Bienal? Foco nas condições e contexto social que possibilitaram e produziram a visibilidade de sexualidades não hegemônicas, relações de gênero e corpos transgêneros durante a Bienal de 2014.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; Bienal de São Paulo

ABSTRACT This article presents partial results of my PhD thesis: *Transpanamerican: gender and sexuality in Latin American contemporary visual arts production*. I study five São Paulo Biennial editions and dedicate special attention to the 31st São Paulo Biennial (2014) *How to (...) things that don't exist*, event that got to be known as the *trans* Biennial. The objective is to analyze the institutional and curatorial trajectories that culminated in the 31st Biennial. Therefore I ask: How have gender and sexuality habited the Biennial editions? What knowledges about art, gender and sexuality have been produced from Latin America and through the Biennial practices? In which ways the social context related to the curatorial practices and the visibility of gender and sexuality during the 31st Biennial edition? I focus on the conditions and social context that enabled and produced the visibility of non-hegemonic sexualities, gender relations and transgender bodies during the 2014 Biennial.

Key-words: gender; sexuality; São Paulo Biennial

Nas últimas décadas as bienais de arte se expandiram pelo globo construindo momentos dinâmicos para a discussão de produções artísticas contemporâneas. Neste texto adentro o universo da Bienal de São Paulo e exploro cinco de suas edições (2006-2014) com o objetivo de compreender como as questões de gênero e sexualidade foram trabalhadas pelos curadores, pela instituição e pelos artistas participantes. Apresento e analiso cada uma das edições do evento e foco especificamente na 31ª edição (2014), quando as questões de gênero e sexualidade foram pensadas como elementos centrais da dinâmica curatorial do evento. Parto do pressuposto de que cada edição da bienal de São Paulo pode ser pensada enquanto parte de um grande arquivo, entendido desde o seu ponto de vista institucional, quanto a partir do desejo de imaginar novos

¹¹ Este texto é uma adaptação parcial do texto da minha tese de doutorado intitulada: *Transpanamericana: gênero e sexualidade na produção de artistas contemporâneos latino-americanos*.

arquivos, este último conduzido pela equipe curatorial e a criação dos eixos discursivos de cada evento.

Este artigo está organizado em quatro partes. Início discorrendo e analisando as especificidades das bienais como espaços de exposição, produção de conhecimento e de ampliação da imaginação arquivista. Em um segundo momento apresento uma breve história da Bienal de São Paulo enquanto instituição e analiso as edições que ocorreram entre os anos de 2006 e 2014. Percorro por entre os discursos curatoriais com o objetivo de averiguar a existência de eixos de práticas e busco responder a pergunta: De que maneira as questões de gênero e sexualidade habitaram as edições da Bienal de São Paulo? Por fim analiso o contexto no qual o projeto da 31ª Bienal de São Paulo foi criado, levando em conta decisões institucionais, da equipe curatorial e os eventos sociais, culturais e políticos da época.

FAZER BIENAL

A emergência das bienais enquanto eventos artísticos mudou o cenário da arte internacional e reconfigurou relações políticas entre artistas e instituições em um contexto no qual, até então, museus e galerias imperavam como locais centrais de exibição de projetos e produção de pensamento sobre arte: “É fato que as bienais tornaram-se, no espaço de poucas décadas, um dos lugares mais vitais e visíveis de arte contemporânea, produção, distribuição e geração de discurso público ao redor da mesma”² (FILIPOVIC, et al, 2010, p.15, tradução livre).

Com o passar dos anos as bienais se espalharam pelo mundo e cidades com ambições de integrar o mapa das artes internacional passaram a sediar sua própria edição. O circuito das bienais vem tomando forma e se expandindo em um eixo particular de discussões que trabalha diretamente com as dinâmicas do tempo e espaço em que cada evento é sediado. De maneira geral, os projetos desenvolvidos nas localidades escolhidas levam em consideração as dinâmicas socioculturais das cidades que recebem esses eventos, bem como as produções artísticas locais.

As bienais nos fornecem portanto, novas oportunidades de nos relacionarmos com a historiografia da arte a qual, como bem aponta Elena Filipovic (2010), não deve se concentrar apenas nas obras e nos artistas, mas também nos contextos em que os trabalhos são apresentados, interagem com o público e ganham visibilidade. Uma geografia da obra, ou seja, a contextualização de seus trânsitos e espaços ocupados, revela as relações que a envolvem principalmente no que tange os discursos construídos sobre a mesma. Nesse sentido, as análises

² Indeed, biennials have become, in the span of just a few decades, one of the most vital and visible sites of contemporary art and the production, distribution, and generation of public discourse around it. (FILIPOVIC, et al, 2010, p.15).

de exposições e bienais como espaços discursivos se fazem necessárias, principalmente quando pensadas em relação às grandes narrativas lineares da história da arte.

Pensarmos obras e artistas nos contextos desses eventos são oportunidades de situarmos as representações visuais nas tramas nas quais foram criadas e apresentadas ao público. As especificidades do local em que a obra é apresentada, sugere leituras particulares e, quando falo de um local de exposição, não me refiro apenas ao espaço físico em que a obra é exposta, mas também ao espaço discursivo no qual ela é situada. Afinal, uma exposição envolve concepção, planejamento e execução, em todas essas etapas decisões são tomadas, obras, projetos e sujeitos situados. O espaço discursivo a que me refiro é tanto aquele delimitado pela equipe curatorial e de produção, quanto aquele criado durante a própria Bienal por meio das críticas publicadas e das reações do público.

Nos últimos anos uma série de eventos que ficaram conhecidos como bienais discursivas (FERGUSON; HOEGSBERG, 2010) foram criados baseados sobretudo na experiência da Documenta 5³ realizada em 1972 e durante a qual os curadores exploraram a ideia de construção social da realidade. Esses eventos concentram-se não apenas na exibição de trabalhos visuais, mas também na organização de simpósios, plataformas de discussão, programação pedagógica e na criação do já tradicional catálogo do evento. Ou seja, as bienais que seguem esse formato são compreendidas como espaços complexos de produção ativa de conhecimento.

Para muitos críticos e curadores de bienais, a ideia de exposição torna-se limitadora para definir estes acontecimentos e o termo *evento* faz mais sentido já que abre limites, ao mesmo tempo em que propõem novas conexões. É por isso que, as bienais podem adquirir diferentes formas, todas efêmeras e contingentes (HLAVAJOVA, 2010, p.296). Acredito que as bienais devam ser pensadas como espaços privilegiados de discussão, produção e circulação de arte contemporânea e suas efemeridades sejam capazes de produzir relações nas quais discussões consideradas “emergenciais” tornem-se centrais, ainda que por um breve momento. Dessa maneira, as questões escolhidas para articular a organização desses eventos revelam frequentemente a necessidade de se falar sobre⁴ algo latente na esfera sociocultural.

Antes de focarmos especificamente nas edições da Bienal de São Paulo escolhidas para esta análise, retomarei brevemente sua história enquanto instituição. Tal bienal é a segunda mais

³ A Documenta é uma exposição de arte que ocorre a cada 5 anos na cidade de Kassel na Alemanha. É considerada um dos eventos mais importantes do mundo da arte pela “extrema” contemporaneidade dos trabalhos exibidos.

⁴ Aqui não quero dizer que as bienais tenham sempre a preocupação em produzirem discursos considerados progressistas. Esses eventos podem eventualmente, por exemplo, revelar a necessidade de um retorno romântico ao passado, ou até mesmo a defesa de uma arte “verdadeira”. A ideia é que, a intenção do falar sobre, da produção de um discurso específico, pode apontar para algumas das ansiedades de uma época e a percepção da centralidade de certos debates em detrimento de tantos outros possíveis.

antiga do mundo e surgiu em 1951 seguindo o modelo de Veneza⁵. O evento foi criado no contexto do processo da popularização da figura do mecenas no Brasil e da industrialização do país pós a II Guerra Mundial. Esforços para a construção de uma identidade artística nacional em consonância com as produções europeias e norte-americanas foram seguidos por grandes magnatas como Assis Chateaubriand (1891-1968) e Francisco Matarazzo Sobrinho (1898-1977), conhecido como Ciccilo, o qual fundou o Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM-SP) em 1949, instituição que viria a organizar a primeira Bienal de São Paulo.

Durante sua primeira década, a Bienal de São Paulo foi organizada pelo MAM, mas em 1962 passou a ser responsabilidade da recém inaugurada Fundação Bienal. A Fundação tornou-se a instituição responsável por captar e gerenciar recursos financeiros, manter arquivo e biblioteca dedicados a preservar a memória da instituição e escolher o curador chefe de cada edição do evento.

Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) a Bienal perdeu parte do seu prestígio por conta dos atos de censura sofridos. Na década de 1970 Ciccilo se afastou do evento por problemas de saúde e a Bienal entrou em uma nova era na qual cada edição seguiu as diretrizes de seus presidentes (OLIVEIRA, 2001). Com o fim da ditadura militar a organização das obras no espaço deixou de seguir a lógica da nacionalidade dos artistas e o foco passou a ser no estabelecimento de relações entre as linguagens. Foi naquele período também que tivemos um recuo do capital estatal e uma forte presença da iniciativa privada interessada em explorar as possibilidades do marketing cultural (FABBRINI, 2002).

A partir de meados da década de 1990 a figura do curador cresceu em importância e os eventos foram organizados ao redor de grandes eixos de discussão que ligavam obras e artistas. Também é possível observar um maior direcionamento para a arte contemporânea. Naquela década os museus passaram por um processo de incorporação à cultura de massa e a Bienal não ficou imune a esse fenômeno (OLIVEIRA, 2001). Em busca do aumento de receitas para os eventos, as mostras foram cada vez mais organizadas para entreter e chamar a atenção do público.

Nos últimos anos, a Bienal de São Paulo se consolidou entre as 10 mais importantes⁶ e a maior da América Latina – em orçamento, visitação do público, entre outros fatores. A relevância da Bienal de São Paulo não deve ser compreendida sem críticas já que, como bem aponta Rita

⁵ A Bienal de Veneza é a mais antiga mostra artística do gênero, organizada bianualmente desde 1895. A Bienal de São Paulo seguiu diretamente esse modelo tendo adaptado inclusive o seu regulamento.

⁶ Diversas listas que elencam as bienais mais importantes do mundo podem ser encontradas em revistas e sites especializados como o Artnet. Disponível em: <<http://news.artnet.com/art-world/worlds-top-20-biennials-triennials-and-miscellennials-18811>>. Acesso em 06 mar. 2017.

Alves Oliveira (2001), o evento teve em suas origens um papel civilizador. A pesquisadora ressalta que as atividades pedagógicas da Bienal tiveram a missão de

levar ao longínquo país latino-americano um pouco de arte e da cultura produzidas nos grandes centros cosmopolitas da Europa e dos Estados Unidos: a Bienal de São Paulo não apenas possui projetos pedagógicos, como ela própria é um longo e bem-articulado projeto pedagógico com cinco décadas de existência (OLIVEIRA, 2001, p.27).

Por conta de sua presença complexa e da sua importância histórico-social no contexto transnacional, mas sobretudo latino-americano, é que a Bienal de São Paulo apresenta-se como espaço crucial de análise para a compreensão do cenário das artes visuais no Brasil.

O processo de *se fazer bienal, e mais precisamente, de se fazer bienal de São Paulo*, pode ser pensado enquanto produção e manutenção de arquivos. Conforme aponte em outro lugar: “entendo eventos artísticos enquanto arquivos imaginados e em construção, que deixam ao mesmo tempo vestígios, traços e organizam no tempo-espaço projetos e artistas que por ali se conectam e produzem sentidos” (SOUZA, 2018, p.39). As bienais são arquivos vivos, constantemente alimentados e construídos coletivamente durante o período em que suas edições estão ativas. Em um segundo momento, as informações produzidas durante o evento passam a fazer parte de um arquivo físico, neste caso, o arquivo Bienal Wanda Svevo. Essas ações contribuem para que a imaginação arquivista (APPADURAI, 2003) seja ampliada, já que trazem para o mundo da arte novas questões e, portanto, novas possibilidades de se imaginar a história e as narrativas sobre arte.

A Bienal de São Paulo no século XXI (2006-2014)

Com o objetivo de compreender as linhas curatoriais seguidas pelos organizadores da Bienal de São Paulo e a presença das questões de gênero e sexualidade nas edições de 2006 a 2014, analisei materiais presentes no Arquivo Wanda Svevo e publicações na imprensa especializadas. A análise inicia-se em 2006, ano em que a Bienal de São Paulo suspendeu em definitivo a curadoria pautada em critérios de nacionalidade e finaliza em 2014, com a edição que focou diretamente nas questões de gênero e sexualidade, a *trans* Bienal.

A primeira edição analisada foi *Como viver junto* (2006) com curadoria geral de Lisette Lagnado. O título escolhido para a edição foi inspirado nos seminários de Roland Barthes e a curadora afirmou que naquele ano a Bienal não trabalharia mais com a lógica das representações nacionais. Outra novidade foi o desenvolvimento de uma curadoria coletiva, modelo previamente

empregado na Documenta de Kassel (2002) e realizado como novidade no contexto da Bienal de São Paulo.

Lagnado destacou que o projeto desenvolvido teve a intenção de durar o ano inteiro por meio do seu programa de residências e diversas atividades paralelas à exposição principal que objetivaram expandir as ações da bienal. Essa ampliação para além das datas oficiais demonstra uma vontade de pensar a bienal como presença constante no circuito brasileiro, intenção repetida em edições seguintes. A 27ª Bienal contou com a participação de 118 artistas, 645 obras e ocorreu entre os dias 7 de outubro e 17 de dezembro de 2006. A questão norteadora da edição foi um mundo em crise e em meio à violência dos conflitos étnicos como explica Lagnado no texto de apresentação do catálogo:

Da destruição das torres gêmeas em Nova Iorque, no dia 11 de setembro de 2001, aos conflitos diários causando exílios, o mundo tem assistido ao vivo, graças à ajuda maciça das redes tecnológicas, cenas de horror e descaso com populações civis. A 27ª Bienal aborda essa crise de representação com todas as forças que pôde conglomerar em torno de seu projeto conceitual (LAGNADO, 2006, p.53).

É possível perceber uma relação direta com questões socioculturais da época e um discurso curatorial preocupado em estabelecer pontes entre as práticas da Bienal e acontecimentos político-sociais. Nas falas de Lagnado também percebe-se uma vontade de contribuir para a construção de conhecimentos sobre a realidade, entendida por ela como um espaço de produção de profundas desigualdades. No mesmo texto de apresentação ela também destaca a presença de artistas selecionados que possuem articulação direta com o campo das questões de gênero e sexualidade:

Figura de proa, a presença de Ana Mendieta mostra sua atualidade em paralelo ao Programa Ambiental de Oiticica. Ambos experimentaram o exílio da década de 1970 por terem questionado, dentre outros tópicos, a face sexista do modernismo; cada um à sua maneira promoveu o encontro entre política e geografia [...] (LAGNADO, 2006, p.55).

Tanto Mendieta (1948-1985) quanto Oiticica (1937-1980) viveram em Nova Iorque em situação de exílio: ela cubana, ele brasileiro. O exílio de Mendieta ocorreu porque sua família era opositora ao regime castrista. Mendieta residiu na cidade de Nova Iorque e ao longo dos anos produziu trabalhos que dialogavam diretamente com referenciais feministas. Já Oiticica dedicava-se, desde a década de 1960, a uma arte engajada que contava com a participação da população das periferias brasileiras. Enquanto homem gay e produtor de obras com forte teor político, Oiticica procurou outras terras durante a ditadura militar brasileira.

Outras duas presenças de destaque na 21ª edição foram a brasileira Virginia de Medeiros e a boliviana Maria Galindo do coletivo *Mujeres Creando*. Ambas também estiveram presentes na 31ª edição do evento. Medeiros apresentou a instalação *Studio Butterfly* e *Mujeres Creando* o projeto *Ladronas y Sublevados*. O trabalho de Medeiros surgiu de uma série de ações desenvolvidas em Salvador quando a artista estabeleceu contato com a comunidade travesti local e criou um estúdio de fotografia para recebe-las e fotografa-las. As travestis levavam suas experiências e imagens do passado, e em troca, Medeiros produzia um *book* profissional para cada uma delas.

Já o trabalho de *Mujeres Creando* é uma instalação com imagens de arquivos históricos da *Coleção Cordero* e articula imagens de mulheres que viveram entre os anos de 1900 e 1920. Galindo percorreu o arquivo fotográfico em busca de mulheres presentes em fichas de catalogação policial, sobretudo aquelas acusadas de crimes relacionados à sexualidade, tais como tentativa de aborto ou prostituição. São esses rostos “criminosos” de desconhecidas, que constituíram o trabalho em questão.

Avançamos para 2008, com a edição da Bienal de São Paulo que enfrentou um momento delicado. O projeto *Em vivo contato*, de curadoria de Ivo Mesquita e Ana Paula Cohen é inspirado na frase de Lourival Machado, diretor do MAM e diretor artístico da Bienal durante a década de 1950 para quem o evento deveria: “colocar a arte moderna do Brasil, não em simples confronto, mas em vivo contato com a arte do resto do mundo, ao mesmo tempo que para São Paulo se buscava conquistar a posição de centro artístico mundial” (MACHADO, 1951 p.14 apud OLIVEIRA, 2001, p.19). A edição contou com poucos recursos financeiros e Cohen e Mesquita decidiram deixar o terceiro andar do pavilhão vazio⁷. Por isso a edição ficou popularmente conhecida como *Bienal do Vazio*.

A 28ª Bienal de São Paulo repensou o formato bienal e sua proliferação pelo mundo, bem como o papel do evento na América Latina. O projeto teve duração limitada a apenas 37 dias entre 26 de outubro a 6 de dezembro. A visitação foi de 162 mil pessoas e o evento teve a participação de 41 artistas e 54 obras. O momento de crise foi percebido pelos curadores como possibilidade de reflexão e construção de discussões ao redor do tema da instabilidade. Parte do *Arquivo Bienal Wanda Svevo* foi levado fisicamente para o pavilhão e em suas estantes e gavetas estavam documentos que remetem à criação da Bienal de São Paulo.

A edição também foi marcada pela polêmica da prisão da pichadora Caroline da Mota que, junto com um grupo de aproximadamente 40 outras pessoas, entrou na ala vazia do pavilhão

⁷ A 28ª Bienal recebeu críticas diversas, as positivas destacaram a importância de se contestar os modelos expositivos tradicionais, outras, como do crítico Fabio Cypriano, afirmaram que a edição “nafragou em seu vazio”. Em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* em 29/11/2008 Cypriano afirmou que: “‘Em Vivo Contato’ [...] é um projeto que não aconteceu. Ao invés de uma energia vibrante, como o nome aponta, o que se constata ao longo do pavilhão é um baixo astral geral [...]” (CYPRIANO, 2008).

da bienal para escrever nas paredes do prédio. Todos os integrantes do grupo fugiram dos seguranças, mas Caroline foi pega e passou mais de 50 dias na prisão. Essa situação provocou grande comoção na comunidade artística, com parte dos artistas se posicionando em apoio à jovem então com 24 anos. Segundo matéria da Folha de São Paulo:

A ação no segundo andar do prédio (a ‘planta do vazio’) foi classificada como ‘terrorismo poético’ e ‘intervenção artística’ por seus defensores e de ‘vandalismo’ e ‘atitude autoritária’ pela declaração oficial de uma Bienal que tinha como lema ‘Em Contato Vivo’ e prometia refletir sobre a arte contemporânea e o circuito artístico (BERTOLOTTI, 2008).

A medida em os dias passavam e a jovem permanecia na prisão, o silêncio dos curadores e diretores imperava, provocando uma situação bastante paradoxal já que em ocasiões passadas a Bienal não havia se posicionado de forma tão autoritária ou deixado ao Estado a decisão sobre práticas não convencionais em seu território. Como destaca Paulo Herkenhoff, curador da edição de 1998:

A Bienal quer que o Brasil sinta saudades da ditadura? A mesma Bienal que entrega a grafiteira à polícia foi a que proscreeu Cildo Meireles em 2006 por ter protestado contra a eleição de Edmar Cid Ferreria⁸ para seu conselho. O paradoxo é que Edmar não providenciou a prisão da garota que beijou com batom uma tela de Andy Warhol na Bienal de 1996, fato muito mais grave que grafitar paredes nuas. A Bienal, seu presidente, conselheiros e curadores que continuarem a se omitir precisam aprender algo com Edmar: na Bienal, a repressão não é um fim em si (HERKENHOFF, 2008).

Os textos que compõem o catálogo de *Em Vivo e Contato* fazem algumas tímidas menções às questões de gênero e sexualidade como no texto da escritora espanhola Estrella de Diego que discute a escrita da história e como a mesma foi submetida “a um processo de autenticação ligado a outros termos de valor como classe, raça, gênero, orientação sexual”.

Ainda que no discurso oficial do evento as questões de gênero e sexualidade não sejam abordadas de maneira direta, o episódio que culminou na prisão de Caroline da Mota nos traz diversas reflexões sobre questões interseccionais, sobretudo sobre relações de gênero no espaço da 28ª edição. Caroline respondeu ao chamamento proposto pela própria curadoria e interagiu com o vazio, mas sua atuação não foi lida enquanto artística e portanto, não deveria ocupar aquele lugar. Além disso, sua prisão sem direito a *habeas corpus*, foi considerada desproporcional por advogados e pelo circuito de arte que estava acostumado a lidar com questões dessa ordem sem envolver a força policial. O fato da única pessoa presa no universo de mais de 40, todas pichadoras, ter sido

⁸ Edmar Cid Ferreira (1943) foi o principal controlador do banco Santos e um dos maiores colecionadores de arte do Brasil. Entre 1993 e 1997 presidiu a Fundação Bienal. Por conta da sua relação com o Banco Santos foi investigado pela Polícia Federal e preso e em 2012 seu nome fez parte de uma lista internacional de corrupção do Banco Mundial.

uma mulher, também nos coloca questões já que o universo dos pichadores e grafiteiros é majoritariamente masculino.

Em meio às polêmicas do evento, muitos pesquisadores e críticos posicionaram-se positivamente em relação ao projeto. Ricardo Bausbaum (2008) pontuou que uma das maiores qualidades da 28ª edição foi deixar claro suas próprias zonas de conflito que evidenciaram a condição de crise na qual a Bienal então submergia. A visibilidade e materialidade dessa conjuntura foi uma de suas maiores conquistas.

O ano de 2010 sediou uma edição da Bienal em meio a grandes expectativas, tendo em vista as tensões evocadas pelo evento anterior, e simbolizou o início da retomada da credibilidade financeira da Fundação Bienal. Intitulada como *Há sempre um copo de mar para um homem navegar* e mais popularmente como a edição que discutiu a relação entre arte e política, o evento teve curadoria geral dos brasileiros Agnaldo Farias e Moacir dos Anjos, os quais comandavam uma equipe de mais de oito profissionais.

Entre os dias 19 de setembro e 12 de dezembro cerca de 535.356 pessoas visitaram o pavilhão da Bienal de São Paulo no Parque do Ibirapuera. A edição teve uma das maiores equipes curatoriais⁹ da história e também reuniu um extenso número de obras, sendo 850 delas, produzidas por 159 artistas e coletivos.

Das edições aqui analisadas, esta foi a que contou com o maior número de artistas. Em números absolutos, também contou com o maior número de profissionais que discutem questões de gênero e sexualidade. Identifiquei diversos artistas que trabalham em um universo poético feminista/queer/transviado¹⁰. A presença de artistas que se afirmam enquanto feministas como Adrian Piper (1948) e Nancy Spero (1926-2009) se destaca. Outros dois artistas participantes e cujas poéticas perpassam diretamente por questões de gênero e sexualidade foram José Leonilson (1957-1993) e Nan Goldin (1953).

Os artistas escolhidos para integrar a mostra – que tinha a preocupação em pensar a política na arte – demonstram a intenção da equipe organizadora de realizar um recorte histórico no sentido de inserir e reconhecer movimentos artísticos ligados às demandas sociais. Conforme afirmaram os curadores: “O fundamental é que, seja inédita ou antiga, a produção reunida tenha

⁹ O grupo completo de curadores da bienal de São Paulo de 2010 foi constituído por: Agnaldo Farias (Brasil- 1955), Moacir dos Anjos (1963- Brasil), Chus Martinez (Espanha- 1972), Fernando Alvim (1963- Angola), Rina Carvajal (Venezuela), Sarat Maharaj (África do Sul-1951), Yuko Hasegawa (Japão), Ana Maria Maia (Brasil-1984), Diego Matos (1979-Brasil), Lígia Afonso (1981- Portugal), Paulo Miyada (1958-Brasil).

¹⁰ Utilizo o termo transviado tal como proposto por Berenice Bento. A autora destaca que a palavra *queer* pouco ressoa na sociedade brasileira como as palavras “transviado, viado, sapatão, traveco, bicha, boiola [...]” (BENTO, 2015, p.147), conferem inteligibilidade no contexto local. É por isso que Bento, assim como também o faço, utiliza o conceito de estudos/ativismos transviados enquanto “tradução cultural (idiossincrática) para teoria queer” (BENTO, 2015, p.147).

potência simbólica para abrir frestas, de duração e tamanho diversos, nos consensos em que se funda o entendimento das ideias e das coisas que organizam o mundo” (ANJOS; FARIAS, 2010, p.23).

O texto de apresentação do catálogo não evoca objetivamente questões sobre as relações de gênero e as sexualidades sendo que as palavras de Agnaldo Farias e Moacir dos Anjos deixam em aberto diversas de suas escolhas curatoriais. Algumas ideias destacadas por Farias e Anjos são a não domesticidade e a proposição crítica em relação ao mundo, mesmo por artistas inseridos no que chamam de “tradição dominante” os quais ao serem apresentados ao lado de artistas que falam desde o sul provocariam atritos interessantes:

Replicar curatorialmente essa relação de atrito com a arte “internacional” é também uma estratégia da 29ª Bienal de São Paulo para enunciar seu discurso desde o “sul” e se afirmar como uma exposição política. Não há nisso, porém, qualquer enunciação de juízo de valor em relação aos trabalhos apresentados. O que se pretende, é por meio da aproximação entre obras consagradas de artistas inseridos na tradição europeia e norte-americana, e obras de artistas vinculados a tradições não hegemônicas, produzir-se, por simples avizinhamento, significados insuspeitos e novos para ambos. Para além dessa estratégia, muitos outros artistas inscritos naquela tradição “dominante” estarão expostos na exposição. Embora diferentes em muitos aspectos, o que os une e o que os faz além disso fundamentais à 29ª Bienal de São Paulo é a capacidade de seus trabalhos não se deixarem moldar ou domesticar pelas convenções criativas de que fazem uso e o agudo senso crítico que partilham acerca do lugar que ocupam no mundo (ANJOS; FARIAS 2010, p.27).

Como em outras edições aqui analisadas, o reconhecimento por parte da curadoria do caráter experimental e não comercial do evento se faz presente, e a ideia de uma exposição política torna essa questão ainda mais evidente. A construção do texto reconhece uma estratégia voltada a tencionar diferentes esferas e mundos da arte. Os curadores trabalham nos encontros e desencontros entre a tradição que chamam de dominante, expressões artísticas mais críticas e produzidas desde o sul global.

A 29ª edição também retomou o polêmico episódio de 2008 e convidou um coletivo de pichadores para participar expondo seus trabalhos. Caroline da Mota, personagem central do acontecimento, não pôde estar presente pois havia se mudado para Porto Alegre e estava cuidando sozinha de uma criança pequena cujo pai, também pichador, morreu ao cair de um prédio durante uma ação em São Paulo. Sem dinheiro, Caroline afirmou que estava focada na criação da menina e que aguardava a resposta de um emprego. Por isso, sua prioridade não era participar do evento. Quando questionada sobre o aceite do convite por diversos pichadores ela respondeu: “Acho que eles tiveram um pouco de medo, sei lá, de receio, sabe? Do tipo, ‘vamos se juntar a eles, né’. Mesmo porque eu acho que a gente (pichadores) é muito mais forte que eles (Bienal)” (MUNIZ, 2010).

Dois anos depois, entre os dias 7 de setembro e 9 de dezembro, a edição de 2012 contou com a participação de 111 artistas e teve como título *A iminência das poéticas*. Sob a curadoria¹¹ de Luis Pérez-Oramas (Venezuela), o evento atraiu 516.953 pessoas. No que tange os objetivos desta edição da bienal o texto de apresentação do catálogo nos informa:

Não pretende, pois, esta bienal, arrogantemente, dizer o que o mundo é, nem como deve ser, nem o que a arte deve ser. Pretende trazer obras significativas, algumas vezes esquecidas, outras ignoradas, outras célebres, mas em cujo encontro com a diversidade e a diferença se pode produzir uma alquimia de que ainda não sabemos. E é o que ainda não sabemos o que nos interessa. Fiel a sua iminência, a 30ª Bienal de São Paulo não sabe, pois, ainda, o que será; e não ignora que também ignora (PÉREZ-ORAMAS et.al, 2012, p. 27).

O catálogo desta edição não é composto por textos didáticos ou descritivos constituindo-se em “um lugar para a vocação constelar de nosso pensamento” (PÉREZ-ORAMAS, 2012, p.7). O título da Bienal, segundo Luis Pérez-Oramas, foi concebido durante uma conversa com Homi Bhabha, teórico dos estudos culturais: “A eminência de uma obra de arte, nos diz Homi Bhabha, é sua própria capacidade para reocorrer ao mesmo tempo no intervalo de perda implicado em sua transmissão, sua alteração, sua alterforma e na plenitude absoluta de uma nova constituição de sentido” (PÉREZ-ORAMAS, 2012, p.7).

Bhabha assina um dos textos de apresentação do catálogo e a evocação de seu pensamento para a construção do projeto da 30ª Bienal nos situa na trama das reflexões teóricas do curador do evento. A escolha de um teórico associado aos estudos pós-coloniais e ao sul global, revela um posicionamento específico no campo da arte, um desejo de expansão da produção do conhecimento para além dos centros tradicionais e a possibilidade da construção de reflexões e resistências de corpos e geografias associados aos processos colonizadores. A partir dessas complexas relações, outras formas de nos relacionarmos socialmente e produzirmos cultura surgem e produzem as constelações evocadas por Pérez-Oramas.

Dentre os artistas participantes da 30ª Bienal de São Paulo, quatro se destacaram pelas construções poéticas que trabalham diretamente com questões de gênero e sexualidade. São eles: as alemãs Anna Oppermann (1940-1993) e Jutta Koether (1958) e os brasileiros f.marquespenteado (1955) e Alair Gomes (1921-1992). Em todos os casos os textos do catálogo fazem menção direta a esses referenciais como a influencia de Koether “pela contracultura, pelo feminismo e pelo *bad panting*” (PÉREZ-ORAMAS et al., 2012, p.204) e as referências de

¹¹ O evento também conto com a participação dos curadores associados André Severo (Brasil) e Tobi Maier (Alemanha/Brasil); a curadora assistente e Isabela Villanueva (Venezuela); e os curadores convidados: Ariel Jimenez (Venezuela), Helena Tatay (Espanha), Susanne Pfeffer (Alemanha), Vasco Szinetar (Venezuela), Wilson Lázaro (Brasil).

f.marquespenteado “Os *ensembles* laboriosamente construídos apontam para políticas e questões de gênero, o corpo masculino e figuras cismáticas e regimes de poder na sociedade” (PÉREZ-ORAMAS et al., 2012, p.148).

f.marquespeado, artista cuja formação acadêmica vem da área da Antropologia, opta por assinar seus trabalhos por meio da inicial “f” com o objetivo de não evidenciar seu gênero. Das cinco edições aqui estudadas ele foi o único artista que optou por um nome neutro. Seus trabalhos baseiam-se na costura e no bordado, por vezes obsessivo e repetitivo, seguindo desenhos que aproximam-se de uma estética popular. Esse fazer manual constante, resulta em figuras folclóricas criadas pela imaginação do artista como os *homens veados*. Os homens veados são munidos de galhos em suas cabeças e transformados em figuras icônicas justapostas nas paredes, construindo uma espécie de papel de parede ao lado de imagens religiosas e da cultura popular brasileira.

O recorrido por alguns dos principais pontos e ideias das últimas edições das Bienais nos permitiu compreender alguns de seus eixos discursivos e curatoriais. Ainda que cada um dos eventos tenha suas particularidades, é possível perceber diálogos envoltos por afinidades ou críticas relacionadas tanto ao mundo da arte hegemônico, como também à história e especificidades da Bienal de São Paulo enquanto instituição. Com isso cria-se uma espécie de tradição dentro do fazer-bienal de São Paulo. Nas edições mencionadas, a presença das questões de gênero e sexualidade são abordadas frequentemente pelas equipes organizadoras ou surgem como problemas centrais com os quais lidar. Nesse sentido, gênero e sexualidade são apresentados não apenas como questões de interesse das/os artistas, mas também enquanto referencial analítico e conceitual que contribui para a análise das produções de arte contemporânea.

Como FAZER BIENAL sobre coisas que não existem

A 31ª Bienal de São Paulo foi realizada entre 6 de setembro e 7 de dezembro de 2014. A curadoria da edição ficou por conta do escocês Charles Esche, conhecido pelo circuito da arte internacional por propor projetos de forte discussão política. De saída Esche problematizou as relações hierárquicas relacionadas aos processos de curadoria e propôs que o grupo expandido de curadores trabalhasse de maneira horizontal. Os demais curadores envolvidos no projeto foram: Nuria Enguita Mayo, Pablo Lafuente, Galit Eilat e Oren Sagiv.

Quando o time de curadores foi questionado por jornalistas em relação ao tema da 31ª edição, os profissionais assumiram um compromisso com as discussões políticas daquele período,

conforme comentou a curadora Galit Eilat:

Algumas coisas, contudo, nós trazemos do passado. Todos nós estivemos e estamos envolvidos com práticas políticas e sociais. Então, se você pergunta se há um tema, aqui não será o lugar onde nós vamos nos converter em alguém diferente. Quando você falou sobre movimentos sociais e o que acontece ao redor, creio que nossa questão é como reagir a eles e não em como representá-los, como eles podem estar presentes sem representá-los, em como documentar isso (CYPRIANO, 2013).

A Bienal de 2014 *Como (...) sobre coisas que não existem* foi a primeira edição a abordar as relações de gênero em seu projeto curatorial. Conforme mencionado, outras edições do evento tangenciaram essas questões ao convidarem artistas feministas, exibirem obras de artista engajados com questões LGBTQI+ e até mesmo mencionarem em textos oficiais conceitos centrais dos estudos de gênero. No caso da edição de 2014, a mudança esteve no fato dessas questões serem apresentadas tanto como eixo reflexivo quanto através do convite a um número significativo de artistas mulheres e artistas cujas identidades de gênero não são definidas pelo binário masculino/feminino.

Com o objetivo de refletir sobre as questões de gênero por meio de um aspecto mais amplo de discussão poética, a equipe curatorial trabalhou com o prefixo *trans*, usado para pensar diretamente gênero e sexualidade, mas também para pensar a ideia de mudança, de transitoriedade e de transformação:

Por sua vez, a transformação pode então ser entendida como uma forma de efetivar mudanças, apontando para novas direções de virada – valendo-se de transgressão, transmutação, transcendência, transgênero e de outras ideias transitórias que agem contra a imposição de uma única e absoluta verdade. De fato, essas coisas que não podem ser inteiramente ditas ou escritas, mas dependem de outras linguagens (2014, p.23).

Além da exposição, o evento contou com o *Programa Tempo*, formado por um conjunto de performances, oficinas, encontros, discussões, palestras e exibição de filmes. Duas sessões de discussões foram organizadas no segmento chamado *Artes e Usos*. A primeira chamada *Direito à cidade*, refletiu sobre o uso das cidades na contemporaneidade. A segunda, chamada *Trans- (Religião/ Gênero)* abordou questões de religião e identidade pessoal.

As questões de gênero e sexualidade foram abordadas por diversos artistas participantes do evento tais como: Hudinilson Jr, Clara Ianni, Leon Ferrari, Mujeres Creando, Virginia de Medeiros, entre outros. De uma lista ampla de projetos que tangenciam esses aspectos, destaca-se a forte presença de artistas latino-americanos e a intersecção das questões de gênero com

religiosidade e colonialismo. A seguir apresentarei uma breve análise dos trabalhos de três artistas: Giuseppe Campuzano, Sergio Zevallos e a dupla Las Yeguas del Apocalipsis, formada por Francisco Casas e Pedro Lemebel.

No projeto *Museu Travesti - linha da vida*, do peruano Giuseppe Campuzano (1969-2013), essas intersecções ficam evidentes. O *Museo Travesti del Peru* (MTP) é um projeto móvel que constrói uma historiografia imagética da cultura peruana e latino-americana para além das versões heteronormativas. Uma linha cronológica, composta por acontecimentos que antecedem a colonização europeia e seguem até a contemporaneidade, conduzem o espectador por entre uma narrativa que inclui uma ampla diversidade de expressões de gênero. Nessa narrativa, é possível perceber que o binarismo de gênero é uma ficção de ordem colonial e de exercício de poder.

A criação do MTP surgiu em um momento em que Giuseppe redefinia sua identidade enquanto travesti. Giuseppe afirmou que por volta de 2003 começou a observar um movimento constante de domesticação trans* por meio de fenômenos como por exemplo, boates que não permitiam a entrada de pessoas não binárias, mas que em ocasiões específicas convidavam *drag queens* para animar seus eventos. Para Campuzano, museus e galerias também seguiam essas mesma lógica. Já o MTP, foi pensado para atuar como uma espécie de cavalo de Tróia. A partir da forma de museu/instalação, poderia adentrar e ocupar as instituições artísticas para então questionar a ordem por elas estabelecidas.

Foi assim que o Museu Travesti chegou na 31ª Bienal de São Paulo, em 2014, um ano após a morte do seu autor, que lutava contra uma doença crônica e degenerativa. A presença em São Paulo foi provavelmente uma das raras ocasiões em que o projeto foi carregado por outras pessoas que não Campuzano. O Museu Travesti foi instalado na forma de uma sala em semi-espiral na qual os corredores nos guiavam por uma linha da vida. Nas paredes imagens e relatos de bailes travestis, vestimentas e adornos corporais que não permitiam distinções de gêneros binários, a Lima contemporânea e a realidade de violência sistêmica em relação aos corpos de travestis nas páginas policiais, a imagem de Mao Tse Tung (a mesma das gravuras de Andy Warhol) usando batom integra o conjunto. Uma série de retratos de Giuseppe como santa, usando máscaras, maquiagem, transitando entre diferentes identidades de gênero também se espalhavam pelas paredes internas e externas da instalação.

A história da América Latina contada pelo Museu Travesti é indígena e transviada e as imagens apresentadas são informadas por esses referenciais trazendo à tona as relações entre gênero, sexualidade, religião e indigeneidade. Assim Campuzano reescreve a história da América Latina desestabilizando a história oficial católica, colonial, branca e heterocêntrica.

Para falar sobre as obras de Las Yeguas del Apocalipsis e de Sergio Zevallos é necessário introduzir o projeto de instalação *Deus é Marica* concebido e produzido pelo curador peruano Miguel López. O projeto reuniu o mexicano Nahum B. Zenil, o peruano Sergio Zevallos, o espanhol Ocaña¹² e a dupla chilena Las Yeguas del Apocalipsis. Todos os artistas, alguns produzindo até os dias de hoje, eram atuantes na década de 1980 e, por conta das conjunturas de então: ditaduras do Cone Sul, repressões e a epidemia da AIDS, tiveram as suas produções visuais pouco visibilizadas e analisadas. É nesse recorte temporal em que é situada as produções de cada artista escolhido.

No projeto *Deus é Marica* o coletivo *Las Yeguas del Apocalipsis* participou com dois trabalhos: O vídeo *Casa particular* (1990) com duração de 9min30seg e dirigido por Gloria Camiruaga (1941-2006) e a Fotografia *Las dos Fridas* (1989-2014; dimensões de 120x135cm) executada por Pedro Marinello. Casa Particular foi apresentado na Bienal de São Paulo em uma pequena tela que demandava uma aproximação individual do espectador deixando pouca margem para diálogo com os demais presentes. O vídeo revela o cotidiano de uma casa de prostituição de travestis na Rua San Camilo em Santiago, Chile. Já a fotografia *Las dos Fridas*, clicada por Pedro Marinello foi realizada durante uma sessão fotográfica em estúdio e apesar de ensaiada para aquela ocasião é resultado de uma performance realizada anteriormente pela dupla. Na imagem vemos Lemebel (à esquerda) e Casas (à direita), sentadas lado a lado, em posição ereta, com cabelos longos presos acima da cabeça formando um coque voluptuoso. A imagem é a recriação do quadro homônimo produzido pela artista mexicana Frida Kahlo.

No texto que acompanha o catálogo do evento e redigido pelo próprio López, são colocadas algumas perguntas: “Como escrever a história de sujeitos que têm sido reiteradamente eliminados da história? Que tipos de conhecimento produzem os corpos das chamadas minorias sexuais - conhecimentos que são ainda ininteligíveis dentro dos modos dominantes de discurso e construção narrativa?” (LÓPEZ, 2014, p.242). O texto segue chamando a nossa atenção para a problemática articulação entre religião, militarismo e os processos de colonização da América Latina. O autor afirma que as práticas religiosas contribuíram para a instauração do projeto civilizador ocidental na América Latina e que os artistas que integram a instalação realizam a ação de transviadar as figuras religiosas como um ato de resistência e ressignificação. Com isso abrem “trilhas que haviam sido bloqueadas a fim de estabelecer novos territórios de devoção crítica para desejos e corpos não normativos” (2014, p.244).

¹² Tendo em vista que na minha pesquisa de doutorado me propus a analisar apenas as obras de artistas latino-americanos, a participação de Ocaña na 31ª bienal de São Paulo foi apresentada, porém não analisada.

Sobre a produção de Sergio Zevallos presente na 31ª Bienal, destaco a subsérie *Libreta militar* que faz parte da série *Ambulante*. São 8 fotografias de dimensões variadas realizadas por fotógrafos ambulantes peruanos por meio de câmeras antigas construídas artesanalmente a partir de caixas de madeira e uma objetiva. A libreta militar por sua vez, é um documento de identidade exigido de todos os jovens peruanos, independente do gênero, quando fazem aniversário de 17 anos. O registro militar é obrigatório e as pessoas que não o realizam são penalizadas com o pagamento de uma multa. Ainda que o serviço militar no país seja voluntário, paradoxalmente o cadastramento não o é. A justificativa oficial é a de que na falta de voluntários as vagas são preenchidas a partir desse banco de dados tornando, na prática, um serviço obrigatório, bem como uma prática de cadastramento militar dos cidadãos. Zevallos interpreta um personagem nesses retratos, colocando-se em cenas que certamente não seriam permitidas em documentos oficiais, ao mesmo tempo em que sua corporalidade e vestimentas não nos permitem identificar diretamente seu gênero.

No contexto acima apresentado podemos assumir que a emergência de um arquivo de produções artísticas de referenciais feministas e transviados em construção se manifestou na Bienal de São Paulo de 2014. Ao mesmo tempo e de maneira reflexiva, a 31ª edição do evento contribuiu diretamente para a consolidação desse arquivo.

Nas ondas que visibilizam e invisibilizam imagens e sujeitos, a 31ª Bienal de São Paulo emergiu em um momento quando as discussões sobre gênero e sexualidade tomaram as ruas do Brasil e do mundo, ampliaram-se na academia brasileira e ocuparam espaços – mesmo que tímidos e por vezes problemáticos – na grande mídia. O tradicional evento de arte sediado na América Latina se propôs a lidar diretamente com questões que, ao mesmo tempo em que despertam amplo interesse, também sofrem tentativas sistemáticas de silenciamento no contexto brasileiro.

Tendo em vista o desejo da organização e curadoria do evento em ocupar o Pavilhão da Bienal com projetos que dialogavam com as manifestações das ruas e as discussões socioculturais do momento, relacionadas ao cenário político nacional e internacional, as questões de gênero e sexualidade tornaram-se emergenciais, com um grande número de artistas trabalhando em interface direta com esses pontos, como foi o caso dos artistas e projetos aqui apresentados, e tantos outros que evocaram essas questões em propostas interseccionais.

Considerações Finais

Neste texto a Bienal de São Paulo foi entendida enquanto um arquivo vivo que se expande a cada edição realizada. Essas edições por sua vez, também podem ser pensadas enquanto arquivos, ou pastas em si mesmas que se formam dentro desse corpo mais amplo. Ao final de cada edição da Bienal de São Paulo, percebemos que as edições se consolidam e passam a ser referenciadas por uma palavra ou por uma frase que sintetiza o conjunto ali apresentado. Como no próprio ato de arquivar, quando colocamos palavras-chave para encontrarmos com maior facilidade um documento ou objeto, as edições ganham essas breves notas. Não hesito em afirmar que as palavras centrais da 31ª Bienal de São Paulo foram gênero e sexualidade.

Concluo que é possível criar sub-arquivos da Bienal de São Paulo enquanto instituição a partir da pesquisa de suas edições. Quer dizer, a extensão desses eventos e suas camadas de significado são tão amplas, que podemos buscar arquivos “escondidos” dentro desse grande arquivo que é a Bienal. A partir dessa ideia, entendo que um arquivo dos gêneros e das sexualidades perpassa todas as edições do evento com projetos, imagens e artistas, mas também a partir dos discursos das equipes curatoriais.

A questão do discurso sobre a Bienal e seus artistas, aquele articulado pela equipe curatorial e por convidados a escrever sobre o evento nos materiais oficiais de cada edição, nos indica como termos e conceitos do universo de discussões de gênero e sexualidade são articulados. As reflexões teóricas e filosóficas sobre gênero e sexualidade são amplas e densas por isso, suas ausências provocam certa curiosidade, especialmente quando os imaginários poéticos dos artistas nos colocam frente a frente a esses pontos, mas o discurso sobre suas obras se esquivava do reconhecimento desses debates. Evidentemente que nem toda a edição da Bienal de São Paulo se interessa em trazer essas discussões de maneira central, porém me parece importante que elas sejam ao menos reconhecidas nas propostas particulares de cada artista. Não querer tocar nos conceitos de gênero e sexualidade para se falar sobre produções visuais me parece ser um desconhecimento dessas discussões, mas também um tabu a ser quebrado, relacionado à ideia de que esses conceitos estão apenas na esfera do político.

Caminhando pelas quatro edições que antecederam a 31ª Bienal de São Paulo, foi possível observar momentos de evocação direta dessas discussões, como no caso da 27ª edição de curadoria de Lisette Lagnado e a 29ª edição de Agnaldo Farias e Moacir dos Anjos. Em ambos os casos, artistas que trabalham nos universos poéticos dos gêneros e sexualidades foram convidados a participar dos eventos e a equipe curatorial não hesitou em evocar essas discussões nos textos de apresentação desses artistas. O mesmo ocorreu na 30ª edição de curadoria de Pérez-Oramas em cujas constelações propostas pela organização do evento esses conceitos

também emergiram e, mesmo sem destaque no projeto curatorial como um todo, foram afirmados nos espaços de intersecção.

Ao mesmo tempo, na 28ª edição de curadoria de Ana Paula Cohen e Ivo Mesquita, esses conceitos não foram articulados nas falas sobre os artistas. O episódio controverso da pichação do andar vazio da Bienal, que resultou na prisão da jovem Caroline da Mota, entretanto, nos convida a uma análise a partir das relações de gênero. Mota foi a única pessoa punida, ainda que diversos jovens – em sua maioria homens – tenham participado do momento. No ano seguinte, na 29ª edição, quando os curadores convidaram o grupo de pichadores a participarem da exposição Caroline da Mota encontrava-se na condição de mãe, desempregada e viúva, sem condições de atender o evento.

Se um arquivo da Bienal de São Paulo que procura evidenciar as experiências de gênero e sexualidade é possível, a 31ª Bienal pode ser entendida como uma ação direta no sentido de centralizar o debate nessas questões. A importância dessa ação ficou clara quando situamos o projeto *Como... coisas que não existem* no contexto das demais edições do evento, mas também em uma narrativa da arte que contempla a trajetória histórica desses debates.

Referências

APPADURAI, Arjun. Archive as aspiration. In. BROUWER, Joke and MULDER, Arjen (Ed.). **Information is Alive**. Rotterdam: V2_Publishing/NAI Publishers, p.14-25.

ANJOS, Moacir; FARIAS, Agnaldo. **Catálogo da 29ª Bienal de São Paulo**: Há sempre um copo de mar para um homem navegar. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2010.

BENTO, Berenice. É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da Teoria Queer ao Sul do Equador. In. **Áskesis**, v.4, n.1, jan/jun. 2015, p.143-155.

BERTOLOTTO, Rodrigo. Artistas cobram iniciativa da Bienal para liberar pichadora presa há 40 dias. **Folha de São Paulo**, 04/12/2008/. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2008/12/04/ult5772u1973.jhtm>>. Acessado em: 19/11/14

CYPRIANO, Fabio. Leia entrevista com curadores da próxima bienal de São Paulo. Ilustrada. **Folha de São Paulo**, 23/08/13. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/08/1330238-leia-entrevista-com-curadores-da-proxima-bienal-de-sao-paulo.shtml>>. Acessado em: 23/11/14.

ESCHE, Charles (et al.). **31ª Bienal de São Paulo**: Como (...) coisas que não existem. São Paulo: Fundação Bienal, 2014.

FABBRINI, Ricardo N. Para uma história da Bienal de São Paulo: da arte moderna à contemporânea. **Revista USP**. São Paulo, n.52 dez-fev 2001-2002.

FERGUSON, B; Hoegsberg, M. Talking and thinking about Biennials: the potential of discursivity. In: **The Biennial reader**. Alemanha: Hatje Cantz, 2010.

FILIPOVIC, Elena; van HAL, Marieke; Ovstebo, Solveig. Biennialogy. In: **The Biennial reader**. Germany: Hatje Cantz, 2010.

HERKENHOFF, Paulo. Bienal age de modo cínico e intolerante ao lavar as mãos. Ilustrada. **Folha de São Paulo**, 15 de dezembro de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1512200818.htm>>. Acessado em: 5/02/2016.

HLAVAJOVA, M. How to Biennial? The Biennial in relation to the art institution. In: **The Biennial reader**. Alemanha: Hatje Cantz, 2010.

LAGNADO, Lissette, PEDROSA, Adriano (Ed.). **27ª Bienal de São Paulo**: Como viver junto. Fundação Bienal de São Paulo, 2006.

LÓPEZ, Miguel A. **The Museo Travesti del Perú and the histories we deserve**. Fondazione Zegna, 2013.

LÓPEZ, Miguel. Deus é Marica. In. ESCHE, Charles (et al.). **31ª Bienal de São Paulo**: Como (...) coisas que não existem. São Paulo: Fundação Bienal, 2014.

MUNIZ, Diógenes. Convite revela medo da Bienal, diz pichadora presa em 2008. In. **Folha de São Paulo**. 17/09/2010. Disponível em:

<<http://noticias.bol.uol.com.br/folhaonline/ilustrada/2010/09/17/convite-revela-medo-da-bienal-diz-pichadora-presa-em-2008.jhtm>>. Acessado em: 10/01/17

OLIVEIRA, Rita Alves. Bienal de São Paulo: impacto na cultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.15, n.3, jul./set., 2001.

PÉREZ-ORAMAS, Luis (et al.). **Catálogo da 30ª Bienal de São Paulo**: A eminência das poéticas. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2012.

SOUZA, Milena Costa. Gênero, sexualidade e as relações paradoxais da construção de arquivos no mundo da arte. In. **Art&Sensorium**, Curitiba, v.5, n.2, p. 36 – 48 Jul.-Dez. 2018

MASCULINIDADES, EMBRIAGUEZ E VIOLÊNCIA EM CASAS COMERCIAIS: NOTAS DE PESQUISA EM PROCESSOS CRIMINAIS (COMARCA DE MALLET- PR; 1950-1978)

Leonardo Henrique Lopes Soczek

leonardosoczek@gmail.com

Mestre em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

<http://lattes.cnpq.br/4864864827389902>

Lucas Kosinski

kosinski_lucas@hotmail.com

Mestre em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

<http://lattes.cnpq.br/1042660159646875>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo geral apresentar algumas considerações sobre as práticas criminalizadas em casas comerciais, tendo como fontes históricas os processos criminais registrados na Comarca de Mallet/PR, entre 1950-1978. Situada na região sudeste do Estado do Paraná, Mallet foi marcada pela imigração eslava e se desenvolveu em uma grande área rural e num restrito centro urbano. Em meio ao predomínio do desenvolvimento agrícola, a formação de casas comerciais caracterizadas como armazéns, bares, botequins e afins, representaram os principais espaços privados comerciais e de sociabilidade no início e meados do século XX. Contendo documentos inquéritos e processos criminais desde 1913, o acervo disponibilizado pelo CEDOC/I demonstra a predominância de casos envolvendo casas comerciais a partir da década de 1950, e uma queda significativa após o final da década de 1970. Por meio deste recorte temporal foi possível analisar o maior número de casos e interpretar os significados dessas práticas criminalizadas atribuídas pelo poder judiciário local e nas narrativas elaboradas por parte dos acusados, vítimas e testemunhas dos casos. Ao interpretarmos tais narrativas, com base nas noções conceituais cerceunianas que concebem os espaços enquanto "espaços praticados", constatamos que as práticas do espaço eram diversas, de modo que algumas foram criminalizadas e processadas pelo poder judiciário local, mas não eram as únicas perceptíveis. Compreendemos que além dos significados produzidos pelo poder judiciário local, os casos também demonstraram a existência de outras práticas que constituíram outros espaços, principalmente de masculinidades e de embriaguez que, juntamente com as diferentes práticas de violência, caracterizam elementos notáveis nos crimes, compondo grande parte das práticas exercidas nas casas comerciais dos anos 1950 até o final da década de 1970.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades; Práticas criminalizadas; Espaços praticados; Casas comerciais; Mallet/PR

ABSTRACT: The present work has as general objective to present some considerations about the practices criminalized in commercial houses, having as historical sources the criminal cases registered in the Region of Mallet / PR, between 1950-1978. Located in the southeastern region of the State of Paraná, Mallet was marked by Slavic immigration and developed in a large rural area and a restricted urban center. In the midst of the prevailing agricultural development, the formation of commercial houses characterized as warehouses, bars, taverns and the like, represented the main private commercial and sociability spaces in the beginning and middle of the 20th century. Containing documents investigations and criminal cases since 1913, the collection provided by CEDOC / I demonstrates the predominance of cases involving commercial houses from the 1950s, and a significant drop after the end of the 1970s. Through this time cut was possible analyze the largest number of cases and interpret the meanings of these criminalized practices attributed by the local judiciary and the narratives elaborated by the accused, victims and witnesses of the cases. In interpreting these narratives, based on the conceptual notions of Certeunian that conceive spaces as "spaces practiced", we find that the practices of space were diverse, so that some were criminalized and prosecuted by the local judiciary, but they were not the only ones perceptible. We understand that

in addition to the meanings produced by the local judiciary, the cases have also demonstrated the existence of other practices that constituted other spaces, mainly masculinities and drunkenness that, together with the different practices of violence, characterize notable elements in the crimes, of practices practiced in commercial houses from the 1950s to the end of the 1970s.

KEYWORDS: Masculinities; criminalized practices; spaces practiced; commercial houses; Mallet/PR

Considerações iniciais

Na história de Mallet/PR há diversas questões a serem pontuadas. Segundo o histórico da formação administrativa, apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, Mallet foi elevado à categoria de município em 1912, desmembrado de São Mateus com a lei estadual nº1189, inicialmente denominado Marechal Malét²⁴¹. Pelo decreto-lei estadual nº7573, em 1938, foi criado o distrito de Dorizon. No quadro territorial composto em 1950, o município é constituído de quatro distritos: Mallet, Dorizon, Rio Claro do Sul e Paulo Frontim. Este último foi desmembrado e tornou-se município em 1951, pela lei estadual nº790. A cidade é considerada um dos principais focos da ocupação imigratória europeia no Paraná. Inicialmente era formada pela colônia de Rio Claro, povoada por famílias brasileiras motivadas pelo projeto de colonização da região por parte do Governo Imperial, que se dedicavam à agricultura e à pecuária.²⁴² Em 1890 tem-se a primeira leva de imigrantes europeus, constituída por poloneses. Segundo o histórico apresentado pela prefeitura de Mallet-PR:

Em 1890 chegaram os primeiros imigrantes europeus, vindos da Polônia, os quais estabeleceram-se em Rio Claro, seis anos depois da chegada dos primeiros colonizadores. Na Colônia, que já se encontrava traçada em lotes de 10 alqueires de terra, eles compraram lotes, pagos a longo prazo, e também obtiveram o sustento concedido por dois meses. Apesar de ser basicamente camponesa, a imigração polonesa apresentou um bom número de intelectuais, jornalistas, cientistas, sacerdotes, militares, artistas, que muitos contribuíram para a modernização e o progresso material e intelectual da região. [...] Os ucranianos e os poloneses construíram igrejas, escolas, clubes recreativos, além de casas, sendo muitas em estilo europeu. Os habitantes daquelas comunidades viviam da agricultura e da pecuária, comercializando os seus produtos com os tropeiros que atravessavam a região, saindo de Palmas rumo a São Paulo (MALLET, 2014).

²⁴¹ Pela lei estadual nº 2645, de 01-04-1929, o município de Marechal Malét tomou a denominação de Mallet.

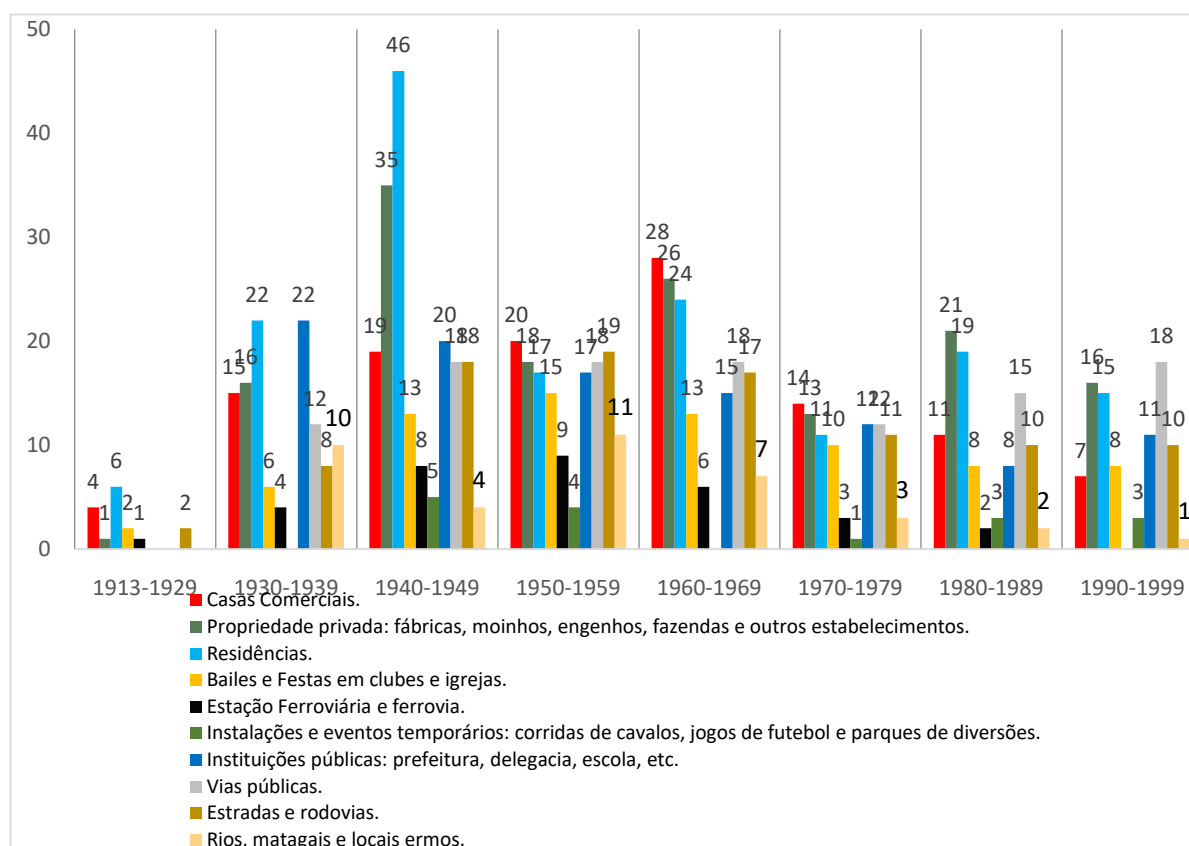
²⁴² A política do projeto de colonização agregava, além da ocupação do território pelo fluxo migratório, a adequação do “modo de viver” dos habitantes. Sob iniciativa da administração provincial e do governo imperial, a criação de núcleos coloniais na província do Paraná, distintamente do que ocorria na Província de São Paulo, onde a colonização visava o aumento da mão-de-obra disponível para a produção cafeeira, tinha como objeto o desenvolvimento da produção de gêneros agrícolas, estando bastante ligado à formação da pequena propriedade pelas mãos do imigrante, tendo o grupo familiar como unidade básica de trabalho. Via-se na presença do europeu o exemplo de trabalho livre e familiar capaz de contribuir com o desenvolvimento da agricultura na província. BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, p. 365 e p. 386; e ANDREAZZA, Maria Luiza. NADALIN, Sergio Odilon. *O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante*, p. 64-66.

Conforme este breve histórico, disponível no endereço eletrônico da prefeitura de Mallet-PR, a forte influência imigrante na construção da sociedade é revelada em sua história e preserva aspectos culturais que promoveram a formação da cidade. Verifica-se que as representações de Mallet/PR neste discurso mostram uma sociedade interiorana, pacífica e com relações sociais estritamente ligadas ao trabalho agrícola e seu efeito nas relações sociais, ressaltando valores como o trabalho, considerados necessários ao povoamento do Paraná, personificados ao cidadão paranaense, que conseqüentemente, formavam uma população “mais civilizada”.²⁴³ Pode-se considerar esta concepção da região de Mallet/PR “a partir da influência que os elementos de ordem étnica, religiosa ou cultural, de modo geral, exercem sobre a relação entre o homem e seu meio” (MARTINS, 1987, P. 27). Entretanto, este discurso não considera a superposição de diferentes espaços, repletos de variadas interações sociais, práticas culturais e até conflitos. Para tanto, acredita-se possível fortalecer este apontamento por meio da análise de crimes ocorridos em casas comerciais.

Contendo documentação desde 1913, o acervo disponibilizado pelo Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual do Centro-Oeste em Irati-PR (CEDOC/I) demonstra um aumento expressivo do número de inquéritos e processos criminais ocorridos nestes espaços a partir da década de 1940. Conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Espaços de criminalidade. (CEDOC/I, 1913 -1999).

²⁴³ Podemos encontrar mais dessas “características históricas”, pensadas por diferentes perspectivas, em autores como: Wilson Martins, Romário Martins e Rui Wachowicz. Este último argumenta o estado do Paraná como o maior ‘laboratório étnico’ do Brasil, o que dá ao mesmo uma característica distintiva especial perante outros Estados. Ver: *História do Paraná* (1977) de Ruy Wachowicz.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de pesquisa realizada no CEDOC/I.

A partir da década de 1940 concebe-se um aumento expressivo do conjunto de atos criminosos registrados em fontes criminais em casas comerciais, seguido de sua predominância nas décadas de 1950, 1960 e 1970. No recorte temporal selecionado nesta pesquisa, os registros dos crimes ocorreram majoritariamente nas casas comerciais, o que promoveu uma determinada importância desses estabelecimentos comerciais nos documentos judiciais e a oportunidade de trabalhar com a maioria dos casos em relação a totalidade do acervo.

A idealização e construção desses locais em diversas cidades levam em conta a sua importância econômica para a sociedade. Utilizando de uma historiografia regional, a historiadora Neli Maria Teleginski apresenta um estudo e análise das bodegas pertencentes à cidade de Irati-PR e região, no século XX. Conforme a autora, muitas famílias de pessoas pobres e imigrantes usam suas habilidades como donos de bares, botecos, armazéns e mercearias a fim de retirarem seu sustento para sua família. Além do proprietário, esses locais apresentam “micronegócios” particulares que remontam à venda de objetos, alimentos, negociações, etc. A sociabilidade em questão acontece a todo o momento e faz parte do funcionamento da estrutura socioeconômica presente a esses locais (TELEGINSKI, 2012).

Ao analisar as narrativas existentes nos processos criminais, nota-se que testemunham aspectos da cultura, tradição e nuances do cotidiano da população malletense. Em situações

cotidianas, muitas pessoas frequentam bares, botequins, armazéns, bodegas e afins com vários intuitos, seja para comercializar, se comunicar, ou até buscar diversão. Nesses espaços cria-se uma rede de relações sociais, políticas e comerciais, por meio de “negociações”, “conversações”, “trocas de produtos”, etc. Há também práticas sem o intuito comercial ou político, como por exemplo, a simples atitude de “conversar com amigos”, “tomar uns tragos” e “jogar bilhar”. Porém, muitas vezes estas formas de sociabilidade tornam-se “tensas”, resultando em práticas consideradas criminosas. Entre um espaço de sociabilidade, de “lazer”, “jogos”, comercialização e consumo de bebidas e alimentos, revelam-se formas de violências e, consequentemente, práticas criminais. Desse modo, neste artigo buscamos estudar os aspectos de masculinidades e a prática da embriaguez como características perceptíveis nos casos de violência e nos crimes.

Como aporte teórico, nos fundamentamos nas noções conceituais certeunianas. Para trabalhar as noções de espaços praticados, a fim de conceber as diferentes práticas culturais perceptíveis nas narrativas processuais em casas comerciais, inspiramo-nos no trabalho de Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*. Nessa obra, Certeau trabalha com a noção de espaços e lugares. O espaço existe “sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável de tempo”, diferente do lugar, que é “ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. O lugar, portanto, é uma configuração instantânea de posições, é um espaço racional que subordina os elementos a uma determinação específica. O que transforma espaços em lugares e lugares em espaços, são os relatos que, estabelecendo uma ordem, criam determinados locais em espaços indeterminados. Porém, as tentativas de constituir lugares não são exclusivas, diferentes relações sociais e práticas culturais criam diferentes espaços independentes dos relatos determinantes, podendo ou não, se estabelecerem como “novos relatos” (CERTEAU, 2012, p. 184).

Pela noção conceitual certeuniana, as diferentes formas de consumo ou as táticas frente às estratégias são diversas e constituem uma especificidade histórica. Na perspectiva de Certeau, há uma contraposição sempre dinâmica entre estratégias – manipulação das relações de força por um sujeito que se constitui em lugar próprio – e táticas – ação calculada que é determinada pela ausência de um lugar próprio (CERTEAU, 2012, p. 100). Embora se saiba da complexidade e dos limites metodológicos que as fontes denotam, pois não é possível conceber a totalidade de práticas, podemos estabelecer algumas noções acerca das consideradas ordinárias nesses locais. Nos processos criminais é possível identificar narrativas sobre nuances do cotidiano em Mallet, principalmente, ao concebermos as declarações dos envolvimento direto e indiretamente nos casos. Embora haja a mediação dessas falas por meio do Poder judiciário, podemos identificar principalmente nas narrativas não diretamente relacionadas ao delito, em que momentos as

peessoas frequentavam as casas comerciais, o que faziam e, com cuidados metodológicos, chegar a possíveis interpretações sobre os significados desses estabelecimentos comerciais para seus frequentadores.

Espaços de masculinidades

Durante a análise dos 62 processos criminais, foi possível compreender que as práticas do espaço demonstram diferentes formas de violência relacionadas a uma superioridade da participação de sujeitos masculinos e, conseqüentemente, às práticas de masculinidades, principalmente por meio da análise dos diálogos e das narrativas produzidas. Além disso, pudemos notar que embora mínima, a participação feminina ocorria nesses locais e sob uma interpretação diferenciada da masculina. Esses aspectos são passíveis de serem interpretados como determinados espaços praticados e demonstram elementos não perceptíveis na concepção de lugar e nas produções discursivas do Poder judiciário sobre as práticas. Para tanto, analisaremos um caso previamente selecionado de modo que possamos relacionar as práticas criminalizadas aos aspectos culturais a serem compreendidos.

Em 12 de maio de 1950 foi autuado o terceiro crime do ano ocorrido em uma casa comercial. Trata-se de um inquérito sobre um delito de difamação. A denúncia foi feita um dia após o delito praticado por Euphemio²⁴⁴, em Mallet, que se considerou lesado por ser alvo de palavras injuriosas. Conforme o denunciante, podemos que aproximadamente meio dia, Euphemio estava “palestrando” com Trajano e Miguel “sobre moças” na frente da casa comercial de João Mryszka. Em determinado momento, a senhorita Nely²⁴⁵, saindo do interior da casa comercial, agrediu verbalmente o declarante com palavrões insultuosos. Além dela, o dono do estabelecimento, Joao Mryszka, juntamente com Helena e Wanda, não satisfeitos, insultaram o requerente com as seguintes palavras: “cachorro, porco, sem vergonha e etc.” O declarante se sentiu- ofendido e abatido em sua moral (CEDOC/I, 1950, p. 02).

Embora o depoimento inicial não aponte a causa pelo qual Nely agrediu Euphemio, outros depoimentos relatam maiores detalhes do caso.

Wanda²⁴⁶ trabalhava como doméstica em Mallet. Era mãe de Nely e, no dia em questão, estava almoçando com sua irmã e seu cunhado na casa comercial de João Mryska, “quando de repente, sua filha corria, chorando, em sua direção, dizendo que Euphemio estava assobiando e

²⁴⁴ 23 anos de idade, solteiro, contador. Importante ressaltar que os sobrenomes dos denunciados e vítimas não são mencionados, a fim de resguardar sua (s) identidade (s).

²⁴⁵ 20 anos de idade, era solteira e trabalhava como doméstica

²⁴⁶ 37 anos, solteira, doméstica.

fazendo gestos obscenos para ela”. Conforme Wanda, não era a primeira vez, dizia sempre para sua filha que “não fizesse nada, mas sempre contasse para ela (Wanda)”. A declarante, após o desabafo de sua filha, gritou para fora da casa comercial para que ele (Euphemio) “não mexesse com as moças e que não tinha o devido respeito.” (CEDOC/I, 1950, p. 05v).

Helena²⁴⁷, esposa do proprietário da casa comercial João Mryska, confirmou o depoimento de Wanda e segundo suas palavras: “havia malícia nas atitudes de Euphemio”. (CEDOC/I, 1950, p. 06). João²⁴⁸, por sua vez, confirmou o depoimento de Wanda e de Helena.

Quando interrogada, Nely confirmou o depoimento de sua mãe e acrescentou mais. Segundo seu depoimento: “sempre sofria com as palavras e gestos obscenos de Euphemio”. Nas primeiras vezes, por medo, não contou para sua mãe, mas devido à frequência das atitudes, resolveu contar. Especificamente, relatou que no caso em questão, Euphemio gritou que “ela precisava casar logo, pois estava engordando” e, além disso, “fazia diversos gestos imorais”, dos quais não declarou os detalhes (CEDOC/I, 1950, p. 10v).

As testemunhas narraram alguns detalhes do caso e, em geral, confirmaram a versão da mãe de Nely. Miguel²⁴⁹ declarou que no momento estava chupando algumas mimosas e conversando com Trajano e Euphemio em frente da casa comercial, e confirmou que esse último “provocava a senhorita” (CEDOC/I, 1950, p. 11). Trajano²⁵⁰ disse que foi até a casa comercial a fim de “apostar em corridas de automóveis” e confirmou as ofensas por parte de Euphemio, mesmo após “João Mryska pedir para que Euphemio se retirasse de sua casa comercial” (CEDOC/I, 1950, p. 12v).

Outros depoimentos confirmaram a versão por parte de Nely e sua mãe. Apesar da denúncia se pautar nas difamações ocorridas contra Euphemio, a promotoria concebeu o caso como correspondente também a uma contravenção penal. Conforme o artigo sob nº 61, o ato de “importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor” era considerado umas das contravenções relativas à polícia de costumes, conforme as Leis das Contravenções Penais de 1941.²⁵¹ Portanto, as atitudes testemunhadas em que Euphemio “fazia gestos imorais” para a acusada acabaram por incriminando o próprio queixoso. A promotoria, em vista a ocorrência de duas infrações e por se tratar de uma queixa privada, pediu então para que Euphemio se pronunciasse sobre o caso (CEDOC/I, 1950, p. 16).

²⁴⁷ 36 anos de idade, casada, doméstica.

²⁴⁸ 37 anos, comerciante, casado.

²⁴⁹ Fotógrafo, casado, 51 anos de idade.

²⁵⁰ Advogado, casado, 67 anos de idade.

²⁵¹ Lei das Contravenções Penais (1941). Art. 61 Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor. Pena – multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis.

Depois de intimado, Euphemio não deu andamento e a acusada também não se manifestou, ocasionando um abandono processual. A sentença foi dada em 14 de fevereiro de 1951, quase um ano após o ato, decidindo pela improcedência da ação devido à falta de provas e pelo abandono processual por parte do queixoso. Os autos foram arquivados em 07 de março de 1951 (CEDOC/I, 1950, p. 17).²⁵²

No caso exposto acima, podemos estabelecer diversas interpretações. Sobre uma possível prática em defesa da honra, a atitude de Euphemio, inicialmente, pode ser entendida como uma forma de “provar a sua virilidade aos seus companheiros masculinos” na referida casa comercial, demonstrando atitudes possivelmente “assediosas” contra Nely, que, conforme suas experiências podiam ser consentidas como ações “comuns” naquele espaço. Porém, ao ser ofendido, Euphemio recorreu à defesa de sua honra, pois apesar das importunidades que havia causado em Nely, não eram justificativas para que ela e seus familiares ofendessem sua honra, o chamando “sem vergonha”, “porco”, dentre outros termos.

Essa percepção nos auxilia a compreender que as práticas criam espaços; e, nesse, bem como na maioria dos casos analisados, os significados masculinos historicamente construídos e caracterizados nas práticas, foram determinados na criação de espaços específicos nas casas comerciais, como os que expõem aspectos de virilidade e da defesa da honra. Dessa forma, esses locais, além de frequentados predominantemente por sujeitos masculinos, eram significados por esses sujeitos e, portanto, estabeleciam espaços de masculinidades, de modo que qualquer prática considerada diferente fugia à norma estabelecida pelos frequentadores das casas comerciais, como, por exemplo, a participação feminina.

Ou seja, o ambiente pode ser transformado de diversas maneiras por aqueles que o utilizam, que o “consomem”. Nesse e em outros casos, esses significados masculinos eram principalmente perceptíveis por meio dos temas discutidos, pelas formas de conversação, pelas negociações, pelos jogos, pelas formas de violência e pela ingestão de bebidas alcoólicas nas casas comerciais.

Entretanto, a narrativa apresentada também demonstra um dos poucos casos em que houve a participação ativa de mulheres. Ao concebermos a perspectiva de gênero como uma categoria de saber sobre as diferenças sexuais, relacionadas diretamente pelas relações de poder²⁵³,

²⁵² O artigo 404 da lei nº 1916 de 23 de fevereiro de 1920, do Código do Processo Criminal do Estado do Paraná, que raramente, mas utilizado neste processo criminal, normatiza o abandono processual. Conforme o artigo “Os actos nulos ficarão sanado- pelo silencio das partes, tratando-se de formalidades unicamente do interesse delias, cuja inobservância não prive o réo do direito de defesa.”

²⁵³ Influenciada por Foucault, a historiadora Joan Scott entende o gênero como um saber sobre as diferenças sexuais concebida inseparavelmente da concepção de poder. As relações gênero, conforme a autora, estão imbricadas nas relações de poder e podem ser entendidas como as primeiras formas de dar sentido a estas relações. SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.

compreendemos que, nesse caso, a forma de dar sentido a tais diferenças por parte dos sujeitos se deu principalmente no papel solidário entre Nely, sua mãe e as testemunhas femininas. Os depoimentos dessas mulheres testemunharam que as supostas difamações proferidas por Nely, foram justificadas em relação às ofensas que sofria há tempos por parte de Euphemio. Apesar de um local frequentado por sujeitos masculinos, as atitudes de Euphemio, além de criticadas pelas mulheres, foram também criticadas por alguns homens, que confirmaram os depoimentos de Wanda, Nely e Helena. Esse exemplo de solidariedade demonstrou um maior engajamento entre as mulheres em relação a uma possível “defesa” de Euphemio elaborada pelos homens que testemunharam o acontecimento.

Esse caso pode ser considerado uma das exceções em nosso conjunto de fontes. Em vista a superioridade quantitativa de sujeitos masculinos nas fontes, os espaços praticados nas casas comerciais remetiam principalmente a subjetividades em prol de significados construídos historicamente como masculinos, de modo que os papéis sociais desempenhados pelas mulheres, em suma, não eram relacionados diretamente às práticas criminalizadas. Apesar das mulheres não participarem “ativamente” nas relações cotidianas perceptíveis nas narrativas processuais das casas comerciais, a não ser nos trabalhos domésticos e nos serviços prestados por empregadas do comércio que, em geral, eram esposas dos comerciantes, identificamos que alguns casos demonstraram a participação feminina. Havia a circulação de mulheres, mas não era suficientemente perceptível a ponto de interpretarmos possíveis espaços femininos.²⁵⁴

Ao problematizarmos a concepção de espaço de masculinidades compreendemos, também, que suas práticas implicam em outros elementos narrados exaustivamente nas fontes, como a violência. Apesar dessa constatação, as práticas de masculinidades são diversas e significadas de diferentes maneiras por seus sujeitos, o que nos aproximou da noção conceitual de “subjetividades”, nesse caso, “masculinas”.

Conforme Foucault (2001, p. 1571), a subjetividade pode ser concebível pela “maneira pela qual o sujeito faz experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual se relaciona consigo mesmo” (apud REVEL 2005, p. 85). Nessa concepção, são vários os fatores externos que possivelmente contribuem de forma direta para essa construção social. Assim como há um processo de objetivação, há um processo de subjetivação aos sujeitos, que podem significar e reagir a esses fatores externos de diferentes maneiras.

Nessa perspectiva, ao compreendermos o gênero enquanto uma categoria de análise entendemos que as masculinidades correspondem a formas de subjetividade. Do mesmo modo

²⁵⁴ Possivelmente o motivo de tal apontamento remete hipoteticamente as próprias relações hierárquicas de gênero na sociedade, principalmente valores familiares patriarcais, que possivelmente, ocorreriam na Comarca de Mallet, assim como em outras localidades.

que “o homem é produtor no processo histórico”, ele também se torna “produto desse processo” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 26).

Essa interpretação sobre as práticas que pretendemos chegar não é exclusiva no caso das casas comerciais de Mallet. Em outras localidades, esses locais também eram considerados espaços próprios para as subjetividades masculinas. Maria Izilda Matos, ao trabalhar as relações entre as masculinidades e o alcoolismo em São Paulo no início do século XX, concebeu que casas comerciais, como bares e outros estabelecimentos, eram os espaços de convívios particularmente masculinos que, além de pontos para “beber, jogar, eram, também, territórios onde se desenrolavam conflitos” (MATOS, 2001, p. 76).

Renata Aparecida Sopelsa, ao analisar algumas regiões interioranas do Paraná no início do século XX, compreendeu também que as casas comerciais eram lugares para a convivência entre os mais variados grupos sociais e que, eram “essencialmente” compostas por redes de sociabilidades masculinas (SOPELSA, 2012, p. 80). Nessa esteira, Kety Carla de March, ao analisar as subjetividades masculinas nas cidades de Curitiba e Guarapuava, destacou que os estabelecimentos comerciais como bares e as casas comerciais são reflexos de espaços públicos de sociabilidade masculinas. Conforme a autora, nesses locais:

[...] engendram-se masculinidades que para aceitação social, narram situações de domínio, como enfrentamento a outros homens, controle sobre a família ou acesso ao corpo feminino. Essas ações eram naturalizadas por esses sujeitos porque era no encontro com seus pares que os ritualizavam. (MARCH, 2015, p. 114)

Na Comarca de Mallet não era diferente. A análise dos processos criminais confirma a concepção das casas comerciais enquanto espaços de convivência masculina, e a presença de sujeitos masculinos foi majoritária em todos os casos. A participação feminina correspondeu ativamente em apenas sete casos, o que demonstra que em 89% dos processos criminais estiveram envolvidos apenas sujeitos masculinos.

Desse modo, concebemos os “espaços praticados” perceptíveis como espaços de violência e, principalmente, espaços de masculinidade. Dentre os diálogos, reuniões, discussões, jogos e diferentes formas de “consumo” desses espaços, as subjetividades masculinas estiveram majoritariamente presentes nas narrativas processuais.

A embriaguez

Nos 62 documentos analisados, consideramos que apenas dez não se caracterizam pela influência da embriaguez nas práticas, totalizando aproximadamente 16% do total. Desses dez

casos, a maior parte pode ser entendida como processos a fim de investigar furtos em casas comerciais (quatro casos), houve também quatro casos relacionados a difamações e ameaças, sendo dois dessas difamações exercidas contra mulheres; e dois casos de lesões corporais, sendo um durante uma abordagem policial e outro ocorrido por parte de uma mulher contra um homem, que estava assediando-a.

Já na maioria dos casos (52) a prática de ingestão de bebidas alcoólicas foi processada diretamente pelo poder judiciário e pode ser notada nas versões declaradas sobre as práticas criminalizadas.

Apesar da quantidade de casos, neste artigo analisaremos um caso, selecionado devido as diferentes interpretações da prática de embriaguez tanto para o poder judiciário ou para os sujeitos envolvidos no caso. Conforme o inquérito policial, o caso se deu da seguinte forma:

No dia 28 de janeiro de 1961, entre as 19 e 20 horas, os denunciados estavam no bilhar contíguo ao Cine São Pedro, no cruzamento das ruas João Pessoa e Vicente Machado. Repentinamente, sem prévio concerto, após provocações recíprocas, irromperam em luta corporal, que, iniciada dentro do estabelecimento, continuou na via pública, até a intervenção de terceiros. (CEDOC/I, 1961, p. 02)

Os participantes ativos do conflito são quatro: Amador²⁵⁵, Pedro²⁵⁶, José²⁵⁷ e Amadeu²⁵⁸. Há, também, a participação do proprietário do estabelecimento, senhor João Sachser²⁵⁹ e seu amigo Paulo²⁶⁰, os quais retiram os denunciados do interior para fora do estabelecimento e apreenderam uma faca, pertencente a Amador.

Conforme a vida pregressa dos quatro indivíduos ativos no conflito, podemos destacar que, por parte da confirmação dos mesmos, possuíam os vícios em fumo e bebidas alcoólicas, este último pertencente a três dos denunciados (CEDOC/I, 1961, p. 17-26.). Segundo o depoimento do próprio proprietário do estabelecimento:

[...] que o depoente conhece todos os denunciados, podendo informar que são pessoas trabalhadoras e, principalmente [...], costumam a abusar de bebidas alcoólicas, tendo conhecimento de algumas rixas provocadas pelos mesmos. (CEDOC/I, 1961, p. 69)

Porém, conforme a continuidade do depoimento, alguns dos participantes não foram caracterizados pelo forte vício em bebidas alcoólicas: “[...] Amadeu é um rapaz novo e nunca o vi

²⁵⁵ 41 anos, operário, casado, brasileiro

²⁵⁶ 21 anos, operário, solteiro e brasileiro

²⁵⁷ 18 anos, padeiro, solteiro, brasileiro

²⁵⁸ 23 anos, pintor, solteiro e brasileiro

²⁵⁹ 57 anos de idade, comerciante, alemão, casado.

²⁶⁰ 48 anos, operário, casado.

envolvido em encrencas, costuma beber pequenos tragos, não ficando embriagado” (CEDOC/I, 1961, p. 69).

Nesse caso, a decisão jurídica ressaltou que os participantes não agiram por conta e riscos próprios, pois estavam sob o efeito do álcool e, além disso, agiram solidariamente. Conforme o depoimento de várias testemunhas, foi relatado que dentre os participantes momentâneos da casa comercial Cine São Pedro, havia familiares e amigos, fruto da sociabilidade em torno do local. Visto isto, dentre os quatro participantes do conflito, um defende seu irmão quando agredido e outro retira seu sogro do local durante o conflito (CEDOC/I, 1961, p. 68). Além desse fato, houve provocações e agressões antes do conflito se estabelecer entre os quatro denunciados, o que exclui a possibilidade de que o conflito surgiu por improviso (CEDOC/I, 1961, p. 75).

Exclui-se, também, a possibilidade de rixa, a qual condenaria todos os participantes e estabeleceria um delito de agressão por parte de um dos denunciados. Na sentença, foram absolvidos três e condenado apenas Amador, pois foram considerados seus históricos de embriaguez e com base na instauração de outras denúncias passadas sobre a “prática contumaz” do sujeito (CEDOC/I, 1961, p. 75).

Ou seja, a prática da embriaguez, nesse caso, foi interpretada de diferentes formas, ora considerada “atenuante” e ora “agravante” a ponto de condenar um sujeito. A perspectiva da embriaguez como atenuante foi visível na absolvição de três dos quatro acusados, pois, além de agirem em solidariedade, estavam sob o efeito do álcool, portanto poderiam não ter discernimento dos fatos ocorridos, conforme as palavras do magistrado. O fato de que Amador foi o único a ser condenado, embora tivesse um álibi compartilhado com os outros três denunciados, foi justificado pelo seu histórico. O sujeito foi caracterizado por insistir na prática de embriaguez, que consequentemente, influenciou também nos delitos que foi acusado em processos passados, conforme as palavras do magistrado. Essa constatação pode ser interpretada como um significado do caráter “agravante” dessas práticas.

Por meio dessa interpretação da prática, foi possível constatar que dentre os 52 casos mencionados, em 62% dos casos as práticas de embriaguez foram consideradas atenuantes. Nesses casos, principalmente, o caráter “atenuante” foi utilizado nas caracterizações de defesa e nas decisões judiciais, mas não pode ser considerado o único motivo para tais constatações.

Já nos outros casos, o caráter agravante da prática pode ser percebido, porém em apenas em treze casos (25%) a prática da embriaguez foi considerada agravante ou criminalizável a ponto de ser reprimida. Desse total, cinco casos foram inquéritos instaurados a fim de investigar a causa

mortis de corpos encontrados em casas comerciais ou proximidades²⁶¹, sendo que não foi caracterizado nenhum criminoso, apenas entendido o alcoolismo como motivo diretamente relacionado a causa da morte. Outros dois casos remetem diretamente à vigilância, à proibição da venda de bebidas alcoólicas para “impossibilitados” e menores de idade, determinados judicialmente. Portanto, em apenas seis casos (aproximadamente 10%) foi possível observar os significados do poder judiciário acerca do caráter agravante da embriaguez nas práticas criminalizadas.

Ao refletirmos sobre a influência dessas características nos processos judiciais, concebemos que as leis permitem com maior frequência a utilização do caráter atenuante dessas práticas. Diferentemente do Código Penal de 1890, no de 1940, os acusados deveriam demonstrar a incapacidade de discernimento entre o “lícito” e o “ilícito”, deixando a responsabilidade e a “capacidade de adequada determinação de vontade ou a capacidade de entendimento do caráter criminoso do fato” (ITAGIBA, 1958, p. 535). Dessa forma, os discursos de defesa e acusação recorriam a respeito da utilização de argumentações referentes ao alcoolismo, de forma que trouxessem para o processo criminal a falta de distinção entre certo e errado e demais argumentos que desconstruíssem o sujeito, como sujeito social, mas que havia rompido com os padrões de normalidade. Nas narrativas dos acusados, vítimas e testemunhas, essa perspectiva também era retratada, pois em muitos casos ao explicarem os acontecimentos, a embriaguez era usada como uma prática que retirava a responsabilidade pelos atos, quando, por exemplo, declararam que o sujeito só era agressivo quando bebia.

A prática da embriaguez e o alcoolismo²⁶², pela frequência que aparecem nas narrativas processuais, envoltos em um processo de diferentes interpretações – como as judiciais, baseadas na Medicina Legal e também os posicionamentos sociais, muitas vezes construídos com base nos próprios significados da Justiça ou de campanhas educativas políticas medicinais, podem ser interpretados como os principais traços culturais do espaço social masculino que buscamos demonstrar nas casas comerciais a partir da década de 1950 até o final da década de 1970.

Ao refletirmos sobre a relação dessa prática com as casas comerciais malletenses, compreendemos que as diferentes formas de embriaguez eram também acompanhadas e relacionadas a outras práticas. Conforme Arnaud Bauberot, além das instituições que participavam efetivamente no processo de iniciação da masculinidade, a sociabilidade nas casas

²⁶¹ Alguns corpos foram encontrados em estradas ou vias próximas ao acesso de casas comerciais. O motivo para considerar tais fontes ocorreu devido que a prática anterior a morte dos sujeitos foi representada pelo alcoolismo e pela ingestão de bebidas com frequência nas casas comerciais.

²⁶² Utilizamos o termo alcoolismo a fim de interpretar a prática de embriaguez como uma doença. O termo alcoolismo não era utilizado nas narrativas processuais, sendo que em muitas peças processuais os agentes judiciais descrevem os sujeitos como “ébrio habitual”, ao se referirem ao caráter patológico da prática da embriaguez em excesso.

comerciais também era importante. Segundo o autor: “os jovens vão ao bar, lugar de grande sociabilidade masculina e, conseqüentemente, etapa decisiva para o percurso da iniciação viril. O consumo de álcool e os jogos de azar comprovam a saída da infância”. Porém, o bar possui sua ordem interna, uma hierarquia que pode ser vista na ingestão de bebidas alcoólicas e nos códigos de comportamento. Determinadas bebidas são ingeridas por jovens e outras “mais puras” são reservadas para os homens adultos; além disso, esses últimos ensinam aos jovens “a arte do bilhar” (BAUBEROT, 2013, p. 190).

Conforme Miriam Pillar Grossi, os estabelecimentos comerciais de pequeno porte, assim como os bares e as casas comerciais, “são lugares masculinos institucionalizados na nossa cultura, lugar onde se consome álcool” (GROSSI, 2004, p. 19). Realidade semelhante em São Paulo que no início do século XX, conforme Maria Izilda Matos, tinha esses espaços como “estigmatizados como perigosos e descaminhos”, de “convívio particularmente masculinos”, “pontos de encontro para beber, jogar”, que em meio à aglutinação de pessoas que conversam e difundem informações, ocorria também conflitos. Em relação ao alcoolismo masculino era justificada pela maior facilidade dos homens em ir a casas de bebidas, pontos de reuniões de homens pela maior liberdade masculina de circulação no espaço público” (MATOS, 2001, p. 76).

Desse modo, nas casas comerciais a prática de embriaguez e o alcoolismo eram características perceptíveis nos espaços de masculinidades.²⁶³ Desse modo, as práticas criminalizadas relacionadas diretamente ao álcool nas casas comerciais malletenses perpassam os significados do poder judiciário ao serem concebidas como práticas culturais enraizadas nas subjetividades masculinas perceptíveis nas casas comerciais, mas também podem ser reinterpretadas nos discursos judiciários produzidos nas narrativas processuais.

Considerações finais

As narrativas elaboradas a partir das práticas criminalizadas nos permitem observar a tolerância social e judicial com determinadas violências nos espaços de masculinidades. Nos casos trabalhados, as atitudes remeteram principalmente a respostas consideradas corajosas e, portanto,

²⁶³ Para Fabrice Virgili (2013), sobre a França no início do século XX, a ideia de um homem alcoólatra e violento era comum no cotidiano, tanto no campo como na cidade. O consumo de bebidas alcoólicas era comumente associado à violência. Porém, os discursos a propósito do álcool são ambivalentes: denunciando um homem embriagado e alcoolizado, eles retiram dele uma parte de sua responsabilidade, atribuindo as causas da violência à miséria social e à doença”. Possivelmente essas justificativas tendiam a tirar a responsabilidade da masculinidade nos casos em lugar do alcoolismo. VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). *História da Virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 92.

justificáveis em reação às ofensas.²⁶⁴ Os critérios adotados foram associados aos valores sociais estabelecidos, nesses casos, em relação ao trabalho, à civilidade, à etnia, à família, entre outros; além de atrelados a elementos subjetivos masculinos, como a força e o vigor. Dessa forma, a defesa à honra pode ser entendida como um elemento das subjetividades masculinas perceptível nas práticas criminalizadas nas casas comerciais malletenses, que em muitos casos, pela aceitação social, podiam ser amparadas judicialmente a ponto de justificarem algumas práticas de violência.

Em suma, as práticas de violência ao serem associadas ao processo de subjetivação dos sujeitos produziram espaços de masculinidades. Além da noção estratégica de “lugar” sobre as casas comerciais, os significados que os sujeitos atribuíram a esses locais, principalmente os que foram perceptíveis nas narrativas processuais, produziram espaços. Espaços em que os sujeitos compravam mercadorias, conversavam, jogavam, e passavam horas cotidianas em meio a diferentes formas de sociabilidades, majoritariamente masculinas. O consumo de determinados alimentos, a ingestão de bebidas alcoólicas, os jogos de baralho, as conversações (principalmente sobre moças) e as demais práticas eram caracterizadas passadas de pais para filhos, entre parentes, colegas e amigos, sobretudo, sujeitos masculinos.

A presença de mulheres ocorria diferentemente. As esposas dos comerciantes auxiliavam seus maridos no atendimento e realizavam os serviços domésticos, principalmente na limpeza dos ambientes. Poucas mulheres frequentavam esses locais da mesma forma que os homens, em determinados momentos faziam compras de mercadorias, mas não as consumiam no interior desses estabelecimentos de modo que se alimentassem, ingerissem bebidas alcoólicas, praticassem jogos e se reunissem em grupos. Nas narrativas processuais, elas raramente se sentavam com vários homens e discutiam sobre determinados assuntos, como as negociações e sobre política; não sendo também habitual que participassem de jogos de azar e nem ingerissem bebidas alcoólicas.

Essas condições sociais demonstram que as casas comerciais quando frequentadas poderiam ser concebidas como espaços em que as subjetividades masculinas e femininas contrastavam. Os momentos em que os homens consumiam esses locais eram considerados “momentos de liberdade” dos sujeitos, possivelmente, da estrutura familiar tradicional, como, por exemplo, dos momentos em que ficavam em suas residências. Nas casas comerciais, eles podiam falar sobre assuntos que não falavam com suas esposas, podiam falar sobre temas em que apenas sujeitos masculinos poderiam compreender da forma que pretendiam e queriam; falavam também

²⁶⁴ Kety Carla de March demonstrou que os processos criminais referentes a crimes cometidos em defesa da honra, nos permitem observar uma espécie de “zona de sombra” dos discursos disciplinadores da justiça, em que deixasse de ter eficácia punitiva ao encontrar a possibilidade de tolerância com determinadas formas de violência masculina. MARCH, Kety Carla de. *Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950* / Kety Carla de March – Curitiba, 2015.

de mulheres e assuntos sexuais. Em suma, falavam de “coisas de homens”, ou melhor, de “coisas” específicas construídas sobre determinados aspectos de masculinidades.

Porém, havia limites para esses momentos. As conversações eram “regadas a álcool”, e em muitos casos rompiam com a ordem e a sociabilidade passiva das casas comerciais. As subjetividades masculinas e os espaços de masculinidades também demonstram o uso da violência e de outras características significativas para os homens, como a virilidade e a defesa da honra, formas em que demonstravam quem eram os “homens de verdade”. Essa posição social muitas vezes gerava conflitos - uma expressão viril de um sujeito poderia esbarar com a honra de outro, de modo que cada um defendesse a sua integridade enquanto sujeito masculino.

Essas características identificadas e interpretadas pelas narrativas processuais eram partes constituintes do funcionamento cotidiano perceptível nas casas comerciais malletenses. Enquanto lugar, as casas comerciais possuíam estratégias de funcionamento que implicaram na frequência de sujeitos na maioria masculinos. Porém, o modo como esses sujeitos consumiram taticamente o local, nas práticas criminalizadas, pode ser concebido por práticas variadas, o que nos remete a compreender as casas comerciais enquanto “espaços praticados”. Esses espaços foram construídos conforme os significados atribuídos pelos sujeitos, nesse caso, em maioria significados construídos historicamente como masculinos pelos frequentadores das casas comerciais, que remeteram a práticas violentas caracterizadas por expressões viris e pela defesa da honra, aspectos perceptíveis no processo de subjetivação desses sujeitos.

Apesar de algumas dessas características não serem trabalhadas no discurso jurídico, uma delas em especial era impossível de ser ignorada. Além da virilidade, da defesa da honra e das diferentes formas de violência subjetivadas pelos sujeitos nos espaços de masculinidades nas casas comerciais, durante as narrativas processuais, o uso do álcool, em menor ou em maior escala, era significado de diferentes maneiras. Uma prática cultural que foi objeto tanto dos discursos do Poder judiciário local, como dos próprios sujeitos.

Por meio do caso analisado, percebemos que as distinções entre “atenuante” e “agravante” em relação a prática da embriaguez podem ser mais complexas do que aparentam. A princípio, o caráter atenuante da embriaguez foi utilizado de forma tática, principalmente nos discursos de defesa e de absolvição dos acusados embriagados em suas práticas ditas criminosas, portanto, “irresponsáveis por suas ações”, principalmente nos processos destinados a lesões corporais e os tidos crimes contra a honra. Já o caráter agravante ocorreu justamente quando as tramas narradas judicialmente não possibilitavam absolver o sujeito embriagado, como nas medidas de segurança instauradas contra ébrio habituais e até após os “desfechos fatais” dos registros de mortes ocasionadas pela ingestão de bebidas alcoólicas.

Além disso, as ações judiciais também condenaram sujeitos, principalmente justificando tal ato pelo seu histórico de embriaguez. Essa conotação demonstra uma relação específica entre a prática cultural da embriaguez nas casas comerciais malletenses com os significados produzidos pelo poder judiciário local. Além de entenderem-na como uma prática atenuante ou agravante das práticas criminalizadas, não deixaram de mencioná-las como características culturais daquele povo²⁶⁵.

Em seu nível considerado agravante, os discursos do poder judiciário produziam “ébrios habituais”. Eram sujeitos tidos como doentes devido ao vício provocado pela ingestão excessiva de álcool. Mas antes de ébrios habituais, esses sujeitos passaram por esses processos de subjetivação, não nasceram com essa característica, ela foi construída e potencializada historicamente. Os motivos do vício eram variados. Identificamos sujeitos que se afundaram no álcool por problemas advindos da situação precária financeira em que se encontravam, outros por problemas familiares e assuntos passados, narrados de diferentes formas. A prática, significada como uma solução para esses problemas, na maioria dos casos, resultou em outros problemas implicando na produção discursiva das instâncias de poder sobre esses sujeitos. De comuns passaram a doentes, sujeitos marginalizados, sujeitos fadados a serem caracterizados socialmente pelas instâncias de poder por seus problemas advindos do álcool; ou até impossibilitados para determinadas funções sociais.

Essas características estavam imbricadas nas práticas criminalizadas. Os sujeitos se justificavam considerando estarem embriagados ou que os crimes ocorriam devido aos problemas que enfrentava por conta de seus vícios alcoólicos. De certa forma, a vida desses sujeitos foi modificada intensamente pela prática da embriaguez o que possivelmente influenciou nas práticas criminalizadas. Muitos sujeitos apenas bebiam pinga, pequenos tragos de cachaça, que eram suficientes para sua embriaguez. Embriagavam-se de modo que ficavam horas e horas nesses espaços, fazendo parte deles e compartilhando seus modos de vidas com os outros frequentadores, mas não dando um lucro financeiro significativo ao comerciante. Era uma tática frente à estratégia.

²⁶⁵ “Sem dúvida, que nesta Comarca, o vício de peores consequências para o colono, para o trabalhador, afinal, de todas as categorias, é o da embriaguez. Espetáculo degradante e vergonhoso é este de se encontrar pelos bares, botequins e casas comerciais esses infelizes, que gradativamente se afundam na lama da descrença, da degradação e da miséria. Mas que ninguém, tem este juízo profundo interesse em minorizar, si não destruir, no seio das famílias esse grande inimigo da paz, da saúde e da tranquilidade econômica. Muitos indivíduos cumpriram penas corporais, por decisão deste juízo, ao transgredirem regras disciplinadas em sursi, simplesmente por haverem ostensivamente ingerido bebidas alcoólicas”. Trecho retirado da sentença judicial dos autos CEDOC/I: BR.PRUNICENTRO. PB003.1/347.21, p. 39. Nela, o comerciante Miguel foi acusado de vender bebidas alcoólicas para sujeitos que possuíam restrição judicial para o consumo de álcool. Apesar das palavras do magistrado, o caso foi julgado improcedente devido as contradições existentes nos depoimentos.

Em suma, a embriaguez, em seus diferentes níveis, era uma parte constituinte dos espaços praticados e, consecutivamente, era um dos principais fatores nos processos de subjetivação das masculinidades - desde os homens mais jovens aos adultos e mais velhos. As expressões viris dos jovens demonstravam a embriaguez como ato de coragem que potencializava as formas de violência. Na defesa da honra, algo interpretado, na maioria, pelas práticas exercidas pelos sujeitos adultos e mais velhos, o significado era outro. A embriaguez não era necessariamente algo requerido, mas já fazia parte do contexto cotidiano das práticas criminalizadas. Os sujeitos ingeriam bebidas alcoólicas antes e durante os conflitos, de modo que os efeitos análogos do álcool tenham auxiliado na origem, nos motivos e nas próprias formas de violência exercidas.

Neste viés, as concepções em torno de lugar e espaços praticados nas casas comerciais encontram na embriaguez um dos limites delineados entre a relação da produção discursiva aos acontecimentos cotidianos. As instâncias de poder buscam delimitar as formas de consumo da prática, mas não a proíbem, pois não deixam de se apropriar de sua importância econômica, cabendo ao poder judiciário local trabalhar com essa prática de modo que ela seja teoricamente controlada. Porém nos acontecimentos cotidianos é perceptível a complexidade da embriaguez para a sociedade, interpretada nesta pesquisa como um dos principais fatores do processo de subjetivação das masculinidades e também das práticas criminalizadas. Ou seja, enquanto uma prática cultural, a embriaguez era objeto de conhecimento e ação tanto das instâncias de poder, como também dos significados atribuídos pelos sujeitos.

Nestas notas de pesquisa, buscamos descrever diferentes concepções perceptíveis elaboradas sobre as casas comerciais malletenses e sobre os sujeitos que as frequentavam nas localidades pertencentes a Comarca de Mallet nos anos 1950 até o final da década de 1970. Os processos criminais nos permitiram observar tanto uma noção tática das casas comerciais diferente da noção estratégica, tanto quanto os significados judiciais e dos sujeitos sobre as práticas criminalizadas, o que levou a interpretarmos as casas comerciais enquanto espaços praticados.

As práticas que notamos eram relacionadas diretamente aos espaços construídos nas casas comerciais, nesse caso predominantemente frequentado por homens, na maioria, lavradores e adultos (entre 20 e 40 anos de idade). Dentre os diálogos, jogos, apostas e, principalmente, as “bebedeiras”, esses homens compartilhavam práticas constituídas ao sujeito masculino e ao praticarem elas, eles a subjetivavam de diferentes formas.

Longe de trabalharmos esses sujeitos sob um ponto de vista “repressivo”, buscamos identificar, além de crimes, um dos aspectos vistos como de maior “potencialidade” ao

trabalharmos com os processos criminais, que foi a possibilidade do conhecimento de múltiplas práticas culturais e histórias que ocorreram nesses locais.

Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: uma invenção do falo: uma história do gênero Masculino**. Maceió: Edições Catavento, 2000, p. 26.
- BAUBEROT, Arnaud. Não se nasce viril, torna-se viril. In: CORBIN, Jean-Jacques Courtine, VIGARELLO, Georges. **História da Virilidade**: tradução de Noéli Correia de Mello Sobrinho e Thiago de Abreu e Lima Florêncio – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRASIL. **Lei das Contravenções Penais**. Art. 61. 1941.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, campus de Irati-PR. **Fundo judiciário da Comarca de Mallet**.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, campus de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Mallet. **BR.PRUNICENTRO.PB003.1/317.20, 1950**.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, campus de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Mallet. **BR.PRUNICENTRO.PB003.1/347.21, 1950**.
- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNICENTRO, campus de Irati-PR. Fundo judiciário da Comarca de Mallet. **BR.PRUNICENTRO.PB003.1/504.31, 1961**.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- FOUCAULT, M. **Dits e Écrits**, tome 2: 1976-1988. Paris: Gallimard, 2001. pp. 1571-1581.
- FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos. 1984. Apud. REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.
- GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: Uma Revisão Teórica**. Antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC, 2004.
- IBGE, 2013: **Histórico de Mallet-PR**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/mallet.pdf>.
- ITAGIBA, Ivair Nogueira. **Homicídio, Exclusão de Crime e Isenção de Pena**. Tomo I. Rio de Janeiro: s/ Ed, 1958, p. 535.
- MALLET, Prefeitura de. **História de Mallet-PR**. 2014. Disponível em: http://www.mallet.pr.gov.br/Site_mallet/historiademallet.asp.
- MARCH, Kety Carla de. **Jogos de luzes e sombras: processos criminais e subjetividades masculinas no Paraná dos anos 1950** / Kety Carla de March – Curitiba, 2015, p. 114.
- MARTINS, Paulo H. MN. “Espaço, Estado e Região: novos elementos teóricos” In: **História Regional: uma discussão**. Campinas: UNICAMP, 1987.
- MATOS, Maria Izilda . **Meu Lar é o Botequim: alcoolismo e masculinidade**. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001 (b), p.76. Porém podemos visualizar tal questão em outro contexto.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.5-22, jul/dez, 1990.

SOPELSA, Renata Aparecida. **“Candangueiros, Desordeiros e Turbulentos”: as representações dos imigrantes europeus em processos criminais da Comarca de Ponta Grossa-Pr (1892-1914)**. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2012.

TELEGINSKI, Neli Maria. **Bodegas e bodegueiros de Irati-PR na primeira metade do século XX** / Neli Maria Teleginski. – Curitiba, 2012. 250 f.

VIRGILI, Fabrice. Virilidades inquietas, virilidades violentas. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (orgs). **História da Virilidade: a virilidade em crise? Séculos XX-XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 92.

WACHOWICZ, Ruy C. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Vicentina, 1977.

BALHANA, A. P., PINHEIRO MACHADO, B., WESTPHALEN, C. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

ANDREAZZA, M. L., e NADALIN, S. O. O cenário da colonização no Brasil Meridional e a família imigrante. **Revista Brasileira De Estudos De População**, 11(1), 2014, 61-87. Recuperado de <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/482>. Acesso em: 16 jul. 2019.

O prazer feminino na Priapeia: debate sobre o papel sexual das mulheres na Antiga Roma

Alexandre Cozer

cozeralexandre@gmail.com

Doutorando em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de Fomento: CNPq

<http://lattes.cnpq.br/5959899277543813>

Resumo: O debate sobre a história das mulheres e os papéis de gênero na Antiguidade não deixou de pensar a experiência sexual como âmbito da vida onde se significaria o masculino e o feminino, e a partir do qual se construiriam subjetividades. A partir do estudo das lógicas variadas de humor na *Priapeia*, *corpus* de epigramas dedicado ao deus Priapo, analisaremos como eram percebidas as práticas e os desejos sexuais femininos. Objetivamos, com isso, contribuir para o debate sobre o papel sexual feminino e indicar como, a partir do humor, era possível a criação de lógicas plurais para a significação do sexo feminino, em seu duplo sentido.

Palavras-Chave: Priapeia; História Antiga; História da Sexualidade.

Abstract: The academic debate about women's history and gender roles in Antiquity has also considered a discussion about how can the sexual experience attribute meaning to the male and the female, and thus help creating subjectivities. Through the study of the different logics of humor in the *Priapeia*, a epigrammatic *corpus* dedicated to the god Priapus, we shall analyze how women's sexual practices and desire were perceived. Our goal is to contribute to the debate over women's sexual role and indicate how, through humor, it was possible to create more diverse logics to attribute meaning both to female gender identity and sexual practice.

Keywords: Priapeia; Ancient History; History of Sexuality.

Embora, nos últimos anos, a produção acadêmica sobre as práticas sexuais dos antigos romanos tenha aumentado enormemente, gerando teorias diversas para se entender as formas culturais de organizar e de controlar as práticas sexuais, o estudo propriamente sobre as práticas das mulheres tem não apenas ficado em segundo plano como também mostrado preferencialmente que elas eram antes objeto do desejo e da penetração dos homens do que agentes sexuais interessadas nessa prática. Assim, para esse capítulo propomos realizar um estudo do discurso sobre a prática sexual feminina apresentado na *Priapeia*, um livro de epigramas romano, datado do século I d.C., composto por 80 ou 86 poesias e dedicado inteiramente ao deus do falo, Priapo. Em que pese a apresentação das mulheres sempre com relação a essa divindade, bem como o discurso ser elaborado sempre pela divindade, intencionamos demonstrar que, em um contexto festivo-ritual relacionado com o deus, as práticas sexuais femininas recebiam outras formas de interpretação. Veremos mulheres sexualmente ativas, sujeitos de seus desejos, engajadas em divertimento de caráter sexual e de linguagem vil.

Para tanto, iniciamos o texto com um debate crítico sobre as interpretações das práticas sexuais das mulheres romanas, demonstrando os limites dos principais modelos interpretativos. Na sequência, empreendemos um estudo sobre a *Priapeia* e os contextos em que o discurso do livro poderia se inserir. Nesse ponto argumentaremos que a *Priapeia* é também uma obra de caráter festivo, relacionada ou inspirada em celebrações do deus nas quais o rebaixamento do discurso e o caráter divino de Priapo impunham uma licença discursiva. Tal aspecto é importante para não interpretarmos todo o humor da *Priapeia* como agressivo e degradante para os personagens que são assunto das poesias. Por fim, debateremos propriamente algumas poesias da obra demonstrando como elas, na sua capacidade de criação de discurso e de significação do mundo, entendem o desejo e a prática sexual das mulheres de modo não necessariamente negativo ou passivo.

As interpretações sobre o prazer e as práticas sexuais das mulheres da Antiga Roma.

Talvez um dos legados de Roma Antiga, presente tanto na literatura quanto em representações de pinturas, esculturas e camafeus, seja a grande quantidade de material que representa, explica ou se refere ao ato sexual. Por esse motivo, durante todo o período posterior à Antiguidade, intelectuais, literatos e estudiosos se preocuparam com os hábitos sexuais dos romanos e discutiram o assunto como forma de pensar o sexo. Desde o Renascimento e a Primeira Modernidade, estudiosos como Escalígero, intelectuais libertinos como Hancarville, pintores como Édouard-Henri Avril fizeram com que documentos de cunho erótico – como a *Priapeia* que aqui discutimos – fossem repensados e fizessem parte dos objetos de debates em suas épocas. Entretanto, o estudo das práticas sexuais antigas passou por uma reviravolta a partir dos anos 1970 e 1980, quando o discurso sobre *sexualidade* se transformou: de uma ciência que buscava conhecer o sexo para controlá-lo e ditar que práticas seriam apropriadas e sãs para um estudo da sexualidade enquanto um fato cultural: formas de realizar, de pensar o ato sexual e de se identificar a partir dele que são cambiantes de uma cultura ou uma situação histórica para outra. Embora o livro *Greek Homosexuality* de Kenneth Dover tenha um papel inicial, talvez a obra mais relevante para a mudança na forma de se estudar o sexo tenha sido a coletânea *História da Sexualidade* de Michel Foucault (2011; 2012) na qual o filósofo não apenas realiza uma crítica ao estudo científico moderno do tema, definido enquanto *scientia sexualis*, quanto uma busca por demonstrar, a partir de documentação majoritariamente filosófica, que os hábitos gregos e romanos eram diversos dos modernos.

Talvez o elemento mais relevante da discussão levantada por Dover e posteriormente por Foucault seja a comprovação de que a relação homoerótica não era vista pelos antigos gregos como uma doença ou um problema, mas que fazia parte da educação e do cotidiano desse povo. A partir desse momento, portanto, muitos debates têm se realizado em busca de construir uma interpretação coerente sobre a sexualidade enquanto uma prática cultural da Antiguidade. No que tange o estudo de Roma, o principal modelo interpretativo propõe que o ato sexual era organizado conforme o estatuto social do praticante e conforme uma visão que positiva o penetrador em detrimento do penetrado. Assim, um homem cidadão teria a possibilidade de praticar a penetração com parceiros femininos de um modo geral – já que as mulheres não eram cidadãs – e com parceiros masculinos de níveis inferiores ao seu, como escravos e libertos. Por outro lado, o corpo do homem livre seria impenetrável, uma vez que o falo traria degradação a esse corpo seja penetrado por via oral ou anal. Exemplos desse modelo, que vincula o sexo ao poder, são muitos (Veyne, 2008; Walters, 1997; Puccini, 2007) e os desenvolvimentos que se deram a essa interpretação também são variados. Aqui, agruparemos esses autores no conceito empregado por Skinner (2005) e Sanfelice (2016) de *modelo penetrativo* para nos referirmos à leitura que coloca, para os romanos, o falo em lugar de proeminência no ato sexual.

Entretanto, em que pese o interesse desse modelo pela diferença, já que demonstra que o homoerotismo era parte da cultura Antiga, ele não concede muita atenção à realidade dos penetrados entre os romanos, excluindo também, assim, a própria possibilidade de prazer e de atitude sexual feminina. O próprio modelo é masculino (cf. críticas elaboradas por Richlin, 1992 b). O próprio termo com que se refere, por vezes, aos parceiros penetrados é limitador: passivos, do latim *patior* ou aqueles que sofrem, experimentam inertes a ação do sexo. A falta de reflexão sobre a condição feminina no modelo, especialmente nos primeiros estudos sobre o tema, pode ter duas justificativas. Em primeiro lugar, a maioria da documentação legada pelos romanos a nós é elaborada por uma visão masculina sobre o sexo. É extremamente rarefeita a autoria feminina de obras de filosofia ou de literatura na Antiguidade. Em segundo lugar, esses estudos sobre a sexualidade antiga tinham também um vínculo com uma mudança social no presente causada pelo movimento LGBT: a partir desse movimento, começa-se a afrontar as ideias presentes na medicina de que outras expressões sexuais que não a heterossexualidade monogâmica seria a única expressão de sexualidade sã.

O estudo das mulheres na História Antiga tem, por sua vez, início com os debates feministas sobre o papel das mulheres na História. Uma primeira obra importante para o tema, que mencionamos como exemplo, é *Goddesses Whores, Wives and Slaves*, de Sarah B. Pomeroy (1975). Nela, as personagens femininas são estudadas segundo seu papel social, e a sexualidade

não necessariamente ocupa um papel fundamental na organização do estudo. Os estudos feministas, afinal, se interessam pela prática sexual e o prazer de maneira mais significativa apenas a partir dos anos 1980. Entretanto, a discussão sobre o sexo está presente no título e se consolida pela oposição entre dois: prostitutas e esposas. Embora Pomeroy demonstre que as matronas tinham escolhas na vida e que podiam ter variados estilos de vida, era esperado de uma mulher casada que se mantivesse dentro do ideal de *pudicitia*, ou seja, que fosse fiel ao marido, saísse pouco de casa, cuidasse dos filhos, tecesse lã. Do lado de atrizes e prostitutas, seus corpos eram utilizados em festas públicas e podiam desempenhar trabalho sexual para os homens em celebrações. As matronas não deveriam beber ou participar de celebrações.

O interesse mais detidamente sobre a prática sexual feminina e os modos encontrados pelas mulheres para realizar seus desejos se deu a partir do interesse feminista pela sexualidade. Um dos melhores exemplos do que resultou desse movimento é a obra da autora Amy Richlin que, envolvida com os estudos sobre a pornografia e o estupro, elege Priapo e a *Priapeia* como exemplos de uma atitude geral estabelecida pelos homens com relação às mulheres e aos parceiros penetrados. Para a autora, o humor de Priapo representa a atitude romana porque estabelece o homem enquanto a figura dona da fala, o desejo masculino enquanto o único desejo legítimo e que objetifica as mulheres, vistas sempre como passivas do desejo e potenciais objetos da penetração. Essa visão, segundo a autora, lançaria vergonha sobre o penetrado, mesmo que vítima de um estupro:

Uma²⁶⁶ figura menor está no centro de todo o complexo de humor sexual romano; ele será representado aqui pelo deus Priapo. A postura geral desta figura é a do macho ameaçador. (...) Apesar de que esta figura é normalmente tida como extrema, a audiência deve se identificar com ele, pelo menos em algum grau, e não com suas vítimas, que são descritas nos mais vis dos termos. Esta figura é antes ativa que passiva e nem sempre se restringe a descrição suja de suas vítimas, mas por vezes as ameaça com punição, normalmente por exposição ou estupro, seja ele vaginal, anal ou oral. Num nível sofisticado, ele aplica sua hostilidade aos ideais, figuras exemplares, ou literatura sublime. Tão estranho quanto possa parecer este modelo, ele advém do fato de que todo o humor sexual romano era masculinamente orientado e do axioma de que o humor sexual padrão tende a confirmar a “normalidade” do locutor e da audiência. O material a ser estudado aqui e em seguida, tanto quanto o que já foi examinado no capítulo 2, dá um amplo testemunho de que a sexualidade masculina normal era, como a própria Roma, agressiva e ativa, também que era dirigida tanto a objetos femininos como masculinos.²⁶⁷ (Richlin, 1992a, p. 58)

²⁶⁶ Quando não especificado, a tradução será sempre de nossa autoria.

²⁶⁷ One minority figure stands at the center of the whole complex of roman sexual humor; he will be represented here by the god Priapus. The general stance of this figure is that of a threatening male. (...) Although this figure is often felt to be extreme, the audience is expected to identify with him, at least to some degree, rather than with his victims, who are described in the vilest of terms. This figure is active rather than passive and does not always restrict himself to foul descriptions of his victims, but sometimes threatens them with punishment, usually by exposure or rape, whether vaginal, anal or oral. On a sophisticated level, he applies hostility to ideals, exemplary figures, and sublime literature. Odd as this model may seem, it follows from the fact that all Roman sexual humor was male-oriented and from the axiom that mainstream sexual humor tends to confirm the “normalcy” of teller and audience.

Richlin proporciona, portanto, uma transformação do foco dos estudos da sexualidade, incluindo na discussão não apenas a perspectiva dos homens escritores sobre o sexo, mas debatendo também os resultados da atitude penetradora romana para com os objetos no ato sexual. Sua interpretação está baseada, principalmente, em uma crítica feminista da literatura que atenta para a voz da autoria da obra (no caso, masculina) e em um pensamento sobre o riso da *Priapeia* enquanto uma atitude de agressão e desprezo voltada para o objeto do humor – esses elementos serão debatidos mais adiante. O discurso priápico principal observado pela autora talvez seja o das poesias como a 22, na qual o deus, enquanto protetor das propriedades agrárias, ameaçaria de estupro com seu enorme falo todos aqueles que pensariam em roubar de sua colheita.

*Femina si furtum faciet mihi uirue puerue
haec cunnum caput hic praebeat ille nates*

Se mulher, se homem, se um menino vem roubar-me
Em troca dão-me buça, boca ou bunda.
(Oliva Neto, 2006, p. 219)

Mas se tem a vantagem de incluir um pensamento sobre o feminino, a interpretação de Richlin mantém, em certa medida, o que intitulamos *modelo penetrativo*, e não percebe nas mulheres romanas muita liberdade de desejo ou de incluir-se em festas. Além disso, a autora ainda considera que os sujeitos femininos provavelmente eram todos incapazes de ler, sendo, portanto, também ausentes da própria comunidade literária latina. Se essa crítica cultural é de extrema importância e sofisticação, objetivamos, nesse texto, demonstrar seus limites. Buscaremos elaborar uma leitura da *Priapeia* e do humor de Priapo de modo mais aberto, propondo que as mulheres possivelmente participassem do culto a esse deus, se envolvessem nos atos sexuais, tivessem modos ativos de desejo, e pudessem também reverter, em alguma medida, conceitos culturais sobre o sexo.

Com efeito, trabalhos mais recentes têm buscado transformar a dominância do *modelo penetrativo* para a sexualidade romana, dando atenção para elementos contextuais mais específicos e pluralizando as formas de se perceber o sexo dos antigos. O trabalho de Lourdes Feitosa, por exemplo, que se debruça sobre as inscrições parietais eróticas de Pompeia, demonstra que o desejo sexual tanto dos homens quanto das mulheres era considerado entre as classes mais populares da cidade:

Os registros sobre o amor possibilitam afirmar que a divisão proposta por diversos autores, entre emoção e razão, não se sustenta para essas pessoas, na medida em que o amor é apresentado como imanente à vida, como o seria comer, dormir e, por isso, tão presente no cotidiano popular. Amor

(como o próprio vocábulo latino impossibilita distinguir) integraria a afeição e a paixão, considerando essa última, a união sexual e suas práticas de satisfação, tanto do feminino quanto do masculino. E é por meio desse conjunto de inscrições, que falam de ambos aspectos, que foram consideradas a relação e os papéis estabelecidos entre eles. (Feitosa, 2005, p. 118)

Para Feitosa, portanto, no que tange a sensação do desejo e a expressão desse por meio da escrita, as mulheres também desempenhariam um papel de sujeito: elas se apaixonam, se divertem, buscam o sexo. Embora pudéssemos considerar, na esteira de autores estoicos de elite, que o amor feminino era interdito, ou que fosse de má conduta a expressão desse desejo, o cotidiano demonstra que os sujeitos não necessariamente viviam de acordo com as regras de tratados da filosofia moral romana.

Também no que tange o debate sobre as mulheres, Géraldine Puccini aponta que, apesar de a moral e as leis considerarem a *pudicitia* como o comportamento ideal das matronas, e que a preocupação com a garantia da prole de sangue fizesse com que o corpo feminino fosse objeto de mais controle pela cultura romana, a prática das mulheres não necessariamente condizia com o esperado pelas leis e, em classes altas, podemos encontrar soluções diversas para a vivência dos desejos:

As romanas certamente não gozam da mesma liberdade sexual que os homens, mas os mecanismos de controle de sua castidade parecem fracos no final da República e começo do Império. Evidentemente, a castidade feminina é sempre objeto de elogios, a atividade sexual ilícita é denunciada e condenada, mas aparentemente não havia tanto recurso a sanções como o divórcio ou o processo por adultério. A norma sexual é clara, mas não absoluta. A teoria é estrita, a prática, notadamente, mais branda. (Puccini, 2007, p. 126)²⁶⁸

Assim, apesar de a autora perceber que as romanas viviam sob a ameaça – juridicamente possível – de se verem condenadas a penitências físicas ou ao divórcio no caso de beberem, de cometerem adultério, isso não significa que, em determinadas situações sociais ou em casos em que as mulheres tivessem uma condição social abastada, lhes fosse impossibilitada outras formas de vida. Encontrava-se solução para a realização dos desejos diante dos interditos. Mas para que possamos demonstrar que essa também poderia ser a condição de mulheres percebidas pelo discurso da *Priapeia* precisamos, antes, transformar um pouco o modo de leitura dessa documentação.

Ecos da festa: o riso da *Priapeia*

²⁶⁸ Les femmes romaines ne bénéficient certainement pas de la même liberté sexuelle que les hommes, mais les mécanismes de contrôle de leur chasteté semblent faibles à la fin de la République et au début de l'Empire. Certes, la chasteté féminine fait toujours l'objet des plus grands éloges, l'activité sexuelle illicite est dénoncée et blâmée, mais il semble qu'on ne recoure pas souvent aux sanctions telles que le divorce ou le procès pour l'adultère. La norme sexuelle est claire mais non absolue. La théorie est stricte, la pratique, à l'évidence, plus souple.

Como mencionamos anteriormente, a interpretação que vê, no humor da *Priapeia*, apenas um discurso masculino agressivo contra as mulheres, bem como um riso de degradação dos parceiros sexuais de Priapo vincula-se, por um lado, a uma leitura da obra enquanto literatura, divorciada da realidade possível de enunciação do culto religioso do deus, e por outro lado, a uma interpretação do riso enquanto atitude puramente agressiva. Richlin segue uma visão freudiana do humor, que propõe o riso como a criação de um sujeito-autor da piada direcionada contra um objeto do riso, sobre o qual tombaria a vergonha de desempenhar um papel ridículo. A enunciação desse discurso humorístico seria uma forma de compartilhar entre o autor da piada e o público receptor dela uma opinião negativa com relação ao objeto (Richlin, 1992a; D'Angelli & Paduano, 2007). No caso da *Priapeia*, esse humor seria elaborado por Priapo, compartilhado com uma comunidade masculina de leitores e direcionado contra todos os penetrados pelo deus, independente do gênero.

Em nossa leitura, entretanto, propomos que o riso de Priapo não era necessariamente um rir literário, voltado apenas para a degradação do objeto de humor, e que o livro que debatemos aqui fosse mais aberto e plural do que algumas interpretações recentes têm proposto. Com efeito, a *Priapeia* é um livro de poesias epigramáticas, gênero caracterizado por composições curtas que se assemelhavam às escritas em superfícies rígidas de paredes, epitáfios ou estátuas (Laurens, 1989). Assim, encontramos nesses livros escritos de caráter variado: no caso da obra que estudamos, elas parecem acompanhar as estátuas do deus Priapo e garantir que ele realize uma de suas principais funções: a de proteger a propriedade dos bandidos. É por esse motivo que seu discurso natural é também a ameaça: ele promete o estupro, o mau desempenho sexual, a vergonha aos possíveis ladrões da propriedade que lhe é confiada.

O gênero epigramático surge enquanto poesia de recolhimento. No período helenístico, poetas percorriam os territórios e compilavam as poesias gravadas na pedra, adicionando uma ou outra composição de sua autoria como um exercício de criação. Mas se surge como um apanhado, os livros de epigramas posteriores tornam-se cada vez mais autorais, concretizando-se na grande obra de Marcial, poeta romano do final do século I d.C. e autor de 14 livros de poesia apenas desse gênero. A discussão sobre a *Priapeia* tenta, normalmente, situá-la em algum trecho dessa história. O livro era desconhecido até que foram encontradas algumas recensões suas em bibliotecas de diversas partes da Europa entre os séculos XIV e XVI (Callebat & Soubiran, 2012). Entretanto, nenhuma das obras encontradas apresenta a mesma composição de poesias, e tampouco conhecemos com precisão sua data de composição ou sua autoria – a qual já foi

atribuída a um único autor, a Virgílio e a Ovídio, ou mesmo pensada enquanto variada, dando também a variedade do recolho.

Apesar de alguma discussão sobre a datação da obra (e.g. Citroni, 2005), os editores têm mais comumente aceitado que sua composição teria se dado entre o final do século I a.C. e preferencialmente durante o século I d.C. Quanto à autoria, não encontramos atualmente a tentativa de atribuí-la a um poeta conhecido e o debate tende a responder a apenas uma questão: se a *Priapeia* foi escrita por um ou vários autores. A interpretação da autoria única tende, normalmente, a partir de uma crítica interna da obra. A existência de poesias introdutórias ao livro indica uma maior proximidade com a prática epigramática de Marcial; encontra-se, nos 80 primeiros poemas do livro, uma sequência de desenvolvimento do recolho que vai de um Priapo exuberante a um Priapo sexualmente falho e vulnerável; percebe-se técnicas de distribuição dos poemas pelo livro²⁶⁹ e tais elementos demonstram uma composição ordenada e coerente. Mas da ideia de uma autoria única descende, normalmente, também uma interpretação da *Priapeia* de maneira mais literária e coesa, buscando uma lição unitária para o livro e reduzindo, frequentemente, a imagem do deus à uma de feiura, de exagero sexual, da proteção da propriedade (cf. Montero Cartelle, 1990) ou mesmo a interpretação já comentada de Amy Richlin.

Entretanto, o que a tese da autoria única deixa de fora é que o próprio documento parece ter um vínculo com a epigrafia – a escrita propriamente em pedra, e não falsamente como a epigramática. O poema 14 do livro foi encontrado também em forma epigráfica, o que subentende ou que a *Priapeia* teria sido copiada ou que teria copiado algo da pedra. Também o discurso sobre o deus e os tipos de ambientes de Priapo não parecem organizados de modo coerente. Se o recolho é todo risível, o falo de Priapo não apresenta somente uma forma de rir ou de interagir com seu público. Assim, João Ângelo de Oliva Neto (2006), que realiza uma categorização de subgêneros da poesia da *Priapeia*, apresenta uma tendência a defender a tese da autoria múltipla. O debate sobre a autoria gera discussão também sobre a própria composição da obra: enquanto os editores da tese da autoria única defendem o livro ter 80 poemas, Oliva Neto, seguindo outras interpretações e edições considera 86 poesias, incluindo nelas exemplos que também participam da Apêndice Virgiliana e um hino ao deus encontrado em epigrafia. Na senda de Oliva Neto, pensaremos, aqui, a *Priapeia* enquanto um *corpus* de poesia.

Com efeito, por detrás do ato de assumir a possibilidade da autoria variada encontra-se também uma interpretação da obra menos coerente e menos próxima da alta literatura. E embora

²⁶⁹ Para acompanhar melhor os argumentos sugerimos consultar os vários artigos que compõem o livro dedicado unicamente a debater a *Priapeia* (Biville, Plantade, & Vallat, 2005).

não um posicionamento sobre a escrita do livro, é patente que nossa interpretação da *Priapeia* busca ater-se mais à pluralidade de discursos tanto sobre o deus quanto sobre o sexo incluídas nesse recolhimento. Assim, se é inegável a presença de um tom de humor agressivo contra personagens penetradas por Priapo, como já vimos anteriormente, e se é inegável que a poesia do deus se relacione com sua capacidade protetora das propriedades privadas, das plantações, e mesmo com o riso apotropaico²⁷⁰, queremos chamar a atenção para uma outra dimensão da realidade priápica presente no *corpus* de poesia: a da festividade.

É evidente que a presença do discurso humorístico nos epigramas de Priapo tem vínculo com as funções religiosas do deus. Para os romanos, o ato de rir também marcava proteção e escarnecer dos outros era uma forma de defender-se do mau-olhado (Funari, 1995; 2000). Entretanto, é patente que o deus também fazia parte do secto de Dionísio e suas mitologias, mesmo as narradas por Ovídio, envolvem Priapo em um ambiente de festa (Oliva Neto, 2006). O próprio gênero epigramático teria vínculo com o ócio e a celebração, seus escritores lembravam ou guardavam nesses recolhimentos também elementos do que seria que seria a troca de poesias invectivas e divertidas nos rituais de ceias e de possessão regados a vinho (Connors, 2000).

Entre as poesias da *Priapeia*, encontramos também o deus fora do ambiente da plantação e dentro da celebração tanto pública, marcada pela referência a jogos de teatro e apresentações circenses de prostitutas, quanto privadas, marcado pelo tom da ceia. A poesia de número 47 nos enuncia:

Quicumque vestrum, qui venitis ad cenam	Se algum de vós que aqui chegais p'ra ceia
libare nullus sustinet mihi versus,	resistir nem um verso oferecer-me,
illius uxor aut amica rivalem	que a esposa ou sua amante deixe mole,
lasciviendo languidum, precor, reddat	impreco, das lascivas um rival,
et ipse longa nocte dormiat solus	e que sozinho passe longa noite,
libidinis incitatus erucis.	Excitado por chás afrodisíacos.

(Oliva Neto, 2006, p. 231)

O *incipit* da poesia já nos demonstra a presença em uma ceia: Priapo se dirige a quem está na festa e que, além disso, participa de uma libação (o verbo *libare* em latim descreve o que vêm fazer os interlocutores). Mas a participação ritual nessa ceia não é marcada apenas pela bebida: o deus exige a composição de versos de caráter risível. É frequente que a figura de Priapo se associe com a própria forma da poesia do *corpus*: no poema 3 o autor justifica que a imagem de Priapo

²⁷⁰ Para uma discussão mais profunda sobre o vínculo de Priapo com a festa e também sobre os cultos religiosos do deus, sugerimos a leitura de (Cozer, 2018).

marca a falta de caráter e de pudicícia de sua poesia. A presença da locução *qui venitis ad cenam*, indicando que os interlocutores devem *vir* até o deus, nos demonstra que esse território de Priapo, ou da ceia, é separado da realidade e não pertence ao cotidiano de nenhum dos leitores. Também a invocação ao seu território é importante na *Priapeia*. Oliva Neto (2006) demonstra como os dois poemas introdutórios do livro, números 1 e 2, apresentam-no enquanto um templo para o próprio deus, marcado por uma linguagem que é autorizada pela divindade. O teor da obra erige o livro enquanto um templo metafórico do deus onde existe permissividade. No poema 14, que também se encontra em epigrafia, o deus chama *huc, huc*, ou seja, “aqui, aqui”, referindo-se aos passantes que podem dirigir-se a ele mesmo que tenham realizado atos impudicos como o sexo fora do casamento ou a bebida em bares. Na poesia de número 86 o deus é apresentado enquanto aquele que garante a felicidade e também o prazer sexual por meio de festividades incessantes. Assim, podemos perceber que a ideia de *venitis ad cenam* indica que a ceia é propriamente uma celebração perpassada de um caráter religioso, uma localidade cultural específica. Ela é território do deus, e nesse território, como em suas poesias, ele exige o divertimento e a linguagem sexual. O tom da festa é dado pela sequência do poema 47: Priapo ameaça não com a penetração, mas com a perda da parceira aos poetas que não forem capazes de criar boas brincadeiras ou piadas.

Como percebemos tanto pelo poema que analisamos quanto pelas poesias que mencionamos na análise do parágrafo anterior, uma das funções do deus é, portanto, a de estabelecer um território festivo e divertido, no qual o sexo, ao menos enquanto assunto e tratado com uma linguagem vulgar seja obrigatório em seu mundo. Com efeito, a atenção para o discurso agressivo de Priapo tem dominado de tal modo as interpretações sobre o deus e sobre a *Priapeia* que, para além de Oliva Neto, apenas Callebat (Callebat & Soubiran, 2012) mencionou que o *corpus* de poesias poderia estar relacionado com um ambiente de aspecto carnavalesco ou com um tipo de celebração ao deus. Com tal conclusão sobre a *Priapeia* não queremos negar que outras formas de riso estejam envolvidas no recolhimento, mas apenas perceber que nem todo o livro é composto de uma poesia agressiva ou que lança vergonha sobre outros personagens.

Para além disso, o riso pode também fazer parte da festividade de modo a incluir diversos sujeitos no ambiente festivo. Um exemplo de como pensar o riso das festividades a partir de documentos poéticos ou que nos são legados hoje como literatura pode ser buscado nas análises sobre o teatro. Encenadas em jogos de caráter religiosos, as peças romanas relevam de rituais nos quais se estabelecia um tempo e um espaço sagrados e, portanto, separados da realidade. O prólogo impõe um silêncio para a realização de um ritual. De acordo com Dupont, também a encenação representa uma dissolução da realidade romana ao colocar homens e deuses em um

mesmo ambiente e permitir o discurso, o que a autora chama de *licença lúdica* (Dupont, 2017, p. 131). Em outras interpretações, percebemos que a licença permite ao teatro tratar de aspectos culturais que não seriam permitidos dentro do cotidiano romano: as peças apresentam uma reversão da autoridade dos *patres familias*, remove a importância do casamento enquanto um pacto social, coloca o escravo na posição de poder, enfim, transforma vários dos conceitos presentes na cultura romana (Minois, 2007). Assim, o riso das comédias, presente em um momento ritual, embora seja afastado do cotidiano permite a criação de outras lógicas para a cultura. Embora tais lógicas não sejam, necessariamente subversivas, é importante termos em mente que o riso festivo pode tornar-se também expressão de um pensamento ou indicar atitudes diversas daquelas que seriam esperadas em momentos sérios.

Com isso, acreditamos que a leitura da *Priapeia* enquanto poesia de banquete possa também importar para transformar nosso modo de ver o próprio humor do recolhido. De acordo com Bakhtin, o riso da festividade apresenta uma característica muito diversa daquela Freudiana. Ele não indica somente características negativas aos objetos do humor, mas também pode ser a expressão de formas de pensamento que não pertencem sempre à cultura elevada das elites:

As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção de mundo. Os "exercícios" de regulamentação e aperfeiçoamento do processo do trabalho coletivo, o "jogo no trabalho", o descanso ou a trégua no trabalho nunca chegaram a ser verdadeiras festas. Para que o sejam, é preciso um elemento a mais, vindo de outra esfera da vida corrente, a do espírito e das ideias. A sua sanção deve emanar não do mundo dos meios e condições indispensáveis, mas daquele dos fins superiores da existência humana, isto é, do mundo das ideias. Sem isso, não pode existir nenhum clima de festa. (Bakhtin, 2010, pp. 7-8)

Embora nossa análise da *Priapeia* não esteja interessada na classe social que produziu esse *corpus*, precisamente porque o culto ao deus e o riso parecem estar presentes em todas as camadas sociais romanas, a interpretação de Bakhtin nos permite pensar o humor dessa literatura como um modo de criação do mundo e de conceitos sobre os atos sexuais dos romanos que não necessariamente lance degradação às mulheres.

As práticas sexuais femininas na *Priapeia*

Talvez o primeiro elemento para o qual devemos chamar atenção é a relevância presença feminina na *Priapeia*. Diferentemente do que parece, a mulheres surgem em um enorme número de poesias no recolhido. Elas são objetos de paixões de homens que fazem ofertas ao deus pedindo que os ajude a realizar seus desejos; são ladras que podem furtar o jardim do deus; são matronas que deixam sua castidade para participar do ritual de Priapo; são objetos de desejo do próprio

deus; são prostitutas que lhe realizam oferendas em prol de que Priapo lhes realize algum desejo, que lhes garanta o trabalho ou que garanta o divertimento do público. De todo modo, embora o discurso esteja sempre centrado na figura do falo divino que, como personagem principal do recolhimento, é praticamente o único dono da voz nas poesias, encontramos diversos casos em que Priapo nos narra suas relações com cultores, bandidos e parceiros sexuais de diversas origens e estatutos sociais.

Um dos exemplos mais interessantes desse tipo de discurso e da natureza da relação de Priapo com as mulheres é a poesia número 26:

Porro – nam quis erit modus? – Quirites,	Não mais, Romanos, haverá medida?
Aut praecidite seminale membrum,	Ou decepais o membro seminal -
Quod totis mihi noctis fatigant	Que vizinhas ardentes, toda noite,
Uivinae sine fine prurientes	Sem fim, aqui vêm esgotar, mais lúbricas
Uernis passeribus salaciores,	Que pássaros na primavera – ou eu
Aut rumpar nec habebitis Priapum.	Me rompereí e não tereis mais Priapo.
Ipsi cernitis, ecfututus ut sim	Vede vós mesmos como estou fodido,
Confectusque macerque pallidusque,	Depauperado, carcomido e pálido!
Qui quondam ruber et ualens solebam	Eu que antes, rubro e duro, costumava
Fures cardere quamlibet ualentes.	Foder ladrões por mais que fossem duros!
Defecit latus et periculosam	Os flancos doem-me e quando tusso, cuspo,
Cum tussi miser expuo saliuam.	Coitado, uma saliva perigosa. (Oliva Neto, 2006, p. 221)

Nesse poema encontramos o deus narrando uma história a seus interlocutores – e já é significativo que aqui ele não esteja defendendo o território, mas buscando relatar um assunto que tenha a função de divertir o leitor. O texto se inicia com a invocação dos cidadãos romanos a partir do termo *Quirites*, o qual evoca o pertencimento à comunidade romana pela origem religiosa. O uso de tal palavra já indica que Priapo parodia o discurso elaborado em assembleias cívicas, o da participação na cidade e no interesse público. Na sequência descobrimos que o motivo de seu clamor é o deus protetor e ameaçador ser, agora, quem precisa da proteção de seus pares. Algumas mulheres, vizinhas suas, em lugar de ameaçadas se sentem impelidas pelo desejo a copular com o deus. Dado que Priapo é, normalmente, uma estátua de um falo ou de um deus com um enorme membro, a poesia joga também com a própria materialidade do nune que, imóvel, vê-se em uma posição, em realidade, indefesa quanto aos bandidos e aqueles que queiram degradá-lo. O ato sexual traz-lhe degradação: Priapo reclama de não poder mais realizar sua função de protetor porque não é mais capaz, ele próprio, de forçar a penetração em qualquer

pessoa, e a alusão ao deus-falo “cuspir uma saliva perigosa” indica, certamente, uma doença venérea.

Fica fácil perceber que a troça da poesia é colocar o deus estuprador na posição do estuprado, e é interessante que isso aconteça com mulheres: seu falo é objeto do estupro. Em latim, o resultado da atitude das mulheres é também descrita com o particípio *ecfututus*, originário da junção do prefixo *ex* com o verbo *futuere*. Tal verbo é utilizado normalmente para referir-se ao ato sexual empreendido por um falo e uma vagina, e embora dê origem ao português “foder”, ele não indica a penetração anal ou oral. Outra característica do verbo é ser empregado habitualmente com sujeitos tanto femininos quanto masculinos, o que demonstra que ele não se limita a um sujeito fático, mas pode também indicar a atitude sexual das mulheres. Quando Priapo se descreve *ecfututus*, ou “completamente fodido”, o resultado do ato sexual é apresentado como algo negativo para o deus, a ponto de o tradutor da poesia, Oliva Neto, manter o verbo em português por sua alusão dupla tanto ao ato sexual quanto à degradação. Embora a poesia não nos apresente, portanto, a voz de uma personagem feminina, podemos perceber como ela também pode significar o desejo dessas mulheres de modo ativo.

É interessante notar que, na presença de Priapo, o desejo sexual feminino surge enquanto uma atitude ativa e estupradora também no *Satíricon* de Petrônio. Uma sacerdotisa do deus, Quartilla, envolvendo os personagens principais da obra em um ritual orgiástico em homenagem a Priapo, obriga os personagens a copularem com ela. Para Lorena Silva (2011), a descrição da atitude de Quartilla como a agente do sexo, em que pese o contexto cômico, comprova que essa cultura romana do início do Império Romano pudesse significar o ato sexual e o desejo feminino de modo não apenas passivo. Assim, embora os historiadores tenham a tendência de perceber que apenas os homens cidadãos pudessem ser agentes do desejo sexual, e que apenas eles seriam protegidos da degradação do sexo, o contexto de Priapo nos comprova o contrário: que também elas poderiam tornar objetos os homens.

É verdade que o desejo dessas mulheres não é percebido de maneira positiva pelo deus no poema 26, mas cabe ressaltar que, na Priapeia, o riso não propõe a elevação do desejo, mas antes o rebaixamento dos sujeitos ao nível da linguagem do deus. O vocabulário do *corpus* é sempre vulgar, e mesmo quando Priapo se vangloria de seu enorme falo, isso tem, normalmente, a função exclusiva de efetivar o discurso da ameaça contra os ladrões. Em comparação, como foi mencionado, o caráter de Priapo inspira o próprio vocabulário das poesias. No poema 10, o deus é também objeto de riso por ter um falo enorme. Em diversos exemplos o nume reclama que não consegue realizar sexo por ser feio ou inerte. Nas duas vezes em que o escritor das poesias surge no *corpus* o discurso exagerado e o vocabulário chulo fazem também dele uma espécie de Priapo.

Com efeito, é a baixeza de Priapo que confere ao seu ambiente a permissividade. Vimos anteriormente que no poema 14 o deus convida os passantes a adentrarem o território do deus salaz, e seu caráter ridículo o autoriza a garantir que adentrem seu templo mesmo aqueles sujos “com o pó dos prostíbulos”. É uma característica do *corpus* que a imagem de Priapo oscile entre uma de exuberância e potência penetradora e uma de degradação que lhe é trazida pelo ato sexual, pelo pênis ereto, pela imagem feia e até pelo tamanho do falo (Höschele, 2008; Plantade, 2008). Assim, acreditamos que a própria degradação possa fazer parte da festividade de Priapo, na qual se exigia dos participantes o rebaixamento ao nível do riso e do vocabulário exigidos pelo deus (Cozer, 2018).

E com efeito, também as matronas romanas poderiam participar desse ritual religioso. No poema 8 lemos:

Matronae procul hinc abite castae:
Turpe est uos legere impudica uerba.
Non assis faciunt euntque recta;
Nimirum sapiunt uidentque magnam
Matronae quoque mentulam libenter
(Oliva Neto, 2006, p. 213)

Matronas castas, ide p'ra bem longe:
Palavras sem pudor vergonha é lerdas!
(Não dão a mínima e aqui vêm direto;
Não admira, também matronas vêm,
degustam com prazer um pau enorme).

A interpretação de que Priapo seria dono de um riso agressivo, juntamente com a concepção de que uma matrona romana seria obrigatoriamente vinculada com as virtudes da pureza e da castidade, fizeram com que essa poesia fosse normalmente interpretada como uma poesia de ameaça. E Priapo parece reconhecer a necessidade de castidade para as matronas romanas ao buscar expulsá-las de seu território nos dois primeiros versos: o deus explica-lhes ainda que elas deveriam ter vergonha de ler palavras impudicas, ou seja, palavras opostas ao valor de *pudicitia* associado com essas personagens. Entretanto, se entendermos a sequência do poema como uma espécie de ameaça, dado que Priapo sugere a penetração oral nas mulheres, eventualmente entraríamos no paradoxo de que o deus responsável pelo estupro e caracterizado pela devassidão estaria se colocando como o protetor da moral e dos costumes romanos. E já sabemos que Priapo só o faz enquanto ironia ou paródia.

Após realizar a tentativa, nos dois primeiros versos do epigrama, de expulsar ou anunciar às matronas que não devem ler palavras sujas, o discurso do poema se transforma de um anúncio que trata as matronas como interlocutoras, a uma constatação que as trata como objeto do discurso. Mas o teor da constatação é muito diverso do primeiro momento do epigrama. Nela, Priapo admite que as matronas castas não se importam para os avisos que o deus profere, e

dirigem-se com vontade até seu falo. A relação das matronas com o pênis do deus, no entanto, é descrita como a felação: elas degustam, *sapiunt*, seu enorme falo com vontade, *libenter*. Entretanto o verbo *sapio*, aqui conjugado, apresenta um duplo sentido expresso: significa tanto degustar ou provar algo quanto conhecer. Se lembrarmos do segundo verso, a vergonha atribuída às mulheres se dava por elas lerem as poesias de Priapo. A castidade da matrona a impediria até mesmo de participar de um momento de divertimento no qual ela lesse palavras vis como as que pede a divindade. Entretanto, para que fossem referidas em segunda pessoa, as matronas deveriam ler a poesia e, a menos que deixasse de lê-la após o aviso, a matrona terminaria se deparando com a palavra *mentula* que surge no final do poema: a simples leitura do aviso de Priapo termina com a concretização da atitude que o deus queria evitar. Já vimos como o falo de Priapo pode ser motivo para o rebaixamento do discurso, e como isso se relaciona com a participação na ceia do deus. Já vimos também como essa poesia pode se vincular com um riso festivo. A poesia número 8, realizando a concessão com relação às mulheres, parece, portanto, antes atrair as matronas para seu ambiente do que repeli-las.

No poema 47, que tratava da ceia do deus, vimos também que Priapo realiza uma ameaça aos convivas de sua ceia. No caso de não receber poesias divertidas, o deus se encarregaria de fazer com que as mulheres acompanhantes deles terminassem a noite com outros companheiros e, sendo deus do falo, garantiria a impotência e a incapacidade de ereção dos maus poetas. O fato interessante da poesia é que se considera que possam estar presentes na festa tanto prostitutas, *amica*, quanto esposas, *uxor*. Com efeito, não há como garantir que as mulheres casadas romanas fugissem de seu comportamento sexual esperado por meio apenas das poesias de Priapo. Mas se é verdade que a pudicícia e a castidade as impediriam de ler tal tipo de discurso ou de beber em festas, as poesias da *Priapeia* nos mostram como essa categoria de mulheres também poderia participar da celebração do deus. O argumento pode ser reforçado também pela presença de referências a matronas nos epigramas de Marcial (e.g. 3, 68). Assim, em que pese o ideal de controle da sexualidade da mulher casada, percebemos que em um momento festivo e de divertimento como o do discurso da epigramática, a licença do riso poderia atingir também esse sujeito feminino e permitir que seu comportamento fosse mais plural do que propõe uma leitura historiográfica muito atrelada aos ideais de moralistas romanos.

Considerações finais

Empreendemos esse trabalho com o objetivo de realizar um estudo duplamente específico. Buscamos debater aqui apenas as práticas sexuais femininas dentro do discurso de

uma obra também específica: a *Priapeia*. Para alterar a leitura que se tinha fixado da obra, foi-nos necessário elaborar uma interpretação mais aberta da obra, percebendo seu vínculo com as festividades e com um tipo de humor que não apenas lança vergonha sobre os objetos do riso, mas que também tem a função de rebaixar o tom do discurso, de gerar o momento da licença festiva que permitiria um comportamento contextual, em alguma medida, diverso e oposto àquele que faz parte do cotidiano. No caso da *Priapeia*, o riso da personagem do deus permitia o assunto sexual, o vocabulário baixo, as piadas sexualmente agressivas e compartilhava com seus leitores e convivas as características lúbricas e salazes do deus.

O efeito que isso teve sobre as personagens femininas foi um de maior permissividade. Enquanto, pela historiografia, temos interpretações de que a vida das mulheres, suas práticas sexuais e seus desejos eram mais controlados. Enquanto que o *modelo penetrativo* propunha que as mulheres não fossem mais do que objetos da ação sexual dos homens, o caso dos sujeitos femininos da *Priapeia* permitiu-nos perceber que, ao menos nesse contexto de completa festividade e de humor, as mulheres encontrariam a possibilidade de comportar-se diferentemente. No universo priápico, a matrona divide poesias jocosas, vocabulário torpe, e tem vontade do falo do deus, ainda que tal desejo seja metafórico. As vizinhas da propriedade de Priapo, lembrando o comportamento da Quartilla do *Satíricon*, podem estuprar o deus, fazendo-o provar da mesma degradação com que ameaça seus interlocutores ou ladrões. Com efeito, não queremos aqui negar que a realidade romana envolvesse algum controle sobre os corpos femininos. Parece-nos, entretanto, que as práticas sexuais femininas encontrassem contextos específicos na Antiga Roma e nos quais pudessem ser significadas e realizadas de maneiras mais plurais. O culto a Priapo era um desses locais.

Bibliografia

- Bakhtin, M. (2010). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais* (7a edição ed.). (Y. F. Vieira, Trad.) São Paulo: Hucitec.
- Biville, F., Plantade, E., & Vallat, D. (2005). *"Les vers du plus nul des poètes..." nouvelles recherches sur les Priapees*. Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée.
- Callebat, L., & Soubiran, J. (2012). *Les Priapees*. Paris: Les Belles Lettres.
- Citroni, M. (2005). Les proèmes des Priapees et le problème de la datation du recueil. Em F. Biville, E. Plantade, & D. Vallat, *"Les vers du plus nul des poètes..." nouvelles recherches sur les Priapees* (pp. 35-52). Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée.

- Connors, C. (2000). Imperial Space and Time: the litterature of leisure. Em O. Taplin, *Litterature in the roman world* (pp. 205-234). Oxford: Oxford University Press.
- Cozer, A. (2018). *Os falos de Priapo e as masculinidades romanas: sexo, humor e religião na Priapeia (circa sec. I d.C.)*. Curitiba: Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
- D'Angelli, C., & Paduano, G. (2007). *O cômico*. (C. W. Galino, Trad.) Curitiba: Editora UFPR.
- Dupont, F. (2017). *Aristóteles ou o vampiro do teatro ocidental*. Florianópolis: Cultura e barbárie.
- Feitosa, L. C. (2005). *Amor e sexualidade: o masculino e o feminino em grafites de Pompéia*. São Paulo: Annablume.
- Foucault, M. (2011). *História da sexualidade* (Vol. 1 A vontade de saber). (M. T. Albuquerque, Trad.) São Paulo: Edições Graal.
- Foucault, M. (2012). *História da sexualidade volume II (O cuidado de si)*. São Paulo: Edições Graal.
- Funari, P. P. (1995). Apotropaic symbolism at pompeii: a reading of the Graffiti evidence. *Revista de História*(132), 9-17.
- Funari, P. P. (2000). Du rire des Grecs au rire des Romains: les inscriptions de Pompéi et le rire. Em M.-L. Desclos, *Les Rires des Grecs* (pp. 513-523). Grenoble: Éditions Jérôme Millon.
- Höschele, R. (2008). Priape mis en abyme, ou comment clore le recueil. Em F. Biville, E. Plantade, & D. Vallat, "*Les Vers du plus nul des poètes...*" nouvelles recherches sur les Priapées (pp. 53-68). Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée.
- Laurens, P. (1989). *L'abeille dans l'ambre. Célébration de l'épigramme de l'époque alexandrine à la fin de la Renaissance*. Paris: Les Belles Lettres.
- Marcial. (2004) *Epigramas* (Vols. 1 e 2). (Enrique Montero Cartelle, Trad.) Madri: Alma Mater.
- Minois, G. (2007). *História do Riso e do Escárnio*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Montero Cartelle, E. (1990). *Priapeos, Grafitos amatorios pompeyanos, La velada de la fiesta de venus, (reposiano) El concúbito de Marte y Venus, (Ausonio) Centón nupcial*. Madrid: Editorial Gredos S.A.
- Oliva Neto, J. Â. (2006). *Falo no Jardim: Priapeia grega, Priapeia latina*. Cotia: Ateliê Editorial, Editora da Unicamp.
- Ovídio. (2017). *Metamorfoses*. (D. L. Dias, Trad.) São Paulo: Editora 34.

- Plantade, E. (2008). Priapus Gloriosus, poétique d'un discours compensatoire. Em F. Biville, E. Plantade, & D. Vallat, "*Les Vers du plus nul des poètes...*" nouvelles recherches sur les Priapées (pp. 99-120). Lyon: Maison de l'Orient et de la Méditerranée.
- Pomeroy, S. B. (1975). *Godesses, Whores, Wives & Slaves. Women in Classical Antiquity*. Londres: Pimlico.
- Puccini, G. (2007). *La vie sexuelle à Rome*. Paris: Éditions Tallandier.
- Richlin, A. (1992 b). *Pornography and representation in Greece and Rome*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Richlin, A. (1992a). *The Garden of Priapus: Sexuality and Aggression in Roman Humor*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Sanfelice, P. P. (2016). *Sob as cinzas do vulcão: representações da religiosidade e da sexualidade na cultura material de Pompeia durante o Império Romano*. Curitiba: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.
- Silva, L. P. (2011). *Rindo do Sagrado: as práticas religiosas femininas nas obras de Juvenal e Petrónio (séc. I-II d.C.)*. Curitiba: Dissertação (Mestrado em História) - DEHIS, UFPR .
- Skinner, M. B. (2005). *Sexuality in Greek and Roman Culture*. Hong Kong: Blackwell.
- Veyne, P. (2008). *Sexo e poder em Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Walters, J. (1997). Invading the Roman Body: Manliness and Impenetrability in Roman Thought. Em J. P. Halett, & M. B. Skinner, *Roman Sexualities* (pp. 29-46). Nova Jersey: Princeton University Press.

Parte 4: Sociabilidades na História

A chefia indígena nos aldeamentos paulistas (século XVIII e início do século XIX)

Marcio Marchioro

markmarch81@gmail.com

Mestre em História

Universidade Federal do Paraná

<http://lattes.cnpq.br/0713762830451076>

RESUMO: O presente artigo pretende avançar algumas das conclusões feitas em nossa dissertação de mestrado acerca da chefia indígena inserida nos aldeamentos paulistas no século XVII e início do século XIX. Nosso objetivo é refletir o impacto das políticas portuguesas de prestígios das chefias no cotidiano das aldeias missionárias. Para isso utilizaremos fontes paroquiais oriundas da Cúria Metropolitana de São Paulo, sobretudo os registros de casamento da aldeia de Itapecerica. Além disso, utilizaremos também cartas e petições da Câmara de São Paulo e da ouvidoria da capitania. Ao fazermos genealogias de alguns índios que foram empossados como chefes no cargo de capitão-mor e outros cargos nas aldeias paulistas descobrimos uma série de estratégias importantes. A criação de uma certa hierarquia, diferente do que vemos nas etnografias e nos cronistas, começam a aparecer mais fortemente. Essas e outras questões é que pretendemos analisar em nosso artigo de pesquisa.

Palavras-chave: indígenas, São Paulo, chefia

RESUMEN: El presente artículo pretende avanzar algunas de las conclusiones hechas en nuestra disertación de maestría sobre la jefatura indígena insertada en los pueblos paulistas en el siglo XVII y principios del siglo XIX. Nuestro objetivo es reflejar el impacto de prestigio portuguesa de políticas en los pueblos misioneros. Para ello utilizaremos fuentes parroquiales oriundas de la Curia Metropolitana de São Paulo, sobre todo los registros de matrimonio de la aldea de Itapecerica. Además, utilizaremos también cartas y peticiones de la Cámara de São Paulo y de lo defensor de pueblo de la capitania. Al hacer genealogías de algunos indios que fueron tomados como jefes en el cargo de capitán mayor y otros cargos en las aldeas paulistas descubrimos una serie de estrategias importantes. La creación de una cierta jerarquía, diferente de lo que vemos en las etnografías y en los cronistas, empiezan a aparecer más fuertemente. Esas y otras cuestiones son las que pretendemos analizar en nuestro artículo.

Palabras clave: indígenas, São Paulo, jefatura

Introdução

Em um texto intitulado “Troca e poder – filosofia da chefia indígena”, Pierre Clastres (2014, p. 40) tem a intenção de analisar as características principais do chefe nas terras baixas sul-americanas, excluindo-se os Andes. Segundo o autor, “a **falta de estratificação social** e de **autoridade do poder** (...) se deve reter como traço pertinente da organização política da maioria das sociedades indígenas”(grifos nossos) (2014, p. 40). Há uma exceção, apenas, para algumas sociedades aruaque do noroeste amazônico, que teriam travado contato com as sociedades andinas e, por isso, mantinham em seu seio a estratificação social. Entre os Ona e Yahgan da chamada Terra do Fogo – arquipélago de ilhas na extremidade sul da América do Sul pertencentes a Argentina e ao Chile atual – não existia a posição de chefe. Em geral, nas sociedades da região analisada por Clastres, então, o poder e a coerção estariam separados, ao

contrário do que ocorria nas sociedades de modelo ocidental, por exemplo. Essa seria a primeira característica da chefia indígena na região.

A segunda característica seria a obrigação da reciprocidade. A generosidade seria um atributo do chefe que só mantinha sua posição social, a partir da doação de bens e o propiciar festas pra seus comandados (Clastres 2014, p. 41). A terceira característica seria o dom oratório. Um chefe ideal seria um habilidoso nos discursos que “exortam todos os dias o seu povo a viver segundo a tradição” (Clastres 2014, p. 42). No entanto, quase sempre o discurso do chefe não era ouvido em uma indiferença planejada. Isto, mais uma vez, indicaria a ausência de coerção do poder político ameríndio. No questão aqui, trata-se analisar as fontes historiográfica dos aldeamentos indígenas, tendo em vista de que forma as mudanças ocorriam no que diz respeito ao papel da chefia na colonização.

Por outro lado, as chefias ameríndias da região possuíam um privilégio que é distribuído desigualmente na sociedade: a poligamia. De acordo com Clastres (2014, p. 44), a poligamia só é generalizada em poucos grupos, normalmente aqueles estratificados do noroeste amazônico, quando em guerras se há captura de mulheres e, por isso, indivíduos de baixo estrato social acabam por se beneficiar da chegada de cativas nesses grupos. Clastres resume as características da chefia nas terras baixas sul-americanas no seguinte trecho:

É então por quatro traços que na América do Sul se distingue o chefe. Como tal, ele é um “apaziguador profissional”; além disso, deve ser generoso e bom orador; possui, enfim, o privilégio da poliginia (Clastres 2014, p. 44).

Em seu livro intitulado *Lealdades negociadas*, Francismar Alex Lopes de Carvalho trata do impacto do Tratado de Madrid de 1750 nas populações da fronteira do Mato Grosso, do Paraguai, Mojos e Chiquitos – as três últimas províncias do Império espanhol na América. Esta parte da fronteira sul-americana consiste em um exemplo bastante emblemático da política ibérica de privilegiar chefes indígenas para angariar apoio para o projeto colonial.

Segundo Carvalho (2014, p. 196), ao prestigiar colaboradores entre os indígenas, as monarquias ibéricas ganhavam um bode expiatório. Ou seja, ao atribuir a um índio a responsabilidade de convencer seus demais pares sobre a colaboração com os colonos, possibilitava que o chefe fosse culpabilizado caso determinada atividade prescrita aos índios não fosse cumprida. Dentre as tarefas delegadas aos chefes privilegiados estaria: coordenar os descimentos¹ de índios do sertão, assim como transmigrar os índios para áreas mais adequadas ao

¹ O descimento consistia na ida de padres acompanhados de indígenas já aldeados para o sertão na tentativa de convencer outros índios a se aldearem.

colonizador quando necessário, isto é, sair de terrenos em que houvesse algum tipo de disputa, seja por *índios bárbaros* ou colonos.

Cabe ponderar que dar poderes e benefícios aos chefes fazia parte de uma política ancestral ibérica (Carvalho 2014, p. 197). “O reconhecimento de autonomias era parte das tradições municipais ibéricas, e a delegação de poderes de gestão a pessoas promovidas entre as lideranças locais funcionou, em várias partes dos impérios ibéricos, como um dos principais dispositivos de controle social” (Carvalho 2014, p. 197-8). A ideia principal desta política de autonomia regional era justamente reduzir os custos de operação dos Impérios e, além disso, facilitava o diálogo com as populações nativas que poderiam fazer concessões mais facilmente.

No entanto, cabe ponderar, que a suposta cessão de autonomias regionais que faria parte da política ibérica de cooptação das elites locais, não significava que nações indígenas eram tratadas em pé de igualdade com os demais súditos dos impérios ibéricos. Muito pelo contrário, a expectativa do colonialismo era de que ampliasse, com isso, os poderes de coerção das lideranças locais que deveriam agir no sentido de ampliar as garras do colonialismo na região especificada (Carvalho 2014, p. 242).

Segundo Carvalho (2014, p. 201), os historiadores costumam dividir as chefias americanas em três tipos:

(...) simples: em que um chefe titular mantém as tradições do grupo e é responsável pela gestão do excedente sem recurso à coerção; intermediária: em que a posição do chefe é mais forte e hereditária, e seu poder para armazenar e redistribuir excedentes habilita-o mobilizar mão de obra para plantações comunais, obras públicas, monumentos, rituais religiosos e guerra; e complexa: mais instável, um chefe submete outras chefeturas à sua hegemonia como tributárias, mediante laços de parentesco e ameaça do recurso à força.

Essas categorizações nos ajuda a pensar as chefias inseridas nos aldeamentos. Ao analisar a situação dos índios Guaykuru e Guaná na segunda metade do século XVIII, Carvalho (2014, p. 205) nos traz luz sobre a relação entre chefes indígenas e os estados ibéricos. Esses grupos souberam muito bem se apropriar de todo aparato tecnológico que representavam os bens e objetos trazidos pelos europeus para América. Dentre os objetos apropriados estão “sobretudo cavalos, chapas de ferro, ferramentas, armas e contas de vidro” (Carvalho 2014, p. 205). Os Guaykuru, desde o século XVI, estabeleceram uma relação de dependência com os Guaná, devido ao fato destes serem horticultores enquanto os Guaykuru eram caçadores e colhedores, utilizando o cavalo desde esse período. Segundo entende Carvalho (Carvalho 2014, p. 206), o contato colonial ampliou o nível do comércio e fez com que os chefes obtivessem mais prestígio do que já tinham.

O envolvimento de chefes, por exemplo, na expulsão dos holandeses no século XVII, conforme Carvalho (2014, p. 209) já havia deixado marcas, no que diz respeito a alteração da dinâmica estabelecida entre caciques e seus grupos. Uma série de novidades foi introduzida na legislação indigenista no século XVII, que permitiram o uso da coerção por parte de chefes indígenas. Dentre os itens que configuravam uma nova roupagem do cargo, estão a confirmação de patentes militares, vestidos para as esposas, vestimentas militares para os caciques, assim como uma série de benefícios em forma de presentes pelas ações executadas em favor dos europeus.

A expansão dos impérios ibéricos sobre as fronteiras interiores da América na segunda metade do século XVIII permite problematizar a história das relações entre as administrações coloniais e as estruturas políticas indígenas. Como alguns estudiosos propõem, dentre os principais impactos da expansão dos Estados coloniais sobre os povos ameríndios esteve a concentração de poder político, e mais precisamente de poderes coercitivos, em chefias nativas. Bastões, uniformes militares, nomes de governadores, presentes e tratados de paz funcionavam como dispositivos de poder por meio dos quais a política indigenista ilustrada procurou construir autoridade cooptadas, delegando responsabilidades de gestão a lideranças promovidas entre os mesmos índios. Intermediários equilibrando-se entre demandas coloniais e demandas indígenas, esses caciques – nem sempre afinados com os poderes coloniais de onde hauriam sua força – tiveram papel decisivo na transmigração de população dentro das províncias e entre os impérios e na reconfiguração de fronteiras e identidades étnicas. (Carvalho 2014, p. 251).

Em seu livro *As diversas formas de ser índio*, Elisa Frühauf Garcia (2007, p. 47) analisa o papel da chefia durante a guerra travada pelos índios missioneiros no século XVIII. Segundo consta em documentação, um índio que estava conversando com um soldado paulista pediu uma arma apenas de empréstimo e acabou fugindo com ela. Essa situação foi presenciada pelo cacique que ordenou que o índio fosse perseguido, a arma encontrada e devolvida ao soldado paulista. O índio foi trazido posteriormente e devolveu a arma. O cacique tinha intenção de castiga-lo, função delegada ao mesmo pela legislação indigenista, já que tal prática era inimaginável anteriormente. O soldado paulista, entretanto, não concordou e ainda fez um gesto de gentileza para com o índio, retirando sua cinta e presenteando o nativo. Segundo Garcia (2007, p. 47), “sua atitude foi de dar e não retirar ou castigar os índios. Seu objetivo era convencer a população missioneira de que eles não eram seus inimigos, mas antes, amigos em potencial, nos quais os índios encontrariam um tratamento benevolente”. Vemos aí um exemplo clássico dessa política de tentativa de cooptação de lideranças por meio pacífico e de negociação intensa. A ideia era criar uma certa diferença social que não existia na maioria das culturas ameríndias que se encontraram com os portugueses.

Tendo em vista as formulações de Clastres (2014), Garcia (2007) e Carvalho (2014), nos propomos aqui a analisar a inserção das chefias indígenas nos aldeamentos paulistas. Será que

algumas das características da chefia eram preservadas ou estabelecia-se uma nova relação entre índios e comandados a partir da interferência do estado português na relação? Se havia uma tendência de os capitães serem referenciados nas listas nominativas em distinção dos demais, é justo, aqui, considerá-los a parte. Além disso, entramos mais detalhadamente, neste subitem, na questão já proposta, na seção anterior, de considerar os comandantes índios das aldeias lideranças, sempre em contato mais direto com os brancos. Parece que eles eram aqueles em quem a colonização portuguesa depositava a confiança em intermediar as relações entre aldeados e os colonos. Esse interesse em utilizar o capitão como intermediário com os brancos, também era algo que partia dos próprios índios que, igualmente, o consideravam como o digno desta função.

A transmissão do cargo de chefia e outros dilemas

Quanto à transmissão desse cargo de apaziguador, não encontramos nenhum indício mostrando que a função era passada de pai para filho como acontecia no Rio de Janeiro colonial (Almeida 2001, p. 156-7). O que encontramos em São Paulo, é apenas uma espécie de promoção dos cargos e até categorias de idade em que, normalmente, estavam os capitães. A sucessão, normalmente, se dava da seguinte forma: um capitão-mor era, comumente, erigido depois de passar pelo cargo de sargento-mor, que era a patente mais abaixo da primeira. Nas listas nominativas, os capitães-mores são referenciados como os primeiros dos aldeamentos e, em seguida vem os capitães-mores.

Segundo Marcílio (2014, p. 119-20), havia uma hierarquia de prestígio básica, que ao que me parece se repete com os índios, que era oriunda de um regimento militar português de 1570. No entanto, segundo a mesma autora haviam algumas adaptações que eram feitas em determinados contextos. A ordem hierarquia básica seguia a seguinte distribuição de cargos, do mais importante para o menos relevante:

- Capitão-mor;
- Sargento-mor;
- Alferes;
- Capitão de companhia;
- Cabo de esquadra;
- Soldados.

Entretanto, se olharmos a tabela abaixo, existe o caso de Gregório de Peixoto que contraria essa tendência. Gregório, nos idos de 1734 e 1735, aparece como padrinho de um

casamento referenciado como capitão-mor. Já, nos idos de 1752, ele aparece como sargento-mor. Sugerimos que possa ser umas das adaptações possíveis como atenta Marcílio (2014, p. 120). Talvez Gregório tenha sido destituído de seu cargo de capitão-mor e voltou a ser sargento-mor por uma série de situações possíveis.

Tabela 1 - Donos de cargos na aldeia de Itapecerica distinguidos pelos registros de casamento (1732-1830)

Nome	Ano em que aparece	Número de casamentos em que aparece	Número de casamento em que é testemunha	Capitão -mor	Sargento-mor	Capitão	Sargento
Gregório Peixoto	1734, 1735 e 1752	5	5	X(1734 e 1735)	X(1752)		
Manoel da Silva	1740	2	2	X			
Cristóvão Ribeiro	1752	1	1	X			
João Fernandes	1758	1	1	X			
José de Lima	1764	1	1	X			
José Borges	1768	1	1	X			
Ângelo Fernandes	1796	1	1	X			
Domingos Rodrigues	1782	1	1		X		
Nazário Fernandes	1734 e 1735	4	4		X		
João Pereira	1768	1	1			X	
Adão de Souza	1734 e 1735	5	5			X	
Anastácio de Moraes	1795 e 1805	2	2			X	

Fonte: LIVRO de Casamentos da Paróquia de Itapecerica (1732-1830). São Paulo: Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo. Estante 10, Prateleira 02, Livro de nº 49.

Tendo em vista a tabela acima, o que nos parece importante ressaltar é que havia uma clara distinção entre capitães e sargentos, em relação à população em geral, no cotidiano e também na hora do casamento. Era importante escolher o capitão ou sargento como testemunha do casamento. São figuras, certamente, bem conhecidas e hierarquicamente importantes naquela sociedade formada pelo aldeamento de Itapecerica. Levá-las para o casamento e tê-las no casamento representava, imediatamente, status social. Por isso, eles aparecem tanto, como vemos na tabela acima. Os capitães e demais índios com cargo nas aldeias seriam chave na configuração de alianças, pois segundo apuramos, possuíam afins² em outros grupos, entre os brancos. Alguns aparecem até em cinco casamentos, em um intervalo de tempo muito curto, como é o caso de Gregório, já analisado e, além dele, Nazário Fernandes e Adão de Souza. Parece que os capitães são grandes figuras nas possíveis festas também. É um assunto que aparece muito no decorrer do nosso texto neste item. Além de serem preferidos como testemunhas, veremos que os

² Terminologia de parentesco que designa um possível parente, mas sem laços de consanguinidade.

capitães-mores eram preferidos, também como músicos na banda do aldeamento na virada do século XVIII para o século XIX.

Retomando nosso raciocínio anterior, era bastante comum aparecerem, nas listas nominativas, os capitães-mores e demais cargos da aldeia referenciados em distinção. O objetivo destas listas, cabe lembrar, feitas em sete aldeias durante o período de 1798 e 1803, era enumerar detalhadamente todos os moradores residentes em cada localidade. Os cargos mais comuns nas aldeias de São Paulo eram os de capitão-mor e o de sargento-mor, que apareciam em todas as sete aldeias. O maior número de cargos relatados foi encontrado na aldeia de Itapecerica, que possuía um capitão-mor, um sargento-mor, um capitão, um alferes e um sargento, segundo a própria ordem hierárquica da lista. As aldeias de Itaquaquecetuba e Embu, no mesmo item, também se destacavam, pois possuíam, ambas, quatro cargos. As outras aldeias – Peruíbe, Escada, Pinheiros e Barueri – possuíam, todas, dois cargos (capitão-mor e sargento-mor). Exceto o caso de Barueri, a aldeia mais populosa, tendo-se em vista os censos, que possuía apenas dois cargos, as outras aldeias tinham um número de cargos mais ou menos correspondente ao seu contingente populacional, em fins do século XVIII e começo do século XIX, conforme podemos evidenciar na tabela a seguir:

Tabela 2 - Cargos em São Paulo (1798-1803)

Aldeamento	N.º de habitantes	N.º de cargos
Barueri	580	2
Itapecerica	332	5
Embu	261	4
Itaquaquecetuba	247	4
Escada	210	2
Peruíbe	201	2
Pinheiros	160	2

Fonte: BDAESP 1948, p. 101-224

Além disso, parecia haver na distribuição dos cargos certo padrão de idade facilmente identificável. A média de idade dos indivíduos que ocupavam o cargo de capitão-mor era de aproximadamente 50 anos. O capitão-mor mais idoso era da aldeia de Barueri, e possuía 58 anos de idade, enquanto o mais novo era Paulo Correia da Guerra, representante da aldeia de N.S. da Escada, com apenas 34 anos. Cabe notar que, em uma outra documentação, com caráter distinto, descobrimos que o capitão-mor Paulo Correia da Guerra assumia o mesmo cargo em 1794, isto é, com apenas 26 anos (DISP 1924, p. 283). Os dois cargos da aldeia da Escada, cabe notar ainda, eram ocupados por indivíduos relativamente jovens, sendo o seu sargento-mor detentor de apenas 36 anos de idade. Paulo Correia da Guerra, no entanto, destoava dos demais capitães-mores, pois dentre as sete aldeias analisadas quatro possuíam capitães-mores com mais de 52 anos.

Ao analisarmos o impacto do número de detentores de cargos no interior do grupo dos homens da mesma faixa etária que eles, não descobrimos grandes disparidades gerais, só em casos particulares (Peruíbe e Pinheiros). Na aldeia de Peruíbe, existem apenas 5 indivíduos masculinos na casa dos 40 anos e 1 na casa dos 50. Os dois cargos existentes em Peruíbe são ocupados por indivíduos na casa dos 40 anos. Já em Pinheiros, encontramos outra situação curiosa. Na casa dos 50, existem 8 indivíduos masculinos, sendo que 1 detém o cargo de capitão-mor. O outro cargo de sargento-mor é, por sua vez, ocupado pelo único indivíduo masculino na casa dos 40 anos residente na aldeia.

Os cargos de sargento-mor, por outro lado, normalmente, estão distribuídos entre indivíduos na casa dos 40 anos de idade; cinco dentre sete estão situados neste padrão. O mais velho sargento-mor possui 46 anos, enquanto o mais jovem tem os seus 27 anos. A média de idade dos sargentos-mores consiste em aproximadamente 40 anos e dos demais cargos existentes (capitão, sargento, capitão de infantaria, ajudante e alferes) juntos de 35 anos. O mais velho, dentre os cargos secundários, é o capitão Bento Ribeiro da aldeia de Itaquaquecetuba com 46 anos; e o mais jovem é o alferes Miguel de Matos da aldeia de Itapecerica com 26 anos.

Todos os cargos constantes nas aldeias são ocupados por homens casados, exceto o ajudante Francisco Ribeiro da aldeia de Itapecerica que é viúvo – possuindo 44 anos e um filho com 15 anos de idade – e o sargento-mor Francisco de Moraes de Pinheiros que é solteiro e possui 41 anos. Tanto Francisco Ribeiro como Francisco de Moraes moram com suas mães viúvas. Entre os casamentos dos líderes, a maior diferença identificada ocorre em Itaquaquecetuba, onde o sargento João da Cruz possui 42 anos sendo casado com Angélica de 22 anos. O capitão-mor Timóteo da Silva Mota de Peruíbe que, em 1802, está no cargo há 8 anos, tem, morando em sua residência, um neto de 9 meses; possuindo três filhas (30, 16 e 10 anos) e um filho (28 anos) considerados solteiros na classificação da lista. O mesmo ocorre com o capitão-mor Ângelo de Itapecerica que possui duas filhas solteiras (31 e 29 anos) em sua residência e dois netos (9 e 1 ano de idade). Esses dados podem indicar uma interação entre brancos e índias nas famílias dos chefes em São Paulo. Bastante presente na documentação, a interação entre índias e brancos pode ocorrer por interesse dos índios em adquirir maior status social. Índias se amancebavam com brancos na tentativa de serem reconhecidas posteriormente. Entretanto, isso era uma faca de dois gumes, pois, comumente, os brancos se recusavam a reconhecer os filhos feitos com as índias.

Com relação às ocupações dos líderes, podemos dizer que a maioria se dedicava à agricultura, cultivando produtos com milho, mandioca, feijão e/ou algodão. Na aldeia de Itapecerica, onde havia, como já dissemos, antigamente, uma banda organizada, conforme

tradição jesuítica para tocar em festas religiosas, por vezes, fora do aldeamento (Petrone 1995, p. 289), há três músicos entre os chefes e um deles tem um filho músico num total de sete músicos citados na lista. O curioso é notar que mesmo já meio século da expulsão dos jesuítas das aldeias, a banda, conforme indica a lista, ainda perdura. Veremos que em demais itens, como o dia e as proibições sazonais relacionadas ao casamento, mudam muito com a saída dos jesuítas. Não parece ser o caso da banda. Na aldeia de Embu de quatro chefes listados dois são músicos (capitão-mor e capitão de infantaria) – num total de seis músicos. Tudo isso sugere uma participação da banda na distribuição de hierarquias de prestígio dentro da aldeia e, quiçá, influenciando na eleição dos prováveis capitães-mores. Talvez, o fato de se apresentarem para os colonos em festas religiosas, faça desses chefes-músicos grandes articuladores junto à sociedade colonial e, por isso, muito bem credenciados para o posto. Apesar de que esse era justamente o papel deles, como prescrevia a legislação indigenista da época.

Na aldeia de Peruíbe, além de lavradores, os chefes se ocupam da venda de tucum e o sargento-mor também vende chapéus. Em Pinheiros, os dois chefes são jornaleiros e a mulher do capitão-mor e a mãe do sargento-mor solteiro vivem da confecção de potes de barro. Vale a pena ainda atentar para o fato de Pinheiros ser a única aldeia das listas na qual há esta especialização extrema; as mulheres são louceiras e os homens jornaleiros.

Tabela 3 - Descrição dos indivíduos com cargos em aldeamentos (1798-1803)

Ano	Aldeia	Domicílio	Nome	Cargo	Ocupação	Estado civil	Idade ³	Nº/ filhos
1798	Itaquaquecetuba	1	João Lima	capitão-mor		C	52	3
1798	Itaquaquecetuba	2	Belchior Tavares	sargento-mor		C	41	7
1798	Itaquaquecetuba	3	Bento Ribeiro	capitão		C	46	3
1798	Itaquaquecetuba	4	João da Cruz	sargento		C	42	1
1802	Peruíbe	1	Timoteo da Silva Mota	capitão-mor	Lavouras, vende tucum	C	47	4
1802	Peruíbe	2	Carlos Monteiro	sargento-mor	Lavouras, vende tucum e chapéus	C	46	6
1802	Itapecerica	1	Angelo Fernandes	capitão-mor	Lavrador	C	55	
1802	Itapecerica	2	Joaquim Vieira	sargento-mor	Músico	C	27	2
1802	Itapecerica	3	Francisco de Paula	capitão	Lavrador	C	30	1
1802	Itapecerica	4	Francisco Ribeiro	ajudante	Músico	V	44	

³ Nota-se que nenhum dos capitães tem mais de 60 anos, idade limite permitida pelo *Regimento das ordenanças ou dos capitães-mores de 1569* para ocupar todos os postos descritos na tabela.

1802	Itapecerica	5	Miguel Matos	alferes	Músico	C	26	2
1802	Itapecerica	6	Francisco de Faria	sargento	Lavrador	C	30	2
1802	Escada	1	Paulo Correa	capitão-mor	Planta	C	34	7
1802	Escada	2	José Ramos	sargento-mor	Planta	C	36	5
1802	Embu	1	Julio Fernandes	capitão-mor	Músico	C	40	4
1802	Embu	2	Pascoal Correa	sargento-mor	Carpinteiro	C	44	2
1802	Embu	3	Manoel da Siqueira	capitão de infantaria	Músico	C	30	1
1802	Embu	4	Manuel de Alzão	ajudante	Lavouras	C	37	
1803	Barueri	1	João Luiz da Costa	capitão-mor	Não tem plantas por falta de terras	C	58	5
1803	Barueri	2	Antonio Rodrigues	sargento-mor	Planta	C	42	3
1802	Pinheiros	1	José da Cunha	capitão-mor	De jornal	C	55	2
1802	Pinheiros	2	Francisco de Moraes	sargento-mor	De jornal	S	41	

Fonte: BDAESP 1948: 101-224

Ao recorrer aos *Documentos interessantes para história e costumes de São Paulo*, conseguimos localizar alguns desses capitães e, por isso, identificamos algumas tendências bem claras. Nesta série de periódicos, localizamos uma parcela considerável de documentação sobre índios aldeados, que possuíam o caráter distinto que almejávamos. São fontes compostas, basicamente, de cartas da direção da capitania com ordens de posse de capitães-mores, reverendos superiores das aldeias, diretores nos seus cargos, dentre outros documentos distintos. Foi nos números dos *Documentos interessantes...* que achamos 12 documentos, os quais se referem à posse de capitães-mores ou sargento-mores. Muitos desses capitães, inclusive aparecem, nas listas nominativas que utilizamos neste trabalho outras vezes. Dos 12 índios com cargo em aldeamento, achamos que por volta de 7 aparecem nos *Documentos interessantes...* e nos censos do BDAESP.⁴

Tabela 4 - Posse de capitães-mores ou sargento-mores (1779-1803)

Nome	ALDEIA	ANO	Posse	DEIXA DE SER	C/CENSOS	ANO	IDADE	CARGO	Idade /posse
Timóteo da Silva Mota	Peruíbe	1794	capitão-mor	n/c	S	1802	47	mesmo	39
Paulo Correa	Escada	1794	capitão-mor	sargento-mor	S	1802	34	mesmo	26

⁴ Como vemos na tabela abaixo, há algumas dúvidas sobre a idade de alguns capitães.

Vitorino Barbosa	Carapicuíba	1790	capitão-mor	n/c	Aldeia n/c				
José Pereira	Carapicuíba	1790	sargento-mor	n/c	Aldeia n/c				
João de Lima	Itaquaquecetuba	1791	capitão-mor	sargento-mor	S	1798	52	mesmo	45
Antonio Vaz	Pinheiros	1791	sargento-mor	n/c	N				
Joaquim de Mendonça	Pinheiros	1792	capitão-mor	n/c	S	1802	51	s/ cargo	41
Manuel Correa	Pinheiros	1792	capitão-mor	n/c	S	1802	58	s/ cargo	48
Miguel de Proença	Barueri	1779	capitão-mor	n/c	S(?) ⁵	1803	42	s/ cargo	18(?)
Leandro José do Santos	Pinheiros	1780	capitão-mor	n/c	N				
Tomé Alves	Itaquaquecetuba	1780	capitão-mor	n/c	S(?) ⁶	1798	98(?)	s/cargo	80(?)
Amaro de Faria	Itaquaquecetuba	1780	sargento-mor	n/c	N				

Fontes: BDAESP e *Documentos interessantes...*

Algo, porém, nos intrigou mais: capitães-mores na casa dos 50 anos e sargento-mores na casa dos 40 anos. Ao que tudo indica havia um regime de sucessão nesses cargos, ou seja, a partir da saída de um capitão-mor o sargento-mor era empossado no cargo principal. Paulo Correia, o jovem capitão de apenas 34 anos da aldeia de Escada, já citado acima, tomou posse no cargo de capitão aos 26 anos (1794) subindo da patente de sargento-mor. O mesmo aconteceu com João de Lima (Itaquaquecetuba) que tomou posse com 45 anos no cargo de capitão-mor. Em Carapicuíba (1790) e Itaquaquecetuba (1780), são empossados, no mesmo dia, um novo capitão-mor e um sargento-mor, fato que corrobora para a nossa tese da sucessão dos cargos.

Conforme podemos evidenciar na tabela abaixo, a aldeia de Pinheiros, só para registrar mais um fato curioso, que talvez indique uma certa transitoriedade desses cargos, possivelmente, teve três capitães-mores em apenas um ano, dois deles tomam posse nas fontes arroladas nos *Documentos interessantes...* Outro dado de Pinheiros que sobressai aos nossos olhos, é o dos dois capitães que tomam posse em 1792, dez anos depois, estarem presentes nas listas ambos sem cargo. Ainda não conseguimos explicar bem essas destituições. Será que havia um período máximo em que o capitão deveria ficar no cargo? Talvez, se olharmos para o caso de Gregório Peixoto, explicado no início do nosso texto, possamos ter uma luz. Talvez, por inúmeras circunstâncias possíveis esses capitães-mores ficavam um tempo no cargo e depois eram substituídos por outros índios. É possível que, de tempos em tempos, houvesse uma troca do cargo por interesse dos índios ou por política da própria colônia, isso não fica claro ainda. Com a comparação dos documentos, descobrimos a permanência de três líderes em seus respectivos cargos por sete ou oito anos: Timoteo da Silva Mota (Peruíbe) e Paulo Correa (Escada) de 1794 a pelo menos 1802; e João de Lima (Itaquaquecetuba) de 1791 a 1798.

⁵ Não temos certeza se é o mesmo indivíduo, a idade da posse calculada é muito jovem, apenas 18 anos. Porém, há possibilidade sim de um capitão-mor assumir um cargo com 18 anos, pois isto está prescrito no *Regimento das ordenanças dos capitães-mores de 1569*.

⁶ Pode ter havido um erro na transcrição da idade ou não é o mesmo sujeito. Duvidamos da existência de um capitão-mor tomando posse aos 80 anos.

Em síntese, vemos que o assunto relacionado aos capitães-mores – índios, em geral, que tinham cargos dados pela administração portuguesa do Brasil – rende muito e nos traz boas conclusões sobre o funcionamento e a organização dos aldeamentos. Eram esses “índios portugueses” grandes articuladores junto aos brancos, representando obviamente o interesse dos índios. Em Itapecerica, os capitães participavam da banda do aldeamento e, além disso, eram os preferidos na hora de se escolher um padrinho para o casamento, vários eram convidados para muitos casamentos em poucos meses. Além disso, há um caso de filha solteira na casa de um capitão, o que indica uma possível aliança com os colonos. É possível que as filhas desses indivíduos procurassem brancos para casarem ou terem filhos, também no objetivo de se distinguir dos demais.

Havia um regime de sucessão, talvez não completamente lógico, mas algumas “regras” conseguimos identificar. Preferencialmente, o capitão-mor era substituído por um sargento-mor, patente mais baixa, que estava alguns anos a par dos assuntos e demandas que o cargo de capitão-mor exige. Por isso, identificamos que capitães-mores eram mais experientes que os sargentos-mores possuindo, geralmente, os primeiros, cerca de 50 anos de idade, enquanto os segundos estavam na casa dos 40 anos de idade. Variava muito o período de permanência de ambos no cargo, dependendo, provavelmente, do interesse dos índios e das demandas da capitania. Era preciso agradar os índios e também distribuir hierarquia entre os mesmos, por isso acreditamos que as sucessões dos capitães e sargentos ocorriam sempre no sentido de criar hierarquias e ao mesmo tempo dialogar com os índios. Ou seja, era preciso dar voz aos índios na escolha do seu representante que devia ser experiente no assunto. Era preciso também que tal cargo fosse utilizado no objetivo de distinguir alguns índios havia certa rotatividade. É uma tênue linha entre a experiência e a necessidade de se privilegiar algumas famílias ou lideranças dos aldeamentos, criando uma certa assimetria. Devia haver rotatividade, mas com o cuidado, pois o cargo demandava certa experiência no trato com os brancos.

A ilegitimidade nas famílias das chefias

Tabela 5 - Ilegitimidade na aldeia de Itapecerica (1733-1820)⁷

Categoria	Total de casamentos
Pai da mulher incógnito	31
Pai do homem incógnito	32
Pai da mulher não é arrolado	36

⁷ Após 1820, o padre da aldeia passa a registrar sistematicamente somente o nome dos nubentes e não mais dos pais e avós como foi comum nos anos anteriores.

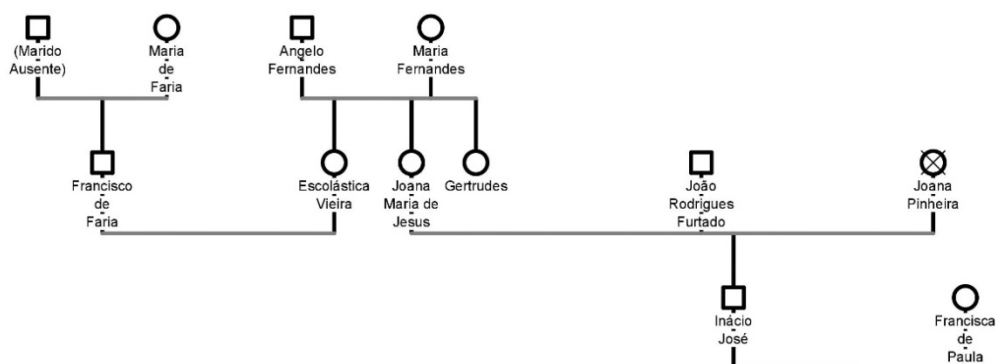
Pai do homem não é arrolado	52
Total de casamentos	244

Como podemos observar na tabela imediatamente acima, o número de casamentos em que o pai do nubente ou da nubente aparecem como incógnitos perfaz o número exato de 63 casos em 244 casamentos. Há também casos em que estranhamente o nome do pai não aparece nos casamentos e nada é dito. Os silêncios podem dizer muita coisa. A presença do concubinato nas aldeias pode tirar os sonos dos padres e administradores. A tentativa de ocultar o pai pode ser uma estratégia também para ocultar uma relação de união que não passa pelos termos da Igreja.

Torna-se claro que vários outros fatores além da fertilidade e mortalidade humanas afetam os balanços demográficos. Tomando um determinado território, há, por exemplo, fatores relativos aos deslocamentos individuais e grupais: a emigração que alivia a pressão, a imigração que faz com que um ou vários grupos que residem no mesmo lugar se mantenham como postos avançados de reservatórios populacionais maiores situados em algum outro lugar. A migração e as conquistas têm papel intermitente na redistribuição das populações e nas mudanças de suas relações. (Barth 2000, p 42)

Como identifica John Monteiro (1994, p. 204) as entradas e saídas dos aldeamentos eram constantes e os números populacionais variavam muito. Tudo isso nos faz pensar o aldeamento como uma comunidade com uma série de relações exteriores de aliança e de afinidade. As viagens e migrações deveriam ser constantes, sobretudo no caso de Itapecerica com grande mortandade de homens e também de recepção de netos e sobrinhos nos domicílios de parentes. Ou seja, a partir das ideias de Barth (2000) podemos dizer que Itapecerica, assim como outros aldeamentos paulistas mantinham um “reservatório” populacional no exterior.

FIGURA 1 - GENEALOGIA 1



Acima na genealogia de número quatro vemos outro caso curioso que pode evidenciar uma certa assimetria nos casamentos, principalmente no que diz respeito às famílias com maior status dentro do aldeamento. O capitão-mor de Itapecerica em 1802 tem no seu domicílio

abrigado dois netos que não são atribuídos a nenhuma de suas filhas que são ditas solteiras na lista. Em 1807, pela análise dos registros de casamentos, descobrimos que uma dessas filhas vai casar com João Rodrigues Furtado que era viúvo de Joana Pinheira. Já na lista de 1802, João Rodrigues Furtado aparecia com o status de viúvo abrigado na casa de um filho seu de nome Inácio José. Abaixo fizemos uma tabela para com os integrantes do domicílio do capitão-mor Ângelo Fernandes:

TABELA 6 – DOMICÍLIO DO CAPITÃO-MOR ÂNGELO FERNANDES

Nome	Estado Civil	Idade	Sexo	Parentesco com Ângelo Fernandes
Ângelo Fernandes	C	55	M	
Maria Fernandes	C	53	F	esposa
Joana	S	31	F	filha
Gertrudes	S	29	F	filha
Francisco		1	M	neto
Silveira		6	F	neta

A presença dos netos Francisco com um ano de idade e da neta Silveira com seis anos de idade, novamente lançam hipóteses no que diz respeito a presença da ilegitimidade na aldeia. Aqui novamente uma série de hipóteses são possíveis. Que os dois sejam filhos de Joana ou Gertrudes fora de um casamento oficializado proposto pela Igreja da época. Francisco e Silveira também podem ser filhos de pais ausentes na aldeia, ou até mesmo, pais “engolidos pelo sertão”. Falecer em guerras ou viagens era comum entre os paulistas. Pode evidenciar também que a família do capitão-mor tinha alianças com brancos fora ou dentro do aldeamento que normalmente se recusavam a assumir filhos com índias, mesmo que fossem solteiros.

Outra evidência importante que nos traz a genealogia da família do capitão-mor da aldeia de Itapecerica em 1802 é que sua filha Escolástica Vieira é casada com o sargento da aldeia Francisco Faria, em 1802, cargo de importância dentro das aldeias paulistas, conforme analisamos anteriormente. O casamento de Escolástica e o sargento Francisco data de 1796. Nesse ínterim, é preciso ressaltar também que Escolástica aparece na lista de 1802 com o sobrenome do pai Fernandes, talvez para ressaltar sua ligação com o capitão. Ou, além disso, pode evidenciar que as pessoas que faziam a lista nominativas não pesquisavam muito a fundo os sobrenomes de casado dos arrolados. Nesse sentido, surge aqui uma pequena evidência de tentativa de monopolização política dos cargos. Um certo fechamento nos casamentos evidência, ao nosso ver, a tentativa de criar uma assimetria por parte de algumas famílias específicas inseridas no aldeamentos.

Considerações finais

Em 1785, temos um caso no qual a documentação é parcial, porém podemos apurar alguns indícios importantes sobre como ocorriam os casamentos nas aldeias (DI85 1961, p. 145-

6). O caso é de São Miguel, mas ao nosso ver deve se encaixar como exemplar. O fato é que o reverendo da aldeia parece ter mandado para a ouvidoria da capitania uma carta, falando sobre o concubinato na aldeia. Não temos essa carta, só o documento seguinte, aponta uma reclamação do padre em relação à existência do concubinato entre muitos índios na aldeia. O padre parece exigir uma posição da ouvidoria que responde da seguinte forma: “os fará casar com as mesmas pessoas, que assim andarem concubinados, querendo assim uns e outros; e não querendo os admoestará para que se emendem, com pena de serem mudados para a aldeia mais remota” (DI85 1961, p. 145-6). Isso também evidência um fluxo entre aldeias como modo de castigo, para os índios que não se comportam conforme as prescrições das autoridades religiosas e/ou representantes do Estado português. Ou seja, pode-se concluir, ainda de forma parcial, que havia um fluxo populacional entre as aldeias fazendo com que uma identidade de “aldeado” pudesse se configurar.

Assim, quando alguém reconstitui a história de um grupo étnico através do tempo, *não* está ao mesmo tempo e no mesmo sentido descrevendo a história de “uma cultura”: os elementos da cultura atual do grupo étnico em questão não surgiram do conjunto específico que constituía a cultura do grupo em um momento anterior, ainda que este grupo tenha existência contínua do ponto de vista organizacional, com fronteiras (critérios de pertencimento) que, apesar de modificarem-se, demarcam efetivamente uma unidade que apresenta continuidade no tempo. (Barth 2000, p. 67)

Em tupi-guarani, a palavra Itapecerica significa pedra escorregadia o que ao nosso ver, é também revelador de uma analogia importante que podemos fazer. Os índios que permaneciam, entravam e saíam de Itapecerica, eram como pedras escorregadias, sustentavam uma identidade de aldeado, não baseada numa cultura específica, mas sim pautada na incorporação de elementos externos que faziam com que a reprodução social do grupo continuasse existindo. Isso vai passar pela ilegitimidade e concubinato, como vimos, assim como o abrigo de parentes em domínios que deveriam ser simples, tendo em vistas as imposições dos jesuítas e padres de outras ordens. A sustentação de uma identidade de aldeado, contudo, não exclui a existência de outras subdivisões internas desses grupos: carijós, gentio da terra, negros da terra, gentio do cabelo corredio, coroados além de alguns nomes étnicos como Puri, Kayapó, dentre outros.

Fontes

Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo. São Paulo: Casa Eclesiástica. Vol. 85, 1961.

LIVRO de Casamentos da Paróquia de Itapecerica (1732-1830). São Paulo: Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva da Arquidiocese de São Paulo. Estante 10, Prateleira 02, Livro de nº 49.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP)*. São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 5, 1945.

_____. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP)*. São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 7, 1947

_____. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo (BDAESP)*. São Paulo: Secretaria da Educação, Maço 2, Volume 8, 1948.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

AMOROSO, Marta Rosa. *Catequese e evasão: etnografia do aldeamento indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895)*. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, século XVIII e XIX)*. São Paulo, 1994. Tese (História) – Programação de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. São Paulo: Alameda, 2014.

CLASTRES, Hélène. *Terra sem mal*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1975.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: ensaio de antropologia política*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

CORRÊA, Dora Shellard. *O aldeamento de Itapecerica: de fins do século XVII a 1828*. São Paulo: Estação da Liberdade, 1999.

GARCIA, Elisa Frühauf. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Arquivo Nacional, 2009.

GODINHO, Anabela. A freguesia da Sé de Lisboa: demografia e sociedade (1563-1755). *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, Nº 3, 2012, p. 227-249, 2013.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *Caiçara: terra e população – estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia (1750-1850): de maioria a minoria*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PERRONE-MOISÉS, B. 1998. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, M. C. da. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 115-32.

PETRONI, Pasquale. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (UDUSP), 1995.

- POMPA, Cristina. *Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial*. Bauru: Edusc, 2003.
- PREZIA, Benedito A. *Os índios do planalto paulista: nas crônicas quinhentistas e seiscentistas*. São Paulo: Humanitas, 2010.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da. Bando, J. V. Serrão, M. Motta e S. M. Miranda (dir), *e-Dicionário da Terra e do Território no Império Português*. Lisboa: CEHC-IUL. (ISSN: 2183-1408). Doi: 10.15847/cehc.edittip.2016v008. Disponível em: <https://edittip.net/?s=bando&submit=> Acessado em: 05/01/2017.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da Silva. *Sistema de casamento no Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 1984.
- SIRTORI, Bruna. Às margens do Rio Gravataí: a transcrição de registros batismais pelo Padre Bernardo Lopes da Silva e sua concepção de “índio” (1765-1783). In: *Anais Eletrônicos (CD-ROM) da 25ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Goiânia, Universidade Federal de Goiás/Universidade Católica de Goiás, 2006.
- SPOSITO, Fernanda. *Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII)*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. Curitiba: SAMP, 2014.
- VERAZANI, Katiane Soares. *Assenhorear-se de terras indígenas: Barueri-sécs. XVI-XIX*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo–USP, 2009.

AS RELAÇÕES DO HOMEM COM A MORTE NO MEDIEVO: UMA PERSPECTIVA SÓCIO- HISTÓRICA

Hugo Rincon Azevedo

hugo_jsk@hotmail.com

Doutorando em História
Universidade Federal de Goiás.

Agência de fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/0122707652462743>

RESUMO: Neste texto propomos problematizar a concepção de "boa morte" dentro de uma história de longa duração, entendendo se tratar de um processo que se inicia durante a sedentarização do homem e se desenvolve em diferentes ritmos na Antiguidade, consolidando-se no medievo em uma "morte cristianizada". Essa era institucionalmente administrada pelo Clero, mas nas suas práticas e representações apresentava rupturas e continuidades com as concepções antigas, dialogando com a tese de "morte domada" defendida pelo medievalista francês Philippe Ariès. Portanto, analisamos as transformações socioculturais das relações do homem com o morrer no Ocidente Medieval a partir do diálogo entre a historiografia, a antropologia e a sociologia, partimos dos estudos historiográficos de P. Ariès, Michel Lauwers e Jacques Le Goff, da Sociologia do morrer de A. Kellehear e Nöbert Elias, além das perspectivas da antropologia medieval levantadas por Jean-Claude Schmitt e José Mattoso.

Palavras-chave: Morte, Idade Média, Historiografia, Sociologia, Antropologia.

ABSTRACT: This article aims to problematize the concept of "good death" within a long-term. It is a process that begins with sedentarization of man and develops in different rhythms in Antiquity, consolidating itself in the Middle Ages in a "Christianized death". This was institutionally administered by the Clergy, but in their practices and representations they presented ruptures and continuities with the old conceptions, dialoguing with the thesis of "tamed death" defended by the French medievalist Philippe Ariès. Therefore, we analyze the sociocultural transformations of human relations with dying in the Medieval West from the dialogue between historiography, anthropology and sociology, in which we start from the studies of P. Ariès, Michel Lauwers and Jacques Le Goff, Sociology of the death by A. Kellehear and Nöbert Elias, in addition to the perspectives of medieval anthropology raised by Jean-Claude Schmitt and José Mattoso.

Keywords: Death, Middle Ages, Historiography, Sociology, Anthropology.

Introdução

Ao longo da história, as relações do homem com a morte tiveram impactos profundos nas diversas transformações sociais e culturais vividas pela humanidade. A formação e a sistematização de religiões, ritos, arte e arquitetura, em muito se devem a preocupação do homem em tentar explicar sua finitude, procurar entender o que existe após a morte, se há vida, em como se preparar para ela ou prolongar seus dias no mundo dos vivos.

O ato de planejar e de prever a morte foi uma transformação essencial no aspecto cultural dos primeiros grupos humanos, exercendo um papel fundamental na tentativa da humanidade de controlar o morrer. Essa prática ganhou força no processo de sedentarização com o nascimento da chamada "boa morte", que só foi possível graças ao advento da

agropecuária e do desenvolvimento dos vilarejos e das cidades. A formação das primeiras sociedades, com a domesticação da natureza, dos animais e vegetais, proporcionou um grande aumento na expectativa de vida, possibilitando ao homem a chance de "assistir a morte chegar", de modo que pudesse planejar e se preparar para esse advento.

O ato de "sentir" o morrer transformou a relação da humanidade com o passamento, a partir dessa mudança, iniciou-se a tentativa do controle da morte (ou dos ritos de passagem para a morte). Se entre os povos caçador-coletores essa prática era feita pelo grupo familiar ou pela sua comunidade, numa relação de troca em que tanto o morrente como o seu meio social seriam parte dos rituais que garantiriam a "boa morte", ou seja, a jornada ao além-mundo começaria ainda em vida. A "boa morte" se trata de um passamento rápido e brando, "mas com acréscimo da ideia de morrer em 'perfeição moral' ou nobre [...] morrer belamente ou de um modo ideal ou exemplar" (KELLEHEAR, 2016, p. 170). Os agricultores do Período Neolítico à Antiguidade e boa parte do Medievo, interpretariam como "boa morte", aquela que se adequasse a todas, ou a maioria das condições de uma boa vida agricultora. A "boa morte" é um modelo de comportamento construído e homologado pelos outros "para se harmonizar e afirmar a moral e os valores sociais então dominantes - sejam eles princípios religiosos antigos, expectativas médicas contemporâneas ou expectativas culturais da vida aldeã" (KELLEHEAR, 2016, p. 169).

A "boa morte" é a leitura que o célebre estudo sobre a história da morte de Philippe Ariès *L'Homme devant la mort* (1977) evocou na ideia de "morte domada". Baseando-se nas suas principais fontes, romances de cavalaria medievais, Ariès sugere que a domesticação da morte estava na perspectiva de reconhecimento da iminência do próprio morrer e na realização dos preparativos para o bem-estar de sua alma. Domar a morte tinha como característica um modelo de comportamento que visava à superação do medo e o aprendizado da convivência com ela, na tentativa da consolidação do domínio dela por meio de uma solene ritualização.

Já para Kellehear, essa concepção humana perante a morte teria se desenvolvido lentamente a partir das primeiras sociedades sedentarizadas e não seria uma singularidade do Medievo. Os estudos tradicionais sobre a história da morte dão grande ênfase às sociedades medievais, e na maioria dos casos, em características gerais, essas concepções de "boa morte" e do homem diante do morrer, remontam e são determinadas por épocas mais recuadas e por variados tipos de economia e sociedade. A história das "influências sobre o morrer atual não remonta meramente à Idade Média, mas aos nossos vínculos mais profundos, primordiais, com os primeiros humanos e a sua herança biológica e social com todos os animais" (KELLEHEAR, 2016, p. 19).

Há um grande debate em torno da proposta de domesticação da morte na Idade Média feita por Philippe Ariès. Nas últimas décadas, parte dos pesquisadores das relações históricas e sociais do morrer aponta que o trabalho precursor de Ariès, no que se entende por “morte domada”, consistiria no que os antropólogos e demais cientistas sociais consideram se tratar da ideia de “boa morte” nas sociedades agropastoris. A literatura medieval consultada pelo historiador narra insistentemente o controle pessoal no leito de morte, bem como o reconhecimento que o fim está próximo, realizando sempre os preparos para o bem-estar de sua alma. John McManners (2011), em seu texto *Death and the french historians* [Morte e os historiadores franceses], afirma que Ariès subestimou os conflitos entre clérigos e anticlericais na Idade Moderna. Além de não reconhecer as continuidades da consciência do homem medieval do morrer, que se mantiveram no imaginário social para além do medievo, principalmente naquilo que se diz respeito à vida no campo. Além disso, o autor priorizou os exemplos da aristocracia medieval, assim fundindo a morte dos santos, dos cavaleiros e dos camponeses aos altos estratos sociais naquilo que ele considerava “antigos”.

Isso significa que para uma perspectiva histórica mais abrangente, global e de longa duração (BRAUDEL, 2007), não se limitando, portanto, a Europa, o principal problema referente à concepção adotada por Ariès sobre o morrer seria o fato do autor não ter se desvinculado dos estereótipos sobre “antigos e modernos”. Dessa forma, acabou por conceituar como morte domada “uma fusão da ‘boa morte’ com a ‘morte bem administrada’ e, além disso, à infeliz exclusão do morrer como uma viagem ao além-mundo: nossa mais longa tradição na área” (KELLEHEAR, 2016, p. 319). Apesar das críticas em relação às fontes utilizadas pelo historiador, temos que levar em conta a dificuldade de se encontrar documentos medievais fora do âmbito da aristocracia ou do clero, especialmente se tratando de um período onde a maior parte da população não sabia ler e escrever. Portanto, quem detinha a habilidade da escrita eram os mesmos que detinham o poder.

Na introdução da obra *O homem diante da morte* (2014), Ariès aponta que analisará a imagem da morte se na Alta Idade Média, especificamente nos relatos de Rolando.²⁷⁸ Mas o historiador deixa claro que essa ideia de “boa morte” não surgiu apenas naquele período, que lhe era anterior, afirmando que “é a morte acrônica dos longos períodos da mais antiga história, talvez da Pré-História” (ARIÈS, 2014, p. 5). Isso indica que o historiador escreveu sobre esse tema em momentos diferentes e que a partir do diálogo com outros autores e o acesso a mais documentos, alterou sua concepção, demonstrando a consciência de que o seu objeto de estudo,

²⁷⁸ Rolando é um personagem da literatura medieval e renascentista europeia que teria sido sobrinho do imperador carolíngio Carlos Magno. O relato mais antigo sobre o personagem consiste no poema épico *La chanson de Roland*, que narra a luta heroica do cavaleiro contra os mouros da Península Ibérica.

a morte, ou a construção da "boa morte", possuía um processo de longa duração, que veio se transformando entre continuidades e rupturas até o medievo.²⁷⁹ Porém, Ariès afirma que a "originalidade da alta Idade Média está no fato da aristocracia cavaleiresca ter imposto as imagens das culturas populares e orais a uma sociedade de clérigos letrados, herdeiros e restauradores da Antiguidade erudita" (ARIÈS, 2014, p. 5). Para analisar o processo de transformação no que o homem entendia por uma boa forma de morrer, propomos historicizar as práticas culturais perante a morte nas sociedades antigas, dentro de uma concepção de longa duração, que, em nossa perspectiva, teriam sido fundamentais naquilo que mais tarde resultaria na "boa morte" para o homem medieval.

A "boa morte": uma longa duração

Analisando as relações do homem com o morrer, entre rupturas e continuidades, é provável que a "boa morte do camponês" tenha perdurado pelo menos até os séculos XVIII e XIX. Considerando que as grandes transformações estruturais, sociais, econômicas e culturais ocorrem em diferentes ritmos, partimos da perspectiva de uma "longa Idade Média" de Jacques Le Goff (2011, p. 14 - 15), que se situaria entre a chamada "Antiguidade Tardia", por volta do século V, às Revoluções Industrial e Francesa (1789).²⁸⁰ No que diz respeito às continuidades, é considerável a influência das concepções greco-romanas de "boa morte" para o que mais tarde, o homem medieval assimilou e transformou na sua relação com o morrer. Fustel de Coulanges (2009) aponta não apenas a religião, mas a ligação dessa com os ritos fúnebres e a importância cultural da morte como elementos essenciais da construção dos sistemas culturais no mundo antigo, especialmente de Grécia e Roma. Para Coulanges, o homem do mundo greco-romano preocupava-se essencialmente com a "boa morte", que consistia na definição de seu sepultamento e dos ritos fúnebres a serem proferidos e zelados pela sua comunidade (COULANGES, 2009, p. 23 - 33).

Donald Kyle (1998) afirma que a morte no mundo antigo deve ser entendida como um longo processo e não apenas um simples evento. A morte de romanos notáveis exigia ritos fúnebres bem elaborados com procissões e discursos que conectassem os vivos e os mortos,

²⁷⁹ A edição brasileira aqui utilizada da obra de Ariès (2014) é uma tradução das últimas reedições do texto original do autor (1977), contendo notas e materiais acrescentados ao longo dos anos.

²⁸⁰ Conforme Le Goff, deveríamos considerar uma concepção de longa Idade Média, pois não haveria uma ruptura com o Renascimento. Para o autor, "[...] é preciso esperar o fim do século XVIII para que a ruptura se produza: a revolução industrial na Inglaterra, depois a Revolução Francesa nos domínios político, social e mental trancam com chave o fim do período medieval. A Idade Média se situa entre uma lenta mutação, que judiciosamente de algum tempo para cá se chama de "Antiguidade Tardia", dominação melhor do que Alta Idade Média (aquela que começa mais tarde, por volta dos séculos VI e VII), e uma revolução no fim do século XVIII" (LE GOFF, 2011, p. 14 - 15).

assim como o passado e o presente, além de demonstrar o *status* de continuidade das famílias (KYLE, 1998, p. 128). A participação da comunidade, principalmente de familiares, é essencial no cumprimento desses ritos. Os chefes de família tomavam como um dever sagrado todas as etapas dos preparativos funerários do ente querido, principalmente na escolha da sepultura e demais monumentos fúnebres (KYLE, 1998, p. 129). Esses ritos fúnebres eram para aqueles homens essenciais na sua jornada ao outro mundo, visto que a crença na existência da alma e de uma vida após a morte era demonstrada em poemas e na literatura produzida no mundo greco-romano.

Na Antiguidade Clássica, a morte biológica não era o fim, pois se acreditava que a alma carregava para o além-vida as memórias e a identidade do indivíduo. A fim de garantir que o morrente faça uma boa jornada, era essencial o suporte e atuação da comunidade nos ritos fúnebres necessários. Porém, de acordo com José Mattoso (2001), na Roma Antiga não se concebia uma representação doutrinal do Além como o cristianismo viria a fazer na Idade Média, sobretudo no que se refere à ideia de Reino dos Mortos, o destino final para onde iriam seus falecidos.

No imaginário greco-romano, os mortos se tornavam assombrações, espíritos ou fantasmas, podendo se tornar uma ameaça e causa de perturbação para os vivos. Isso ocorreria se o seu meio social não fizesse o sepultamento e os rituais fúnebres necessários para o descanso da alma, ou para aqueles que não pudessem gozar de tais ritos mortuários, como acontecia com os criminosos e suicidas. Mas não apenas perturbações trariam essas almas em busca do destino além-túmulo, o morto também protegia invisivelmente seus familiares e sua comunidade que, em festejos, rituais, e cerimônias religiosas, recordavam seu nome, sua memória, lhe concedendo oferendas, preces e sacrifícios. Desse modo, os mortos asseguravam aos "vivos a prosperidade e a fecundidade, protege-os dos perigos e inspira-lhes as suas decisões" (MATTOSO, 2001, p. 48).

No processo de cristianização da morte no medievo, a influência da comunidade na concepção da "boa morte" se acentuou. Conforme Ralf Houlbrooke (1998), nesse período, no que diz respeito à crença da "boa morte", prevalecia os costumes da comunidade, que, como se sabe, eram baseados em valores cristãos. O homem cristão medieval ao estar certo de que a morte se aproximava seguia determinados ritos: redigia seu testamento, dividindo suas posses, deixando parte aos membros mais pobres da família; recebia a visita de clérigos da comunidade, realizando os rituais cristãos necessários para a salvação de sua alma; e por fim rezaria e morreria (HOULBROOKE, 1998, p. 184 - 219). Essa definição cristã do bom morrer, já nos fins da Baixa Idade Média, ganhou muita relevância com a aristocracia e também com estruturas sociais

medianas nas cidades, especialmente após a publicação da obra *Ars Moriendi*²⁸¹ na metade do século XV.

Uma característica essencial da “boa morte” era a autopreparação para o morrer, que consistia no controle que o moribundo exercia, em parceria com a sua comunidade, dos preparativos legais relacionados a herança, aqui já no sentido de transmissão dos bens pessoais para os seus descendentes. Na transmissão do patrimônio familiar, três heranças eram as mais comuns: bens materiais (terra, dinheiro etc.); bens sociais (sobrenome, títulos, *status*, profissões); e os objetos (questões pessoais como joias e tradições culturais relacionadas à família) (KELLEHEAR, 2016, p. 172). A definição do morrer bem para as sociedades agropastoris é tanto um preceito que parte do morrente, tal como ele o entende, como também da atribuição da sua comunidade desse morrer. Assim, além da divisão do controle do morrer, o que deve ser considerado uma “boa morte” passa também pela mediação de relações de poder entre o moribundo e a sociedade.

Se existiam modelos de se morrer bem é porque também haviam mortes consideradas ruins: a morte repentina, longe de casa e de sua terra natal; a morte violenta (inclusive o suicídio); e a morte causada por questões alheias ao moribundo. Ou seja, “mortes ruins” eram mais comuns. A “morte ruim” era aquela que incapacitaria o morrente de exercer controle sobre o seu passamento, impossibilitando a transmissão de seu patrimônio a familiares, bem como a realização dos preparativos religiosos necessários para a sua boa passagem ao além-mundo. A “morte ruim” é marcada pela ausência de controle, se compara ao caos e promove a desordem. Portanto, “se a boa morte é a afirmação da vida e das relações sociais boas, a morte ruim representa uma afronta ou ruptura dessas relações” (KELLEHEAR, 2016, p. 179).

A “boa morte” e a “morte ruim” coexistem, e a sua definição durante e posteriormente ao falecimento dependem de um jogo entre as crenças e valores da comunidade que rodeiam o moribundo no processo do morrer. Garantir a “boa morte” significava se preparar para a sua chegada, o que consistia na realização dos rituais necessários para manter a continuidade, e principalmente a contenção da ameaça da morte pelo controle social do morrer. Nessa perspectiva, as cerimônias fúnebres, a escolha dos túmulos e local de sepultamento e os ritos religiosos exerciam um papel essencial no controle do morrer, levando em consideração que a morte ameaça a própria legitimidade dos valores, regras e costumes de uma sociedade.

De acordo com Robert Hertz (1960, p. 77), a comunidade deveria se incluir preparativos ritualísticos em relação à pessoa agonizante, de modo que permitisse uma transmissão social

²⁸¹ A “Arte de morrer” ou a “Arte do bem morrer”, variando de acordo com as traduções, foi uma espécie de manual redigido no século XV em latim, sendo traduzido e copiado para línguas vernáculas, e tinha o objetivo de orientar as pessoas a alcançar a “boa morte” pela perspectiva religiosa.

espontânea que auxiliasse no alívio do trauma causado em todos. Hertz considera que a morte não põe fim apenas à vida corporal do indivíduo, mas também destrói sua identidade, o ser social que habitava aquela estrutura física visível. Isso implica na intervenção de poderes da natureza que teriam influenciado na sua morte. A concepção de Hertz se liga à consciência do morrer na cristandade medieval quando afirma que para "povos primitivos" a morte nunca é um fenômeno natural, onde o trabalho de Deus poderia ser desfeito pelo Diabo, sendo sempre causada por poderes espirituais e causas mágicas. Daí a dicotomia medieval da morte enquanto uma "batalha entre o bem e o mal" em que o indivíduo enfrenta no leito de morte. Preparar-se bem para a morte era a maneira de vencer esses desafios, evitando o caos que poderia se estabelecer.

No que diz respeito às transformações da consciência do morrer ao longo da Idade Média, a partir do século XII, com a ascensão das cidades ocorreu uma importante mudança estrutural nas relações sociais do morrer: a "boa morte" iria aos poucos se convertendo em uma "morte bem administrada" (KELLEHEAR, 2016, p. 271 - 309). As diversas transformações ocorridas na Europa entre os séculos XII e XV mudaram a concepção do homem com o seu passamento, levando ao processo de individualização da morte, chamado por Ariès de "morte de si" (ARIÈS, 2017, p. 47 - 48). De acordo com o autor, a ideia de "morte de si" se retrataria nas angústias do homem perante o seu passamento (como o medo individual dos destinos da alma após a morte, do julgamento final e dos três lugares do além-cristão: paraíso, purgatório ou inferno). A morte de si evoca a preocupação do morrer de acordo com a particularidade de cada indivíduo. O autor defende que isso é perceptível na análise de determinados fenômenos, como a representação do Juízo Final, a viagem ao além-mundo (aqui entendido como a transição da alma pelo purgatório) e a preocupação com o sepultamento, demonstrado nas epígrafes funerárias um começo da personalização das sepulturas.

Enquanto parte do processo de uma lenta individualização do morrer, o Renascimento Urbano foi fundamental para a transição da "boa morte" para a "bem administrada". Essa consistiria na tentativa de controle da própria morte aliado ao auxílio externo e profissional, não apenas de membros da sua própria família ou meio social. Com as cidades vieram novas profissões e grupos sociais, como os estratos sociais médios que poderiam pagar por auxílios a saúde e buscavam controlar a morte com o serviço de três profissionais: o médico, o advogado e o clérigo (KELLEHEAR, 2016, p. 241). O morrente urbano contratava pessoas para cuidar do seu processo de morrer, cabendo: aos médicos evitar a dor e aliviar os sintomas; ao advogado garantir os desejos finais e a transmissão patrimonial; aos clérigos a orientação e conselho espiritual final, e, principalmente, a realização de missas e ritos que garantiriam a boa passagem do moribundo.

O processo de urbanização desencadeado na Europa ocidental proporcionou transformações sutis na relação do homem com o morrer. Jacques Rossiaud (1989) afirma que durante dois séculos, entre 1.100 e 1.300 d.C., se desenvolveu em diferentes ritmos sistemas culturais citadinos. Para o autor não se pode falar em um "sistema urbano" único a todas as cidades europeias do período, mas em características em comum que fizeram parte do mundo dos habitantes desses lugares. Uma das principais características seria que na maior parte dos casos não se nascia e nem se crescia nas cidades, migrava-se para o mundo urbano no início da juventude. No âmbito da consciência do morrer, as experiências coletivas em relação à morte ainda tinham uma herança no campo, sendo obviamente modificada a partir do processo de aculturação adquirido nas cidades (ROSSIAUD, 1989, p. 100).

As cidades também trouxeram além de uma maior expectativa de vida, novas epidemias e também doenças relacionadas à velhice. A possibilidade maior de ascensão social em relação ao campo, bem como o advento de novas profissões, possibilitou a alguns dos indivíduos migrados do campo poder custear uma longevidade que não poderia encontrar no meio rural. Porém, o ar da cidade não espalhava apenas "liberdade" e "prosperidade", mas também trazia consigo grandes ondas epidêmicas em doenças virais e bacterianas,, trazendo consigo uma nova perspectiva: a desigualdade social no morrer. O índice de mortos era diferenciado entre os diversos grupos sociais, sendo menor entre grupos medianos como os mercadores e profissionais "liberais" (médicos, advogados etc.), o que levou a crer que controlar e evitar a morte passou a ser em maior escala uma questão de posição social, deveria se ter recursos financeiros para adquirir os benefícios da “boa morte” (KELLEHEAR, 2016).

A “boa morte” viria não mais apenas de um controle pessoal do morrer, mas da capacidade de tentar evitar a morte ou amenizar os males causados por ela. Esse aspecto se aliaria ao individualismo do morrer e a necessidade de se ter os recursos financeiros necessários para "comprar" a “boa morte”, tornando esse processo um ato de morrer "bem administrado" (KELLEHEAR, 2016, p. 255). Para o homem urbano, o início do morrer “bem administrado” é resultado de uma combinação de fatores sociais relacionados ao saber médico, ao direito e ao clero. Morrer como um comportamento social deixou de ser apenas uma questão doméstica ligada à família e a comunidade aldeã, pois bem administrar a morte se tornou um problema público administrativo e privado, necessitando assim da profissionalização daqueles que lidavam com esse processo, o que resultou no morrer cada vez mais privativo e isolado (KELLEHEAR, 2016, p. 278). Administrar o morrer significava para as elites urbanas gerenciar tanto as questões dos negócios, como da saúde do corpo e da alma.

Realizar uma “morte bem administrada” também passava pela garantia de resolução dos problemas espirituais, levando assim a uma boa passagem ao Além. No caso do homem cristão do Ocidente Medieval, consistia na boa passagem pelo purgatório e ascensão aos reinos do céu. Conforme Jacques Rossiaud, a atuação dos frades de ordens mendicantes (como os Dominicanos e os Franciscanos) nos meios urbanos foi um fator importante na administração espiritual do morrer das sociedades urbanas. O historiador cita o exemplo das confrarias, irmandades de leigos muitas vezes associados a uma ordem religiosa mendicante. Esses grupos sociais auxiliavam os seus membros durante o processo do falecimento, nas questões materiais e espirituais.

As confrarias enquanto "cooperativas espirituais verticais" entendiam que as missas e as orações devidas aos membros dessas organizações contribuiriam para a salvação da alma dos seus confrades falecidos, tendo a obrigação de atuar na intercessão pela sua boa passagem pelo purgatório. Assim, a confraria criara, conforme Rossiaud, um "sistema de seguro espiritual" que garantiria a “boa morte”, já que a atuação de seus membros tornava mais "segura a passagem para o outro mundo" (ROSSIAUD, 1989, p. 113).

As ordens religiosas se tornaram especialistas da morte e, durante os séculos XIV e XV, atuaram em uma espécie de "mercado da boa morte", garantindo aos cidadãos uma boa passagem ao além-vida. Como demonstrou Jacques Le Goff (2017), entre os séculos XII e XIII, o purgatório dominou o plano espiritual da morte. O nascimento da ideia de purgatório representou para o homem medieval um lugar de esperança, onde anteriormente pelas gravidades de suas ações em vida e pecados estava praticamente condenado ao inferno. O purgatório, enquanto lugar intermediário entre o mundo dos vivos e dos mortos, e de acesso ao outro mundo, surge como uma alternativa para evitar a condenação da alma, enquanto lugar de sofrimento, mas também de esperança. Assim, morrer bem, permitia-se por meio do purgatório que se vivesse bem. A boa passagem ao além-vida tem custos financeiros, e a "intensificação das redes de assistência espiritual e a democratização das missas tornam acessível uma boa morte" (ROSSIAUD, 1989, p. 116).

O papel do Clero surge enquanto um mecanismo essencial para a realização de uma “morte bem administrada”. A presença de padres no aconselhamento espiritual do morrente, com elementos simbólicos e ritos precisos da Igreja, como a Extrema Unção, dão ao morrente uma tranquilidade maior no leito de morte. As missas e celebrações em memórias dos falecidos, a serem realizadas em igrejas, espaços do sagrado, garantiriam a alma uma boa e acelerada passagem na jornada ao outro mundo. Realizar uma “morte bem administrada” requeria recursos financeiros que auxiliassem no processo do bem morrer, pois para adquirir os serviços de clérigos necessitava-se de pagamentos, sejam doações à paróquia ou na encomenda de missas pela sua

alma. Novamente, nota-se o papel ativo do morrente no controle e administração do morrer, nos cuidados do corpo, dos bens e da alma.

Essas questões indicam que a morte familiar, tradicional, cristianizada, e, portanto domada, concebida por Philippe Ariès, estaria mais próxima da visão do morrer adquirida pelas aristocracias urbanas e rurais da Europa na Baixa Idade Média, sendo provável que os estratos comuns da sociedade ainda manifestassem mais características da “boa morte antiga”. Os manuais medievais da “boa morte”, produzidos em quase toda sua totalidade por eclesiásticos, atingiam um pequeno público de alfabetizados. Esse tipo de literatura representava a tentativa das aristocracias alfabetizadas de “que a morte podia ser uma experiência domada, desde que essa elite continuasse aderindo às tradições religiosas prescritas delineadas pelas autoridades eclesiásticas” (KELLEHEAR, 2016, p. 321). Em suma: a “morte domada” (ou “bem administrada”) era excludente e um privilégio da aristocracia e, principalmente, da elite urbana.

O papel da Igreja diante da morte

Analisar as relações do homem com a morte no medievo passa por conceituações como a junção entre “boa morte” e “morte bem administrada”. Se a concepção de “boa morte” nasceu no processo de sedentarização do homem na “Pré-História” e várias de suas características permaneceram no imaginário social até a Idade Média, numa perspectiva de longa duração o que torna a percepção do morrer do homem medieval diferente em relação aos comportamentos anteriores? Partimos da hipótese de que o diferencial desse período está no processo de cristianização do morrer, ou melhor, de uma institucionalização da morte pela Igreja, que a tornou, ao menos para os grupos dominantes, um intermediário obrigatório entre vivos e mortos (LAUWERS, 2017, p. 286).

A Igreja assumiu um papel fundamental na garantia da “boa morte”, bem como a mediação na viagem ao além-mundo, especialmente a partir do advento do purgatório. Para exercer essa função, houve um intenso combate às tradições folclóricas, como também assimilação e ressignificação dessas práticas culturais. Portanto, nos parece relevante a análise de Jean-Claude Schmitt (2014) de como essas tensões modelaram o sistema cultural medieval. No que diz respeito aos sistemas simbólicos culturais e de crença na Idade Média, Jean-Claude Schmitt sugere a existência de um tecido social formado por polos múltiplos e de relações complexas, onde não havia uma cultura eclesiástica, nem uma cultura campesina, ou uma cultura urbana, mas “teatros locais de ambições e de conflitos que colocam em ação este ou aquele segmento da sociedade” (SCHMITT, 2014, p. 19).

Domar a morte é um processo de continuidade, que vai do início do processo do morrer para além da morte biológica do indivíduo. Desse modo, para os mais pobres era quase impossível domar a morte, visto que isso demandava recursos que a maioria não possuía. Diversos fatores como as epidemias, a ausência de serviços públicos de saúde e principalmente a pobreza se tornaram uma grande ameaça na tentativa de se domar a morte. Essas questões apontam que não apenas agricultores e sociedades camponesas, mas os estratos mais baixos do mundo urbano também deviam buscar uma “boa morte” voltada para a mediação indivíduo - comunidade, na tentativa de controle do morrer. Ainda que cristianizados, voltavam-se também para as tradições folclóricas os ritos necessários para a garantia de uma boa passagem (SCHMITT, 1999).

Conforme Pierre Bourdieu (2013), os sistemas de crença, ou o campo religioso, assumem o papel de auxílio aos grupos dominantes no controle ou imposição de costumes, como também na manutenção da ordem. Durante a Idade Média, a Igreja foi se apropriando do controle do morrer, em termos de "rito de instituição", na formulação de saberes e práticas fúnebres que mais tarde a dariam um verdadeiro monopólio sobre a morte. De acordo com M. Lauwers (2017, p. 286), a relação dos homens medievais com a morte transcorreu por diversos encontros, confrontos e modelos de variadas lógicas sociais. Os eclesiásticos tiveram um papel fundamental nesses processos, transformando as relações entre vivos e mortos que se arrastavam desde a Antiguidade, impondo mais tarde seus ritos e concepções, bem como formulando também no direito os costumes do morrer nas sociedades medievais.

O papel de intermediário entre o mundo dos vivos e dos mortos assumido pelo clero cristão deu seus primeiros passos entre os séculos V e X, quando os eclesiásticos começaram a definir os tipos de laços que os vivos deveriam manter com os falecidos. Lauwers afirma que o tratado *De cura pro mortuis gerenda* [Dos cuidados devidos aos mortos], redigido por volta de 421 - 422, por Santo Agostinho, representou uma espécie de carta funerária do Ocidente (LAUWERS, 2017, p. 279). A proposta de Agostinho, convertida no culto cristão dos mortos, focava-se na doutrina de salvação da alma e nos sufrágios dos vivos em benefícios dos mortos impostos pela tradição eclesiástica, como orar, celebrar a eucaristia e dar esmola pela memória do falecido.

Porém, a recomendação religiosa se assimilava aos ritos funerários, que ainda se baseavam nas tradições antigas mescladas aos costumes pagãos e que persistiriam nos séculos seguintes. Havia nesse período certa tolerância a esses costumes funerários, pois os eclesiásticos consideravam que tais ritos poderiam consolar os vivos. Assim, objetos encontrados em tumbas cristãs na Alta Idade Média apontam que mesmo com a conversão dos povos germânicos ao

cristianismo, seus costumes funerários não foram totalmente abandonados, mantendo práticas antigas (LAUWERS, 2017, p. 279).

O contraste entre a doutrina da Igreja e as práticas funerárias parece ter sido uma característica importante do cristianismo medieval, dando ao culto dos mortos a possibilidade de se adaptar às estruturas sociais, mesmo em períodos que as doutrinas da Igreja sobre a morte se estagnavam ou não evoluíam. Os Pais da Igreja e teólogos dos séculos XI e XII, bem como pregadores do final da Idade Média, entendiam o morrer como um ato de felicidade, sendo a morte a liberação da alma e uma espécie de renascimento (LAUWERS, 2017, p. 280). A única morte a ser temida era a da alma, uma morte espiritual que impossibilitava qualquer intervenção dos vivos em favor do falecido. Nos primeiros séculos da Idade Média, a Igreja parece não ter dado maiores atenções aos cuidados dos defuntos, não dotando de meios concretos ou impondo modelos. Se a instituição não considerava até então que tais práticas eram importantes para a salvação, os funerais e o enterro dos cristãos continuaram durante muito tempo sendo cerimônias familiares, o que não excluía necessariamente a presença de um padre e de ritos cristãos da morte (LAUWERS, 2017, p. 282).

Nos séculos VIII e IX, os eclesiásticos voltaram suas atenções para a cristianização da morte. Membros do clero, aliados aos governantes carolíngios, começaram a denunciar e perseguir práticas fúnebres consideradas "supersticiosas", o que levou os clérigos a aprimorar seus conhecimentos em relação aos ritos preparativos da morte. Nesse contexto, se expandiu pelo Ocidente o ofício dos defuntos, que consistia em um conjunto de orações e de textos bíblicos e dos Pais da Igreja, e era constantemente reproduzido na maioria das comunidades clericais durante as horas litúrgicas do dia. Então, a ideia de intercessão pelos mortos ganhou força entre os eclesiásticos que a consideravam uma oportunidade de realizar a comunhão entre todos os cristãos, vivos e mortos. O cemitério se transformou no centro espiritual dessa comunhão, o elo entre o nosso mundo terreno e o Além, considerando que no medievo, esses espaços fúnebres eram consagrados, submetidos à autoridade clerical e reservados para os fiéis, tornando-os um lugar cristão do sagrado (LAUWERS, 2017, p. 283).

No período carolíngio, um mecanismo essencial do controle da Igreja sobre a morte estava na consolidação de uma "*memoria* funerária". As abadias eram os lugares que representavam esse ideal por excelência (LAUWERS, 2017, p. 284). Um dos principais significados da palavra polissêmica *memoria* na Idade Média ligava-se diretamente ao culto dos mortos. Patrick Geary (2017, p. 191) afirma que a *memoria* englobava toda a comemoração dos defuntos, como as procissões funerárias, aniversário da morte, celebrações litúrgicas. A *memoria* não se relacionava apenas a comemoração dos mortos, pois os fazia presentes por meio da

recitação de nomes e pela manipulação de objetos, principalmente as tumbas e monumentos funerários. Essa concepção se baseava no princípio de uma memória litúrgica sustentada na inscrição dos nomes dos falecidos dignos de serem comemorados nos *libri memoriales*²⁸², assim como nos obituários e necrológios dos conventos e mosteiros. O reforço dessa memória ocorria principalmente em eventos comemorativos por meio de missas e orações pela salvação do morto, que ocorriam geralmente na data de aniversário de seu falecimento.

Schmitt afirma que se deve atentar que, nesse caso, o uso da palavra “memória” tende a criar uma espécie de ilusão, pois se trata do uso da *memoria* objetivando ajudar na separação entre os vivos e mortos, acelerando a saída do purgatório para que os vivos pudessem esquecer o falecido (SCHMITT, 1999, p. 19). A partir do século XI, a concepção de *memoria* ganharia outra perspectiva, passaria a se pautar na preservação do que “se lembrar”, principalmente pelo apoio da escrita, a memória da linhagem e da genealógica seria bem reforçada nos meios aristocráticos, especialmente entre a realeza da Baixa Idade Média.

O culto dos mortos é uma questão importante para se analisar no processo de cristianização da morte. Conforme José Mattoso (2001) pode-se agrupar cinco categorias de rituais que se materializam no culto dos mortos. Esses grupos de rituais seriam aqueles que: evitavam a contaminação do reino dos vivos pelo reino dos mortos; os que procuravam garantir o descanso final do morto; os que se concentravam na passagem da vida para a morte; os que tentavam impedir que a morte afetasse a transmissão de poder e os que procuravam pela preservação da memória do morto (MATTOSO, 2001, p. 23).

Dois objetivos essenciais do culto dos mortos na Idade Média eram a tentativa de evitar a contaminação do mundo dos vivos pelos mortos e garantir o “descanso final” do falecido. A importância dada ao destino das almas dos entes queridos trouxe uma nova relação do homem medieval com a morte: a cristianização do medo dos mortos. Os medievais temiam que os mortos retornassem do além, geralmente do purgatório, na forma de fantasmas ou espíritos, para perturbar e assombrar entes queridos, se não zelassem o suficiente ou movessem os esforços necessários para a sua boa passagem no além-mundo (SCHMITT, 1999, p. 19).

Como se sabe, o culto aos mortos se relacionando ao medo dos mortos não é uma “novidade” do período medieval. Donald Kyle afirma que assim como os gregos, os romanos percebiam que as fronteiras entre os vivos e os mortos “*was porous, that heroes could descend to Hades and that ghosts could visit the living to deliver messages and to exact vengeance by haunting*” (KYLE, 1998, p.

²⁸² Uma espécie de livro de códices que contém as listas dos mortos que devem ser lembrados em oração na liturgia. Muitas vezes decorados com arcadas ornamentais, presentes em mosteiros e igrejas. Geralmente essa lista era composta por membros de grupos sociais abastados que faziam donativos para essas instituições, e também por clérigos e monges, para quem os monges de um mosteiro, por exemplo, deveriam manter as orações por suas almas.

130). Desde as sociedades antigas o medo dos mortos também se relacionaria com as práticas de delimitação da fronteira entre vivos e mortos, levando várias civilizações a situarem seus cemitérios e necrópoles distantes de lugares habitados. No Ocidente cristão, prevaleceu o hábito de sepultar os falecidos em lugares considerados sagrados, como igrejas, especialmente para aqueles que tinham poder e condições financeiras para escolher o lugar do seu enterro.

A prática de sepultamento no interior desses lugares se explicaria pela crença de que estar próximo fisicamente ao sagrado traria a garantia da salvação da alma. Os variados rituais criados pela Igreja "para envolver os seus mortos com a proteção divina, originou a convicção de que eles faziam parte dos eleitos e, portanto, em vez de ameaçarem os vivos cuidavam da sua proteção" (MATTOSO, 2001, p. 23). Nota-se então uma mudança na relação do homem com o medo da morte: o medo da morte física se converteria no medo da morte espiritual, que apenas os espíritos considerados malignos eram portadores. A partir de então, só aqueles que morreram em pecado seriam realmente ameaçadores.

A partir dos sepultamentos de homens considerados santos em igrejas, os cemitérios adentraram o meio urbano, na crença de que esses corpos santificados traziam proteção, e, portanto, transformavam o lugar e seus arredores em ambientes sagrados. A ascensão do sepultamento *Ad Sanctos* se formulou na expectativa de que ser sepultado próximo ao túmulo dos mártires asseguraria a proteção do seu corpo para o dia da ressurreição, na concepção cristã do retorno de Cristo, do despertar e do juízo final (ARIÈS, 2014, p. 44). Abandonava-se a antiga repulsa pelos recintos de descanso dos mortos, os cemitérios eram sacralizados, e no interior das cidades, as igrejas, catedrais, basílicas e os mosteiros tornavam-se também em parte cemitérios, locais sagrados de culto, proteção e veneração aos mortos (MEDEIROS, 2008, p. 166). Essa questão aponta que o desenvolvimento de bairros em torno de basílicas cemitérios demonstra uma nova atitude diante da morte, seja indiferença ou familiaridade, os vivos já não temiam mais os mortos (ARIÈS, 2014, p. 48).

Considerações Finais

A ideia de "boa morte" se transformou em diferentes ritmos ao longo da história da humanidade. Desde o seu nascimento nas primeiras sociedades sedentarizadas até o baixo medievo, essa concepção foi se moldando de acordo com as mudanças de visão de mundo próprias dos homens no tempo, tendo como base comum a tentativa de se controlar o morrer e garantir uma "boa viagem" ao outro mundo. O homem medieval se relacionou com a morte na combinação da "boa morte" das sociedades agropastoris e a "morte bem administrada" do meio

urbano. O diferencial do medievo para épocas anteriores estaria na "domesticação" do morrer pela interpretação e ritualização cristã.

As transformações na concepção de "boa morte" que nortearam o mundo medieval, seja a "morte bem administrada", ou a "morte domada", contribuíram na construção e consolidação de projetos políticos. É importante ressaltar que tais conjunturas eram mediadas pelo Clero. Por mais que o morrer se tornasse cada vez mais individual e laico nos fins do medievo, a instituição religiosa ainda detinha o mais significativo papel na mediação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, o que tornava a "morte cristianizada" quase que um monopólio da Igreja.

Referências bibliográficas

ARIÈS, Philippe. **L'homme devant la mort**. Paris: Le Seuil, 1977.

_____. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

_____. **O Homem diante da morte**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BELMONT, Nicole. Vida/Morte. In: **Enciclopédia Einaudi - Vida/Morte, Tradições - Gerações**. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. V. 36.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAET, Herman; VERBEKE, Werner. **A Morte na Idade Média**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: _____. **Escritos sobre a História**. Trad. J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 41 - 78.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudo sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma**. São Paulo: Martin Claret, 2009.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ENRIGHT, Dennis Joseph (Org.). **The Oxford book of death**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

FRAZER, James G. **The belief in immortality and the worship of the dead**. Londres: Dawsons of Pall Mall, 1913.

- FRONTISI-DUCROUX, Françoise. A morte na Grécia Antiga. In: GODELIER, Maurice (Org.). **Sobre a morte: invariantes culturais e práticas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2017. p. 45 - 55.
- GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. v. 2. p. 191 - 207.
- GODELIER, Maurice (Org.). **Sobre a morte: invariantes culturais e práticas sociais**. São Paulo: Edições Sesc, 2017.
- HERTZ, Robert. **Death and the right hand**. Aberdeen: Cohen & West, 1960.
- HOULBROOKE, R. **Death, religion and the family in England 1480-1750**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- KELLEHEAR, Allan. **Uma história social do morrer**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- KYLE, Donald G. **Spectacles of death in ancient Rome**. Londres: Routledge, 1998.
- LAUWERS, Michel. Morte e mortos. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017. v. 2. p. 276 - 296.
- _____. **O nascimento do cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente Medieval**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2005.
- _____.; SCHMITT, Jean-Claude (Orgs.). **Dicionário Analítico do Ocidente Medieval**. São Paulo: Ed. Unesp, 2017.
- _____. (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- _____. **O nascimento do purgatório**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- _____. **Uma longa Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MATTOSO, José. **Poderes Invisíveis: o imaginário medieval**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001.
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- MCMANNERS, John. Death and the french historians. In: WHALEY, Joachin (Org.). **Mirrors of mortality: studies in the social history of death**. Abingdon, UK: Routledge, 2011.
- MEDEIROS, Márcia. Concepções historiográficas sobre a morte e o morrer: comparações entre a *ars moriendi* medieval e o mundo contemporâneo. **Outros Tempos** (UEAM) - Dossiê Religião e Religiosidades, v. 5, p. 152 - 172, 2008, p. 166.
- MORIN, Edgar. **O homem e a morte**. Sintra: Publicações Europa-América, 1988.
- PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. São Paulo: Contexto, 2011.

- ROBB, John E. The archeology of symbols. **Annual Review of Anthropology**. v. 27, 1998, p. 329 - 346.
- ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. LE GOFF, Jacques (dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989, pp. 99-122.
- SANTO AGOSTINHO. **A cidade de Deus**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Parte II.
- _____. **Patrística**: A verdadeira religião; Os cuidados aos mortos. Trad. Irmã Nair Assis de Oliveira. São Paulo: Editora Paulus, 2002.
- SCHMITT, Jean-Claude. A morte na Idade Média Cristã. In: GODELIER, Maurice (Org.). **Sobre a morte**: invariantes culturais e práticas sociais. São Paulo: Edições Sesc, 2017, p. 153 - 171.
- _____. **O corpo, os ritos, os sonhos**: ensaios de antropologia medieval. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2014.
- _____. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.
- STANNARD, David E. Disease, human migration and history. In: KIPLE, K. F. (Org.). **The Cambridge World History of human disease**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 35 - 42.
- URBAIN, Jean-Didier. Morte. In: **Enciclopédia Einaudi** - Vida/Morte, Tradições - Gerações. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1997. V. 36.
- VERNANT, Jean-Pierre. **El individuo, la muerte y el amor en la antigua Grecia**. Barcelona: Paidós Iberica, 2001.
- VOVELLE, Michel. **As almas do purgatório, ou, o trabalho de luto**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.
- WATTS, Sheldon. **Epidemics and History**: disease, power and Imperialism. New Haven: Yale University Press, 1998.

OS PROFESSORES COMO INTELECTUAIS TRANSFORMADORES

Ruhama Ariella Sabião Batista

ruhama.sabiao@gmail.com

Mestranda em História

Universidade Estadual de Ponta Grossa

<http://lattes.cnpq.br/4691448666327323>

Prof. Dra. *Maria Julieta Weber Cordova* (orientadora)

julieta.weber@yahoo.com.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa

<http://lattes.cnpq.br/7757152411561844>

RESUMO: Esta comunicação visa apresentar alguns resultados de discussões realizadas no âmbito da pós-graduação, na disciplina de Intelectuais e História Intelectual. Considerando que intelectual é todo aquele indivíduo que tem voz ressonante no espaço público (LECLERC, 2004), analisa-se, neste trabalho, a figura do professor como intelectual. Indivíduos que possuem diferentes trajetórias, formações, redes de sociabilidades, e até mesmo profissões, os professores se posicionam, de forma interativa, frente a uma obra que é escrita continuamente – os estudantes. A partir da perspectiva de Giroux (1997) e das bibliografias sobre história intelectual, foi apresentada a figura do professor da Educação Básica como intelectual transformador, entendendo sua função de representatividade dentro do espaço escolar. Considerou-se também, a relevância da autonomia do professor – quando esta lhe é dada e quando retirada –, e as possibilidades dos professores enquanto indivíduos que não só executam, mas também pensam a Educação, e criam possibilidades para que os estudantes interpretem o mundo. Ressalta-se com esta pesquisa, a necessidade de reafirmação da profissão docente; do protagonismo dos professores na política, cultura e sociedade; e a possibilidade de pesquisá-los como objetos da história intelectual.

Palavras-Chave: História Intelectual; Professores de História; Educação.

ABSTRACT: This paper aims to present some results of discussions carried out within the scope of the postgraduate course, in the discipline of Intellectual and Intellectual History. Considering that the intellectual is all that individual who has a resonant voice in the public space (LECLERC, 2004), the work of the teacher is analyzed as an intellectual. Individuals who have different trajectories, formations, networks of sociabilities, and even professions, the teachers position themselves, in an interactive way, in front of a work that is written continuously - the students. From the perspective of Giroux (1997) and the bibliographies on intellectual history, the figure of the teacher of Basic Education was presented as transforming intellectual, understanding its function of representativeness within the school space. It was also considered the relevance of teacher autonomy - when it is given and when it is withdrawn - and the possibilities of teachers as individuals who not only execute but also think about Education, and create possibilities for students to interpret the world. The need to reaffirm the teaching profession is highlighted by this research; the role of teachers in politics, culture and society; and the possibility of researching them as objects of intellectual history.

Keywords: Intellectual History; History teachers; Education.

Introdução

Uma série de questionamentos emerge quando o assunto é História Intelectual. Sejam eles de caráter teórico-metodológico, conceitual, e das próprias especificidades do

campo de pesquisa. Relativamente novo dentro dos estudos historiográficos, este espaço necessita estar em diálogo constante com outras áreas do conhecimento, e assim, ir delineando seus próprios procedimentos teórico-metodológicos.

Considerando que intelectual é todo aquele indivíduo que tem voz ressonante no espaço público (LECLERC, 2004), analisa-se, neste trabalho, a figura do professor como intelectual. Indivíduos que possuem diferentes trajetórias, formações, redes de sociabilidades, e até mesmo profissões, e que se posicionam frente a uma obra que é escrita continuamente – o aluno. Destaca-se também, a atualidade do tema, visto que a figura do professor é sempre questionada quando há mudanças governamentais, ou quando altera-se o currículo, ainda mais em proporções nacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Fundamental, aprovada em 2017 e que começou a ser colocada em prática em 2018, e a BNCC do Ensino Médio, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação no final de 2018, mas com previsão de que passe a vigorar a partir de 2022¹.

Aproximando-se a uma sociologia intelectual, procura-se pensar, a partir da perspectiva de Henry Giroux (1997), o professor como intelectual transformador, entendendo suas vivências, escolhas, posicionamentos, engajamentos, e como todo o universo simbólico e cultural no qual estão envolvidos, influencia o campo político e cultural. Os professores nessa perspectiva, não são meros receptores e executores de políticas públicas para a Educação, mas também se colocam como ideólogos de um processo educativo, que depende fundamentalmente da sua figura.

Para isso, é necessário recorrer à abordagem do que se denomina “intelectual”, no século XIX, para pensar também, quem eram essas figuras chamadas de “intelectuais”, e como seu papel foi sendo designado ao longo do século XX. Além disso, apoia-se em autores fundamentais da história intelectual, para entender os desdobramentos do campo de pesquisa, bem como suas perspectivas e desafios no campo historiográfico. Todas as discussões serão encaminhadas com o objetivo de entender a figura do professor como intelectual.

Ressalta-se a característica deste trabalho, que é resultado de reflexões realizadas no âmbito da disciplina “Tópicos especiais em cultura e identidades: intelectuais e história intelectual”, do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Por isso, não se esgotou neste texto as discussões acerca do professor como

¹ Para saber maiores informações sobre a aprovação da BNCC do Ensino Médio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2018/12/05/base-nacional-comum-curricular-bncc-do-ensino-medio-e-divulgada-pelo-cne-veja-o-documento.shtml>>. Acesso em: 02 jan. 19.

intelectual transformador, que podem ser aprofundadas e articuladas com outras leituras para além do momento da disciplina.

Com tudo isso, espera-se levantar reflexões acerca do papel do professor na vida pública, e qual tem sido sua representatividade como profissional a quem compete disseminar conhecimentos e se posicionar como cidadão crítico e ativo. Além disso, serão mostrados alguns embates concernentes à atuação do professor e de sua tomada de posição.

O intelectual no campo historiográfico

Para refletir sobre o intelectual no campo historiográfico hoje, é necessário remeter-se à França, principalmente no século XIX, onde o termo surge e vai ganhando configurações e espaço ao longo dos anos. Apesar de não ser a única definição de intelectual que foi levantada – há também a *intelligentsia* russa² – a expressão francesa é a que permanece mais próxima do que pode ser entendido, nesta pesquisa, como intelectual.

Então, de certa forma, é preciso recorrer a uma “gênese” do personagem intelectual para se entender o conceito de História Intelectual, visto que o termo só surge no final do século XIX – que anteriormente já era referenciado, mas a partir da representação de outras figuras. Inicialmente sinônimo de clérigo – *clerc*, no francês – o intelectual seria visto como sagrado, pode-se fazer uma referência adequada, estava “além do bem e do mal”³. Com o tempo, principalmente na ascensão da ciência, e com a substituição dos clérigos estritamente sagrados pelos clérigos leigos eruditos – mais próximos a serem considerados homens de cultura – essa intelectualidade foi sendo transformada, e também relegada a leigos. Já no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, e um protagonismo da ciência, passa-se entender o intelectual como um erudito moderno, aquele que prioriza a razão, que denuncia as injustiças, mentiras e também os despotismos (SILVA, 2002).

Mas, como dito anteriormente, o termo intelectual só emerge com propriedade e se delineia no que é conhecido hoje, ao final do século XIX, com os partidários da revisão

² Na *intelligentsia* russa, há um distanciamento entre a elite e a “massa”, o povo, que em meios do século XIX, falam unicamente russo, e vive grande parte em regime de servidão. (LECLERC, 2004)

³ Título do livro de Friedrich Nietzsche, produzido em 1886, mas usado informalmente, neste momento, para designar algo que está acima das possibilidades humanas de intervenção.

do processo do “Caso Dreyfus”⁴. Nesse episódio, a elite francesa dividiu-se em dois polos de valores, um universalista, o outro nacionalista, divisões simbólicas que hoje se encontra como esquerda e direita, respectivamente. Segundo Helenice Rodrigues (2005, p. 401) “[...] o caso Dreyfus inaugura uma - forma de protesto político, por parte das vanguardas culturais, fazendo emergir valores morais no combate político”.

E tanto “antidreyfusards” como “dreyfusards” passam a fazer parte da cena pública francesa de final do século XIX. Os que se colocavam a favor de Dreyfus inauguram esta denominação a indivíduos que se engajam em causas públicas, que defendem os princípios da verdade e da justiça e que se posicionam diante dos assuntos da vida pública. Passam a ser vistos como intelectuais os escritores, artistas, redatores, editores, professores universitários, e “são eles que se engajam, individual ou coletivamente, para tomar partido numa causa pública e que põem em dúvida a verdade oficial apresentada pelos poderes e pelas instituições” (LECLERC, 2004, p. 56).

Em meados do século XX, outro acontecimento primordial na definição do intelectual, a guerra da Argélia (1954/1962), delineando um sentido histórico e ideológico do que se pode considerar pela busca do princípio da universalidade. O governo francês, mesmo em tempos de descolonização, tentou se opor ao que pode ser considerado como marcha da História, investindo em ações que primavam pela permanência de políticas coloniais (SILVA, 2005). O intelectual “engajado”, à imagem de Sartre, “[...] se, por um lado, ele tem por função produzir conhecimentos e formular ideias, por outro, investido por essas mesmas ideias, ele tende a enunciar a verdade” (SILVA, 2005, p. 403). Em termos historiográficos também se pode perceber novos interesses de pesquisa a partir de estudos intelectuais em novas investidas e perspectivas políticas da História:

Foi, de fato, a partir da segunda metade da década de 1970 que a história dos intelectuais começou a superar sua indignidade e que pesquisas em andamento ou já publicadas adquiriram legitimidade científica e, aos poucos, mereceram o interesse da corporação dos historiadores (SIRINELLI, 2003, p.237).

Do “intelectual engajado” ou “intelectual total”, passa então, após os anos 70 ao “intelectual dissidente”, pensado por Foucault, que denuncia a pretensão do discurso dos intelectuais, e afirma que a verdade não é estranha à noção do poder. Embora Foucault tenha preferido pensar em um intelectual dissidente, ou seja, aquele que fala em seu próprio

⁴O capitão Dreyfus, de origem judaica, era um oficial francês, que foi acusado de espionagem para a Alemanha, supostamente traíndo seu país, em 1894. Alegando serem falsas e injustas as acusações, um grupo de pessoas que se opunham ao exército e às autoridades competentes, pediram uma revisão do processo.

nome, e não em nome do cidadão, do partido ou do oprimido, essa noção ainda permanece próxima ao modelo de intelectual colocado por Sartre (SILVA, 2005).

Sirinelli (2003, p. 240) aponta que quanto aos intelectuais dissidentes, “foi bem quando o intelectual começou a descer de seu trono que sua história pôde se tornar uma história em majestade”. O que também pode ser entendido pelos impactos ideológicos desse período, e a quem eram chamados, a partir disso, de intelectuais, que já não era a mesma elite de fins do século XIX.

Conforme Helenice Rodrigues (2005) os intelectuais não tratam mais de reativar e rever antigas formas de ações, porém, devem tentar mobilizar a opinião pública em relação às mazelas pelas quais o presente é afetado. Por isso, diante de tantos desdobramentos pelo qual o termo passou, e que é repensado e fruto de reflexões continuamente, pode-se pensar no desafio de uma história intelectual, e das perspectivas possíveis.

Desafios e perspectivas da história intelectual

A história intelectual tende a se confundir – até pelos seus limites imprecisos – com a história das ideias, a sociologia dos intelectuais, e mesmo com história da cultura, ou história cultural. Helenice Rodrigues (2002) traz alguns desafios, característicos desse campo de pesquisa: o caráter pluridisciplinar; procedimentos de análise; sua função; suas especificidades; e seus limites e dificuldades. Mas, ao longo dos anos, a história dos intelectuais tornou-se um campo autônomo, não se fechando em si mesmo, mas estando no cruzamento das histórias política, social e cultural (SIRINELLI, 2003). Segundo Rodrigues (2002, p.18) “[...] a crise de representação do intelectual serviu de estímulo para o aparecimento de um novo objeto de estudo – o intelectual – e de uma nova área de investigação – a história intelectual”.

Existem diferentes perspectivas sobre quem seja o intelectual, visto que é muito complexo definir essa acepção. Busca-se trabalhar as visões de determinados autores para que se possa definir como o professor é um intelectual, as implicações dessa função – se é que pode ser chamada de função – e qual é o seu papel perante a sociedade na qual está inserido. Para isso, também se coloca os desafios no campo da história intelectual e algumas possibilidades possíveis ao trabalhar com o tema.

Para Leclerc (2004, p. 28) “o intelectual é resultado de uma mutação excepcional, ocorrida na Europa a partir do Renascimento e que produziu todos os seus efeitos na

época das Luzes”. O autor também aborda que o intelectual é de natureza um ideólogo, ele não só denuncia as injustiças e os despotismos, mas também pensa as ideologias e as coloca perante o mundo. Para ele, são os intelectuais que [...] se engajam, individual ou coletivamente, para tomar partido numa causa pública e que põem em dúvida a verdade oficial apresentada pelos poderes e pelas instituições (LECLERC, 2004, p. 56).

Sirinelli (2003) aborda a questão de uma escrita da história intelectual, mas também trazendo elementos importantes para pensar em quem são esses sujeitos. O autor coloca duas acepções do intelectual, sendo “[...] uma *ampla e sociocultural*, englobando os criadores e os “mediadores” culturais, a outra mais *estreita*, baseada na noção de engajamento” (SIRINELLI, 2003, p. 242, *grifo nosso*). Ele ainda salienta que os grupos de intelectuais organizam-se sob uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades difusas, e que são essas estruturas de sociabilidade a que pertencem e participam os intelectuais que o historiador deve se atentar. Além disso, o autor propõe pensar as trajetórias não somente dos “grandes” intelectuais, mas também daqueles com menor notoriedade, que também podem interferir em processos formativos das gerações seguintes.

Em outra perspectiva, Helenice Rodrigues (2002) situa a prática dos intelectuais em dois polos distintos e contraditórios: a produção do saber e a enunciação da verdade. Nesse viés, o intelectual seria aquele que produz (escreve, sanciona, prescreve) e o que enuncia a verdade (discursa, professa, dita). Ao considerar essa perspectiva em um sentido estrito, o intelectual seria aquele que detém o poder de produzir e de manipular as ideias e a sociedade, e não aquele que pensa a partir das necessidades das pessoas, e que “denuncia as injustiças” (SILVA, 2002). Entretanto, segundo a mesma autora, a história intelectual “valoriza a ideia de mutação, ruptura, de inovação” (SILVA, 2002, p. 25). Por isso, sabe-se que o ser intelectual não está ligado a pertencer a uma elite econômica, por exemplo, mas a diferentes “elites”, se considerar a definição do termo como “qualquer grupo ou categoria em um sistema social que ocupa uma posição de privilégio e dominação” (JOHNSON, 1997, p. 82). Em tempos de instabilidade governamental, por exemplo, a palavra dos intelectuais, por vezes, torna-se inferior a das elites econômicas e políticas, demonstrando que, apesar de também pertencerem a uma elite, ou seja, a um grupo social que ocupa posição de privilégios, quando colocados frente a outros grupos com maior dominação, tornam-se inferiores.

Pensando na história intelectual como um todo, alguns autores têm se dedicado a escrever tanto histórias de vida de intelectuais, como a analisar as obras; estudar o contexto histórico do período de vida de determinados intelectuais, bem como seus posicionamentos diante de eventos ocorridos a nível nacional e/ou regional; realizar prosopografias, pensando na ideia de movimentos comuns (BEGA, 2013; SOUZA, 2016; GUEBERT, 2018). Nesse sentido, Bourdieu (1996) faz alguns apontamentos sobre os cuidados e os desafios ao se escrever histórias de vida, pensando que a mesma é a apresentação pública de uma representação privada da vida de alguém, é pressupor que “a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história” (BOURDIEU, 1996, p. 74). Portanto, para o autor é necessário pensar em todas as histórias de vida possíveis a partir de um mesmo sujeito, pois isso, leva à construção da noção de trajetória, ou seja, uma série de posições ocupadas por um mesmo agente, que esteve sempre submetido a transformações (BOURDIEU, 1996).

Diante de todo esse exercício de pensar os desafios da história intelectual, e suas possibilidades de pesquisa e escrita, atenta-se agora à figura do professor. Entende-se que “[...] o substantivo “intelectual” qualifica, sobretudo uma atitude e uma maneira de se posicionar no mundo” (SILVA, 2002, p. 16), e por isso, o professor, em qualquer nível de ensino, é uma figura que se posiciona no mundo de alguma forma, além de ser “homens⁵ do espaço público, no sentido histórico, sociológico e simbólico [...]” (LECLERC, 2004, p. 12). Sendo esses profissionais agentes do espaço público, seja em instituições públicas ou privadas, os professores têm funções decisivas na formação da identidade, e da humanidade dos alunos com os quais se relacionam, além de pensarem a Educação de forma mais ampla, atuando diretamente na efetivação de políticas públicas.

Os professores como intelectuais transformadores

Sabe-se que o professor ocupa muitas funções, e que pode estar em diferentes locais e níveis de ensino. Neste trabalho, enquanto estudo exploratório a figura focalizada será do professor da Educação Básica, mais especificamente dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

⁵ Utiliza-se a linguagem do autor, porém acreditando ser necessário definir que não são somente homens, mas todos os gêneros que atuam na profissão de professor.

Portanto, para pensar na figura do professor – como intelectual transformador, é preciso levar em conta: a historiografia intelectual que liga o professor a esse conceito; trajetória profissional e acadêmica; redes profissionais e pessoais; ideais e história de vida; concepção versus execução; autonomia profissional; seleção e omissão de conteúdos; posicionamentos. Tais categorias elencadas não foram tratadas, neste estudo, empiricamente, mas pretendeu-se apontar alguns indícios teóricos que certamente constituem em possíveis pesquisas de campo relacionadas à figura do professor como intelectual. Portanto, analisa-se a figura do professor frente a uma obra escrita cotidianamente – o aluno, pois “[...] ensinar é agir com outros seres humanos” (TARDIF, 2012, p. 13).

Na bibliografia sobre história intelectual, já é possível avistar a figura do professor como intelectual, como por exemplo, nos sujeitos que assinaram a revisão do processo a favor do capitão Dreyfus. Leclerc (2004) nomeia alguns desses sujeitos, que não foram considerados a partir de seus nomes, como Émile Zola, Charles Seignobos, Ernest Lavisse, mas sim a partir das suas profissões ou títulos. O autor traz indivíduos que assinaram e como título obtinha “licenciado em ciências”, “licenciado em letras”, e também coloca que os primeiros intelectuais foram “professores de filosofia” alemães (LECLERC, 2004). Da mesma forma, Sirinelli (2003) elenca uma cena que se passa na Maison des Syndicats de Bourges, em junho de 1934, em que a pauta era a criação de uma seção local do Comitê de Ação Antifascista e de Vigilância, e entre os 15 presentes, todos eram professores, e levantaram as seguintes questões: “Um professor primário é um ‘intelectual’? E um oficial? A partir de que posto? E um padre? E alguém que vive de renda?” Enfim, foi dada a resposta: “É uma questão de qualidade humana” (SIRINELLI, 2003, p.241). Não cabe, neste texto, definir qual é essa qualidade humana, mas sim colocar o professor, da rede básica, também no seio da história intelectual.

Giroux (1997, p. 154) ao buscar redefinir a categoria de intelectual, argumenta que todos os homens e mulheres são intelectuais, atentando que toda atividade humana envolve alguma forma de pensamento, e traz uma abordagem do professor como intelectual, defendendo a definição das escolas como esferas públicas democráticas e a definição dos professores como intelectuais transformadores, do espaço no qual estão inseridos, e da sociedade como um todo.

Segundo Leclerc (2004) há uma diferença entre o especialista e o intelectual, pois ser especialista é dominar uma disciplina específica, mas ser intelectual é tomar partido por

ela e pelas questões que a ela concernem. Pensando a partir dessa constatação, atualmente, o que se intenta contra os professores é uma “desintelectualização” dos mesmos, pois em projetos como o “Escola sem partido”⁶ vê-se claramente a intenção de tirar a voz desses profissionais, limitando-os a meros transmissores dos conteúdos de sua disciplina de formação.

Em contrapartida, é possível uma relativa autonomia⁷ dos professores dentro da sala de aula, na própria seleção dos conteúdos a serem trabalhados, ainda que o teor destes conteúdos seja previamente indicado, tendo em vista o extenso debate curricular e as relações de poder no âmbito escolar. Tal autonomia relativa pode ser investigada também no que tange às metodologias a serem utilizadas, bem como às teorias que serão colocadas em prática. Mas, a partir de quais fundamentos o professor pode fazer essas escolhas, e por que, muitas vezes é considerado mero executor das políticas públicas e leis para a Educação?

Embora o trabalho do professor aconteça dentro de instituições burocráticas e hierarquizadas, que são pensadas a partir de uma divisão capitalista, e com formas de controle, o seu trabalho não equivale a uma lógica fabril de concepção-execução, pois o ser professor é um trabalho com um todo, bem como o ato de ensinar só pode ser desenvolvido em uma totalidade de conceber, pensar, ensinar (AZZI, 2002). Como evidência dessa não reprodução de uma linha fabril, pode-se colocar que nem sempre as legislações chegam diretamente ou efetivamente ao chão da escola, pois “não bastam “pacotes” de decretos e decretos-lei para que a escola mude e atenda às necessidades da população” (ALVES, 1998, p. 27). A título de exemplo, podem ser colocadas as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que instituem a obrigatoriedade do ensino de história da África e afro-brasileira, e de história indígena (BRASIL, 2018). Passaram-se 15 anos e ainda há pesquisas e discussões que trabalham a dificuldade da efetivação do ensinodesses conteúdos em sala de aula. Se não partir do professor, selecionar, pensar, e trabalhar pela efetivação dessas leis, elas podem não ser executadas. Essa divisão concepção-execução,

⁶O Projeto de lei está em tramitação a nível nacional e atingindo os estados e municípios. Tem como coordenador Miguel Nagib, e propõe que não haja doutrinação ideológica nas escolas, e segundo a proposta “visa conscientizar os estudantes e pais sobre seus direitos e deveres”. A título de exemplo pode-se colocar um dos “deveres do professor”, segundo a proposta, que diz que “O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias”. Dessa forma, seria retirado do professor o direito de manifestar suasposições, ou de possibilitar aos alunos formarem opiniões e se engajarem em prol da luta contra injustiças. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/pl-federal>> Acesso em: 02 ago. 18.

⁷ Trata-se neste texto dos professores oriundos da rede pública de ensino, já que na rede privada há diversas especificidades, dependendo do local de atuação.

apresenta-se mais formal do que real, pois “embora existam normas legais a serem seguidas (cumpridas), nem sempre a prática cotidiana da escola corresponde a essas normas” (AZZI, 2002, p. 42).

Por isso, essa autonomia é possível porque o professor, enquanto ser histórico é condicionado pelas possibilidades e limitações pessoais, profissionais e do contexto em que atua (AZZI, 2002). Se o mesmo seleciona ou omite conteúdos, engaja-se ou não, é devido a sua trajetória de formação, sua história de vida, e também a partir de suas redes de sociabilidades. O sujeito pode ser além de professor, um colunista de jornal, um ativista político ou religioso, um estudante – pensando nas diferentes especializações pelas quais passa durante a trajetória –, um líder sindical, um profissional da ciência de formação, prestando consultorias, ou diferentes tipos de atividades.

Giroux (1997) coloca alguns “deveres” do professor como intelectual, que são: criar a ideologia e condições estruturais necessárias; desenvolver um discurso e conjunto de suposições; combinar reflexão e ação no interesse de fortalecerem os estudantes; compreender a pedagogia como forma de política cultural; compreender como as subjetividades são produzidas. Nessa lógica, o professor como intelectual tem a possibilidade de transformar a natureza das condições em que trabalha, isto não é possível de forma perfeita ou heroica, mas dentro de suas limitações pode ser realizado. O autor, ainda coloca a ideologia como a forma que os “professores e educadores dão sentido a suas próprias experiências do mundo em que se encontram” (GIROUX, 1997, p.36). Os professores, então, dão sentido às suas experiências quando trabalham essas com os alunos, fazendo com que essas sejam motivadoras para os mesmos.

Ainda na perspectiva de autonomia dos professores, Giroux (1997) trabalha a questão da omissão por parte dos professores. O autor coloca que essas “omissões seletivas” contêm a lógica da dominação e opressão, e que essa “se encontra no modo como os oprimidos internalizam e assim participam de sua própria opressão” (GIROUX, 1997, p. 151). Nessa lógica, ao escolher não se posicionar, ao omitir conteúdos que seriam imprescindíveis para a formação de um aluno e cidadão consciente, o professor acaba participando de sua própria opressão. Também faz isso ao se negar a estudar para dar suas aulas, a participar ativamente da rotina escolar, a formar alianças com outros professores na busca de práticas mais efetivas de escolarização, entre outras ações pertinentes ao exercício do professor intelectual.

Em contrapartida, as greves e as associações de professores, mostram o engajamento contra as opressões do Estado. Se no Paraná foi possível uma greve, em 2015⁸, que parou diversos setores públicos, e que deixou marcas na Educação do estado, é porque houve professores, que como intelectuais encabeçaram as discussões, e estiveram – literalmente – na linha de frente dessa luta. Para isso, também foi necessário se unir como classe, ou seja, professores de diferentes disciplinas, com diferentes trajetórias de formação, estiveram juntos – ou não – em um movimento comum. Além disso, mostra-se a influência dos professores no processo formativo dos alunos, quando em 2016⁹, aconteceram ocupações em grande parte das escolas públicas do estado, com o “#OcupaParaná”, e do país, contra reformas que o próprio Estado tentou estabelecer.

Entretanto, mesmo com a participação de muitos professores nesses processos formativos dos alunos, outros se abstêm de qualquer envolvimento não só em questões de manifestações ou movimentações políticas, mas ao escolher não abordar temas que são considerados polêmicos. Sabe-se que nas Ciências Humanas há mais abertura para a discussão de assuntos considerados polêmicos e que geram discussões em âmbito nacional, porém, em outras disciplinas também há vislumbra-se esse diálogo, e cabe ao professor se posicionar e escolher como lidar frente aos questionamentos dos alunos.

Diante disso, o professor exerce um papel fundamental na construção da história dos alunos, e parte desse papel advém de quem ele é, de quais são seus ideais de vida, pessoal e profissional, e de sua trajetória como um todo. Somente com essa autonomia na profissão, e com as possibilidades que o ser professor oferece, é que é possível a aprendizagem de fato, estafruto de um diálogo não hierarquizado, no sentido do conhecimento, mas sim de mediação entre o conhecimento do professor, e do aluno. O professor, figura pública e de referência para os alunos, detém o poder de desenvolver mecanismos para os alunos interpretarem o mundo, e escolherem quem serão no futuro.

Considerações finais

Ainda que se defenda, neste texto, a figura do professor como intelectual, entendendo-o como uma pessoa de voz pública e com representatividade sobre a

⁸ Para maiores informações sobre a greve, seus desdobramentos, e consequências. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/viewFile/2840/1644>>. Acesso em: 02 ago. 18.

⁹ Para maiores informações sobre as escolas ocupadas. Disponível em: <<http://ocupaparana.org/>>. Acesso em: 02 ago. 18.

sociedade, sabe-se que se vivem tempos de desprofissionalização docente. Ao pensar na estagnação da escola no modelo instituído, no acesso exacerbado às mídias e redes sociais, em tempos de *digital influencer*¹⁰, é necessário reafirmar continuamente a figura do professor, não como detentor único e superior de conhecimentos da sua disciplina, mas como alguém que consegue mediar seus conhecimentos com as experiências e vivências dos estudantes e rever também a formação inicial e continuada de si mesmos.

Compreende-se ser essencial repensar o papel do professor como um intelectual transformador, quando este busca cotidianamente uma transformação na natureza do seu trabalho face às relações de poder que permeiam sua profissão, especialmente num contexto permeado por elementos de desigualdades e injustiças sociais. A partir das questões pontuadas, o professor, visto como um intelectual, também pode ser fonte de pesquisa, pensando assim como Sirinelli (2003) não só nos intelectuais como os grandes pensadores, mas também naqueles sujeitos que, ainda que não apresentem a mesma notoriedade, atuam decisivamente no espaço público em que se inserem.

Este trabalho buscou levantar uma discussão e reflexão inicial acerca do professor como intelectual transformador, partindo de referências da História Intelectual e da Sociologia da Educação, entendendo-as como áreas complementares ao abordar o papel do professor como intelectual. Entretanto, há outras possibilidades de pesquisa quando se adentra no âmbito de disciplinas específicas, contribuindo para que novas abordagens sejam realizadas e novos resultados apresentados. Dessa forma, entender a figura do professor como intelectual transformador, partindo para as especificidades de cada disciplina ou área do conhecimento, contribui para a reafirmação do profissional e do seu valor dentro da escola e da vida pública.

É preciso, para isso, sobretudo, entender esse sujeito dentro de seu espaço de atuação, com todos os embates e desafios da vida cotidiana, advindos do sistema ou da própria história de vida individual; buscar tratar de sua trajetória acadêmica e profissional, bem como as leituras de mundo que teve ao longo da sua jornada; compreender quais seriam as suas redes de sociabilidade, dentro e fora da escola, e assim traçar seu itinerário a partir de seus locais de atuação; e finalmente, poder percebê-lo no seu contexto político, social e cultural, entendendo os meandros de sua atuação educacional e buscando compreendê-lo como um protagonista da vida pública.

¹⁰ Os influenciadores digitais são pessoas ligadas às mídias sociais, principalmente *Youtube*, *Instagram*, *Twitter*, e *Facebook*, que exercem poder de influência sobre seus seguidores e leva-os a formar opiniões e se engajarem nos mais diversos assuntos a partir de suas publicações/vídeos. (VISCONDE, 2016).

Referências:

ALVES, Nilza. **Trajetórias e Redes na formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

AZZI, Sandra. Trabalho docente: autonomia didática e construção do saber pedagógico. In: PIMENTA, S.G (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha**. Curitiba: UFPR, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: _____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996. p. 74-82.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 22 abr.18.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 02 ago. 18.

GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 270p.

GUEBERT, Caroline. **Da Intelectualidade Princesina, o coração do Brasil: trajetória, sociabilidades cívico-letradas e a plasticidade do sertão imaginado no Círculo Euclidiano (Paraná, Meados Do Século XX)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 300 p. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54970/R%20-%20D%20-%20CAROLINE%20APARECIDA%20GUEBERT.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 ago. 18.

JOHNSON, Allan. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LECLERC, Gerard. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo/RS: Unisinos, 2004, p. 9-60.

MARTINS, Suely Aparecida. O fazer político dos jovens das classes populares: as ocupações estudantis paranaenses. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 20, n. 43, p. 143-167, jan./abr., 2018. Disponível em:

<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/4002/2465>>.

Acesso em: 02 ago. 18.

SILVA, Helenice. História Intelectual: condições de possibilidades e espaços possíveis. In: _____. **Fragmentos da história intelectual: entre questionamentos e perspectivas**. Campinas: Papirus, 2002, p. 9-27.

_____. O intelectual no campo cultural francês: do Caso Dreyfus aos tempos atuais. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 21, n. 34, p. 395- 413, jul. 2005.

SILVA, Maurício Roberto; BERNARTT, Maria de Lourdes. Manifesto: Violência contra os professores na greve do Paraná: “para não esquecer”¹ “quando se fere um professor”. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 16, n.32, p. 07-21, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/viewFile/2840/1644>>. Acesso em: 02 ago. 18.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Eliezer Felix. **Flávio Suplicy de Lacerda: relações de poder no campo acadêmico/político paranaense e o processo de federalização e modernização da Universidade do Paraná (1930-1971)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 305p. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1205/1/Eliezer%20Felix%20Souza.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 18.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 325 p.

VISCONDE, Alessandro. **A era dos digital influencers na comunicação**. Propmark, 2016. Disponível em: <<http://propmark.com.br/digital/a-era-dos-digital-influencers-na-comunicacao>>. Acesso em: 02 jul. 18.

TROPAS DE AFRICANOS E AFRODESCENDENTES LIVRES E LIBERTOS NA BAHIA (SÉCULOS XVII E XVIII)

Francielly Giachini Barbosa Menim

franciellygiachini@gmail.com

Doutoranda em História

Universidade Federal do Paraná

Agência de fomento: CAPES

<http://lattes.cnpq.br/9721006852533214>

RESUMO: Este trabalho analisa processos de visibilidade e tensões referentes às tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos na capitania da Bahia ao longo dos séculos XVII e XVIII. Desde 1638, durante a presença holandesa em Pernambuco, ocorreu a gênese social de companhias formadas por indivíduos egressos do cativeiro na cidade de Salvador, os quais auxiliaram na reconquista da capitania vizinha. Depois que os estrangeiros foram expulsos estas companhias continuaram atuando em diversas funções na capital do Estado do Brasil. Ademais, tiveram suas unidades milicianas multiplicadas e espalhadas para outras freguesias da capitania. Diante da visibilidade que as corporações tiveram neste processo de institucionalização, os milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos foram alvos de inúmeras interdições pela sociedade da época. Um dos momentos de maior tensão na trajetória da instituição foi a promulgação da Carta Régia de 13 de janeiro de 1731 que exigia a extinção de tropas existentes na América portuguesa que fossem formadas pelo critério da cor. No lugar deveriam ser formadas novas tropas a partir de organizações distritais. Diante desta demanda, os milicianos se mobilizaram por meio de requerimentos e atestados de governantes e militares de primeira plana e solicitaram de Dom João V a permanência de suas companhias. O resultado foi a permanência destas corporações e a continuidade de suas atuações no cenário baiano.

Palavras-chave: milícias; africanos; afrodescendentes; livres; libertos.

ABSTRACT: This paper analyze the visibility and tension process about the free africans and afrodescendants troops in Bahia in the XVII and XVIII centuries. Since 1638, during the Dutch presense in Pernambuco, occurred the social genesis of the companies formed by individuals egresses by captivity in the Salvador city, which helped in the reconquest of the neighboring captaincy. After enemies expulsion this companies continued to operate in various functions. Besides, they had their militia units multiplied and scattered by the captaincy. Before the visibility that the corporations had in this process of institucionalization, the free african and afrodescendants militiamen were targets of numerous prohibitions. One of the moments of greatest tension in the institution trajectory was the promulgation of the Royal Charter of 1731, which demanded the extinction of the troops formed by the criterion of color. In place they should be formed new troops from district organizations. On this demand the militiamen mobilized by means of requests and attestations of rulers and military officers and they requested of D. João V for the permanence of their companies. The result was the permanence of these corporations and the continuity of his performances in the Bahian scenario.

Key-words: militias;africans;afrodescendants; free.

Sociogênese

Foi no contexto das guerras contra os holandeses em Pernambuco (1630-1654) que ocorreu a *sociogênese*²⁹³ das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos. Em 1638,

²⁹³O conceito de *sociogênese* deriva da teoria social de Norbert Elias, o qual alerta que não existe um único ponto zero para a constituição de fenômenos sociais, ao contrário, existe o entrelaçamento de diversos fenômenos que derivam

durante uma investida do príncipe de Orange Maurício de Nassau, à Bahia, houve a formação dos primeiros bandos de africanos e afrodescendentes na capital do Estado. Estes barraram o avanço das tropas inimigas em Salvador e posteriormente coadjuvaram as formações pernambucas nas diversas entradas contra os holandeses.

Dentre os motivos apontados pela historiografia para tal recrutamento, os mais significativos se referem à fragilidade da defesa da colônia e a melhor adaptação de africanos aos trópicos em relação aos soldados europeus (RUSSEL-WOOD, 2005, p.130; SILVA, 2003, p.158). A estas explicações Luiz Geraldo Silva acrescenta que é necessário se olhar para a “existência social” dos africanos e afrodescendentes nesta conjuntura (2013, p.118). É preciso se levar em consideração a formação deste grupo social desde seu desenraizamento na África, a travessia ultramarina realizada pelo tráfico, bem como os processos de escravidão e manumissão destes indivíduos.

Destaco que o processo de *sociogênese* e institucionalização de tropas de africanos e afrodescendentes livres e libertos ocorrem também como sintoma do próprio processo de mudança de *status* de africanos e afrodescendentes desembarcados na América portuguesa. Tal mudança acontece no *continuum* existente entre as posições sociais de escravidão-liberdade. Os *status* sociais de escravidão e liberdade aparecem como dois polos distintos que se unem por diferentes graus de redução da marginalidade e mobilidade social de africanos e afrodescendentes no regime de tipo antigo.

De acordo com Miers e Kopytoff a posição de marginalidade de um escravo pode mudar, tanto ao longo de sua trajetória quanto ao longo da trajetória de seus descendentes. Sendo assim, os autores concebem as situações de marginalidade e incorporação como dois extremos mediados por diferentes níveis, como já apontamos. Nesta relação, a redução das marginalidades acontece por meio de, no mínimo, três dimensões: a dimensão da mobilidade do *status* formal; a dimensão da mobilidade afetiva; e a dimensão da mobilidade material.

A primeira dimensão refere-se aos direitos, deveres e privilégios formais (ou legais) inerentes à mobilidade. A segunda dimensão se dá na esfera do emocional e do sentimental e tem relação com a forma que o sujeito é tratado e estimado na sociedade. A última dimensão significa uma mudança para um estilo de vida melhor, com maior influência política e até o controle de riquezas. No entanto, as três dimensões operam de forma independente. E ao contrário da dimensão da mobilidade formal – associada a direitos e obrigações bem definidas – as dimensões

de mobilidade afetiva e material podem ter gradações na sua concepção (KOPYTOFF & MIERS, 1979, p. 28-29).

Além do olhar para a existência social do grupo de africanos e afrodescendentes, também é necessário um exame conjuntural de fatores que contribuíram para a *sociogênese* e institucionalização das corporações que estamos aqui analisando. No período inicial destas formações, o receio do perigo iminente de estrangeiros não foi o único peso colocado na balança nesta conjuntura. Sobressaltos internos assombravam a população e demandavam a ação dos milicianos. Conflitos constantes com os índios preocupavam autoridades e moradores de diversas povoações da Bahia. Estes confrontos se prolongaram juntamente com o processo de institucionalização das companhias de africanos e afrodescendentes ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Em 1667, Alexandre de Souza Freire, Capitão Geral do Estado do Brasil e Governador da Bahia, elegeu o cabo e capitão Antônio de Souto para que liderasse soldados pretos do Terço que foi do Mestre de Campo Henrique Dias para “assistir em guarda” e defender os moradores dos distritos das vilas de Cairú, Camamu e Boipeba. O catalisador da ordem foram as “hostilidades que o Gentio Bárbaro tem feito aos moradores” por meio de mortes e roubos²⁹⁴.

Possivelmente um dos atrativos das vilas de Cairú, Camamu e Boipeba para a invasão dos índios tenham sido suas inúmeras plantações de mandioca. Desde a época das guerras holandesas, estas três regiões se destacaram pela produção de farinha para o sustento da capitania e envio de farinha de munição para as tropas que lutavam em Pernambuco e contra os “Bárbaros”. Havia, por determinação da Câmara de Salvador, uma divisão regional na Bahia que determinava a criação de zonas produtoras de alimentos, para que o Recôncavo fosse liberado para a produção de açúcar. Coube às vilas de Camamu, Cairú e Boipeba um contrato de produção de farinha de mandioca, o qual ficou conhecido como “conchavo da farinha” (PUNTONI, 2002, p. 218).

O episódio das vilas produtoras de farinha foi apenas uma escala dos conflitos entre colonizadores e índios que assolavam a Bahia e outras capitanias. O contexto era o da Guerra dos Bárbaros, iniciada com as Guerras do Recôncavo Baiano (1651-1679) e vivenciada posteriormente nas batalhas travadas no Rio Grande, também chamadas de Guerra do Açu (1687-1704). Os conflitos ocorriam em via de mão dupla: tanto os índios vinham até as vilas realizar saques e matanças quanto as expedições de exploração e povoamento adentravam os sertões para exterminar e saquear as tribos que encontravam.

²⁹⁴ Patente de cabo de todos os soldados pretos do terço que foi do Mestre de Campo Henrique Dias provido na pessoa de Capitão Antônio de Souto. *D.H. Bahia*, 28 de julho de 1667. v.25. p. 379-381.

O destaque da economia neste período era a empresa açucareira. No entanto, os projetos de povoamento, o desenvolvimento da pecuária para abastecimento interno, a busca por metais preciosos e a exploração do salitre (nitrato de potássio), utilizado na composição da pólvora, impulsionaram a ocupação do Recôncavo e dos sertões baianos. Para o desenvolvimento da pecuária também era necessária a ida ao Sertão, principalmente por se tratar de uma prática em terras que não eram cercadas. Desta forma, a pecuária tinha de ser praticada longe de culturas como as da cana e da mandioca, para evitar que o gado danificasse as plantações²⁹⁵.

Puntoni refere-se às companhias de “pretos” atuando em vários combates para além das fronteiras da Bahia. Na segunda metade do século XVII, houve a solicitação de pedido de socorro feita pela Câmara do Rio Grande à Bahia. A resposta do governador-geral Matias da Cunha foi o envio de companhias do Terço do índio Camarão e do Terço dos henriques. Este último continha 100 soldados no grupo enviado sob a liderança do coronel Antônio de Albuquerque Câmara. Posteriormente uniu-se à companhia de Câmara uma companhia de gente parda, degredados e criminosos. No entanto, esta expedição que durou de 1687 a 1688 fracassou. Posteriormente outras campanhas foram formadas para as batalhas no Açu, como a liderada por Matias Cardoso de Almeida de 1690 a 1695 (PUNTONI, 2002, p. 152).

A segunda metade do século XVII foi um período que consagrou os milicianos envolvidos em funções relacionadas aos conflitos ocorridos contra inimigos internos da colônia. E no bojo dessas ações encontram-se também as investidas que se direcionaram a diligências em busca de escravos alocados em mocambos neste processo de institucionalização das tropas. No século XVII, a década de 1660 é a que apresenta mais recorrências de formação de mocambos e, como corolário, é também quando observamos a maior atuação de tropas de africanos e afrodescendentes contra estas formações. Em maio de 1664, o Ajudante Antônio de Souto²⁹⁶ foi convocado com ordens para que reagrupasse seus soldados espalhados pelos distritos e entrasse em diversas paragens onde se encontravam mocambos.

O cerco aos mocambos continuou nos anos posteriores. Em 1667, numa jornada para Pirajuaia, os soldados de Henrique Dias acompanharam a companhia liderada pelo alferes Miguel Corrêa de Sande²⁹⁷. Desde 1662 já se tinham notícias de mocambos em Sergipe Del-Rei, capitania anexa à Bahia. Naquele ano, a orientação era que um cabo reunisse mulatos, mestiços,

²⁹⁵ O “sertão baiano, ou ‘interior’, compreendia toda a região que ocupa o atual território do estado, incluída a margem ocidental do São Francisco, mais o interior do Piauí e o ‘território dos Pastos Bons’, região do alto Itapicuru e rio das Balsas até Tocantins”. PUNTONI, 2002, p. 26.

²⁹⁶ Ordem que levou o Ajudante. *D.H. Bahia*, setembro de 1668.v.4. p.191.

²⁹⁷ Portaria que se passou para ir o Alferes Miguel Corrêa de Sande com a mais gente que leva em sua companhia, em seguimento dos negros que fugiram aos moradores Pirajuhia. *D.H. Bahia*, 18 de novembro de 1667. v.07. p.335-336.

mamelucos e índios e partisse em direção ao dito mocambo²⁹⁸. Em dezembro de 1668, o problema perdurava. O capitão da gente preta Agostinho da Silva foi convocado para, com quatorze soldados, ir até um mocambo localizado na dita capitania²⁹⁹. No entanto, alguns meses depois, o governador-geral Alexandre de Souza Freire emitiu uma ordem para que os capitães da gente preta que haviam se dirigido ao mocambo retornassem, pois seus soldados mostravam-se desobedientes³⁰⁰.

No mesmo mês, os homens de Agostinho da Silva foram realocados para novo destino. Levantou-se uma jornada destinada a percorrer os mocambos de Geremoabo, distrito localizado mais ao norte da Bahia. A entrada envolveu várias frentes. Foram convocados, sob o comando de Fernão Carrilho, experiente nas expedições contra Palmares, homens das Companhias da Torre, Campos do Rio Real, da Praia e Sertão, além das tropas do capitão Gaspar da Cunha, capitães da gente preta, e das aldeias Jaxurrú e Itapocurú-merim.

Em 1674 formou-se nova expedição envolvendo soldados pardos armados com suas escopetas sob o comando do Coronel Balthazar dos Reis Narrenho. Não se sabe o destino da expedição, mas verifica-se que a solicitação de africanos e afrodescendentes para as empreitadas rumo aos mocambos continuaram na década de 1670³⁰¹.

A solicitação das tropas de africanos e afrodescendentes para percorrer os mocambos foi diminuindo nas décadas posteriores. Esta situação se agravou no século XVIII, quando além das diminutas solicitações, as funções destas tropas foram mesclando-se com outras demandas. Encontrei a solicitação de 1713 para que Antônio Passos, capitão-mor do Terço de Henrique Dias, na companhia de mais três capitães prendessem escravos fugidos e os remetessem à cadeia, pois os amocambados de Camorugipe estavam assaltando a vizinhança nas estradas³⁰².

Algumas hipóteses podem ser levantadas a partir desta constatação. Primeiramente, é considerável pensar que apesar da perenidade de formações de mocambos no século XVIII, não houve outro Palmares (1605/7-1694), ele foi “atípico em tamanho e duração”(SCHWARTZ, 2001, p.250). Outra explicação, esta mais verificável, aponta para formações institucionalizadas e específicas que nasceram justamente para perseguir mocambos. A partir de 1705 encontrei várias

²⁹⁸ Ordem para o cabo, que vae aos Mocambos da Capitania de Sergippe Del-Rei, da gente que se lhe dar para isso, e do que há de seguir. *D.H. Bahia*, 22 de janeiro de 1662. v.17.p.69-70.

²⁹⁹ Portaria que se passou para Agostinho da Silva da gente preta para ir à Capitania de Sergipe Del-Rei ao mocambo. *D.H. Bahia*, 20 de dezembro de 1668. v.7.p.385-386.

³⁰⁰ Ordem que levaram os Capitães pretos forros Agostinho da Silva Bezerra, e Matheus Fernandes para ajuntarem a gente das suas Companhias e a tirem donde estiverem. *D.H.Bahia*, 22 de maio de 1669. v.4. p.155.

³⁰¹ Portaria que se mandou ao Coronel Balthazar dos Reis Barrenho. *D.H. Bahia*, 3 de dezembro de 1674. Vol.08. p.206.

³⁰² Portaria para o sargento-mor do Terço dos homens pretos, ir invadir um mocambo no distrito de Camorugipe. *Bahia*, 10 de maio de 1713. Vol.53. p. 228.

recorrências à figura do capitão-mor do mocambo³⁰³. Schwartz mostrou que as patentes de capitão-mor das entradas dos mocambos já estavam sendo concedidas no final do século XVII (SCHWARTZ, 2001, p. 229). A formação de um Regimento específico para a ida aos mocambos pode ajudar a explicar o motivo de tropas de africanos e afrodescendentes não terem sido tão solicitadas ao longo do século XVIII.

Há uma ordem para que em 1716, Inácio de Sousa, capitão do terço de Henrique Dias, se juntasse aos capitães-mores das entradas do Cairú, Domingos Gonçalves de Avelar e Salvador Tourinho Maciel da vila de Boipeba, para fazerem entrada em um mocambo não especificado³⁰⁴. Percebe-se nesta situação que, por vezes, se os homens dos henriques eram solicitados para irem a mocambos, era para auxiliar àqueles que tinham a legitimidade e jurisdição para fazê-lo.

Ao longo do século XVIII, disparos dos canhões do Forte de Santo Antônio da Barra somados ao soar dos sinos da Câmara e da Sé eram os sinais para que capitães, oficiais e soldados do Terço da gente preta se apresentassem no largo do hospício de Nossa Senhora da Piedade ou do forte do Barbalho e se mostrassem disponíveis para o Serviço de Sua Majestade e segurança da cidade³⁰⁵. Possivelmente, ao som de algum rebate, em meados de agosto de 1735, apresentaram-se oficiais e soldados do Terço da ordenança da gente preta comandados pelo capitão-mor Miguel de Sousa de Castro. O alarde do chamamento podia ser grande, mas desta vez a diligência não era para proteger a cidade de estrangeiros que rondavam a costa da Bahia de Todos os Santos, nem mesmo para a defensiva contra os tapuias³⁰⁶ que vinham do sertão para atacar as vilas, muito menos para capturar negros amocambados no interior. A diligência era mais modesta.

Desta feita, solicitava-se que Miguel de Sousa e Castro escolhesse um capitão de confiança de seu Terço com mais alguns soldados para que prendessem homens e mulheres que se achavam numa casa onde dançavam lundus. Os instrumentos musicais e demais móveis e adereços que se encontravam na casa (trastes) utilizados no rito também deveriam ser apreendidos juntamente com os praticantes³⁰⁷. A busca por aqueles que praticavam o “diabólico exercício” não veio de autoridades eclesiásticas. Foi comunicada por meio de uma portaria, um

³⁰³ Para o Coronel Bernardino Cavalcanti de Albuquerque sobre os mocambos. *D.H. Bahia*, 03 de junho de 1705. Vol.41. p.58-59.

³⁰⁴ Ordem que levou o Capitão Inácio de Sousa para os mocambos a que vai. *D.H. Bahia*, 29 de agosto de 1716. Vol.54. p. 154.

³⁰⁵ Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta. *D.H. Bahia*, 28 de abril de 1736. Vol.77 p.8

³⁰⁶ A expressão tapuia foi cunhada para distinguir os grupos indígenas que habitavam o interior do Brasil, em contraposição àqueles que habitavam a costa, concebidos como tupis. No entanto, deve-se salientar que tais expressões mascaram as diferenças étnicas contidas nos termos escolhidos. Contudo, é preciso considerar que tanto a expressão tupi, quanto a expressão tapuia são sinônimos daquilo que John Manuel Monteiro (MONTEIRO, 1992:122) chamou de um “mosaico indígena”.

³⁰⁷ Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta. *DH. Vol.76.p.307. Bahia*, 13 de outubro de 1735.

documento normativo com instruções para a execução de um serviço (SANTOS, 2007, p. 113). De origem banto, etimologicamente, o termo lundu ou calundu tem, pelo menos, dois significados. Primeiramente pode se referir a *amuo* que está relacionado a mau humor ou às caretas de aspecto carrancudo e as performances corporais daquele que está em transe. O outro significado, diz respeito a uma dança praticada de par solto acompanhada de canto (SOUZA, 2002, p.4 e 8). Enfim, o calundu pode ser caracterizado como uma gama variada de práticas que ia desde as danças até os rituais mágico-religiosos (SOUZA, 1995).

Os milicianos aqui em questão também se envolveram em outras funções policiais. Na noite do dia 20 de novembro de 1735, a Igreja de Santo Antônio Além do Carmo, Soledade e Barbalho havia sido assaltada. No dia seguinte o capitão-mor dos henriques foi solicitado a nomear alguns oficiais de confiança com mais vinte soldados para percorrerem matos, roças e quintais que ficassem na vizinhança da dita igreja “para ver se acham alguma terra movida ou outro indício em que se possa presumir se enterrasse ou ocultasse o furto que se fez”. Caso encontrassem alguma coisa que pertencesse ao furto seriam premiados e remunerados pelo trabalho³⁰⁸. Em fevereiro de 1718 oito mulatos invadiram a casa de João de Brito Lima e levaram com eles alguns escravos, inclusive mulheres e crianças com as quais tinham parentesco. Na tentativa de resgate o capitão-mor das entradas Alberto dos Santos Machado e seus homens foram feridos a tiros pelos ditos mulatos. Como o capitão das entradas não obteve sucesso na empreitada, foi solicitado a Inácio de Souza, capitão do “Terço da gente preta”, juntamente com os demais oficiais e soldados de sua companhia que fossem à busca dos fugitivos³⁰⁹.

Nos fortes e fortalezas erguidos na costa litorânea para defesa e ataque os soldados e a oficialidade de pretos e pardos compareciam em atividades de limpeza e faxina das construções em vez de seu guarnecimento. Em agosto de 1718 foi solicitado ao Provedor-mor que providenciasse a limpeza interna do Forte de Santo Antônio além do Carmo³¹⁰. Alguns meses depois, em março de 1719, além da limpeza interna, solicitava-se ao Provedor-mor que também a parte externa do forte fosse contemplada. Nesta ordem todo o capim, mato e imundície deveriam ser retirados do seu fosso³¹¹. Alguns dias depois uma portaria foi escrita para que fossem dadas ao Furriel do “Terço da gente preta” todas as ferramentas necessárias para que seus soldados

³⁰⁸ Portaria para o Capitão-mor do Terço da gente preta. Bahia, 21 de novembro de 1735. *D.H.* Vol.76, p.254-255.

³⁰⁹ Ordem que levou o capitão Inácio de Sousa para se fazer a diligência em prender os mulatos criminosos e pertencente a João de Brito Lima. Bahia, 8 de fevereiro de 1718. *D.H.* Vol.54, p. 325-326.

³¹⁰ Portaria para o Provedor-mor mandar alimpar o Forte de Santo Antônio do Carmo. Bahia, 8 de agosto de 1718. *D.H.* Vol. 55. p.74

³¹¹ Para o Provedor-mor mandar alimpar o Forte de Santo Antônio além do Carmo. Bahia, 2 de março de 1719. Vol.55. p. 205.

limpassem o Forte³¹². Ademais, os milicianos baianos também eram solicitados a fazer a sua faxina, que tratava-se de uma forma de entrincheiramento de fossos ou praias.

Apesar de existirem os Correios Assistentes desde 1662 nas capitanias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro (MOURÃO, 2012, p.19), no século XVIII encontramos soldados africanos e afrodescendentes também envolvidos com o serviço postal. Em 1719 Manuel Nobre, cabo de esquadra e Antônio Teixeira, ambos soldados dos henriques, receberam vinte patacas cada um para irem de Salvador à Jacobina entregar cartas escritas pelo Conde de Vimieiro³¹³. A região destinatária das cartas caracterizava-se neste período por uma intensa circulação de mineradores e exploradores, ao ponto que em 1722 a região foi estabelecida como vila de Santo Antônio da Jacobina, fundada pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, um dos agentes da colonização portuguesa no interior baiano. O intuito era, sobretudo, maior controle dos que pra lá se dirigiam no que diz respeito à arrecadação do quinto e a cobrança de impostos (CONCEIÇÃO, 2013).

Meses depois o Conde de Vimieiro mandou dar oito mil réis a Fabião Rodrigues, soldado do Terço de Henrique Dias para que ele entregasse “cartas do serviço de Sua Majestade” ao Mestre de Campo Comandante Manuel Nunes Viana que assistia no sertão na localidade do Sítio da Tábua³¹⁴. O conteúdo das cartas não é mencionado nas portarias que designam o envio. É possível que se tratasse de assuntos militares e sigilosos na medida em que soldados específicos eram remunerados para entregar as missivas em vez dos profissionais existentes especificamente para a função.

O emprego dos soldados no serviço postal ocorria tanto no interior da capitania da Bahia, quanto na conexão com outras capitanias. Percebemos, por vezes seguidas, o soldado Domingos Remuner, do Terço de Henrique Dias da capitania de Pernambuco, trazendo de jangada cartas pertencentes ao Serviço de Sua Majestade à Bahia. Assim como os soldados baianos ele também recebeu valores em dinheiro (dezessete mil réis) pelas diligências prestadas³¹⁵.

Outra função exercida com afínco pelos milicianos afrodescendentes ao longo do século XVIII foi a de comboio dos bois da mais importante feira baiana, localizada em Capoame, a qual acontecia todas as quartas-feiras. Este local ficava a cinco léguas de Salvador. Ali se comercializava o gado que vinha dos sertões e eram consumidos em Salvador e seu Recôncavo. Desde 1705 a Câmara nomeava um superintendente da feira do gado, o qual administrava a

³¹² Portaria para o Provedor-mor mandar dar ao Furriel do Terço da gente preta a ferramenta necessária para alimpar o Forte de Santo Antônio do Carmo. *D.H. Bahia*, 9 de março de 1719. Vol.55. p.208

³¹³ Portaria para o Provedor-mor mandar dar vinte patacas a cada um dos Soldados de Henrique Dias. *Bahia*, 31 de janeiro de 1719. *D.H. Vol.55*, p.194

³¹⁴ Portaria para o Provedor-mor da Fazenda Real mandar dar dezesseis mil em dinheiro por conta da Fazenda Real. *Bahia*, 13 de abril de 1719. *D.H. Vol.55*, p. 224.

³¹⁵ Portaria para o Provedor-mor da Fazenda. *Bahia*, 7 de dezembro de 1735. *D.H. Vol.76*, p.264-265. Portaria para o Provedor-mor da Fazenda. *Bahia*, 26 de janeiro de 1736. Vol.76, p.300-301.

compra, venda e registro do gado e supervisionava o abastecimento de carne, para tanto requeria das Ordenanças a companhia de soldados para esta atividade. Estes soldados recebiam da Câmara 100 réis por dia trabalhado (SOUZA, 1996, p.151-152).

Uma outra empreitada na qual os milicianos se destacaram era o comboio do ouro que ia para as casas de fundição. No entanto, era muito incerto e ao mesmo tempo arriscado atuar como comboieiro no circuito mercantil que envolvia o despacho do ouro, pois “se para os contratadores um dos riscos inerentes ao seu negócio era o descaminho e a fraude, para os ‘mineiros’ as distâncias e a violência cotidiana nos sertões eram, sem dúvida, os principais desafios a serem superados” (SANTOS, 2013, p. 271). Dessa forma, esta era uma função de muito risco, na qual os comboieiros poderiam ser abordados e ter as cargas furtadas.

A partir da genealogia aqui traçada, das funções exercidas pelos milicianos no processo de institucionalização das tropas, percebe-se que ao longo dos séculos XVII e XVIII elas sofreram mutações significativas. No entanto, para preservar a manutenção de suas tropas e do prestígio social que vinha no seu bojo, os milicianos se submeteram às solicitações, ainda que menos prestigiosas em alguns casos. Todas estas atuações desempenhadas davam visibilidade social aos milicianos. Outra fonte do aumento de prestígio deste grupo social diz respeito aos postos que ocupavam no interior das milícias e as possibilidades de ascensão no interior da hierarquia militar. Conforme o quadro seguinte, podemos observar estas possibilidades na constituição do Terço de Henrique Dias da Bahia em 1757:

Terço de Henrique Dias da Cidade – Capitão-mor Domingos de Aguiar 1757								
PRIMEIRA PLANA		Capitão-Mor Sargento-Mor Ajudantes do Número 2 Ajudantes Supranumerários 2						
		Capitães	Alferes	Sargentos do Número	Sargentos Supra-numerários	Soldados	Tambores	Total
C O M P A N H I A S	Do Capitão-Mor	-	1	1	1	43	1	47
	Domingos de Almeida	1	1	1	1	16	1	21
	Sebastião Lopes	1	1	1	1	15	1	20
	Manoel Gonçalves de Moura	1	1	1	1	48	1	53
	José de Oliveira	1	1	1	1	42	1	47
	Francisco Xavier Correia	1	1	1	1	15	1	20
	Archangelo Benedito de São Francisco	1	1	1	1	28	1	33
	Pedro José de Aguiar	1	1	1	1	29	1	34
	Francisco Luís de Ataíde	1	1	1	1	30	1	35
	José Mendes de Moraes	1	1	1	1	28	1	33
	Francisco Xavier Soares	1	1	1	1	14	1	19
	Antônio de Pádua de Oliveira	1	1	1	1	33	1	38
Total		11	12	12	12	331	12	390

Fonte: Carta do vice-rei e governador-geral do Brasil, conde dos Arcos, Marcos de Noronha ao rei D. José remetendo os mapas e listas de todas as companhias de ordenança e terços de auxiliares da Bahia. AHU – BA - Avulsos. cx. 133, doc. 10380. Bahia, 3 de novembro de 1757. Ver folha 189.

Na análise deste mapa do Terço dos Henriques da cidade de Salvador produzido em 1757 podemos perceber que as possibilidades de ascensão no interior das milícias eram inúmeras. Africanos e afrodescendentes livres e libertos tinham a possibilidade de ingressar na tropa na modalidade de soldado e progredir, sucessivamente, às funções de sargento supra-numerário; sargento do número, alferes, capitão, ajudante supranumerário, ajudante do número, sargento-mor e da mais alta patente de capitão-mor.

Os holofotes focados nas diligências desempenhadas pelos milicianos e nas possibilidades de ascensão na hierarquia interna da corporação trazia consequências diversas para estes indivíduos. Uma delas é o aumento do prestígio que podiam desfrutar. No entanto, esta maior retenção de poder também gerava em muitos outros indivíduos sentimentos avessos e ações de interdição em relação às conquistas institucionais pelas quais passavam os milicianos. Em última instância, estas relações estão diretamente ligadas à posição social ocupada pelos africanos e afrodescendentes no interior do *continuum* da escravidão e liberdade que destacamos no início do texto.

Um dos episódios de maior tensão e conflito pelos quais passaram os milicianos africanos e afrodescendentes ocorreu na década de 1730. A Carta Régia de 13 de janeiro de 1731³¹⁶ foi enviada para diversas capitanias, na qual a decisão de D. João V e do Conselho Ultramarino foi de que se formassem companhias não mais de acordo com a cor da pele de seus componentes e sim por distritos. Tal instrução foi aplicada inicialmente em Minas Gerais e depois disseminada para o resto da América portuguesa. É interessante perceber como cada capitania reagiu a tal medida administrativa.

As capitanias do Rio de Janeiro e Pernambuco optaram por obedecer às prescrições da Carta Régia de 1731 e reestruturarem seus Regimentos. Na Capitania do Rio de Janeiro a ordem foi obedecida por algum tempo, pois há uma carta de 1737 de Gomes Freire de Andrade, então governador, comunicando ao rei D. João V a nomeação de pessoas para ocuparem o posto de capitão de uma Companhia de Terço Auxiliar, o qual antes era ocupado pelo capitão Manoel da Cunha Tenreiro. Tal nomeação se fez “em cumprimento das reais ordens de Vossa Majestade, que proíbe haver distintas Companhias de Mulatos a fez repartir pelas mais e formar de novo” com homens brancos nos postos de oficialato, os quais pareciam ser “as pessoas mais capazes”³¹⁷.

O governador da Bahia e também vice-rei do Estado do Brasil, Vasco Fernandes César de Meneses (conde de Sabugosa), ao contrário, resistiu a tal ordem, defendendo que milícias separadas por cor existiam naquele Estado com aprovação real, e ele próprio enviou petição para que as companhias não se extinguissem (SILVA, 2013, p. 132). Mas a reação não foi somente do governador, os soldados e oficiais do Terço de Henrique Dias também escreveram uma petição para que não se extinguisse a corporação e Sabugosa destinou a carta dos milicianos à Lisboa. No

³¹⁶ Consulta do Conselho Ultramarino e informação do governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro; em que se ordena a dissolução de todos os corpos de infantaria formados por pardos e bastardos. AHU-RJ. Rolo 54, cx. 55, docs.12947-12948. Lisboa 13 de janeiro de 1731.

³¹⁷ Carta do [governador do Rio de Janeiro e Minas], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], sobre nomeação de pessoas para o posto de capitão de uma Companhia de Terço Auxiliar, de que foi capitão Manoel da Cunha Tenreiro. AHU-RJ, cx.30, doc.3139, Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1737.

escrito defendiam que já serviam Sua Majestade há 97 anos, desde as guerras holandesas. Alegavam todas as funções que haviam exercido ao longo do tempo e por isso solicitavam sua manutenção³¹⁸.

Observa-se, assim, que enquanto na capitania do Rio de Janeiro se retirou a oficialidade e se suspendeu as atividades de suas companhias de milicianos africanos e afrodescendentes livres e libertos, na Bahia as atividades dos milicianos continuaram sem interrupção alguma. Nos anos seguintes à promulgação da Carta Régia de 1731, os milicianos continuaram no Serviço Real, não só atuando em sua capitania, mas também em outros espaços do Atlântico, como no caso de alguns soldados do Terço de Henrique Dias, que foram para Angola exercendo a função de Guardas de Galé em 1732³¹⁹.

Silva acredita que a manutenção de corpos privativos em diversas capitanias estava ligada, dentre outros fatores, à busca de controle social da população livre (*psicogênese*). Isso porque, se os corpos de africanos e afrodescendentes fossem dispersos, estes possivelmente não seriam muito bem aceitos em regimentos de homens brancos. Além disso, afirma Silva que a conservação da ordem dependia da militância dos próprios oficiais que, para dentro de sua configuração social particular, mantinham a subordinação de seus pares e evitavam tensões decorrentes de seu não pertencimento formal a outras corporações de tipo antigo (SILVA, 2013, p. 121-122 e 136).

Podemos ainda refletir sobre as diferentes reações nas capitanias do Rio de Janeiro e da Bahia. Acredito que a trajetória social do grupo de africanos e afrodescendentes livres e libertos está ligada às suas posturas. O tráfico negreiro e o enraizamento de afrodescendentes livres e libertos na Bahia aconteceram de maneira muito mais longa em relação ao Rio de Janeiro. Desta forma, enquanto a experiência de tropas privativas estava em vias de consolidação no Rio de Janeiro, na Bahia a experiência era muito mais antiga. Os baianos, no ano da medida administrativa de 1731, já estavam quase comemorando o centenário do primeiro corpo de africanos e afrodescendentes livres e libertos daquela capitania. Enfim, dotados da memória das guerras holandesas, e de uma constituição muito mais consolidada e institucionalizada, os baianos resistiram de forma mais categórica do que os homens da capitania do Rio de Janeiro, os quais ainda em processo de institucionalização não tinham um enraizamento semelhante ao dos baianos.

É interessante observar que a conquista de continuidade das companhias de africanos e afrodescendentes livres e libertos teve como marco o uso que os milicianos fizeram da escrita

³¹⁸ Petição que fizeram os oficiais do Terço da gente preta desta cidade ao excelentíssimo senhor conde vice-rei. Bahia, 18 de fevereiro de 1736. *D.H.* Vol. 76. P. 345-348.

³¹⁹ *D.H.* Bahia, 17 de outubro de 1732. Vol.75, p.91.

para conquistar seus almejos. Este era um contexto em que a maior parte da população era iletrada, no entanto, muitos dos milicianos sabiam assinar seus nomes, como se percebe em inúmeros alistamentos conduzidos pelos capitães das companhias, bem como nos requerimentos feitos pelos milicianos ao longo do processo de institucionalização das tropas.

Vários foram os momentos de tensão pelos quais passaram os africanos e afrodescendentes ao longo do processo de institucionalização das tropas privativas. Estes conflitos estão ligados às relações de poder que se estabeleciam nestas figurações, pois as conquistas relacionadas às patentes dadas a este grupo social, ao aumento no número de companhias dispersas em diversos territórios das capitanias abordadas, bem como a visibilidade que estes homens tinham ao atuarem em diligências significativas para a tentativa da manutenção da ordem na América portuguesa, geraram situações de conflito com os indivíduos que viam esta complexificação das milícias de africanos e afrodescendentes como uma ameaça ao *status quo*.

Referências

- CONCEIÇÃO, Hélida Santos. Pedro Barbosa Leal e a colonização do Sertão da Bahia no século XVIII. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal, 2013.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- KOPYTOFF, Igor. MIERS, Suzanne (orgs.). **Slavery in África**: Historical and Antropological Perspectives. Madison: University of Wisconsin Press, 1979, p. 28-29.
- MONTEIRO, John Manuel. As populações indígenas do litoral brasileiro no século XVI: transformação e resistência. In: PAULINO, Francisco Faria (Org.). **Nas vésperas do mundo moderno**: Brasil. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1992.
- MOURÃO, Maria da Graça Menezes. O cerceamento da comunicação na “Capitania de todos os negócios”. **Cadernos de História**. Vol.13, nº18, 2012.
- PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil - 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. **"Nas solidões vastas e assustadoras"**: os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese (Doutorado) - Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.
- SANTOS, Corcino Medeiros dos. **História Digital**. Brasília: UnB, 2007.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: Edusc, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**. São Paulo, n.169, jul. / dez. 2013, p.111-144.

SOUZA, Avanete Pereira. **Poder local e cotidiano: A Câmara de Salvador no século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**: Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Laura de Mello e. **Revisitando o calandu**. São Paulo: 2002. Disponível em http://www.historia.fflch.usp.br/sites/historia.fflch.usp.br/files/CALUNDU_0.pdf. Acessado em fevereiro/2013.

VIOLÊNCIA E CRIME EM MALLET – PR

Lucas Kosinski

kosinski_lucas@hotmail.com

Mestre em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

<http://lattes.cnpq.br/1042660159646875>

Leonardo Henrique Lopes Soczek

leonardosoczek@gmail.com

Mestre em História

Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

<http://lattes.cnpq.br/4864864827389902>

RESUMO: O objetivo deste capítulo é apresentar e discutir as denúncias de práticas de violências em processos judiciais de homicídios e lesões corporais do Fundo da Comarca de Mallet-Pr, no recorte de 1914 a 1940, período de relativa elevação de registros criminais no município. Jean Claude Chesnais (1981) definiu a violência como a imposição de força física de uma pessoa sobre a outra. Mas, entender a violência apenas por essa definição possui seus limites. É que ela passa ao largo de uma possível distinção entre as violências criminalizadas e as demais práticas. Afinal, embora algumas violências sejam consideradas crimes, outras, ainda que aparentes nos registros, não são. A violência criminosa pode ser entendida como um atentado aos valores de um grupo, como sugere a noção de crime desenvolvida por Maria João Vaz (2011), e refletida a partir das noções de Michel de Certeau (2012), “estratégias” e “táticas” que produzem “lugares” e “espaços”. Ao abordarmos as denúncias em Mallet, constatamos que na maior parte dos casos, as pessoas acusadas justificaram seus crimes a partir da ameaça da honra feminina e masculina, pessoal e familiar, constatamos também que as defesas dessas pessoas se mostraram extremamente funcionais. A análise desses casos revela a potencialidade das fontes criminais como documentos cartoriais ao nos permitir interpretar aspectos da vida cotidiana malletense nas primeiras décadas do século XX.

Palavras-chave: Processos criminais; Honra; Cotidiano.

ABSTRACT: The objective of this chapter is to present and discuss the reports of violence practices in Mallet-Pr District Courts of Homicide and Personal Injury Lawsuits, from 1914 to 1940, a period of relative elevation of criminal records in the municipality. Jean Claude Chesnais (1981) defined violence as the imposition of one's physical strength on the other. But understanding violence by this definition alone has its limits. It goes beyond a possible distinction between criminalized violence and other practices. After all, although some violence is considered a crime, others, although apparent in the records, are not. Criminal violence can be understood as an attack on the values of a group, as suggested by the notion of crime developed by Maria João Vaz (2011), and reflected from the notions of Michel de Certeau (2012), “strategies” and “tactics” “Which produce places and spaces”. In addressing Mallet's allegations, we find in most cases, that the accused persons justified their crimes from the threat of female and male honor, both personal and family, we also found that their defenses proved to be extremely functional. The analysis of these cases reveals the potential of criminal sources as paperwork documents allowing us to interpret aspects of everyday Malletense life in the first decades of the twentieth century.

Keywords: Criminal proceedings; Honor; Everyday life.

Esse capítulo tem por objetivo apresentar e discutir as denúncias de práticas de violências identificáveis em processos judiciais de homicídios e lesões corporais do Fundo da Comarca de Mallet-Pr³²⁰, no recorte de 1914 a 1940. Mallet surgiu como um povoado próximo da

³²⁰ Trata-se de uma série de documentos produzidos pelo Poder Judiciário de Mallet, no período de 1913 até o ano de 2006. A documentação foi cedida pelo poder judiciário ao Centro de Documentação e Memória (CEDOC) da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), *campus* de Irati, em 2012.

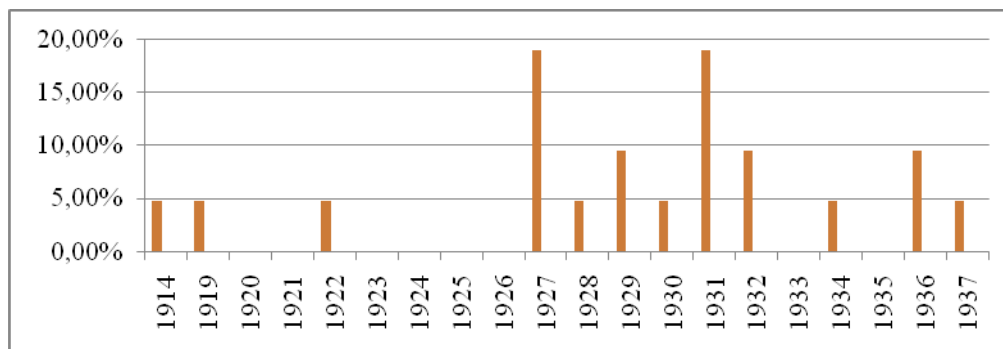
colônia Rio Claro, criada em 1891 por iniciativa do governo republicano para ocupação territorial da região que compreende o Vale do Iguaçu. Com a chegada da linha férrea *Brazil Railway Company* em 1903, originou-se uma nova parada denominada Estação Marechal Mallet em homenagem ao engenheiro militar João Nepomuceno de Medeiros Mallet, atraindo diversos migrantes brasileiros e imigrantes de descendência eslava.

Em 15 de abril de 1912, o lugar tornou-se município denominado São Pedro de Mallet, em homenagem ao padroeiro da localidade, através da Lei número 1189 de 15 de abril de 1912. No ano de 1920 a população era de 14.294 habitantes, um ano depois o distrito judiciário de Paulo Frontin foi incorporado em São Pedro de Mallet, por intermédio da Lei Estadual nº 2040, de 26 de março de 1921. A Lei Estadual de número 2645, de 1 de abril de 1929, alterou o nome de São Pedro de Mallet, para apenas Mallet. O município vizinho de Rio Azul foi incorporado em Mallet nos anos de 1932 até 1934, resultado da política de contenção de gastos de Getúlio Vargas. Em 1940 a população era de 14.980 pessoas (KOSINSKI, 2018).

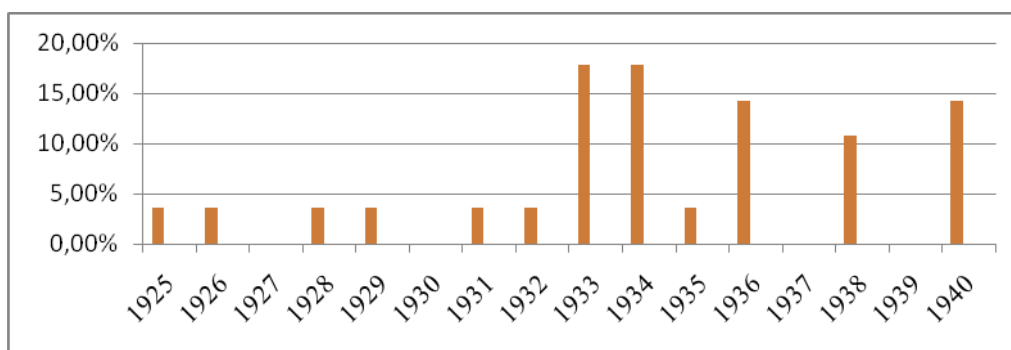
O controle da criminalidade era evidente nos primeiros anos do município. De 1912 até 1920 as pessoas acusadas de cometer crimes respondiam processos na Comarca de São Mateus do Sul. A distância de aproximadamente 60 km, sem acesso à linha-ferrea dificultou o andamento dos processos. A burocracia serviu como argumento para transferência de comarcas que ocorreu em maio de 1921. A partir de então, as pessoas acusadas passaram a responder processos na Comarca de União da Vitória. Em 1928 foi fundado o Termo Judiciário, na prática; algumas denúncias passaram a ser ali processadas sem ter a necessidade de deslocamento até a Comarca. Por fim no ano de 1937 foi fundada a Comarca de Mallet (KOSINSKI, 2018).

Da fundação do Termo até o ano de 1940, ocorreu uma relativa elevação dos processos criminais no município, especialmente de homicídios e lesões corporais, totalizando aproximadamente 49 casos. Do ano de 1914, (data do primeiro registro) até 1927, foram processadas 22,4% das denúncias. Da fundação do Termo em 1928 até 1940 foram processadas 75,4% das denúncias restantes.³²¹ Os gráficos a seguir detalham essas informações.

³²¹ Uma explicação para a pequena quantidade de denúncias processadas antes da fundação do Termo é a de que temos em nossa disposição apenas os processos que se encontravam em situação pendente até 1928. Os casos findos possivelmente foram arquivados nas Comarcas de União da Vitória e São Mateus.

Gráfico número 01. Relação dos casos de homicídios registrados em Mallet, 1914-1937.

FONTE: VARA CRIMINAL DE MALLETT. Processos-Criminais do Fundo Judiciário da Comarca de Mallet. 1914-1940. (Acervo do Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO- Irati).

Gráfico número 02. Relação dos casos de lesões corporais registrados em Mallet, 1925-1940.

FONTE: VARA CRIMINAL DE MALLETT. Processos-Criminais do Fundo Judiciário da Comarca de Mallet. 1914-1940. (Acervo do Centro de Documentação e Memória da UNICENTRO- Irati).

Além da relativa elevação das denúncias presente nos gráficos, nossa opção de análise pelos casos de homicídios e lesões corporais também se deu por serem considerados os mais graves. Não é para menos que as punições nesses casos eram as mais rígidas. No Código Penal de 1890, que vigorou de 1890 até 1940 a pena máxima nos casos de homicídios era de trinta anos em prisão celular, como determinava o parágrafo 1º do Artigo 294³²², já a pena máxima para as lesões

³²² O Artigo 294 do código penal definia homicídio como “matar alguém”, no §1, se o crime fosse perpetrado por circunstâncias agravantes previstas no Artigo 39 seria de prisão celular de doze até trinta anos. Se não contasse com agravantes o §2 definia a punição como prisão celular por seis até vinte e quatro anos. (PIERANGELI, 2001, p. 275). O Artigo 294 do código penal definia homicídio como “matar alguém”, no §1, se o crime fosse perpetrado por circunstâncias agravantes previstas no Artigo 39 seria de prisão celular de doze até trinta anos. Se não contasse com agravantes o §2 definia a punição como prisão celular por seis até vinte e quatro anos. (PIERANGELI, 2001, p. 275). O mesmo código punia os crimes processados no Artigo 295: “Para que se repete mortal, no sentido legal, uma lesão corporal, é indispensável que seja eficiente da morte por sua natureza e sede, ou por ter sido praticada sobre pessoa cuja constituição ou estado mórbido anterior concorram para torna-la imediatamente mortal. Si resulta, não porque o mal fosse mortal, e sim por ofendido deixado de observar o régimen médio higienico reclamado pelo seu estado. Prisão celular de dois a oito anos” (PIERANGELI, 2001, p. 306). Ainda nos crimes contra a vida destacamos o Artigo 297: “Aquele que, por imprudência, negligencia ou imperícia na sua arte ou profissão, ou por inobservância de alguma disposição regulamentar cometer, ou for causa involuntária, direta ou indiretamente de um homicídio, será punido com prisão celular por dois meses a dois anos” (PIERANGELI, 2001, pp. 307-308).

poderia chegar até seis anos de prisão celular, conforme determinava o Artigo 304.³²³ A gravidade reside no fato de que essas práticas de violências atentam diretamente contra a integridade física.

Afirma Jean Claude Chesnais:

La violence physique de loin la plus grave, car elle peut donner lieu à mort d'homme. C'est l'atteinte directe, corporelle, contre les personnes, dont la vie, la santé, l'intégrité corporelle ou la liberté individuelle est en jeu. Brutale, cruelle, sauvage, cette violence là est de tout temps. Sa définition est opératoire, car, dans toute collectivité organisée, elle met en cause l'ordre social, à travers ses règles élémentaires, dans ce qu'il a de plus vital; elle touche l'homme en tant qu'homme (CHESNAIS, 1981, p.12).

Embora haja o reconhecimento de que esse tipo de violência seja a mais grave, não quer dizer que toda violência física seja criminalizada, ou seja, denunciada como crime. Enquanto a violência física se refere à imposição de força bruta, capaz de submeter uma pessoa sobre a outra³²⁴, o crime pode ser entendido como uma invenção³²⁵ que diz respeito a um atentado aos valores sociais de um determinado grupo, a ponto da pessoa que cometeu esse atentado seja denunciada para ser punida pela lei.³²⁶ Desta forma, existem práticas que podem ser consideradas violentas e não criminosas, ainda que aparentes nos registros criminais. Assim como existem práticas criminosas que não são essencialmente violentas.

As tentativas de controlar as violências físicas, criminalizando as práticas podem ser interpretadas como invenções cotidianas e exemplificadas a partir de quatro noções complementares, a estratégia e a tática, o espaço e o lugar, ambas desenvolvidas por Michel de Certeau. Certeau considera estratégia “o cálculo ou a manipulação das relações de forças que se torna possível, a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado” (CERTEAU, 2012, p. 93). A estratégia pode ser compreendida como o uso racional de uma força

³²³No que se refere aos crimes de lesões corporais, as lesões eram definidas no Artigo 303 como “Offenderphycamente alguém produzindo-lhe dôr, ou alguma lesão corporal no corpo, embora sem derramamento de sangue”. A pena ia de três meses até um ano. Se houvesse derramamento de sangue, através da mutilação, amputação ou deformidade, capaz de deixar o ofendido inapto para o trabalho ativo, prisão de um até três anos, a pena poderia ser de dois até seis anos, conforme o Artigo 304. Se a saúde do ofendido ficasse prejudicada por mais de 30 dias a pena ia de um até quatro anos de prisão celular. Se alguém utilizasse em outra pessoa um instrumento aviltante, causando injúria e dor física a pena de prisão celular correspondia ao prazo de um até três anos como previa o Artigo 305. Aqueles que por conta de suas profissões causavam algum dano físico à outra pessoa, poderiam ficar reclusos de 15 dias até seis meses, de acordo com o Artigo 306. (PIERANGELI, 2001, p. 275).

³²⁴Essa é a noção de Chesnais “O termo violência se refere à noção de restrição, ao uso da superioridade física sobre os outros. Assim posto o conceito de violência é revelado apenas em sua materialidade bruta. Ela parece neutra, mas se olharmos para os fins da violência descobre-se então que a princípio é um conflito de autoridade, é uma luta pelo poder, e mesmo assim ela é aprovada ou denunciada, ilícita ou lícita em função das normas sociais que não estão claramente definidas” (CHESNAIS, 1981, p.12).

³²⁵Conforme Nils Christie. “Atos não são eles se tornam alguma coisa. O mesmo acontece com o crime. O crime não existe. É criado. Primeiro, existem atos. Segue-se depois um longo processo de atribuir significado a esses atos. A distância social tem uma importância particular. A distância aumenta a tendência de atribuir a certos atos o significado de crimes, e às pessoas o simples atributo de criminosas” (CHRISTIE, 1998, p. 178).

³²⁶Reportamos-nos à noção desenvolvida por Maria João Vaz “Entendi o crime como um conceito historicamente determinado que diz respeito às ações que uma determinada sociedade, num período concreto de tempo, entende como atentadoras dos ideais e equilíbrios que pretende afirmar, do seu bem-estar, da sua tranquilidade e segurança e, por isso, concorda em reprimir, fazendo-as cair sob a alçada da lei criminal que produz e que se encontra em vigor” (VAZ, 2011, p. 128).

que tem por objetivo o exercício do poder. Em oposição à estratégia o sujeito ordinário inventa a tática, “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”(CERTEAU, 2012, p. 94).

A partir dessa dualidade complementar é possível distinguir espaços e lugares. O espaço é possível “(...) sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável de tempo” (CERTEAU, 2012, p. 84). O espaço existe pelos movimentos variáveis que neles se desdobram, por indeterminações e polivalências, diferente de lugar que, de acordo com Certeau, é uma “(...) ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. (...) um lugar é, portanto uma configuração instantânea de posições” (CERTEAU, 2012, p. 84). O lugar é uma configuração racional que subordina os elementos a uma determinação específica.

O lugar está para a estratégia, como o espaço está para tática. Assim podemos pensar que uma vez denunciada, a pessoa acusada de cometer uma prática de violência criminosa, ao justificar a denúncia recorre à tática para burlar a estratégia da acusação. Podemos entender também as práticas de violências criminalizadas como produtoras de diferentes espacialidades, caracterizadas pela multiplicidade das vivências cotidianas. E, conseqüentemente, a constituição de um lugar produzido pelo Poder Judiciário como tentativa de estabelecer ordens, empregar leis, caracterizar especificidades, de se fazer exercer o poder através do controle dessas violências.

O embate entre estratégias e táticas, espaços e lugares é visível nas páginas dos processos criminais, documentos cartoriais. Geralmente, um processo criminal se constitui a partir de uma ação considerada como crime, que vai para um sumário de culpa. Para verificar a veracidade da acusação é elaborado, inicialmente, um exame de corpo de delito. Em seguida, é realizada a interrogação das testemunhas, ou seja, é produzido um inquérito. Quando terminado o nome inquérito é que uma autoridade judicial vai considerar se existem informações suficientes para dar continuidade ao processo. Se as acusações forem aceitas, dá-se início à segunda fase, o julgamento (GRINBERG, 2009, p. 121).

O julgamento se constitui por duas etapas: a primeira é o libelo, que consiste na acusação do crime pelo promotor público; a segunda é a contrariedade do libelo feita pela defesa do réu ou ré. Após ouvir ambas as partes, o juiz pode encaminhar para a reunião do júri, podendo ou não solicitar mais provas e pareceres. Depois da decisão do júri o juiz pronuncia a sentença (GRINBERG, 2009, p. 122). Em meio a esse percurso, consideramos a parte dos inquéritos, das contrariedades dos libelos e as sentenças para apresentarmos e discutirmos como as pessoas acusadas possivelmente justificaram as 49 denúncias de homicídios e lesões corporais em Mallet. Ao analisarmos os autos dos inquéritos policiais constatamos a partir dos relatos, em

especial das pessoas acusadas, ou de seus representantes, que em 20,4% de todos os casos, a aparente justificativa foi o acidente.

Os acidentes

Em 90% dos casos justificados como acidentes, homens foram acusados de vitimar homens ou mulheres enquanto esses manuseavam armas sem tomar os devidos cuidados, apenas 10% referem-se a acidentes de trânsito também ocasionados por homens. Em todos os casos de acidentes com armas, tratava-se de armas de fogo. Em nenhum dos casos apareceu o uso acidental de qualquer outro instrumento cortante. Esses casos refletem os valores do contexto. Em um período em que o transporte a cavalo, o ataque de animais venenosos, pessoas perigosas, ou até mesmo o assombro de almas penadas era frequente, nada mais comum do que se manter imunizado com armas. Como observou Denise Bernuzzi de Sant'Anna:

A coragem se constrói diariamente ao lado de inúmeras precauções. Se para as mulheres essa qualidade tende a ser um acréscimo bem-vindo para os homens, ela é historicamente considerada obrigatória, o elemento central na formação de um verdadeiro macho. Mas a coragem sem precaução resvala na loucura, quiçá na estupidez. (...). Caçadores, pescadores, marinheiros, barqueiros, tropeiros, vaqueiros, garimpeiros e foragidos de toda espécie perambulavam por matas e sertões brasileiros mesclando suas diversas “armações” à coragem cotidiana de vencer o desconhecido (SANT'ANNA, 2013, p.246).

Conseguir uma arma para se imunizar não era uma tarefa difícil, é o que demonstra o caso ocorrido no dia 08 de dezembro de 1932 em Rio Claro. Estefano³²⁷ trocou sua égua por um revólver com seu irmão Roberto³²⁸ e, depois da troca, foram para Linha Oeste I, na casa de Alberto³²⁹, Vicente³³⁰ e André³³¹, para testar a arma. Chegando a casa dos companheiros, os rapazes foram até a floresta. Vicente deu dois tiros, passou a arma para Roberto que atirou mais duas vezes e passou a arma para Estefano. Estefano pegou na arma e exclamou “Roberto ainda tem alguma coisa nessa merda”³³², apontou a arma na direção de André. Quando a arma disparou, acertou o último, causando-lhe ferimentos que lhe tiraram a vida. Homicídios acidentais com disparos de armas figuram 30% dos registros criminais.

Às vezes os acidentes não tinham um fim trágico. No dia 12 de julho de 1936, na Serra do Tigre, os rapazes Nestor³³³, José³³⁴, Simão³³⁵, Emílio³³⁶ deixaram as festividades da paróquia

³²⁷ 21 anos, solteiro, sapateiro, brasileiro. Optamos em manter o primeiro nome dos envolvidos com os crimes, em casos em que os nomes se repetiram, recorremos a nomes fictícios, próximos dos originais.

³²⁸ 20 anos, solteiro, sapateiro, brasileiro.

³²⁹ 40 anos, lavrador, solteiro, brasileiro.

³³⁰ 27 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

³³¹ 30 anos.

³³² CEDOC PB003. 1/38.4, fl.11.

³³³ Não qualificado.

³³⁴ 19 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

³³⁵ 24 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

local, por volta de 10h, e rumaram juntos para casa. Na frente iam José, Simão e Emílio, enquanto Nestor mexia em sua arma mais atrás. Depois de caminharem mais de um quilômetro, José ouviu o estampido de um tiro e percebeu “estar ofendido no braço esquerdo na altura da junta” pela arma de Nestor.³³⁷ Lesões como essas referem a 70% dos registros. Nem sempre os casos eram praticados de forma desintencional, principalmente quando se tratava de defender a honra familiar.³³⁸ Essa foi a justificativa em 16,3% de todas as acusações.

A defesa da honra familiar

Defender a honra da família tinha significados diferentes para os homens e para as mulheres. Quando se trata de mulheres, a quantidade de casos se limita em apenas 25% das denúncias. As mulheres não aparecem defendendo a sua própria honra, a fim de reparar ofensas pessoais, mas sim, a honra de toda a família; isso inclui o marido e, quando necessário, também os filhos. Bronislava³³⁹ era casada com Francisco³⁴⁰, os dois viviam com o seu filho menor Boleslau na Colônia Norte. Francisco era estafeta de correio e causou estranheza aos vizinhos o seu desaparecimento em meados de 1936.

Frente a essa situação, o delegado decidiu instaurar um inquérito, intimando os vizinhos que relataram algumas práticas de violências cometidas por Francisco. Paulo³⁴¹, disse ao delegado que soube que Bronislava havia matado seu marido; mas salientou que Francisco tinha péssima conduta. Lembrando-se de que, certa vez, Francisco negociou erva-mate com um comprador chamado Avelino, que depois de acertarem os negócios, “Avelino retirou-se e Francisco espancou sua mulher, alegando que Avelino, ia em sua casa por causa dela”.³⁴² Adão³⁴³ e Marcos³⁴⁴ também disseram que souberam da morte por intermédio de outras pessoas. Romão³⁴⁵ disse “Que sabe ter Bronislava, por diversas vezes ido pousar no mato, em virtude de seu marido brigar em casa e prometer matá-la”.³⁴⁶

Quando intimada, Bronislava confessou o feito relatou que no dia 14 de junho de 1936, enquanto estava no terreno de sua casa, seu marido chegou embriagado. Em uma das mãos ele

³³⁶ 26 anos, solteiro, ferreiro, brasileiro.

³³⁷ CEDOC PB003. 1/130.10, fl.14.

³³⁸ Entendemos a noção de honra a partir dos argumentos de Robert Muchembled, como um código de condutas e valores estabelecido culturalmente. Quando esse código é ameaçado ocorrem os conflitos e violências (MUCHEMBLED, 2012, p. 27).

³³⁹ 43 anos, viúva, lavradora, natural da Polônia.

³⁴⁰ Estafeta.

³⁴¹ 26 anos, casado, lavrador, brasileiro.

³⁴² CEDOC PB003. 1/115.9, fl.19.

³⁴³ 42 anos, casado, lavrador, brasileiro.

³⁴⁴ 33 anos, casado, lavrador, brasileiro.

³⁴⁵ 33 anos, casado, lavrador, brasileiro.

³⁴⁶ CEDOC PB003. 1/115.9, fl. 17.

segurava uma moranga e em outra um machado. Francisco lançou a moranga em Bronislava, começando uma luta corporal. Receosa pela sua vida e do filho, em meio à luta ela conseguiu tomar-lhe o machado e acertou-lhe na cabeça três vezes, o que lhe causou a morte. Após matar seu marido, ela cobriu o cadáver com feno, esperou escurecer, foi até o quintal e convidou Boleslau, que aceitou descobrir o cadáver do seu pai e ajudar a e enterrá-lo atrás de um poteiro. Crimes assim correspondem a 50% das denúncias de homicídios.

As mulheres também se envolviam em conflitos que ocasionavam lesões corporais. Era por volta de oito e meia da manhã do dia 06 de abril de 1933 quando Antonio³⁴⁷ entrou na estação no quadro urbano e logo tomou ciência que a mulher de seu empregado Max³⁴⁸, Elvira³⁴⁹, esperava-lhe em seu escritório. No escritório, após uma troca de palavras, Elvira vibrou uma bofetada em Antonio, depois, arrancou um rabo de tatu que trazia no bolso do paletó e vibrou-lhe vários golpes. Elvira não negou o que fez, ao delegado explicou que tudo começou após Antonio lhe difamar, inventando uma acusação em que ela teria ferido a honra da mulher de Antonio; tudo se agravou quando seu marido foi despedido por conta disso.

Casos como o de Elvira, referentes às lesões corporais praticadas por mulheres correspondem aos 50% restantes. No que diz respeito aos homens, os conflitos se caracterizam como homicídios passionais. Embora crimes cometidos por paixão possam ter um sentido muito amplo, na linguagem jurídica, convencionou-se a chamar de passional, aquele cometido por razão de um relacionamento sexual ou amoroso. No entanto, essa prática criminosa, “não resulta do amor, mas sim do ódio, da possessividade, do ciúme ignóbil, da busca da vingança, do sentimento de frustração aliado à prepotência, da mistura de desejo sexual frustrado com rancor” (ELUF, 2003, p.113).

Homicídios motivados pelo ciúme figuram 37,5% dos casos referentes à defesa da honra masculina na família. Esses casos ocorreram devido à incapacidade do homem aceitar qualquer imposição realizada por parte da mulher, como a separação, ou então, graças a suspeita de traição. Como no processo que o sargento Attiliano³⁵⁰ respondeu na justiça por ter assassinado sua mulher Adelaide³⁵¹ e João Manolpho.³⁵² Em setembro de 1927, devido aos conflitos relacionados ao território Contestado, foi chamado um segundo destacamento para o local, passando por

³⁴⁷ 36 anos, casado, empregado ferroviário, brasileiro.

³⁴⁸ 28 anos, casado, empregado ferroviário, brasileiro.

³⁴⁹ 24 anos, casada, doméstica, brasileira.

³⁵⁰ 35 anos, casado, 3º sargento, brasileiro.

³⁵¹ Não qualificada.

³⁵² Não qualificado.

Mallet, fazia parte do destacamento o praça João Manolpho, que pediu a Attiliano para cear em sua casa, além da ceia João recebeu hospedagem.³⁵³

Passado alguns dias, o sargento começou a suspeitar das boas intenções de Manolpho para com sua esposa. Certa manhã, ao se levantar, escutou um barulho na cozinha de sua casa. Attiliano disse ao delegado de polícia que saiu do quarto, e pé por pé foi verificar do que se tratava. Conforme depôs, Adelaide estava cometendo adultério. Ele voltou para o quarto e se armou de faca, mas receoso de que seu filho fosse vítima de algum acidente, esperou outra oportunidade. A oportunidade chegou no dia 15 de setembro de 1927. Até esse dia, Attiliano continuou demonstrando amizade ao casal. Era por volta das 16h quando o acusado foi até a Casa Comercial de Bartolo³⁵⁴, em frente a sua residência.

No momento Adelaide tinha saído com Julia³⁵⁵ esposa de Bartolo. Quando chegou à casa comercial, Adelaide cumprimentou Attiliano, Bartolo e Manolpho, que conversavam indo para a casa. Pouco tempo depois, Attiliano foi atrás da sua mulher. Em seguida, Adelaide chamou Manolpho. Depois que se retiraram Emília³⁵⁶ sobrinha de Julia, foi até a casa de Attiliano para saber as horas. Após perguntar o horário e rumar para casa comercial Emília escutou dois tiros, o que fez voltar para ver o que havia acontecido: Attiliano assassinar Manolpho. Do terreno, Emília viu Adelaide correr para rua. Gritando por socorro, entrou na casa comercial. Atrás dela ia o marido furioso. Mais tarde, soube que, ao encontrá-la, ele a assassinou com punhaladas em um dos quartos da casa de seus tios.

Ainda no âmbito familiar aparecem denúncias de crimes praticados contra crianças. Os adultos, responsáveis justificam: castigos. Essas denúncias fazem referência às lesões corporais praticadas pelos responsáveis pelas crianças, que partiram para violência física a fim de tentar corrigi-las como nos 37,5% dos casos restantes. Intrometer-se em assuntos de adultos era um dos motivos de correção. No dia 08 de dezembro de 1934, no quadro urbano, Eliza³⁵⁷ passou a suspeitar de traição por parte de seu marido, Antonio³⁵⁸, com a doméstica Noêmia³⁵⁹, esposa de Josino.³⁶⁰ Para tentar esclarecer o fato, chamou até a sua residência o menor Trajano, filho do casal Noêmia e Josino e propôs-lhe um acordo.

Conforme Trajano, Eliza lhe pediu: “que espionasse Antonio a fim de indagar se o

³⁵³ CEDOC: PB003. 1/5.1.

³⁵⁴ 27 anos, casada, brasileira.

³⁵⁵ 29 anos, casado, comerciante, brasileiro.

³⁵⁶ 15 anos, solteira, doméstica, brasileira.

³⁵⁷ 34 anos, casada, doméstica, brasileira.

³⁵⁸ 45 anos, casado, ferroviário, brasileiro.

³⁵⁹ 26 anos, casada, doméstica, brasileira.

³⁶⁰ 34 anos, casado, operário, brasileiro.

mesmo andaria namorando a mãe dele” em troca de recompensa.³⁶¹ Trajano aceitou a proposta e, conforme Eliza, o menino ainda lhe disse que “seu pai andaria desconfiado de que a sua mulher andaria namorando o marido dela”.³⁶² A mulher reiterou ao menor “que quando visse o marido (...) dela na casa de Josino viesse lhe contar e seria gratificado”.³⁶³ O pacto não durou muito tempo, chegou até aos ouvidos de Josino que, no mesmo dia, ao chegar em casa do trabalho, dirigiu-se até seu filho e o espancou com uma açoiteira, dizendo-lhe “que ele assim procedia para que ele (...) não andasse mais fazendo intrigas”.³⁶⁴

Trajano “saiu de casa para não apanhar mais, pois os golpes que recebera causaram-lhe profunda dor”.³⁶⁵ O menino depôs que, depois do espancamento, seu pai ainda surrou sua mãe Noêmia, exemplo de violência não criminalizada aparente nos registros criminais. Tempo depois, Trajano e sua mãe denunciaram Josino ao delegado de polícia. Os castigos encerram nossa análise acerca das violências no meio familiar. Os casos apresentados a seguir se referem à defesa da honra masculina nas mais variadas situações, entre elas, a necessidade de proteger aquilo que os homens tinham “por direito”: suas propriedades e seus bens, como em aparente justificativa 8,1% de todos os casos processados.

A defesa da propriedade e dos bens

De acordo com Eduardo Schnoor, “riscar o chão” era uma expressão idiomática utilizada para demarcar um limite, além de ser parte da concepção de masculinidade no mundo rural entre a Colônia e o Império (SCHNOOR, 2013). Essa expressão também se encaixa perfeitamente para designar o motivo de algumas violências praticadas em Mallet. Demarcar os limites, definir o seu próprio espaço, fixar o território e defendê-lo da ameaça de outros homens, era mesmo uma constante. Era preciso defender-se daqueles que pudesse porer “xeque” qualquer ordem estabelecida, ainda que para isso fosse necessário o uso da violência homicida.

Na tarde do dia 10 de janeiro de 1928, Maria³⁶⁶ deixou o filho aos cuidados de sua mãe, Marta³⁶⁷, e foi colher cereais na roça, próxima da casa em Rio Azul. Chegando lá, iniciou seu trabalho até ouvir gritos da sua mãe. Ela correu às pressas até o lugar, e soube que um homem estava rondando a casa com maus intentos. As duas começaram a clamar socorro. Os gritos de

³⁶¹ CEDOC: PB003. 1/75.6, fl.7.

³⁶² CEDOC: PB003. 1/75.6, fl.8.

³⁶³ CEDOC: PB003. 1/75.6, fl.8.

³⁶⁴ CEDOC: PB003. 1/75.6, fl.8.

³⁶⁵ CEDOC: PB003. 1/75.6, fl.7.

³⁶⁶ 23 anos, casada, lavradora, brasileira.

³⁶⁷ Não qualificada.

ajuda chegaram até os ouvidos do pai de Maria, chamado Gregório³⁶⁸, e também de seu irmão, Pedro Henrique³⁶⁹, que estavam trabalhando nas proximidades.³⁷⁰ Os dois se apressaram até a casa para saber o motivo dos gritos, e as mulheres disseram que um homem tentou invadir a residência.

Como Pedro Henrique estava armado, aceitou a proposta do seu pai de ir atrás do suposto bandido. Gregório o aconselhou a matá-lo se fosse necessário. Seguindo os rastros do homem, Pedro chegou até um matagal, onde viu um vulto, sem pensar duas vezes atirou. Ao ver o homem, Pedro Henrique constatou que a vítima era seu cunhado, Pedro³⁷¹, que faleceu no local. Pedro Henrique retornou para casa e relatou o ocorrido aos seus familiares. Seu pai, Gregório, foi até Mallet e denunciou o filho. Afinal, ser homem era também arcar com as consequências dos atos. Homicídios motivados pela defesa das propriedades figuram 50% das acusações e se assemelham às lesões corporais.

No dia 22 de setembro de 1934, o agricultor Athanásio³⁷² se encontrou com Pedro³⁷³, seu genro, na roça desse segundo no Lageado do Potinga. Entre os dois ocorreu uma “desinteligência”, causada uma antiga partilha de bens. Athanásio disse, ao subdelegado, que, ao ver o sogro, Pedro se dirigiu para perto dele armado com uma foice, o que fez com que ele revidasse com o seu revólver atirando. A vítima disse ao subdelegado que enquanto ele estava roçando, seu sogro apareceu com a carroça e passou por cima das plantações, chamada a atenção por parte do genro, ele disparou-lhe um tiro.³⁷⁴ Lesões corporais como essa se referem a 50% das acusações restantes.

Além dos homens se colocarem na condição de defensores de suas propriedades e bens, ainda que em alguns casos respondessem processos por comportarem-se dessa forma, outro comportamento que parecia estar presente no cotidiano masculino era o fato do homem tomar conta de sua própria vida, logo, de suas responsabilidades, sabendo o que era melhor para si, sem a necessidade de cumprir ordens. Qualquer ordem que pudesse o contrariar, ainda que partisse de outro homem que ocupasse uma posição distinta na hierarquia social, resultava em conflito, como em 12,2% de todos os casos.

³⁶⁸ Casado, lavrador, natural da Ucrânia.

³⁶⁹ 21 anos, casado, lavrador, brasileiro.

³⁷⁰ CEDOC: PB003. 1/16.2

³⁷¹ Não qualificado.

³⁷² 50 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

³⁷³ 34 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

³⁷⁴ CEDOC: PB003. 1/97.8.

A recusa em respeitar ordens e hierarquias

Respeitar ordens ou hierarquias não era mesmo uma tarefa fácil. A reivindicação de serviços públicos não atendida, por exemplo, ocasionava lesões e até mortes. É o que ocorreu em Cachoeira, no dia 25 de março de 1931. Às 16h, compareceram Antonio³⁷⁵ e Anselmo³⁷⁶ para cumprir ordem do subdelegado de polícia de retirar um novelinho morto de um rio que abastecia a localidade, desinfetando a água. Antonio e Anselmo viram que não era possível efetuar o serviço e decidiram fazê-lo em outro dia. Essa resolução revoltou os ânimos de Estanislau³⁷⁷ e de seu filho, João³⁷⁸, que moravam no local; os dois passaram a discutir com Antonio. Afinal, como é que se pode viver em paz, sem água limpa?³⁷⁹

A discussão soou como afronta ao inspetor policial e ao soldado. “Quem pode ir contra uma decisão dos representantes da lei?!” A situação ficou encalorada e foram disparados tiros que resultaram na morte de João³⁸⁰, Estanislau³⁸¹ e João Augusto³⁸², além de ferimentos em Marciliano³⁸³ e Luciano³⁸⁴, que também tomaram parte do conflito. Esses casos ilustram as dificuldades encontradas pelo Estado em modernizar o aparato policial no interior do Paraná. Essa era a realidade de várias cidades brasileiras, inclusive Curitiba, no final do século XIX e no início do século XX. Conforme Clóvis Mendes Gruner referindo-se à força policial brasileira:

Se por um lado se pretendia que ela fosse capaz de assegurar uma determinada ordem, impondo-a especialmente a grupos e indivíduos considerados potencialmente perigosos – trabalhadores livres, imigrantes, negros escravos e ex-escravos, todos eles jogados à vala comum da marginalidade com delinquentes e criminosos de todo tipo –; se o Estado, enfim, pretendeu que fosse principalmente a polícia a assegurar, pela vigilância e a repressão, a ordem e a disciplina onde ambas eram mais ameaçadas, ele o fez recrutando justamente em meio aqueles grupos os indivíduos que deveriam, revestidos da autoridade que lhes era conferida, assegurar uma ordem e uma disciplina com as quais eles próprios não estavam familiarizados, porque não eram parte de sua cultura ou tradições, que não haviam, enfim, sido internalizadas ao longo de suas trajetória (GRUNER, 2012, p. 131).

Dois problemas resultaram dessa situação: o uso excessivo da violência e a dificuldade de manter um aparato policial estável (GRUNER, 2012, p. 131). O primeiro problema é bastante visível em Mallet a partir dos processos criminais. A violência empregada pelos policiais ao intermediar conflitos sugere, também, o quanto os obstáculos enfrentados nas tentativas de institucionalizar a ordem estavam associados à honra masculina. Mas a intolerância à ordem vinda

³⁷⁵ 22 anos, casado, inspetor policial, brasileiro.

³⁷⁶ 22 anos, solteiro, soldado, brasileiro.

³⁷⁷ Não qualificado.

³⁷⁸ 22 anos, solteiro, lavrador.

³⁷⁹ CEDOC: PB003. 1/90.7.

³⁸⁰ Não qualificado.

³⁸¹ Não qualificado.

³⁸² Não qualificado.

³⁸³ 20 anos, solteiro, lavrador.

³⁸⁴ 22 anos, solteiro, lavrador.

de outro homem não se restringia apenas aos serviços públicos, estendia-se, também, aos privados, ocasionando mortes como em 66,6% de todos os casos e ferimentos como nos 33,3% restantes.

É exemplo o fato acontecido em uma selaria localizada em Paulo Frontinno dia 21 de julho de 1934. Era fim de expediente na selaria de Miguel³⁸⁵ Antonio³⁸⁶ chegou até o local e pediu para que o selador lhe consertasse um par de sapatos. Miguel respondeu-lhe que não consertaria nada porque já fechara as portas. Antonio retrucou “que fechasse que assim não entraria ninguém”; dito isso, Miguel pegou uma tábua e lhe deu uma pancada na cabeça, fazendo com que o agricultor perdesse os sentidos. Recuperado e ofendido foi atrás de justiça. Essa foi a versão de Antonio apresentada ao subdelegado de polícia, um tanto diferente da versão de Miguel.³⁸⁷

Miguel depôs que no dia do ocorrido estava trabalhando quando Antonio chegou a seu estabelecimento, pedindo a todo custo que ele lhe consertasse seus sapatos. O selador disse que não era possível realizar o trabalho. Antonio ofendeu-se e lançou-lhe palavrões. Miguel respondeu “sabes Antonio, eu acho que o melhor é ir embora”.³⁸⁸ Foi quando o agricultor pegou um canivete e ameaçou o seleiro, que, para se defender, pegou um pedaço de madeira e vibrou-lhe duas pancadas na cabeça. Assim como era difícil obedecer às ordens de outro homem, era complicado tomar conta de um prejuízo ocasionado por dívidas não pagas; o meio encontrado para resolução era a violência como em aproximadamente 12,2% dos registros criminais.

A cobrança de dívidas

Dívida pendente era motivo de conflito para alguns homens de Mallet. Que homem que se preze não seria capaz de pagar as suas contas? E essa era mesmo a realidade de diversas regiões brasileiras, conforme constatou Sant’Anna:

Homens que deviam dinheiro, mal pagadores de diversos tipos foram inúmeras vezes vítimas de vingança, da vontade de fazer justiça com as próprias mãos. Estradas escuras, ruas vazias, matagais e praias foram palcos de trágicos acertos de conta. Outras vezes, era na presença calorosa de conhecidos que a violência ocorria provocando ferimentos e mortes (SANT’ANNA, 2013, p.249).

Cobranças de dívidas em ruas ou em terrenos mal iluminados equivalem aos 33,3% dos casos. Na madrugada de 27 de novembro de 1922 ocorreu um baile em uma casa escolar, na Linha dez. Na festa, após beberem algumas cervejas, Pedro³⁸⁹ se encontrou com Lúcio³⁹⁰ e,

³⁸⁵ 29 anos, solteiro, seleiro, natural da Áustria.

³⁸⁶ 23 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

³⁸⁷ CEDOC: PB003. 1/109.8.

³⁸⁸ CEDOC: PB003. 1/109.8, fl.8.

³⁸⁹ Não qualificado.

³⁹⁰ 18 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

naquela ocasião, cobrou-lhe uma dívida de mil réis que até aquele momento não havia sido paga. Perguntando-lhe se pagaria “em uma pistola, faca ou bengala”. Lúcio deixou o lugar após dizer que pagaria a dívida no próximo domingo. Na rua, Pedro seguiu Lúcio e lhe acusou por sair sem se despedir. Na ocasião, Pedro deu em Lúcio uma bengalada, depois da bengalada Lúcio puxou de uma faca e golpeou Pedro até a morte. Homicídios com características semelhantes equivalem aos 33,3% das acusações.

Diferente do acerto de contas em terrenos ou locais públicos, o acerto de contas em residências ou em casas comerciais equivale à maioria: os 66,6% restantes. Foi em frente a alguns frequentadores da Casa Comercial de João, situada no quadro urbano, que Pedro³⁹¹ teve vontade de fazer justiça com as próprias mãos satisfeita, devido a um antigo negócio que não saiu conforme o combinado. Em 15 de maio de 1936, Stefano³⁹², foi até o comércio de João para comprar milho quando se deparou com Pedro que descascava um pedaço de fumo. Pedro imediatamente lhe questionou sobre uma dívida de 50 mil réis resultantes de um corte de xaxim, retirado pela prefeitura quando foi feita a conservação da rua de sua casa.

Stefano disse que não pagaria e que mais tarde cobraria das autoridades competentes. Nesse instante, os dois se atracaram em luta corporal, que só teve fim quando o proprietário da casa comercial, interviu receoso de prejuízos. Lesões corporais motivadas por dívidas representam 66,6% das denúncias ocasionadas pela falta de responsabilidade de uma das partes em um acordo. Mas ser homem não era apenas arcar com as suas “responsabilidades”, era, também, divertir-se. Muitos homens encontravam a diversão em lugares com acesso ao uso de bebidas alcoólicas, bêbados alguns ameaçavam a virilidade de outros, desencadeando muitas confusões. Essa foi a justificativa em aproximadamente 30,6% dos casos.

A bebida alcoólica

Embora a ascensão da República tenha contribuído para modificar o perfil masculino nos grandes centros urbanos, ora rompendo com as antigas práticas, como andar a cavalo, para dar lugar à locomoção com máquinas, como automóveis ou bondes elétricos; ora para frequentar lugares *dernier cri de lamode* como soirées privadas, restaurantes ou cafés (SANT’ANNA, 2013, p.247), pouco se percebe “esse impacto civilizador” no meio rural paranaense. Clubes foram fundados, mas lugares como casas comerciais, botequins, casas de bilhar, bordéis não deixaram

³⁹¹ 30 anos, casado, funcionário público, brasileiro.

³⁹² 44 anos, casado, lavrador, natural da Ucrânia.

de ser frequentados. A participação dos homens demonstra que, para além do entretenimento, os locais eram usados para forjar as suas masculinidades.

Desavenças ocorridas em bailes, festas em clubes ou casas residenciais somam 40% dos casos. As encrências ocorreram após as partes envolvidas trocarem desaforos. O baile dado por Jacob em sua residência, em Rio Claro, na noite de 07 de fevereiro de 1936, foi conflituoso, isso porque, enquanto a música tocava na sala, João³⁹³ se desentendeu com Michel³⁹⁴ na cozinha após um chamar outro de porco. Ambos sob efeito do álcool. A situação se agravou resultando em uma bofetada dada por João em Michel, que no outro dia denunciou João ao subdelegado de polícia.³⁹⁵ Lesões corporais resultantes de desentendimentos entre homens embriagados equivalem a 60% dos registros.

Encrências em botequins de casas comerciais correspondem a 60% dos registros restantes. Um olhar torto ou qualquer palavra atravessada dirigida a esses bêbados valentes era motivo de “desinteligências mortais”. No dia 21 de maio de 1931, na casa comercial de Augusto em Dorizon reuniram-se para uns tragos Miguel³⁹⁶ e Theodoro³⁹⁷, enquanto bebiam cachaça palestravam animadamente. Em um dado momento, Theodoro chamou Miguel de burro, que lhe respondeu com a mesma ofensa. Estanislau³⁹⁸, que estava também na casa comercial, percebeu que a situação poderia piorar, tentou acalmar os ânimos dos dois, convidando Miguel para se retirar.

Miguel se retirou do recinto, foi até seu cavalo e arrumou os arreios, enquanto isso Theodoro ficou parado na porta. As testemunhas salientaram que ouviram uma confusão do lado de fora, ao verificarem, encontraram Theodoro esvaindo em sangue no chão por conta de uma facada. Miguel havia montado em seu cavalo e não se encontrava mais no local.³⁹⁹ Homicídios causados após brigas entre homens correspondem a 40% dos casos processados. Encerrada a nossa análise das justificativas presentes nos inquéritos, vamos abordar agora a forma como as defesas encontraram táticas para burlar as estratégias das acusações presentes nos libelos, garantindo sentenças favoráveis às pessoas acusadas.

³⁹³ 23 anos, solteiro, curtidor, brasileiro.

³⁹⁴ 26 anos, solteiro, lavrador, brasileiro.

³⁹⁵ CEDOC: PB003. 1/111.9.

³⁹⁶ 44 anos, casado, comerciante, natural da Áustria.

³⁹⁷ Natural da Polônia.

³⁹⁸ 28 anos, casado, lavrador, brasileiro.

³⁹⁹ CEDOC: PB003. 1/19.2.

Acusações e defesas

Das acusações de homicídios registradas, 28,5% das denúncias foram baseadas no Artigo 294§1º (homicídio com circunstâncias agravantes), 57,1% no Artigo 294§2º (homicídio sem circunstâncias agravantes), 4,7% no artigo 295§2º (lesão corporal mortal) e 9,5% no Artigo 297§2º (homicídio involuntário). No que diz respeito às lesões corporais, 75% foram fundamentadas no Artigo 303 (lesão corporal sem derramamento de sangue), 10,7% no Artigo 304 (Lesão corporal com derramamento de sangue), 3,5% no Artigo 305 (Lesão corporal com instrumento aviltante), 7,1% no Artigo 306 (Lesão corporal ocasionada por conta da profissão) e 3,5% encerraram após o inquérito. Em 36,7% dos processos, os juízes mandaram os casos para decisão do Júri Popular.

Embora a maior parte das pessoas acusadas afirmasse que tomaram parte dos conflitos ao deporem nos inquéritos, quando as denúncias foram acatadas pela promotoria, as mesmas se diziam inocentes recorrendo às possíveis táticas. Quando as testemunhas não podiam detalhar as acusações, salientando que souberam dos crimes apenas por intermédio de terceiros, as defesas recorreram à ausência de provas, no Artigo 67⁴⁰⁰, garantindo as absolvições como aconteceu em 48,9% dos registros. Se o Poder Judiciário não conseguisse localizar os acusados ou as testemunhas em um ano, a prescrição prevista no Artigo 85⁴⁰¹ encerrava os processos como em 16,3% dos casos. Quando os depoimentos das testemunhas colaboravam com os depoimentos das pessoas acusadas, a legítima defesa garantida pelo Artigo 32§2⁴⁰² era acionada de forma eficiente pelos advogados como em 14,2% das acusações.

Se as testemunhas salientavam que os crimes ocorreram de formas acidentais, em concordância com os/as acusados/as a causalidade do fato no Artigo 27§6⁴⁰³ garantia a absolvição, assim foi em 4% das denúncias. Caso os depoimentos das testemunhas se correspondessem, formando provas sólidas contra os/as acusados/as, as defesas apelavam com sucesso para perturbação dos sentidos, no Artigo 27§4⁴⁰⁴, problemas mentais, no Artigo 29⁴⁰⁵,

⁴⁰⁰ Artigo 67: “Nenhuma presunção, por mais veemente que seja dará lugar a imposição de pena” (PIERANGELI, 2001, p. 280).

⁴⁰¹ Artigo 85: “Prescrevem: Em um anno, a condenação que impuzer pena restritiva da liberdade, por tempo excedente de seis mesez” (PIERANGELI, 2001, p. 281).

⁴⁰² §2º “Os que o praticarem em defesa legitima, propria ou de outrem” (PIERANGELI, 2001, p. 276).

⁴⁰³ §6º “Os que commetterem o crime casualmente, no exercicio ou pratica de qualquer acto licito, feito com attenção ordinária” (PIERANGELI, 2001, p. 275).

⁴⁰⁴ §4º “Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commetter o crime” (PIERANGELI, 2001, p. 275).

imbecilidade, no Artigo, 27§3⁴⁰⁶, e ameaças, no Artigo 27§5⁴⁰⁷, como em 12,2% dos processos. Os 4% restantes encerraram sem o posicionamento do juiz. Dessa forma, nenhuma pessoa acusada de cometer homicídios e lesões corporais cumpriu pena em Mallet.

Considerações Finais

Ao menos duas hipóteses podem ser lançadas a fim de tentarmos entender a absolvição maciça nos documentos criminais. A primeira diz respeito às relações públicas e privadas. O alto número de absolvições poderia ser lido como resultado das relações de vizinhança ou compadrio. Afinal, como já apontado anteriormente, pelo menos em 48,9% dos processos as testemunhas afirmaram que souberam dos crimes por intermédio de outras pessoas, o que dificultou a construção de provas sólidas para as condenações dos/as acusado/as. Para fundamentarmos essa hipótese necessitaríamos de mais documentos referentes ao cotidiano local, fontes que não temos em nossa disposição no momento.

A segunda hipótese é a de que as absolvições eram apenas consequências de um código penal bastante favorável às pessoas denunciadas. Para fundamentarmos essa hipótese precisaríamos analisar e comparar com outro contexto a mesma tipologia de casos regidos pelo Código Penal de 1890. São hipóteses que trazem mais dúvidas do que certezas, mas não é mesmo com as dúvidas que trabalham a historiadora e o historiador? O que se pode sugerir com mais segurança é que em meio ao cotidiano malletense, as violências físicas, em destaque as masculinas, responsáveis por 95,9% das denúncias, assumiam um papel importante na vida dos sujeitos. Tão importante, que ao se articularem com o exercício do poder judiciário local, “aos olhos da lei”, tais práticas eram vistas como aceitáveis.

Referências

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2012.

⁴⁰⁵ Art. 29: “Os individuos isentos de culpabilidade em resultado de affecção mental serão entregues a suas familias, ou recolhidos a hospitaes de alineados, si o seu estado mental assim exigir para segurança do publico” (PIERANGELI, 2001, p. 275).

⁴⁰⁶ §3º “Os que por imbecilidade nativa, ou enfraquecimento senil, forem absolutamente incapazes de imputação” (PIERANGELI, 2001, p. 275).

⁴⁰⁷ §5º “Os que forem impellidos a commetter o crime por violenciaphysicairresistivel, ou ameaças acompanhadas de perigo actual” (PIERANGELI, 2001, p. 275).

CHESNAIS, J, C. **Histoire de la violence**: On l'Occident de 1800 à nos jours. Paris: Robert Laffont, 1981.

CHRISTIE, N. **A indústria do controle do crime**: a caminho dos GULAGs em estilo ocidental. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

ELUF, L, N. **A Paixão no Banco dos Réus**. Casos Passionais Célebres: de Pontes. Visgueiro a Pimenta Neves. São Paulo: Saraiva 2003.

GRINBERG, K. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciais. In: PISNKY, C.; LUCA, T. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, pp. 119-139.

GRUNER, C. **Paixões torpes, ambições sórdidas**: transgressão, controle social, cultura e sensibilidade moderna em Curitiba, fins do século XIX e início do XX. 342 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

KOSINSKI, L. **Violência e outras práticas cotidianas**: Mallet/PR (1914-1940). 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, Irati, 2018.

MUCHEMBLED, R. **História da Violência**: Do fim da Idade Média aos Nossos Dias. Rio de Janeiro: Forense. 2012.

PIERANGELI, J, H. **Códigos penais do Brasil**: evolução histórica. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2001.

SANT'ANNA, D, B. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In: PRIORE, M.; AMANTINO, M. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013, pp. 245-266.

SCHNOOR, Eduardo. "Riscando o chão": masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. In: PRIORE, M.; AMANTINO, M. **História dos homens no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013, pp. 85-111.

VAZ, Maria João. Crime e sociedade. Portugal na segunda metade do século XIX. In: NUNES, H, B.; CAPELA, J, V. **Mundo Continuará a Girar**. Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, 20 anos (1992-2011). Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho; Centro de Investigação Transdisciplinar, 2011, pp. 127-135.

DOCUMENTOS DO PODER JUDICIÁRIO

Registros criminais de homicídios

CEDOC PB003. 1/2.1.

CEDOC: PB003. 1/5.1.

CEDOC: PB003. 1/9.2.

CEDOC: PB003. 1/7.1.

CEDOC: PB003. 1/10.2.

CEDOC: PB003. 1/14.2.

CEDOC: PB003. 1/16.2

CEDOC: PB003. 1/17.2.

CEDOC: PB003. 1/19.2.

CEDOC: PB003. 1/20.2.

CEDOC: PB003. 1/22.3.

CEDOC: PB003. 1/28.3.

CEDOC: PB003. 1/29.3.

CEDOC: PB003. 1/33.4.

CEDOC: PB003. 1/38.4.

CEDOC: PB003. 1/39.4.

CEDOC: PB003. 1/90.7.

CEDOC: PB003. 1/110.8.

CEDOC: PB003. 1.114.9

CEDOC: PB003. 1/115.9.

CEDOC: PB003. 1/116.9.

Registros criminais de lesões corporais

CEDOC: PB003. 1/3.1.

CEDOC: PB003. 1/4.1.

CEDOC: PB003. 1/15.2.

CEDOC: PB003. 1/23.3.

CEDOC: PB003. 1/25.3.

CEDOC: PB003. 1/40.4.

CEDOC: PB003. 1/45.4.

CEDOC: PB003. 1/.46.4.

CEDOC: PB003. 1/.47.5.

CEDOC: PB003. 1/55.5.

CEDOC: PB003. 1/64.6.

CEDOC: PB003. 1/65.6.

CEDOC: PB003. 1/66.6.

CEDOC: PB003. 1/75.6.

CEDOC: PB003. 1/82.7.

CEDOC: PB003. 1/95.8.

CEDOC: PB003. 1/96.8.

CEDOC: PB003. 1/97.8.

CEDOC: PB003. 1/109.8.

CEDOC: PB003. 1/111.9.

CEDOC: PB003. 1/119.10.

CEDOC: PB003. 1/120.10.

CEDOC: PB003. 1/122.10.

CEDOC: PB003. 1/130.10.

CEDOC: PB003. 1/146.11.

CEDOC: PB003. 1/148.11.

CEDOC: PB003. 1/149.11.

CEDOC: PB003. 1/151.11.

Índice de Autores (em ordem alfabética)

Alexandre Cozer 358

Andréia Rosin Caprino 264

Bruno Vinicius Leite de Moraes 151

Carlos Eduardo Zlatic 134

Cesar Leonardo Van Kan Saad 171

Elen Biguelini 302

Eliane Veríssimo de Santana 81

Evander Ruthieri da Silva 230

Fabiano Garcia 246

Francielly Giachini Barbosa Menim 426

Guilherme Nercolini Miranda 65

Heitor Esperança Henrique 115

Hugo Quinta 210

Hugo Rincon Azevedo 394

Ingrid Cristini Kroich Frandji 284

Leonardo Henrique Lopes Soczek 338, 440

Lucas Kosinski 338, 440

Marcio Marchioro 377

Maria Julieta Weber Cordova 7

Mateus Sokolowski 99

Milena Costa de Souza 318

Natália de Medeiros Costa 11

Nathany Andrea Wagenheimer Belmaia 46

Renato Toledo Silva Amatzuzzi 31

Ruhama Ariella Sabião Batista 411

Willian Perpétuo Busch 193